

CLÁUDIA ROBERTA TAVARES SILVA

**A NATUREZA DE *AGR* E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORDEM VS: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS
EUROPEU**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Área Linguística, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora no Brasil: Profa. Dra. Maria Denilda Moura

Orientador em Portugal: Prof. Dr. João Miguel Marques da Costa

MACEIÓ

2004

CLÁUDIA ROBERTA TAVARES SILVA

A NATUREZA DE AGR E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORDEM VS: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS
EUROPEU

**Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor,
pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Área
Linguística, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:**

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Denilda Moura
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas - UFAL

Orientador:

Prof. Dr. João Miguel Marques da Costa
Departamento de Linguística - UNL

Prof. Dr. Aldir Santos de Paula
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – UFAL

Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante
Departamento de Educação - UFAL

Profa. Dra. Núbia Rabelo Bakker Faria
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas - UFAL

Maceió, 15 de dezembro de 2004

Dedico esta tese aos meus pais, João Cláudio e Maria de Fátima,
ao meu amigo, Jair Farias,
à minha orientadora no Brasil, Denilda Moura,
e ao meu orientador em Portugal, João Costa,
com imensa consideração, gratidão, carinho e respeito.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela ajuda infinda, sem a qual não seria possível a construção desta tese.

À professora Maria Denilda Moura, permanente amiga e orientadora que tem sido para mim um exemplo de vida dedicada e competente no mundo acadêmico, pelo respeito, pelos momentos que passamos discutindo questões teóricas e outros encaminhamentos necessários à realização desta tese, pelo constante incentivo, pela paciência e pela confiança que tem depositado em mim ao longo do meu trajeto no campo da pesquisa científica.

Ao professor João Costa, meu orientador em Portugal, por ter aceitado orientar-me, pela cordialidade, pela confiança, pela paciência, pelo apoio irrestrito e pelo privilégio de ter feito, durante as horas de orientação, pertinentes sugestões e críticas referentes a questões que surgiram ao longo da construção desta tese.

A Jair Gomes de Farias, constante amigo, pela paciência, pelo companheirismo no Brasil e em Portugal, pelo respeito, pelo apoio incessante no decorrer dos meus estudos acadêmicos, pela tradução de algumas frases do francês para o português e vice-versa, pelos valiosos comentários e pelo rico e “recíproco” aprendizado de vida.

À professora Mary Aizawa Kato, pelas palavras de encorajamento, pelo apoio e pela atenção a mim dispensada durante o curso ministrado no XVI Instituto Brasileiro de Lingüística e na XX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos realizada em João Pessoa, nos quais algumas questões teóricas foram

suscitadas e discutidas, contribuindo eficazmente para a discussão de alguns aspectos nesta pesquisa.

À professora Eugênia Duarte, pelos valiosos momentos de interação e de discussão no minicurso promovido durante o XVI Instituto Brasileiro de Lingüística realizado em 2003.

Às professoras Ilza Ribeiro e Charlotte Galves, pelo incentivo e pelos breves momentos de conversas no III Congresso Internacional da ABRALIN, nos quais houve trocas de informação e sugestões acerca de algumas bibliografias.

À professora Inês Duarte, pelas horas que disponibilizou, a fim de discutirmos algumas das questões presentes nesta tese, pelas críticas e sugestões, e pelas palavras de encorajamento.

À professora Ana Brito, pelo forte incentivo, pelos momentos de conversas informais e pelas discussões no 14th *Colloquium on Generative Grammar* realizado na Universidade do Porto.

Às professoras Pilar Barbosa e Fátima Oliveira, pela atenção no 14th *Colloquium on Generative Grammar* em que foi possível trocarmos algumas idéias no que concerne a algumas diferenças entre o Português Brasileiro e o Português Europeu.

Ao professor Luigi Rizzi, pela breve discussão e atenção a mim dispensada no *II Lisbon Meeting on Language Acquisition* realizado na Universidade de Lisboa.

À professora Mirian Lemle, pela simpatia, pelo incentivo, e pelos significantes momentos em que conversarmos sobre teoria sintática no *Lisbon Workshop on Alternative Views on the Functional Domain* realizado na Universidade Nova de Lisboa.

Ao professor Eduardo Paiva Raposo, pelas significativas discussões, pelo partilhamento de idéias e pelo incentivo.

A Ednaldo Gomes, pelo coleguismo, pelo apoio e por revisar não só as traduções feitas por mim em português de algumas citações em língua inglesa, mas também o *Abstract*.

À Mirian, Dorothy e Daniel, pela amizade, pelo encorajamento e pela elaboração do *Abstract*.

À Maria Spanó, pelo apoio, pela ajuda, e pelas rápidas conversas na UFRJ.

À Juliene da Silva Santos, pelo incentivo, pela paciência e por ter disponibilizado seu tempo para auxiliar-me na busca e na aquisição de alguns textos teóricos no acervo bibliográfico da UNICAMP.

Ao meu colega Jair Barbosa da Silva, pelo interesse sempre demonstrado em ajudar-me, pela solidariedade, e pela amizade.

Aos amigos do projeto PRELIN e do PET-LETRAS, pela solidariedade e apoio, em especial, à Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante com quem esclareci algumas dúvidas.

Às amigas Luciene Vasconcelos da Silva, Jane Medeiros dos Santos, Mirian Santos de Cerqueira e Karine Vasconcelos Leite, pela amizade, pelas palavras de incentivo e pela ajuda dedicada no percurso de minha vida acadêmica.

Às amigas Kátia, Andréa e Cássia, à minha tia Carminha e ao seu esposo Manoel, pelo companheirismo, pelos momentos hilariantes e pela ajuda que me proporcionaram nos últimos meses para o término da tese após o meu regresso ao Brasil.

À Ana Costa, pelo carisma, pelo incentivo e pelos valiosos momentos de conversas.

À Roberta D'Alessandro, pela simpatia, pelas palavras de encorajamento e pelos momentos de conversas no 14th *Colloquium on Generative Grammar*.

À Ana Castro e à Maria Lobo, pelo coleguismo, pelo encorajamento e pelos debates sobre algumas questões.

À Ana Lúcia Santos, Sandra Pereira e Alexandra Fiéis, pelo forte incentivo e pelos momentos em que foi possível trocarmos idéias e experiências.

Aos colegas da Universidade Nova de Lisboa, Filomena Clara, Clara, Quiin Hansen, Mateja, Janine e a todos os demais, pela cordialidade, pelo respeito e pelo incentivo.

Aos meus colegas da residência universitária em Portugal, Mónica, Susan, Bijoo, Christian, João, Paulo, Sunil, Maresh, Bogna, Mirek, Pedro, Habib, Carla, Elio, Lucian, Carlos, Lorena, Raquel, Marcos, Kátia, Laura, Julita, Kachia,

Michal, Irinela, Carla Maduga, Adalgisa, Andréia, Carolina, Marta, pelo companheirismo e pelos momentos de conversas hilariantes.

Aos membros da banca examinadora que participaram do primeiro e último exame de qualificação realizado em 2002 e 2004, respectivamente, pela análise, críticas e sugestões.

À Universidade Federal de Alagoas, em específico, à Pós-Graduação em Letras e Lingüística, pela oportunidade que me foi concedida.

À Universidade Nova de Lisboa, em especial, à professora e coordenadora científica do Departamento de Lingüística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Maria Francisca Xavier, pela cordialidade, pelo forte incentivo, pelo apoio a mim concedido, e pelas valiosas discussões ocorridas em sala de aula e fora da mesma.

Aos demais professores e colegas do Departamento de Lingüística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em especial, à professora Ana Maria Madeira com quem tive o privilégio de discutir questões no âmbito da teoria sintática, pela leitura cuidadosa do capítulo 2, pelo incentivo, pelos comentários e sugestões.

À Laura Gomes, secretária do Departamento de Lingüística da Universidade Nova de Lisboa, pelo interesse sempre demonstrado em ajudar-me, pela simpatia e pelo apoio.

À CAPES, agência de fomento, por ter financiado esta pesquisa e por ter custeado todas as despesas necessárias relativas ao estágio de doutorando realizado em Portugal na Universidade Nova de Lisboa.

Aos membros da igreja de que participo e de outras igrejas, pelas constantes orações a meu favor, pelo forte apoio e incentivo.

Às demais pessoas, amigos, professores e funcionários que, direta e indiretamente, contribuíram para que esta tese fosse efetivada.

Aos meus familiares, ao meu pai, por suas palavras que serviram como lugar de fortalecimento para eu reafirmar minhas convicções construídas ao longo de toda minha formação acadêmica e, em especial, à minha virtuosa mãe, amiga inseparável que sempre me apoiou a prosseguir nos meus estudos acadêmicos, por acreditar em mim, pelo carinho, pela compreensão e pela ajuda incondicional durante o processo de construção desta tese.

De todos os erros, sou a única responsável.

O fato de eu pensar revela-me a existência de algo que pensa. Que é esse algo? Sou eu. *Cogito, ergo sum*. Penso, logo, existo. A minha própria dúvida demonstra a minha experiência de duvidador. De outra maneira, nem a própria vida poderia existir. Mas quem sou eu? Quem sou eu? Sou aquilo que duvida, em outras palavras, sou uma coisa pensante, ou um espírito. Para pensar é necessário ser. Sou, portanto, um ser, um espírito vivo. Haverá outros fatos estabelecidos – isto é, coisas que posso conceber, clara e distintamente, como verdadeiras? Sei, há dois fatos tais: a presença do meu corpo e a existência de Deus.

René Descartes

RESUMO

Nesta tese realizo um estudo comparativo entre a gramática do português brasileiro (doravante PB) e a do português europeu (doravante PE) no que diz respeito à ordem dos constituintes, mais especificamente, do sujeito em relação ao verbo em frases declarativas finitas. Tem-se defendido que a ordem Verbo-Sujeito (VS) tem sido perdida na primeira língua em contextos (in)transitivos em virtude de uma mudança paramétrica na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo ocasionada pelo enfraquecimento de AGR, o que implica considerar que o PB está deixando de ser uma língua de sujeito nulo prototípica como o PE para tornar-se uma língua de sujeito não-nulo como o inglês. Nessa ordem, em contextos inacusativos, a concordância morfológicamente visível entre a flexão verbal e o DP pós-verbal, em geral, não é observada e, ainda, esse DP pode ser definido ou indefinido, ao contrário do que é proposto pela análise belletiana. Ademais, estudos têm assumido que a posição do sujeito em relação ao verbo decorre do fato de a sintaxe estar a serviço de requerimentos de ordem discursiva. Portanto, face a esses aspectos, os objetivos desta pesquisa são: a) desenvolver uma análise sobre a ordem VS em ambas as gramáticas, levando em conta as implicações da “riqueza” de AGR para a posição dos sujeitos; b) caracterizar essa “riqueza”, a partir da rediscussão de algumas propostas teóricas; c) apresentar contra-evidências à proposta de que a ordem dos constituintes codifica a estrutura informacional; d) explicar a possibilidade de concordância morfológicamente não-vísível entre o DP pós-verbal e a flexão verbal em contextos inacusativos e suas implicações para o tipo de mecanismo relacionado à atribuição de Caso nominativo e e) argumentar contra a universalidade do *Efeito de Definitude* sobre o DP pós-verbal. Para a realização desse estudo, a análise fundamenta-se no arcabouço teórico do Modelo de Princípios e Parâmetros e da Morfologia Distribuída, sendo as estruturas frasais resultados de dados de introspecção. No decorrer desta pesquisa, é plausível concluir que AGR “rico” que licencia e identifica sujeitos nulos referenciais em línguas de sujeito nulo não tem a ver com AGR “rico” que motiva o movimento do verbo na sintaxe, e que sujeitos pré-verbais ocupam uma posição-A no PB e no PE, ao contrário do que é comumente proposto na literatura. De mais a mais, o comportamento diferenciado da ordem VS atestado entre essas línguas ganha suporte explicativo no tipo de *output* sintático gerado por cada gramática em particular e não em requerimentos de ordem discursiva. No que concerne à ordem em que não há visibilidade da concordância morfológica entre a flexão-verbal e o DP pós-verbal em contextos inacusativos, argumento que seja uma “pseudo-ordem VS”, não sendo atuante sobre esse DP o *Efeito de Definitude*.

Palavras-chave: Ordem VS; Parâmetro do Sujeito Nulo; Inacusatividade; Movimento do Verbo, *Outputs* Sintáticos

ABSTRACT

In this thesis I do a comparative study between the Brazilian Portuguese Grammar (henceforth BP) and European Portuguese Grammar (henceforth EP) concerning to the word order, more specifically, with respect to the subject order in relation to the verb in finite declarative phrases. One defends that Verb-Subject order (VS) has been lost in the first language in (in)transitive contexts due a parametric change in the marking of Null Subject Parameter caused by weakness of AGR, what implies to consider that BP is losing the characterization of a prototypical null subject language as the EP for become a non-prodrop subject language as English. In this order, in inaccusative contexts, the visible morphologically agreement between a verbal inflection and the post-verbal DP is generally not observed and this DP can also be definite or indefinite, unlike what is proposed by Belletti's approach. Futhermore, researches have assumed that the subject position with respect to the verb comes from the fact of the syntax be conditioned by discursive constraints. Therefore, with respect to these aspects, the goals of this research are: a) to develop an analysis about VS order in both grammars, considering the implications of the AGR "richness" for the position of the subjects ; b) to characterize this "richness" from the rediscussion of some theoretical proposals; c) to show counter-evidences to the proposal of that the word order codifies the informational structure; d) to explain the possibility of the non-visible morphologically agreement between the post-verbal DP and the verbal inflection in inaccusative contexts and its implications for the type of mechanism concerned to the nominative Case assignment and e) to argue against the universality of the Definiteness Effect on the post-verbal DP. To develop this study, the analysis bases itself on Principles and Parameters, and the Distributed Morphology frameworks. The sentence structures are results from introspection data. During this research, it was possible to conclude that "rich" AGR that licences and identifies referential null subjects in null subject languages has no correlation with "rich" AGR that causes the verb movement in the syntax, and that preverbal subjects occupy an A-position in BP and in EP, unlike what is generally proposed. Futhermore, the different behaviour of VS order observed among these languages receives explanatory support from the type of syntactic output generated by each grammar in particular but not from discursive constraints. With respect to the order in which there is no visibility of morphological agreement between the verbal-inflection and the post-verbal DP in inaccusative contexts, I argue that it is a pseudo-VS order, in which Definiteness Effect does not act on.

Key-words: VS Order, Null Subject Parameter, Inaccusativity; Verb Movement, Syntactic Outputs.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse je fais une étude comparative entre la grammaire du portugais brésilien (dorénavant PB) et du portugais européen (dorénavant PE) en ce qui concerne l'ordre des mots, plus spécifiquement, la relation établie entre le sujet et le verbe des phrases déclaratives finies. On soutient que l'ordre Verbe-Sujet (VS) ne se trouve pas dans la première langue en contextes (in)transitifs à cause d'un changement paramétrique concernant la marcation du Paramètre du Sujet Nul, motivé par l'affaiblissement d'AGR, ce qui implique considérer que le PB est au cours de n'être plus une langue de sujet nul prototypique comme le PE pour devenir une langue de sujet non nul comme l'anglais. Dans cet ordre, en effet, en contextes inaccusatifs, l'accord morphologique visible entre la flexion verbale et le DP post-verbal, en general, ne s'effectue pas, et plus, ce DP là peut être défini ou indéfini, contrairement à ce que propose l'analyse belletienne. En outre, il y a des études qui assument que la position du sujet en relation au verbe provient du fait de la syntaxe être soumise à des exigences d'ordre discursif. En face de tous ces aspects les buts de cette recherche sont: a) réaliser une analyse de l'ordre VS dans la grammaire du PB et du PE en relevant les implications de la "richesse" d'AGR pour la position des sujets; b) caractériser cette "richesse" à partir de la rediscussion de quelques propositions théoriques; c) présenter contre-évidences à la proposition qui assume que l'ordre des constituants codifie la structure informationnelle; d) expliquer la possibilité d'accord morphologique non visible entre le DP post-verbal et la flexion verbale dans les contextes inaccusatifs et ses implications au type de mécanisme lié à l'attribution du Cas nominatif et e) argumenter contre l'universalité de l'Effet de Définitude du DP post-verbal. Cette thèse est basée sur les fondements de la Théorie des Principes et Paramètres et sur la Morphologie Distributive, et les données utilisées proviennent de l'introspection. Au développement de cette étude, il est plausible de conclure que l'AGR "riche" qui licencie et identifie des sujets nuls référentiels dans les langues de sujet nul n'est pas le même AGR "riche" qui motive le mouvement du verbe dans la syntaxe, et que les sujets pré-verbaux occupent une position-A en PB et en PE, contrairement à ce qui est proposé dans la littérature. De plus en plus, le comportement différencié de l'ordre VS observé en PB et en PE trouve un support explicatif au type d'*output* syntaxique géré par chaque grammaire en particulier et non par des exigences d'ordre discursif. En relation à l'ordre qui ne présente pas d'accord morphologique visible entre la flexion verbale et le DP post-verbal dans les contextes inaccusatifs, je défends que ce contexte soit un "pseudo-ordre VS", ne relevant aucun effet sur ce DP l'Effet de Définitude.

Mots-Clef: Ordre VS, Paramètre du Sujet Nul, Inaccusativité, Mouvement du Verbe, *Outputs* syntaxiques

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 - Percentuais de inversão <i>versus</i> não-inversão sujeito-verbo obtidos por Torres Moraes (1996, p. 285) em cinco períodos de tempo.....	52
TABELA 1.2 - Percentuais de frases declarativas finitas com verbos inacusativos no PB através de seis períodos de tempo obtidos por Berlinck (2000).....	53
TABELA 1.3 - Cômputo geral de ocorrências da ordem VS em construções existenciais e não-existenciais obtidos por Spanó (2002).....	67
TABELA 1.4 - Ocorrência das ordens SV e VS em construções existenciais obtidos por Spanó (2002), segundo a <i>definitude do DP</i>	69
TABELA 1.5 - Ocorrência das ordens SV e VS em construções existenciais obtidos por Spanó (2002), segundo a <i>extensão do DP</i>	69
TABELA 1.6 - Ocorrência das ordens SV e VS em construções não-existenciais obtidos por Spanó (2002), segundo a <i>definitude do DP</i>	72
TABELA 4.1 - Paradigmas do PB e do PE no presente do indicativo.....	237
TABELA 4.2 - Quadro-resumo da caracterização formal e funcional.....	240
TABELA 4.3 - Paradigmas de flexão verbal do francês e do Faroese no presente do indicativo.....	250
TABELA 4.4 - Paradigmas verbais do inglês medieval e moderno no presente e no passado.....	254
TABELA 4.5 - Conjugação no tempo presente do verbo “ouvir” no inglês, dinamarquês e faroese.....	255
TABELA 4.6 - Conjugação no tempo pretérito do verbo “ouvir” no inglês, dinamarquês e faroese.....	255
TABELA 4.7 - Paradigmas de flexão verbal no presente do indicativo em PB1, PB2 e PE.....	256
TABELA 4.8 - Paradigmas de flexão verbal no pretérito em PB1, PB2 e PE.....	257
TABELA 4.9 - Conjugações do verbo <i>kanta</i> no caboverdiano nos tempos pretérito perfeito e presente extraídas de Pratas (2004, p. 8).....	284
TABELA 5.1 -Paradigmas flexionais de clíticos sujeitos no francês, no trentino e no fiorentino.....	357
TABELA 5.2 - Paradigmas flexionais do inglês e do grego no presente do indicativo extraídos de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998, p. 517).....	366
TABELA 5.3 - Conjugação do verbo <i>kasta</i> “lançar” no islandês extraída de Bobaljik (1995, p. 25).....	382
TABELA 5.4 - Conjugação do verbo <i>tremble</i> “tremar” no inglês extraída de Bobaljik (1995, p. 25).....	383

TABELA 6.1 .- Quadro-resumo dos contextos pergunta-resposta analisados com verbos transitivos.....	535
TABELA 6.2 - Quadro-resumo dos contextos pergunta-resposta analisados com verbos intransitivos.....	536
TABELA 6.3 - Quadro-resumo dos contextos pergunta-resposta analisados com verbos de movimento e de aparição.....	536
TABELA 6.4 - Quadro-resumo dos contextos pergunta-resposta analisados com verbos de mudança de estado que denotam eventos com causa interna.....	537

LISTA DE ABREVIATURAS

Visando deixar o leitor informado sobre a nomenclatura de alguns termos, ofereço a seguir uma lista dos termos técnicos que serão utilizados neste trabalho. Para isso, apresento na primeira coluna, quando necessário, a abreviatura baseada nos termos em inglês apresentados na segunda coluna e, na terceira coluna, apresento o nome desses termos em português:

Agr	Agreement	Concordância
A	Adjective	Adjetivo
Adv	Adverb	Advérbio
AgrP	Agreement Phrase	Grupo de Concordância
AP	Adjective Phrase	Grupo Adjetival
A-Regência	Antecedent Government	Regência por Antecedente
C	Complementizer	Complementador
CP	Complementizer Phrase	Grupo de Complementador
CTH	Case Transmission Hypothesis	Hipótese de Transmissão de Caso
D	Determiner	Determinante
DE	Definiteness Effect	Efeito de Definitude
DM	Distributed Morphology	Morfologia Distribuída
DP	Determiner Phrase	Grupo de Determinante
DS	Deep Structure	Estrutura-D
ECP	Empty Category Principle	Princípio da Categoria Vazia
EPP	Extended Projection Principle	Princípio de Projeção Alargado
EST	Extended Standard Theory	Teoria Standard Alargada
FI	Full Interpretation	Princípio de Interpretação Plena
FL	Faculty of Language	Faculdade da Linguagem
FocusP	Focus Phrase	Grupo de Foco
FQ	Floating Quantifier	Quantificador Flutuante
I ou Infl	Inflection	Flexão
IP	Inflectional Phrase	Grupo de Flexão
LF	Logical Form	Forma Lógica
MP	Mirror Principle	Princípio do Espelho
MS	Morphological Structure	Estrutura Morfológica

N	Noun	Nome ou Substantivo
Neg	Negation	Negação
NegP	Negation Phrase	Grupo de Negação
NP	Noun Phrase	Grupo Nominal
P	Preposition	Preposição
PersP	Person Phrase	Grupo de Pessoa
PF	Phonetical Form	Forma Fonética
PP	Prepositional Phrase	Grupo Preposicional
QP	Quantifier Phrase	Grupo de Quantificador
S	Sentence	Frase/ Sentença
Spec	Specifier	Especificador
SS	Surface Structure	Estrutura-S
T	Tense	Tempo
t	Trace	Vestígio
TEC	Transitive Expletive Construction	Construção Expletiva Transitiva
TopP	Topic Phrase	Grupo de Tópico
TP	Tense Phrase	Grupo Temporal
UG	Universal Grammar	Gramática Universal
V	Verb	Verbo
VP	Verb Phrase	Grupo Verbal
	Case	Caso
	C-command	C-comando
	Spec-Head Agreement	Concordância Especificador-Núcleo
	That-t(race) Effect	Efeito "that-trace"
	P-Structure	Estrutura Prosódica
	M-command	M-comando
	Head First/Head Last Parameter	Parâmetro de Ordenação do Núcleo
	Null Subject Parameter	Parâmetro do Sujeito Nulo
	Government	Regência
	Output	Saída
	Case Theory	Teoria do Caso

SUMÁRIO

PARTE I – QUADRO PANORÂMICO DO ESTUDO	20
1 INTRODUÇÃO	20
1.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	20
1.1.1 Estudos sobre a ordem VS no Português Brasileiro e no Português Europeu	36
1.1.1.1 Ambar (1992).....	36
1.1.1.2 Berlinck (1988) (2000)	46
1.1.1.3 Coelho (2000)	54
1.1.1.4 Kato (1999)	59
1.1.1.5 Spanó (2002).....	66
1.2 INVENTÁRIO DE QUESTÕES E HIPÓTESES	73
1.2.1 Questões	73
1.2.2 Hipóteses.....	74
1.3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: BREVES INCURSÕES.....	78
1.3.1 O arcabouço teórico	78
1.3.2 O arcabouço metodológico	79
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	79
2 QUADRO TEÓRICO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO	84
2.1 INTRODUÇÃO.....	84
2.2 TEORIA GERATIVA: PRESSUPOSTOS BÁSICOS.....	85
2.3 MODELO DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS (CHOMSKY, 1981).....	88
2.3.1 Teoria X-barra.....	94
2.3.2 Teoria Temática.....	99
2.3.3 Teoria do Caso	110
2.3.3.1 Sobre o Caso nominativo: a proposta de Koopman e Sportiche (1991).....	111
2.4 MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA: UMA PROPOSTA TEÓRICA PARA A INTERFACE SINTAXE-MORFOLOGIA	117
2.4.1 Sobre a estrutura morfológica (HALLE; MARANTZ, 1993).....	117
2.4.2 Sobre os tipos de morfemas e operações de movimento (EMBICK; NOYER, 2001)	121
2.4.2.1 Morfema-l <i>versus</i> morfema-f/ morfema sintático <i>versus</i> morfema não-sintático.....	121
2.4.2.2 Movimento sintático <i>versus</i> movimento não-sintático	124
2.4.3 Movimentos pós-sintáticos: evidências contra as hipóteses lexicalistas.....	130
2.5 CONCLUSÕES.....	136
3 SOBRE O FENÔMENO DA INACUSATIVIDADE	138
3.1 INTRODUÇÃO.....	138
3.2 SOBRE A NATUREZA SINTÁTICO-SEMÂNTICA DOS VERBOS INACUSATIVOS.....	139
3.2.1 A análise de Burzio (1986).....	139

3.2.2 A análise de Duarte (2003).....	156
3.2.3 A análise de Coelho (2000).....	171
3.2.3.1 Por uma composição semântica dos verbos (JACKENDOFF, 1976, 1987).....	175
3.3 SOBRE A NATUREZA DO DP PÓS-VERBAL NAS CONSTRUÇÕES INACUSATIVAS.....	194
3.3.1 A proposta de Belletti (1988).....	194
3.3.2 A proposta de Enç (1991).....	212
3.4 CONCLUSÕES.....	230
PARTE II – POR UMA CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA RIQUEZA DE AGR E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU.....	233
4 RIQUEZA DE AGR E O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO: LOCUS DE VARIAÇÃO ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU.....	233
4.1 INTRODUÇÃO.....	233
4.2 POR UMA CARACTERIZAÇÃO DA “RIQUEZA” DE AGR: CERNE DE INTENSOS DEBATES	236
4.2.1 A proposta de Roberts (1993).....	239
4.2.2 A proposta de Galves (2001).....	245
4.2.3 A proposta de Vikner (1997).....	248
4.3 AGR E O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO PORTUGUÊS EUROPEU.....	259
4.3.1 Sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo.....	261
4.3.1.1 A proposta de Rizzi (1988, 1997).....	261
4.3.1.2 A proposta de Jaeggli e Safir (1989).....	281
4.3.2 O Parâmetro do Sujeito Nulo na gramática do Português Brasileiro e do Português Europeu: evidências à não-binaridade desse parâmetro.....	288
4.3.2.1 Sobre as propriedades do Parâmetro do Sujeito Nulo na gramática do Português Brasileiro e do Português Europeu.....	288
4.3.2.2 Sobre a leitura referencial e a presença de sujeitos nulos e preenchidos na gramática do Português Brasileiro e do Português Europeu.....	301
4.3.2.2.1 Contextos de orações coordenadas.....	302
4.3.2.2.2 Contextos de orações adverbiais gerundivas.....	311
4.3.2.2.3 Contextos de orações adverbiais participiais.....	314
4.3.2.2.4 Contextos de orações adverbiais finitas.....	315
4.3.2.2.5 Contextos de pergunta-resposta com focalização do sujeito.....	318
4.3.2.2.6 Contextos de orações imperativas.....	322
4.3.2.2.7 Contextos de respostas a interrogativas QU- que não incidem sobre o sujeito.....	324
4.3.2.2.8 Contextos de respostas a interrogativas totais.....	327
4.3.2.2.9 Contextos de interrogativas “tags”.....	329
4.4 CONCLUSÕES.....	332
5 POR UMA ANÁLISE DA POSIÇÃO DOS SUJEITOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU.....	337
5.1 INTRODUÇÃO.....	337

5.2	ALGUMAS NOTAS SOBRE O MOVIMENTO DO VERBO.....	340
5.2.1	Evidências para movimento curto de V-para-T no Português Brasileiro e no Português Europeu.....	350
5.3	SOBRE A POSIÇÃO DOS SUJEITOS PRÉ-VERBAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU.....	354
5.3.1	Sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda (BARBOSA, 1996, ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998).....	354
5.3.1.1	O caso do Português Brasileiro.....	368
5.3.2	Sujeitos pré-verbais estão numa posição-A.....	405
5.3.2.1	Sobre os sujeitos pré-verbais no Português Europeu.....	405
5.3.2.2	Sobre os sujeitos pré-verbais no Português Brasileiro.....	420
5.4	SUJEITOS PÓS-VERBAIS: ASSIMETRIA ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU.....	446
5.4.1	Sobre os sujeitos pós-verbais no Português Europeu.....	446
5.4.2	Sobre os sujeitos pós-verbais no Português Brasileiro.....	458
5.5	CONCLUSÕES.....	470
6	POR UMA ANÁLISE DOS CONTEXTOS PERGUNTA-RESPOSTA E DA CONFIGURAÇÃO SPEC/HEAD NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU.....	473
6.1	INTRODUÇÃO.....	473
6.2	SOBRE A INTERFACE SINTAXE/DISCURSO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	477
6.2.1	Por uma descrição dos pares pergunta-resposta no Português Brasileiro e no Português Europeu.....	492
6.2.1.1	Pares pergunta-resposta construídos com verbos transitivos.....	494
6.2.1.2	Pares pergunta-resposta construídos com verbos intransitivos.....	513
6.2.1.3	Pares pergunta-resposta construídos com verbos inacusativos.....	515
6.2.1.3.1	Verbos de movimento e de aparição.....	516
6.2.1.3.2	Verbos de mudança de estado que denotam eventos com causa interna.....	529
6.3	POR UMA ANÁLISE DA CONCORDÂNCIA MORFOLÓGICA E DA ATRIBUIÇÃO DE CASO NOMINATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU.....	537
6.3.1	A natureza do morfema de pluralidade e a visibilidade da concordância morfológica: um dos <i>locus</i> de distinção entre o Português Brasileiro e o Português Europeu.....	539
6.3.2	Sobre o parâmetro EPP e o Caso nominativo na gramática do Português Brasileiro e do Português Europeu: por uma rediscussão da análise de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998).....	560
6.4	CONCLUSÕES.....	578
7	CONCLUSÃO.....	582
	REFERÊNCIAS.....	588
	OBRAS CONSULTADAS.....	611

PARTE I – QUADRO PANORÂMICO DO ESTUDO

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Quand nous trouvons des propriétés non banales qui sont strictement invariantes à travers les langues, ou dont la variation est très limitée par rapport aux possibilités concevables a priori, il est raisonnable d'attribuer l'invariance ou les limites observées à des contraintes intrinsèques, biologiquement déterminées, de nos structures mentales.¹

Luigi Rizzi

Pesquisas desenvolvidas no âmbito da Sintaxe Gerativa têm evidenciado, a partir de estudos comparativos, que o português brasileiro (doravante PB) e o português europeu (doravante PE) possuem gramáticas distintas (Cf. FREIRE, 2000, GALVES, 1996, 2001, TORRES MORAES, 1996, dentre outros). Adotando a perspectiva de Rizzi (1989), desenvolvo, portanto, nesta tese, um estudo comparativo entre essas duas gramáticas no que concerne à natureza de AGR e suas implicações para a ordem VS, tendo por finalidade precípua “determinar empiricamente as propriedades lingüísticas que são universais e constantes nas

¹ Quando nós encontramos propriedades não banais que são estritamente invariantes nas línguas, ou cuja variação é muito limitada com relação às possibilidades concebíveis *a priori*, é razoável atribuir a invariância ou os limites observados a restrições intrínsecas, biologicamente determinadas, de nossas estruturas mentais. - Tradução de Maria Denilda Moura do texto de Rizzi (1989, p. 8)

línguas, e as que variam de uma língua a outra. Para o que se refere às propriedades lingüísticas variáveis, trata-se igualmente de determinar os limites da variação possível.” (Ibid., p. 8).

Tem sido assumido que um dos *locus* de variação atestado entre as línguas naturais reside na maneira como os constituintes estão ordenados na frase (Cf. OUHALLA, 1991, COSTA, 1998², AMBAR, 1992, dentre outros). Há línguas cuja ordem básica³ é SVO (cf. as frases (1) e (2)), VSO (cf. as frases (3) e (4)), SOV (cf. as frases (5) e (6)) e VOS (cf. a frase (7)):

(1) Jean n’a pas envoyé les lettres. (*Francês*)

“João não enviou as cartas.”

(OUHALLA, op. cit., p. 146)

(2) John broke the window. (*Inglês*)

“João quebrou a janela.”

(COSTA, op. cit., p. 1)

(3) ad- y- segh Moha ijn teddart. (*Berbere*)

fut(T)- 3ms(Agr)-comprar Moha uma casa

“Moha comprará uma casa.”

(OUHALLA, op. cit., p. 106)

² Conforme Costa (Ibid., p. 1), “One of the most obvious aspects in which languages differ is in the order of the elements that constitute the sentences”. (Um dos aspectos mais evidentes em que as línguas diferem está na ordem dos elementos que constituem as sentenças. - Tradução minha)

³ A noção de ordem básica a que me refiro não deve ser confundida com a ordem básica nos termos da Teoria de Regência e Ligação (Cf. CHOMSKY, 1981). Como observado por Ambar (1992), a ordem básica nos termos dessa teoria está no domínio do abstrato, ao passo que a outra ordem básica está no domínio do empírico por corresponder à ordem não-marcada que possui menos restrição de ocorrência no que se refere a restrições de ordem sintática, semântica, prosódica ou pragmática.

(4) sa- ya- shtarii Zayd-un dar-an. (*Árabe*)

fut(T)-3ms(Agr)-comprar Zaid-NOM casa-ACC

“Zaid comprará uma casa.”

(OUHALLA, loc. cit.)

(5) Jan heeft het boek niet gelezen. (*Holandês*)

João tem o livro não lido

“João não leu o livro.”

(ZWART, 1997, p. 253)

(6) dass Hans ein Buch liest. (*Alemão*)

que João um livro lê

“que João lê um livro.”

(HAEGEMAN, 1997, p. 13)

(7) Nahita na-dRabe Rakoto. (*Malgaxe*)

Viu ACC-Rabe Rakoto

“Rakoto viu Rabe.”

(COSTA, op. cit., p. 2)

Passando, agora, a analisar mais detidamente a ordem de palavras no PB e no PE, a ordem básica nessas línguas é SVO à semelhança de línguas como o francês e o inglês. A evidência apresentada por Ambar (1992) para o PE de que essa é a ordem básica pode ser estendida para o PB. Segundo essa autora, a

ordem SVO em contextos declarativos finitos, ao contrário da ordem OSV, pode ocorrer independentemente da existência de um corte entoacional⁴ entre o sujeito e o verbo por não estar submetida a requerimentos de ordem prosódica, caracterizando-se, assim, como uma ordem não-marcada. Vejam-se os contrastes entre as ordens OSV e SVO representadas em (8) e (9), respectivamente:

(8)a. *Esse filme a Maria viu.

a'. Esse filme, a Maria viu.

(9)a. A Maria viu esse filme.

a'. A Maria, viu esse filme.

(AMBAR, 1992, p. 26)

Outra evidência que vem corroborar a análise da autora de que SVO é a ordem não-marcada em PE encontra suporte empírico na pesquisa desenvolvida por Costa (1998, p. 297) na qual é verificado que essa é a ordem legítima na resposta a uma pergunta com focalização de toda a frase como: *O que é que aconteceu?*⁵, opção também disponível no PB:

(10) A - O que é que aconteceu?

B – O Paulo partiu a janela.

⁴ Esse corte entoacional corresponde a uma pausa que vem representada graficamente pela vírgula.

⁵ Para uma conclusão similar, cf. também Costa (2001b) e Hulk e Pollock (2001).

Rediscutindo a proposta de Greenberg (1963), Ambar assume, ao contrário desse autor, que a ordem básica de uma língua não é aquela que *sempre* pode ocorrer. Contra-evidências a essa proposta são encontradas no PE que, embora seja uma língua com a ordem básica SVO, não permite a produção dessa ordem em interrogativas QU-⁶ (cf. (11)) e em respostas a uma pergunta quando o sujeito está focalizado (cf. (12)):

(11)a. *A Joana comprou que? (vs Que comprou a Joana?)

(AMBAR, op. cit., p. 47)

(12) a. Quem comeu o bolo?

b. Comeu o João.

c. *O João comeu.

d. *O João comeu o bolo.

(Ibid., p. 29)

Com base na agramaticalidade das frases em (11a), (12c) e (12d) no PE, é plausível depreender que a variação da ordem dos constituintes ocorre não só no domínio interlingüístico, conforme já observado no início deste capítulo quando contrastadas as ordens básicas em algumas línguas naturais, mas também no

⁶ Ambar (1992, p. 47) observa que só em contextos de *interrogativas eco* (cf. (i)) e de *interrogativas múltiplas* (cf. (ii)), é possível ser encontrada a ordem SVO no PE:

(i) A Joana comprou que livro?
 (ii) Quem comprou o quê?

domínio intralingüístico. No PE, como mencionado, a ordem SVO é não-marcada, contudo ela não pode ocorrer em todos os contextos estruturais nessa língua.

Outra variação atestada no domínio intralingüístico encontra-se numa língua como o inglês que, embora não possua inversão sujeito-verbo em contextos declarativos finitos (cf. os exemplos em (15), a seguir), possui inversão sujeito-auxiliar (*Subject-Aux Inversion*) nos termos de Rizzi (1990) em contextos estruturais de interrogativas QU-. Conforme verifica esse autor, essa inversão é obrigatória quando ocorre extração de um elemento WH-⁷:

(13) a. How do you think that he come t?

“Como você acha que ele vem?”

b. How did he come t?

“Como ele veio?”

(RIZZI, 1990, p. 46)

Apesar de o inglês, o PB e o PE serem línguas cuja ordem não-marcada é SVO, elas possuem um comportamento distinto no que se refere à legitimação de sujeitos pós-verbais em contextos declarativos finitos; enquanto a segunda, de forma similar ao inglês, produz apenas as ordens SVO e OSV, a terceira permite cinco tipos de ordenação entre os constituintes: SVO, OSV, VOS, VSO e OVS:

⁷ O uso de “t” nas frases interrogativas de (13) marca a posição de origem do elemento WH- que é o alvo do movimento. Em outras palavras, *t* corresponde ao vestígio deixado por esse elemento após o movimento.

(14) *Português Brasileiro:*

- a. O Paulo comeu a sopa.
- b. A sopa, o Paulo comeu.
- c. *Comeu a sopa o Paulo.
- d. *Comeu o Paulo a sopa.
- e. *A sopa, comeu o Paulo.

(15) *Inglês:*

- a. Paul ate the soup.
- b. The soup, Paul ate.
- c. *Ate the soup Paul.
- d. *Ate Paul the soup.
- e. *The soup, ate Paul.

(16) *Português Europeu*⁸:

- a. O Paulo comeu a sopa.
- b. A sopa, o Paulo comeu.
- c. Comeu a sopa o Paulo.
- d. Comeu o Paulo a sopa.
- e. A sopa, comeu o Paulo.

⁸ Os exemplos do PE foram extraídos de Costa (2000, p. 2).

Costa (2000), ao analisar os contextos declarativos em (16), assume que a variação da ordem de palavras no PE é apenas aparente, haja vista que a ordem de palavras codifica uma dada estrutura informacional. Por exemplo, a frase em (16a) só é possível como resposta a uma pergunta em que toda a frase é focalizada (*O que é que aconteceu?*), ao passo que (16c) e (16e) são respostas legítimas a uma pergunta com o sujeito focalizado (*Quem comeu a sopa?*). Nessa acepção, o autor defende que os contextos discursivos condicionam a produção de uma dada ordem, fato esse que não é observado no PB, tendo em vista que, embora o sujeito seja focalizado na pergunta, sua posição na resposta é sempre pré-verbal (cf. (17)):

(17) A – Quem comeu o bolo?

B – a. O bolo, o João comeu.

b. O João comeu o bolo.

c. *Comeu o bolo o João.

d. *O bolo, comeu o João.

Não obstante, concordando com Costa (1998, 2000) de que a variação entre as ordens de palavras no PE não consiste em opcionalidade, assumo nesta tese, ao contrário desse autor, que a causa dessa variação atestada não só nessa língua como também numa língua como o PB não decorre de requerimentos de ordem discursiva, mas dos *outputs* gerados pela sintaxe de cada língua conforme propõem Costa e Figueiredo Silva (2003a) e Costa (2003b, 2004). Por um lado, já que no PE a sintaxe gera dois *outputs*: SV e VS, os DPs sujeitos podem ocorrer em

posição pré-verbal ou pós-verbal, sendo esta última uma posição suscetível para hospedar sujeitos focalizados conforme previsto pela estrutura informacional. Por outro lado, pelo fato de a sintaxe do PB gerar um único *output*, SV, os sujeitos focalizados deverão ocupar a posição pré-verbal para satisfazerem as condições impostas por esse *output* conforme atestado em (17) nas respostas (a) e (b) cujas ordens de palavras são OSV e SVO, respectivamente.

De mais a mais, defendo que a distinção entre os *outputs* sintáticos no PB e no PE ganha suporte explicativo no Parâmetro do Sujeito Nulo. Segundo Duarte (2000), o PB tem atravessado uma fase de mudança caracterizada pela perda do *Princípio Evite Pronome* (CHOMSKY, 1981) em virtude de o enfraquecimento de sua morfologia de flexão verbal ter ocasionado uma alta frequência do preenchimento da posição pré-verbal por sujeitos referenciais realizados foneticamente. No PE, ao contrário, por ser a flexão ainda forte, sujeitos nulos referenciais são legitimados e identificados por essa flexão tal como acontece no italiano e no espanhol, línguas de sujeito nulo prototípicas. Disso resulta que, sendo o PB uma língua em que a posição pré-verbal, em geral, é ocupada pelo sujeito foneticamente realizado, a inversão sujeito-verbo é bloqueada e, conseqüentemente, o único *output* sintático gerado é SV.

Além da diferença acima observada entre o PB e o PE nos contextos declarativos de (14c) a (14e) e de (16c) a (16e), respectivamente, a pesquisa diacrônica realizada por Duarte (1992) evidencia que, na primeira língua, a inversão sujeito-verbo tem sido perdida em interrogativas QU⁹, ao contrário do PE, em que, segundo Ambar (1992, p. 58), esse é um dos contextos obrigatórios para a inversão sujeito-verbo:

⁹ Cf. também Lopes Rossi (1996).

(18)a. Quem encontrou o João no cinema? (OKPE *PB)

a'. Quem o João encontrou no cinema? (*PE OKPB)

b. A quem escreveu o Pedro? (OKPE *PB)

b'. A quem o Pedro escreveu? (*PE OKPB)

Não obstante a agramaticalidade das frases no PB com a ordem VS nos contextos declarativos finitos em (14c) a (14e) e interrogativos em (18a) e (18b)¹⁰, resultados de pesquisas têm evidenciado que essa ordem encontra-se submetida à restrição de monoargumentalidade nessa língua (Cf. BERLINCK, 1988, 2000, TORRES MORAES, 1996, KATO, 1999, COELHO, 2000, SPANÓ, 2002, dentre outros), ou seja, ela só é legitimada em contextos monoargumentais, em específico,

¹⁰ Duarte (1992, p. 45-56), ao analisar as interrogativas em (i) com a ordem VS no PB, pontua: “[...] a ordem VS está restrita a interrogativas que se constroem com alguns verbos intransitivos, com os verbos ‘ser’ e ‘estar’ e com os chamados ‘verbos apresentativos’, que, nas sentenças declarativas, normalmente apresentam o SN posposto, o que deixa dúvidas quanto ao fato de se tratar realmente de inversão.”. Vejam-se os contextos em (i) com a ordem VS e (ii) com a ordem SV:

(i) a. Como é que vai ser a reprodução da espécie? (268)

b. E onde está o resto? (294)

c. Como é que me acontece uma coisa dessas? (316)

(ii)a. Como é que a reprodução da espécie vai ser?

b. E onde o resto está?

c. Como é que uma coisa dessas me acontece?

Kato (1993, p. 2) propõe que a inversão observada nas frases em (i) trata-se de uma falsa inversão, estando o sujeito posposto deslocado à direita e sendo co-referente com uma categoria nula ou preenchida em Spec, IP. Vale pontuar que nos exemplos, a seguir, o corte entoacional marcado graficamente pela vírgula e necessário entre o DP pós-verbal e a frase não se encontra nesses exemplos. Contudo, a meu ver, por uma questão de lapso, a autora não pôs a vírgula, pois, na ausência desse corte entoacional, as frases em (iii) são agramaticais:

(iii)a. E como é que (elas) se comportam *as pessoas civilizadas*?

b. Onde é que (ela) tá *aquela desgraçada*?

c. Onde é que (ele) se enfiou *o endemoniado*?

quando construídos com verbos inacusativos¹¹. Observe-se, a seguir, que das quatro frases extraídas de Kato (op. cit., p. 1), a única que não sofre qualquer tipo de restrição quanto ao julgamento de gramaticalidade dos falantes nativos é a construção inacusativa com o verbo *chegar* em (19a), o que vem corroborar a predição dessa autora (KATO, loc. cit.): “[...] o único tipo de verbo ainda produtivo na ordem VS no PB é o inacusativo.”:

(19)a. Chegou o trem.

b. ?Telefonou o cliente¹².

c. *Assinou uma carta o chefe do departamento.

d. **Enviou uma carta a todos o presidente da associação.

De forma similar ao PB, uma das possibilidades de o DP ocupar a posição pós-verbal no inglês está relacionada ao fato de o verbo ser inacusativo (Cf. BURZIO, 1986, AMBAR, 1992, LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995, ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998 e KATO, 1999). Embora haja similaridades entre as duas línguas no que concerne ao aspecto acima referido, o DP posposto no inglês em construções inacusativas tem que ser necessariamente indefinido, ao passo que

¹¹ A hipótese sobre a existência de duas classes de intransitivos: a) os inacusativos e b) os inergativos foi inicialmente proposta por Perlmutter (1978) no quadro teórico da Gramática Relacional e adotada por Burzio (1986) no modelo Teórico de Regência e Ligação (Cf. CHOMSKY, 1981). Sobre essa hipótese, tecerei considerações no capítulo 3.

¹² Kato (1999) verifica que verbos inergativos como *telefonar* que selecionam obrigatoriamente um DP sujeito com o traço [+agentivo] permitem ocorrência residual de VS no PB, uma opção não mais disponível na gramática do inglês, seja o DP posposto [+agentivo] definido ou indefinido:

(i) *Telephoned John.
“Telefonou o João.”

(ii) *Telephoned a boy.
“Telefonou um garoto.”

no PB não se verifica tal restrição, o que me leva a discutir a proposta de Belletti (1988) sobre o *Efeito de Definitude* (DE) que, presumidamente, é universal, segundo a autora. Vejam-se os seguintes contrastes entre as duas línguas:

- (20)a. Chegou o João.
a'. *There arrived John.
b. Chegou um garoto
b'. There arrived a boy.

Similarmente ao PB, não se observa o DE no DP pós-verbal nas construções inacusativas no PE, tendo em vista que frases como (20a) são perfeitamente legítimas nessa língua (Cf. COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003a, 2003b e FIÉIS, 2003). Vale pontuar, ainda, que o estudo comparativo e quantitativo realizado por Spanó (2002) sobre a ordem VS nos contextos monoargumentais nas duas línguas evidencia que verbos inacusativos são contextos favorecedores da ordem VS, ao contrário dos verbos intransitivos, e que DPs pós-verbais tendem a ser indefinidos, o que me leva a inferir que a indefinidade comumente associada a esses DPs parece estar intrinsecamente relacionada ao fato de eles serem gerados na posição de objeto, uma análise que, de certa forma, vai na direção do que foi observado por Pontes (1986).

Ademais, em construções inacusativas do PE coloquial, quando o sujeito está posposto, é possível que a concordância morfológica visível entre a flexão verbal e o DP pós-verbal não seja estabelecida (cf. (21a')) como ocorre, em

geral, no PB (cf. (22a')). Embora seja possível a ausência dessa concordância em construções inacusativas no PE coloquial, em construções (in)transitivas a concordância morfológicamente visível entre o sujeito pós-verbal e a flexão verbal é requerida (cf. (23)). Contudo, quando o DP subcategorizado por um verbo inacusativo é movido para a posição pré-verbal, a concordância morfológicamente visível no PE é também atestada à semelhança do que ocorre nos contextos (in)transitivos (cf. (24)). No PB, por outro lado, se o DP está anteposto ao verbo, a concordância morfológica entre o DP pré-verbal e a flexão verbal pode ser estabelecida ou não, independentemente do tipo de verbo (cf. (25))¹³:

(21)a. Arderam muitas florestas

a'. Ardeu muitas florestas.

(22)a. ??Queimaram muitas floresta.

a'. Queimou muitas floresta.

(23)a. Comeram os meninos o bolo.

a'. *Comeu os meninos o bolo.

b. Comeram o bolo os meninos.

b'. *Comeu o bolo os meninos.

c. Cantaram os meninos.

c'. *Cantou os meninos.

¹³ Os exemplos são extraídos de Costa (2001a) e Costa e Figueiredo Silva (2003b).

(24) a. Os meninos comeram o bolo.

a'. *Os meninos comeu o bolo.

b. Os meninos cantaram.

b'. *Os meninos cantou.

c. Muitas florestas arderam.

c'. *Muitas florestas ardeu.

(25)a. Os menino comeram o doce.

a'. Os menino comeu o doce.

b. Os menino tossiram.

b'. Os menino tossiu.

c. Muitas floresta queimaram.

c'. Muitas floresta queimou.

Tem sido assumido por Costa e Figueiredo Silva (2003b), dentro do quadro teórico da Morfologia Distribuída proposto por Halle e Marantz (1993), que a concordância morfológica visível observada entre o DP sujeito e a flexão verbal no PE decorre do tipo de morfema associado com pluralidade. Segundo esses autores, sendo o D(eterminante) marcado com o morfema de plural, o nome que ele modifica, bem como a flexão verbal terão de carregar necessariamente esse morfema (cf. as frases em (23) e (24)), o qual será inserido pós-sintaticamente na componente morfológica da gramática. Nesse sentido, a concordância estrutural que ocorre na sintaxe propriamente dita (nomeadamente, a Configuração Spec/Head)

não decorre da concordância morfológica visível entre o DP sujeito e a flexão verbal que só será estabelecida num domínio posterior à sintaxe.

Face ao acima exposto, um problema se ergue quando se observa em PE coloquial a construção inacusativa em (21a') em que a concordância morfológica visível é estabelecida no domínio interno do DP (ex.: *muitas florestas*), e não entre esse DP e a flexão verbal. Uma das hipóteses que será testada neste trabalho é a de que nessa construção, quando a flexão verbal não carrega o morfema de plural, o DP continua na posição de objeto onde foi gerado, sendo a concordância estabelecida com um expletivo inserido na posição pré-verbal (nomeadamente, Spec, IP). Em se tratando de (21a), não há motivação para assumir a existência desse expletivo na posição pré-verbal, o que implica considerar que a concordância é estabelecida com o DP pós-verbal, ao qual é atribuído Caso nominativo. No PB, essa última opção já é menos aceitável pelos falantes nativos, o que me leva a inferir que a ordem VS atestada nessa língua é uma “pseudo-ordem VS”, estando o DP pós-verbal ocupando a posição de objeto e um expletivo em Spec, IP, gerando a ordem superficial: *pro_{expl} V DP*.

Ao realizar, portanto, um estudo sobre a ordem VS no PB e no PE, objeto de investigação desta tese, deterei minha atenção nos contextos declarativos finitos e nos pares pergunta-resposta, não perdendo de vista as implicações da natureza de AGR em ambas as línguas para a estrutura das frases. Nesse sentido, assumirei com Galves (1996) que o enfraquecimento do paradigma flexional do PB, cujo AGR é “pobre”, tem causado uma reestruturação na gramática dessa língua no que se refere à ordenação dos constituintes na frase, que não é tão flexível se comparada às diversas possibilidades de ordenação na gramática do PE (cf. as frases em (16)), o que implica dizer, conforme já mencionado, que os dois *outputs* gerados pela

sintaxe dessa última língua, SV e VS, são os *triggers* para a produção de DPs sujeitos antepostos e pospostos ao verbo, respectivamente.

Embora a variação interlingüística seja atestada entre o PB e o PE no que se refere à ordem do sujeito em relação ao verbo, em ambas as línguas, há movimento curto de V-para-T¹⁴ (Cf. COSTA; GALVES, 2002), uma conseqüência da riqueza de flexão verbal nos termos defendidos por Vikner (1997). Nesse sentido, levanto como hipótese que o AGR “rico” que legitima e identifica sujeitos nulos referenciais no PE e, conseqüentemente, a inversão sujeito-verbo com todos os tipos de verbos, não corresponde ao AGR “rico” que motiva o movimento do verbo na sintaxe, ao contrário do que é sugerido por Gonçalves (1994). Contudo, vale pontuar que, em ambos os casos, quer o AGR implique legitimação e identificação de sujeitos nulos referenciais e inversão sujeito-verbo, quer implique movimento de subida do verbo para o núcleo flexional na sintaxe, é observada a forte correlação entre morfologia e sintaxe.

Além de o movimento de subida do verbo ocorrer tanto em PB quanto em PE, argumentarei que em ambas as línguas há evidências de movimento pós-sintático decorrente também de sua morfologia de flexão verbal, o que vem atestar a análise de Bobaljik (1995). E ainda, no que concerne ao lugar de pouso dos sujeitos pré-verbais no PB, diferentemente do que tem sido comumente assumido na literatura (Cf. KATO, 1999, 2000, BARBOSA; DUARTE; KATO, 2001, COSTA; GALVES, op. cit., dentre outros), parece haver evidências de que nessa língua a posição Spec, AgrSP está ocupada por uma categoria XP, ao invés de Spec,TP, o

¹⁴ Assumindo que AgrSP domina TP, ao levar em conta a proposta do IP cindido (Cf. POLLOCK, 1989), o movimento curto do verbo no PB e no PE aqui referido caracteriza-se pelo fato de o verbo parar no núcleo de TP e não no núcleo de AgrSP. Essa questão será retomada no capítulo 5. Vale pontuar, ainda, que as etiquetas AgrSP e TP só serão referidas quando necessárias, caso contrário, adotarei apenas a etiqueta IP.

que vem favorecer a hipótese para a existência de movimento pós-sintático nas construções declarativas finitas à semelhança do PE.

Em suma, com base nas breves incursões referentes às questões relativas às implicações da morfologia de flexão verbal para a legitimação e identificação de sujeitos nulos referenciais e inversão sujeito-verbo e para o movimento de subida do verbo e de movimento pós-sintático, torna-se imprescindível para a pesquisa aqui empreendida adotar a interface sintaxe-morfologia.

1.1.1 Estudos sobre a ordem VS no Português Brasileiro e no Português Europeu

1.1.1.1 Ambar (1992)

Uma das grandes contribuições para o estudo da sintaxe da inversão sujeito-verbo no PE dentro do quadro teórico gerativista é a pesquisa desenvolvida por Ambar (1992), na qual não só são descritos os contextos em que essa inversão é obrigatória ou facultativa, como também são analisados os mecanismos internos envolvidos para a produção dessa inversão.

A autora, ao analisar os contextos de interrogativas QU- diretas, observa que a inversão sujeito-verbo é obrigatória, exceto quando essas interrogativas têm o elemento *é que*:

- (26)a. (O) Que ofereceu o Pedro à Joana?
- b. *(O) Que o Pedro ofereceu à Joana?
- c. (O) que é *que* o Pedro ofereceu à Joana?
- d. ?(O) que é *que* ofereceu o Pedro à Joana?

(AMBAR, 1992, p. 59)

Além dos contextos acima, a autora verifica que em pares pergunta-resposta quando o sujeito é focalizado na pergunta, a inversão sujeito-verbo também é obrigatória (Cf. também GONÇALVES, 1994, COSTA, 1998, 2001a, 2001b, 2000, BRITO; DUARTE; MATOS, 2003 e FIÉIS, 2003). Nesses contextos, sendo o sujeito o foco da sentença, ou seja, a “informação nova”, ele aparece na resposta necessariamente posposto ao verbo, ao passo que os constituintes tópicos que veiculam “informação dada”, por manterem uma relação de identidade com um referente anteriormente mencionado no discurso, aparecem em posição pré-verbal. Vejam-se os seguintes pares pergunta-resposta extraídos de Ambar (op. cit., p. 71):

- (27) – Quem comeu o chocolate?
- a. Comeu *a Joana*.
- a'. *A Joana comeu.
- a''. ?*A JOANA comeu.
- b. O CHOCOLATE comeu a Joana.
- c. ?Comeu a Joana, o chocolate¹⁵.

¹⁵ A autora observa que é necessário haver uma pausa entre o sujeito pós-verbal e o objeto para que a frase se torne aceitável na gramática do PE.

d. Foi a Joana.

e. A Joana.

(...)

(28) – Que comeu a Joana?

a. A Joana comeu o chocolate.

a'. *Comeu a Joana o chocolate.

b. Comeu o chocolate.

c. Foi o chocolate.

d. O chocolate.

(...)

Nas respostas às perguntas em (27) e (28) é evidente que os constituintes focalizados são o DP sujeito *A Joana* e o DP objeto *o chocolate*, respectivamente, que veiculam informação nova e aparecem em posição pós-verbal. Sobre a posição do sujeito em (27a''), Gonçalves (1994), ao trabalhar com um contexto semelhante, pontua que a aceitabilidade de uma tal posição só é possível quando o DP não corresponde a um verdadeiro foco informacional, haja vista que é pressuposta a existência de outros participantes: *A JOANA* comeu, (*não sei quem comeu mais*). Disso resulta que, ao invés de ser um foco informacional, o sujeito nessa posição é um foco contrastivo sobre o qual recai um acento de intensidade¹⁶. Por outro lado, a posição pré-verbal, como já referido acima, hospeda tópicos que são constituintes veiculadores de informação velha: em (28a), por exemplo, o DP *a Joana* é

¹⁶ O DP que recebe o acento de intensidade vem identificado por letras capitais.

interpretado como tópico, a informação já dada na pergunta, ao passo que o DP o *chocolate* é interpretado como foco, a informação nova.

Um dos pontos de questionamento levantado por Ambar refere-se à noção de “*inversão livre do sujeito*”, uma das propriedades das línguas de sujeito nulo (línguas pro-drop), conforme defende Rizzi (1988, 1997). Segundo essa autora, a partir da análise dos contextos frasais no PE, essa inversão livre não existe nessa língua pelo fato de a posposição do sujeito ao verbo ser sempre desencadeada por algum elemento. Na frase em (26a), o elemento desencadeador da inversão é o contexto de uma interrogativa QU- direta, ao passo que em (27a) é o contexto de focalização do sujeito. Numa frase declarativa simples como *Comeu o João*, a autora assume que ela só “pode de facto existir se integrada num determinado contexto”, nesse caso, um contexto de focalização do sujeito. (Cf. AMBAR, 1992, p. 185).

Da mesma forma que a ordem VS no PE é sempre desencadeada por algum elemento, em línguas que não são de sujeito nulo (línguas não-pro-drop) como o francês e o inglês, a inversão sujeito-verbo, quando possível, é também produzida em contextos estruturais específicos. Barbosa (2001, p. 41-42), ao analisar algumas sentenças interrogativas no francês, assume que nesses contextos a inversão sujeito-verbo é obrigatória¹⁷, podendo ser classificada da seguinte forma:

- a) *Inversão Pronominal*: caracteriza-se pela presença de um clítico sujeito pronominal entre o verbo auxiliar e o verbo principal:

(29) *Quand est-elle venue?*

“Quando ela veio?”

¹⁷ Cf. também Kayne e Pollock (2001), Taraldsen (2001) e Ambar e Pollock (2002).

b) *Inversão Complexa*: caracteriza-se pela presença de um sujeito não-pronominal duplicado por um clítico que intervém entre o verbo auxiliar e o verbo principal:

(30) *Quand Marie est-elle venue?*

“Quando a Maria ela veio?”

c) *Inversão Estilística*: caracteriza-se pela presença de um sujeito obrigatoriamente não-pronominal que sempre ocorre em posição final na frase:

(31) *Quand est venue Marie?*

“Quando veio a Maria?”

Ademais, no inglês, a posposição do DP é obrigatória nos contextos de *Inversão Locativa*¹⁸ em que um PP locativo ou direcional é movido para a posição inicial da frase, o que culmina na ordem: PP V DP¹⁹:

¹⁸ Cf. Levin e Rappaport Hovav (1995) para uma análise sobre as construções de inversão locativa.

¹⁹ Vale pontuar que não só no inglês (cf. (i)), mas também no francês (cf. (ii)), o DP aparece posposto nos seguintes contextos de inversão locativa:

(i) Down the hill rolled the baby carriage.
“De colina abaixo, rolou o carro do bebê.”

(AMBAR, 1992, p. 186)

(ii) Dans la forêt vivait un vieil ermite.
“Na floresta vivia um velho ermita.”

(AMBAR; POLLOCK, 2002, p. 136)

(32)a. In the distance APPEARED the towers and spires of a town which greatly resembled Oxford. [L. Bromfield, *The Farm*, 124]

“Na distância surgiam as torres e os picos de uma torre que extremamente se assemelhavam a Oxford.”

(LEVIN; HAPPAPORT HOVAV, 1995, p. 218)

b. On the third floor WORKED two young women called Maryanne Thomson and Ava Brent, who ran the audio library and print room. [L. Colwin, *Goodbye without Leaving*, 54]

“No terceiro andar trabalhavam duas mulheres jovens chamadas Maryanne Thompson e Ava Brent, que administravam a biblioteca de áudio e a sala de tipografia.”

(Ibid., p. 224)

c. ... out of the house CAME a tiny old lady and three or four enormous people... [L. Bromfield, *The Farm*, 1]

“...Fora da casa vieram uma senhora muito pequena e três ou quatro pessoas gigantescas.”

(Ibid., p. 241)

Assumindo, portanto, que a inversão sujeito-verbo tanto ocorre em línguas pro-drop como o PE quanto em línguas não-pro-drop como o francês e o inglês em decorrência de algum mecanismo que a desencadeia, Ambar (1992, p. 186) defende

que essa inversão “[...] em qualquer língua [...] é provocada por um dado mecanismo [...] Neste sentido, a chamada ‘inversão livre’ não existiria nas línguas.”.

Além disso, a autora, embasando sua análise no modelo teórico de Regência e Ligação, assume que, em todas as frases do PE na ordem VS, é o verbo que sobe para o núcleo da categoria funcional CompP (=CP) (movimento de V-para-C), permanecendo o DP sujeito em Spec, IP²⁰, o que vai de encontro à proposta de Chomsky (1981) e Rizzi (1988) que defendem o movimento desse DP de sua posição de base, Spec, IP, para uma posição de adjunção à direita do sintagma verbal. Como consequência dessa última proposta, a ordem VS passou a ser denominada por esses autores de “inversão livre do sujeito”, haja vista que é o sujeito que se desloca para a direita da frase.

Em sua análise, Ambar também centra sua atenção no chamado *Efeito de Definitude* proposto por Belletti (1988) para os DPs pós-verbais em construções inacusativas que, segundo essa última autora, têm de ser indefinidos nessas construções. À primeira vista, poder-se-ia pensar que o italiano e o PE não possuem esse efeito em virtude de ocorrerem DPs definidos e indefinidos quer seja com verbos inacusativos (cf. (33a) a (33b’)), quer não (cf. (33c) a (33f’)):

(33) a. Il ragazzo è arrivato.

a’. O rapaz chegou.

b. È arrivato il ragazzo.

b’. Chegou o rapaz.

²⁰ A análise de Costa (1998) sobre a posição dos DPs pós-verbais em PE, apresentada no capítulo 5 e adotada nesta tese, vai de encontro ao que é proposto por Ambar (1992) para os contextos declarativos finitos. Nesse capítulo, serão apresentadas evidências de que o movimento de V-para-C não é possível nesses contextos.

- c. Il ragazzo ha parlato (com Piero).
- c'. O rapaz falou com o Pedro.
- d. Ha parlato com Piero il ragazzo.
- d'. Falou com o Pedro o rapaz.
- e. Il ragazzo ha mangiato un dolce.
- e'. O rapaz comeu um doce.
- f. Ha mangiato un dolce il ragazzo.
- f'. Comeu um doce o rapaz.

(AMBAR, op.cit., p. 127)

À semelhança de Belletti (op. cit.) para o italiano (cf. (34a) e (34b)), Ambar (Ibid., p. 128) assume que o DE está presente no PE²¹ com base nos seguintes contrastes entre (35a) e (35b):

(34)a. *All'improvviso è entrato l' uomo dalla finestra.

“De repente entrou o homem pela janela.”

b. All'improvviso è entrato un uomo dalla finestra.

“De repente entrou um homem pela janela.”

(BELLETTI, op. cit., p. 9)

²¹ Sobre o *Efeito de Definitude* (DE) que, segundo Belletti (1988), existe supostamente em todas as línguas, será feita uma rediscussão na seção 3.3 do terceiro capítulo, haja vista que parecem existir contra-evidências para a universalidade desse efeito. Conforme informaram-me alguns falantes não só do PE, mas também do PB, a construção inacusativa em (35b) com o DP definido pós-verbal não é marginal, o que parece indicar que nesse contexto frasal esse efeito não é atuante.

(35)a. De repente entrou um homem pela janela.

b. ? De repente entrou o homem pela janela.

(AMBAR, op. cit., p. 128))

Em (35b), sendo o DP pós-verbal definido, a sentença torna-se marginal, mas não agramatical como seria no italiano (cf. (34a)). Segundo a autora, essa marginalidade poderia ser eliminada se o DP fosse expandido por algum modificador:

(36) De repente entrou o homem *do chapéu preto* [grifo meu] pela janela.

(AMBAR, loc. cit.)

Uma das questões que se ergue como problemática à proposta belettiana e que será retomada no capítulo 3 diz respeito à possibilidade de quantificadores universais ocorrerem em construções inacusativas no PE e no PB, uma opção que vai de encontro ao que é assumido por Belletti que os considera definidos. Contudo, se adotada a proposta de Enç (1991), pode-se assumir que esses quantificadores têm o traço [-definido] e [+específico] por razões que serão elucidadas na subseção 3.3.2 deste trabalho. Vejam-se as frases em (37) e (38) do PE e do PB, respectivamente:

(37)a. Chegaram *todos* os livros que o Pedro tinha encomendado.

b. Nesse jantar apareceram *todos* os meus amigos.

(AMBAR, op. cit., p. 127)

(38)a. (Fala do Plano Cruzado) Eu acho que saiu o *dinheiro todo* de circulação (FLP21L435)²²

(COELHO, 2000, p. 158)

Nos casos acima, seguindo Enç (op. cit.), o DP não tem referência genérica, mas uma leitura necessariamente partitiva decorrente do traço de especificidade. Em (37a), por exemplo, é evidente que a referência do DP universalmente quantificado *todos os livros* não corresponde a uma interpretação genérica no sentido de que chegaram *todos os livros do mundo*, mas diz respeito a uma interpretação específica conforme pode ser verificado pela presença da oração relativa (“*que o Pedro tinha encomendado*”) que modifica o DP e que serve como atribuidor de especificidade.

De forma geral, a pesquisa desenvolvida por Ambar (op. cit.) vem corroborar o fato de que a inversão sujeito-verbo é bastante produtiva na gramática do PE com base nos vários contextos estruturais descritos por essa autora em que essa inversão é obrigatória ou facultativa²³, ao contrário do que ocorre em PB conforme observado, por exemplo, por Berlinck (1988, 2000), Coelho (op. cit.), Kato (1999) e Spanó (2002).

²² Dentro dos parênteses é utilizada por Coelho (2000) a sigla correspondente à cidade de Florianópolis (FLP) que vem seguida do número da entrevista e do número da ocorrência do contexto lingüístico extraído do *corpus* da pesquisa.

²³ Para uma descrição pormenorizada dos contextos em que essa inversão é obrigatória ou facultativa, sugiro ao leitor consultar a pesquisa da referida autora.

1.1.1.2 Berlinck (1988) (2000)

Objetivando caracterizar a ordem VS²⁴ na gramática do PB em sentenças declarativas finitas, Berlinck (1988) realiza um estudo quantitativo com base na proposta metodológica de Labov sob duas perspectivas de análise: a sincrônica e a diacrônica. O *corpus* sincrônico analisado pela autora constitui-se de frases extraídas de narrativas pessoais de jovens com nível universitário (20-30 anos) no ano de 1987, ao passo que os dois *corpora* diacrônicos analisados correspondem a um *corpus* do século XVIII (1751-1763) e a um *corpus* do século XIX (1848-1851), sendo ambos constituídos de frases extraídas de cartas pessoais.

Em sua pesquisa, a autora observa que há fatores lingüísticos que restringem o uso da ordem VS, ao invés da ordem SV, o que a leva a assumir que as duas ordens estão em distribuição complementar, não consistindo, portanto, num fenômeno de variação lingüística no sentido laboviano. Os resultados percentuais obtidos por essa autora evidenciam um crescente decréscimo da ordem VS no PB ao longo da história: século XVIII (42%), século XIX (31%) e século XX (21%), ordem esta que passa a ficar restrita, nesse último período, aos contextos monoargumentais, em particular, aos contextos frasais com verbos inacusativos. Além desse decréscimo, a ausência de concordância morfológica visível entre o DP e a flexão verbal é quase categórica na ordem VS. No *corpus* sincrônico, constata-se 0.93 de probabilidade de ausência de concordância.

Em cada período de tempo, a autora também observa que há um fator lingüístico distinto que, selecionado por ordem de significância, favorece a ordem

²⁴ Usarei as siglas SV e VS, ao invés de SN V e V SN, respectivamente, para referir-me às possíveis ordens do sujeito sintático (S) em relação ao predador verbal (V).

VS. No século XVIII, foi selecionado como mais significativo o fator relativo ao *status informacional do SN*. Nesse período, SNs novos que não tinham, portanto, um referente previamente mencionado no discurso apareciam, geralmente, pospostos com todos os tipos de verbos. Já no século XIX e XX, foram selecionados os fatores *tipo de predicador e a transitividade do verbo*, respectivamente. Quanto ao primeiro, a ordem VS passa a ser mais freqüente com predicadores que selecionam um DP com o traço [-agente] que de, certo modo, mantém correlação com a transitividade do verbo. Verbos intransitivos existenciais e não-existenciais de estado, de mudança pontual e de processo que, geralmente, selecionam argumentos [- agente] são contextos favorecedores da ordem VS nos séculos XIX e XX, ao contrário dos verbos intransitivos não-existenciais de ação²⁵.

Estabelecendo uma comparação entre os três períodos estudados e os fatores selecionados por ordem de relevância, a autora assume que a explicação da ordem VS no século XVIII vincula-se a um fator de ordem discursiva: o *status informacional do SN*, ao passo que, nos períodos subseqüentes, fatores de ordem formal, como o *tipo de predicador e a transitividade do verbo*, vão se tornando mais fortes para a explicação do fenômeno.

De antemão, vale pontuar que, nesta tese, assumo uma perspectiva diferente da de Berlinck no sentido de que a ordem VS atestada no século XVIII com todos os tipos de verbos em que DPs pós-verbais, em geral, eram novos, ou seja,

²⁵ A distinção feita por Berlinck (1988) entre os verbos intransitivos não-existenciais de ação e os demais tipos de verbos intransitivos, baseia-se na *hipótese inacusativa* de Perlmutter (1978), através da qual distinguem-se duas classes de intransitivos: a) *intransitivos inergativos* que só contêm um arco 1 que está relacionado ao sujeito e b) os *intransitivos inacusativos* que contêm, *a priori*, apenas o arco 2 que se refere ao objeto, o qual pode se transformar num arco 1 quando esse objeto é movido para a posição de sujeito. Em outras palavras, os primeiros verbos selecionam um sujeito, ao passo que os segundos selecionam apenas um objeto que pode ser transformado num “sujeito derivado” quando movido de sua posição de base para a posição de sujeito. No estudo de Berlinck (op. cit.), os verbos não-existenciais de ação correspondem aos inergativos por selecionarem um argumento externo (o sujeito) com o traço [+agentivo], ao passo que os demais correspondem à classe dos inacusativos por selecionarem um argumento interno [-agente].

informação nova, não decorre de um fator discursivo, mas do fato de a gramática dessa língua gerar dois *outputs* sintáticos nesse século: SV e VS resultantes da riqueza morfológica da flexão verbal à semelhança do que ocorre no PE contemporâneo.

Ao longo de seu estudo, Berlinck também verifica que os DPs pós-verbais selecionados por verbos inacusativos são, em sua grande maioria, [-definido] e [-animado], ao contrário dos argumentos dos verbos intransitivos, que se caracterizam por serem [+definido] e [+animado]. Um fato curioso é que, da passagem do século XVIII para o século XIX, há não só um aumento gradual de DPs pós-verbais realizados sob a forma de pronomes demonstrativos e indefinidos que carregam o traço [-animado], mas também um decréscimo acentuado da ordem VS com os verbos transitivos. Segundo a autora, esse decréscimo decorre do fato de a gramática do PB iniciar um processo de mudança lingüística em que o sistema de clíticos passa a enfraquecer-se e objetos nulos passam a servir de estratégia para o preenchimento da posição objeto.

Tendo em vista que os clíticos foneticamente realizados na posição de objeto, no século XVIII, serviam como recursos para desambigüizar o sujeito do objeto, como defende Berlinck, sua perda gradual na gramática do PB e o aumento de objetos nulos ocasionaram um processo crescente de enrijecimento da ordem SV com os verbos transitivos, a fim de evitar a ambigüidade entre o que seria sujeito e objeto.

Analisando frases inacusativas nas quais a ordem VS é ainda produtiva no PB do século XX, a autora observa que os falantes oscilam em identificar o DP pós-verbal ora como sujeito, ora como objeto. Apesar dessa produtividade, os resultados estatísticos e probabilísticos evidenciam que a ordem VS está também em declínio

nessas construções frasais, o que segundo Berlinck (1988, p. 256) evidencia um processo de mudança ainda não implementada por que está passando a gramática do PB:

Se a tendência crescente ao enrijecimento em SN V persistir, é de se esperar que ela abarque progressivamente mais e mais contextos que antes se caracterizavam por uma associação forte com V SN. A mudança pode se dar de duas formas básicas:

- 1) pela simples anteposição do SN ou
- 2) pela manutenção de V SN com o aparecimento de um sujeito expletivo, que recuperaria uma ordem superficial SN V.

Partindo das predições em (1) e (2) supracitadas, a autora apresenta alguns contextos estruturais na gramática do PB que parecem vir a corroborá-las. Uma das evidências que tem favorecido o enrijecimento da ordem SV pode ser encontrada no trabalho de Kato e Tarallo (no prelo) citado por Berlinck (op. cit.). Esses autores observam que o sujeito no PB pode estar ora deslocado à esquerda (cf. (39)), ora deslocado à direita (cf. (40)), mantendo uma relação de co-referência com um pronome resumptivo vazio ou preenchido que ocupa a posição Spec,IP:

(39)a. O cliente, Ø já chegou.

b. O cliente, ele já chegou.

(40)a. Ø tá pronto o vestido azul.

b. Ele tá pronto o vestido azul.

(KATO; TARALLO, op. cit apud BERLINCK, op. cit., p. 256-257)

Outra evidência para o decréscimo da ordem VS é encontrada na tendência ao preenchimento da posição sujeito por um pronome com referência arbitrária em construções existenciais com o verbo *ter* que legitima, portanto, uma ordem superficial SV. Vejam-se algumas frases extraídas de Berlinck (op. cit., p. 152):

(41)a. Agora...ela mudou, né?, porque aquele apartamento era alugado e ela comprou um. No mesmo bairro, tudo, só que daí é embaixo, né?, então já. *Você ainda tem um pouco da vista lá pela área de serviço* [grifo da autora da citação], (...)

(13-13: 624)²⁶

b. O pantanal fica longe. Porque *(o)cê tem o pantanal no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso do Norte* [grifo da autora da citação], né?, (...)

(3-3: 560)

c. E aí os peixe(s), né? Aí você tem... por causa do pantanal, né? – *você tem caldo de piranha, sabe?*

(3-3: 293)

A estratégia de preencher a posição pré-verbal de sujeito por um pronome com referência arbitrária vai ganhando suporte empírico quando pesquisas como as de Duarte (2000) baseadas em resultados estatísticos apontam que o uso desse

²⁶ Os números indicados entre os parênteses indicam o seguinte: o primeiro corresponde ao número da entrevista, o segundo, ao número do informante, e o terceiro, ao número da linha em que se encontra a ocorrência da frase no *corpus* da pesquisa.

pronome, a exemplo do pronome *você* em construções existenciais tal como ocorre nas frases (41a) a (41c), vai se tornando produtivo na gramática do PB (44%), ao contrário do PE (6%).

Retomando, neste momento, um outro estudo diacrônico desenvolvido por Berlinck (2000) sobre a ordem VS em sentenças declarativas finitas no PB, observo que, mais uma vez, os resultados vêm confirmar que essa ordem é bastante produtiva com verbos inacusativos no PB contemporâneo. Para a realização desse estudo, as frases submetidas à análise foram extraídas de cartas pessoais, narrativas de viagens e peças teatrais produzidas em seis períodos da história: período I (1730), período II (1780), período III (1830-50), período IV (1880), período V (1930) e período VI (1970-90).

Como verificado pela autora, a ordem VS construída com verbos que não são inacusativos passa por um decréscimo acentuado da passagem do século XVIII para o século XIX à semelhança do que foi observado por Torres Moraes (1996) num estudo diacrônico realizado sobre essa ordem em sentenças declarativas finitas extraídas de cinco peças teatrais compreendidas entre os séculos XVI a XX.

Apesar de a ordem com o sujeito anteposto ao verbo ser sempre a mais freqüente ao longo das épocas, Torres Moraes observa um percentual significativo de dois tipos de inversão sujeito-verbo nos séculos XVI e XVII: a inversão V1 (VSX)²⁷ (cf. (42a) e (42b)) e a inversão V2²⁸ (XVS) (cf. (43)):

(42)a. *Deu--lhe* o bondoso alcaide crédito. (P. 86)

b. *Notou* meu amo a trouxa. (P. 58)

²⁷ X representa um constituinte frásico que difere do verbo e do sujeito.

²⁸ Cf. também Ribeiro (1996).

(43) *Cada dia vão os Padres visitar os enfermos.* (A. 23)

(TORRES MORAES, 1996, p. 280-281)

A partir do século XVIII, Torres Moraes observa que começa a haver um declínio em termos de frequência dos dois tipos de inversão, chegando a não serem mais produzidos pela gramática do PB no século XX. Segundo a autora, a perda de V1 e V2 nessa gramática estaria relacionada a uma mudança na atribuição de Caso nominativo; enquanto esse Caso era atribuído sob regência²⁹ nos contextos V1 e V2, no PB do século XX, ao contrário, ele só pode ser atribuído sob Configuração Spec/Head. Observem-se na tabela os resultados que evidenciam a perda de V1 e V2 com base nas frases extraídas de cinco peças teatrais:

AUTOR	ÉPOCA	SVX		XVS		VSX		XSV	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Judeu	séc. XVIII	93	72	16	12	7	5	14	11
Martins	séc. XIX	79	70	23	20	7	6	4	4
França	séc. XIX	12	82	10	7	7	5	7	5
Gonzaga	séc. XX	123	85	0	0	3	2	18	13
Millôr	séc. XX	130	93	0	0	0	0	10	7
TOTAL		537	81	50	8	24	4	52	9

Tabela 1.1 -Percentuais de inversão *versus* não-inversão sujeito-verbo obtidos por Torres Moraes (1996, p. 285) em cinco períodos de tempo.

²⁹ A proposta para a atribuição de Caso nominativo sob regência proposta por Koopman e Sportiche (1991) será apresentada no capítulo 2.

Apesar de a inversão ter sido perdida com verbos não-inacusativos, a autora faz a seguinte predição: “As declarativas VS com verbos ergativos³⁰ e posposição do sujeito são muito freqüentes no PB contemporâneo [...]” (Ibid., p. 284). Contudo, mesmo sendo contextos propícios à inversão sujeito-verbo, Berlinck (2000) e Torres Moraes (op. cit.) verificam que sentenças declarativas com verbos inacusativos são muito mais freqüentes na ordem SV do que na ordem VS no PB do século XX. Vejam-se os resultados extraídos de Berlinck (op. cit., p. 187):

PERÍODO DE TEMPO	I	II	III	IV	V	VI
ORDEM DE PALAVRAS						
SV	25%	40%	60%	62,5%	62,5%	66%
VS	33%	40%	30%	26,5%	30%	29%
V SX	21%	6,5%	6%	2%	1,5%	2%
V XS	21%	13,5%	4%	9%	6%	3%

Tabela 1.2: Percentuais de frases declarativas finitas com verbos inacusativos no PB através de seis períodos de tempo obtidos por Berlinck (2000)

Estabelecendo comparação entre os resultados de Berlinck (1988, 2000) e de Torres Moraes (1996) apresentados nesta seção referentes à freqüência da ordem VS no PB com os resultados de Duarte (2000) relativos ao preenchimento da posição sujeito ao longo de sete períodos da história, observo uma correlação entre os dois fenômenos: a época em que a ordem VS passa a não ser mais produtiva com os verbos transitivos (fins do século XVIII e início do século XIX) coincide, de certa forma, com a época em que a posição pré-verbal do sujeito começa a ser

³⁰ Essa denominação foi sugerida pela primeira vez por Burzio (1986) para referir-se aos verbos inacusativos. Ao longo desta tese, adotarei essa última denominação proposta inicialmente por Perlmutter (1978).

preenchida. Da mesma forma, o último período que corresponde à segunda metade do século XX em que é verificada a alta restrição da ordem VS aos contextos com verbos inacusativos corresponde também ao período em que há uma alta frequência do preenchimento da posição pré-verbal por sujeitos realizados foneticamente. Nos resultados quantitativos de Duarte (op. cit., p. 19) fica evidente o aumento gradual do preenchimento dessa posição ao longo dos sete períodos: 1845 (20%), 1882 (23%), 1918 (25%), 1937 (46%), 1955 (50%), 1975 (67%) e 1992 (74%).

Em geral, a comparação estabelecida entre os resultados de Berlinck (1988, 2000) e de Torres Moraes (op. cit.) com os resultados de Duarte (op. cit.) parecem corroborar a hipótese de que o PB está se tornando uma língua como o inglês e o francês em que a posição pré-verbal tem de ser preenchida pelo sujeito, o que implica dizer que a inversão sujeito-verbo é bloqueada com todos os tipos de verbos, exceto com os inacusativos. Vejam-se, a seguir, alguns dos resultados obtidos por Coelho (2000) que corroboram o fato de verbos inacusativos serem contextos favorecedores da ordem VS no PB.

1.1.1.3 Coelho (2000)

Tomando por base os estudos variacionistas realizados por Votre e Naro (1984), Lira (1986, 1996), Berlinck (1988, 1989, 1995) e Zilles (1999) sobre a ordem VS, Coelho (2000) observa que todos eles convergem no sentido de evidenciarem uma forte relação entre essa ordem e os verbos monoargumentais, haja vista que a gramática do PB tem perdido a ordem VS com os verbos pluriargumentais.

Em seu estudo, a autora centra sua atenção nos contextos monoargumentais a que a ordem VS está submetida na variedade falada em Florianópolis, focalizando aspectos relativos à natureza sintático-semântica do verbo e à natureza do DP pós-verbal.

Adotando a proposta de Jackendoff (1976, 1987) para uma composição semântica dos verbos³¹, a autora verifica que há verbos monoargumentais que selecionam, em geral, DPs com o traço [+agentivo], ao passo que outros selecionam DPs [-agentivo], o que a leva a classificá-los como intransitivos e inacusativos, respectivamente, com os primeiros selecionando um argumento externo, ao contrário dos segundos. Os resultados quantitativos obtidos por essa autora apresentam um índice percentual bastante elevado da ordem VS com estes últimos verbos: de 2033 construções monoargumentais analisadas, 3% (18 ocorrências) ocorrem na ordem VS com verbos intransitivos³², ao passo que 41% (622 ocorrências) com verbos inacusativos.

A autora também verifica que, além da diferença acima elucidada, a natureza do DP está intrinsecamente relacionada à natureza sintático-semântica do verbo monoargumental. Os resultados apontam que DPs selecionados por verbos intransitivos ocorrem freqüentemente na ordem SV, possuem, em geral, o traço [+animado], são, em larga escala, [+definido] e [+específico] (94%), [-pesado] (77%) e são realizados sob a forma de pronome pessoal³³ e de pronome demonstrativo

³¹ Essa proposta será discutida com mais detalhes no capítulo 3.

³² Segundo Coelho (2000, p. 56), a ordem VS no PB com verbos intransitivos, portanto, verbos inergativos, estaria restrita ou a casos de deslocamento à direita do DP, estando a posição Spec, IP ocupada por um pronome realizado foneticamente ou não que é co-referente desse DP deslocado (cf. (i)), ou a casos de foco contrastivo (cf. (ii)):

(i) (ela)_i trabalhou [ali na] aqui na maternidade, *a Regina*_i
 (ii) trabalhou *A REGINA* [ali na] aqui na maternidade (e não a Sílvia).

³³ De um total de 918 sentenças monoargumentais com DP realizado sob a forma de pronome pessoal, apenas três delas aparecem com a ordem VS.

(100%). Não obstante, com verbos inacusativos o DP tende a ser posposto, possuindo os traços [-animado] (73%), [-definido] e [-específico] (96%), [-definido] [+específico] (74%), [+pesado] (92%) e sendo realizado, com alta frequência, sob a forma de sintagmas nominais (65%).

Dentre os verbos inacusativos analisados por Coelho, cumpre destacar os verbos de movimento classificados como verbos do tipo GO seguindo a tipologia de Jackendoff (op. cit.), os quais *podem* selecionar um argumento interno com o traço [+agentivo] ou [-agentivo], conforme ilustram os exemplos em (44a) e (44b), respectivamente:

(44)a. O *João* saiu muito cedo do gabinete do reitor.

b. A *encomenda* saiu muito cedo do gabinete do reitor.

(COELHO, 2000, p. 137)

Em (44a), Coelho observa que o DP *O João* pode ter o traço [+agente] caso haja uma ação volitiva para executar o ato de sair do gabinete do reitor, ao passo que em (44b), o DP necessariamente tem o traço [-agente]. Essa distinção pode ser melhor observada nos contrastes abaixo em que é possível o uso do advérbio *intencionalmente* na frase em (45a) e não em (45b):

(45)a. O João saiu *intencionalmente* muito cedo do gabinete do reitor.

b. *A carta saiu intencionalmente muito cedo do gabinete do reitor.

Com base na distinção entre os traços [+agente] e [-agente] que pode ter o DP subcategorizado por um verbo de movimento como *sair*, a autora propõe a seguinte classificação: a) verbos inacusativos tipo GO [+ação] quando permitem DPs com o traço [+agente] e b) verbos inacusativos tipo GO [-ação] quando selecionam DPs com o traço [-agente]. Apesar dessa diferença atestada, os verbos continuam sendo inacusativos no sentido de que os DPs subcategorizados por eles recebem *necessariamente* função semântica Tema, ao contrário dos intransitivos que são considerados do tipo ACT por selecionarem um argumento externo cuja função semântica é *necessariamente* Agente.

Um resultado interessante obtido por Coelho é o de que verbos inacusativos tipo GO [+ação] comportam-se de forma similar aos intransitivos por serem ambientes favorecedores à ordem SV. Os resultados estatísticos mostram o valor percentual de 1% para os verbos do tipo GO [+ação] na ordem VS contra 53% para os do tipo GO [-ação]. Disso resulta a seguinte predição: DPs [+agentivos] são freqüentes na ordem SV com verbos intransitivos e inacusativos tipo GO [+ação].

Quanto aos demais verbos inacusativos, a autora verifica que os DPs selecionados por verbos inacusativos existenciais estão submetidos ao *Efeito de Especificidade* proposto por Enç (1991). Eles são tipicamente marcados com o traço [-definido] e [-específico], não sendo possível aparecer quantificadores universais que são necessariamente [+específicos]. Contudo, Coelho (op. cit.) apresenta no PB algumas exceções à presença desse efeito: DPs em construções existenciais podem ter o traço [+específico] desde que possuam leitura de lista (cf. (46a)) e interpretação única (cf. (46b)), possibilidade não prevista na análise de Enç (op. cit.):

(46)a. Existia o *Empório Rosa*, tipo bar, restaurante (FLP18L596)

b. só existia a *Ponte Hercílio Luz*, na época. Nos domingos, no verão, ia todo mundo lá em cima (FLP24L1115)

(COELHO, op. cit., p. 163)

Contrariamente aos verbos inacusativos existenciais, os inacusativos não-existenciais no PB podem selecionar DPs universalmente quantificados tal como observado por Ambar (1992) para o PE, o que implica dizer que não estão submetidos ao *Efeito de Especificidade*. Vejam-se, novamente, as frases (37) e (38) repetidas em (47) e (48) do PE e do PB, respectivamente:

(47)a. Chegaram *todos* os livros que o Pedro tinha encomendado.

b. Nesse jantar apareceram *todos* os meus amigos.

(Ibid., p. 127)

(48) (Fala do Plano Cruzado) Eu acho que saiu o *dinheiro todo* de circulação

(FLP21L435)

(COELHO, op. cit., p. 158)

Observando, portanto, que a ordem VS no PB está submetida à restrição de monoargumentalidade, em específico, aos contextos inacusativos (Cf. KATO, 1999,

Coelho conclui de forma similar a Berlinck (1988) que a variação entre as ordens SV e VS não se constitui num caso de variação lingüística no sentido laboviano.

1.1.1.4 Kato (1999)

Kato (1999, p. 1), analisando os contextos de inversão sujeito-verbo no PB, em comparação aos contextos produzidos pela gramática do PE, conclui: “O Português Brasileiro falado (PB) atesta um comportamento não-uniforme em relação à inversão sujeito-verbo: quanto mais argumentos à direita, menos aceitável a sentença se torna. Tal restrição não é verdadeira para o Português Europeu (PE).”, o que vem confirmar os resultados quantitativos obtidos por Berlinck (1988, 2000) e Torres Moraes (1996). Nessa acepção, a autora assume que a ordem VS encontra-se submetida à restrição de monoargumentalidade. Vejam-se, mais uma vez, as frases de (19) repetidas em (49):

(49)a. Chegou o trem.

b. ?Telefonou o cliente.

c. *Assinou uma carta o chefe do departamento.

d. **Enviou uma carta a todos o presidente da associação.

(KATO, loc. cit.)

Em se tratando de contextos pluriargumentais como os de (49c) e (49d), a ordem VS é bloqueada, sendo esses contextos favorecedores da ordem SV, fato esse que pode ser comprovado nas pesquisas desenvolvidas por Lira (1986), Chaves (1989), Silva (2000), dentre outros. Não obstante a existência dessa restrição, a ordem VS é possível com verbos como *chegar* e *telefonar* que selecionam apenas um DP que pode ocupar a posição pré-verbal do sujeito ou permanecer posposto ao verbo. Segundo Kato, a agramaticalidade das duas últimas frases em (49) decorre de duas alterações no sistema pronominal do PB: a) a perda do sujeito nulo referencial e b) a perda do clítico acusativo de terceira pessoa.

Quanto aos clíticos, Kato verifica que há um comportamento diferenciado entre o PB e o PE. Enquanto na primeira língua há uma perda generalizada da ênclise, na segunda o uso desta ainda é produtivo, o que tende a favorecer a inversão sujeito-verbo³⁴. No PB, segundo essa autora, em virtude de o clítico de terceira pessoa não ser mais produtivo, o pronome nominativo passa a preencher a posição de objeto (cf. (50a)), ao contrário do PE. Vejam-se, pois, os seguintes contrastes entre o PB (cf. (50)) e o PE (cf. (51)):

- (50)a. Pedro tinha visto *e/le*.
 b. *Pedro tinha-o visto.
 c. Pedro tinha *me/te/*o* visto
 d. *Pedro o tinha visto.

(Ibid., p. 1-2)

³⁴ Para uma análise similar, cf. também Berlinck (1988).

(51)a. Agradou-me o filme.

a'. Agradou-o o filme.

a''. ?Agradou meu filho o filme.

b. Telefonou-me o Pedro.

b'. Telefonou-te a Maria?

b''. Telefonou-lhe o Pedro.

b'''. ?Telefonou ao Pedro a Maria.

(Ibid., p. 13)

Com base na mudança no sistema de clíticos no PB, Kato verifica que a ordem VS deixou de ser produzida com verbos transitivos em virtude de ser usado o pronome nominativo na posição de objeto, ao invés do clítico. Retomando a análise de Kato e Tarallo (no prelo), a autora assume o seguinte: “A existência de clíticos permite a redução fonológica de argumentos de um verbo uma vez que os clíticos permitem esvaziar a posição do complemento.”. (Ibid., p. 2). Nessa acepção, havendo redução fonológica dos argumentos internos, é possível que os sujeitos apareçam em posição pós-verbal. Em línguas como o PE, o espanhol e o italiano, que possuem um sistema de clíticos bastante produtivo, o sujeito pode ocupar a posição pós-verbal. Com base nisso, apresento, a seguir, algumas frases extraídas de Gonçalves (1994, p. 168, 174, 175) para o PE, o espanhol e o italiano, respectivamente:

(52) A – Quem comeu o bolo?

B – a. *Comi.

- b. Comi eu.
- c. Comi-o eu.
- d. ?*Eu comi (não sei se mais alguém comeu...)
- e. Fui eu.
- f. *Fui.
- g. *Eu fui.

(53)A – Quién se comió el pastel?

“Quem comeu o bolo?”

B – a. *Lo comí.

“Comi-o.”

b. Lo comí yo.

“Comi-o eu.”

c. ?* Yo lo comí.

“Eu comi-o.”

(54) A – Chi ha rotto il vetro?

“Quem partiu o vidro?”

B – a. *L’ha rotto.

“Partiu-o.”

b. L’ha rotto lui.

“Partiu-o ele.”

c. ?*Lui l’ha rotto.

“Ele partiu-o.”

Segundo a análise de Kato (1999), o PB, ao contrário do PE, do espanhol e do italiano, não legitima sujeitos pós-verbais nos contextos acima, tendo em vista a mudança ocorrida no sistema de clíticos dessa língua:

(55) A – Quem comeu o bolo?

B – a. *Comi.

b. *Comi eu.

c. *Comi-o eu.

d. Eu comi.

e. Fui eu.

f. *Fui.

g. *Eu fui.

Se comparado o contexto pergunta-resposta em (55) do PB com o contexto pergunta-resposta em (56) de uma língua como o inglês, é possível verificar que as possibilidades de respostas são as mesmas nas duas línguas: ou os sujeitos aparecem em posição pré-verbal (cf. (55d) e (56a)), ou após um operador de foco (cf. (55e) e (56e)):

(56)A – Who ate the cake?

B – a. Jonh did.

b. *Did Jonh.

- c. *Jonh ate.
- d. *Ate Jonh.
- e. It was Jonh.

(GONÇALVES, op. cit., p. 172)

Kato (1999), citando o trabalho de Zubizarreta (1998) para o italiano, observa que, apesar de nessa língua os clíticos de terceira pessoa serem produtivos, há certas restrições quanto à legitimação da ordem VOS: por um lado, sendo o objeto representado por um clítico, o sujeito é definido, o que caracteriza uma construção com foco estreito (Ex.: L'ha mangiata la mamma); por outro lado, não havendo cliticização do objeto, o sujeito é indefinido, caracterizando uma construção com foco largo (Ex.: Ha mangiatto la torta um gatto)³⁵. No PE, ao contrário do italiano, é verificado por Costa (1998, 2000) que a ordem VOS é produzida quando há focalização do sujeito, podendo este ser definido ou indefinido, o que implica dizer que o *Efeito de Definitude*, mais uma vez, parece não atuar nessa língua³⁶:

(57)A – Quem comeu a sopa?

B – a. Comeu a sopa um homem.

b. Comeu a sopa o Paulo.

³⁵ Segundo Zubizarreta (1998), construções com foco largo respondem a uma pergunta do tipo: “O que aconteceu?”, ao passo que construções com foco estreito servem como respostas a uma pergunta como: “Quem fez isso?”.

³⁶ Brito, Duarte e Matos (2003, p. 447) assumem que no PE sujeitos pós-verbais não estão submetidos ao Efeito de Definitude conforme verificado no seguinte contexto pergunta-resposta:

A - Quem telefonou?

B – Telefonou o Manuel.

Telefonou um amigo.

Diante do acima exposto, confirma-se, mais uma vez, que o PB tem perdido a inversão sujeito-verbo com verbos pluriargumentais, o que o assemelha mais ao inglês do que às demais línguas românicas como o espanhol, o italiano e o PE. Além dessa distinção, Kato propõe como possibilidade de explicação para as frases do PB em (58b) e (59b), em que a concordância morfológica visível não é atestada, ao contrário do PE, que um afixo pronominal nulo (\emptyset) é inserido em Spec, TP, o qual corresponde à terceira pessoa do singular, não possuindo traços de gênero à semelhança do expletivo *it* do inglês. A inserção desse afixo é motivada para que haja atribuição de Caso nominativo³⁷ como ocorre no francês (cf. (60)) ao expletivo *il* sob Configuração Spec/Head (Cf. KATO, 1999, p. 17):

(58)a. Telefonaram uns meninos. PE

b. Telefonou uns meninos PB

(59)a. Chegaram muitas cartas. PE

b. Chegou muitas cartas. PB

(60) Il est entré trois hommes.

“Entrou três homens.”

Vale salientar que no PE coloquial resultados de pesquisas têm evidenciado, ao contrário de Kato, que a não-concordância entre o DP pós-verbal e

³⁷ Kato também estende essa análise às sentenças existenciais em que a concordância verbal também não é atestada entre o DP pós-verbal e a flexão verbal (ex.: Existe muitas pessoas na reunião.).

a flexão verbal é possível com verbos inacusativos (Cf. COSTA, 2000, 2001a, COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003b e FIÉIS, 2003). Com base nisso, apresentarei evidências de que não só no PB, mas também no PE, nos contextos inacusativos de inversão sem concordância verbal, há inserção de um expletivo na posição pré-verbal de sujeito.

1.1.1.5 Spanó (2002)

Ao desenvolver um estudo descritivo sobre os contextos condicionadores da ordem VS e SV em construções declarativas monoargumentais no PB e no PE, Spanó (2002) chega à conclusão de que há mais semelhanças do que diferenças entre essas duas línguas. O *corpus* da pesquisa utilizado para a realização desse estudo compõe-se de três amostras de língua falada: PE 70, PB 70 e PB 90³⁸, estando a primeira contida no acervo do Projeto Português Fundamental, e as duas últimas no acervo do Projeto NURC/RJ.

A hipótese norteadora da pesquisa dessa autora baseia-se na seguinte predição: “[...] o PB está se tornando uma língua com uma ordem mais fixa do que o PE” (Ibid., p. 2) em virtude de estar passando por um processo de mudança em progresso. Segundo a autora, a alta frequência do preenchimento da posição sujeito,

³⁸ No estudo de Spanó, a amostra do PE restringiu-se apenas à década de 70 pelo fato de a autora alegar a dificuldade de se obter uma amostra representativa numa outra década. Portanto, ao invés de a amostra do PE 70 ser composta de apenas 12 informantes como são compostas as amostras de PB 70 e PB 90, a autora duplica o número de informantes, perfazendo um total de 24 informantes na amostra de PE 70.

conforme atesta a pesquisa diacrônica de Duarte (1995), estaria ocasionando a redução da ordem VS.

Com base nos resultados obtidos por Lira (1986), Berlinck (1989) e Coelho (2000), Spanó observa que todos eles convergem nos seguintes aspectos: verbos inacusativos são contextos favorecedores à ordem VS e o DP que ocupa a posição pós-verbal é, geralmente, indefinido, inanimado e pesado, o que implica dizer que a natureza sintático-semântica do verbo, bem como a natureza do DP, são aspectos cruciais a serem levados em conta numa pesquisa que vise a estudar o comportamento da ordem VS.

Em sua pesquisa, ao constatar a alta frequência de construções existenciais na ordem VS nas três amostras, a autora analisa-as à parte das construções não-existenciais. Observem-se, portanto, o número de ocorrência e o valor percentual dessas construções:

TIPO DE CONSTRUÇÃO	PE 70		PB 70		PB 90	
	Oco	%	Oco	%	Oco	%
Existencias	83	75%	431	77%	257	71%
Não-existenciais	28	25%	132	23%	106	29%
TOTAL	111		563		363	

Tabela 1.3: Cômputo geral de ocorrências da ordem VS em construções existenciais e não-existenciais obtidos por Spanó (2002)

Com base na tabela acima, é verificado um pequeno decréscimo no valor percentual em PB 90 (71%) se comparado ao PB 70 (77%). A causa desse declínio pode estar correlacionada ao fato de a gramática do PB estar utilizando a estratégia de preencher a posição sujeito em construções existenciais por um pronome de

referência arbitrária³⁹. Além disso, esses resultados vêm confirmar uma das predições de Berlinck (1988, p. 250) de que a mudança lingüística relativa ao crescente enrijecimento da ordem SV por que passa o PB poderia abarcar contextos estruturais que têm forte associação com a ordem VS, nos quais um expletivo ocuparia a posição pré-verbal, recuperando a ordem superficial SV. Observem-se as frases extraídas de Duarte (2000, p. 31-32) em que o expletivo em (61a) e (61b) é substituído em (62a) e (62b) pelo pronome de referência arbitrária, *you*⁴⁰:

(61) a. *pro_{expl}* Não *há/tem* mais clientela no centro da cidade.

b. *pro_{expl}* *Há/tem* muito concreto na tua frente.

(62) a. *You* não tem mais clientela no centro da cidade.

b. *You* vê muito concreto na tua frente.

Foi também verificado por Spanó que sentenças existenciais na ordem SV nas três amostras são bastante reduzidas. Em PE 70, de um total de 87 sentenças existenciais, apenas 4 são construídas com essa ordem. Em PB 70 e PB 90 a situação é a mesma: na primeira amostra, de um total de 458, apenas 27 exibem a ordem SV, e, na segunda amostra, de 266 sentenças, somente 9 manifestam essa ordem.

Na amostra do PE 70, em todas as sentenças existenciais na ordem SV, o sujeito é definido, tem o traço [-pesado], e está, de certa forma, relacionado com um

³⁹ Cf. também Duarte (1999, 2000).

⁴⁰ Os grifos são da autora da citação.

referente previamente dado no discurso. Nas amostras do PB, foi constatado um baixo número de ocorrências com DPs indefinidos pré-verbais nessas sentenças: seis ocorrências em PB 70 e quatro ocorrências em PB 90. De maneira similar ao PE 70, nas duas amostras do PB, o traço [-pesado] do DP é mais freqüente na ordem SV.

Quanto à ordem VS, a autora observa que ocorrem DPs pospostos nas construções existenciais não só com os traços [-definido] e [+definido], mas também com os traços [+pesado] e [-pesado] nas três amostras. Contudo, fica evidente a partir dos resultados quantitativos obtidos por Spanó (cf. as tabelas abaixo) que o DP [-definido] e [+pesado] é um dos contextos condicionadores da ordem VS nessas construções tal como foi verificado por Coelho (2000), Berlinck (1988), dentre outros:

ORDEM	PE 70				PB 70				PB 90			
	+ definido		-definido		+ definido		-definido		+ definido		-definido	
	Oco	%	Oco	%	Oco	%	Oco	%	Oco	%	Oco	%
SV	4	19%	0	75%	21	15%	6	2%	5	8%	4	2%
VS	17	81%	66	100%	115	85%	316	98%	57	92%	200	98%
TOTAL	21		66		136		322		62		204	

Tabela 1.4: Ocorrência das ordens SV e VS em construções existenciais obtidos por Spanó (2002), segundo a *definitude do DP*

ORDEM	PE 70				PB 70				PB 90			
	+ pesado		- pesado		+ pesado		-pesado		+ pesado		-pesado	
	Oco	%	Oco	%	Oco	%	Oco	%	Oco	%	Oco	%
SV	0	0%	4	7%	3	2%	24	9%	1	1%	8	5%
VS	30	100%	53	93%	186	98%	245	91%	93	99%	164	95%
TOTAL	30		57		189		269		94		172	

Tabela 1.5: Ocorrência das ordens SV e VS em construções existenciais obtidos por Spanó (2002), segundo a *extensão do DP*

De mais a mais, Spanó, ao fazer o levantamento dos DPs [+ definidos] em frases existenciais que ocorrem na ordem VS em PE 70, PB 70 e PB 90, observa que eles recebem ou uma leitura de lista, ou de interpretação única (no caso dos nomes próprios), ou podem ser formados por pronomes demonstrativos, ou o SN (=NP) pode ser modificado por esses pronomes:

(a) *Leitura de lista*

(63) “[...] cada coroa tem o seu domingo: a dominga tal, é conhecido então ou pela rua, ou pelo nome de um santo. [...] tem, *tem a dominga da, da pombinha*, como eles chamam, *tem, aqui tem a dominga da, de trás-dos-mosteiros*, é uma, uma rua que há ali para cima e fazem império.” (PE 70, 0111)⁴¹

(SPANÓ, op. cit., p. 48)

b) *Interpretação única*

(64) “[...] quer dizer desenvolver em termos regionais e quando esses, esses países tivessem um mercado, como é que é? O Pacto dos Andes. *Tem o Pacto dos Andes* lá que é uma espécie de mercado comum [...]” (PB 70, 113)

(Ibid., p. 55)

⁴¹ Após os dados lingüísticos estão identificados dentro dos parênteses a década da entrevista realizada e o número do informante. Os grifos são da autora da citação.

c) *DP formado por pronome demonstrativo*

(65) “[...] Você se sente rodeado de pessoas nas quais você pode basicamente confiar. Às vezes você entra num determinado ponto em que dá um pouco de medo e tal, *mas existe isso*. E outras cidades também, às vezes não existe. Amsterdã, é uma cidade linda. Você vai na praça principal de Amsterdã eu pelo menos fico com medo. Só tem cara drogado ali. [...]” (PB 90, 233)

(Ibid., p. 58)

d) *SN modificado por um pronome demonstrativo*

(66) “[...] e dentro desse regime de liberdade quase total, em que *havia* uma legislação ainda vigente, mas uma legislação que todos concordávamos em considerar... antiquada, que era necessário substituir e que estávamos dispostos a substituir na prática, mesmo antes de ser substituída [...] *havia essa legislação*, m(...), mas havia sobretudo uma grande vontade de criar coisas novas [...]” (PE 70, 1296)

(Ibid., p. 48)

Além da análise das sentenças existenciais, Spanó centra também sua atenção nas sentenças não-existenciais, chegando a uma conclusão similar a de Coelho (2000): verbos intransitivos e verbos de movimento com deslocamento

concreto⁴² não são contextos favorecedores da ordem VS nas três amostras, ao contrário dos verbos inacusativos. Os resultados evidenciam que, nas frases não-existenciais, sobretudo, em se tratando das construções inacusativas, os DPs com o traço [-definido] ocorrem preferencialmente na ordem VS conforme apresentado na tabela 1.6:

ORDEM	PE 70				PB 70				PB 90			
	+ definido		- definido		+ definido		-definido		+ definido		-definido	
	Oco	%	Oco	%	Oco	%	Oco	%	Oco	%	Oco	%
SV	44	83%	8	35%	301	77%	27	37%	295	84%	27	37%
VS	9	17%	15	65%	88	23%	45	63%	58	16%	46	63%
TOTAL	53		23		389		72		353		73	

Tabela 1.6: Ocorrência das ordens SV e VS em construções não-existenciais obtidos por Spanó (2002), segundo a *definitude do DP*

Em suma, a autora verifica que a natureza sintático-semântica do verbo e a natureza do DP estão intimamente relacionados. Quer nas sentenças existenciais, quer nas não-existenciais, o traço de definitude do DP foi selecionado por ordem de significância como o primeiro fator que favorece a ordem VS, valendo dizer que DPs indefinidos ocorrem preferencialmente em posição pós-verbal, o que vem atestar os resultados de Coelho (op. cit.) em seu estudo sincrônico sobre a ordem VS em construções monoargumentais no PB.

⁴² Na classificação de Spanó, verbos de movimento como *chegar, entrar, ir e sair* são classificados em: a) *verbos de movimento concreto* que selecionam um argumento que não só possui função semântica Tema, como também Agente (cf. (i)), e b) *verbos de movimento com sentido inacusativo* que denotam movimento abstrato do DP, recebendo este unicamente função semântica Tema (cf. (ii)):

- (i) Se eu peço a ele para ir comprar o jornal, nunca ele sai imediatamente porque tá, a roupa de casa não é a mesma, de sair. Então *ele vai ao quarto*, bota lá uma camiseta, [...] e sai, vai comprar jornal [...] (PB 90, 096)
- (ii) não pode *sair [surgir]* um bom filme (PB 90, 100)

1.2 INVENTÁRIO DE QUESTÕES E HIPÓTESES

1.2.1 Questões

Com base no que foi exposto na seção anterior sobre a posição dos sujeitos na gramática do PB e do PE, em específico, sobre a ordem VS em ambas as gramáticas e, adotando para a investigação aqui desenvolvida a interface sintaxe-morfologia, foram formulados os seguintes questionamentos:

- (a) Que evidências podem ser encontradas na gramática do PB e do PE no que se refere às implicações sintático-semânticas da “riqueza” de AGR para a posição dos sujeitos em ambas as gramáticas?
- (b) Como caracterizar a “riqueza” de AGR no PB e no PE com base numa rediscussão das noções de “riqueza” propostas por Roberts (1993), Vikner (1997) e Galves (2001)? É possível estabelecer uma análise unificada para o estudo do fenômeno em questão com base nas propostas desses autores?
- (c) As ordens observadas entre o sujeito e o verbo no PB e no PE codificam a estrutura informacional conforme defende Costa (1998)? Se a resposta for negativa, que mecanismo, então, é o fator desencadeador para que

os sujeitos ocupem a posição pré-verbal e pós-verbal no PE, ao contrário do PB, que só legitima sujeitos pré-verbais?

- (d) Como explicar a possibilidade da concordância morfológica não-vísível entre o DP pós-verbal e a flexão verbal na gramática do PE em contextos inacusativos? Por que em PB essa não-visibilidade é, geralmente, atestada? Esse tipo de concordância morfológica tem implicações para o tipo de mecanismo relacionado à atribuição de Caso nominativo em ambas as línguas?
- (e) O *Efeito de Definitude* proposto por Belletti (1988) para os DPs pós-verbais selecionados por verbos inacusativos é, de fato, presumidamente universal como sugerido por essa autora?

1.2.2 Hipóteses

- (a) A riqueza morfológica de AGR na gramática do PB e do PE tem implicações para a posição dos sujeitos em ambas as gramáticas. Dessa forma, a morfologia interfere na sintaxe no que concerne à posição dos sujeitos: a legitimação de sujeitos pré-verbais em Spec, AgrSP e de sujeitos pós-verbais em Spec, VP no PE é consequência de o AGR nessa língua ser mais rico, ao contrário do PB cujo AGR, por ser mais pobre, legitima somente sujeitos pré-verbais. De mais a mais, evidências apontam que a única posição-A que pode hospedar sujeitos pré-verbais em PB é Spec, AgrSP e não Spec, TP, ao contrário do que tem sido

assumido comumente na literatura (Cf. KATO, 1999, 2000, BARBOSA; DUARTE; KATO, 2001, COSTA; GALVES, 2002, dentre outros).

- (b) A restrição de monoargumentalidade a que se encontra submetida a ordem VS no PB e a produtividade dessa ordem em construções monoargumentais e pluriargumentais na gramática do PE ganham, por um lado, suporte explicativo se levadas em conta às propostas de Roberts (1993) e de Galves (2001) no que se refere aos critérios para caracterizar a riqueza de AGR. Com base nessas duas propostas, é possível predizer que o AGR do PB é mais pobre em relação ao do PE em virtude da perda acentuada dos morfemas que especificam algumas das pessoas do paradigma flexional. Nesse sentido, pelo fato de a flexão verbal no PB estar perdendo a capacidade de legitimar e identificar sujeitos nulos referenciais, a posição pré-verbal do sujeito tende a ser preenchida, o que a caracteriza como uma “língua semi-pro-drop”, decorrência de uma mudança paramétrica em progresso, ao contrário do que acontece no PE. Por outro lado, se adotada a proposta de Vikner (1997), ao que tudo indica, não é possível estabelecer uma riqueza distinta entre o AGR do PB e o do PE, haja vista que ambas as línguas têm movimento curto de V-para-T em sentenças declarativas finitas (Cf. BRITO, 2001, COSTA; GALVES, op. cit.), evidência de que o AGR é rico consoante a proposta desse autor. Portanto, ergue-se a seguinte hipótese: AGR rico que legitima e identifica sujeitos nulos não tem correspondência com AGR rico que motiva o movimento do verbo na sintaxe, ao contrário do que é proposto por Gonçalves (1994). Além do movimento do verbo na sintaxe propriamente dita, o movimento pós-

sintático de “descida” de AGR-para-T parece ser também motivado em ambas as línguas;

(c) O comportamento diferenciado da ordem VS atestado entre a gramática do PB e do PE parece residir unicamente na natureza de AGR e de sua correlação com o Parâmetro do Sujeito Nulo e não na existência de um Parâmetro de Configuracionalidade Discursiva conforme proposto em Kiss (1995). Nessa acepção, ao contrário de Costa (1988, 2000), parece não ser a estrutura informacional o fator desencadeador do tipo de ordem que será produzida, mas sim os *outputs* sintáticos gerados na gramática de cada língua, aos quais a estrutura informacional encontra-se submetida. Em PE, as duas possibilidades de o DP ocorrer ora em posição pré-verbal, ora em posição pós-verbal, decorrem do fato de a sintaxe gerar dois *outputs*: SV e VS, uma consequência de o AGR nessa língua ser mais rico, ao contrário do PB, cuja sintaxe gera um único *output*: SV;

(d) Nos contextos inacusativos em que a não-visibilidade da concordância morfológica entre o DP pós-verbal subcategorizado por um verbo inacusativo e a flexão verbal é verificada, parece ser plausível dizer que o Caso nominativo é atribuído sob Configuração Spec/Head a um expletivo inserido na posição Spec, IP. Caso contrário, sendo visível a concordância morfológica entre o DP pós-verbal e a flexão verbal, opção apenas disponível na gramática do PE, o Caso nominativo é atribuído a esse DP pós-verbal. Dessa acepção, deriva, indubitavelmente, a seguinte predição: o PB parece dispor unicamente de Caso nominativo

sob Configuração Spec/Head, o que implica considerar que a posição Spec, IP sempre está preenchida pelo DP sujeito.

- (e) Ao contrário do inglês, o *Efeito de Definitude* proposto por Belletti (1988) parece não atuar no PB e no PE, haja vista que verbos inacusativos podem selecionar DPs definidos. Embora haja essa possibilidade, DPs indefinidos ainda são muito freqüentes com esse tipo de verbo, conforme atestam os resultados de Coelho (2000) e Spanó (2002). Analisando a proposta de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), que propõem que a indefinitude do DP pós-verbal em construções inacusativas no inglês é marcada sintaticamente pelo expletivo *there* que é inserido na posição pré-verbal (ex. *There arrived a man*), parece ser possível dizer que a natureza do expletivo que ocupa a posição pré-verbal em PB e PE é diferente da do expletivo *there*. Além disso, a correlação que Belletti (op. cit.) estabelece entre o *Efeito de Definitude* e a existência de Caso partitivo parece não ser de todo satisfatória no PB e no PE, pois quantificadores universais, excluídos na análise dessa autora, podem ocorrer na posição pós-verbal em construções inacusativas, o que me leva a supor que esse Caso esteja disponível aos DPs universalmente quantificados, se adotada a análise de Enç (1991).

1.3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: BREVES INCURSÕES

1.3.1 O arcabouço teórico

Esta tese encontra-se embasada por dois subsídios teóricos: a) o Modelo de Princípios e Parâmetros proposto por Chomsky (1981), que fornece o aparato teórico necessário para a explicação da estrutura hierárquica das frases (Teoria X-barras), da relação que o predicador verbal mantém com os seus argumentos (Teoria temática) e da atribuição Casual ao DP (Teoria do Caso), e b) o modelo teórico da Morfologia Distribuída proposto por Halle e Marantz (1993), que serve de suporte explicativo para a análise de algumas operações que ocorrem no nível da componente morfológica no PB e no PE.

Vale pontuar que a adoção dos dois modelos acima elucidados não implica que eles se excluam, tendo em vista que a componente morfológica da gramática recebe da sintaxe propriamente dita a estrutura hierárquica formada nesse nível (Cf. HALLE; MARANTZ, loc.cit.). O aspecto que é crucial a ser levado em conta é que a estrutura fornecida pela sintaxe sofre modificação na componente morfológica da gramática do PB e do PE quando há motivação para movimento pós-sintático por questões relacionadas à morfologia flexional nas duas línguas.

1.3.2 O arcabouço metodológico

Para empreender a pesquisa sobre o fenômeno lingüístico em questão, utilizarei como método de abordagem, o hipotético-dedutivo, e como método de procedimento, o comparativo, o qual me possibilitará estabelecer semelhanças e diferenças entre o PB e o PE em construções frasais declarativas finitas e em contextos de pergunta-resposta.

As frases analisadas ao longo desta pesquisa resultam de dados de introspecção de falantes nativos do PB, em específico, dos falantes maceioenses, e do PE, em particular, dos falantes lisboetas. Essa introspecção a que correspondem as intuições desses falantes sobre a sintaxe de sua língua decorre, portanto, de sua competência gramatical, ou seja, de sua competência lingüística.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Tendo discorrido neste capítulo introdutório a respeito dos resultados de pesquisa sobre a ordem VS no PB e no PE, bem como sobre as questões, as hipóteses e o arcabouço teórico-metodológico que norteiam este trabalho, passo agora a enunciar alguns dos aspectos que serão focalizados nos próximos capítulos.

De início, cumpre dizer que esta tese encontra-se subdividida em duas partes: a) a primeira parte (capítulos 1-3) compreende o quadro panorâmico teórico-

metodológico que serviu como um dos pontos de partida para a formulação das questões e das hipóteses ao longo do processo de investigação; b) a segunda parte (capítulos 4-7) diz respeito ao desenvolvimento de uma análise que terá como viés condutor a interface sintaxe-morfologia sob o qual serão discutidos aspectos relativos ao Parâmetro do Sujeito Nulo, ao movimento do verbo, à visibilidade da concordância morfológica visível entre o DP sujeito e a flexão verbal, dentre outras questões.

No capítulo 2, mais especificamente, discorrerei sobre o quadro teórico que norteia a análise aqui proposta, o qual se insere no Modelo de Princípios e Parâmetros (Cf. CHOMSKY, 1981) e no modelo teórico da Morfologia Distribuída (Cf. HALLE; MARANTZ, 1993). Com base no primeiro modelo teórico, levarei em conta alguns módulos da Gramática Universal: a) a teoria X-barra, que me permitirá analisar a estrutura hierárquica dos constituintes frásicos a partir das condições estruturais que impõem restrições a essa estrutura; b) a teoria temática, através da qual será possível estabelecer as relações entre o predicador verbal e os argumentos por ele selecionados semanticamente e c) a teoria do Caso, que me possibilitará analisar como o Caso nominativo pode ser atribuído ao DP na posição de sujeito na gramática do PB e do PE.

Quanto ao modelo da Morfologia Distribuída (cf. seção 2.4), assumo com Halle e Marantz que há inserção tardia dos traços fonológicos nos traços morfossintáticos manipulados pela sintaxe propriamente dita na componente da Gramática Universal denominada *Estrutura Morfológica*. Com base nesse quadro teórico, apresentarei, de antemão, evidências para a existência de movimento pós-sintático no PB e no PE, bem como assumirei que o tipo de morfema associado com pluralidade é distinto no PB e no PE conforme defendem Costa e Figueiredo Silva

(2003b). Para tanto, discorrerei sobre as operações morfológicas e os tipos de morfemas nos moldes de Embick e Noyer (2001).

Partindo da observação de Fiéis (2003)⁴³ para o PE, e de Coelho (2000) para o PB de que a ordem VS é bastante produtiva em construções inacusativas, apesar de, na primeira língua, essa ordem também ser possível com verbos (in)transitivos, tecerei considerações no terceiro capítulo sobre a *Hipótese Inacusativa* (Cf. PERLMUTTER, 1976, 1978 e BURZIO, 1986). Nesse capítulo, além de serem apresentados os diagnósticos apresentados por Burzio para o italiano de que a classe dos verbos intransitivos não é homogênea, farei uma retomada da análise de Duarte (2003) para o PE e a de Coelho (2000) para o PB, haja vista que em ambas são apresentadas evidências não só para a não-homogeneidade da classe dos intransitivos, mas também para a classe dos inacusativos com base nas propriedades semânticas destes. Para estabelecer distinção entre esses tipos de verbos, adotarei a análise de Jackendoff (1976, 1978) que propõe classes verbais distintas a partir da composição semântica de cada verbo. Além de analisar a natureza do verbo, deterei também minha atenção na natureza do DP por ele selecionado semanticamente que ocupa a posição de sujeito. Para tanto, farei uma rediscussão da proposta de Belletti (1988) sobre a atribuição de Caso partitivo ao DP pós-verbal e de sua correlação com o *Efeito de Definitude*, tomando por base a análise de Enç (1991), que será adotada neste trabalho.

Com o capítulo 4, introduzo a segunda parte desta pesquisa, na qual discutirei as propostas de Roberts (1993), Galves (2001) e Vikner (1997) que propõem critérios para caracterizar a riqueza de AGR nas línguas naturais. Nesse

⁴³ Ao realizar um estudo diacrônico sobre a ordem de palavras no PE nos séculos XIII a XVI e no momento atual, Fiéis (2003, p. 440-441) chega a concluir: “[...] é mais comum a realização pós-verbal em contextos inacusativos do que nos transitivos e nos intransitivos. E tal fato deriva da semântica do próprio verbo que, conseqüentemente, se reflecte na sintaxe, no sentido em que estes sujeitos pós-verbais são realizados na posição de base em que são gerados”.

capítulo, argumentarei, por um lado, com base nas duas primeiras propostas, que a riqueza de AGR difere no PB e no PE e tem implicações para o Parâmetro do Sujeito Nulo no que concerne à legitimação e identificação de sujeitos nulos referenciais e à inversão sujeito-verbo; por outro lado, com base na terceira proposta, defenderei que o AGR do PB e o do PE não diferem, pois ambas as línguas possuem movimento do verbo na sintaxe que, segundo Vikner (1997), é decorrência de a morfologia flexional ser rica. Além disso, traçarei uma discussão sobre a hipótese da binaridade do Parâmetro do Sujeito Nulo a partir da análise de algumas frases do PB que evidenciam que essa língua é semi-pro-drop, o que vai na direção do que é proposto por Coelho et al. (2001 apud COSTA, 2003a), corroborando o fato de essa língua caracterizar-se como uma língua de sujeito nulo residual (Cf. OLIVEIRA, 2000).

No capítulo 5, assumirei uma perspectiva de análise que consiste da interface sintaxe-morfologia nos moldes de Halle e Marantz (1993). Partindo das evidências apresentadas no capítulo 2, a motivação para a existência de movimento pós-sintático no PB e no PE ganha suporte explicativo se adotado esse modelo teórico segundo o qual a morfologia pode servir como uma espécie de filtro sobre as derivações sintáticas (Cf. BOBALJIK, 1995). De mais a mais, apresentarei evidências empíricas atestadas por Costa e Galves (2002) para a existência de movimento curto de V-para-T em sentenças declarativas finitas no PB e no PE, ao contrário do francês (cf. seção 5.2) e analisarei a distribuição dos sujeitos em posição pré e pós-verbal (cf. seção 5.3) em ambas as línguas. Sobre a posição dos sujeitos no PE, assumirei com Costa (1998) e Costa e Galves (op. cit.) que eles podem ocupar duas posições-A na estrutura-S: a) Spec, AgrSP e b) Spec, VP, a posição em que é gerado na estrutura-D conforme defendem Sportiche (1988) e

Koopman e Sportiche (1991). Quanto ao PB, argumentarei que, ao contrário do PE, não são legitimados sujeitos pós-verbais nessa língua, mas apenas sujeitos pré-verbais, os quais não se encontram deslocados à esquerda (exceto, em alguns casos), mas ocupam a mesma posição-A que no PE é Spec, AgrSP, ao contrário do que assumem Kato (1999, 2000), Barbosa, Duarte e Kato (2001), Costa e Galves (op. cit.), dentre outros.

No capítulo 6, com base na análise desenvolvida no capítulo 5, farei uma descrição dos contextos estruturais em pares pergunta-resposta construídos com verbos (in)transitivos e inacusativos (cf. seção 6.2). Nesse capítulo, argumentarei que a ordem dos constituintes nas respostas não é condicionada pelo contexto de focalização da pergunta, mas pelos *outputs* sintáticos gerados pela gramática do PB e do PE, aos quais a estrutura informacional encontra-se submetida. Além disso, investigarei a visibilidade da concordância morfológica que se estabelece entre o DP sujeito e o núcleo flexional (cf. seção 6.3), tomando por base o estudo desenvolvido por Costa e Figueiredo Silva (2003b).

Por fim, no capítulo 7, sintetizarei os resultados obtidos ao longo desta tese, bem como oferecerei sugestões para futuras investigações a partir de algumas questões que foram deixadas em aberto.

2 QUADRO TEÓRICO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo discorrerei sobre o arcabouço teórico que embasa a análise das construções na ordem VS na gramática do PB e do PE, levando em conta os princípios estruturais responsáveis para a formação dessas construções. Inicialmente, apresentarei uma panorâmica das idéias centrais do Modelo de Princípios e Parâmetros proposto por Chomsky (1981), tecendo, de antemão, um breve comentário sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo que será retomado e rediscutido no capítulo 4. Com base nesse modelo teórico, discorrerei sobre as teorias incluídas no mesmo que me servirão como pontos de partida para analisar o processo de construção hierárquica das frases, a relação da natureza sintático-semântica dos verbos com os seus argumentos e a forma como pode ser atribuído o Caso nominativo.

Por fim, centrarei minha atenção no modelo teórico da Morfologia Distribuída proposto por Halle e Marantz (1993), que será o fundamento teórico norteador desta tese, haja vista que a explicação concernente à obrigatoriedade da concordância morfológicamente visível entre o sujeito e a flexão verbal no PE, bem como à existência de movimento pós-sintático no PB e no PE, só ganha suporte dentro desse quadro teórico. Conforme defendido por esses autores, assumirei que a estrutura hierárquica das frases formada na sintaxe propriamente dita, em

obediência aos princípios estruturais que a legitimam, é fornecida à componente morfológica da gramática incluída, agora, nesse modelo. Contudo, pelo fato de existir movimento nessa componente no PB e no PE, a estrutura fornecida pela sintaxe é modificada necessariamente (cf. seção 2.4.2.2).

2.2 TEORIA GERATIVA: PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Defendendo a existência de uma Faculdade da Linguagem (FL) que é responsável pela produção de estruturas frásicas numa dada língua particular, Noam Avran Chomsky define-a como um órgão mental inerente à natureza humana que possibilita ao falante não só adquirir uma língua particular, como o português, o francês ou o chinês, como também criar novas estruturas frásicas nessa língua. A teoria proposta por esse autor visa buscar respostas às seguintes questões relacionadas ao desenvolvimento do sistema de conhecimentos interiorizados na mente dos falantes (Cf. CHOMSKY, 1981, 1986):

- (a) Qual é o conteúdo do sistema de conhecimentos do falante de uma determinada língua particular, por exemplo do Português? O que é que existe na mente deste falante que lhe permite falar/compreender expressões do Português e ter intuições da natureza fonológica, sintáctica e semântica sobre sua língua?

- (b) Como é que este sistema de conhecimentos se desenvolve na mente do falante? Que tipo de conhecimentos é necessário pressupor que a criança traz *a priori* para o processo de aquisição de uma língua particular para explicar o desenvolvimento dessa língua na sua mente?
- (c) Como é que o sistema de conhecimentos adquirido é utilizado pelo falante em situações discursivas concretas?
- (d) Quais são os sistemas físicos no cérebro do falante que servem de base ao sistema de conhecimentos lingüísticos?¹

Partindo dessas questões, uma das preocupações básicas de Chomsky é, portanto, entender como se dá a aquisição de uma língua particular a partir de um conjunto de princípios inerentes à mente humana que permitem ao falante não só, a partir de dados lingüísticos primários, construir seu conhecimento gramatical, como também criar estruturas fráscas num dado ambiente lingüístico. A fim de compreender o processo dessa aquisição, Chomsky adota como pressuposto básico que a FL é um órgão mental, assim como os demais órgãos do corpo humano, responsável pela aquisição de uma língua particular, fato esse que vem sendo comprovado pelos resultados de pesquisas realizadas no campo da genética:

Like other organs, FL has a 'initial stage' S_0 that is an expression of the genes. To good first approximation, it is uniform for the species, apparently also biologically isolated in essential respects and a very recent evolutionary development. FL undergoes state changes under triggering and shaping influences of the environment.² (CHOMSKY, 1998, p. 2)

¹ Cf. Raposo (1992, p. 27).

² Como outros órgãos, a FL tem um 'estado inicial' S_0 que é uma expressão dos genes. Para uma primeira aproximação, ela é uniforme para as espécies, aparentemente também isolada biologicamente em aspectos essenciais e tem um desenvolvimento evolucionário muito recente. A FL passa por mudanças de estados que sofrem as influências provocadas e formadas do ambiente.
- Tradução minha

Ao terem como objeto de estudo a língua-l, ou seja, a gramática interiorizada dos falantes, e, partindo não só das intuições destes, como também de seus julgamentos quanto à gramaticalidade das frases, os estudiosos que seguem a perspectiva teórica adotada por Chomsky (nomeadamente, a teoria gerativa) detêm-se em entender como se processam os mecanismos mentais responsáveis pela produção dessas sentenças.

No âmbito da aquisição de uma língua particular, a criança não aprende a língua-l, mas a desenvolve ao longo de estados que vão do inicial (estado cujas propriedades são geneticamente determinadas e através do qual é iniciada a fase de desenvolvimento da língua-l) ao estado estável (estado em que a competência do falante atinge um grau de maturação que o torna capaz de fazer intuições sobre sua língua, bem como de fazer julgamentos sobre a gramaticalidade das frases): “[...] adquirir uma língua é mais uma questão de *maturação* e de *desenvolvimento* [grifo do autor da citação] de um ‘órgão’ mental biológico do que uma questão de aprendizagem [...]” (RAPOSO, 1992, p. 36).

Ao longo do processo por que vão sendo desenvolvidos os estados, interagem mecanismos ou representações mentais com outros sistemas mentais (por exemplo, o sistema neuro-muscular) que são responsáveis pela produção de um número infinito de expressões lingüísticas no ambiente lingüístico onde está inserido o falante. É, portanto, a partir da interação complexa entre os sistemas mentais que são gramaticalmente produzidas as frases nas línguas particulares.

Além de ser assumido que a FL é um órgão mental, Chomsky também defende a existência de uma Gramática Universal (*Universal Grammar* (UG))

definida como “[...] a characterization of the genetically determined language faculty”³ (CHOMSKY, 1986, p. 3).

A partir de 1981, o enfoque das pesquisas gerativistas tem sido dado à adequação explicativa dos princípios rígidos responsáveis pelas propriedades invariantes nas línguas particulares, bem como à explicação dos princípios flexíveis (Parâmetros) que estabelecem diferenças entre essas línguas. É sob esse enfoque teórico, denominado Modelo de Princípios e Parâmetros (Cf. CHOMSKY, 1981), que estabeleço o estudo comparativo aqui pretendido entre a gramática do PB e a do PE no que concerne à posição dos sujeitos.

2.3 MODELO DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS (CHOMSKY, 1981)

O percurso científico da lingüística orienta-se para o estabelecimento de princípios e parâmetros universais através da análise comparada das línguas que integra a mudança histórica e a variação lingüística.

Maria Helena Mira Mateus

O Modelo de Princípios e Parâmetros é um refinamento da Teoria Standard Alargada (EST), sendo algumas formulações desta teoria ainda adotadas naquele modelo, dentre elas a organização da gramática em subcategorias (ou módulos, ou componentes) autônomas.

³ [...] uma caracterização da faculdade da linguagem geneticamente determinada. – Tradução minha

Cada módulo, apesar de ter uma organização e princípios específicos, interage com outros módulos de forma complexa, sendo assim responsáveis pelas propriedades estruturais que legitimam a formação das frases nas línguas particulares. Dentre eles, destacam-se: a Teoria X-barrá, a Teoria temática e a Teoria do Caso.

A partir da adoção da perspectiva modular da UG, os níveis de representação sintática necessários para compreensão e formação das frases são: a) a Estrutura-D (DS) em que são representadas de forma transparente as relações locais de subcategorização e as funções lógico-gramaticais que se estabelecem entre os itens lexicais já formados no léxico e que são inseridos na sintaxe; b) a Estrutura-S (SS) que corresponde à representação concreta da estrutura frásica no que concerne à sua hierarquização; c) a Forma Fonética (PF) que faz a interface com os sistemas articulatório e perceptual e d) a Forma Lógica (LF) que faz a interface com os sistemas conceitual e intencional. Veja-se em (1) a seguinte esquematização:



No que diz respeito aos princípios da UG, agora focalizados no Modelo de Princípios e Parâmetros, dividem-se em dois, conforme já mencionado no fim da

seção anterior: a) princípios rígidos que são comuns a todas as línguas, tais como: “o princípio de Projecção, o princípio de que as orações das línguas humanas possuem necessariamente um NP sujeito e um VP predicado e o princípio que determina que as regras de movimento apenas podem mover constituintes sintáticos (o chamado Princípio de Dependência Estrutural).” (RAPOSO, 1992, p. 54), e b) princípios flexíveis ou parâmetros, cuja fixação de seu valor, positivo ou negativo, dá-se durante o processo de aquisição de uma língua particular por parte da criança.

Um dos parâmetros que tem sido o *locus* de muitas investigações refere-se ao Parâmetro do Sujeito Nulo, o qual é responsável pela distinção entre línguas em que a posição sujeito é obrigatoriamente preenchida por um elemento foneticamente realizado (línguas não-pro-drop) e línguas em que essa posição pode ser ocupada por uma categoria pronominal não realizada foneticamente, nomeadamente *pro* (línguas pro-drop). Sob essa perspectiva de análise, vê-se, portanto, que a distinção entre esses dois tipos de línguas é o reflexo da natureza binária do parâmetro⁴.

Tem sido comumente assumido na literatura que o inglês, por exemplo, fixa negativamente o valor desse parâmetro, o que implica dizer que a posição sujeito tem de ser preenchida (Cf. CHOMSKY, 1981, RIZZI, 1988, 1997, BURZIO, 1986, dentre outros), ao contrário de uma língua como o PE, que o fixa positivamente (Cf. RAPOSO, op. cit.). Observem-se os contrastes entre as frases (2) e (3) do inglês e do PE, respectivamente:

(2)a. *We bought the cake yesterday.*

“Nós compramos o bolo ontem.”

⁴ Para uma rediscussão do Parâmetro do Sujeito Nulo, conferir o capítulo 4 em que apresento contra-evidências à natureza binária desse parâmetro.

b. **pro* bought the cake yesterday

c. It snows.

“Neva.”

d. **pro* snows.

(3)a. Nós compramos o bolo ontem.

b. *pro* compramos o bolo ontem.

c. *pro* neva.

Nas frases em (2), *pro* não pode ocupar a posição de sujeito, mas esta deve ser preenchida quer pelo pronome referencial *we* “nós” em (2a), quer pelo pronome expletivo *it* foneticamente realizado em (2c). No PE, ao contrário, a posição de sujeito pode ser ocupada pelo pronome referencial (cf. (3a)), pelo *pro* referencial que é identificado e legitimado pela flexão verbal (cf (3b)) e pelo *pro* expletivo não realizado foneticamente que não tem, por sua vez, potencial de referência (cf. (3c)) assim como o *it* do inglês.

Além da proposta para a existência do Parâmetro do Sujeito Nulo, foi proposto na literatura por Stowell (1981 apud RAPOSO, 1992, p. 185-189) o Parâmetro de Ordenação do Núcleo com base nas ordens de palavras não-marcadas nas línguas particulares. Raposo (1992, p. 185) observa que, no PE e no inglês, o verbo, uma categoria nuclear, precede seus complementos (cf. (4a) e (4b)), o que as caracteriza como línguas de núcleo inicial, ao passo que em turco e em japonês são os complementos que precedem o verbo (cf. (5a) e (5b)), sendo, assim, línguas de núcleo final. Apesar dessa diferença, há algo em comum entre essas

línguas: o sujeito sempre precede o verbo e o seu complemento, diferenciando-se assim de uma língua como o malgaxe em que o sujeito ocorre no fim da frase (cf. (6)):

(4)a. *Português Europeu:*

As crianças comeram o bolo.

S V O

b. *Inglês:*

The children ate the cake.

S V O

“As crianças comeram o bolo.”

(5)a. *Turco:*

Çocuklar [Kazi gordu]

S O V

Crianças [ganso viram]

“As crianças viram o ganso.”

(LEHMANN, 1978 apud RAPOSO, op. cit., p. 185)

b. *Japonês:*

Taroo-ga [Hanako- ni tegami –o kaita].

S OI OD V

Taroo *Nom.* [Hanako *Dat.* carta *Ac.* escreveu]

“Taroo escreveu uma carta à Hanako”

(KUNO, 1978 apud *Ibid.*, p. 186)

(6) *Malgaxe*:

Manasa lamba [ny zazavavy].

V O S

lava roupas a rapariga

“A rapariga está a lavar roupa”

(KEENAN, 1978 apud RAPOSO, loc. cit.)

Nesta pesquisa, ao deter minha atenção na ordem dos constituintes na frase, mais especificamente, no que se refere à ordem VS na gramática do PB e do PE, observo, com base no estudo de Ambar (1992), Gonçalves (1994), Costa (1998, 2000, 2001a) e Fiéis (2003), que, no PE, DPs sujeitos em construções (in)transitivas podem ora ocupar a posição pré-verbal, ora a posição pós-verbal, ao contrário do PB, que só legitima a posição pré-verbal para os sujeitos nessas construções (Cf. BERLINCK, 1988, 2000, KATO, 1999, COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003b). A hipótese norteadora para a explicação desse contraste é que há uma estreita relação entre a natureza morfológica da flexão verbal nas duas línguas e a produtividade da ordem VS, a qual se encontra relacionada com o Parâmetro do Sujeito Nulo, conforme discutirei no capítulo 4.

Tendo como um dos objetivos analisar a natureza da flexão verbal e suas implicações para a ordem VS na gramática do PB e do PE, acredito ser possível, a partir da comparação estabelecida, dar um tratamento explanatório que pode vir a corroborar resultados de pesquisas já realizadas no âmbito da sintaxe comparativa (Cf. FREIRE, 2000, GALVES, 1996, 2001, TORRES MORAES, 1996), que apontam algumas diferenças significativas entre essas duas gramáticas.

Ademais, para discutir sobre os mecanismos estruturais internos envolvidos durante o processo de construções frasais na ordem VS, centro minha atenção nos módulos da Gramática Universal relativos à estrutura hierárquica da frase (Teoria X-barra), à relação semântica que o predicador verbal mantém com os seus argumentos (Teoria Temática), e à atribuição de Caso ao DP sujeito que ocupa ora a posição pré-verbal, ora a posição pós-verbal (Teoria do Caso). Veja-se, agora, um breve comentário sobre o funcionamento de cada módulo e dos princípios que os compõem e que interagem de forma complexa durante o processo de construção das frases.

2.3.1 Teoria X-barra

Relativo à estrutura hierárquica da frase, é assumido que cada categoria sintagmática (NP, AP, PP, VP) tem uma categoria lexical como núcleo (N, A, P, V) que é imediatamente dominada por aquela, satisfazendo o princípio de endocentricidade: uma categoria sintagmática XP tem obrigatoriamente um núcleo pertencente a uma categoria lexical principal e (ii) para uma dada categoria sintagmática XP, o núcleo pertence à categoria lexical correspondente X.

Entre as categorias sintagmáticas e lexicais, estabelece-se uma hierarquia, estando o nível 1 (X') reservado às primeiras e o nível 0 (X^o ou X) reservado às segundas. A existência desses níveis hierárquicos denominou-se convenção X-barra. Essa hierarquia é universal a todas as línguas particulares. O que pode variar é a maneira como esses constituintes são hierarquizados.

Além dos níveis X' e X^0 , há a projeção máxima de nível 2 (X'') denominada Projeção Máxima Fechada cuja existência dá-se em decorrência de a posição de especificador (Spec) das categorias funcionais⁵ combinar-se com o nível X' , projetando X'' . O especificador é, portanto, a categoria imediatamente dominada por X'' , enquanto que o complemento é imediatamente dominado por X' . O que os diferencia é que o primeiro não é subcategorizado por categorias lexicais, enquanto que o segundo o é.

É importante dizer que novas propostas têm sido desenvolvidas no âmbito da teoria X-barras. Dentre elas, destaca-se a inclusão das categorias IP (Inflectional Phrase), CP (Complementizer Phrase) e DP (Determiner Phrase) na representação que, em vez de ter-se por núcleos categorias lexicais, tem-se categorias estritamente fráscas de duas barras.

As categorias I, C e D que projetam, respectivamente, as categorias I' , C' e D' correspondem às categorias funcionais que, diferentemente, das categorias lexicais (N, V, A e P) “(i) possuem uma (e uma só) posição de especificador; (ii) formam classes fechadas (e restritas) de elementos; (iii) não possuem o valor semântico normalmente associado às categorias lexicais e (iv) subcategorizam obrigatoriamente um (e um só) complemento” (Cf. RAPOSO, 1992, p. 209)⁶.

Admitindo a existência da categoria funcional IP, Pollock (1989) propôs o desdobramento dessa categoria em duas projeções: AgrP e TP, sendo esta última mais alta na representação sintática do que a primeira. Além dessas categorias, Pollock também propõe a categoria NegP que intervém entre AgrP e o VP. A

⁵ Para um estudo mais detalhado das categorias funcionais, veja-se Ouhalla (1991). Segundo esse autor, “[...] functional categories represent the flesh and blood of grammar in the sense that they are the locus of grammatical information which determines the structural representation of given constructions, as well as the various grammatical processes they may undergo” (p. 8). ([...] as categorias funcionais representam a carne e o sangue da gramática no sentido de que são o *locus* da informação gramatical que determina a representação estrutural de sentenças dadas, como também os vários processos gramaticais a que podem ser submetidas. - Tradução minha)

⁶ Cf. também Abney (1987).

emergência dessa proposta deu-se em decorrência de o autor verificar que há movimento visível de V-para-I em frases declarativas finitas do francês, ao contrário do inglês, tendo em vista que quantificadores flutuantes, bem como os advérbios de VP (como *souvent* “freqüentemente”, *rarement* “raramente”) podem intervir entre o verbo e o complemento (V-Adv-Compl).

Pollock observa também que, quando entre a negação e o advérbio aparece o verbo (Neg-V-Adv), implica dizer que há movimento curto do verbo para um núcleo flexional mais baixo, ao passo que, quando o verbo ocorre antes da negação e do advérbio (V-Neg-Adv) há movimento longo do mesmo para um núcleo flexional mais alto. Com base nessa proposta, vejam-se os contrastes entre o inglês, que não permite a existência de advérbios e de quantificadores flutuantes rompendo a adjacência entre o verbo e o complemento, e o francês:

(7)a. *John kisses often Mary.

“O João beija freqüentemente a Maria.”

b. Jean embrasse souvent Marie.

“O João beija freqüentemente a Maria.”

c. John often kisses Mary.

“O João freqüentemente beija a Maria.”

d. *Jean souvent embrasse Marie.

“O João freqüentemente beija a Maria.”

(8)a. *My friends love all Mary.

“Meus amigos amam todos a Maria.”

b. Mes amis aiment tous Marie.

“Meus amigos amam todos a Maria.”

c. My friends all love Mary.

“Meus amigos todos amam a Maria.”

d. *Mes amis tous aiment Marie.

“Meus amigos todos amam a Maria.”

(POLLOCK, 1989, p. 367)

Belletti (1990), além de reconhecer que IP se desdobra em AgrP e TP, tem uma proposta diferente da de Pollock. Para aquela autora, AgrP é uma projeção mais alta do que TP, satisfazendo o Princípio do Espelho (MP) formulado por Baker (1985): “Morphological derivations must directly reflect syntactic derivations (and vice versa)⁷”. Discorrendo brevemente sobre esse princípio, Coelho (2000, p. 34) observa:

...a versão de Belletti é de que a projeção mais alta da sentença deve ser a da concordância (AgrP), uma vez que, na derivação morfológica, os morfemas de tempo precedem os de concordância: o radical primeiro se alça a T^o para receber o morfema de tempo/modo, depois se alça a Agr^o para receber o morfema de concordância número/pessoal, dada a ordem linear dos morfemas ligados ao verbo, como por exemplo em ‘cantá-vamos’.⁸

⁷ Derivações morfológicas devem refletir diretamente derivações sintáticas (e vice versa). - Tradução minha

⁸ Costa (2003a) formula a hipótese de que o morfema *-va* do pretérito imperfeito pode ser considerado um morfema aspectual mais do que um morfema de tempo, ao contrário do que acontece no tempo presente (Nós *cantamos*) e no pretérito perfeito (Nós *cantamos*) com os morfemas T e AGR que co-ocorrem amalgamados. Oliveira (2003) também pontua que o tempo imperfeito está associado com efeitos aspectuais. Nessa acepção, com base nas predições dos autores referidos, os tempos relevantes para a análise do fenômeno aqui investigado serão o presente e o pretérito perfeito por razões a serem discutidas no capítulo 4.

Os morfemas de Agr e de T são traços gramaticais por satisfazerem as propriedades de m-seleção das categorias funcionais. Os traços de Agr denominam-se traços-*phi* (pessoa, número, gênero) e os traços de T, traços Tense (+/- passado):

The m- selectional [morphological selectional] properties of bound categories [for example: Agr e T] include the information that, first, the category in question is affixal, and second, specify the categorial nature of the element it can attach/adjoin to.⁹ (OUHALLA, 1991, p. 15)

Observando, de início, a distribuição dos morfemas Agr e T no tempo presente (ele canta) e no pretérito perfeito (Ele cantou) no PB e no PE, é evidente que ambos co-ocorrem amalgamados. Apesar dessa co-ocorrência, há evidências empíricas que comprovam que nessas duas línguas há movimento curto de V-para-T em sentenças declarativas finitas, estando o sujeito no Spec da projeção AgrP. Tendo em vista o verbo não poder alçar-se para o núcleo dessa projeção, há motivação para a existência de um movimento pós-sintático de descida de Agr-para-T, nomeadamente *Lowering*, conforme será elucidado na seção 2.4.2.2.

⁹ As propriedades de m-seleção [seleção morfológica] das categorias presas [por exemplo: Agr e T] incluem a informação que, primeiro, a categoria em questão é afixal, e segundo, especificam a natureza categorial do elemento a que ela pode adjungir-se. - Tradução minha

2.3.2 Teoria temática

No âmbito da teoria temática (teoria- θ), a relação entre predicadores¹⁰ e argumentos é fator determinante para o estabelecimento da estrutura temática das frases cujos constituintes argumentais suportam funções- θ que são atribuídas na estrutura-D¹¹. Em se tratando do predicador verbal, ele não só pode semanticamente selecionar um argumento (o argumento externo), como também pode selecionar semanticamente e subcategorizar um argumento (o argumento interno).

Assumo neste trabalho com Marantz (1984 apud LARSON, 1988) que a atribuição da função- θ ao argumento externo não é feita exclusivamente pelo predicador verbal, mas pela composição deste com o argumento interno. Nas frases (9a) e (9b), a atribuição da função- θ Agente e Experienciador, respectivamente, ao argumento externo representado pelo DP *O menino* é dada pela composição do verbo com o argumento interno:

(9)a. O menino quebrou a janela.

b. O menino quebrou o braço.

¹⁰ Aos predicadores estão reservadas as categorias lexicais nucleares (N, V, P e A), que selecionam argumentos e atribuem funções- θ a esses argumentos. Ao predicado, corresponde a função gramatical desempenhada pelo VP na estrutura frásica.

¹¹ Ouhalla (1991, p. 39) observa: “[...] thematic roles are assigned by head categories to their arguments which at the D-structure level are all contained inside the same maximal projection.” ([...] as funções temáticas são atribuídas por categorias nucleares aos seus argumentos que, no nível da estrutura-D, estão todas contidas dentro da mesma projeção máxima. - Tradução minha)

Um dos argumentos que corrobora a predição de que a atribuição da função- θ ao sujeito é feita composicionalmente encontra suporte no trabalho de Larson (1988). Em seu estudo sobre as construções dativas do inglês, o autor assume que a função- θ do objeto direto tratado como um sujeito de um VP mais baixo na estrutura frasal é atribuída pelo predicado complexo V + PP, em outras palavras, por um complexo temático:

(10)a. Beethoven gave the Fifth Symphony to the world.

“Beethoven deu a *Quinta Sinfonia* ao mundo.”

b. Beethoven gave the Fifth Symphony to his patron.

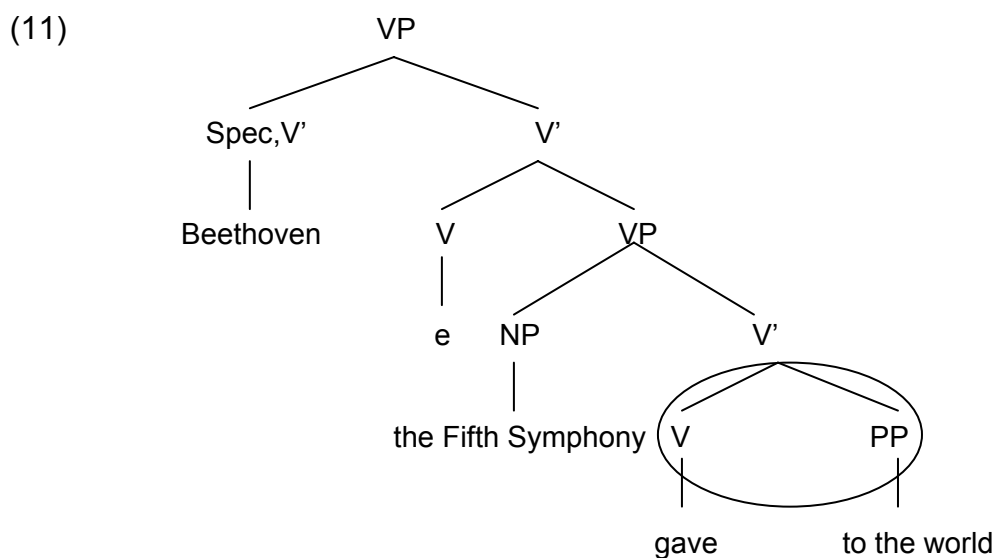
“Beethoven deu a *Quinta Sinfonia* ao seu patrocinador.”

(Ibid., p. 340)

Em (10a), o autor observa que a escolha do argumento selecionado pela preposição, núcleo do PP *to the world*, é suficiente para construir a leitura de que a transferência de posse é metafórica no sentido de que Beethoven criou a sinfonia e deu-a à posteridade. Em (10b), ao contrário, a transferência do objeto *the Fifth Symphony* é feita a um indivíduo concreto (*to the patron*) não sendo, por conseguinte, metafórica.

A conclusão a que chega Larson só é possível pelo fato de ele adotar a proposta de Chomsky (1955, 1975) segundo a qual o verbo e o objeto indireto formam um predicado temático em sentenças ditransitivas, sendo o objeto direto um “sujeito interno”. Adotando a proposta de Sportiche (1988) de que o sujeito é gerado

interno ao VP na posição Spec, V' (cf. a representação abaixo), Larson pontua que o NP que ocupa essa posição não pode ser confundido com o NP que ocupa o Spec, VP mais baixo. Uma evidência que vai ao encontro dessa observação é a seguinte: o NP¹² que ocupa Spec, V', ao contrário daquele que ocupa Spec, VP, quando movido de sua posição de base, vai para a posição Spec, IP, uma posição legítima para hospedar os sujeitos em inglês. Para representar uma estrutura ditransitiva, Larson propõe, portanto, uma estrutura *VP-Shell*, em que o Spec, VP mais baixo corresponde à posição do “sujeito interno” que forma com o predicado complexo (V + PP) uma “pequena oração”, ao passo que Spec, V' corresponde à posição em que o sujeito é gerado (Cf. LARSON, op. cit., p. 343). Veja-se, agora, a estrutura-D da construção ditransitiva em (10a):



¹² Ao utilizar a sigla NP nessa representação formulada por Larson (op. cit.), estou me referindo ao DP nos termos de Abney (1987). Em alguns momentos deste trabalho, ao citar algumas pesquisas, usarei a etiqueta NP como sinônimo de DP pelo fato de os autores das referidas pesquisas não estabelecerem distinção entre NP e DP.

Com base na representação da estrutura dativa em (11), verifico que não só ao “sujeito interno” é atribuída por composicionalidade sua função- θ , como também ao argumento que ocupa a posição Spec, V'. No primeiro caso, como já referido, a atribuição é feita pelo predicado complexo V + PP, ao passo que, no segundo caso, é feita pelo VP mais baixo.

Adotando a hipótese de Sportiche (1988) seguida por Larson (op. cit.), assumo que o sujeito é gerado na estrutura-D na posição Spec, VP, sendo um argumento externo em relação à projeção máxima VP que contém o verbo e os argumentos internos. Nesse nível de representação, esse argumento externo e o VP são irmãos estruturais, satisfazendo, assim, a Condição de Irmandade sobre a marcação- θ : uma categoria lexical α θ -marca uma categoria β sse α e β são irmãos estruturais.

Em Koopman e Sportiche (1991), são apresentadas as seguintes evidências que corroboram a hipótese do sujeito gerado interno ao VP, ao contrário de Chomsky (1981), que assume que o sujeito é gerado na posição Spec, IP:

- a) Analisando que a atribuição da função- θ pelo predicador verbal aos seus argumentos requer uma relação de irmandade entre eles, torna-se problemática a proposta de Chomsky (1981), haja vista que o argumento externo na estrutura-D está numa posição mais alta na estrutura, Spec, IP, não sendo o seu nó “irmão” do nó VP. Portanto, uma hipótese baseada na geração do argumento externo em Spec, VP é satisfatória no sentido de que a condição de irmandade é satisfeita;

b) Analisando línguas VSO, como o irlandês e o galês, Koopman e Sportiche (op. cit.) também observam que, além dessa ordem, essas línguas produzem a ordem AuxSVO quando as frases possuem um verbo auxiliar. Se a proposta de Chomsky fosse adotada, um problema se ergueria segundo os autores: se o sujeito é gerado em Spec, IP, a ordem AuxSVO na estrutura-S corresponderia à ordem de base na estrutura-D AuxSVO, o que implicaria dizer que entre o núcleo flexional I e o seu complemento VP interviria o argumento externo, o que vai de encontro ao que é requerido pela Teoria X-barras que impõe a condição de que entre o núcleo e o complemento não podem intervir especificadores. Assim, os autores assumem que se o sujeito for gerado na posição Spec, VP esse problema é solucionado. A explicação para a ordem AuxSVO seria explicada não só em termos do movimento do verbo para I, mas também do movimento do DP em Spec, VP para a posição Spec, IP.

Além das evidências acima apresentadas, um dos diagnósticos que confirma a hipótese de o sujeito ser gerado interno ao VP tem a ver com a posição dos quantificadores flutuantes (doravante FQs) conforme defendido por Sportiche (1988, p. 426) ao analisar as seguintes frases do francês:

(12)a. Tous les enfants ont vu ce film.

“Todas as crianças viram o filme.”

b. Les enfants ont tous vu ce film.

“As crianças viram todas o filme.”

Em (12a) tanto o DP *les enfants* quanto o quantificador *tous*, que quantifica universalmente sobre o conjunto denotado por esse DP, estão ocupando a posição Spec, IP, ao passo que em (12b) apenas esse DP é movido de sua posição de base, deixando um vestígio ao qual o quantificador encontra-se adjungido. Além disso, nessa última frase, há uma relação de dependência entre o FQ e o DP submetida à restrição de localidade: o DP movido deve c-comandar o FQ assim como ocorre com a anáfora e o seu antecedente. Não havendo essa relação de c-comando, a frase torna-se agramatical, como ilustram os exemplos de Kayne (1981, p. 196 apud BOBALJIK, 1998, p. 3):

(13)a. *The mother of my friends] has *all* left.

b. *La mère de mes amis, est *tous* partie.

“A mãe de meus amigos partiu todos.”

É assumido por Sportiche (op. cit., p. 428) que o FQ está adjungido à esquerda do DP pleno¹³ que ele modifica. Em (14), por exemplo, o FQ *tous*

¹³ É um requisito que FQs sejam seguidos de DPs plenos, caso contrário, as frases são agramaticais:

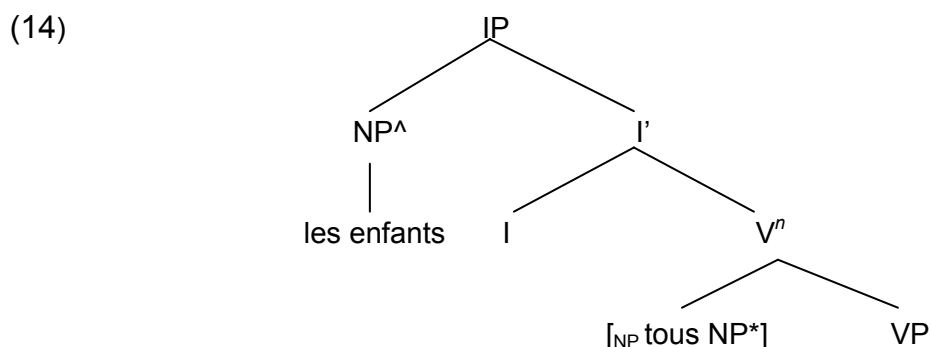
(i) *Chaque est venu.

“Cada veio.”

(ii) *Il a vu chaque.

“Ele viu cada.”

permanece na posição de base de geração do sujeito e encontra-se adjunto à esquerda do vestígio do NP *les enfants*, que se alça para Spec, IP¹⁴:



Além de funcionar como modificadores do DP pleno à sua direita, os FQs podem aparecer sem ou com a inserção “De” numa língua como o francês: *tous* (todos) e *chacun de* (cada um), sendo as construções que contêm esses FQs consideradas estruturas partitivas, segundo o autor, o que vem a ser corroborado, mais tarde, no estudo desenvolvido por Enç (1991) sobre a semântica da especificidade¹⁵. Em (12a), por exemplo, a leitura “tous les enfants” é necessariamente partitiva, haja vista que não significa que todas as crianças do mundo viram o filme, mas que cada uma das crianças num dado contexto viu o filme, o que pode ser confirmado pela possibilidade de usar “chacun de” :

(15) Chacun de les enfants ont vu ce film.

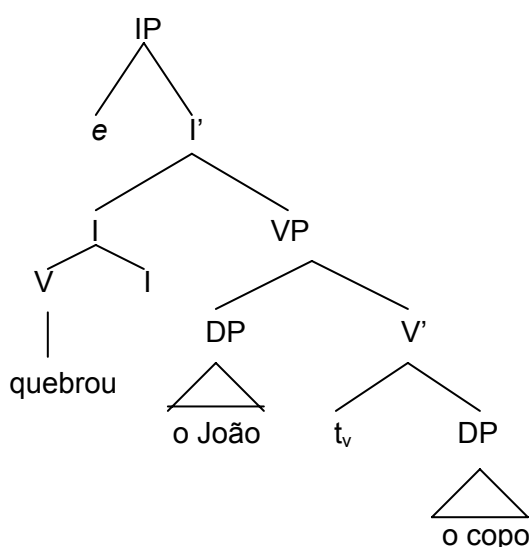
“Cada uma das crianças viu este filme.”

¹⁴ Na representação em (14), NP[^] corresponde à posição Spec, IP, Vⁿ corresponde ao VP (=V^{máx}), e NP* corresponde ao NP gerado na posição Spec, VP.

¹⁵ Sobre a proposta de Enç (op. cit.), cf. seção 3.3.2 desta tese.

Em suma, conforme as evidências elucidadas, assumo que os sujeitos são gerados em Spec, VP. Portanto, para a frase do PE: *Quebrou o João o copo*, a representação sintática em estrutura-S é dada a seguir:

(16) Quebrou o João o copo.



Na representação acima, há movimento de V-para-I¹⁶, permanecendo o DP sujeito em sua posição de base, Spec, VP. Caso houvesse movimento desse DP para Spec, IP sob a aplicação da regra mover- α , um vestígio teria de ser legitimado em satisfação ao Princípio da Categoria Vazia (ECP) que impõe a seguinte condição: o DP movido tem de c-comandar o seu vestígio (t), que ocupa sua posição de base na estrutura-D. Nesse sentido, a história do movimento desse DP para a posição Spec, IP pode ser explicada pela noção de cadeia de movimento: o DP, a cabeça da cadeia, é o argumento que se movimenta, ocupando a posição Spec, IP

¹⁶ A representação com o desdobramento da categoria funcional IP em AgrP e TP só será estudada no capítulo 5, quando discorro sobre as posições do sujeito pré-verbal na gramática do PB e do PE.

em estrutura-S, e t_1 , a cauda da cadeia, ocupa a posição- θ desse DP em estrutura-D, tendo a cadeia de movimento a configuração (DP₁, t_1). Veja-se que na frase (17), o DP *O João* é a cabeça da cadeia, ao passo que o vestígio corresponde à cauda dessa cadeia:

(17) O João₁ quebrou t_1 o copo.

Vale dizer também que a estrutura-D correspondente às frases em (16) e (17) é a mesma. Nessas estruturas, o predicador verbal *quebrar* em Estrutura-D c-seleciona o argumento interno *o copo* e atribui-lhe função- θ Paciente, ao mesmo tempo que s-seleciona esse argumento e o argumento externo *o João*, atribuindo a este último, juntamente com o argumento interno, função- θ Agente. A atribuição dessa última função- θ ao DP *o João* só é possível devido ao *potencial de referência*¹⁷ que ele possui, o que não seria possível com os pronomes expletivos.

Vale pontuar que, intrinsecamente relacionado à teoria temática, está o Princípio de Projeção, segundo o qual as propriedades de seleção semântica e de subcategorização do predicador verbal determinam as estruturas sintáticas das orações. Esse Princípio, mais tarde, foi expandido por ser admitida como obrigatória a posição Spec, IP em todos os níveis de representação sintática, seja ela preenchida por uma categoria ou não, o que culminou na formulação do *Princípio de Projeção Alargado* (Extended Projection Principle (EPP)).

¹⁷ São argumentos que possuem *potencial de referência* aqueles que designam entidades (pessoas, coisas, idéias, etc.) ou situações (eventos, ações, etc.) do universo discursivo [...] (Cf. RAPOSO, 1992, p. 279).

Na representação da grelha temática especificada a partir da entrada lexical dos verbos no PB e no PE, é possível observamos a existência do EPP. Veja-se a representação das grelhas temáticas de verbos transitivos diretos, intransitivos inacusativos como *comer*, *cantar* e *chegar*, respectivamente:

(18) *comer*: V, Agente < DP>¹⁸
Tema

cantar: V, Agente < [DP]>
[Tema]

chegar V, Tema ou Tema e Agente¹⁹ < DP PP²⁰>
Tema ou Tema e Agente Alvo

¹⁸ Incluído entre os parênteses angulares < >, está representada a grelha temática dos verbos. O sublinhado() corresponde à posição Spec, IP do argumento externo que é s-selecionado por verbos como *comer* e *cantar*, o qual passa a ocupar essa posição somente quando movido de sua posição de base na estrutura-D. No caso dos inacusativos, dá-se uma situação diferenciada: em virtude de esses verbos não selecionarem um argumento externo, a posição Spec, IP é projetada pelo predicador verbal para poder hospedar seu argumento interno caso este seja movido de sua posição de base em que é s-selecionado e c-selecionado pelo verbo. Para uma discussão sobre esse tipo de verbo, cf. capítulo 3. Ademais, o DP colocado entre colchetes dentro da grelha temática do verbo *cantar* corresponde a um argumento interno opcional (o objeto cognato). Abaixo de cada argumento interno especificado nas grelhas temáticas, encontram-se especificadas suas respectivas funções- θ . Quanto à função- θ atribuída ao argumento externo, ela vem especificada no lado esquerdo de cada grelha temática.

¹⁹ Além de ser possível a atribuição unicamente da função- θ Tema ao argumento interno quando este é [- animado] (ex.: A carta chegou.), Coelho (2000) observa que a função- θ Agente é *permitida* conjuntamente com a função- θ Tema por este tipo de verbo quando o DP tem o traço [+animado] (ex. O João chegou.), o que se caracteriza como uma função- θ complexa nos termos de Raposo (1992, p. 303). Ao contrário, os verbos intransitivos *exigem* que o argumento que ocupa a posição Spec, IP tenha unicamente função- θ Agente. Essa discussão será retomada no capítulo 3.

²⁰ Neste trabalho adoto, seguindo a análise de Farias (2003, 2004 (em fase de elaboração)), que verbos como *chegar* selecionam um PP argumento. Contudo, não centro minha atenção nesse PP complemento, mas no DP que pode ser movido para a posição Spec, IP na estrutura-S. Para uma discussão sobre a subcategorização desse PP por esse tipo de verbo, conferir os argumentos apresentados pelo autor supracitado.

Chomsky (1981) propõe que, aliada ao Princípio de Projeção Alargado, está uma condição que impõe que sejam preenchidas pelos argumentos s-selecionados e c-selecionados as posições projetadas a partir desse princípio. Essa condição denominada Critério Temático (Critério- θ) é, portanto, formulada em (19):

(19) Critério- θ

- (i) Cada argumento numa representação sintática é suporte de uma e uma só função- θ .
- (ii) Cada função- θ numa estrutura argumental é atribuída a um e um só argumento numa representação sintática.

Tanto o Princípio de Projeção Alargado quanto o Critério- θ desempenham papéis diferentes na representação sintática das frases. Enquanto o primeiro “determina a construção do esqueleto sintático a partir da estrutura argumental dos itens lexicais”, o segundo “assegura que o esqueleto sintático seja preenchido com os argumentos devidos.” (RAPOSO, 1992, p. 306).

Adotar, neste trabalho, que o sujeito é gerado em Spec, VP implica dizer, por um lado, que a posição Spec, IP sempre será uma posição não- θ , haja vista que o sujeito recebe sua função- θ em Spec, VP. Por outro lado, a posição de complemento é sempre uma posição- θ .

2.3.3 Teoria do Caso

Sendo um fenômeno estritamente sintático, a marcação Casual dos DPs pode ser observada em todas as línguas particulares. O que as faz diferir é a maneira como essa marcação é realizada; há línguas em que o Caso²¹ é realizado morfológicamente (ex.: o Latim, o Finlandês, o Russo etc.) e há outras em que o Caso não é marcado morfológicamente (ex.: o português²², o espanhol, o inglês, dentre outras).

Todos os Casos manifestam-se em um DP foneticamente realizado, satisfazendo o *Filtro do Caso Morfológico*: todo DP com conteúdo fonético tem de receber Caso (Cf. CHOMSKY, 1981, p. 49). Vale pontuar, ainda, que esses Casos podem, em geral, ser subdivididos da seguinte forma: a) Casos estruturais (nominativo e acusativo) e b) Casos inerentes (genitivo, oblíquo e partitivo²³); os primeiros são atribuídos em estrutura-S, ao passo que os segundos são atribuídos em estrutura-D, sendo estes necessariamente atribuídos por categorias capazes de atribuir funções- θ , o que não acontece, por exemplo, com o Caso nominativo que é atribuído a um DP na posição sujeito pela flexão verbal que não é capaz de atribuir

²¹ Foi adotada a inicial maiúscula para se referir aos Casos “abstratos” marcados na sintaxe pelos atribuidores Casuais (N, V, A, P e Infl].

²² Segundo Raposo (1992, p. 349), “Nas línguas que não possuem Casos morfológicos, como o Português, a recuperação das funções gramaticais dos argumentos tem de recorrer, pelo menos parcialmente, à ordem das palavras, que se torna então relativamente rígida.”

²³ Belletti (1988) propõe que DPs subcategorizados por verbos inacusativos recebem Caso partitivo. Sobre essa proposta, faço uma rediscussão no capítulo 3.

atribuir função- θ ²⁴.

2.3.3.1 Sobre o Caso Nominativo: a proposta de Koopman e Sportiche (1991)

É assumido por Chomsky (1981) que o Caso nominativo é sempre atribuído quando se estabelece uma configuração de ordem estrutural entre o núcleo flexional I e o DP que ocupa a posição Spec, IP, posição em que é gerado na Estrutura-D, segundo defende o autor. A existência dessa configuração passou a ser conhecida na literatura como Configuração Spec/Head (Concordância Especificador/Núcleo).

A atribuição do Caso nominativo liga-se a uma relação de localidade que se estabelece entre o núcleo I e o DP em Spec, IP, visto que são constituintes sintáticos “próximos”. Essa “proximidade” vem confirmar o princípio da Adjacência proposto por Stowell (1981): a categoria regente tem de ser adjacente à categoria que recebe Caso. Nessa acepção, o Caso nominativo é atribuído ao DP na posição Spec, IP sob regência do núcleo funcional I, uma categoria nuclear regente que não só m-comanda o VP e as categorias incluídas nele, como também o DP que ocupa a posição Spec, IP. Essa relação de m-comando pode ser definida nos seguintes termos (sendo A, a categoria regente, e B, a categoria regida):

²⁴ Koopman e Sportiche (1991, p. 228) distinguem Caso estrutural de Caso inerente nos seguintes termos: “Structural Case is a configurational property: a tensed I assigns Case to its specifier in English regardless of the semantic or thematic relation of this specifier to the rest of the sentence. Nominative case is typically a structural Case. Inherent Case on the other hand is lexically dependent or thematically dependent. Its assignment depends both on the lexical choice of the Case assigner and on the thematic relation between the Case assigner and the category receiving Case.” (O Caso estrutural é uma propriedade configuracional: uma flexão finita atribui Caso ao seu especificador em inglês sem levar em conta a relação semântica ou temática desse especificador com o resto da sentença. O Caso nominativo é tipicamente um Caso estrutural. Por outro lado, o Caso inerente é lexicalmente dependente ou tematicamente dependente. Sua atribuição depende não só da escolha lexical do atribuidor de Caso, mas também da relação temática entre o atribuidor de Caso e a categoria que recebe Caso. - Tradução minha)

(20) Um nó A m-comanda um nó B sse:

- (i) A não domina B e B não domina A;
- (ii) A primeira projeção máxima que domina A domina igualmente B.

A essa definição de m-comando, associam-se a noção de barreira e a condição de minimalidade. Enquanto a primeira estabelece que entre a categoria regente e a categoria regida não pode haver uma projeção máxima, a segunda determina que entre a categoria regente e a categoria regida não podem intervir regentes potenciais.

Koopman e Sportiche (1991), ao contrário de Chomsky (1981), propõem que o Caso nominativo não pode ser atribuído apenas quando é estabelecida uma Configuração Spec/Head, mas também quando o DP permanece em Spec, VP. No primeiro caso, o DP sujeito movimenta-se para a posição Spec, IP, onde é estabelecida uma concordância de ordem estrutural entre o núcleo I e o DP, o que legitima o Caso nominativo sob concordância, ao passo que no segundo a flexão verbal rege o DP sujeito em Spec, VP, o que permite a atribuição de Caso nominativo sob regência.

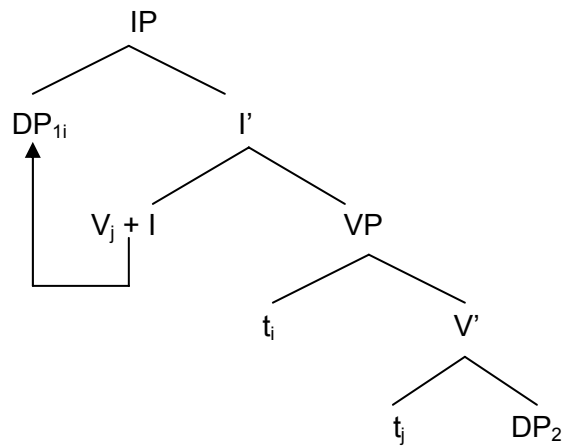
Os autores, ao proporem que o Caso nominativo sob regência dá-se quando o DP pós-verbal permanece em Spec, VP, rejeitam a noção de regência proposta por Chomsky (1981), e adotam a seguinte noção de regência reformulada por Chomsky (1986): “[...] if some X^0 governs YP, it governs the specifier of YP”²⁵. Nessa acepção, o que se defende é que a flexão verbal rege não só o VP, mas também o

²⁵ [...] se alguma categoria X^0 rege uma categoria YP, ela rege o especificador de YP. - Tradução minha

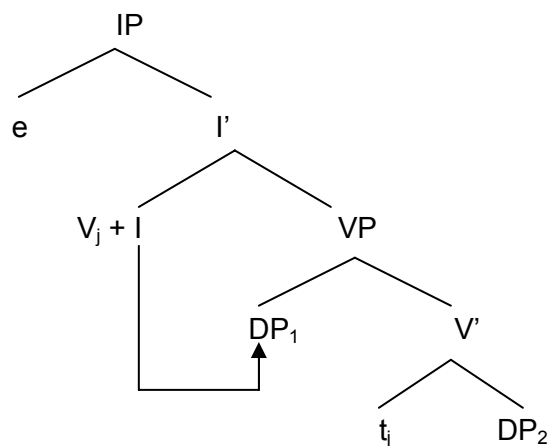
especificador dessa última categoria, o que permite a atribuição de Caso nominativo sob regência por não ser mais o VP uma barreira à regência desse núcleo flexional, como seria na proposta de Chomsky (1981).

Observe-se, agora, como é representada sintaticamente a atribuição de Caso nominativo sob concordância e sob regência, seguindo a proposta de Koopman e Sportiche (op. cit.):

(21) *Caso nominativo sob concordância:*



(22) *Caso nominativo sob regência:*



É válido pontuar que Koopman e Sportiche, ao longo de toda sua discussão sobre a hipótese do sujeito gerado em Spec, VP, restringem-se aos verbos que selecionam um argumento externo. Com base nisso, questiono-me: o Caso nominativo pode ser atribuído ao DP pós-verbal subcategorizado por um verbo inacusativo? De antemão, infiro que a resposta seja afirmativa. Vejam-se, inicialmente, as seguintes ordens de palavras na gramática do PE extraídas de Costa (2001a):

(23)a. Comeram os meninos o bolo.

b. *Comeu os meninos o bolo.

c. Comeram o bolo os meninos.

d. *Comeu o bolo os meninos.

e. Cantaram os meninos.

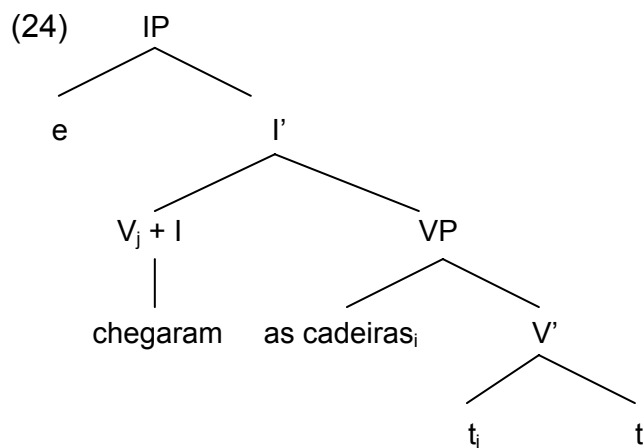
f. *Cantou os meninos.

g. Chegaram as cadeiras.

h. Chegou as cadeiras

Nas frases (23b), (23d) e (23f), observa-se a agramaticalidade quando não há concordância morfológicamente visível entre o DP sujeito *os meninos* e a flexão verbal, ao contrário do que ocorre em (23h) nas construções inacusativas. Duarte (2003, p. 511) defende que os verbos inacusativos também projetam a posição Spec, VP, contudo, na estrutura-D, essa posição não está ocupada por nenhum

argumento, haja vista que esses verbos não selecionam argumento externo²⁶. Segundo a autora, essa posição só é preenchida na estrutura-S quando o argumento interno do verbo inacusativo move-se para essa posição para aceder ao Caso nominativo, o que desencadeia a concordância verbal, como acontece com os argumentos externos das frases em (23a), (23c) e (23e). A autora, seguindo a linha de raciocínio de Koopman e Sportiche (1991), assume que, nesses casos, a atribuição de Caso nominativo dá-se sob regência. Portanto, a representação da frase (23g) é a que se segue:



Não obstante, ao contrário de Duarte (op. cit.), assumo com Chomsky (1995) que a posição Spec, VP não é projetada com verbos inacusativos em virtude de eles não selecionarem um argumento externo e, por conseguinte, não serem capazes de atribuir Caso acusativo (Cf. BURZIO, 1986, BELLETTI, 1988). Nessa

²⁶ Sobre os verbos inacusativos, Duarte (2003, p. 511) enumera as seguintes propriedades: “[...] (i) na representação inicial da [frase: Os miúdos chegaram], a posição de especificador de SV [=Spec, VP] não está ocupada por nenhum argumento, visto que os verbos inacusativos não seleccionam argumento externo [...]; (ii) o SN argumento interno de um verbo inacusativo não recebe Caso acusativo do verbo que o selecciona, uma vez que os verbos inacusativos são deficitários do ponto de vista casual.”

acepção, não é plausível dizer que haja motivação para se projetar sempre essa posição em construções inacusativas. De mais a mais, estando o DP na posição de objeto e não em Spec, VP, o Caso nominativo atribuído sob regência nos moldes de Koopman e Sportiche (op. cit.) é bloqueado, tendo em vista o VP ser uma barreira à regência de I sobre o DP pós-verbal. Uma explicação possível seria assumir a recente proposta de Chomsky (1999), segundo a qual através da operação *Agree* é perfeitamente possível a atribuição de Caso nominativo ao DP pós-verbal de um verbo inacusativo por ser o único constituinte legítimo na estrutura frásica que pode receber esse Caso, conforme defenderei no capítulo 6.

Com base nos pontos de discussão acima delineados no que se refere à maneira como o Caso nominativo é atribuído ao DP pela flexão verbal, apresentarei evidências nesta pesquisa de que, na gramática do PE, esse Caso pode ser atribuído tanto ao DP em posição pré-verbal quanto ao DP em posição pós-verbal seja em construções (in)transitivas quando o DP está em Spec, VP, seja em construções inacusativas com o DP na posição de argumento interno, uma situação já não atestada, em geral, na gramática do PB, que possui Caso nominativo atribuído sob concordância. Além disso, observo que a concordância morfológicamente visível atestada do DP sujeito que ocupa ora a posição Spec, IP, ora Spec, VP com a flexão verbal no PE não decorre de uma configuração sintática específica, mas é consequência do tipo de morfema associado com pluralidade, conforme defendem Costa e Figueiredo Silva (2003b) dentro do quadro teórico da Morfologia Distribuída.

2.4 MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA: UMA PROPOSTA TEÓRICA PARA A INTERFACE SINTAXE-MORFOLOGIA

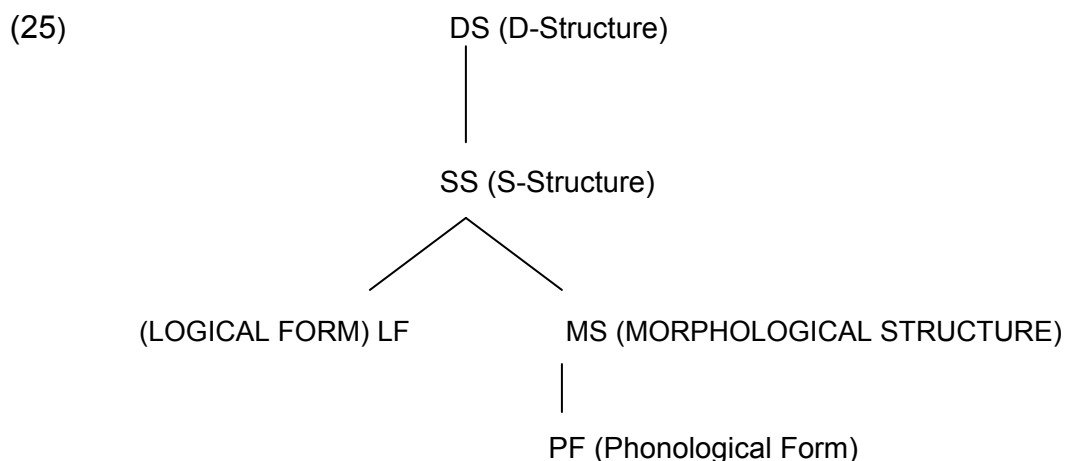
2.4.1 Sobre a Estrutura Morfológica (HALLE; MARANTZ, 1993)

[...] it is not possible to go far with any morphological analysis without also doing syntax.²⁷

Morris Halle e Alec Marantz

Defendendo a existência de movimentos pós-sintáticos, Halle e Marantz (1993) propõem uma teoria morfológica a que denominam Morfologia Distribuída (*Distributed Morphology* (doravante DM)), na qual a informação sintática é relevante para a componente morfológica da gramática, ou seja, o *output* sintático é interpretado pela morfologia. Nesse modelo teórico, é incluído mais um nível de representação no Modelo de Princípios e Parâmetros: a Estrutura Morfológica (MS) que serve de interface entre a estrutura-S e a PF (Ibid., p. 114):

²⁷ [...] não é possível ir longe com alguma análise morfológica sem também fazer análise sintática. - Tradução minha



Diferentemente da proposta de Chomsky (1981), cuja hipótese lexicalista defende que os itens lexicais já vêm formados do Léxico para serem inseridos na derivação sintática, na DM, ao contrário, é proposto que não há Léxico (Cf. EMBICK; NOYER, 2001), sendo a formação de palavra pós-sintática (Cf. HALLE; MARANTZ, op. cit.). Para que as palavras sejam formadas, é necessário que ocorra, na componente morfológica da gramática, a inserção de traços fonológicos, isto é, de expressões ou expoentes fonológicos (raízes e afixos) nos traços morfossintáticos abstratos (morfemas²⁸ ou nós sintáticos terminais) fornecidos pela sintaxe. Para tanto, três propriedades são fundamentais:

- (26) a) Inserção Tardia;
 b) Subespecificação de Itens de Vocabulário;
 c) Estrutura Hierárquica Top-Down.

²⁸ Embick e Noyer (2001) usam o termo *núcleos* como equivalente de *morfemas*, tendo em vista os morfemas serem os átomos básicos da estrutura frasal por comportarem conjunto de traços morfossintáticos.

A primeira propriedade baseia-se no fato de que não há Léxico, como já referido acima, ou seja, não há uma lista de palavras anterior à sintaxe. Defende-se, portanto, que a inserção de traços fonológicos nos traços morfossintáticos só ocorre pós-sintaticamente, haja vista que, na sintaxe, não só as categorias são abstratas, como também os nós sintáticos terminais. Esse processo de inserção tardia é chamado *Spell-Out*.

Ademais, vale pontuar que, ao invés de se utilizar o termo *item lexical* comumente utilizado numa abordagem lexicalista, na DM, adota-se o termo *item de vocabulário* definido como a relação de uma expressão fonológica com o contexto de inserção fornecido pela sintaxe em que essa expressão pode ser inserida. Para cada contexto de inserção, há um nó sintático terminal correspondente. Vejam-se em (27) o esquema apresentado por Noyer (2003) para representar um item de vocabulário e, em (28a) e (28b), exemplos de itens de vocabulário do PB e do PE, respectivamente:

(27) *Esquema de Item de Vocabulário:*

expressão fonológica ↔ contexto de inserção

(28)a. ∅ ↔ [____, 3 sing]²⁹

b. /-s/ ↔ [____, 2 sing]

²⁹ No contexto de inserção a linha [__] corresponde à raiz da palavra.

Quanto à propriedade de Subespecificação de Itens de Vocabulário, é defendido na DM que as expressões fonológicas podem não ser totalmente especificadas para os contextos de inserção em que serão inseridas, o que ocasiona sua subespecificação. No inglês, o afixo de pluralidade que será inserido no nó terminal de uma categoria NP, pode, por exemplo, ser subespecificado da seguinte forma:

(29)a. /-s/	↔	[____, +pl]	
b. /-es/	↔	[____, +pl]	tomatoes
			watches
			kisses
			boxes
			brushes

Em (29a) e (29b), as expressões fonológicas competem durante *Spell-Out* para serem inseridas nos nós sintáticos terminais. Para resolver essa competição, busca-se, em primeiro lugar, inserir a expressão fonológica mais especificada que, nesse caso, é representada em (29b), a qual está associada a uma lista de palavras formadas a partir da inserção do traço fonológico /-es/ no traço morfossintático [+pl]. Caso não seja possível inserir a forma fonológica mais especificada, insere-se a menos especificada representada em (29a).

Quanto à Estrutura Hierárquica *Top-Down*, é defendido que, tanto na componente sintática quanto na componente morfológica, há hierarquização dos

constituintes. A construção hierárquica dos nós terminais sintáticos é fornecida pela sintaxe à MS para que a afixação dos traços fonológicos nesses nós seja possível. No entanto, nem sempre há relação biunívoca entre a estrutura hierárquica enviada pela sintaxe e a estrutura hierárquica formada pós-sintaticamente. Em caso de haver relação biunívoca, a estrutura hierárquica da MS é a mesma da derivação sintática, haja vista que as operações de movimento foram exclusivamente sintáticas.

Na próxima seção, ao discorrer sobre diversos tipos de operações de movimentos pós-sintáticos, apresento evidências de que, na gramática do PB e do PE, a estrutura hierárquica formada pós-sintaticamente não é similar à estrutura hierárquica enviada pela sintaxe nessas línguas.

2.4.2 Sobre os tipos de morfemas e operações de movimento (EMBICK; NOYER, 2001)

2.4.2.1 Morfema-l *versus* morfema-f/ morfema sintático *versus* morfema não-sintático

No quadro teórico da Morfologia Distribuída distinguem-se dois tipos de morfemas conforme proposto por Harley e Noyer (1998): morfemas-f e morfemas-l. Nos primeiros, a informação sintática dos traços morfossintáticos é suficiente para legitimar a inserção de uma única expressão fonológica na MS, ao passo que nos segundos, essa informação legitima a inserção de um número ilimitado de

expressões fonológicas. Vejam-se em (30a) e (30b) exemplos de morfemas-l e morfemas-f, respectivamente:

(30)a. [raiz]

b. [+plural]

Dependendo do tipo de morfema abstrato fornecido pela sintaxe à MS, a inserção dos traços fonológicos pode dar-se de forma diferenciada. Em se tratando dos morfemas-f, há competição dos itens de vocabulário para a inserção nesses morfemas. Tais itens encontram-se, por sua vez, submetidos ao *Princípio do Subconjunto* abaixo formulado (Cf. HALLE, 1997):

Subset Principle: The phonological exponent of a Vocabulary item is inserted into a morpheme... if the item matches all or a subset of the grammatical features specified in the terminal morpheme. Insertion does not take place if the Vocabulary item contains features not present in the morpheme. Where several Vocabulary items meet the conditions for insertion, the item matching the greatest number of features specified in the terminal morpheme must be chosen.³⁰

Alem da distinção entre morfemas-f e morfemas-l, são propostos mais dois tipos de morfemas: morfema sintático e morfema não-sintático (*morfema dissociado*)

³⁰ *Princípio do Subconjunto:* O expoente fonológico de um item de Vocabulário é inserido num morfema... se o item corresponde a todos ou a um subconjunto dos traços gramaticais especificados no nó terminal. A inserção não ocorre se o item de Vocabulário contém traços que não estão presentes no morfema. Onde os diversos itens de Vocabulário encontram as condições, o item correspondente ao maior número de traços especificados no nó terminal deve ser escolhido.
- Tradução minha

(Cf. EMBICK; NOYER, 2001 e NOYER, 2003). Enquanto o primeiro é predizível a partir do nó sintático com o contexto de inserção, o segundo não o é, pois este só é inserido pós-sintaticamente. Embick e Noyer (op. cit., p. 558) observam que, em algumas línguas, o morfema de Caso só é acrescentado às raízes nominais pós-sintaticamente, haja vista não serem predizíveis da derivação sintática:

(31) Noun → [Noun + Case_{Nom}]

Costa e Figueiredo Silva (2003b), ao analisarem o domínio interno do DP em (32) e a concordância sujeito-verbo em frases como em (33) produzidas pela gramática do PE, observam que todos os elementos capazes de ter morfologia de plural têm-na, o que não é observado em PB (cf. (34) e (35)). Partindo dessa assimetria, os autores chegam à hipótese de que a distinção entre as duas gramáticas reside no tipo de morfema de pluralidade: no PE, esse morfema é dissociado, ao passo que no PB é um morfema sintático (denominado *singleton* por esses autores):

(32)a. Os/ estes/ algus/ uns livros muito bonitos.

b. Os primeiros livros da biblioteca.

c. Os meius livros

(33)a. Os meninos comeram o doce.

b. Comeramm oso meninos o doce.

c. Comeramm o doce oso meninos.

(34)a. Oso/ estes/ algunss/ uns livro muito bonito.

b. Oso primeiros livro da biblioteca

Oso primeiro livro da biblioteca

c. Oso meus livro.

O meus livro

(35)a. Oso menino comeramm o doce.

b. Oso menino comeu o doce.

No capítulo 6 desta tese, ao analisar a posição do sujeito em construções frásicas com diferentes tipos de verbos, bem como a visibilidade da concordância morfológica entre o DP sujeito e a flexão verbal, apresento evidências que corroboram a hipótese dos autores mencionados.

2.4.2.2 Movimento sintático *versus* movimento não-sintático

Levando em conta a existência de operações de movimento durante o processo de construção das frases, é válido dizer que, tanto na componente sintática quanto na componente morfológica, há um tipo de operação que é crucial

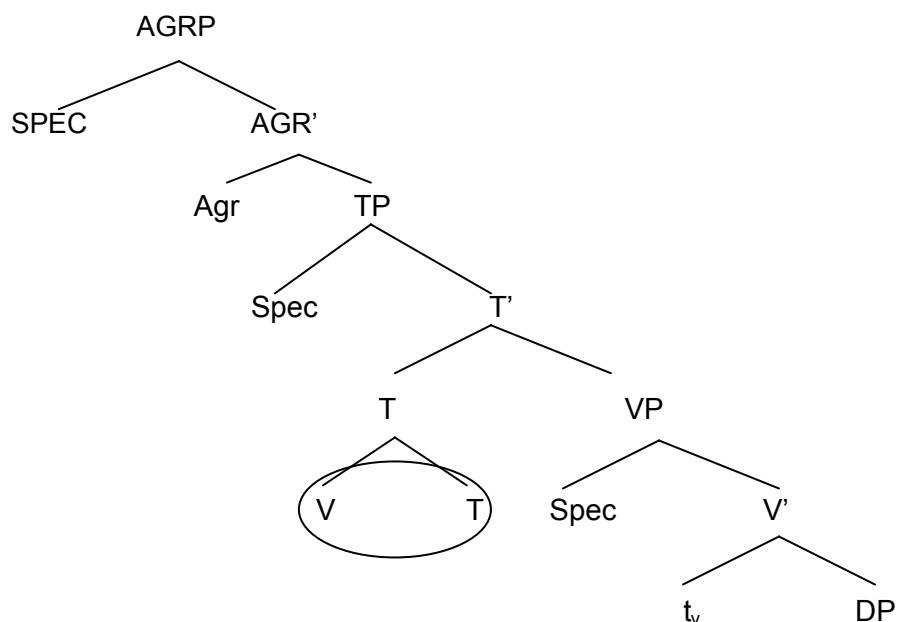
denominada Fusão (*Merger*), cuja função vem descrita por Noyer (2001, p. 11) nos seguintes termos: “What Merger does is essentially ‘trade’ ou ‘exchange’ a structural relation between two elements at one level of representation for a different structural relation at a subsequent level”³¹. Nesse tipo de operação, os elementos fundidos devem estar adjacentes. Vejam-se, a seguir, alguns tipos de fusões que ocorrem em diferentes domínios de aplicação (Cf. EMBICK; NOYER, 2001 e NOYER, op. cit.):

- a) *Raising* (Movimento de “subida” do núcleo): operação que ocorre na sintaxe propriamente dita e que consiste na adjunção de uma projeção X^o a uma projeção Y^o que ocupa uma posição mais alta na derivação sintática. Essa operação só é legitimada por obedecer à condição de que o movimento de núcleo a núcleo tem de ser cíclico e ascendente. Um exemplo dessa operação de movimento é a que ocorre em PB e PE quando há movimento curto de V-para-T³²:

³¹ O que Merger faz é essencialmente ‘permutar’ ou ‘trocar’ uma relação estrutural entre dois elementos em um nível de representação para uma relação estrutural em um nível subsequente. - Tradução minha

³² Um dos diagnósticos que comprova a existência de movimento curto do verbo em PB e PE é a posição dos advérbios, como defendem Costa e Galves (2002). Nos capítulos seguintes, retomarei essa questão com mais detalhes.

(36)



- b) *Lowering* (movimento de “descida” do núcleo): operação que ocorre depois da sintaxe e antes de *Spell-Out* em termos de estrutura hierárquica e que consiste na “descida” de uma categoria X^0 para uma categoria Y^0 , o núcleo de seu complemento³³. Esse tipo de operação é requerido pela gramática do PB e do PE pelo fato de os nós terminais sintáticos T e Agr co-ocorrerem amalgamados³⁴, o que implica dizer que há movimento de Agr-para-T, não sendo Spec, TP projetado (Cf.

³³ Embick e Noyer (2001, p. 567) observam: “[...] Lowering operates only on the structure that is the output of syntax, that is, the structure after all overt syntactic operations have occurred.”. ([...] Lowering opera somente sobre a estrutura que é o *output* da sintaxe, isto é, a estrutura após todas as operações sintáticas visíveis terem ocorrido. – Tradução minha)
De mais a mais os autores formulam a seguinte hipótese:

(i) *The Late Lowering Hypothesis: (Hipótese de Lowering Tardio)*

All Lowering in Morphology follows all movement in syntax. Lowering can never remove an environment for syntactic movement.” (id.) (Todo *Lowering* na Morfologia segue de todo movimento na sintaxe. Lowering nunca pode remover um ambiente por movimento sintático. – Tradução minha)

³⁴ As evidências para essa predição serão mostradas no capítulo 4, quando discorrerei sobre o paradigma de flexão verbal no PB e no PE.

BOBALJIK, 1995). Veja-se o esquema abaixo formulado por Embick e Noyer (op. cit., p. 561) para representar esse tipo de operação:

(37) *Lowering de X^o a Y^o*:

$$[XP X^o \dots [YP \dots Y^o \dots]] \rightarrow [XP \dots [YP \dots [Y^o Y^o + X^o] \dots]]$$

Adotando o esquema acima, *Lowering* de Agr a T em PB e PE vem representado da seguinte maneira:

$$(38) [AgrP Agr \dots [TP \dots T \dots]] \rightarrow [AgrP \dots [TP \dots [T T + Agr] \dots]]$$

Numa língua como o inglês em que não há movimento de V-para-T em sentenças declarativas finitas ocorre na componente morfológica *Lowering* de T a V³⁵, o núcleo de seu complemento:

(39) a. *Jonh has completely neglected the proposal.*

b. **Jonh completely has neglected the proposal.*

³⁵ Em inglês não ocorre *Lowering* de T para V quando uma categoria NegP intervém entre esses dois núcleos, pois a adjacência entre eles é bloqueada. Disso resulta a agramaticalidade da frase **Jonh not loves Mary*. Para produzir uma frase gramatical com uma categoria NegP entre T e V, a gramática do inglês utiliza como estratégia de último recurso a inserção do auxiliar *DO* em T: *Jonh does not love Mary* (Cf. BOBALJIK, 1995).

c. Jonh [_{TP} t₁ [_{VP} completely neglect-ed₁ the proposal]].

Na frase em (39c), apesar de intervir entre T e V um advérbio como *completely* (completamente), *Lowering* de T a V não é bloqueado. Assumindo com Embick e Noyer (op. cit., p. 585) que o advérbio é invisível para *Lowering*, estando a ocupar uma posição de adjunção ao VP e não a TP, conforme pode ser observado na estrutura frásica com o verbo auxiliar em (39a), esse tipo de operação não é bloqueado. Em (39b), ao contrário, a frase é agramatical quando o advérbio encontra-se adjungido a TP.

- c) *Deslocação local*: operação que ocorre depois de *Spell-Out* e que requer adjacência e precedência linear entre as categorias envolvidas. Nesse tipo de operação, uma categoria de nível zero troca sua relação de adjacência com outra categoria de nível zero que a segue através de uma relação de afixação no núcleo linear dessa categoria (*Hipótese de Linearização Tardia*). Em Noyer (2003, p. 11) é apresentado o seguinte esquema para esse tipo de operação:

(40) X[Y...] → [Y+X...

Noyer (op. cit., p. 11) observa que esse tipo de operação é a que ocorre em Latim com o clítico de segunda posição *-que* (* representa a relação de adjacência estrita e Q representa morfemas dissociados):

- (41) [[A-Q] [N-Q]] [cl [[A-Q] [N-Q]]] *Estrutura morfológica*
 [[bon i] [puer i]] [-que [[bon ae] [puell ae]]] *Inserção Tardia*
 [[bon * i] * [puer * i]] * [-que* [[bon * ae] [puell * ae]]] *Linearização*
 [[bon * i] * [puer * i]] * [[[bon * ae] *que] * [puell * ae]]] *Deslocação Local*
 Bom-NOM.PL rapaz-NOM.PL boa-NOM.PL moças-NOM.PL
 “Bons rapazes e boas moças”

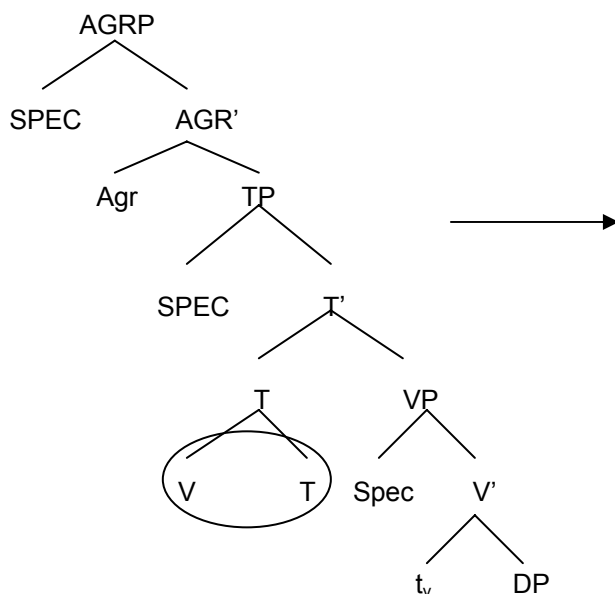
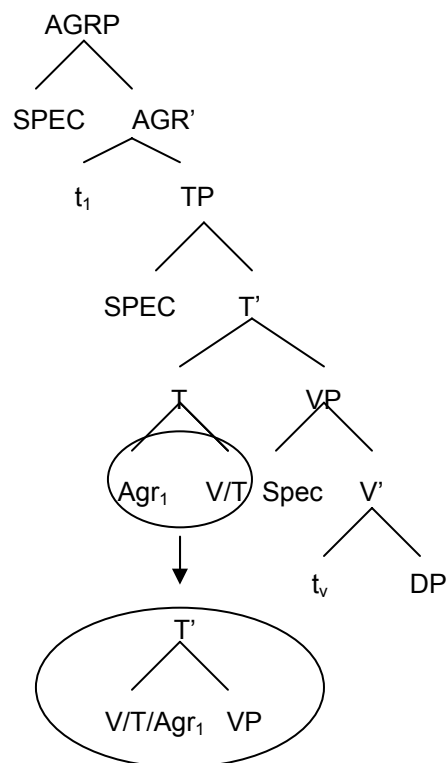
Partindo dos tipos de operações de Fusão apresentados acima, centro minha atenção nesta tese nos dois primeiros tipos (*Raising* e *Lowering*), haja vista que na gramática do PB e do PE, há evidências de que o movimento de uma categoria X^o seja motivado não só na sintaxe propriamente dita (movimento de V-para-T), mas também pós-sintaticamente (movimento de Agr-para-T). Cumpre dizer que os dois tipos de operação, portanto, não podem ser considerados diagnósticos para estabelecer distinção entre ambas as gramáticas, o que tende a favorecer a hipótese levantada por Costa e Figueiredo Silva (2003b) de que a distinção entre as duas gramáticas reside no tipo de morfema associado com pluralidade.

2.4.3 Movimentos pós-sintáticos: evidências contra as hipóteses lexicalistas

Fazendo um breve resumo do que já foi elucidado nesta seção, posso dizer que a inclusão da Estrutura Morfológica no Modelo de Princípios e Parâmetros conforme proposto por Halle e Marantz (1993) é um dos contributos dentro desse modelo teórico no sentido de que muitos dos movimentos que não podem ser explicados na sintaxe propriamente dita, passam a ganhar suporte explicativo na componente morfológica da gramática.

Pelo fato de servir de interface com a estrutura-S, a componente morfológica recebe o *output* da sintaxe no que concerne à estrutura hierárquica da frase em que os nós sintáticos terminais encontram-se hierarquizados. Nesse sentido, as noções de c-comando, de regência³⁶, bem como a condição de localidade, que impõe restrição ao movimento de núcleo a núcleo (Cf. CHOMSKY, 1981, 1986), são relevantes. Contudo, essa estrutura pode ser modificada na componente morfológica, caso um movimento pós-sintático seja motivado, como é o caso de *Lowering* de Agr-para-T na gramática do PB e do PE, valendo ressaltar que o movimento que ocorreu na sintaxe propriamente dita permanece válido. O movimento de V-para-T em sentenças declarativas finitas nas duas gramáticas, por exemplo, é fornecido pela sintaxe à componente morfológica e permanece existindo nessa última componente:

³⁶ Vale lembrar que a noção de regência adotada neste trabalho é a de Chomsky (1986) seguida por Koopman e Sportiche (1991) quando propõem que o sujeito é gerado em Spec,VP e pode permanecer nessa posição em estrutura-S. Com base no modelo da Morfologia Distribuída, ao invés de serem inseridos os itens lexicais já formados do léxico como propõem Koopman e Sportiche (op. cit.) nas posições sintáticas, serão inseridos os traços morfossintáticos correspondentes a cada posição, tendo em vista que só em *Spell-Out* os traços fonológicos serão afixados àqueles traços para formar as palavras.

Sintaxe propriamente dita*(Raising de V-para-T)***Componente morfológica***(Lowering de Agr-para-T)*

Vale dizer que a relação de c-comando estabelecida na sintaxe propriamente dita é legitimada: V c-comanda o vestígio t_v deixado em sua posição de base, satisfazendo o ECP. Na componente morfológica, essa condição é mantida entre o verbo e o vestígio. No entanto, em se tratando do movimento de Agr-para-T, t_1 não pode ser tratado como um vestígio de Agr, haja vista que violaria o ECP: se fosse um vestígio, não haveria antecedente para c-comandá-lo. Dessa forma, a função de t_1 é apenas marcar a posição de base de Agr.

Observado o movimento quer na sintaxe propriamente dita, quer na componente morfológica, pode-se assumir que ele é sempre cíclico. A diferença, contudo, reside no seguinte fato: o movimento de V-para-T obedece à propriedade de que o movimento de núcleo a núcleo na sintaxe deve ser ascendente, ou seja, “o

núcleo alvo do movimento é aquele imediatamente *superior* [grifo meu] ao núcleo movido” (Cf. RAPOSO, 1992, p. 228). Por outro lado, o movimento de Agr-para-T na componente morfológica é descendente.

Além de o movimento ser cíclico quer na sintaxe, quer na componente morfológica, o requerimento de adjacência entre os núcleos após o movimento de um núcleo para outro é imprescindível, satisfazendo, dessa forma, a condição de localidade imposta pela operação *Merger*. Após todos os movimentos serem legitimados, dá-se em *Spell-Out* a afixação dos traços fonológicos nos traços morfossintáticos manipulados pela sintaxe para formar as palavras, o que vai de encontro às hipóteses lexicalistas propostas por Baker (1985) e Chomsky (1993) de que as palavras são fornecidas do Léxico para a Sintaxe.

Baker (op. cit.), ao propor o Princípio do Espelho no modelo de Princípios e Parâmetros, assume que a morfologia flexional não está prevista na entrada lexical dos verbos (*Hipótese Lexicalista Fraca*), mas apenas na sintaxe e que a ordem em que os morfemas flexionais aparecem na raiz verbal reflete a ordem em que o verbo se movimentou para cada núcleo flexional. Em outras palavras, se o morfema T antecede o morfema Agr, ao se unir à raiz verbal, implica dizer que o verbo primeiro se movimentou para T e depois para Agr. No entanto, há contra-evidências para essa proposta; em línguas em que o morfema Agr e T estão em distribuição complementar, como o inglês (*They play* “Eles brincam”), não se pode distinguir o morfema T do morfema Agr, ao contrário do que acontece no alemão e no holandês (Cf. BOBALJIK, 1995).

Outra evidência que põe em questão a existência do Princípio do Espelho encontra-se no trabalho de Pollock (1989), em que se assume que o movimento de V-para-I não ocorre no inglês nas sentenças declarativas finitas, ao contrário do

francês. Partindo dessa predição, ergue-se o questionamento: se o verbo não se move para o núcleo flexional, como explicar a presença do morfema -s que se encontra adjungido à raiz verbal para identificar em inglês a 3ª pessoa do singular (*He plays* “ele brinca”)? A solução dada por esse autor é de que, nesses casos, há um movimento de descida I-para-V (*Lowering sintático*). Conforme observado por Bobaljik (op. cit., p. 60), esse movimento de descida é problemático na sintaxe propriamente dita, haja vista que há violação do ECP: o vestígio deixado pelo movimento de I não é c-comandado por nenhum antecedente. Indo de encontro à proposta de Pollock, Bobaljik defende que esse movimento de descida só pode ser legitimado na componente morfológica da gramática do inglês. Essa proposta, portanto, vai ao encontro do que é aqui defendido: o movimento de descida de Agr-para-T é motivado na gramática do PB e do PE.

Ao contrário de Baker (op. cit.), Chomsky (1993) assume que todas as palavras já vêm flexionadas no Léxico (*Hipótese Lexicalista Forte*) e que o movimento de V-para-I não é motivado para que haja a afixação de seus morfemas flexionais, mas para que o traço-V forte da categoria flexional I seja verificado pelo traço-V do verbo. Nessa proposta, Chomsky (op. cit.) continua a assumir que o movimento de núcleo a núcleo é cíclico, satisfazendo o requisito da adjacência.

Com base nessa teoria de verificação de traços, o movimento na sintaxe visível de V-para-I no francês é explicado pelo fato de o traço-V de I ser forte, o que implica dizer que ele força o movimento do verbo para o núcleo dessa categoria funcional onde ocorre a verificação e eliminação do traço-V forte de I antes de *Spell-Out*. Por outro lado, é assumido por Chomsky que o inglês possui movimento invisível de V-para-I em LF, tendo em vista que o traço-V de Agr é fraco, não sendo, portanto, necessária sua verificação na sintaxe visível.

No quadro teórico da Morfologia Distribuída, a teoria de checagem de traços proposta por Chomsky (1993) é reinterpretada do seguinte modo: ao invés de haver movimento de um núcleo já flexionado do Léxico para verificar e eliminar o traço forte de uma categoria funcional, Halle e Marantz (1993) propõem que a estrutura sintática manipula apenas traços morfossintáticos, ou seja, nós terminais que se encontram hierarquizados consoante à categoria que os domina. Nesse sentido, a “checagem” de traços implica no movimento dos traços morfossintáticos³⁷. Em outras palavras, ao invés de ser o verbo que se move, são os traços da raiz verbal que se movem na sintaxe propriamente dita para a categoria que manipula o traço do afixo. Após todos os movimentos sintáticos, o *output* sintático é fornecido à componente morfológica onde ocorre a inserção dos traços fonológicos nos traços morfossintáticos. Essa proposta, portanto, é satisfatória à medida que operações de movimento pós-sintático, antes da inserção dos itens de vocabulário, são motivadas. No inglês, por exemplo, embora o movimento de V-para-I³⁸ esteja bloqueado na sintaxe propriamente dita, é plausível argumentar a favor da “descida” dos traços morfossintáticos do núcleo flexional para os traços da raiz verbal antes de *Spell-Out* na componente morfológica da gramática. Um aspecto que merece destaque sobre

³⁷ “A checking theory could, of course, mimic DM’s account of the distribution of information within inflected verbs. In place inflectional affixes [...] we could add α terminal nodes that include just the syntactic/ semantic features of the functional heads that will be check them in the syntax (if we add wrong terminal nodes, the derivation will crash). Now checking proceeds as Chomsky describes [...] However, within α – within the combination of the verbal stem and the terminal nodes containing inflectional features – we perform the various syntactic and MS operations that would be required under the DM account, followed by Vocabulary insertion into the resulting terminal nodes.” (HALLE; MARANTZ, 1993, p. 169). (Uma teoria de checagem poderia, é claro, imitar a explicação da DM da distribuição de informação dentro dos verbos flexionados. Em lugar dos afixos flexionais [...] nós poderíamos acrescentar nós terminais α que incluem apenas os traços sintáticos/semânticos dos núcleos funcionais que os checarão na sintaxe (se nós acrescentarmos nós terminais errados, a derivação fracassará). Agora, a checagem procede como Chomsky descreve [...] Contudo, em α – na combinação da raiz verbal e dos nós terminais que contêm traços flexionais – nós representamos as várias operações sintáticas e na MS que seriam requeridas sob a explicação da DM, seguidas pela inserção do Vocabulário nos nós terminais resultantes. – Tradução minha)

³⁸ Por motivo de comodidade, continuarei a usar, ao longo deste trabalho, as etiquetas V e I, valendo lembrar ao leitor de que o movimento que ocorre na sintaxe, sob a perspectiva teórica da Morfologia Distribuída aqui assumida, diz respeito ao movimento da raiz verbal ao núcleo da categoria que manipula o afixo dessa raiz.

essa proposta é que, mais uma vez, as operações requeridas na sintaxe continuam sendo obedecidas, como o é no programa minimalista desenvolvido por Chomsky (1993), com uma só diferença: enquanto neste modelo teórico as palavras já vêm formadas do Léxico, naquele a sintaxe apenas manipula os nós sintáticos terminais que podem sofrer movimento, caso seja necessário.

Partindo da proposta de Chomsky (1993), Bobaljik (op. cit.), por exemplo, observa que, à primeira vista, o movimento de V-para-I em LF no inglês não impõe problemas ao ECP: o movimento é ascendente e o vestígio deixado pelo verbo é c-comandado por este último. Contudo, há evidências de que esse movimento é bloqueado em LF quando uma categoria NegP intervém entre o verbo e a flexão verbal, bloqueando a adjacência entre eles. Já que esse movimento é bloqueado, o inglês utiliza como estratégia de último recurso a inserção do auxiliar *DO* no núcleo flexional³⁹.

Ao fazer as seguintes predições com base no modelo teórico da Morfologia Distribuída: a) estando os morfemas Agr e T em distribuição complementar no inglês, ocasionando a ausência de Spec, TP, o movimento de descida de Agr-para-T é obrigatório e b) não havendo o movimento do V-para-I na sintaxe nem em estrutura-S, nem em LF nessa língua, o núcleo funcional I deve descer para o núcleo verbal, Bobaljik (op. cit., p. 32) argumenta: “[...] *the morphology must act as a filter on syntactic derivations*”⁴⁰. Neste trabalho, tal como assumido por Bobaljik para o inglês, defendo também que a morfologia do PB e do PE atua como um filtro sobre a estrutura hierárquica fornecida pela sintaxe, haja vista que o movimento pós-sintático, nomeadamente *Lowering de Agr-para-T*, é obrigatoriamente motivado

³⁹ Cf. nota de rodapé nº 35 deste capítulo.

⁴⁰ [...] a morfologia deve atuar como filtro sobre as derivações sintáticas. - Tradução minha

nessas línguas, o que não ganharia suporte explicativo se fosse adotada uma hipótese lexicalista quer na sua versão fraca ou forte.

2.5 CONCLUSÕES

A partir da síntese apresentada neste capítulo sobre o quadro teórico em que esta pesquisa se fundamenta, serão adotados alguns dos conceitos e hipóteses, valendo ressaltar que, quanto a estas últimas, serão rediscutidas: a hipótese da binaridade do Parâmetro do Sujeito Nulo na gramática do PB e do PE (Cf. CHOMSKY, 1981, RIZZI, 1988, 1997, BURZIO, 1986), bem como a hipótese de que os verbos inacusativos sempre projetam a posição Spec, VP (Cf. DUARTE, 2003).

Defendendo a interface sintaxe-morfologia com base no fato de no PB e no PE haver motivação para a existência de movimento pós-sintático e, partindo da hipótese de Costa e Figueiredo Silva (2003b) de que a distinção entre o PB e o PE reside no tipo de morfema associado com pluralidade, adoto como quadro teórico norteador para a análise empreendida o modelo teórico da Morfologia Distribuída proposto por Halle e Marantz (1993). Nesse sentido, assumo, ao contrário do que é proposto nas Hipóteses Lexicalistas Fraca e Forte, que as palavras não são formadas no léxico, mas na Estrutura Morfológica, que recebe da Sintaxe a estrutura hierárquica onde estão contidos os traços morfossintáticos aos quais serão inseridos em *Spell-Out* os traços fonológicos.

Ademais, não só as noções de regência e de c-comando serão levadas em conta neste trabalho, mas também a proposta de que o movimento de núcleo a núcleo é cíclico e de que a operação *Merger* ocorre necessariamente na sintaxe propriamente dita e na componente morfológica para estabelecer uma relação de adjacência estrutural que deve ser satisfeita quando um núcleo move-se para outro núcleo. A análise de Agr-para-T e de V-para-T na gramática do PB e do PE só é possível pelo fato de eu adotar a hipótese de Pollock (1989) de que a categoria funcional IP se desdobra em AgrP e TP. Ademais, a hipótese de Sportiche (1988) e Koopman e Sportiche (1991) de que o sujeito é gerado em Spec, VP, ao contrário de Chomsky (1981), será seguida ao longo deste trabalho.

3 SOBRE O FENÔMENO DA INACUSATIVIDADE

3.1 INTRODUÇÃO

Partindo dos resultados quantitativos obtidos por Spanó (2002) sobre o comportamento da ordem VS na gramática do PB e do PE¹ que evidenciam uma alta frequência dessa ordem com os verbos inacusativos, ao contrário dos intransitivos, discorrerei, num primeiro momento deste capítulo, sobre a natureza sintático-semântica dos primeiros, estabelecendo, ao mesmo tempo, comparação com os segundos. Para tanto, retomo a chamada *Hipótese Inacusativa* inicialmente proposta por Perlmutter (1976, 1978) no quadro teórico da Gramática Relacional e introduzida por Burzio (1986) no modelo teórico da gramática gerativa.

Ao apresentar os diagnósticos apresentados por Burzio que constataam que a classe dos verbos intransitivos não é homogênea numa língua como o italiano por constituir-se de duas classes: a) os inergativos (ou “intransitivos”) e b) os ergativos (ou inacusativos), retomarei o estudo de Duarte (2003) para o PE e o de Coelho (2000) para o PB, a fim de mostrar que, além de os inacusativos serem distintos dos inergativos nessas duas línguas, os primeiros verbos não constituem também uma classe homogênea.

Num segundo momento, discorrerei sobre a natureza do DP, enfocando aspectos ligados à definitude e à especificidade. Para tanto, discutirei a proposta

¹ Cf. também Berlinck (1988, 2000), Torres Moraes (1996), Figueiredo Silva (1996), Kato (1999) e Coelho (2000), que chegam à conclusão de que a ordem VS restringe-se no PB aos contextos inacusativos. Para o PE, sugiro ao leitor consultar o estudo diacrônico realizado por Fiéis (2003) que evidencia o seguinte: embora a ordem VS seja produzida nessa língua com todos os tipos de verbos ao longo das épocas, ela sempre ocorreu em maior escala com os verbos inacusativos.

de Belletti (1988) sobre a existência do Caso partitivo atribuído pelos verbos inacusativos aos seus argumentos internos, bem como sobre o *Efeito de Definitude* associado a esses argumentos. Além disso, adotarei a análise de Enç (1991) que reanalisa a proposta belletiana, propondo que o DP possui não só o traço de definitude, mas também o de especificidade.

3.2 SOBRE A NATUREZA SINTÁTICO-SEMÂNTICA DOS VERBOS INACUSATIVOS

3.2.1 A análise de Burzio (1986)

Burzio (1986), ao desenvolver um estudo sobre a sintaxe do italiano, chega a concluir que verbos cognominados de “intransitivos” não constituem uma classe homogênea nessa língua, o que corrobora a *Hipótese Inacusativa* proposta por Perlmutter (1976, 1978)². Essa conclusão só foi possível a partir das diferenças

² Em sua proposta para a não-homogeneidade da classe dos intransitivos, Perlmutter (1978) argumenta que um verbo inacusativo distingue-se de um inergativo pelo fato de o primeiro possuir, inicialmente apenas um arco 2 e nenhum arco 1, ao passo que o segundo possui um arco 1 e nenhum arco 2. Em outras palavras, o arco 1 corresponde ao sujeito e o arco 2, ao objeto, o que implica dizer que, inicialmente, verbos inacusativos só têm objetos e nenhum sujeito, ao passo que os inergativos só têm sujeito e nenhum objeto. Na classe dos verbos inergativos, Perlmutter (ibid., p. 162) inclui verbos que decrevem atos volitivos e desejados (como *trabalhar, jogar, sorrir, rezar, chorar, caminhar, dançar, gritar*, dentre outros) e verbos que exprimem certos processos corporais involuntários (como *vomitar, tossir, dormir, urinar, soluçar, arrotar*, etc). Já na classe dos inacusativos inclui: a) verbos que, segundo ele, cujo termo nuclear é semanticamente um paciente (como *rolar, cair, sucumbir, arder, secar, ferver, gotejar, evaporar, gelar, cristalizar, amarelar, escurecer, crescer, morrer* etc); b) verbos de existência e de acontecimento (como *existir, acontecer, ocorrer, desaparecer, resultar, surgir*, etc.); c) verbos que descrevem emissões de estímulos não-voluntários que atingem os sentidos (como *brilhar, cintilar, tinir, ressoar, pipocar*, etc); d) verbos aspectuais (como *começar, parar, cessar, continuar, acabar*, etc) e e) verbos durativos (como *permanecer, sobreviver, ficar, durar*, etc.).

estruturais constatadas nas seguintes frases do italiano³ (cf. BURZIO, op. cit., p. 20):

(1)a. *Ne arrivano molti.*

“Muitos deles chegam.”

b. **Ne telefonato molti.*

“Muitos deles telefonam.”

(2)a. *Giovanni è arrivato*

“Giovanni chegou.”

b. *Giovanni ha telefonato.*

“Giovanni telefonou.”

A diferença estrutural encontrada em (1) diz respeito à gramaticalidade da frase (1a) construída com o verbo *arrivare* em que o clítico *ne* é produzido, ao contrário de (1b) com o verbo *telefonare*. Já nas frases em (2), a diferença reside na escolha do auxiliar aspectual: em (2a) usa-se o auxiliar *essere* com a frase construída com o verbo *arrivare*, ao passo que em (2b) é usado o auxiliar *avere* com o verbo *telefonare*.

Burzio propõe que o verbo *arrivare*, ao contrário de *telefonare*, um verbo inergativo (intransitivo)⁴, pode ser denominado de ergativo (*inacusativo*) em virtude de não selecionar argumento externo. Nessa acepção, *arrivare* não é capaz de

³ Todas as frases do italiano citadas nesta seção são extraídas de Burzio (1986).

⁴ Os termos *inergativo* e *ergativo* são comumente substituídos na literatura por *intransitivo* e *inacusativo*, respectivamente, como o faz Coelho (2000). Nessa pesquisa, por comodidade, de agora em diante, utilizarei os termos intransitivo e inacusativo para me referir aos verbos inergativos e ergativos, respectivamente.

atribuir função- θ externa, sendo o seu argumento unicamente interno, o qual, quando movido de sua posição de base na estrutura-D à posição Spec, IP em Estrutura-S, passa a ser um sujeito derivado (cf. (2a) acima)⁵. A esse argumento interno não pode ser atribuído Caso acusativo pelo verbo, haja vista que este não seleciona um argumento externo, o que culmina na seguinte generalização, que ficou conhecida na literatura como *Generalização de Burzio*: “[...] only the verbs that can assign θ -role to the subject can assign (accusative) Case to an object.”⁶ (BURZIO, 1986, p. 178).

De forma similar aos verbos inacusativos, os verbos nas construções passivas não são capazes de atribuir Caso acusativo ao DP na posição de objeto direto (Cf. CHOMSKY, 1981), mas apenas atribuem-lhe função- θ Tema na estrutura-D. Para satisfazer a condição imposta pelo *Filtro do Caso*, o argumento interno no inglês, por exemplo, é movido para a posição não- θ de sujeito (nomeadamente, Spec, IP) para receber Caso nominativo⁷ do núcleo flexional, conforme ilustra a estrutura-S da frase em (3b):

(3)a. [e] was read the book.

b. The book_i was read t_i.

“O livro foi lido.”

(BURZIO, op. cit., p. 13)

⁵ Adotando a hipótese inacusativa nesta pesquisa, assumo com Belletti (2001, p. 77) o seguinte: “The surface preverbal subject unaccusatives is in fact a deep object, and even more important, the postverbal subject of the unaccusatives is in fact not only a deep but also a surface object. This is, we may say, the core of the hypothesis.” (O sujeito pré-verbal superficial de verbos inacusativos é de fato um objeto profundo, e ainda mais importante, o sujeito pós-verbal de inacusativos é de fato não apenas um objeto profundo, mas também um objeto superficial, Isto é, nós podemos afirmar, o centro da hipótese. – Tradução minha)

⁶ [...] somente os verbos que podem atribuir função- θ ao sujeito podem atribuir Caso (acusativo) a um objeto. - Tradução minha

⁷ Cf. também Raposo (1992) para uma análise similar para o PE.

Em (3a) tem-se a estrutura-D da construção passiva, estando o argumento interno *the book* na posição de objeto, ao qual é atribuído função- θ Tema pelo verbo. Em (3b), em satisfação ao *Filtro do Caso*, esse DP é movido para a posição Spec, IP, uma posição não- θ , onde recebe Caso nominativo da flexão.

Numa língua como o Alemão, em que o Caso nominativo é visivelmente marcado, segundo observa Safir (1989, p. 80), torna-se evidente que nas construções passivas, já que o argumento interno não recebe Caso acusativo, seu movimento para Spec, IP é motivado para que o Caso nominativo possa lhe ser atribuído como acontece na frase em (4a) em contraste com a construção não-passiva em (4b):

(4)a. Der Hund wurde getötet

o + Nom cachorro foi morto

“O cachorro foi morto.”

b. Der Mann hat den Hund getötet

o + Nom homem tem o+Acu cachorro matado

“O homem matou o cachorro.”

Retornando aos contrastes apresentados em (1) e (2) entre o verbo inacusativo *arrivare* e o verbo intransitivo *telefonare*, o autor observa que no italiano há “inversão livre do sujeito” com todos os tipos de verbos. Vejam-se as frases em (5) com o verbo inacusativo *arrivare* “chegar”, em (6) com o verbo intransitivo *telefonare* “telefonar”, e em (7) com o verbo transitivo *examinare* “examinar”:

(5)a. *Molti esperti* arriveranno.

“Muitos peritos chegarão.”

b. Arriveranno *molti esperti*.

“Chegarão muitos peritos.”

(6)a. *Molti esperti* telefoneranno.

“Muitos peritos telefonarão.”

b. Telefoneranno *molti esperti*.

“Telefonarão muitos peritos.”

(7)a. *Molti esperti* examineranno il caso.

“Muitos peritos examinarão o caso.”

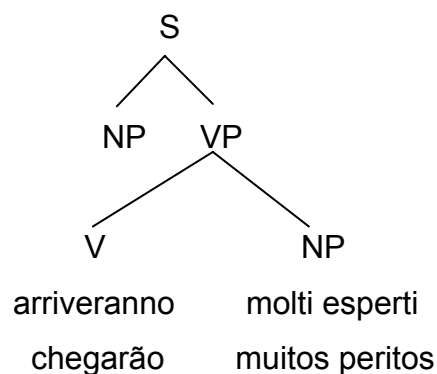
b. Examineranno il caso *molti esperti*.

“Examinarão o caso muitos peritos.”

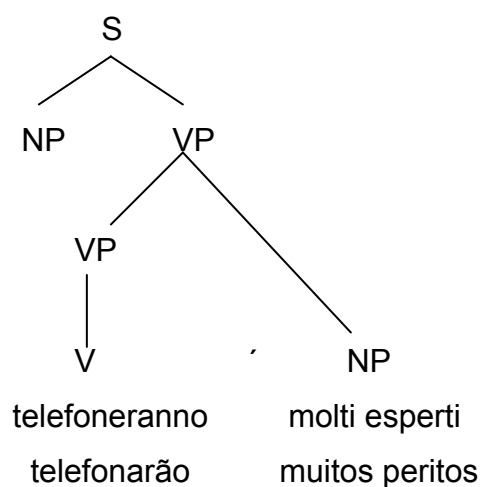
Adotando a hipótese inacusativa, segundo a qual os sujeitos em estrutura-S de verbos como *arrivare* são objetos diretos em estrutura-D e, portanto, distinguem-se dos sujeitos de verbos (in)transitivos que são gerados em estrutura-D na posição Spec, IP, conforme propõe Chomsky (1981), Burzio assume que em (5a) o argumento que ocupa a posição Spec, IP é um sujeito derivado em decorrência do movimento por que passou de sua posição de base em que era objeto para a posição Spec, IP. Já em (5b) o argumento *molti esperti* está ocupando a posição de argumento subcategorizado pelo verbo, a posição de objeto, não ocorrendo nenhum tipo de movimento, ao passo que em (6b) e (7b) o argumento *molti esperti* é movido

de sua posição de base, Spec, IP, para uma posição de adjunção à direita do VP. Vejam-se as seguintes representações sintáticas extraídas de Burzio (op. cit., p. 33) para as frases (5b) e (6b), respectivamente:

(8)a.



b.

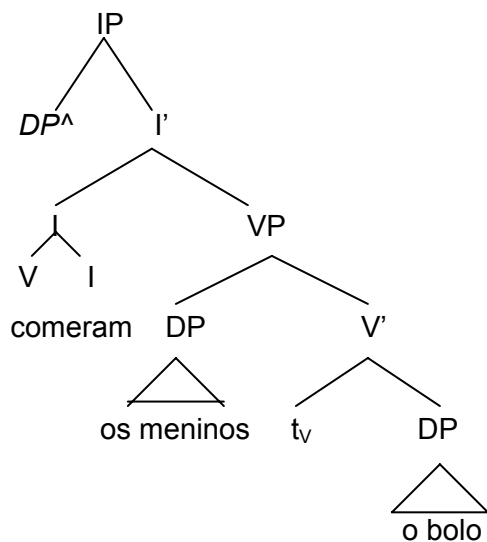


Nesta tese, ao adotar a hipótese de que o sujeito é gerado na posição Spec, VP⁸ com base nas evidências apresentadas por Sportiche (1988) e Koopman e Sportiche (1991), contraponho-me à hipótese de Chomsky (1981) de que ele é gerado em Spec, IP, o que implica dizer que o movimento por adjunção do

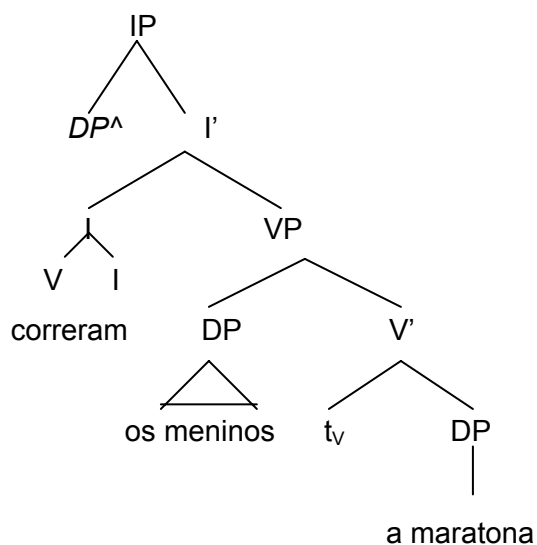
⁸ Para uma análise similar, cf. Costa (1998, 2000).

argumento externo à direita do VP em (6b) e (7b), como defende Burzio, ao adotar a proposta de Chomsky (op. cit.), não é legitimado. Uma consequência dessa hipótese reside no seguinte fato: a posição Spec, IP é sempre uma posição não- θ como já referido, independentemente do tipo de verbo, sendo Spec, VP a única posição temática em que os argumentos de verbos (in)transitivos são gerados. Com base nisso, línguas como o PE, em construções (in)transitivas, quando os sujeitos estão em posição pós-verbal em estrutura-S, eles estão em Spec, VP, conforme verificado nas representações sintáticas das frases em (9a) e (9b):

(9)a. Comeram os meninos o bolo.



(9)b. Correram os meninos a maratona⁹.



Vale dizer que nas representações sintáticas em (8a) e (8b), Burzio defende que há uma relação de co-indexação entre o DP pós-verbal e um sujeito não-argumental (representado por *e*, nomeadamente um *pro* expletivo) que ocupa Spec, IP:

(10)a. [*e*_i] arriveranno molti esperti_i

b. [*e*_i] telefoneranno molti esperti_i.

Nas frases em (10), a co-indexação entre o expletivo e o argumento em posição pós-verbal preserva a noção de CADEIA proposta por Chomsky (1986) a partir da formação do par *expletivo-argumento*. Em ambos os casos, tem-se a

⁹ Conforme apresentado na seção 2.3.2 do capítulo anterior, um verbo intransitivo *pode* selecionar um objeto cognato que, na frase em análise, corresponde ao DP *a maratona*. Para uma conclusão similar, cf. Duarte (2003) para o PE e Coelho (2000) para o PB.

CADEIA [*pro*_i, *molti esperti*_i]. Burzio propõe que, a partir dessa co-indexação, o Caso nominativo é transmitido do expletivo ao argumento pós-verbal, hipótese que ficou conhecida na literatura como *Hipótese da Transmissão de Caso*. Uma das evidências apresentadas por Burzio para fundamentar sua hipótese encontra-se nas construções de particípio passado. Nas frases em (11a) e (11b) construídas com o verbo *arrivare*, a concordância de particípio passado é idêntica em ambas as frases, quer o DP *Maria* seja movido para Spec, IP em (11a), quer esteja em posição de objeto em (11b):

(11)a. *Maria è arrivata.*

“A Maria chegou.”

b. [*e*] è arrivata Maria.

“Chegou a Maria.”

Analisando a hipótese acima sobre a transmissão de Caso nominativo do expletivo ao argumento pós-verbal, observo que ela é problemática pelas seguintes razões: primeiro, na representação sintática em (8a), a atribuição de Caso nominativo ao DP *molti esperti* violaria a noção de regência proposta por Chomsky (1986), haja vista que o VP, por ser uma projeção máxima, constitui-se numa barreira à atribuição desse Caso ao DP nele incluído e, segundo, como observado por Coelho (2000) para o PB, essa hipótese não garante suporte explicativo para as frases em que é possível a não-correspondência dos traços- Φ do DP pós-verbal com os traços- Φ da flexão verbal, o que implica dizer que a transferência de traços

do expletivo ao DP pós-verbal não se sustenta (cf. (12)), tal como ocorre também no PE (cf. (13)):

(12) depois da Universidade é que começou a surgir os prédios aqui da
Trindade (FLP05L548)

(COELHO, 2000, p. 58)

(13) Fechou muitas fábricas.

(COSTA, 2001a, p. 8)

Com base nas frases acima, argumentarei no capítulo 6 que somente nesses casos há motivação para a inserção de um *pro* expletivo no PB e no PE na posição Spec, IP para a atribuição de Caso nominativo pela flexão verbal numa Configuração Spec,Head, recebendo o DP pós-verbal um outro Caso (possivelmente, Caso partitivo como propõe Belletti (1988)). Com base nisso, é que nas representações das frases em (9a) e (9b), ao invés de a posição Spec, IP ser ocupada por um expletivo, ela se encontra vazia, sendo representada por DP[^] conforme sugerido por Koopman e Sportiche (1991), tendo em vista o Caso nominativo ser atribuído sob regência de I ao DP pós-verbal que ocupa a posição Spec, VP.

Não obstante, embora não assumo a noção de CADEIA, adoto a hipótese de Burzio de que os sujeitos derivados em construções inacusativas são objetos diretos em estrutura-D. Para corroborar essa hipótese, o autor apresenta evidências empíricas no italiano a partir da relação intrínseca do clítico *ne* com o objeto direto

nas construções inacusativas, tal como ilustrado em (1a) no início desta seção, na construção passiva em (14c), nas construções com o *si* impessoal em (15d) e (15e), e nas construções com verbos de alternância causativa, nas quais o objeto *due navi nemiche* da frase transitiva causativa em (16a) passa a ser o sujeito derivado na construção inacusativa em (16b). A partir dessa correlação, Burzio (1986, p. 30) formula a seguinte generalização: “Ne-cl is possible with respect to all and only direct objects.”¹⁰.

(14)a. Molti esperti saranno invitati.

“Muitos peritos serão convidados.”

b. Saranno invitati molti esperti.

“Serão convidados muitos peritos.”

c. Ne saranno invitato molti.

“Muitos deles serão convidados.”

d. *Ne telefoneranno molti.

“Muitos deles telefonarão.”

e. *Ne examineranno il caso molti.

“Muitos deles examinarão o caso.”

(15)a. Si leggerà volentieri alcuni articoli.

“Ler-se-á voluntariamente alguns artigos.”

b. Alcuni articoli si leggeranno volentiere.

“Alguns artigos ler-se-ão voluntariamente.”

¹⁰ O clítico *ne* é possível só e somente só quando se refere a objetos diretos. - Tradução minha

c. Si leggeranno volentieri alcuni articoli.

“Alguns artigos serão lidos voluntariamente.”

d. Se ne leggeranno alcuni.

“Alguns deles serão lidos.”

e. Se ne leggerà alcuni.

“Ler-se-á alguns deles.”

(16)a. L'artigleria affondo due navi nemiche.

“A artilharia afundou dois navios inimigos.”

b. Due navi nemiche affondarono.

“Dois navios inimigos afundaram.”

c. Ne affondarono due.

“Dois deles afundaram.”

Em (14c) a estrutura frásica é gramatical, tendo em vista o clítico *ne* relacionar-se ao objeto direto *molti*, ao passo que a agramaticalidade em (14d) e (14e) resulta do fato de esse clítico estar relacionado com o argumento externo selecionado pelos verbos *telefonare* e *examinare*.

Com relação a (15c) e (15d), Burzio argumenta que os argumentos pós-verbais *alcuni articoli* e *alcuni*, respectivamente, são sujeitos invertidos, tendo em vista a concordância verbal ser estabelecida entre esses argumentos e a flexão verbal. Nas frases (15a) e (15e), esse autor argumenta que o clítico *SI* funciona como sujeito. As evidências apresentadas pelo autor de que esse *SI* é sujeito (cf. (A) e (B)) e um pronome clítico (cf. (C) a (E)) são apresentadas a seguir:

A - *Si* é entendido como um sujeito com referência arbitrária.

B - *Si* está em distribuição complementar com outros sujeitos:

(i). *La gente si leggerà...

“A gente ler-se-á...”

C - *Si* pode ocorrer entre outro clítico e o verbo:

(ii). Gli si telefona spesso

“Telefona-se para ele freqüentemente.”

D - *Si* segue a negação:

(iii). Non si leggerà quegli articoli.

“Não se lerá aqueles artigos.”

E - *Si* não pode ser coordenado com um DP¹¹:

(iv). *Maria e si leggerà quegli articoli.

“Maria e si lerá aqueles artigos.”

¹¹ Para uma análise similar, cf. Cardinalletti e Starke (1994).

Um dos requisitos, portanto, para que o clítico *ne* mantenha relação com o objeto direto em construções inacusativas é que este último deva permanecer em sua posição de base. Caso contrário, a co-ocorrência desse objeto com o clítico em posição pré-verbal torna a frase agramatical (cf. (17a') e (17b')):

(17)a. Ne affonderanno due.

a'. **Due ne affonderano.*

b. Ne saranno invitato molti.

b'. **Molti ne saranno invitato.*

Outra evidência apresentada por Burzio de que sujeitos de verbos inacusativos são objetos diretos em estrutura-D deriva da observação das seguintes frases:

(18)a. Maria si guarda.

“A Maria se cuida.”

b. Il vetro si rompe.

“O copo se quebra.”

Em (18a), o autor defende que o clítico *si* é reflexivo, não estando a ocupar sua posição de objeto gerado na estrutura-D por ser movido dessa posição. Esse clítico, portanto, está co-indexado ao seu vestígio, formando assim uma cadeia de movimento em satisfação à condição de c-comando: Maria si_i guarda t_i . Além disso, é observado que esse clítico pode alternar-se com um DP lexical que ocupa a posição de objeto:

(19)a. Maria guarda $\left\{ \begin{array}{l} \text{se stessa.} \\ \text{Giovanni.} \end{array} \right\}$
 “ A Maria tem cuidado com $\left\{ \begin{array}{l} \text{ela mesma.} \\ \text{Giovanni.} \end{array} \right\}$ ”

Ao contrário de (18a), em (18b) o clítico *si* não tem leitura reflexiva e nem tampouco pode alternar-se com um DP lexical. Partindo disso, o autor propõe que, nesses casos, o clítico é um *si ergativo*¹², um fato que pode ser confirmado pela possibilidade de ele ocorrer em construções com cliticização-*ne* (cf. (20)):

(20) Se ne rompono molti.

“Muitos deles quebraram(-se).”

¹² Segundo Burzio (op. cit., p. 38), “[...] ergative *si* plays no syntactic role at all, being simply an affix.” ([...] o *si* ergativo não desempenha de modo algum função sintática, sendo simplesmente um afixo. - Tradução minha)

Burzio, ao apresentar a escolha do auxiliar aspectual como outro diagnóstico para o fenômeno da inacusatividade no italiano, observa que o auxiliar *essere*, à semelhança das possibilidades de contextos de cliticização *ne*, difere do auxiliar *avere* usado em construções (in)transitivas pelo fato de ocorrer em construções ergativas (cf. (21)), passivas (cf. (22)) e em construções com *si* ergativo (cf. (23)). Em todas essas construções, há concordância morfológica visível do DP sujeito com a flexão verbal e com o particípio passivo no que se refere aos traços- Φ de gênero e número, o que não ocorre na construção transitiva em (24), cuja concordância de particípio passivo é estabelecida com o objeto direto cliticizado (não-reflexivo)¹³ ao invés do sujeito. Ademais, o auxiliar *essere* também ocorre em construções em que o objeto direto torna-se sujeito na variante inacusativa derivada de uma base transitiva (cf. (25b)), um contexto em que é possível a cliticização *ne*, conforme ilustrado na frase (16c) repetida em (25c):

(21) *Maria è arrivata.*

“A Maria chegou.”

(22) *Maria è stata accusata.*

“A Maria é acusada.”

(23) *La tazza si è rotta.*

“A xícara tem-se quebrado.”

¹³ Burzio (op. cit., p. 54) observa que em construções de particípio passivo com o auxiliar *essere*, a concordância do sujeito com a forma de particípio passivo só se estabelece quando o clítico é reflexivo:

(i) *Maria si è accusata.*
 “A Maria se acusa.”

(24) Giovanni la ha acusata.

“Giovanni tem-na acusado.”

(25)a. L’artiglieria ha affondato due navi nemiche.

“A artilharia tem afundado dois navios inimigos.”

b. Due navi nemiche *sono* afondate.

“Dois navios inimigos são afundados.”

c. Ne affondarono due.

“Dois deles afundaram.”

Em suma, a partir dos dois diagnósticos apresentados por Burzio para o italiano: a escolha do auxiliar aspectual e a cliticização *ne*, torna-se evidente que os argumentos internos de verbos inacusativos são objetos diretos em estrutura-D que, quando movidos de sua posição de base para a posição Spec, IP, uma posição não- θ , passam a ser sujeitos derivados.

Nesta tese, apesar de os dois diagnósticos acima referidos não poderem ser aplicados ao PB e ao PE, apresentarei evidências nessas duas línguas que corroboram a hipótese inacusativa, valendo ressaltar que os diagnósticos comumente utilizados para classificar um verbo como inacusativo no PB e no PE não podem ser aplicados a todas as classes de inacusativos, tal como mostrarei nas próximas seções, o que culmina, portanto, na não-homogeneidade dessa classe verbal¹⁴.

¹⁴ Cf. também Levin e Rappaport Hovav (1995) para o inglês e Farias (em fase de elaboração) para o PB e o PE.

3.2.2 A análise de Duarte (2003)

Em seu estudo sobre a classe dos verbos inacusativos no PE, Duarte (2003) apresenta evidências empíricas nessa língua que corroboram a predição de Burzio (1986) de que esses verbos não selecionam um argumento externo, mas apenas um argumento interno, ao qual não é atribuído Caso acusativo.

Duarte (op. cit., p. 510) observa que o sujeito derivado de um verbo inacusativo exibe propriedades de um argumento interno direto em orações com participio absoluto (cf. (26)), bem como comporta-se de forma similar aos sujeitos de verbos (in)transitivos pelo fato de o DP na posição sujeito não só poder ser pronominalizado por um pronome nominativo (cf. (27)), mas também exibir concordância morfológica visível com a flexão verbal (cf. (28))¹⁵:

- (26)a. Chegados os miúdos,...
- b. Nascido o bebé ontem,...
- c. *Vistos os miúdos o filme,...
- d. *Tossido o bebé ontem,...
- e. Visto o filme,...
- f. Assinada a declaração,...

- (27)a. Eles chegaram.
- b. Ele nasceu.

¹⁵ Todas as frases apresentadas nesta seção são de Duarte (2003).

c. Eles viram o filme.

d. Ele tossiu.

(28)a. *Eles chegou.

b. *Nós nasceu no dia 1 de Maio.

Quanto às frases em (28), questiono-me se o critério proposto por Duarte baseado na concordância morfológica visível entre o DP sujeito e a flexão verbal é realmente satisfatório para estabelecer similaridade entre o comportamento dos sujeitos dos verbos inacusativos com os dos verbos (in)transitivos. Contradições a esse critério são encontradas no PB, por exemplo, em que essas frases são perfeitamente possíveis, o que não implica dizer que o verbo inacusativo deixou de ter um sujeito derivado. Para a análise dessas sentenças no PB, portanto, defendo que o que é relevante não é a concordância morfológica visível, como propõe a autora para o PE, mas sim a concordância Spec/Head que é estabelecida entre o DP sujeito e a flexão verbal, através da qual é legitimada a atribuição de Caso nominativo. Adotando essa perspectiva de análise, a agramaticalidade das frases em (28) no PE não resulta do fato de elas não terem um sujeito derivado, mas do tipo de morfema associado com pluralidade nessa língua, conforme discutirei no capítulo 6.

Um dos trabalhos que merece destaque, que é retomado por Duarte (2003), é o de Eliseu (1984) o qual, ao analisar e descrever construções com verbos inacusativos no PE, propõe alguns testes que, de um lado, os aproximam dos transitivos, como é o caso da possibilidade de ocorrerem em construção de participio

absoluto e em construção de particípio passado em posição predicativa e atributiva, e, por outro lado, os aproximam dos intransitivos pela impossibilidade de ocorrerem em construções passivas e por não ser possível a formação de adjetivos em *-vel*. Ao contrário dos (in)transitivos, os inacusativos não admitem nominalizações com o sufixo agentivo *-or*. Veja-se, a seguir, a aplicação desses testes para descrever o comportamento sintático desses verbos no PE¹⁶:

a) Construção de Particípio Absoluto¹⁷:

(29)a. A Ana arrumou o quarto. (*transitivo*)

b. Arrumado o quarto,...

c. *Arrumada a Ana,...

(30) Crescidos os filhos, o João e a Rita foram viver para a província.

(*inacusativo*)

(31) *Corridos os atletas, o governo promoveu uma homenagem.

(*intransitivo*)

b) Construção de particípio passado em posição predicativa:

(32) A solução está encontrada. (*transitivo*)

(33) A Maria está crescida. (*inacusativo*)

(34) *Os atletas estão corridos. (*intransitivo*)

¹⁶ Todos os exemplos são extraídos de Eliseu (1984).

¹⁷ Cf. também Ambar (1992, p. 114)

c) Construção de particípio passado em posição atributiva:

(35) As soluções encontradas não são satisfatórias. (*transitivo*)

(36) As meninas crescidas não choram. (*inacusativo*)

(37) *Os atletas corridos foram homenageados pelo governo. (*intransitivo*)

d) Construção passiva

(38) A solução foi encontrada (*transitivo*)

(39) *A Maria foi crescida. (*inacusativo*)

(40) *Os atletas foram corridos. (*intransitivo*)

e) formação de adjetivos em *-vel*:

(41) resolúvel

(42) *crescível

(43) *corrível

f) nominalizações com um sufixo agentivo *-or*¹⁸:

(44) emissor

(45) *crescedor

(46) corredor

¹⁸ Segundo verifica Eliseu (op. cit., p. 14) há algumas exceções com relação aos verbos (in)transitivos a partir dos quais não podem ser formadas nominalizações em *-or*: *sentidor, *encontrador, *ridor, *mentidor.

Além das distinções acima apresentadas por Eliseu (Ibid.) entre verbos inacusativos, transitivos e intransitivos, de forma similar a Burzio (1986), que detectou a escolha do auxiliar aspectual como um dos diagnósticos para distinguir verbos intransitivos de inacusativos no italiano, Duarte (2003) observa que no português antigo a escolha do auxiliar podia servir como diagnóstico para estabelecer essa diferença. Enquanto em construções inacusativas usava-se o auxiliar *se(e)r* nos tempos compostos (cf. (47)), nas (in)transitivas usava-se *(h)aver* ou *ter* (cf. (48)). Em todas essas construções, segundo verifica a autora, dá-se a concordância de particípio passivo com o objeto direto¹⁹:

(47) *Idas som as froes*

d'aqui bem com meus amores!

(48)a. os serviços que *aviam feitos* a seu padre.

b. aquelas cousas que *ten aparelhadas*.

Levando em conta o comportamento assimétrico entre verbos intransitivos e inacusativos, a autora também apresenta evidências de que os segundos verbos não constituem uma classe verbal homogênea no PE, o que a leva a classificá-los da seguinte forma: a) verbos de mudança de estado (como *corar, desmaiar, empalidecer, crescer, florir, morrer*), b) verbos de movimento (como *cair, chegar, partir, descer, subir, entrar, sair, ir, vir*), c) verbos de existência que se subdividem em existenciais (como *constar, existir, perdurar*), existenciais locativos (como *morar,*

¹⁹ Todas as frases são extraídas de Mattos e Silva (1994 apud DUARTE, 2003, p. 514).

residir, viver) e verbos que denotam ausência ou carência (como *escassear, faltar*), e d) verbos de aparição (como *aparecer, brotar, surgir, desaparecer, eclipsar-se, sumir-se, acontecer, ocorrer*).

Entre os verbos de mudança de estado, a autora inclui os verbos de alternância causativa (como *abrir, derreter, quebrar*), que se caracterizam pelo fato de o argumento interno do verbo da variante transitiva causativa poder vir a ser um sujeito derivado na variante inacusativa derivada daquela (cf. (49b)). Vale dizer que a função- θ Tema atribuída a esse argumento na estrutura-D pelo verbo transitivo continua sendo a mesma na variante inacusativa, pois, caso contrário, haveria violação ao Critério- θ . Alguns diagnósticos que evidenciam que esse sujeito derivado corresponde ao objeto direto na estrutura-D da variante transitiva dizem respeito à impossibilidade de ocorrerem DPs subcategorizados por P que tenham o traço [+agentivo] (cf. (49c)), orações finais (cf. (49d)) e advérbios orientados para o sujeito (como *deliberadamente, intencionalmente, propositadamente*) (cf. (49e))²⁰:

(49)a. A Maria derreteu [a manteiga]_{Tema}.

b. [A manteiga]_{Tema} derreteu.

c. *A manteiga derreteu *pela Maria*.

d. *A manteiga derreteu *para fazer a tarte*.

e. *A manteiga derreteu *intencionalmente*.

²⁰ Cf. também Palmiere para um estudo sobre a aquisição de verbos inacusativos no PB que vem confirmar os testes apresentados por Duarte (op. cit.).

Segundo observa Duarte, a única possibilidade de o sujeito derivado ocorrer com um PP adjunto à frase na variante inacusativa é quando o DP subcategorizado por P ou denota uma causa externa não-intencional (cf. (50a)), ou denota uma causa interna conforme apresentado em (50b):

(50)a. A manteiga derreteu *com o calor*.

b. A manteiga derreteu *por si só*.

Estabelecendo um paralelo entre a análise de Burzio (1986) com a análise de Duarte (op. cit., p. 515-516) para as frases em (49b), (50a) e (50b), em que o sujeito derivado *a manteiga* corresponde ao objeto direto da variante causativa transitiva em (49a), observo que nas frases do italiano em (51) essa predição torna-se ainda mais evidente quando são possíveis não só frases como (51b) em que há um sujeito derivado: *Due navi nemiche*, mas também pelo fato de ser possível a cliticização-*ne* (cf. (51c)):

(51)a. L'artigleria affondo due navi nemiche.

“A artilharia afundou dois navios inimigos.”

b. Due navi nemiche affondarono.

“Dois navios inimigos afundaram.”

c. Ne affondarono due.

“Dois deles afundaram.”

(BURZIO, 1986, p. 25)

Outro ponto de similaridade entre as construções com verbos de alternância causativa no italiano e no PE diz respeito à presença do clítico *ergativo*²¹ na variante inacusativa em (52b') que, conforme discutido na seção anterior, difere do clítico reflexivo em (52a')

(52)a. Maria si guarda.

a'. A Maria cuida-se.

b. Il vetro si rompe.

b'. O copo quebrou(-se)

É assumido por Duarte (2003) que verbos de alternância causativa possuem uma única entrada lexical que corresponde à entrada lexical do verbo transitivo causativo da qual deriva a variante inacusativa²², o que entra em conformidade com o *Princípio de Uniformidade Lexical* proposto por Reinhart (2000, p. 5 apud DUARTE, op. cit., p. 517): “Cada conceito verbal corresponde a uma entrada lexical com uma estrutura temática”. Por exemplo, o verbo *derreter*, em sua base transitiva causativa, seleciona um argumento interno e um argumento externo, tendo este último o traço [+agente], o que caracteriza uma *causatividade dinâmica*, ao passo

²¹ Duarte (2003, p. 518) assume que o *se ergativo* no PE é, na verdade, um *pseudo clítico-reflexivo*, em outras palavras, corresponde a um *-se anticausativo* nas variantes inacusativas derivadas de variantes transitivas causativas. Segundo essa autora, a marcação morfológica desse clítico na sintaxe é, em alguns casos, não só exigida (cf. (i)) e permitida (cf. (ii)), mas também nem exigida, nem permitida (cf. (iii)):

- (i) O navio afundou-se.
- (ii) O gelado derreteu(-se).
- (iii) Os exames acabaram.

²² Cf. também os argumentos apresentados por Farias (em fase de elaboração) para uma conclusão similar.

que na variante inacusativa tem-se uma *causatividade estática*, conforme pode ser observada nas frases em (50a) e (50b), em que o DP subcategorizado por P denota uma causa externa *não-intencional* ou uma causa interna, respectivamente.

Analisando agora o comportamento dos verbos inacusativos de mudança de estado que denotam eventos com causa interna, Duarte apresenta as seguintes razões que os diferem dos verbos de alternância causativa:

a) não possuem uma variante causativa transitiva:

(53)a. A Maria empalideceu.

a'. *O susto empalideceu a Maria²³

b) não admitem adjuntos do tipo *por si só*:

(54)a. *A Maria empalideceu *por si só*.

De mais a mais, o diagnóstico utilizado por Eliseu (1984) referente à possibilidade de verbos inacusativos no PE ocorrerem em construções com participios absolutos e em construção de participio passado em posição predicativa pode ser aplicado apenas com alguns desses verbos, o que implica dizer que os testes propostos por esse autor não podem ser aplicados a todas as classes desses verbos. Observe-se a agramaticalidade das construções com participio absoluto em

²³ Segundo Duarte (op. cit., p. 519), para se obter uma interpretação causativa dessa frase, é necessária a seguinte estrutura sintática: "O susto fez a Maria empalidecer".

(55a) e (55c) e das construções de particípio passado em posição predicativa em (56a) e (56c):

(55)a. */? Empalidecida a Maria...

b. Desmaiada a Maria...

c. *Ardido o pinhal...

d. Florido o roseiral.

(56)a. */? A Maria está empalidecida.

b. A Maria está desmaiada.

c.*O pinhal está ardido.

d. O roseiral está florido

Um comportamento similar aos contrastes apresentados em (56) pode também ser encontrado com os verbos inacusativos de movimento que, segundo Duarte e Brito (2003, p.184), além de selecionarem um argumento interno, selecionam também um PP como complemento²⁴, como é o caso do verbo *partir*:

(57) [Os atletas] partiram [para Estocolmo] ontem à noite.

²⁴ Cf. também Belletti (2001), Pesetsky e Torrego (2002) e Farias (em fase de elaboração) para uma conclusão similar.

Nas frases, a seguir, tomando por base os diagnósticos propostos por Eliseu (op. cit.), verbos de movimento são inacusativos pela possibilidade de ocorrerem em construção de particípio absoluto (cf. (58)), valendo salientar que, quanto ao uso desses verbos em construção de particípio passado em posição predicativa, há um bloqueio quase que total, exceto quando se trata do verbo *cair* (cf. (59a)):

(58)a. Caído o cortinado,...

b. Chegado o João,...

c. Entrados os atletas,...

(59)a. O cortinado está caído.

b. *O João está chegado.

c. *Os atletas estão idos.

Passando, agora, à análise dos verbos existenciais locativos, Duarte (op. cit., p. 546) observa que eles “não podem ocorrer na construção de Particípio Absoluto [...]” contrariamente ao que está previsto em Eliseu (1984) (cf. (60a)). Uma das propriedades que caracteriza esses verbos inacusativos é a de que eles selecionam um PP locativo que pode ocupar a posição pré-verbal nas chamadas construções de inversão locativa, conforme ilustrado em (61a’)²⁵:

²⁵ Cf. também Ambar e Pollock (2002).

(60)a. *Morado o João...

(61)a. O Pedro mora em Telheiras.

a'. Em telheiras mora o Pedro.

Em se tratando de verbos existenciais, a autora defende que o *Efeito de Definitude* proposto por Belletti (1988) está presente nos DPs pós-verbais selecionados por esses verbos, tendo em vista eles serem necessariamente indefinidos, sendo, portanto, agramaticais estruturas frásicas como as de (62c) e (62d):

(62)a. Existem *algumas* incertezas sobre o desfecho das negociações.

b. Era uma vez *uma* princesa que vivia num país distante.

c. *Existem *as* incertezas sobre o desfecho das negociações.

d. *Era uma vez *a* princesa que vivia num país distante.

No entanto, como discutirei na seção 3.3.1, há construções com verbos existenciais que são exceções à presença do *Efeito de Definitude*, tendo em vista a possibilidade de DPs pós-verbais receberem ou uma leitura de interpretação única, ou uma leitura de lista, conforme sugerido por Belletti (op. cit.). De mais a mais, na seção 3.3.2, ao discorrer sobre a proposta de Enç (1991), assumirei com essa

autora que nas sentenças existenciais o que está em jogo não é o *Efeito de Definitude*, mas o *Efeito de Especificidade*.

Quanto à quarta classe de verbos inacusativos que tem a ver com os verbos de aparição, Duarte (2003, p. 547) observa que eles selecionam além do DP, um PP locativo, assemelhando-se aos existenciais locativos, por poderem ocorrer em construções de inversão locativa. A única diferença entre eles é que, enquanto os primeiros descrevem um estado, os segundos descrevem uma mudança de estado. Vejam-se, agora, as seguintes frases construídas com verbos de aparição como *aparecer* e *ocorrer*, respectivamente:

(63)a'. Um fantasma de voz cavernosa apareceu na biblioteca.

a''. Na biblioteca apareceu um fantasma de voz cavernosa.

(64)a'. O maior acidente aéreo com um Concorde ocorreu em França.

a''. Em França ocorreu o maior acidente aéreo com um Concorde.

Vale lembrar que Duarte (loc.cit.) argumenta que verbos de existência e de aparição são de fato inacusativos, ao contrário dos intransitivos, pelas seguintes razões: a) não admitem nominalizações com o sufixo agentivo *-or* (**existidor*, **aparecedor*, **acontecedor*), b) não selecionam, em geral, objetos cognatos²⁶ (**O fantasma desapareceu um desaparecimento fugaz*), (**Os colecionadores de selos*

²⁶ Num artigo extraído da Internet intitulado *Unaccusativity in Polish*, o autor, cujo nome não vem especificado, aponta como uma das distinções entre verbos intransitivos e inacusativos em Polonês o fato de os primeiros selecionarem objetos cognatos (cf. (i)), ao contrário dos segundos (cf. (ii)):

- (i) Tomek biega maratony.
"Tom corre maratonas."
- (ii) *Tomek upadł upadek.
"Tom caiu uma queda."

existem uma existência pacata.)²⁷ e c) admitem DPs nus mais facilmente na posição pós-verbal do que os intransitivos (*Surgiram dúvidas. X *?Correram atletas*)²⁸.

Ao contrário dos sujeitos de verbos (in)transitivos (cf. (65)), observo que os sujeitos derivados de alguns verbos inacusativos, embora tenham o traço [+humano], não podem ocorrer com advérbios que podem ter leitura orientada para o sujeito (como *propositadamente, intencionalmente, cuidadosamente, deliberadamente*) (cf. (66b)) e (67b))²⁹ e, nem tampouco, com orações finais (cf. (66c) e (67c)) que servem de diagnóstico para identificar o traço de agentividade do DP que ocupa a posição de sujeito. Dessa forma, o sujeito derivado de verbos inacusativos como *desmaiar* e *empalidecer* têm, exclusivamente, função- θ Tema:

(65)a. A Maria gritou *propositadamente*.

b. A Maria gritou *para chamar a atenção de todos*.

c. A Maria escreveu a carta *cuidadosamente*.

d. A Maria escreveu a carta *para enviar ao seu namorado*.

(66)a. A Maria desmaiou.

b. *A Maria desmaiou *intencionalmente*.

c. *A Maria desmaiou *para preocupar seus amigos*.

²⁷ Cf. também Pesetsky e Torrego (2002) para uma análise similar para o inglês. Segundo esses autores, objetos cognatos nessa língua só ocorrem com verbos intransitivos.

²⁸ Essa tendência à ocorrência de DPs nus na posição pós-verbal que são, por sua vez, indefinidos vem corroborar a análise de Diesing (1992). Sugiro ao leitor consultar os resultados obtidos por Coelho (2000) para o PB que constata apenas a ocorrência de DPs nus na ordem VS com verbos inacusativos. Vale pontuar que esta autora acaba por incluir os DPs nus em sua análise na classe dos DPs [-definidos] e [-específicos], cujas propriedades serão estudadas na seção 3.3.2.

²⁹ As frases de (65) a (67) não são de Duarte, mas frutos de minhas intuições.

- (67)a. O João empalideceu.
- b. *O João empalideceu *propositadamente*.
- c. *O João empalideceu *para comover sua mãe*.

Por outro lado, há evidências para supor que a única classe de inacusativos que parece possibilitar a presença de advérbios orientados para o sujeito, bem como de orações finitas, são os verbos de movimento. Vejam-se as frases (68a) e (68b), respectivamente:

- (68)a. O João caiu (deliberadamente) do alto do precipício.

(RAPOSO, 1992, p. 282)

- b. O João caiu do alto do precipício para mostrar aos espectadores sua coragem.

Em (68a) e (68b), além de ao DP *o João* ser atribuída, necessariamente, função- θ Tema, a ele é atribuído, além dessa função, a função- θ Agente, haja vista que a presença do advérbio *deliberadamente* na primeira frase e o uso da oração final na segunda condicionam uma leitura agentiva marcada pelo traço [+volição]. Nessa acepção, pelo fato de a ação executada pelo João ter sido intencional, é sugerido por Jackendoff (1972) e adotado em Raposo (op. cit.) que uma *função- θ complexa* é atribuída, haja vista que o DP tem, ao mesmo tempo, função- θ Tema e

Agente. Por outro lado, se o ato de cair deu-se acidentalmente, não sendo, portanto, legítimo o uso do advérbio em (68a) e da oração finita em (68b), a única função- θ disponível ao DP que ocupa a posição Spec, IP é a de Tema. Tratarei com mais detalhes sobre a composição semântica desses verbos na seção 3.2.3.1, ao retomar a análise de Jackendoff (1976, 1987).

Em resumo, com base no acima exposto, todos os verbos inacusativos no PE estudados por Duarte (2003), ao contrário dos (in)transitivos, vêm corroborar à *Generalização de Burzio*, segundo a qual verbos desse tipo têm por propriedade substantiva não selecionarem argumentos externos, mas apenas argumentos internos diretos em estrutura-D, aos quais é atribuída necessariamente função- θ Tema, não estando excluída a possibilidade de esses argumentos poderem ocupar a posição Spec, IP em Estrutura-S. Não obstante, embora esta seja a propriedade comum a todos os verbos inacusativos, essa autora apresenta evidências empíricas convincentes de que eles não formam uma classe homogênea no PE.

3.2.3 A análise de Coelho (2000)

É fato, como já enunciado no capítulo introdutório deste trabalho, que no PB, ao contrário do PE, a ordem VS encontra-se submetida à restrição de monoargumentalidade, em particular, aos contextos inacusativos.

Num estudo realizado por Palmiere³⁰ sobre a aquisição de verbos inacusativos por crianças brasileiras na faixa etária dos dois aos quatro anos, a

³⁰ O texto desta autora foi extraído da Internet. Estão ausentes o ano e o local de sua publicação, havendo apenas a indicação de que a autora referida pertence à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

autora constata que nos dados iniciais dessas crianças a ordem VS só é produzida com verbos inacusativos, o que vem corroborar a restrição acima mencionada. A autora também observa que, dentre esses verbos, os mais produzidos pelas crianças são “verbos de mudança de estado físico ou mudança de lugar”, o que implica considerar, de forma similar ao PE, que esses verbos no PB também não constituem uma classe homogênea, conforme pode ser verificado na pesquisa desenvolvida por Coelho (2000).

Assumindo que o fenômeno da inacusatividade é universal, Coelho apresenta evidências no PB, tal como Burzio (1986) para o italiano, de que o argumento interno de um verbo transitivo como *quebrar* pode tornar-se um sujeito derivado na variante inacusativa³¹, podendo estar presente o *se* ergativo (cf. (69b)), o qual não pode alternar-se com um clítico não-reflexivo nem com um DP pleno (cf. (70b) e (70c)), ao contrário do que ocorre com o *se* reflexivo em (71)³²:

(69)a. A menina quebrou o copo com o martelo.

b. O copo se quebrou.

c. O copo quebrou.

(COELHO, op. cit., p. 48)

³¹ Em Polonês nas construções denominadas de *alternância causativa*, é possível o argumento interno do verbo transitivo (cf. (i)) ocupar a posição pré-verbal de sujeito na variante inacusativa (cf. (ii)), à semelhança do que ocorre no italiano (Cf. BURZIO, 1986), no PE (Cf. DUARTE, 2003) e no PB (Cf. COELHO, 2000):

- (i) Tomek zamknal okno.
“Tom fechou a janela.”
- (ii) Okno zamknelo sie.
“A janela fechou (-se).”

³² Os grifos são da autora.

- (70)a. O copo se quebrou.
 b. *O copo a quebrou.
 c. *O copo quebrou *a menina*.

- (71)a. Maria se vestiu.
 b. Maria a vestiu.
 c. Maria vestiu *a menina*.

(Ibid., p. 47)

Além disso, a autora, de forma similar à Duarte (2003) para o PE, observa que verbos inacusativos no PB, em geral, não selecionam objetos cognatos (cf. (72b)), ao contrário dos intransitivos (cf (73b))³³:

- (72)a. O palácio do governo *funcionava* lá no centro (FLP18L582)
 b. *O palácio do governo *funcionava um funcionamento normal* lá no centro

- (73)a. João *correu* no ano passado.
 b. João *correu a corrida de São Silvestre* no ano passado.

(COELHO, op. cit., p. 50)

³³ Coelho (2000, p. 50), retomando os exemplos de Figueiredo Silva (1996, p. 116-117), observa que há algumas exceções. Um verbo inacusativo como *morrer* pode selecionar um objeto cognato: João morreu *uma morte tranqüila*, ao passo que um verbo intransitivo como *viajar* não é capaz de selecionar um objeto dessa natureza: *Eu viajei *uma viagem genial*.

Na frase (72a), a autora, assumindo a *Generalização de Burzio*, argumenta que o DP *O palácio do governo* é movido para Spec, IP, onde recebe Caso nominativo, pelo fato de o verbo *funcionar* não ser capaz de atribuir Caso acusativo a esse DP, à semelhança do que acontece na construção passiva em (74) onde o DP *o professor* move-se para a posição não- θ de sujeito em satisfação ao Critério- θ ³⁴:

(74) O professor_i foi convocado t_i pelo diretor.

Em sua análise, Coelho difere de Burzio (1986) por não adotar a hipótese de formação de CADEIA, tendo em vista que há uma violação à regência de Infl a esse DP, conforme já observado por Belletti (1988) para o italiano. Ademais, ao observar que no PB a atribuição de Caso nominativo sob regência não é mais uma opção disponível na gramática dessa língua³⁵, a autora argumenta que a única posição disponível ao DP subcategorizado por verbos inacusativos é a posição de objeto que, na seguinte estrutura formulada por Belletti (Ibid., p. 8): NP₁ [VP [VP V NP₂ [PP P NP₃]] NP₄], corresponde à posição NP₂³⁶.

De mais a mais, a autora, adotando a tipologia semântica dos verbos proposta por Jackendoff (1976, 1987), verifica que, embora todos os verbos inacusativos selecionem um argumento interno necessariamente com função- θ

³⁴ Cf. também Raposo (1992) para o PE.

³⁵ Cf. também Torres Moraes (1996).

³⁶ Argumentarei na próxima seção que não só no PB, mas também no italiano e no PE, ao contrário de Belletti (1988), não há motivação para a existência da posição NP₄, a qual, segundo a autora, hospeda os sujeitos deslocados à direita que se adjungem ao VP onde a atribuição de Caso nominativo dá-se sob regência.

Tema, eles podem ser agrupados em classes distintas, caso descrevam movimento (verbos do tipo GO), estado (verbos do tipo BE), permanência de estado (verbos do tipo STAY) ou situação processual (verbos do tipo APPEAR). Ao contrário desses verbos, os verbos intransitivos são classificados como verbos do tipo ACT por selecionarem obrigatoriamente um argumento externo com função- θ Agente. Em seu estudo sobre a ordem SV e VS em construções monoargumentais na variedade falada em Florianópolis, a autora observa que verbos que selecionam um argumento com função- θ Agente são contextos inibidores da ordem VS, ao contrário de verbos que selecionam um argumento com função- θ Tema, o que, por sua vez, vem corroborar a pesquisa de Pontes (1986).

Sobre as propriedades dos verbos acima mencionados, discorrerei a seguir sobre a proposta de Jackendoff (1976, 1987) para uma composição semântica desses verbos.

3.2.3.1 Por uma composição semântica dos verbos (JACKENDOFF, 1976, 1987)

Baseado no trabalho de Gruber (1965), Jackendoff (1976), além de fazer uma descrição da semântica dos verbos, o que lhe permite formular um quadro tipológico dos mesmos, avança no sentido de propor uma análise explicativa baseada numa teoria de representação semântica, cujos objetivos precípuos encontram-se resumidos do seguinte modo:

A satisfactory theory of semantic representation, then, must account not only for the information conveyed by a sentence; it must also account for the way in which the sentence conveys that information, permitting the expression of both the semantic and the syntactic generalizations of the language. (Ibid. p. 90-91)³⁷

O autor argumenta que o verbo relaciona-se com seus argumentos através de uma composição funcional, possuindo aquele uma função semântica arquetípica com as quais os argumentos mantêm relação semântica. Em seu estudo, são descritas três funções arquetípicas principais³⁸: a) a função GO que especifica verbos de movimento, b) a função BE que tem a ver com os verbos pontuais e c) a função STAY que identifica os verbos durativos.

Quanto aos verbos com função semântica GO, as frases com eles construídas descrevem o movimento de um objeto (x) de um lugar (y) a um lugar (z). Esse objeto recebe necessariamente função- θ Tema que em (75) e (76) abaixo é representado pelos DPs *the train* (“o trem”) e *the hawk* (“o gavião”), respectivamente³⁹:

(75) The train travelled from Detroit to Cincinnati.

“O trem viajou de Detroit à Cincinnati.”

(76) The hawk flew from its nest to the ground.

³⁷ Uma teoria de representação semântica satisfatória, portanto, deve explicar não só a formação veiculada por uma sentença, mas também a maneira em que a sentença conduz essa informação, permitindo a expressão tanto das generalizações semânticas quanto sintáticas da língua. – Tradução minha

³⁸ Para além das funções semânticas que serão abordadas nesta seção nas quais centro minha atenção neste trabalho, sugiro ao leitor consultar Jackendoff (1976, 1987) para um quadro descritivo de outras funções semânticas não referidas aqui.

³⁹ As frases do inglês citadas nesta seção encontram-se em Jackendoff (1976, 1987) com exceção de (84) e (95).

“O gavião vôou de seu ninho para o chão.”

Nas frases acima, os DPs subcategorizados pela preposição *from* recebem função- θ Fonte (*Source*) por especificarem o lugar de onde o Tema se move, ao passo que os DPs subcategorizados pela preposição *to* em (75) e (76), respectivamente, possuem função- θ Meta (*Goal*)⁴⁰ por corresponderem ao lugar para onde o Tema se move. Em outras palavras, a função GO possui três variáveis: (x), (y) e (z): GO (x, y, z), sendo (x) a variável correspondente ao Tema, (y) à Fonte e (z) à Meta. Portanto, para a representação semântica de uma frase como (75), Jackendoff (op. cit., p. 94) propõe a seguinte composição funcional:

(77) GO (THE TRAIN, DETROIT, CINCINNATI)

O autor, seguindo a proposta de Gruber (1965), defende que o Tema está sempre presente nas frases, o que implica dizer que os argumentos com as demais funções semânticas podem não ser especificados, conforme ilustram as frases em (78) e (79):

(78) The train traveled to Cincinnati.

“O trem viajou para Cincinnati.”

(79) The hawk flew from its nest.

⁴⁰ Outra denominação comumente dada a essa função- θ é a de Alvo (Cf. RAPOSO, 1992).

“O gavião vôou de seu ninho.”

Em ambas as frases, o Tema vem especificado. Contudo, elas diferem no sentido de que em (78) apenas a Meta vem especificada (“*Cincinnati*”), ao passo que em (79) apenas a Fonte (“*its nest*”). Com base nisso, na representação semântica dessas frases, as funções *Fonte* e *Alvo* não são especificadas como se segue, respectivamente:

(80) GO (THE TRAIN, y, CINCINNATI)

(81) GO (THE HAWK, ITS NEST, z)

Conforme verificado nas frases em (78) e (79), o DP com função- θ Tema está ocupando a posição pré-verbal de sujeito, ao contrário do que ocorre na frase em (82), a seguir, em que essa posição é ocupada por um DP com função- θ Agente, estando o Tema na posição de objeto. Esse fato vem evidenciar que o DP com função gramatical de sujeito não tem de ter obrigatoriamente função- θ Agente, haja vista que outras funções semânticas também lhe podem ser atribuídas:

(82) Linda lowered the rock from the roof to the ground.

“Linda pôs para baixo a pedra do telhado para o chão.”

Nessa frase, o verbo *to lower* (“pôr para baixo”) tem função semântica prototípica CAUSE, haja vista que o movimento do Tema representado pelo DP *the rock* (“a pedra”) é causado pela entidade representada pelo DP *Linda* que, por sua vez, é o Agente da ação. A seguir, listo alguns testes, sugeridos por Gruber para o inglês, que identificam esse DP como agentivo:

- a) teste *Do something*: a entidade representada pelo DP executa a ação de “fazer alguma coisa”, sendo, portanto, o causador.

(83) Linda made the rock go from the roof to the ground. (=Linda lowered the rock from the roof to the ground.

“Linda fez a pedra ir do telhado ao chão.” (= “Linda pôs para baixo a pedra do telhado para o chão.”)

- b) Sentenças introduzidas pelo marcador *in order to* (“para, a fim de”) que expressam a finalidade com que uma dada entidade realizou uma ação:

(84) In order to scaring her brother, Linda lowered the rock from the roof to the ground.

“A fim de assustar seu irmão, Linda pôs para baixo a pedra do telhado para o chão.

Aplicando alguns dos testes acima, Coelho (2000) e Duarte (2003) verificam que nas frases do PB e do PE, a seguir, o DP que está ocupando a posição de sujeito recebe necessariamente leitura agentiva:

(85) “E o meu avô *fez* nós *ir*, mas a gente não queria.”

(COELHO, op. cit., p. 72)

(86) A Maria derreteu a manteiga *intencionalmente*.

(87) A Maria derreteu a manteiga *para fazer a tarte*.

(DUARTE, op. cit., p. 516)⁴¹

Analisando uma frase como: *Linda dropped the rock from the roof to the ground*. (“Linda deixou cair a pedra do telhado para o chão), Jackendoff (1976, p. 105) observa que o DP *Linda* embora tendo função- θ Agente, ele não é o causador da ação como em (82). Em outras palavras, a entidade representada pelo DP *permite* a queda da pedra, o que implica dizer que a função semântica do verbo não é mais CAUSE, mas LET. Para verbos da primeira função, a entidade representada pelo DP causadora da ação é denominada *Agente Causativo* (Causative Agent (C-Agent)), ao passo que, na segunda função, é um *Agente Permissivo* (Permissive Agent (P-Agent)).

A agentividade das entidades representadas por DPs que as caracterizam como C-Agent ou P-Agent é, mais uma vez, confirmada no inglês, no PB e no PE pela possibilidade de esses DPs ocorrerem em respostas a uma pergunta do tipo: What did (x) do? (O que (x) fez?), pergunta esta que é incompatível com DPs que

⁴¹ Os grifos são das autoras da citação.

não são capazes de receber leitura agentiva como em (ii) por só admitirem uma pergunta como: *What happened?* (O que é que aconteceu?)⁴² (cf. (iii)):

(i) A – *What did Linda do?*

“O que é que Linda fez?”

Ba. *Linda made the rock go from the roof to the ground.*

“Linda fez a pedra ir do telhado para o chão.”

Ba'. *Linda dropped the rock from the roof to the ground.*

“Linda deixou a pedra cair do telhado para o chão.”

(ii) A – **What did the train do?*

“*O que é que o trem fez?”

Ba. **The train made go to Detroit.*

“*O trem fez ir para Detroit.”

Ba'. **The train let go to Detroit.*

“*O trem deixou ir para Detroit.”

(iii) A – *What happened?*

“O que é que aconteceu?”

B - *The train went to Detroit.*

“O trem foi para Detroit.”

Na representação semântica das sentenças com as funções CAUSE e LET, a variante (x) corresponde ao argumento com função- θ Agente (causativo ou

⁴² Como observado por Coelho (2000, p. 67), frases com C-Agent ou P-Agent são também respostas possíveis não só à pergunta: *O que (x) fez?*, mas também à pergunta: *O que aconteceu?*

permissivo) que vem seguida do evento representado por e: CAUSE (x, e) e LET (x, e), respectivamente. Vejam-se, portanto, as representações semânticas das seguintes frases:

(88) Linda lowered the rock from the roof to the ground.

CAUSE (LINDA, GO (THE ROCK, THE ROOF, THE GROUND))

(89) Linda dropped the rock from the roof to the ground.

LET (LINDA, GO (THE ROCK, THE ROOF, THE GROUND))

Quanto aos verbos com função BE, o DP com função- θ Tema corresponde a um objeto (x) que está localizado em algum lugar (y), não sofrendo, nesse caso, movimento. Portanto, uma frase construída com esse tipo de verbo tem a seguinte representação semântica: BE (x, y), sendo (x) a variável que corresponde ao DP com função- θ Tema, e (y) a variável que especifica o DP com função- θ Locativo, que vem sempre subcategorizado por uma preposição. Observem-se as frases (90) e (91) com suas respectivas representações semânticas:

(90) Max is in Africa.

“Max está na Africa.”

BE (MAX, AFRICA)

(91) The cat lay on the couch.

“O gato deitou-se no sofá.”

BE (THE CAT, COUCH)

Coelho (2000), ao estudar a ordem VS em construções monoargumentais no PB, acrescenta aos verbos com função BE analisados por Jackendoff (1976), os verbos existenciais: *existir*, *ter* e *haver* por satisfazerem a propriedade de descreverem um estado que conforme Marques (1990, p.122) os caracteriza pela “[...] impossibilidade de se predicar uma duração definida ou uma alteração das situações num dado momento de tempo [...]”. Além disso, conforme argumentado por Freeze (1992) para o inglês, verbos existenciais, à semelhança de verbos locativos como *estar*, selecionam dois argumentos, um que recebe função- θ Tema e outro, função- θ Locativo. Assim, nas frases em (i) *The book is on the bench* (“O livro está no banco”) e (ii) *There is a book on the bench* (“Há um livro no banco”), os argumentos *The book* e *a book* recebem, respectivamente, função- θ Tema, ao passo que o argumento *the bench* subcategorizado pela preposição *on* em ambas as frases recebe função- θ Locativo.

Além dos verbos com função BE, Jackendoff verifica que há mais um grupo de verbos que, embora especifiquem a localização do Tema, possui propriedades distintas dos primeiros: os verbos com função STAY (cf. (92)). Enquanto verbos do tipo BE referem-se a um tempo específico (*a point of time* (“um ponto no tempo”)) como na frase em (93), os do tipo STAY referem-se a um intervalo de tempo, como pode ser observado pela impossibilidade de serem usados advérbios pontuais como ilustrado em (94):

(92) *The bacteria stayed in his body.*

“As bactérias permaneceram no corpo dele.”

(93) { At 6:00 } the cat lay on my couch.
 { For two days }

{ “Às 6:00 ” } , o gato dormiu no meu sofá.”
 { Durante dois dias }

(94) { *At 6:00 } , the bacteria stayed in his body.
 { For two days }

{ “*Às 6:00 ” } , as bactérias permaneceram no corpo dele.”
 { Durante dois dias }

Outra distinção entre os verbos do tipo BE e STAY é que os primeiros não podem ocorrer em respostas a uma pergunta do tipo: *What happened?* (“O que é que aconteceu?”) (cf. (95a)), ao contrário dos segundos que se comportam de forma similar aos verbos do tipo GO por serem verbos de evento⁴³ (cf. (95b) a (95c)):

(95) A – What happened?

“O que é que aconteceu?”

a. ?*What happened was that the dog is on the left of the cat.

“O que aconteceu foi que o cachorro está à esquerda do gato.”

b. What happened was that the dog stayed on the left of the cat.

⁴³ Coelho (op. cit., p. 66) pontua que embora os verbos do tipo STAY e do tipo GO sejam ambos verbos de evento por terem a propriedade de descreverem um processo, “os verbos do tipo STAY descrevem a permanência de um estado e os do tipo GO, mudança de estado ou posição.”

“O que aconteceu foi que o cachorro permaneceu à esquerda do gato.”

- c. What happened was that the dog moved to the left of cat.

“O que aconteceu foi que o cachorro se moveu para a esquerda do gato.”

Vale lembrar que Coelho (op. cit., p. 120) acrescenta à tipologia verbal sugerida por Jackendoff (1976) os verbos com função do tipo APPEAR que, à semelhança dos verbos do tipo GO, são verbos de evento e selecionam um argumento com função- θ Tema. Nessa classe verbal estão incluídos verbos como: *aparecer, desaparecer, emergir, surgir, emanar, acontecer, ocorrer, nascer, morrer* etc, por manifestarem “uma situação processual designativa de ‘mudança de estado’.

Com base nos contrastes entre (93) e (94), verbos como *to lay* (“dormir”) são classificados como verbos pontuais, por descreverem estados de coisas (*state of affairs*), ao passo que verbos como *to stay* (“permanecer”) são durativos, por descreverem eventos que ocorrem num dado intervalo de tempo. A representação semântica de frases com esses últimos verbos é formulada por Jackendoff da seguinte maneira: STAY (x, y), sendo (x) o argumento correspondente ao Tema da frase e (y) o argumento subcategorizado pela preposição com função- θ Locativo.

Jackendoff (1976), ao distinguir semanticamente os verbos com função semântica do tipo GO, BE e STAY, observa que o Tema, definido como um objeto que se move ou que está localizado em um dado lugar, pode ser localizado sob três diferentes modos locativos: a) posição (*Position*), b) posse (*Possession*) e c)

identificação (*Identification*). Esses três modos, segundo o autor, servem de modificadores restritivos das funções semânticas dos mesmos⁴⁴. Vale dizer que, nessa perspectiva de análise, as funções semânticas dos verbos permanecem as mesmas nas representações semânticas das frases, o que varia são os modos a elas associados⁴⁵. Vejam-se, a seguir, os três modos relacionados com as funções semânticas GO, BE e STAY em (96), (97) e (98), respectivamente:

(96)a. The train traveled from Detroit to Cincinnati.

“O trem viajou de Detroit a Cincinnati.”

GO (THE TRAIN, DETROIT, CINCINNATI)
POSIT

a'. Harry gave the book to the library.

“Harry deu o livro à livraria.”

GO (THE BOOK, HARRY, THE LIBRARY)
POSS

a". The metal turned red.

⁴⁴ “What evidence is there that there is any generalization to be captured by adopting the ‘locational modes’ Position, Possessional, and Identificational as restrictive markers on the functions GO, BE and Stay? We have already pointed out that there are important semantic distinctions to be drawn: the combination of the three modes with each of the three functions yields a particular class of verbs, and this description accounts for the similarities and differences among the classes in a natural way.” (JACKENDOFF, 1976, p. 103) (Que evidência existe de que há alguma generalização a ser obtida ao adotar os ‘modos locativos’ Posição, Posse e Identificação como marcadores restritivos das funções GO, BE e STAY? Nós já temos observado que há distinções a serem delineadas: a combinação dos três modos com cada uma das três funções constrói uma classe particular de verbos, e esta descrição explica as similaridades e as diferenças entre as classes de uma forma natural. – Tradução minha)

⁴⁵ “[...] the verb stays fundamentally the same, changing only the restrictive modifier from one locational mode to another.” (JACKENDOFF, 1976, p. 103-104)). ([...] o verbo permanece fundamentalmente o mesmo, mudando apenas o modificador restritivo de um modo locativo a outro. - Tradução minha)

“O metal tornou-se vermelho.”

GO (THE METAL, y, RED)
IDENT

(97)a. Max is in Africa.

“Max está na África.”

BE (MAX, AFRICA)
POSIT

a'. The book belonged to the library.

“O livro pertencia à biblioteca.”

BE (THE BOOK, THE LIBRARY)
POSS

a". The metal was red.

“O metal estava vermelho.”

BE (THE METAL, RED)
IDENT

(98)a. The bacteria stayed in his body.

“As bactérias permaneceram no corpo dele.”

STAY (THE BACTERY, HIS BODY)
POSIT

a'. The library kept the book.

“A livraria recolheu o livro.”

$$\left[\begin{array}{l} \text{STAY (THE LIBRARY, THE BOOK)} \\ \text{POSS} \end{array} \right]$$

a”. The metal remained red.

“O metal permaneceu vermelho.”

$$\left[\begin{array}{l} \text{STAY (THE METAL, RED)} \\ \text{IDENT} \end{array} \right]$$

Em (96a), (97a) e (98a), o modificador POSIT indica *onde* o Tema está; em (96a’), (97a’) e (98a’), POSS especifica *de quem* o Tema é, ao passo que em (96a’), (97a’’) e (98a’), IDENT especifica *o que* o Tema é.

Com os verbos do tipo GO, por exemplo, quando o modificador restritivo é POSIT, é especificado o movimento concreto do Tema que em (96a) corresponde ao DP *The train*, ao passo que os demais modificadores descrevem o movimento abstrato do tema: em (96a’) há o movimento abstrato do Tema *the book*, cuja fonte causadora do movimento é representado por *Harry*, tendo o DP *the library* a função- θ Meta. Já em (96a’), o Tema corresponde ao DP *the metal*, cujo movimento abstrato caracteriza-se pela passagem de uma dada cor não especificada para a cor vermelha. Um aspecto relevante é que em todas as frases de (96) os verbos do tipo GO expressam mudança de estado seja ocasionado por um movimento físico ou abstrato do Tema, ao passo que nas frases em (97) e (98) os verbos do tipo BE e STAY descrevem, respectivamente, um estado e a permanência de um estado.

Anos mais tarde, Jackendoff (1987), expande sua análise realizada em 1976 quando rediscute a noção de Tema, haja vista que em algumas frases nem sempre o objeto é movido ou está localizado em um dado lugar por tratar-se de um “objeto afetado” pela ação de uma entidade com função- θ Agente. Nessa acepção, o autor argumenta que a esse objeto é atribuída função- θ Paciente e não Tema. Observe-se, agora, a frase em (99):

(99) Sue hit Fred.

“Sue bateu em Fred.”

O autor argumenta que em (99), *Sue* é especificado como o Agente por estar associado ao traço de volitividade e *Fred* é o objeto afetado, ou seja, o Paciente, por ser a entidade afetada pela ação de *Sue*. Um dos testes propostos pelo autor de que *Fred* é, na verdade, o Paciente consiste na possibilidade de ele ocorrer numa estrutura tal como formulada em (100a’):

(100)a. What happened to NP was...

a’. What happened to Fred was Sue hit him.

“O que aconteceu a Fred foi que Sue bateu nele.”

Com base em frases como as de (99), em que há tanto a atribuição da função- θ Agente quanto a função- θ Paciente aos argumentos selecionados pelo verbo, Jackendoff (1987) acrescenta à sua descrição semântica verbos cuja função é do tipo ACT, cuja representação semântica é a seguinte: ACT (x, (y)) em que (x) corresponde ao Agente e (y) ao Paciente.

Na frase *The car hit the tree* (“O carro bateu na árvore”), embora o DP *the car* possa ocorrer numa estrutura como: *What happened to the tree was the car hit it*. (“O que aconteceu à árvore foi que o carro bateu nela.”), ele não é especificado como “Agente volitivo” (*volitional Actor*) tal como *Sue* em (99), tendo em vista que, por ser uma entidade inanimada, não há uma ação volitiva, intencional de sua parte para bater na árvore. Nesse sentido, o DP *the car* corresponde ao Tema, ou seja, o objeto que sofre o movimento. Além disso, Jackendoff propõe que, por ser o verbo *to hit* (“bater”) nessa construção um verbo do tipo ACT, o DP *the car* pode ser tratado como um *Actor* (“Agente”), que difere de um “Agente volitivo”⁴⁶.

Vale dizer que a proposta para a existência de um verbo de ação do tipo ACT no modelo de Jackendoff (1987) constitui-se num dos avanços para a teoria da representação semântica das frases, tendo em vista que, antes da formulação de uma tal proposta, os únicos verbos de ação tratados por Jackendoff (1976) resumiam-se aos verbos do tipo CAUSE e LET em construções transitivas, cuja relação semântica entre os argumentos era estabelecida necessariamente entre um Agente causativo ou permissivo e um Tema.

Analisando uma frase como *Bill rolled into the hill* (“Bill rolou colina abaixo.”), Jackendoff (1987) verifica que *Bill*, uma entidade animada, está sujeito à

⁴⁶ Pontes (1986), ao adotar a proposta de Keenan (1976), argumenta que o traço característico do “sujeito prototípico” no PB é o da agentividade. Esse sujeito, segundo ela, é o agente da ação por possuir o traço [+humano], podendo “assumir alguma responsabilidade na ação, embora nem sempre.”

ambigüidade no que concerne ao traço de volitividade. Nessa frase não é possível dizer se houve ou não uma ação volitiva por parte de Bill para rolar colina abaixo, ao contrário do que se observa com verbos transitivos como *to buy* (“comprar”) em que a leitura agentiva do DP que ocupa a posição de sujeito é obrigatória: *Bill bought flowers in order to giving them to his girlfriend.* (“Bill comprou flores, a fim de dá-las à sua namorada.”).

Portanto, verificando a existência da leitura ambígua para *Bill* na frase *Bill rolled into the hill*, Jackendoff propõe que haja combinação na representação semântica dessa frase entre a função GO representada por um verbo como *to roll* (“rolar”) com a função ACT na qual pode vir especificado o traço [+volitivo] ou [-volitivo] caso o DP seja um “Agente volitivo” ou apenas um Agente (*Actor* nos termos de Jackendoff (1987)):

(101) Presença do traço de volitividade:

$$\left[\begin{array}{l} \text{GO (BILL, y, THE HILL)} \\ \text{ACT (BILL)} \\ \text{VOL} \end{array} \right]$$

(102) Ausência do traço de volitividade:

$$\left[\begin{array}{l} \text{GO (BILL, y, THE HILL)} \\ \text{ACT (BILL)} \end{array} \right]$$

Na representação da frase em (101), *Bill* recebe, ao mesmo tempo, duas funções- θ : função- θ Tema por ser a entidade que sofre o movimento e função- θ “Agente volitivo” pelo fato de o ato de rolar colina abaixo ter sido realizado intencionalmente, conforme verificado numa frase como: *Bill intencionalmente rolou colina abaixo*. Essas duas funções- θ distintas atribuídas a um único DP são combinadas de modo a formar uma só função- θ complexa, conforme já mencionado, que, à primeira vista, parece violar a condição de biunivocidade imposta pelo Critério- θ : “[...] a cada argumento corresponde *uma e uma só* função- θ (atribuída por um único predicador); e a cada função- θ corresponde *um e um só* argumento.” (RAPOSO, 1992, p. 303). Nesse sentido, observo que nenhuma violação ocorre à essa condição pelo fato de a função- θ complexa ser atribuída a um único argumento na mesma posição sintática por um único predicador⁴⁷, e não por predicadores distintos.

Partindo da observação de Jackendoff (1987) que verbos do tipo GO podem ter o traço [+volitivo] ou [-volitivo], Coelho (2000) classifica os primeiros como verbos do tipo GO [+ação], e os segundos, GO [-ação]. Vejam-se, a seguir, as frases em (103a) e (103b) construídas com esses verbos respectivamente⁴⁸:

(103)a. E chegava meia noite, *o homem saía*, se vestia de lobisomem

(FLP08L470)

b. *Sai galinha frita, sai galinha assada de forno* também, sempre uns pratos variados (FLP08L152)

(Ibid., p. 137)

⁴⁷ Cumpro lembrar que, no capítulo 2, assumo com Marantz (1984) que a atribuição da função- θ ao DP que ocupa a posição de sujeito não é feita exclusivamente pelo verbo, mas pela composição deste com o argumento interno.

⁴⁸ Os grifos são da autora da citação.

A autora também observa que verbos do tipo GO [+ação] comportam-se de forma similar aos verbos intransitivos, no sentido de que estes também selecionam um DP com o traço [+volitivo]. Não obstante, a diferença entre eles reside no seguinte fato: enquanto os primeiros *permitem* um DP com função- θ Agente, os segundos *exigem* que ao DP seja atribuída essa função- θ . Nesse sentido, a autora inclui os verbos intransitivos na classe dos verbos do tipo ACT. Nesta frase construída com o verbo intransitivo *correr*: *O João correu intensivamente para ganhar o prêmio*, o uso do advérbio *intensivamente*, bem como da oração final, *para ganhar o prêmio*, servem de diagnósticos de que o DP *O João* é de fato um Agente volitivo.

Além de combinar a função GO à função ACT, Jackendoff (1987, p. 396-397) argumenta que a função CAUSE também pode combinar-se a essa última função. Na construção transitiva em (104), *Bill* corresponde ao Agente volitivo por causar, intencionalmente, o movimento da pedra, ao passo que *the wind* (“o vento”) em (105) possui uma leitura não volitiva por não ser capaz de causar o movimento da pedra intencionalmente:

(104) Bill rolled the ball down the hill.

“Bill rolou a bola colina abaixo.”

}	CAUSE (BILL, GO (THE BALL, y, THE HILL))
	ACT (BILL, BALL)
	VOL

(105) The wind rolled the ball down the hill.

“O vento rolou a bola colina abaixo.”

$$\left[\begin{array}{l} \text{CAUSE (WIND, GO (THE BALL, y, THE HILL))} \\ \text{ACT (WIND, BALL)} \end{array} \right]$$

Em ambas as representações semânticas acima, o DP *the ball* é, respectivamente, o Tema e o Paciente, ao passo que o DP *Bill* e *The wind* em (104) e (105) correspondem, respectivamente, ao Agente volitivo e ao Agente (*Actor*).

3.3 SOBRE A NATUREZA DO DP PÓS-VERBAL NAS CONSTRUÇÕES INACUSATIVAS

3.3.1 A proposta de Belletti (1988)

Assumindo com Burzio (1986) que verbos inacusativos não têm a capacidade de atribuir Caso acusativo, ao contrário dos (in)transitivos, Belletti (1988) apresenta evidências de que o argumento subcategorizado pelos primeiros verbos recebe um tipo de Caso semelhante ao que é atribuído no finlandês, nomeadamente o Caso partitivo⁴⁹. Nessa língua de Caso morfológicamente marcado, a autora

⁴⁹ Em sua análise, Belletti (1988, p. 2) observa: “[...] an NP Case-marked partitive will always mean ‘some of’, ‘part of a larger set’. I will assume that this interpretation is generally for both singular and plural partitive NPs.” ([...] um NP marcado com Caso partitivo sempre significará ‘alguns de’, ‘parte de um conjunto maior’. Eu assumirei que esta interpretação pode ser generalizada para os NPs partitivos tanto no singular quanto no plural. - Tradução minha)

observa que, além do Caso acusativo atribuído na frase em (106a) ao argumento interno direto de um verbo transitivo como *colocar*, o Caso partitivo é sempre atribuído a esse argumento quando ele é indefinido (cf. (106b)):

(106)a. Hän pani kiriat pöydälle.

“Ele colocou os livros (acu., pl) na mesa.”

b. Hän pani kirjoja pöydälle.

“Ele colocou (alguns) livros (part., pl.) na mesa”

(Ibid., p. 1)

Em se tratando dos verbos inacusativos no finlandês, o DP indefinido subcategorizado por esses verbos também recebe Caso partitivo à semelhança de (106b). Observem-se as frases em (107a) e (107b) construídas com os verbos inacusativos *existir* e *vir*, respectivamente:

(107)a. Pöydälle on kirjoja.

“Na mesa existem (alguns) livros (part., pl.)

b. Helsingistä tulee kirjeitä.

“De Helsinki vieram (algumas) cartas (part., pl.)

Partindo dessa associação entre DP indefinido e Caso partitivo, a autora estende a análise do finlandês a todas as línguas naturais, propondo que o DP

pós-verbal nas construções inacusativas corresponde ao “sujeito invertido” (*sujeito-i*) nos termos de Borer (1986) que recebe Caso partitivo por estar submetido ao chamado *Efeito de Definitude*⁵⁰ (*Definiteness Effect (DE)*)⁵¹. Naquela língua, como já mencionado, o Caso partitivo é marcado morfológicamente, como ilustrado em (106b), ao passo que em línguas como o inglês e o francês, embora não possuam Caso morfológico, o Caso partitivo é evidenciado a partir da interpretação semântica do DP, que deve ser indefinido.

A autora defende ainda que a atribuição do Caso partitivo no inglês e no francês dá-se na estrutura-D, o que implica dizer que é um Caso inerente e não estrutural. Nesse sentido, o aspecto crucial da análise belletiana é que verbos inacusativos atribuem, ao mesmo tempo, função- θ Tema ao seu argumento interno, como também Caso partitivo que, por sua vez, encontra-se associado à indefinidade do DP.

No inglês, em construções inacusativas, quando o expletivo *there* ocupa Spec, IP, é obrigatório que o DP pós-verbal seja indefinido (cf. (108))⁵². Do contrário, se o DP está em posição pré-verbal, ele pode ser definido ou indefinido (cf. (109)). Em francês, Belletti também observa que, quando o expletivo *il* é inserido em Spec, IP, o DE atua sobre o DP pós-verbal (cf. (110)):

⁵⁰ Cf. também Reuland e ter Meulen (1989).

⁵¹ Assumindo que o DP pós-verbal de um verbo inacusativo está submetido ao DE, Belletti (op. cit., p. 5) conclui: “We conclude that DE, in its core manifestation at least, is a phenomenon concerning the nature of the i-subject of sentences involving a verb of a unaccusative class. This i-subject is in fact the object of V, given the unaccusative hypothesis. Hence, the DE ultimately is a phenomenon concerning the nature of the object of unaccusative verbs. This object *must* [grifo meu] be indefinite” (Nós concluímos que o DE, em sua manifestação central pelo menos, é um fenômeno relacionado à natureza do sujeito-i de sentenças envolvendo um verbo de uma classe inacusativa. Este sujeito-i é, de fato, o objeto de V, dada a hipótese inacusativa. Portanto, o DE, afinal de contas, é um fenômeno relacionado à natureza do objeto de verbos inacusativos. Este objeto *deve* ser indefinido. - Tradução minha)

⁵² Cf. também Brevik (1981), Higginbotham (1989) e Safir (1989).

(108)a. There arose a storm here.

“Ergueu-se uma tempestade aqui.”

a'. *There arose the storm here.

“Ergueu-se a tempestade aqui.”

(BELLETTI, 1988, p. 4)

b. There is a man in the garden.

“Há um homem no jardim.”

b'. *There is the man in the garden.

“Há o homem no jardim.”

(Ibid., p. 1)

(109)a. A man is in the garden.

“Um homem está no jardim.”

a'. The man is in the garden.

“O homem está no jardim.”

(Ibid., p. 3)

(110)a. Il est arrivé trois filles.

“Chegou três garotas.”

a'. *Il est arrivé la fille.

“Chegou a garota.”

(Ibid., p. 4)

As únicas exceções ao DE ocorrem em construções existenciais, quando o DP pós-verbal definido recebe ou uma *leitura de lista* (cf. (111a)), ou uma leitura de *interpretação única* (cf. (111b)) (Cf. MILSARK (1974 apud BELLETTI, 1988, p. 15)):

(111)a. Nobody around here is worth talking to... well, there is John the salesman.

“Ninguém aqui vale a pena falar com... bem, há o João, o vendedor.”

b. In questo pollo manca il sale.

“Nesta galinha está faltando o sal.”

Em (111a), a autora assume que o DP *John* está ocupando a posição de objeto do verbo existencial *be* pelo fato de a leitura partitiva estar disponível: *John* deve ser interpretado como um *membro de* uma lista de pessoas: de tantas pessoas que existiam num dado contexto, John foi a única pessoa que valia a pena falar com um dado indivíduo. Nesse sentido, a esse DP é atribuído Caso partitivo. Em (111b), esse Caso também é atribuído ao DP *il sale* em posição de objeto, haja vista que, de todos os ingredientes com que a galinha é preparada, o *único* que falta é o sal.

A análise de Belletti de que o DE atua numa língua como o inglês e o francês apenas sobre DPs subcategorizados por verbos inacusativos é confirmada pela agramaticalidade das frases abaixo com verbos transitivos, por exemplo, que selecionam obrigatoriamente um argumento externo. A autora defende que a impossibilidade de inversão do DP sujeito nessas frases decorre do fato de elas não

serem línguas de sujeito nulo⁵³, obrigando o preenchimento da posição Spec,IP por esse DP:

(112) a. Mary ate an apple.

“A Maria comeu uma maçã.”

b. *There ate an apple Mary.

“Comeu uma maçã a Maria.”

(BELLETTI, op. cit., p. 4)

(113)a. Marie a mangé un gâteau.

“A Maria comeu um bolo.”

b. *Il a mangé un gâteau Marie.

“Comeu um bolo a Maria.”

(Ibid., p. 5)

Defendendo que o DE é, presumidamente, universal, Belletti argumenta que no italiano, uma língua de sujeito nulo, apesar de DPs sujeitos pós-verbais poderem ser definidos com todos os tipos de verbos⁵⁴ (cf. (114)), em construções inacusativas como as de (115b), o DE é atuante. No PE, embora seja uma língua de sujeito nulo, o DE parece não ser tão atuante como no italiano (cf. (116b)). Vejam-se algumas frases extraídas de Belletti e sua contraparte no PE:

⁵³ Cf. também Rizzi (1988, 1997) e Burzio (1986).

⁵⁴ Cf. Burzio (1986).

(114)a. Il ragazzo è arrivato.

a'. O garoto chegou.

b. È arrivato il ragazzo.

b'. Chegou o rapaz.

c. Il ragazzo ha mangiato un dolce.

c'. O rapaz comeu um bolo.

d. Ha mangiato un dolce il ragazzo.

d'. Comeu um bolo o rapaz.

(115)a. *All'improvviso è entrato l' uomo dalla finestra.

"De repente entrou o homem pela janela."

b. All'improvviso è entrato un uomo dalla finestra.

"De repente entrou um homem pela janela."

(Ibid., p. 9)

(116)a. De repente entrou um homem pela janela.

b. ?De repente entrou o homem pela janela.

(AMBAR, 1992, p. 128)

Observando as construções inacusativas em (114b) e (115b) com o DP pós-verbal definido e indefinido, respectivamente, ergue-se a questão: que Caso é atribuído ao DP em (114b)? Belletti sugere que, nesse caso, o DP é deslocado à direita para uma posição de adjunção ao VP, tal como ocorre com os argumentos externos de verbos (in)transitivos, conforme proposto por Rizzi (1988) e Chomsky

(1986) para os casos de “inversão livre” do sujeito, recebendo esse DP Caso nominativo da flexão nessa posição de adjunção. Essa posição corresponde, na estrutura abstrata abaixo formulada por Belletti (op. cit., p. 8), à posição NP₄, uma posição em que, segundo a autora, não atua o DE. As posições NP₁, NP₂ e NP₃ correspondem, respectivamente, à posição Spec, IP, à posição que hospeda os DPs indefinidos sobre os quais atua o DE e à posição em que esse efeito também não se verifica, tal como ocorre na posição NP₄:

(117) NP₁ [VP [VP V NP₂ [PP P NP₃]] NP₄]

No francês, por exemplo, na construção passiva impessoal em (118a), torna-se evidente que a posição NP₃ não é afetada pelo DE, ao contrário de NP₂:

(118)a. Il a été discuté [PP sur [NP₃ la question]].

“Foi discutido sobre a questão.”

b. *Il a été discuté [NP₂ la question].

“Foi discutida a questão.”

Vale dizer que a proposta de Belletti vai de encontro à hipótese de transmissão de Caso formulada por Burzio (1986). Segundo essa autora, a hipótese é problemática no sentido de que, estando o DP pós-verbal em sua posição de

objeto direto, o VP é uma barreira interveniente entre a flexão verbal e o argumento interno nos termos de Chomsky (1986), o que implica dizer que o Caso nominativo não pode ser transmitido do expletivo a esse DP (Cf. BELLETTI, 1988, p. 18):

$$(119) \left[\text{IP} \left[\text{NP}_{\text{expl}} \right]_i \left[\text{I}' \text{ I} \left[\text{VP} \text{ V NP}_i \right] \right] \right]$$

Portanto, visando não violar a regência da categoria regente sobre a categoria regida, Belletti propõe que o DP *Gianni* na frase: *È arrivato Gianni* (“Chegou o Gianni.”), está deslocado à direita do VP, ocupando uma posição de adjunção (nomeadamente, NP₄), onde o núcleo flexional não só rege a posição pré-verbal do sujeito, mas também essa posição de adjunção⁵⁵. Veja-se, pois, a estrutura-S formulada por Belletti (Ibid., p. 17) para essa frase:

$$(120) \text{NP}_i \left[\text{VP} \left[\text{VP} \text{ é arrivato} \left[\text{NP} \text{ e} \right]_i \right] \left[\text{NP}_i \text{ Gianni} \right] \right]$$

Os contrastes entre (114b) e (115b) levam Belletti a predizer que a atribuição de Caso partitivo em estrutura-D é opcional, haja vista que o DP *un uomo* em (115b) recebe na posição NP₂ exclusivamente esse Caso, ao contrário do DP *il*

⁵⁵ Belletti (1988 p. 20), seguindo Chomsky (1986), defende que “Projections resulting from adjunction [...] do not qualify as ‘barriers’ for government of an adjoined category contained in them. Thus, nominative Case is accessible to the postverbal adjoined NP.” (Projeções resultantes de adjunção [...] não se qualificam como barreiras para a regência de uma categoria adjungida contida nelas. Portanto, o Caso nominativo está acessível ao NP pós-verbal adjungido. - Tradução minha)

ragazzo em (114b) que recebe Caso nominativo sob regência em estrutura-S na posição NP₄ como mostrado em (120).

A análise belletiana vai na direção do que é proposto por Kayne e Pollock (1975) para o francês nos contextos de *inversão estilística* nessa língua, quando um elemento QU- (interrogativo ou relativo) está presente⁵⁶. Segundo esses autores, o DP posposto ao verbo está ocupando a posição de adjunção à direita do VP nas seguintes estruturas:

(121)a. Quand partira ton ami?

“Quando partirá teu amigo?”

a'. *Partira ton ami?

“Partirá teu amigo?”

b. Je me demande quand partira ton ami.

“Eu me pergunto quando partirá teu amigo.”

b'. *Je me demande si partira ton ami.

“Eu me pergunto se partirá teu amigo.”

b''. *Partira ton ami quand?

“Partirá teu amigo quando?”

(KAYNE; POLLOCK, 1975, p. 595-596 apud AMBAR, 1992, p. 177)

Ambar (1992), analisando as construções de inversão sujeito-verbo no PE, apresenta duas propostas de análise para a explicação desse fenômeno: a) a primeira assenta-se no fato de que nessas construções o sujeito é movido de sua

⁵⁶ Para uma análise similar, cf. Barbosa (2001) e Kayne e Pollock (2001).

posição de base, Spec, IP, para uma posição de adjunção à direita do VP, o que vem caracterizar a chamada “inversão livre” do sujeito (Cf. KAYNE; POLLOCK, 1978, RIZZI, 1988, CHOMSKY, 1981, BURZIO, 1986, dentre outros), e b) a segunda, defendida por Torrego (1984) para o espanhol, baseia-se na hipótese de que não há movimento do DP sujeito para essa posição de adjunção, mas movimento de subida do verbo obrigatório para o núcleo C em frases como:

(122)a. ¿Qué querían esos dos?

“(O) Que queriam esses dois?”

b. *¿Qué esos dos querían?”

“(O) Que esses dois queriam?”

c. ¿A quién prestó Juan el diccionario?

“A quem emprestou o João o dicionário?”

d. *¿A quién Juan prestó el diccionario?

“A quem o João emprestou o dicionário?”

(123)a. No sabia qué querían esos dos.

“Não sabia o que queriam esses dois.”

b. *No sabia qué esos dos querían.

“Não sabia o que esses dois queriam.”

c. No me acuerdo a quién prestó Juan el diccionario.

“Não me lembro a quem emprestou o João o dicionário.”

d. *No me acuerdo a quién Juan prestó el diccionario.

“Não me lembro a quem o João emprestou o dicionário.”

(TORREGO, 1984, p. 103-105 apud AMBAR, op. cit., p. 178)

Com base na duas propostas acima, Ambar apresenta um problema teórico, bem como contra-evidências empíricas ao primeiro tipo de análise acima enunciada, o que a faz adotar a segunda análise proposta por Torrego sobre o movimento de I-para-C. Um aspecto a ressaltar é que a autora estende essa análise a todos os contextos de inversão sujeito-verbo⁵⁷ no PE.

O problema teórico concernente à primeira análise de que há movimento do DP para uma posição de adjunção à direita do VP consiste numa violação ao ECP que requer que todo vestígio deixado por um constituinte movido seja *propriamente regido*, o que implica dizer que este deve ser o antecedente do vestígio que o comanda⁵⁸. Vejam-se, agora, a estrutura-D em (124) e a estrutura-S em (125) da frase “A quem escreveu o Pedro?”, estando o DP sujeito nessa última estrutura numa posição de adjunção ao VP:

(124) [_{COMP}’ [_{COMP}’ [_{FLEX}’ o Pedro [_{FLEX}’ FLEX [_{SV} escreveu [a quem]]]]]]]]

(125) [_{COMP}’ [_{Espec} a quem] [_{COMP}’ [_{FLEX}’ [V]_i [_{FLEX}’ FLEX [_{SV} [_{SV} escreveu]
[_{SN} o Pedro]_i]]]]]]

(AMBAR, 1992, p. 179)

⁵⁷ No capítulo 5, estou assumindo com Costa (1998, 2000) que em construções declarativas finitas no PE com posposição do sujeito não há movimento de I-para-C. Sugiro ao leitor, portanto, consultar o referido capítulo para os argumentos que corroboram essa assunção.

⁵⁸ Cf. Chomsky (1980, 1981).

Em (125), o vestígio representado por v_i não tem antecedente que o c-comande nos termos requeridos pelo ECP, o que põe problema à análise de o sujeito estar deslocado à direita do VP nesses casos.

Vale pontuar que construções com deslocamento do DP sujeito à direita não são bloqueadas no PE. Contudo, ao invés de esse DP estar numa posição de adjunção ao VP, como em (125), ele se encontra adjunto à frase, tal como defendido por Duarte (1987) para os constituintes topicalizados. Costa (1998, p. 130-131) observa que sujeitos deslocados à direita no PE ou são sempre precedidos por uma pausa (cf. (126))⁵⁹, podendo a posição Spec, IP ser preenchida por um pronome co-referente (cf. (127))⁶⁰, ou sempre seguem *question-tags* (cf. (128)), ao contrário do que ocorre com o DP sujeito quando está ocupando a posição-A Spec, VP (cf. (129)):

(126) Comeu a sopa # o Paulo.

(127) Ele comeu a sopa # o Paulo.

(128)a. Comeu a sopa, não comeu?, o Paulo

b. Ele comeu a sopa, não comeu?, o Paulo.

(129)a. Comeu a sopa o Paulo.

b. *Ele comeu a sopa o Paulo.

c. Comeu a sopa o Paulo, não comeu?

⁵⁹ O símbolo # corresponde a uma pausa.

⁶⁰ Cf. também Kato (1993) e Coelho (2000) para o PB.

d. *Ele comeu a sopa o Paulo, não comeu?

Além da violação do ECP encontrada na proposta de análise para o movimento do DP para uma posição de adjunção ao VP, Ambar (1992) observa que no PE há construções em que o sujeito aparece obrigatoriamente entre o verbo e o seu complemento (VSO) (cf. (130)), o que põe problemas à análise adotada por Belletti (1988):

(130)a. (O) que ofereceu o Pedro à Joana?

a'. *(O) que o Pedro ofereceu à Joana?

b. A quem ofereceste tu as flores?

b' *?A quem ofereceste as flores tu?

No que diz respeito às frases em (130a) e (130b) não se poderia argumentar que o sujeito se deslocou de uma posição interna dentro do VP para uma outra posição no interior dessa projecção máxima, o que violaria as propriedades impostas pela teoria do movimento, segundo observa Ambar⁶¹. Ademais, numa

⁶¹ Ambar (1992, p. 180) salienta que quer o movimento fosse por substituição, quer fosse por adjunção, o movimento do DP sujeito dentro do VP seria bloqueado: “No primeiro – substituição – o sujeito iria ocupar uma posição de complemento, o que é independentemente excluído pelo Critério- θ . No segundo – adjunção – o SN sujeito, uma projecção máxima, ficaria adunto ou a uma cabeça (o verbo) ou a uma projecção (não máxima) dessa cabeça (o verbo mais o vestígio do elemento QU- deslocado para COMP), indo assim contra a idéia de que adjunções de projecções máximas se fazem a projecções máximas, da mesma forma que substituições de projecções máximas são feitas de projecções máximas e que cabeças só podem ocupar posições de cabeça [...]”.

língua como o italiano, ao contrário do que é proposto por Belletti (op. cit.), estruturas frásicas como (130a') e (130b') também são agramaticais (cf. (131a') e (132a'))⁶²:

(131)a. Cosa ha offerto Pietro a Giovanna?

“O que ofereceu o Pedro à Joana?”

a'. *Cosa ha offerto a Giovanna Pietro?

“O que ofereceu à Joana o Pedro?”

(132)a. A chi hai offerto (tu) i fiori?

“A quem ofereceste tu as flores?”

a'. *A chi hai offerto i fiori tu?

“A quem ofereceste as flores tu?”

Portanto, com base nas evidências de que DPs sujeitos em PE em construções de inversão não ocupam uma posição de adjunção à direita do VP, surge-me como hipótese que não há motivação para a existência da posição NP₄ no PE na estrutura em (117) formulada por Belletti, o que me leva a assumir com Costa (1998) que a posição legítima para hospedar esses sujeitos ora definidos, ora indefinidos em construções (in)transitivas é a posição-A Spec, VP, posição de geração dos mesmos (Cf. SPORTICHE, 1988 e KOOPMAN; SPORTICHE, 1991). Nesse sentido, é que Costa (2000), Brito, Duarte e Matos (2003) e Fiéis (2003) defendem que o *Efeito de Definitude* não atua nessas construções:

⁶² Agradeço a alguns falantes nativos do italiano por me fornecerem seus julgamentos de gramaticalidade das frases em (131) e (132).

(133) Telefonou o Manuel/ um amigo.

(BRITO; DUARTE; MATOS, op. cit., p. 447)

(134)a. Leu o Paulo cuidadosamente o livro.

b. Comeu um rapaz maçãs.

(COSTA, 2000, p. 5)

(135)a. Comeu a Maria um bolo.

b. Comeu uma miúda qualquer um bolo.

(FIÉIS, op. cit., p. 159)

Quanto às construções inacusativas, já que estou argumentando que a posição NP₄ não é sintaticamente motivada, apresentarei evidências que a única posição que resta para hospedar os argumentos internos desses verbos é a posição NP₂ na estrutura em (117), o que implica dizer que a associação estabelecida por Belletti entre DP definido em posição NP₄ e DP indefinido em posição NP₂ deixa de existir. Uma consequência dessa predição é que o *Efeito de Definitude* que atuava *a priori* na posição NP₂, presumidamente, desaparece. Contudo, é fato que sujeitos indefinidos no PE têm mais preferência a ocupar essa posição do que os definidos, conforme apontam os resultados quantitativos obtidos por Spanó (2002) e a pesquisa diacrônica de Fiéis (2003). Tal fato leva-me a substituir o termo *Efeito de Definitude* por *Restrição de Definitude*, nos moldes de Reuland e ter Meulen

(1989)⁶³.

Cumprir dizer que a análise acima delineada para o PE pode ser estendida para o PB, no sentido de que a posição NP₄ também não está disponível nessa língua por razões relacionadas à violação do ECP, bem como pelo fato de essa língua ter perdido a “inversão livre” do sujeito⁶⁴, uma das propriedades que caracteriza as línguas de sujeito nulo prototípicas (Cf. RIZZI, 1988, 1997). Ademais, à semelhança do PE, em construções inacusativas, os DPs pós-verbais são também, em grande parte, indefinidos (Cf. BELLETTI, 1988, COELHO, 2000, SPANÓ, 2002, dentre outros), o que, mais uma vez, corrobora a presença da *restrição de definitude* e não do *efeito de definitude*, este último atuante em línguas como o inglês e o francês que, conforme defendido por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), é marcado sintaticamente pelo expletivo foneticamente realizado que ocupa a posição Spec, IP:

(136)a. *There arrived Jonh/ the girl.

“Chegou o João/ a garota.”

b. *Il est arrivé Pierre.

“Chegou o Pedro. ”

⁶³ Segundo Reuland e ter Meulen (1989, p. 1), “[...] the linguistic environments in which either a definite or an indefinite expression is exclusively acceptable are said to exhibit a *definiteness effect* (DE). Environments where the indefinite is preferred are said to exhibit a *definiteness restriction* (DR), as a special case of a DE.” ([...] os contextos lingüísticos em que nem uma expressão definida, nem uma expressão indefinida é exclusivamente aceitável são ditos exibirem um *efeito de definitude* (DE). Os contextos onde o indefinido é preferido são ditos exibirem uma *restrição de definitude* (DR), como um caso especial de um DE. - Tradução minha)

⁶⁴ Assumindo nesta tese que sujeitos pós-verbais em PE estão em Spec, VP em contextos declarativos finitos, não há motivação para argumentar a favor da proposta de haver movimento destes para uma posição de adjunção à direita do VP. Em outras palavras, defenderei que o sujeito permanece em sua posição de base (Spec, VP) em estrutura-S, havendo movimento de subida obrigatório de V-para-I. Nesse sentido, ao falar em “inversão livre”, daqui em diante, estou me referindo aos contextos em que os sujeitos estão em Spec, VP, ao contrário de Rizzi (1988) e Chomsky (1981).

A meu ver, a noção de partitividade assumida por Belletti (op. cit.) necessita de uma rediscussão, pois quantificadores universais e DPs partitivos podem ocorrer em construções inacusativas no PB e no PE, um contexto não previsto na análise dessa autora. Isso leva-me a adotar a proposta de Enç (1991), segundo a qual esses DPs recebem leitura partitiva (“parte de”, “algumas(uns) de”, “cada um dos(as)”), por estarem associados a um determinado referente já estabelecido no domínio do discurso, o que os caracteriza como um DP específico que exige pressuposicionalidade (Cf. DIESING, 1992). Dessa predição, uma hipótese se ergue: se o DP não é específico, a leitura partitiva não está disponível nos termos de Enç (op. cit.), o que implica dizer que, presumidamente, um outro Caso que não é o partitivo proposto por Belletti (op. cit.) é atribuído a esse DP não-específico na posição NP₂⁶⁵. Enç observa que DPs não-específicos são, em geral, produzidos nas construções existenciais, o que a leva a propor o chamado *efeito de especificidade*

Além do Caso partitivo atribuído em estrutura-D aos DPs específicos nas construções inacusativas, argumentarei que o Caso nominativo também pode ser atribuído a esses DPs em determinados contextos estruturais no PE. Um aspecto crucial que não se pode perder de vista é que o Caso partitivo, seguindo a linha de raciocínio enciana, não tem a ver com a definitude do DP nos termos de Belletti (1988), mas com a especificidade do mesmo.

⁶⁵ A questão sobre a existência desse outro Caso atribuído ao DP não-específico na posição NP₂ deixo em aberto neste trabalho.

3.3.2 A proposta de Enç (1991)

Desenvolvendo um estudo sobre a semântica da especificidade do DP e adotando a proposta de Heim (1982), que prevê índices de definitude do DP, os quais o caracterizam como [+definido] ou [-definido], Enç (1991) propõe que, além desses índices, o DP também possui índices de especificidade [+/-específico], o que implica dizer que todo DP é formado por um par de índices referenciais: o primeiro relacionado com a definitude, e o segundo, com a especificidade.

No que se refere aos traços de definitude, duas noções são cruciais para distinguir DP [+definido] de DP [-definido], respectivamente: a) a Condição de Familiaridade e b) a Condição de Novidade⁶⁶. A primeira condição é satisfeita quando é estabelecida uma relação de identidade entre o DP e um dado referente já mencionado previamente no domínio do discurso, ao passo que a segunda condição só é satisfeita quando é introduzido um “novo” referente que não mantém ligação com um referente anteriormente mencionado no discurso.

Enç verifica que o DP [-definido] pode ser [+específico] ou [-específico] e que o DP [+definido] é obrigatoriamente [+específico]. Quanto ao DP [-definido] e [+específico], embora não haja relação de identidade do DP com um referente já mencionado no discurso, há uma relação de inclusão entre eles no sentido de que o DP é um subconjunto do referente. No caso do DP [-definido] e [-específico], o DP introduzido no discurso não mantém qualquer relação de inclusão com um referente já introduzido no discurso, o que o caracteriza como “novo” no sentido absoluto do termo. Segundo Enç (1991, p. 8),

⁶⁶ Cf. Heim (1982).

[...] nonspecific indefinites are novel in a sense absolute than specific indefinites. A specific indefinite is only required to obey the Novelty Condition, which states that its discourse referent must be distinct from previously established discourse referents. In contrast, the discourse referent of a nonspecific indefinite is further required to be *unrelated* to previously established referents⁶⁷

A autora também observa que o DP [-definido] e [+específico] recebe necessariamente uma leitura partitiva, ao contrário do DP [-definido] e [-específico]. Vejam-se as seguintes frases do inglês:

(137)a. Several children entered the museum.

“Diversas crianças entraram no museu.”

b. I saw two boys at the movies.

“Eu vi dois garotos no cinema.”

(ENÇ, loc. cit.)

Por um lado, o DP *two boys* em (137b) pode receber leitura partitiva implícita (*two of the boys*) caso seja um subconjunto do referente *Several children*, o que caracterizaria a relação de inclusão estabelecida entre eles, ou, por outro, esse DP pode ter um referente novo no sentido absoluto do termo por ter sido introduzido no discurso sem que fosse estabelecida essa relação de inclusão. Com base nisso, Enç defende que o DP [+específico] tem necessariamente leitura partitiva, ao contrário do DP [-específico], conforme assumido também por Diesing (1992).

⁶⁷ [...] indefinidos não-específicos são novos num sentido absoluto do termo do que indefinidos específicos. Um indefinido específico é apenas requerido para obedecer a Condição de Novidade, que estabelece que seu referente discursivo deve ser distinto de referentes discursivos estabelecidos previamente. Em contraste, é requerido que o referente discursivo de um indefinido não-específico não esteja relacionado com referentes estabelecidos previamente. -Tradução minha

Diesing, adotando a proposta de Milsark (1974), argumenta a favor de uma bipartição da classe dos indefinidos: a) indefinidos com leitura pressuposicional e b) indefinidos com leitura cardinal; em outras palavras, existem, respectivamente, indefinidos que pressupõem existência e que são, por sua vez, partitivos, possuindo força quantificacional (*indefinidos pressuposicionais*), ao passo que há indefinidos que somente afirmam a existência de uma dada entidade, não possuindo força quantificacional (*indefinidos cardinais*).

Analisando construções com inserção-*there* no inglês, a autora verifica que a leitura cardinal só está disponível aos DPs que afirmam existência cujos determinantes têm que ser necessariamente fracos (cf. (138a)) tal como proposto por Milsark (ibid.)⁶⁸:

(138)a. There is/are a/some/ a few/ many/ three fly (flies) in my soup.

“Existe(m) uma(s)/alguma(s)/ algumas/ muitas/ três mosca(s) em minha sopa.”

b.*There is/are the/every/ all/ most fly (flies) in my soup.

“Existe(m) a(as)/ cada/ toda(s)/ mais mosca(s) em minha sopa.”

Embora os determinantes fracos possam afirmar a existência de uma dada entidade, eles também têm a capacidade de pressupor existência, conforme argumentado por Diesing (op. cit.). Nesse último caso, o DP recebe obrigatoriamente

⁶⁸ Na classificação de Milsark (1974), os determinantes fracos incluem os artigos e pronomes indefinidos, os numerais cardinais e DPs nus com leitura existencial, ao passo que os determinantes fortes correspondem aos artigos definidos, aos pronomes demonstrativos, pessoais e possessivos, aos quantificadores universais, aos partitivos, e aos DPs nus com leitura genérica.

leitura partitiva e, ao invés de ocupar a posição pós-verbal, como ocorre em (139a), ele ocupa a posição pré-verbal de sujeito (nomeadamente, Spec, IP) (cf. (139b)), uma posição legítima para hospedar DPs que possuem leitura pressuposicional, segundo defende a autora:

(139)a. There are some ghosts in my house.

“Existem alguns fantasmas em minha casa.”

b. SOME ghosts are in my pantry; the others are in the attic.

“ALGUNS fantasmas estão em minha despensa; os outros estão no sótão.”

(DIESING, 1992, p. 59)

Em (139b), a leitura pressuposicional do *DP some ghosts* é possível pelo fato de ele poder ser parafraseado por um DP partitivo como *three of the ghosts*. Partindo da bipartição da classe dos indefinidos, a autora formula a seguinte predição:

[...] I claimed that paraphrasability as a partitive is one indicator of the property that I have presuppositionality [...] the specific indefinites [...] are indefinites that receive presuppositional reading [...] the nonspecific indefinites are existential clauses indefinites.⁶⁹ (Ibid., p. 84)

⁶⁹ [...] eu assumi que a parafrasabilidade como um partitivo é um indicador da propriedade que eu tenho pressuposicionalidade [...] os indefinidos específicos [...] são indefinidos que recebem leitura pressuposicional [...] os indefinidos não-específicos são os indefinidos das sentenças existenciais. - Tradução minha

Uma das evidências empíricas apresentada por Diesing de que a posição Spec, IP é ocupada por DPs indefinidos com leitura pressuposicional é encontrada numa língua como o alemão. Observando a posição de DPs nus nessa língua, a autora assume que, quando eles aparecem à esquerda das partículas *ja* “já” e *doch* “que”, eles possuem necessariamente leitura pressuposicional (cf. (140b)), caso contrário, possuem leitura cardinal (cf. (140a))⁷⁰:

(141)a. ...weil ja doch Linguisten Kammermusik spielen.

já que PART PART. linguistas câmara música tocam.

“...já que há lingüistas que tocam música de câmara.”

b. ...weil Linguisten ja doch Kammermusik spielen.

já que lingüistas PART. PART câmara música tocando.

“...já que (em geral) linguistas tocam música de câmara.”

(Ibid., p. 36)

Vale pontuar que o DP nu *Linguisten* “lingüistas” só é possível ocorrer ora à direita, ora à esquerda das partículas *ja* e *doch* porque é sujeito de um predicado de nível de estágio (*stage-level predicate*)⁷¹. Contudo, sendo o DP nu o sujeito de um

⁷⁰ Agradeço à Filomena Clara por me ajudar na tradução das frases do alemão para o português.

⁷¹ Apropriando-se da distinção feita por Carlson (1977), Diesing assume que predicados de nível de estágio expressam estados temporários e atividades transitórias, recebendo o DP uma leitura existencial em que se afirma a existência de uma dada entidade, ao passo que predicados de nível individual expressam estados mais ou menos permanentes, recebendo o DP leitura genérica. As frases em (i) e (ii) extraídas de Diesing (1992, p. 16) ilustram, respectivamente, um predicado de nível individual e um predicado de nível de estágio:

(i) Brussels sprouts are unsuitable for eating.

“Couve-de-Bruxelas é imprópria para comer.”

(ii) Carpenter ants destroyed my viola da gamba.

“Formigas carpinteiras destruíram minha viola da gamba.”

predicado de nível individual (*individual-level predicate*), ele deve possuir leitura pressuposicional, o que o faz ocupar a posição Spec,IP, conforme evidenciado por sua posição à esquerda das partículas em (141a), ao contrário de (141b):

(141)a. ...weil Skorpione ja doch giftig sind.

já que escorpiões ‘na verdade’ venenosos são

“... já que (em geral) escorpiões são venenosos.”

b. *?...weil ja doch Skorpione gifting sind.

(Ibid., p. 38)

Retomando a análise de ENÇ, essa autora assume que o DP é [+definido] e [+específico] devido à relação de identidade que é estabelecida entre ele e um dado referente já mencionado no discurso, passando este último a servir como um *antecedente forte* pela seguinte razão: o DP e o seu antecedente compartilham os mesmos índices referenciais. Estão incluídos nesse tipo de DP os nomes próprios, os pronomes, as expressões definidas e os DPs demonstrativos. Na frase em (142a), o DP representado pelo pronome *They* é [+definido] por manter relação de identidade com o seu antecedente *Five children*, o que implica dizer que ambos têm a mesma referência como observado pela relação de co-indexação representada em (142b):

(142)a. Five children arrived late. They had missed their bus.

“Cinco crianças chegaram tarde. Elas perderam o ônibus.”

(ENÇ, 1991, p. 9)

b. Five children_i arrived late. They_i had missed their bus.

“Cinco crianças_i chegaram tarde. Elas_i perderam o ônibus.”

Enç assume, então, que a relação de identidade acima estabelecida implica numa relação de inclusão obrigatória, em outras palavras, sendo o DP [+definido], ele tem que ser [+específico]. Em (142a), o DP *They* está incluído no referente *Five children* que, segundo a autora, passa a funcionar como um *antecedente fraco* pelo fato de a relação de inclusão ser estabelecida entre eles. Nesse sentido, *Five children* não é só um antecedente forte devido à relação de identidade, mas também um antecedente fraco pela relação de inclusão.

A evidência empírica apresentada por Enç de que DPs definidos são necessariamente específicos é encontrada no turco, uma língua de Caso morfologicamente marcado. Nessa língua, o DP [+específico] tem que receber o morfema de Caso acusativo. Em (143a), o nome próprio *Ali*, o pronome *on* (“a ele”, “lhe”), a descrição definida *adam* (“o homem”) e o DP demonstrativo *o masa* (“essa mesa”) possuem os dois índices referenciais: [+definido] e [+específico]:

(143)a. Zeinep Ali-yi/ on-u/ adam-i/ o masa-yi gördü

Zeinep Ali-Acc/ ele-Acc/ o homem-Acc/ essa mesa-Acc viu

“Zeynep viu Ali/lhe/o homem/ essa mesa.”

b. Zeinep *Ali/*on/*adam/*o masa gördü.

Ao contrário dos DPs definidos, que são necessariamente específicos, DPs indefinidos, como já referido acima, podem ser ora específicos, ora não-específicos caso seja estabelecida ou não uma relação de inclusão. A observação feita por Milsark (1974) de que determinantes fracos como *many* (“muitos(as)”) podem ter leitura específica ou não, dependendo do contexto em que aparece, é retomada por Enç (op. cit.) para analisar uma frase como: *I talked to many students.* (“Eu conversei com muitos estudantes.”). Segundo a autora, essa frase, se desprovida de um contexto discursivo apropriado, é ambígua no que concerne à especificidade do DP. Contudo, dá-se a inexistência dessa ambigüidade quando uma relação de inclusão é estabelecida entre o DP e um referente previamente mencionado no discurso:

(144)a. I thought that the best way to determine whether or not this course would be boring was to ask the students who took it last semester. I talked to many students and decided that it was worth a shot.

“Eu achei que a melhor forma de resolver se este curso seria cansativo ou não era perguntar aos estudantes que o escolheram no último semestre. Eu falei com muitos estudantes e eu decidi que valia a pena uma tentativa.”

b. What did I do yesterday? I cleaned my desk, wrote some memos, talked to many students, and graded about twelve papers.

“O que eu fiz ontem? Eu limpei minha escrivaninha, escrevi alguns apontamentos, falei com alguns estudantes, e corrigi aproximadamente doze provas.”

Em (144a), o DP *many students* é [+específico] pelo fato de ser um subconjunto do referente *the students* mencionado na oração precedente, ao passo que em (144b) é [-específico], pois seu referente é novo no sentido absoluto do termo.

Enç assume que DPs partitivos e DPs modificados por quantificadores universais são [-definidos] e [+específicos]. Quanto ao DP partitivo, ele está incluído necessariamente num referente já mencionado no domínio do discurso. Nesse sentido, o DP *Two of the girls* em (145) é [+ específico] por ser um subconjunto do referente *Many children*:

(145) *Many children* played in the park. *Two of the girls* played tennis.

“Várias crianças brincavam no parque. Duas das garotas jogavam tênis.”

A predição acima de que DPs partitivos são específicos pode ser confirmada mais uma vez no turco. Enç (1991, p. 10) observa que, quando o DP é partitivo, o morfema de Caso acusativo, *-i*, tem que estar presente, marcando a especificidade desse DP (cf. (146a)), caso contrário, na ausência desse morfema, a frase torna-se agramatical como ilustrado em (146b):

(146)a. Ali kandin-lar-dan iki-sin-i taniyordu.

Ali mulher-PL-Abl dois-Agr-Acc conhecia.

“Ali conhecia duas das mullheres.”

b. *Ali kandin-lar-dan iki-si taniyordu.

Contrária a proposta de Belletti (1988) que assume que DPs universalmente quantificados são incompatíveis com leitura partitiva, ENÇ (op. cit.) defende que eles, apesar de indefinidos, conforme propõe Heim (1982), possuem leitura partitiva implícita, o que lhes garante serem [+específicos]. Os quantificadores presentes nesses DPs só podem quantificar sobre um determinado conjunto de entidades que existem num dado contexto porque o referente desses DPs encontra-se no domínio do discurso:

(147)a. Sally danced with every man.

“Sally dançou com todo homem.”

b. Sally danced with every one of the man.

“Sally dançou com cada um dos homens.”

(ENÇ, op. cit., p. 11)

Segundo a autora, na frase em (147a) não se pode ter uma leitura genérica no sentido de que Sally dançou com todos os homens da Terra, mas uma leitura necessariamente partitiva (implícita) que corresponde ao fato de Sally ter dançado com cada um dos homens (*every one of the man*) que estavam presentes num determinado contexto, sendo pressuposta, portanto, a existência desses homens. Nesse sentido, torna-se evidente, por um lado, que a interpretação universal ou

genérica que Belletti (op. cit., p. 5) atribui ao quantificador universal numa frase como: **There is every man in the next room*, é problemática no sentido de que não se trata da existência de todos os homens da Terra. Por outro lado, o DP *Todo homem* na frase em (148) tem necessariamente interpretação genérica que se associa necessariamente a uma interpretação não-temporal, o que caracteriza um predicado de nível individual nos termos de Diesing (1992):

(148) Todo homem é mortal.

Na frase acima, a leitura que possui o DP não é a de que *alguns dos homens* da Terra são mortais, mas a de que todos os homens têm a propriedade inerente de serem mortais, o que lhe confere uma interpretação genérica ou universal.

Ao fazer uma análise dos DPs que contêm o adjetivo *certain* (“certo”), Enç chega a assumir que eles são necessariamente [-definidos] e [+específicos]. A evidência para essa predição é mais uma vez confirmada no turco: se o DP contém esse adjetivo, ele tem que receber obrigatoriamente o morfema de Caso acusativo, que serve como diagnóstico de que ele é [+específico]:

(149) Her antrenör belli bir atlet-i/ *atlet çalıştıracak.

“Cada treinador determinado um atleta-Acc treinará

“Cada treinador treinará um determinado atleta.”

Apesar de específico, Enç (1991, p. 18) observa que a leitura partitiva pode não ser suficiente ao DP que contém o adjetivo *certo*, caso não seja possível estabelecer relação de inclusão desse DP com um dado referente. Observem-se as frases a seguir:

(150)a. There were several books on the table. Jonh picked up one of them and started reading it.

“Havia diversos livros na mesa. Jonh pegou um deles e começou a ler.”

b. There were several books on the table. Jonh picked up a certain book and started reading it.

“Havia diversos livros na mesa. Jonh pegou um certo livro e começou a ler.”

Em (150a), o DP *one of them* tem necessariamente leitura partitiva explícita por manter relação de inclusão com o referente *several books*. No entanto, Enç verifica que o DP *a certain book* em (150b) parece não estar incluído no referente *several books* no sentido de que os livros que estavam sobre a mesa parecem não corresponder ao livro que o João pegou para ler. A partir disso, ergue-se a questão: como é possível o DP *a certain book* ser específico se a leitura partitiva parece não ser suficiente, ao contrário do que ocorre com o DP *one of them* em (150a)? Enç propõe que, nesses casos, o DP corresponde a objetos que estão presentes na

mente do falante, o que garante, por conseguinte, sua inclusão no domínio do discurso⁷².

A autora observa também que DPs que contêm o adjetivo *certain* são específicos pelo fato de que parecem requerer uma relação contextualmente relevante com um outro constituinte, relação esta que só é estabelecida a partir de atribuidores que garantem especificidade. Observem-se as frases extraídas de Enç (1991, p. 20):

(151)a. Jonn wants to own a certain piano which used to belong to a famous pianist.

“O João quer possuir um certo piano que costumava pertencer a um pianista famoso.

b. For every committee, the dean must appoint a certain student to represent the students' point of view.

“Para todo comitê, o reitor deve nomear um certo estudante para representar o ponto de vista dos estudantes.”

Em (151a) e (151b), a relação relevante é explicitamente expressa na frase através de atribuidores que, nesse caso, correspondem à oração relativa finita *which used to belong to a famous pianist* e à oração relativa infinitiva *to represent the students' point of view*. Portanto, apesar de os DPs *a certain piano* e *a certain*

⁷² Segundo Enç (1991, p. 19), “Presumably, the property of not being in the speaker's mind is linking to the property of not being included in the domain of discourse.” (Presumidamente, a propriedade de não estar na mente do falante está relacionada à propriedade de não estar incluído no domínio do discurso. – Tradução minha)

student não terem necessariamente leitura partitiva por não manterem relação de inclusão com um referente já mencionado no discurso, sua especificidade é legitimada pela presença desses atribuidores.

Levando em conta a existência ora de DPs específicos com leitura partitiva explícita ou implícita, ora de DPs específicos sem essa leitura, Enç propõe que a especificidade do DP pode ser garantida ou através de uma relação de inclusão, ou através de atribuidores, como acontece nas frases em (151). Esses dois grupos de DPs específicos correspondem, respectivamente, ao que a autora denomina de *específicos partitivos* e *específicos relacionais*. Enquanto os primeiros pressupõem existência, os segundos não o fazem, conforme pode ser verificado pela possibilidade de estes ocorrerem em sentenças existenciais, ao contrário dos *específicos partitivos*:

(152) There is a certain man at the door who claims to be your cousin from
Albania.

“Há um certo homem na porta que alega ser seu primo de Albânia.”

(ENÇ, 1991, p. 21)

(153)a. *There is every cow in the backyard.

“Existe toda vaca no quintal.”

b. *There are two of the cows in the backyard.

“Existem duas das vacas no quintal.”

(Ibid., p. 12)

Em (153), os DPs específicos partitivos *every cow* e *two of the cows* não podem ocorrer nas sentenças existenciais, indo de encontro ao que é proposto por Belletti (1988), que assume que o Caso partitivo só pode ser atribuído a um DP que esteja associado com a leitura “parte de um conjunto”. Para essa autora, nomes quantificados universalmente têm interpretação genérica e, portanto, não podem ser legitimados na posição pós-verbal por não satisfazerem a condição imposta pelo *Efeito de Definitude* de que DPs pós-verbais em construções existenciais e inacusativas têm que ser indefinidos. Contudo, a partir das evidências apresentadas por Enç, há razão para assumir, nesta tese, que os quantificadores universais possuem leitura partitiva, sendo, assim, [+específico].

Defendendo que os DPs universalmente quantificados, além de específicos, são indefinidos, Enç rediscute a proposta belletiana sobre a existência do *Efeito de Definitude* e propõe que a agramaticalidade das frases em (153) liga-se não ao fato de os DPs serem indefinidos, mas ao fato de eles serem específicos, o que leva a autora a substituir o termo *Efeito de Definitude* por *Efeito de Especificidade*. Portanto, DPs partitivos (com exceção dos específicos relacionais) não podem ocorrer nessas construções, mas apenas DPs [-definidos] e [-específicos] que, por sua vez, não pressupõem existência, o que lhes garante uma leitura cardinal nos termos de Milsark (1974).

No turco, DPs que contêm o determinante *bazi* (“alguns(as) dos(as)”) sempre pressupõem existência, sendo sua leitura necessariamente específica, como pode ser visto pela obrigatoriedade da marca morfológica do Caso acusativo (cf. (154)). Disso resulta que esse determinante, ao contrário do determinante *birkaç* (algum(ns), alguma(s)), não pode ocorrer em construções existenciais, conforme ilustra o contraste entre a sentença (155a) e (155b):

(154) Ali Zeyneb-e bazi *kitap-lar/kitap-lar-i postaladi.

Ali Zeyneb-Dat alguns *livro – PL/livro-PI-Acc enviou

“Ali enviou alguns dos livros para Zeyne.”

(155)a. *Bahçe-de bazi çocuk-lar var.

jardim-Loc alguma criança-PL há

“Há algumas das crianças no jardim.”

b. Bahçe-de birkaç çocuk var.

jardim-Loc alguma criança há

“Há alguma criança no jardim.”

(ENÇ, op. cit., p. 15)

Assumir que nas construções existenciais só ocorrem DPs [-definidos] e [-específicos] implica dizer, em outras palavras, que o DP é novo no sentido absoluto do termo, por não manter nem relação de identidade, nem de inclusão com um referente estabelecido previamente no discurso, porque está submetido ao *Efeito de Especificidade*, segundo propõe Enç (1991). Contudo, vale pontuar que a única exceção concernente à atuação desse efeito no PB e no PE não prevista na análise dessa autora diz respeito aos DPs definidos que recebem interpretação única e leitura de lista e que podem ser formados por pronomes demonstrativos e cujo SN pode ser modificado por esses pronomes⁷³. Um outro contexto que também escapa à restrição de especificidade está relacionado a DPs [-definidos] e [+específicos] quando são pesados. Nesses casos, conforme argumentarei no capítulo 6, a

⁷³ Vejam-se as frases extraídas de Spanó (2002) no capítulo introdutório, que comprovam a existência de DPs [+definidos] e [+específicos] em construções existenciais.

componente fonológica é atuante por requerer que esses DPs ocupem a posição mais à direita da frase, conforme ilustra o exemplo que se segue:

(156)a. Existe(m) todas aquelas coisas de que eu já te falei.

b. Há cada um daqueles jogos que você um dia me falou.

É válido pontuar que o *Efeito de Especificidade* que atua nas construções existenciais, com exceção dos DPs definidos referidos acima, não está presente nas construções inacusativas do PB e do PE, conforme observado nas frases em (157), haja vista que DPs quantificados universalmente podem aparecer em posição pós-verbal, o que lhes garante possuir os traços [-definido] e [+específico] (cf. (157a) e (157b)). Além disso, é possível que DPs pós-verbais nessas construções possuam os traços [+definido] e [+específico], uma opção não disponível na gramática do inglês. Vejam-se o contraste entre (158a) do PB e do PE e (158a') do inglês⁷⁴:

⁷⁴ Um das exceções no inglês em que DPs pós-verbais podem ter o traço [+específico] correspondem, por exemplo, às construções de inversão locativa (cf. (ia)) e aos contextos em que o DP possui leitura de lista (cf. (ib)):

(i)a. From such optical tricks arise all the varieties of romantic hallucination... [R. Goldstein, *The Late-Summer Passion of a Woman of Mind*, 167]

“De tais ilusões de óticas surgem todas as variedades de ilusão romântica...”

(LEVIN; HAPPAPOORT HOVAV, 1995, p. 220)

b. Who do we have here?

Well, there are two students of yours, you, and me.

“Quem nós temos aqui?”

Bem, há dois estudantes seus, você, e eu.”

(HUANG, 1989, p. 239)

(157)a. Já chegou todos os convidados na festa.

b. Nesse jantar apareceram *todos* os meus amigos.

(AMBAR, 1992, p. 127)

c. *There arrived all/each the students.⁷⁵

“Chegaram todos/ cada um dos estudantes.

(158)a. Chegou o João.

a'. *There arrived Jonh.

b. Chegou um garoto.

b'. There arrived a boy.

As frases acima mostram que em inglês não só o *Efeito de Definitude* (cf. (158b')), como também o *Efeito de Especificidade* (cf. (157c)) são atuantes nas construções inacusativas: o DP pós-verbal deve ser indefinido e não-específico. Analisando a presença do DE em construções inacusativas do inglês, Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) propõem que o expletivo *there* é inserido em Spec, IP numa frase como (158b') para marcar sintaticamente esse efeito.

Contudo, há evidências empíricas de que a análise proposta pelas autoras referidas não pode ser estendida ao PB e ao PE pelo fato de que, quando um expletivo é inserido em Spec, IP nessas línguas, sua função não é marcar sintaticamente esse efeito, mas permitir que o Caso nominativo seja atribuído a ele sob Configuração Spec/Head. No capítulo 6, argumentarei que esse expletivo nulo

⁷⁵ Agradeço a um falante nativo do inglês por me informar que frases como (157c) não são boas nessa língua.

que pode ocorrer em construções inacusativas do PB e do PE não é da mesma natureza que o *there* do inglês, mas assemelha-se ao expletivo *it* dessa língua em construções como: *It rains* (“Chove.”) e *It seems that John is sick* (“Parece que o João está doente.”), o qual não marca sintaticamente o DE.

No que diz respeito às construções existenciais, assumo que no PB, no PE e no inglês tal como defendido por Enç (1991), o *Efeito de Especificidade* e não o *Efeito de Definitude* é atuante nessas construções, haja vista que DPs universalmente quantificados e DPs partitivos são excluídos de aparecerem na posição pós-verbal nessas construções (exceto, os *específicos relacionais*). No caso do PE e do PB, em específico, tem-se uma situação interessante: DPs [+específicos] podem aparecer nessas construções quando estão submetidos a efeitos de peso (cf. (156)).

3.4 CONCLUSÕES

De antemão, partindo da proposta enciana, minha expectativa é a de que no dialeto maceioense, assim como observado por Coelho (2000) no dialeto falado em Florianópolis, DPs definidos sejam muito freqüentes em posição pré-verbal e que DPs indefinidos ocorram, em grande proporção, na posição pós-verbal, em virtude de a primeira posição ser um ambiente propício para hospedar DPs com leitura pressuposicional que, por sua vez, são necessariamente específicos, estando a segunda posição pós-verbal (salvo algumas exceções) reservada aos DPs com

leitura cardinal, que podem ser específicos ou não. No momento, deixo a testagem dessa predição para trabalhos futuros.

Quanto ao *Efeito de Definitude* proposto por Belletti para os DPs pós-verbais de verbos inacusativos, concluo que no PB e no PE esse efeito, ao contrário de línguas como o inglês, não é atuante, mas sim a *Restrição de Definitude* (Cf. REULAND; ter MEULEN, 1989), pelo fato de que DPs indefinidos são preferíveis nessas construções. Em outras palavras, o que distingue o inglês do PB e do PE é que na primeira língua atua o *Efeito de Definitude (DE)*, ao passo que nas outras línguas a *Restrição de Definitude*, o que implica dizer que a existência do expletivo *there* nas construções inacusativas, seguindo a perspectiva de análise de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) marca sintaticamente o DE no inglês, o que não está previsto no PB e no PE.

Em se tratando dos verbos existenciais que compõem uma das classes dos verbos inacusativos (Cf. DUARTE, 2003 e COELHO, 2000), foi possível observar, com base na proposta enciana, que no PB, no PE e no inglês, atua nas construções formadas com esses verbos o *Efeito de Especificidade*.

De mais a mais, a partir das evidências empíricas no PB e no PE, concluo, seguindo a linha de raciocínio de Coelho (2000) e Ambar (1992), que não há motivação para a existência da posição NP₄ sugerida por Belletti (1988) para hospedar os sujeitos definidos dos verbos inacusativos, bem como os sujeitos pós-verbais de verbos (in)transitivos, o que violaria o princípio ECP. Dessa forma, a única posição disponível para hospedar os argumentos internos de um verbo inacusativo nessas duas línguas é a posição NP₂, sendo a posição Spec, VP reservada aos sujeitos pós-verbais em construções (in)transitivas no PE.

Em suma, a partir dos trabalhos desenvolvidos por Duarte (2003) e Coelho (op. cit.), verifiquei que os inacusativos, além de diferirem dos intransitivos por não selecionarem um argumento externo, mas apenas um argumento interno que recebe necessariamente função- θ Tema, eles se constituem numa classe verbal não-homogênea, sendo os verbos inacusativos que permitem um DP com o traço [+agente], ao que tudo indica, contextos favorecedores da ordem SV no PB e no PE.

PARTE II – POR UMA CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA RIQUEZA DE AGR E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

4 RIQUEZA DE AGR E O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO: *LOCUS* DE VARIAÇÃO ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU

4.1 INTRODUÇÃO

Assumindo com Rizzi (1988, 1997) que a fixação positiva do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo por uma língua cuja posição pré-verbal do sujeito pode ser ocupada, sempre que possível, por pronomes referenciais foneticamente nulos (*Princípio Evite Pronome* (Cf. CHOMSKY, 1981)) tem a ver com a morfologia de flexão verbal rica no que concerne às especificações gramaticais fornecidas pelos morfemas a cada pessoa do paradigma flexional nessa língua, ao contrário de uma língua em que esses pronomes têm que ser foneticamente realizados, desenvolverei neste capítulo uma análise sobre a riqueza de AGR no PB e no PE, a fim de discutir as implicações dessa riqueza para o Parâmetro do Sujeito Nulo em ambas as gramáticas.

A partir de algumas evidências empíricas do PB, refutarei, por um lado, a hipótese da binaridade do Parâmetro do Sujeito Nulo assumida por Rizzi (op. cit.), tendo em vista essa língua não possuir algumas das propriedades das línguas de sujeito nulo prototípicas, como o catalão e o italiano, o que a caracteriza como uma língua de sujeito nulo residual (Cf. OLIVEIRA, 2000), em outras palavras, uma língua semi-pro-drop. Por outro lado, assumirei que o PE é uma língua de sujeito nulo prototípica por razões relacionadas à riqueza de sua morfologia flexional que licencia e identifica sujeitos nulos referenciais em condições estruturais específicas, diferentemente do PB, e que, por sua vez, permite a inversão sujeito-verbo com todos os tipos de verbos, uma das propriedades que, a meu ver, serve de evidência substancial para caracterizar línguas de sujeito nulo como o italiano (Cf. BURZIO, 1986, BELLETTI, 1988), o espanhol (Cf. KATO, 1999) e o grego (Cf. ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998).

Defendendo que o PB é uma língua semi-pro-drop, ao contrário do PE, assumirei com Costa (2003b, 2004) que a impossibilidade da inversão sujeito-verbo com verbos (in)transitivos na primeira língua decorre do fato de sua sintaxe gerar um único *output*: SV, ao contrário da segunda, cuja sintaxe gera dois *outputs*: SV e VS. Conforme evidências empíricas a serem apresentadas mais adiante, essa assunção ganha suporte explicativo se levadas em conta as implicações da natureza de AGR sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo que é responsável pela geração desses diferentes *outputs*.

De mais a mais, partindo dos contextos estruturais no PB e no PE analisados neste capítulo, argumentarei que a morfologia rica que licencia e identifica sujeitos nulos referenciais nos termos adotados por Rizzi (1988, 1997) não está relacionada à morfologia rica que motiva o movimento visível de V-para-I na

sintaxe, ao contrário do que é proposto por Gonçalves (1994). Ademais, apresentarei evidências, seguindo a análise de Pratas (2004), de que o licenciamento de sujeitos nulos expletivos numa língua particular não decorre do fato de essa língua ter morfologia flexional rica.

Para a realização do estudo a que se presta este capítulo, realizarei na seção 4.2 uma análise dos paradigmas de flexão verbal no PB e no PE com base nas propostas de Roberts (1993), Galves (2001) e Vikner (1997), a fim de caracterizar a riqueza de AGR em ambas as línguas. Finalizada essa caracterização, analisarei na seção 4.3 a correlação existente entre a riqueza de AGR e o Parâmetro do Sujeito Nulo na gramática do PB e do PE, focalizando aspectos relativos não só às hipóteses da binaridade do Parâmetro (Cf. RIZZI, 1988, 1997) e da Uniformidade Morfológica (Cf. JAEGGLI; SAFIR, 1989), mas também às condições de licenciamento de sujeitos nulos e preenchidos e da leitura referencial dos mesmos em ambas as gramáticas. Assumirei, por sua vez, que a produção de sujeitos nulos ou preenchidos, bem como sua interpretação referencial, encontram-se submetidas a contextos estruturais específicos, o que implica dizer que não há opcionalidade na estrutura frásica concernente à presença ou ausência desses sujeitos, uma predição que vai ao encontro do que é proposto por Gonçalves (1994). Além disso, a interpretação referencial dos sujeitos nulos ou preenchidos em PB difere em dadas estruturas da interpretação referencial dos sujeitos em PE em virtude da natureza de AGR ser diferente em ambas as línguas.

4.2 POR UMA CARACTERIZAÇÃO DA “RIQUEZA” DE AGR: CERNE DE INTENSOS DEBATES

Caracterizar a riqueza de AGR na gramática das línguas naturais tem sido um dos empreendimentos por parte de gerativistas que se debruçam em investigar a interface sintaxe-morfologia, haja vista assumirem que variações morfológicas ocasionam variações sintáticas no que concerne, por exemplo, ao licenciamento e identificação de sujeitos nulos referenciais em posição pré-verbal e ao movimento visível de V-para-I na sintaxe (Cf. ROBERTS, 1993, GALVES, 2001, VIKNER, 1997, dentre outros).

É imprescindível, num estudo que vise caracterizar a riqueza de AGR na gramática de uma dada língua particular, a análise de como se comporta o paradigma de flexão verbal nessa língua. Para tanto, caracterizarei a riqueza de AGR na gramática do PB¹ e do PE², tomando por base os seguintes paradigmas³⁴:

¹ Adoto as siglas PB1 para representar o paradigma de flexão verbal em que há concordância morfológicamente visível entre o DP sujeito e a flexão verbal com todas as pessoas do paradigma, e PB2 para representar o paradigma em que essa concordância não é estabelecida visivelmente com algumas pessoas desse paradigma (Cf. também COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003b).

² Não estabeleço distinção entre PE1 e PE2, haja vista que a concordância morfológicamente visível entre o DP sujeito na posição pré-verbal e a flexão verbal é atestada na gramática dessa língua (Cf. COSTA, 2001a, COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003b, MATEUS et al., 2003, FIÉIS, 2003, dentre outros). Os mecanismos envolvidos no estabelecimento dessa concordância serão abordados no capítulo 6.

³ Os paradigmas do PB são elaborados com base no dialeto alagoano, ao passo que o do PE baseia-se no dialeto lisboeta. Quando necessário, farei uso dos termos PB1 e PB2, caso contrário, ao falar em PB, estarei me referindo às duas variedades indistintamente.

⁴ Para os propósitos deste trabalho, a forma pronominal *a gente* não foi incluída em PB2, devido ao tipo de concordância que se estabelece entre o DP sujeito e a flexão verbal em frases do tipo: “A gente cantamos”. Pereira (2003) defende que, nessa frase, se estabelece uma “concordância discursiva” entre o pronome *a gente* e a flexão verbal, o que extrapola o âmbito da análise aqui pretendida, que se restringe à “concordância morfológica” visível ou não-visível entre o DP sujeito e essa flexão.

(1)

PB1	PB2	PE
Eu canto	Eu canto	Eu canto
-----	-----	Tu cantas
Você/ ele(a)/ a gente canta	Tu/ você/ ele(a)/ nós/ vocês/ eles(as) canta	Você/ ele(a)/ a gente canta
Nós cantamos	-----	Nós cantamos
-----	-----	-----
Vocês/ eles(as) cantam	-----	Vocês/ eles(as) cantam

Tabela 4.1: Paradigmas do PB e do PE no presente do indicativo

Com base nos paradigmas elaborados acima, cumpre dizer que os pronomes *tu* e *vós* foram excluídos de PB1 por não serem formas resultantes do processo natural de aquisição dessa variedade do PB. No entanto, sobre o pronome *nós*, alguns pesquisadores têm-no excluído desse paradigma⁵, ao contrário do que é aqui proposto (Cf. FIGUEIREDO SILVA, 1996, DUARTE, 2000, e DUARTE et al., 2003). A meu ver, essa exclusão parece problemática, tendo em vista ser esse pronome uma forma ainda produtiva na gramática dessa língua.

Em PB2, ao contrário de PB1, a introdução do pronome *tu* no paradigma segue a observação feita por Figueiredo Silva (op. cit., p.40): "...na maior parte dos dialetos onde *tu sobrevive* [grifo meu], a sua morfologia específica já está perdida; assim, é muito comum ouvir-se frases do tipo 'tu vai?' ao lado de 'você vai?'. Disso, resulta que a segunda pessoa vem especificada pelo morfema correspondente à terceira pessoa do singular. Além disso, embora não haja concordância morfológica visível entre a flexão verbal e os pronomes nominativos *nós*, *vocês*, *eles(as)*, assumo com Costa e Figueiredo Silva (2003b) que a inexistência de agramaticalidade em frases construídas com esse tipo de concordância decorre do

⁵ Sugiro ao leitor conferir os paradigmas elaborados por Figueiredo Silva (1996), Duarte (2000) e Duarte et al. (2003).

fato de o morfema de pluralidade do PB ser *singleton*, conforme será discutido mais adiante no capítulo 6.

Ao contrário do paradigma de PB1, em PE, a inclusão do pronome *tu* deve-se ao fato de fazer parte da gramática internalizada dos falantes lisboetas. Não obstante, o pronome *vós*⁶ foi excluído pelas mesmas razões dadas para PB1⁷. Ademais, a forma pronominal *a gente* não incluída nos paradigmas elaborados por Galves (2001, p. 103) e Figueiredo Silva (1996, p. 40) passa, agora, a estar incluída nos paradigmas de PB1 e do PE⁸ elaborados nesta pesquisa, haja vista ser uma forma pronominal também produtiva na gramática dessas línguas.

De mais a mais, face aos paradigmas acima elaborados no PB e no PE, realizo nas próximas subseções uma análise dos mesmos com base nas propostas de Roberts (1993), Galves (2001) e Vikner (1997), que oferecem suporte explicativo para caracterizar a riqueza de AGR, valendo ressaltar que as duas primeiras propostas se complementam na medida em que defendem a associação entre morfologia de flexão rica e legitimação e identificação de sujeitos nulos referenciais, ao contrário da terceira que associa morfologia flexional rica com movimento visível de V-para-I na sintaxe.

⁶ Quero agradecer a alguns falantes nativos do PE por me informarem que, em algumas regiões do Norte de Portugal, o pronome *vós* ainda é bastante produtivo.

⁷ Cf. também Galves (2001, p. 123) e Costa e Figueiredo Silva (2003b).

⁸ A pesquisa desenvolvida por Pereira (2003) serve de evidência de que a forma pronominal *a gente* é bastante produtiva na gramática do dialeto lisboeta.

4.2.1 A proposta de Roberts (1993)

Roberts (1993) propõe dois tipos de riqueza para AGR ao levar em conta a existência do Parâmetro do Sujeito Nulo: riqueza formal e riqueza funcional. Para o autor, AGR é rico formalmente se para cada pessoa do paradigma verbal há um morfema que a identifique, não havendo, nesse caso, forma zero, ao passo que AGR é rico funcionalmente se há, no máximo, um sincretismo e uma forma zero no paradigma. Com base nos paradigmas apresentados em (1), analisarei o tipo de riqueza de AGR no PB e no PE face a essa proposta, levando em conta, num primeiro momento, cada paradigma em particular e, num segundo momento, a comparação entre eles.

Em PB1, particularmente, AGR é formal e funcionalmente pobre. No primeiro caso, é pobre devido à existência de duas formas zero (2ª p. sing. (*tu*) e 2ª p. pl. (*vós*)), e, no segundo caso, devido não só à existência de duas formas zero, mas também de dois sincretismos: a) a 2ª p. sing. (*você*), a 3ª p. sing. (*ele(a)*) e a 1ª p. pl. (*a gente*) são todas gramaticalmente especificadas pelo morfema \emptyset , e b) a 2ª p. pl. (*vocês*) e a 3ª p. pl. (*eles(as)*) são gramaticalmente especificadas pelo morfema *-m*).

Em PE, o AGR também é formalmente pobre por haver uma forma zero no paradigma (2ª p. pl. (*vós*)) e funcionalmente pobre não pela existência de uma única forma zero (2ª p. pl. (*vós*)), mas por haver em seu paradigma flexional dois sincretismos que são similares aos de PB1.

Quanto a PB2, observo que o AGR é pobre formal e funcionalmente. É formalmente pobre devido à existência de três formas zero (2ª p. sing. (*tu*), 2ª p. pl.

(vós) e 3ª p. pl. (eles(as)) e é funcionalmente pobre pelo fato de o paradigma incluir três formas zero resultantes do grande sincretismo em que a primeira pessoa do plural, a segunda e a terceira pessoa do singular e do plural são todas especificadas gramaticalmente pelo morfema Ø.

Passando agora a analisar comparativamente a riqueza formal e funcional do AGR entre PB1, PB2 e PE, infiro que é possível estabelecer uma escala de gradação dessa riqueza, não sendo possível, portanto, chegar a caracterizá-lo como totalmente “rico” ou “pobre” nessas línguas.

No paradigma de PB1, por exemplo, o AGR é mais pobre formal e funcionalmente do que no do PE. Formalmente, há duas formas zero no primeiro e uma forma zero no segundo. Funcionalmente, o AGR nos dois paradigmas é pobre, ambos têm dois sincretismos. Contudo em PB1 AGR é mais pobre do que em PE devido à existência de duas formas zero.

A seguir, proponho um quadro-resumo em que se encontra formulada a caracterização da riqueza formal e funcional de AGR em PB1, PB2 e PE

(2)

	PB1	PB2	PE
Riqueza formal	+ pobre	+pobre	- pobre
Riqueza funcional	Forma zero (+ pobre) Sincretismo (pobre)	Forma zero (+ pobre) Sincretismo (pobre)	Forma zero (- pobre) Sincretismo (pobre)

Tabela 4.2: Quadro-resumo da caracterização formal e funcional de AGR em PB1, PB2 e PE

À semelhança da análise de Costa e Figueiredo Silva (2003b, p. 13), observo que, embora haja em PB1 e PE a concordância morfológica visível

entre o DP sujeito e a flexão verbal, existem restrições quanto à existência dessa concordância⁹. Em PB1 a concordância sujeito-verbo é estabelecida independentemente da natureza sintático-semântica do verbo quando a ordem é SV (cf. (3)), o que me leva a caracterizá-la como uma ordem não-marcada para a concordância morfológicamente visível:

- (3) a. Os menino comeram o doce.
 b. Os menino tossiram.
 c. Muitas floresta queimaram.

Ao contrário de PB1, em PE a concordância sujeito-verbo é estabelecida nas ordens SV e VS, independentemente da natureza sintático-semântica do verbo, o que me leva a caracterizar ambas as ordens como não-marcadas para a concordância. Observem-se as seguintes frases¹⁰:

- (4) a. Os meninos comeram o bolo. (SVO)
 b. Comeram os meninos o bolo (VSO)
 c. Comeram o bolo os meninos (VOS)
 d. Os meninos cantaram. (SV)
 e. Cantaram os meninos. (VS)
 f. Muitas fábricas fecharam. (SV)

⁹ Voltarei a essa questão no capítulo 6 quando analisarei mais detalhadamente a concordância *versus* não-concordância morfológicamente visível entre o DP sujeito e a flexão verbal.

¹⁰ Todas as frases em (4) foram extraídas de Costa (2001a).

g. Fecharam muitas fábricas. (VS)¹¹

Diferentemente do que ocorre em PB1 e PE, a não-concordância morfológica visível entre o DP sujeito e a flexão verbal observada em PB2 se estabelece com todos os tipos de verbos na ordem SV, embora na ordem VS esteja restrita apenas aos contextos inacusativos, salvo alguns contextos intransitivos¹², o que implica dizer que SV é a ordem não-marcada para a não-concordância morfológica visível entre o DP sujeito e a flexão verbal, ao passo que a ordem VS é uma ordem marcada. Observem-se os exemplos abaixo em que a não-concordância se estabelece quer na ordem SV (cf. (5)), quer na ordem VS (cf. (6)):

(5)a. Os menino comeu doce.

b. Os menino tossiu.

c. Muitas floresta queimou.

(COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003b, p. 15-16)

¹¹ Vale lembrar que, no PE coloquial, observa-se a não-concordância morfológica visível entre a flexão verbal e o DP pós-verbal numa construção inacusativa:

(i) Fechou muitas fábricas.

(ii) Chegou as cadeiras.

(COSTA, 2001a, p. 8)

¹² Analisando as frases em (i), Figueiredo e Silva (1996, p. 97) observa que em (a) e (b) os verbos intransitivos *telefonar* e *viajar*, respectivamente, admitem sujeitos invertidos, ao contrário de verbos como *tossir* e *espirrar* em (c) e (d), respectivamente, o que leva essa autora à seguinte hipótese: “[...] parece claro que devemos dizer que os verbos intransitivos do PB têm um comportamento um tanto estranho admitindo que alguns dentre eles se comportem como ergativos.”. Nesse sentido, infiro que os contextos residuais da ordem VS com alguns dos verbos intransitivos decorrem de suas propriedades lexicais:

(i)a. Telefonou um cara aí pra você.

b. Viajou uma mulher supergorda do meu lado.

c. *Tossiu/ estava tossindo um cara atrás de mim.

d. *Espirrou/ estava espirrando um cara durante o filme.

- (6)a. Telefonou uns garotos.
b. Chegou muitas cartas.

(KATO, 1999, p. 17)

Com base no acima exposto, é possível prever que a ocorrência ou não de concordância morfológica visível entre o DP sujeito e a flexão verbal nas ordens SV e VS no PB não corresponde a um caso de variação linguística nos moldes labovianos no sentido de residir numa escolha opcional, haja vista que, como já referido, a ordem VS sem essa concordância constitui-se num contexto marcado não só no PB, mas também no PE coloquial: em contextos inacusativos, em geral, não é estabelecida concordância morfológica visível entre o DP pós-verbal e a flexão verbal. Nesses contextos, ao invés de essa concordância ser estabelecida com o DP pós-verbal, ela se estabelece com um *pro* expletivo nessas línguas, à semelhança do que ocorre no francês em frases como: *Il est entré trois hommes.* (“*pro* Entrou três homens.”)¹³. Portanto, a existência de contexto marcado para a não-concordância na ordem VS em construções inacusativas e de contextos não-marcados para a concordância na ordem SV no PB leva-me a inferir que duas gramáticas parecem estar em competição nessa língua no sentido de Krock (1989).

No que concerne às frases do PE em (4), as ordens SV e VS são contextos não-marcados para a concordância, haja vista serem produzidas com todos os tipos de verbos, salvo os casos do PE coloquial, uma das propriedades das línguas de sujeito nulo, conforme assumido por Rizzi (1988, 1997).

¹³ Frase extraída de Kato (1999, p. 17).

De mais a mais, é válido dizer, com base nos contrastes apresentados entre o PB e o PE, que os *outputs* sintáticos em ambas as línguas são distintos no que concerne à ordem dos constituintes, distinção esta que pode ser explicada se levado em conta o Parâmetro do Sujeito Nulo no qual deterei minha atenção na seção 4.3. Evidências empíricas atestam que a sintaxe do PE, uma língua que ainda possui um AGR rico se comparado ao PB, produz dois *outputs* : SV e VS (cf. (4) acima), ao passo que na segunda a sintaxe gera um único *output*: SV, sendo a ordem VS observada nessa última língua uma “pseudo-ordem VS” em virtude de o DP posposto selecionado pelo verbo inacusativo tratar-se de um argumento interno e não de um “verdadeiro” sujeito. Face a essa distinção e com base nas assimetrias entre contextos marcados e não-marcados para a concordância morfológica visível entre o DP sujeito e a flexão verbal, formulo, a seguir, as seguintes relações de causa-efeito entre a riqueza de AGR em PB1, PB2 e PE e o tipo de ordem, se marcada ou não, para essa concordância:

(7) *1ª relação*: AGR mais pobre (PB1) » ordem não-marcada para a concordância (SV)¹⁴ (cf. (3)).

2ª relação: AGR mais pobre (PB2) » ordem não-marcada para a não-concordância (SV) (cf. (5)) e ordem marcada para a não-concordância (VS) (cf. (6)).

¹⁴ Em PB1, em construções na ordem VS como: “Chegou um menino” não é possível saber se a concordância morfológica visível é estabelecida com o DP pós-verbal ou com um expletivo que pode ocupar nessas construções a posição Spec, IP. Em vista disso, deixo essa questão em aberto.

3ª relação: AGR mais rico (PE) » ordem não-marcada para a concordância (SV e VS) (cf. (4))¹⁵.

Em suma, com base na proposta de Roberts (1993), não se pode distinguir um AGR totalmente rico de um AGR totalmente pobre para o PE e o PB, respectivamente, contudo, pode-se falar de uma gradação da riqueza de AGR: em PE, o AGR é mais rico do que no PB.

4.2.2 A proposta de Galves (2001)

Partindo da proposta de Roberts (1993) que estabelece distinção entre riqueza formal e funcional de AGR, Galves (2001, p. 104) formula uma explicação alternativa para caracterizar essa riqueza, implementando à proposta de Roberts a existência de duas noções de pessoa na Gramática Universal: pessoa semântica e pessoa sintática.

Vale pontuar que a autora baseia sua explicação unicamente na especificação gramatical dos morfemas que distinguem as pessoas do discurso ou no singular ou no plural. Portanto, é assumido que na gramática de uma língua particular há pessoa semântica quando para cada pessoa do discurso há um morfema que a especifique gramaticalmente ou no singular ou no plural, ao passo

¹⁵ Como já referido na nota nº 11 deste capítulo, no PE coloquial dá-se a não-concordância morfológicamente visível entre o DP pós-verbal e a flexão verbal nos contextos inacusativos. Nesses casos, a ordem VS pode ser vista como uma ordem marcada pelo fato de só ocorrer com verbos inacusativos (Cf. COSTA, 2000, 2001a).

que a existência da pessoa sintática decorre do fato de só ser possível estabelecer combinação entre traços binários relativos à pessoa e ao número que serão marcados com valores positivos e negativos, conforme apresentado em (8):

(8) [+pessoa] [-número]

[-pessoa] [-número]

[+pessoa] [+número]

[-pessoa] [+número]

Em sua pesquisa, ao trabalhar apenas com os paradigmas do PB¹⁶ e do PE, Galves (op. cit.) conclui que no primeiro a pessoa é sintática, sendo o AGR pobre, ao passo que no segundo a pessoa é semântica, sendo, por conseguinte, o AGR rico. Vale ressaltar que a autora, por se deter na distinção entre as pessoas do paradigma verbal com base em suas especificações gramaticais dadas pelos morfemas, não trata em sua análise da especificação referencial dessas pessoas, o que, no meu ponto de vista, não põe problema à sua proposta, haja vista que os critérios adotados para estabelecer a distinção entre as pessoas são critérios estritamente formais.

Em PB1, por exemplo, o pronome *you*, apesar de ser sempre gramaticalmente especificado com o traço [-pessoa] pelo morfema Ø, pode ser referencialmente especificado para [pessoa] ou [não-pessoa] nos termos de Benveniste (1966), dependendo de a sua referência ser definida ou arbitrária,

¹⁶ Em sua análise, Galves não estabelece distinção entre PB1 e PB2. O paradigma analisado pela autora assemelha-se ao paradigma de PB1 analisado nesta pesquisa, a única diferença reside no fato de a autora não incluir a forma pronominal *a gente* nesse paradigma de flexão verbal.

respectivamente. Observem-se as frases do PB extraídas de Kato e Duarte (2003a, p. 1)¹⁷ em que o pronome *você* tem referência definida (cf. (9a)) e arbitrária (cf. (9b)), respectivamente:

- (9) a. *Você não entende meu coração porque você tá sempre olhando pro céu e procurando chuva.*
- b. *E esse chá, se você toma bem quente, é batata!*

Nesta pesquisa, ao caracterizar a riqueza de AGR, restrinjo-me à especificação gramatical das pessoas, conforme a análise desenvolvida por Galves e não à especificação referencial de [pessoa] ou [não-pessoa], nos termos de Benveniste (op. cit.).

Adotando a análise de Galves de que na gramática do PB a pessoa é sintática, Costa e Figueiredo Silva (2003b, p. 13), ao analisarem, por exemplo, o paradigma verbal de PB1 e PB2 no presente do indicativo, verificam que, no primeiro, o número é o traço distintivo da morfologia verbal (cf. (10)), ao passo que, no segundo, é a pessoa (cf. (11)):

- (10) [+pessoa, -número] -o
 [+pessoa, +número] -mos
 [-pessoa, -número] -a
 [-pessoa, +número] -m

¹⁷ Os grifos são da autora da citação.

(11) [+pessoa, -número]

[-pessoa, -número]

Similarmente à análise de Costa e Figueiredo Silva (op. cit.), observo que a única distinção em PB2 dá-se entre a primeira pessoa do singular e todas as demais que são especificadas gramaticalmente pelo morfema \emptyset ¹⁸.

Em linhas gerais, para distinguir pessoa sintática de pessoa semântica, defendo que o AGR de PE é rico em relação ao AGR de PB1 e PB2, pois no singular há distinção entre as três pessoas do discurso, o que caracteriza a pessoa como semântica, ao contrário das duas variedades do PB, cuja pessoa é sintática em virtude de haver combinação de traços binários de número e pessoa (cf. os paradigmas apresentados em (1)).

4.2.3 A proposta de Vikner (1997)

Defensor da idéia de que “[...] syntactic properties like word order depend on morphological properties¹⁹”, Vikner (1997) propõe uma explicação alternativa para caracterizar a riqueza da flexão verbal, correlacionando-a com o movimento visível

¹⁸ Em uma nota de fim de capítulo, Galves (2001, p. 124) fala da possibilidade de um sistema de flexão verbal no PB que é, de alguma forma, similar ao de PB2 aqui estudado: “[...] alguns dialetos do PB [...] mostram contraste apenas entre a primeira pessoa do singular e todas as outras: *eu canto/ você, nós, eles canta* [grifo da autora da citação].”

¹⁹ “[...] as propriedades sintáticas como a ordem de palavras dependem de propriedades morfológicas. - Tradução minha

de V^o-para-I^o na sintaxe em sentenças declarativas finitas produzidas em algumas línguas particulares²⁰.

Visando formular sua explicação para o que motiva o movimento de V-para-I em algumas línguas, Vikner rediscute as seguintes hipóteses no que diz respeito à correlação entre flexão verbal e movimento do verbo:

(12) 1^a) Movimento de V^o-para-I^o se há qualquer flexão;

2^a) Movimento de V^o-para-I^o se I^o é forte (ROBERTS, 1985, KOSMEIJER, 1986, HOLMBERT; PLATZACK, 1988, 1990 e PLATZACK, 1988);

3^a) Movimento de V^o-para-I^o se há distinções em pessoa (PLATZACK, 1988 e PLATZACK; HOLMBERG, 1989);

4^a) Movimento de V^o-para-I^o se há morfologia de número visível distinta (ROBERTS, 1993);

5^a) Movimento de V^o-para-I^o se e somente se a 1^a e a 2^a pessoa são distintamente marcadas (ROHRBACHER, 1994).

(VIKNER, op. cit, p. 192-196)

Segundo Vikner, a primeira hipótese é bastante simplista em sua formulação, tendo em vista que há línguas, como o inglês, que têm um paradigma flexional em que, no tempo presente, é possível distinguir a 3^a pessoa do singular de

²⁰ Para evidências de movimento do verbo na sintaxe, cf. capítulo 2 e capítulo 5.

todas as demais, e, no entanto, o movimento visível de V^o-para-I^o não é permitido (Cf. POLLOCK, 1989).

Quanto à segunda hipótese, a riqueza da flexão é determinada pelo número “substancial” de distinções no paradigma verbal, o que ergue uma problemática para caracterizar essa riqueza, conforme verifica Vikner (op. cit., p. 192). Numa língua como o francês em que há somente três formas distintas²¹ para os verbos regulares na primeira conjugação, o movimento de V^o-para-I^o é obrigatório (Cf. POLLOCK, op. cit.). Veja-se na primeira coluna da tabela em (13) o paradigma verbal dessa língua construído com o verbo *écouter* “escutar”. Contudo, uma língua como o faroese, embora tenha três distinções, não possui movimento de V^o-para-I^o (cf. na segunda coluna da tabela em (13)) o paradigma verbal construído com o verbo *hoyra* “ouvir”. Logo, uma hipótese que se baseie na determinação de um número substancial de distinções no paradigma verbal não é satisfatória para determinar esse movimento:

(13)

FRANCÊS	FAROESE
j' écoute	eg hoyri
tu écoutes	tú hoyrir
il écoute	hann hoyrir
nous écoutons	vit hoyra
vous écoutez	tit hoyra
ils écoutent	tey hoyra

Tabela 4.3: Paradigmas de flexão verbal do francês e do faroese no presente do indicativo

Quanto à terceira hipótese, o número substancial de distinções é dado com base na distinção entre as pessoas do paradigma flexional. No entanto, uma

²¹ É pertinente esclarecer que o paradigma do francês apresentado corresponde à realização fonológica das pessoas gramaticais, o que implica considerar que a forma *parl* compreende um sincretismo entre as formas da 1^a p. sing., 2^a p. sing., 3^a p. sing., e 3^a p. pl., ao passo que *parl-ô* e *parl-é* correspondem à 1^a e 2^a p. pl., respectivamente.

observação se coloca: o faroese e o francês possuem três formas distintas no paradigma, no entanto, apenas a segunda língua tem movimento obrigatório de V^o-para-I^o. Já a quarta hipótese proposta por Roberts necessita, segundo Vikner, ser rediscutida, haja vista que há línguas que têm morfologia de número distinta, como ocorre com o faroese, e que não têm movimento de V^o-para-I^o.

Dentre as hipóteses supracitadas, Vikner decide optar pela quinta formulada por Rohrbacher (1994), que vem apresentada em (14). O autor propõe uma nova versão dessa hipótese, defendendo a inclusão de mais tempos verbais²² em que a morfologia de pessoa precisa ser distinta em todos eles: “[...] all tenses, not only the present tense, are relevant, as the crucial sign of a strong inflection is that person inflection occurs in every tense.”²³ (VIKNER, 1997, p. 190).

(14) *The paradigm-verb raising correlate*

A language has V^o-to-I^o movement if and only if in at least one number of one tense of the regular verbs, the person features [1st] and [2nd] are both distinctively marked.²⁴

Ademais, analisando a flexão de tempo e concordância, Vikner também reanalisa as seguintes hipóteses:

²² Os tempos verbais a que se refere Vikner incluem apenas as formas flexionadas de verbos regulares principais.

²³ [...] todos os tempos, não apenas o tempo presente, são relevantes, já que a evidência crucial de uma flexão forte é que a flexão de pessoa ocorra em todos os tempos. – Tradução minha. O uso do termo “forte” usado por Vikner é sinônimo de “rico”, essa última denominação adotada neste trabalho.

²⁴ *Correlação entre subida do verbo e o paradigma:*
Uma língua tem movimento de V-para-I se e somente se em pelo menos um número dos verbos regulares, os traços de 1^a e 2^a pessoa são ambos distintamente marcados. - Tradução minha

- (15) 1ª) Movimento de V^o-para-I^o se e somente se a flexão para tempo e concordância co-ocorre;
- 2ª) Movimento de V^o-para-I^o se e somente se a flexão para pessoa e tempo co-ocorre;
- 3ª) Movimento de V^o-para-I^o se e somente se o tempo nunca ocorre sem pessoa;
- 4ª) Movimento de V^o-para-I^o se e somente se todos os tempos são flexionados para pessoa.

Em sua discussão sobre cada hipótese em particular, o autor observa que a primeira hipótese não é adequada. Em faroese, apesar de co-ocorrer morfologia de tempo e concordância no passado, não há movimento de V^o-para-I^o.

Quanto à segunda hipótese, não pode ser estendida a todas as línguas. Por exemplo, no ídiche em que não há morfologia de tempo e, conseqüentemente, não há co-ocorrência com a morfologia de pessoa, é permitido o movimento de V^o-para-I^o. Similar a essa hipótese, a terceira também não é satisfatória, tendo em vista que o ídiche tem movimento de V^o-para-I^o, apesar de não possuir morfologia de tempo.

Quanto à quarta hipótese relativa ao movimento de V^o-para-I^o se e somente se todos os tempos são flexionados para pessoa, Vikner (1997)²⁵ formula uma explicação alternativa ao defender que línguas SVO que possuem esse movimento têm morfologia de pessoa presente em todos os tempos verbais. Essa hipótese é

²⁵ “[...] where the Rohrbacher analysis asks ‘Is there a tense where 1st and 2nd person are distinctively marked in singular or plural?’ the analysis advocated here asks ‘Are all tenses inflected for person’ In both cases a positive answer entails the presence of V^o-to-I^o movement (VIKNER, 1997, p. 201) ([...] onde a análise de Rohrbacher pergunta: ‘Há um tempo onde a primeira e a segunda pessoa são distintamente marcadas no singular ou no plural? A análise defendida aqui pergunta: ‘Todos os tempos são flexionados para pessoa. Em ambos os casos, uma resposta positiva implica a presença de movimento de V^o-para-I^o. - Tradução minha)

confirmada a partir de alguns dados diacrônicos do inglês discutidos pelo autor em que o movimento de V^o-para-I^o era possível no inglês medieval dos séculos IV e V (cf. (16)) no qual a morfologia de pessoa estava presente em todos os tempos. Por outro lado, deixando essa morfologia de existir em todos os tempos verbais do inglês moderno do século VI, esse movimento foi bloqueado nessa língua (cf (17)). Vejamos, portanto, em (18) os paradigmas flexionais do verbo *to hear* “ouvir” no inglês medieval e no inglês moderno:

(16) The Turkes [...] made *anone* [grifo meu] redy a grete ordonnaunce

The Turkes made at once ready a great number of weapons

(= The Turkes at once set up a great number of weapons)

“Os turcos imediatamente levantaram um grande número de armas.”

(1482, Kaye: *The Delectable Newesse of the Glorious Victorye of the Rhodyans agaynest the Turks*, de Gray (1985 apud VIKNER, 1997, p. 202))

(17) We *immediatly by our senses* [grifo meu] perceive in Fire its Heat and
Colour

“Nós imediatamente por nossas sensações percebemos em Fogo seu
Calor e Cor”

(1690, John Locke: *Na essay concerning humane understanding*, from
the entry *immediatly*, Simpson e Weiner (1989 apud VIKNER, loc.
cit.))

(18)

LATE MIDDLE ENGLISH		EARLY MODERN ENGLISH	
PRESENT	PAST	PRESENT	PAST
I here	herd	I hear	heard
thou herest	herdest	thou hearst	heardst
he hereth	herde	he heareth	heard
we here(n)	herde(n)	we hear(en)	heard(en)
ye here(n)	herde(n)	ye hear(en)	heard(en)
thei here(n)	herde(n)	thei hear(en)	heard(en)

Tabela 4.4: Paradigmas verbais do inglês medieval e moderno no presente e no passado.

Vikner observou que, no inglês medieval, os tempos verbais presente e passado são flexionados para pessoa, ocorrendo, como é esperado, o movimento visível de V^o-para-I^o, conforme apresentado em (16). Rohrbacher (1994), ao analisar também os paradigmas acima, chega a concluir que os traços de 1^a e 2^a pessoa são distintos no inglês medieval no tempo presente, ao passo que no inglês moderno não ocorre tal distinção em virtude de a forma da primeira pessoa do singular ser semelhante à forma infinitiva, o que implica considerar a ausência de movimento de V^o-para-I^o (cf. (17)).

Assumindo a proposta de Vikner (op. cit.) discorrida nesta seção, sou levada a concluir que a morfologia de flexão verbal se enfraquece à medida que a distinção morfológica entre as pessoas do paradigma vai sendo perdida em todos os tempos verbais. Portanto, numa língua como o inglês, o dinamarquês e o faroese, em que não é possível estabelecer distinção entre as pessoas do paradigma verbal em todos os tempos, não ocorre movimento de V^o-para-I^o como esperado. Vejam-se os paradigmas em (19) formulados por Vikner (op. cit., p. 191), em que é conjugado o verbo *ouvir* no presente e no passado nessas três línguas, respectivamente:

(19)a.

PRESENTE	INGLÊS	DINAMARQUÊS	FAROESE
1 ^a p. sing.	I hear	jeg hører	eg hoyri
2 ^a p. sing.	You hear	du hører	tú hoyrir
3 ^a p. sing.	He hears	han hører	Hann hoyrir
1 ^a p. pl.	We hear	vi hører	Vit hoyra
2 ^a p. pl.	You hear	I hører	tit hoyra
3 ^a p. pl.	They hear	de hører	tey hoyra

Tabela 4.5: Conjugação no tempo presente do verbo “ouvir” no inglês, dinamarquês e faroese.

(19)b.

PASSADO	INGLÊS	DINAMARQUÊS	FAROESE
1 ^a p. sing.	I hear-d	jeg hør-te	eg hoyr-d-i
2 ^a p. sing.	You hear-d	du hør-te	tú hoyr-d-i
3 ^a p. sing.	He hear-d	han hør-te	Hann hoyr-d-i
1 ^a p. pl.	We hear-d	vi hør-te	Vit hoyr-d-u
2 ^a p. pl.	You hear-d	I hør-te	tit hoyr-d-u
3 ^a p. pl.	They hear-d	de hør-te	tey hoyr-d-u

Tabela 4.6: Conjugação no tempo pretérito do verbo “ouvir” no inglês, dinamarquês e faroese

Analisando, agora, os paradigmas de PB1, PB2 e PE, seguindo a hipótese de Vikner (op. cit.), argumento que em todos eles a morfologia flexional é rica²⁶ pelo fato de a morfologia de pessoa estar presente em todos os tempos, o que implica dizer que há movimento de V^o-para-I^o. Observem-se os paradigmas²⁷ abaixo em que é conjugado o verbo *cantar* no presente do indicativo (cf. (20)) e no pretérito perfeito

²⁶ Para uma conclusão similar, cf. Costa e Figueiredo Silva (2003b, p. 32).

²⁷ Os verbos não serão conjugados no tempo futuro no PB e no PE, haja vista que a gramática dos falantes brasileiros e portugueses tem-se utilizado produtivamente de locuções verbais do tipo: *verbo auxiliar no presente do indicativo + verbo principal no infinitivo*. Ao invés de dizerem “Amanhã eu *cantarei* na festa”, os falantes preferem a construção: “Amanhã eu *vou cantar* na festa.” Conforme me fez notar o professor João Costa, em frases como esta última, a presença e a leitura temporal do constituinte adverbial “Amanhã” reforça a idéia de o evento não estar referindo-se ao presente, mas ao futuro.

simples do indicativo²⁸ (cf. (21)):

(20)

PB1	PB2	PE
Eu canto	Eu canto	Eu canto
-----	-----	Tu cantas
Você/ ele(a)/ a gente canta	Tu/ você/ ele(a)/ nós/ vocês/ eles(as) canta	Você/ ele(a)/ a gente canta
Nós cantamos	-----	Nós cantamos
-----	-----	-----
Vocês/ eles(as) cantam	-----	Vocês/ eles(as) cantam

Tabela 4.7: Paradigmas de flexão verbal no presente do indicativo em PB1, PB2 e PE

²⁸ Vale dizer que não conjugo o verbo no pretérito imperfeito no PB e no PE por razões relacionadas ao fato de que “nem sempre o Imperfeito apresenta características de tempo relativo a um ponto de perspectiva temporal do passado [...] mas [...] pode expressar modalidade.” (OLIVEIRA, 2003, p. 157)). Contrariamente ao pretérito perfeito, o imperfeito pode ocorrer com um advérbio com leitura temporal de futuro como *Amanhã* (cf. (i)), indicando que “o ponto de perspectiva temporal é um tempo posterior ao da enunciação...” (OLIVEIRA, loc. cit.):

(i) Amanhã ia falar consigo ao escritório, está bem?

(OLIVEIRA, loc. cit.)

(ii) *Amanhã fui falar consigo ao escritório, está bem?

Outra evidência que corrobora o fato de o Imperfeito ter um valor modal encontra suporte na pesquisa desenvolvida por Gonçalves (1999) sobre os predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado. Essa autora observa que em construções com verbos como *conseguir* e *querer*, um modificador temporal não pode ser incompatível com a especificação temporal desses verbos matrizes (cf. (iii)):

(iii) *O João quis ir a Paris no próximo Natal.

Na frase acima, a agramaticalidade ocorre pelo fato de o modificador temporal *no próximo Natal* ter especificação temporal de futuro, o que contraria a especificação temporal do verbo matriz *querer* conjugado no Pretérito Perfeito, que denota um tempo passado. Não obstante, estando esse verbo no Imperfeito, a agramaticalidade não mais existe. Nesse último caso, a autora argumenta que o enunciado só é gramatical devido ao valor modal associado ao Imperfeito, neste caso, hipotético:

(iv) O João queria ir a Paris no próximo Natal.

(Ibid., p. 223)

A análise apresentada pelas autoras supracitadas sobre o valor modal do Imperfeito vai ao encontro da hipótese formulada por Costa (2003a, p. 44): “o morfema *-va* em formas como *fala-vamos* pode ser um morfema aspectual mais do que um morfema de tempo.”. Sobre o aprofundamento dessa hipótese, deixo em aberto por extrapolar o escopo desta pesquisa.

(21)

PB1	PB2	PE
Eu cantei	Eu cantei	Eu cantei
-----	-----	Tu cantaste
Você/ ele(a)/ a gente cantou	Tu/ você/ ele(a)/ nós/ vocês/ eles(as) cantou	Você/ ele(a)/ a gente cantou
Nós cantamos	-----	Nós cantamos
-----	-----	-----
Vocês/ eles(as) cantaram	-----	Vocês/ eles(as) cantaram

Tabela 4.8: Paradigmas de flexão verbal no pretérito em PB1, PB2 e PE

Nos paradigmas acima, por exemplo, é possível distinguir a primeira pessoa do singular das demais a partir da especificação gramatical fornecida pelos morfemas, o que não é possível no inglês moderno, tendo em vista que a primeira pessoa do singular no presente do indicativo é idêntica à forma infinitiva.

Partindo dos testes tradicionais de posicionamento de advérbios e de quantificadores flutuantes nas estruturas frasais, adoto a conclusão de Costa e Galves (2002) de que há movimento de subida do verbo no PB e no PE (cf. as frases em (22) extraídas de Costa e Galves (op. cit, p. 111)). Embora advérbios e quantificadores possam também ocorrer em posição pré-verbal (cf. (23)), o movimento de V-para-I na sintaxe dessas línguas não é opcional²⁹. Portanto, esse movimento não se constitui em um dos *locus* de distinção entre essas duas línguas, como apresentado a seguir:

(22)a. O Pedro viu provavelmente a Maria.

b. Os meninos viram todos a Maria.

²⁹ Uma discussão sobre o porquê de esse movimento não ser opcional no PB e no PE será realizada no capítulo 5 desta pesquisa.

(23)a. O Pedro provavelmente viu a Maria.

b. Os meninos todos viram a Maria.

De mais a mais, línguas como o islandês, o ídiche e o francês comportam-se de forma similar ao PB e ao PE no que concerne ao movimento obrigatório de V^o-para-I^o³⁰ em frases declarativas finitas, tal como pode ser observado nas frases em (24a) analisadas por Vikner (1997, p. 189). Em virtude de haver flexão de pessoa em todos os tempos nessas três línguas³¹, elas se diferenciam de línguas como o inglês, o dinamarquês e o faroese que não têm movimento visível de V^o-para-I^o. (cf. (25a'))³²:

(24)a. *Islandês*: Að Jón borðar oft tómata.

Ídiche: Az Jonas est oft pomidorn.

Francês: Que Jean mange souvent des tomates.

“Aquele João come freqüentemente tomates.”

a'. *Islandês*: *Að Jón oft borðar tómata.

Ídiche:* Az Jonas oft est pomidorn.

Francês: *Que Jean souvent mange des tomates.

“Aquele João freqüentemente come tomates.”

³⁰ Sobre o movimento obrigatório de V^o-para-I^o em francês, cf. Pollock (1989). Vale pontuar que, ao contrário de Vikner (1997), Pollock (op. cit.) argumenta que morfologia de flexão rica é reflexo do movimento de subida do verbo na sintaxe.

³¹ Sugiro ao leitor consultar os paradigmas de flexão verbal do francês, do islandês e do ídiche no presente e no passado contidos na pesquisa de Vikner (1997).

³² Todas as frases são extraídas de Vikner (1997, p. 189).

(25)a. *Inglês*: That John often eats tomatoes. (surprises most people)

Dinamarquês: At Johan ofte spiser tomat. (overrasker de fleste)

Faroese: At Jón oft boroar tómata. (kemur flestum á óvart)

“Aquele João freqüentemente come tomates.”

a'. *Inglês*: *That John eats often tomatoes. (surprises most people)

Dinamarquês: *At Johan spiser ofte tomat. (overrasker de fleste)

Faroese: *At Jón etur ofta tómatir. (kemur óvart á tey flestu)

“Aquele João come freqüentemente tomates.”

Em suma, com base nas assimetrias acima apresentadas entre línguas com movimento de V^o-para-I^o e aquelas que não o possuem, chego à conclusão de que o PB e o PE estão incluídos no primeiro grupo de línguas em virtude de terem morfologia flexional rica, uma conseqüência de a morfologia de pessoa estar presente em todos os tempos verbais.

4.3 AGR E O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO PORTUGUÊS EUROPEU

Assumindo com Rizzi (1988, 1997) que línguas com morfologia flexional rica permitem legitimar e identificar nulos referenciais em virtude de essa flexão ser

capaz de recuperar os traços gramaticais desse sujeito, como ocorre no italiano e no catalão, línguas pro-drop, ao contrário do inglês e do francês, línguas não-pro-drop, analisarei nesta seção o PB e o PE, argumentando, por um lado, que a primeira língua é semi-pro-drop em virtude de ter perdido algumas propriedades das línguas de sujeito nulo, resultado do enfraquecimento de sua morfologia flexional, conforme evidenciado na seção precedente, tomando por base as propostas de Roberts (1993) e Galves (2001). Por outro lado, apresentarei evidências de que o PE comporta-se de forma similar ao italiano e ao catalão por compartilhar de todas as propriedades das línguas de sujeito nulo listadas por Rizzi (op. cit.).

Vale pontuar que, ao adotar a proposta de Roberts (1993) para caracterizar a riqueza de AGR no PB e no PE, o que obtive foi uma gradação dessa riqueza: o AGR do PE é mais rico do que o do PB. Ademais, retomando também a análise de Galves (2001), que propõe duas noções de pessoa na Gramática Universal, ficou evidenciado com base nos paradigmas analisados do PB e do PE que naquela língua a pessoa é sintática, o que implica considerar que o AGR é pobre, ao passo que nesta a pessoa é semântica³³. Como será visto mais adiante na seção 4.3.2 essa distinção entre a natureza de AGR em ambas as línguas tem implicações para o Parâmetro do Sujeito Nulo. Antes de iniciar essa análise, farei uma discussão, na seção 4.3.1, sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo, partindo dos trabalhos desenvolvidos por Rizzi (1988, 1997) e Jaeggli e Safir (1989).

³³ Cf. Galves (2001) para uma conclusão similar.

4.3.1 Sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo

4.3.1.1 A proposta de Rizzi (1988, 1997)

Como referido no capítulo 2, a Gramática Universal dispõe de princípios rígidos e flexíveis (parâmetros), sendo estes últimos responsáveis por estabelecer diferenças entre as línguas particulares. Nesta seção, ao tecer alguns comentários sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo, analisarei as condições de licenciamento dos sujeitos nas línguas naturais.

É assumido comumente na literatura que os parâmetros são binários, possuindo por hipótese dois valores: (+) e (-)³⁴. Nesse sentido, a evidência apresentada em Rizzi (1997, p. 269), que distingue uma língua pro-drop, como o italiano, de uma língua não-pro-drop, como o inglês, é que, na primeira, sujeitos nulos são produzidos em frases finitas (cf. (26a)), tendo em vista a marcação positiva desse parâmetro, ao contrário da segunda que o marca negativamente, exigindo a realização fonética dos sujeitos (cf. (26b)):

(26) a. (Io) parlo italiano.

“Eu falo italiano.”

b. I speak English.

“Eu falo inglês.”

³⁴ Cf. Raposo (1992) e Rizzi (1988, 1997).

Um fato que merece destaque é que pesquisas desenvolvidas no âmbito da aquisição da linguagem têm evidenciado que, nos dados iniciais de crianças inglesas com dois anos de idade, são encontrados sujeitos nulos referenciais, segundo observa Rizzi (1997) ao retomar as evidências empíricas apresentadas por Roeper e Weissenborn (1990). Segundo argumenta o autor, o estado inicial de aquisição dessa língua corresponde ao período cujo valor não-marcado do Parâmetro do Sujeito Nulo diz respeito ao valor positivo, tal como ocorre no italiano. Não obstante, embora ambas as línguas permitam a produção desses sujeitos nos dados iniciais, o inglês difere do italiano pelo fato de esses sujeitos tenderem a não ocorrer após outros constituintes na frase (cf. (27)) e só poderem ser produzidos em frases matrizes e não em encaixadas (cf. (28b) e (28c))³⁵, havendo a restrição de eles aparecerem sempre em posição pré-verbal, ao contrário do que ocorre na segunda língua. Ademais, observando que sujeitos nulos referenciais são produzidos no estado final do processo de aquisição do italiano tanto em sentenças matrizes e em encaixadas (cf. (29a)), quanto após constituintes, conforme ilustra a frase (29b), Rizzi (op. cit.) chega a concluir que, desde o estado inicial, o valor positivo do parâmetro do sujeito nulo é fixado nessa língua e perdura até o estado final, ao contrário do inglês que, neste estado, fixa-o negativamente:

³⁵ Cf. Rizzi (2004, p. 2) para a seguinte generalização no que concerne à restrição de sujeitos nulos referenciais produzidos em contextos matrizes nos dados iniciais da aquisição em línguas como o inglês, o francês que, mais tarde, no estado final, caracterizam-se como línguas não-pro-drop por fixarem negativamente o Parâmetro do Sujeito Nulo:

- (i) Root Subject Drop Generalization: Early Subject Drop is only possible in the Specifier of the root. (RIZZI, 1992)
(Generalização do sujeito nulo matriz: Sujeito nulo inicial é apenas possível no especificador da matriz. (RIZZI, 1992) - Tradução minha)

(27)a. What daddy eat?

“O que papai come?”

b. What ___ eat?³⁶

“O que come?”

(ROEPER; WEISSENBORN, op. cit. apud RIZZI, op. cit., p. 281)

(28)a. I know where I go.

“Eu sei onde eu vou.”

b. ___ know where I go.

“___ sei onde eu vou.”

c. *I know where ___ go.

“Eu sei onde ___ vou.”

(RIZZI, loc. cit.)

(29)a. Io so dove vado.

“Eu sei onde (eu) vou.”

b. Che cosa ___ mangia?

“O que ele come?”

(RIZZI, loc. cit.)

Em se tratando de línguas *pro-drop*, como o italiano, o espanhol e o hebraico, tem sido sugerido, na maioria das vezes, que o licenciamento de uma categoria vazia (*pro*) na posição sujeito é opcional³⁷. No entanto, algumas

³⁶ Segundo verifica Rizzi (1997), essa frase é rara nos dados iniciais das crianças inglesas se comparada à frase (27a).

³⁷ Numa língua *pro-drop* como o PE, Raposo (1992, p. 484) afirma que *pro* pessoal é simplesmente opcional e que *pro* expletivo nulo é obrigatório numa frase como em (i):

(i) *Ele choveu.

pesquisas, como a de Gonçalves (1994), têm evidenciado que essa opcionalidade é apenas “aparente”, haja vista que a legitimação dessa categoria está submetida a contextos estruturais específicos.

Antes de apresentar as evidências apresentadas pela referida autora que corroboram a não-opcionalidade no uso de pronomes sujeitos nulos e preenchidos, é necessário que sejam enunciadas algumas propriedades que caracterizam uma língua como pro-drop³⁸. Para tanto, observem-se, a seguir, as seguintes propriedades elencadas por Rizzi (1997, p. 271-272) que distinguem o italiano e o catalão, por um lado, e o inglês e o francês, por outro³⁹:

A. O italiano (It) e o catalão (Cat) permitem sujeitos nulos com interpretação pronominal definida (cf.(30)) e sujeitos nulos com interpretação não-referencial (cf. (31)), ao contrário do francês (Fr) e do inglês (Ing):

(30) a. ___ parla. (It)

“Fala.”

b. ___ parla. (Cat)

“Fala.”

c. * __ parle (Fr)

“Fala.”

d. * __ speaks (Ing)

“Fala.”

³⁸ Sugiro ao leitor conferir também Rizzi (1982, 1988, 1997), Burzio (1986), Kato e Negrão (2000), Haegeman (1994), dentre outros.

³⁹ Todas as frases são extraídas de Rizzi (op. cit.).

(31).a. ___ piove. (It)

“Chove.”

a'. *Ciò piove. (It)

“Ele chove.”

b. ___ plou. (Cat)

“Chove.”

b'. *Això plou. (Cat)

“Ele chove.”

c. *___ pleut. (Fr)

“Chove.”

c'. Il pleut/ ça pleut. (Fr)

“Ele chove”

d. *___ rained. (Ing)

“Choveu.”

d'. It is raining. (Ing)

“Está chovendo.”

B. O italiano e catalão permitem que o objeto direto de uma construção passiva que pode vir a ser um “sujeito derivado” possa permanecer na posição de base (cf. (32)) e que o argumento externo de verbos (in)transitivos permaneça em Spec, VP (cf. (33)), ao contrário do francês e do inglês:

(32)a. ___ è stato dato un premio al presidente. (It)

“Foi dado um prêmio ao presidente.”

b. ___ ha estat donat un premi al president. (Cat)

“Foi dado um prêmio ao presidente.”

c. * ___ a été donné un prix au président. (Fr)

“Foi dado um prêmio ao presidente.”

d. * ___ was given a prize to the president. (Ing)

“Foi dado um prêmio ao presidente.”

(33)a. ___ ha telefonato Gianni. (It)

“Telefonou o João.”

b. ___ ha telefonat en Joan. (Cat)

“Telefonou o João.”

c. * ___ a téléphoné Jean. (Fr)

“Telefonou o João.”

d. * ___ telephoned John.”(Ing)

“Telefonou o João.”

C. O italiano e o catalão permitem extração WH- de sujeitos encaixados com complementador visível, ao contrário do francês e do inglês:

(34)a. Chi credi che ___ telefonerà? (It)

“Quem achas que telefonará?”

b. Qui creus que ___ telefonará? (Cat)

“Quem achas que telefonará?”

c. *Qui crois-tu que ___ téléphonera? (Fr)

“Quem achas tu que telefonará?”

d. *Who do you think that ___ will telephone? (Ing)

“Quem você acha que telefonará?”

D. O italiano e o catalão possuem marcas de concordância sujeito-verbo bastante ricas ou transparentes morfologicamente, ao contrário do francês e do inglês:

(35) *It.*: parl-o, parl-i, parl-a, parl-iamo, parl-ate, parl-ano.

Cat.: parl-o, parl-es, parl-a, parl-em, parl-eu, parl-en

Fr.: parl, parl-õ, parl-é

Ing.: speak, speak-s

Analisando a propriedade (A) acima mencionada, Rizzi (1997) argumenta que os sujeitos nulos referenciais (nomeadamente, *pro* referencial), conforme apresentado em (30a) e (30b), são possíveis em línguas como o italiano e o catalão, respectivamente, tendo em vista que a morfologia de flexão verbal é rica, sendo capaz de recuperar os traços gramaticais desses sujeitos, ao contrário do que ocorre em inglês e francês, cuja morfologia de flexão verbal é pobre. Retomando a

generalização de Taraldsen (1978), o autor estabelece a seguinte associação entre morfologia rica e legitimação/ identificação de sujeitos nulos referenciais:

The strong morphological agreement of languages like Italian makes it possible to recover the grammatical features of the null subject pronoun; languages with weaker morphological marking of agreement would not allow recovery of a null pronominal subject, hence subjects must be overt in these languages (Taraldsen's 1978 generalization).⁴⁰ (RIZZI, op. cit., p. 272).

Uma das evidências empíricas que corrobora a associação supracitada é encontrada numa língua como o hebraico moderno. Nessa língua, por ser a morfologia flexional pobre no tempo presente, sujeitos nulos referenciais não podem ser produzidos (cf. (36a')), ao contrário do que ocorre no tempo passado (cf. (37a')):

(36)a. 'ani 'oxel banana

"Eu como (m,s) uma banana."

a'. * ___ 'oxel banana.

"Como (m, s) uma banana."

(37)a. 'ani 'axalti banana

"Eu comi (s. 1p) uma banana."

a'. ___ 'axalti banana

"Comi (s, 1p) uma banana"

(RIZZI, 1997, p. 272)

⁴⁰ A concordância morfológica forte de línguas como o italiano é capaz de recuperar os traços gramaticais do pronome sujeito nulo; línguas com marca de concordância morfológica mais fraca não permitiriam recuperar um sujeito nulo pronominal, portanto, os sujeitos devem ser visíveis nestas línguas (Generalização de Taraldsen (1978)) - Tradução minha.

Partindo da possibilidade de haver sujeitos nulos referenciais e sujeitos nulos expletivos em algumas línguas particulares, o autor propõe dois princípios que estabelecem as condições estruturais necessárias para que esses diferentes tipos de *pro* sejam produzidos na gramática de uma dada língua particular: a) princípio de licenciamento formal e b) princípio de identificação, ambos adaptados de Rizzi (1986). Veja-se, pois, a seguinte formulação desses princípios:

(38) Theory of *pro* (Null Subject Parameter)

A. Formal licensing:

pro is licensing by X° I...I under agreement or government

B. Identification:

pro inherits features from licensing $X^{\circ 41}$

(RIZZI, 1997, p. 273)

Segundo o autor, o local da configuração para que haja licenciamento formal de *pro* é parametrizável, em outras palavras, esse licenciamento pode ocorrer numa língua sob uma configuração de regência, ao passo que em outras sob concordância. Quanto ao núcleo licenciador, também há variação; em línguas como o italiano, o catalão e o hebraico moderno, AgrS, o núcleo funcional mais alto na

⁴¹ Teoria de *pro* (Parâmetro do Sujeito Nulo):

A. Licenciamento formal:

pro é licenciado por X° I...I sob concordância ou regência

B. Identificação:

pro herda traços do X° licenciador – Tradução minha

estrututra frásica, é o licenciador formal do *pro* sujeito, ao contrário do que ocorre em inglês e francês.

No que concerne ao segundo princípio, é assumido que *pro* é identificado pela flexão, desde que ela seja rica e ele, por conseguinte, possa herdar os traços de número e pessoa dessa flexão. Na frase (36a') do hebraico moderno, por exemplo, *pro* não é identificado pelo núcleo flexional tendo em vista a morfologia flexional ser pobre no tempo presente.

O autor ainda pontua que línguas de sujeito nulo em geral não só licenciam sujeitos nulos referenciais, mas também sujeitos nulos expletivos: “[...] null subject languages tend to have null expletives in the general case.”⁴² (Ibid., p. 274). Na próxima seção, ao analisar alguns dados do caboverdiano, uma língua de sujeito não-nulo, à semelhança do francês e do inglês, assumirei com Pratas (2004) que sujeitos nulos expletivos não mantêm relação com morfologia de flexão rica, como sugerido por Rizzi (1997), haja vista que, embora o caboverdiano tenha morfologia flexional pobre, esses sujeitos são obrigatoriamente licenciados.

Passando à análise da propriedade (B), com base no conjunto de frases em (32), o autor assume que nas frases em (32a) e (32b) um *pro* expletivo é licenciado pelo núcleo flexional, ocupando a posição de sujeito Spec, IP no italiano e no catalão, respectivamente, em satisfação ao EPP. Assim, não é necessário haver movimento do argumento interno para essa posição nem tampouco inserção de um expletivo realizado foneticamente. Diferentemente, em línguas como o inglês e o francês esse *pro* é excluído em virtude de a posição Spec, IP ter de ser obrigatoriamente preenchida. Para tanto, o argumento interno do verbo passivo deve

⁴² [...] línguas de sujeito nulo tendem a ter expletivos nulos em geral. (Rizzi, op. cit., p. 274). – Tradução minha

ser movido para a posição de sujeito, tornando-se, por sua vez, um sujeito derivado (cf (39)):

(39)a. Un prix_i a été donné t_i au président. (Fr.)

“Um prêmio foi dado ao presidente.”

b. A prize_i was given t_i to the president. (Ing.)

“Um prêmio foi dado ao presidente.”

Quanto às frases (34a) e (34b) repetidas em (40a) e (40b), em que o argumento externo do verbo encontra-se posposto ao verbo, Rizzi assume com Koopman e Sportiche (1991) que esse argumento está em Spec, VP, sua posição de base, estando, por sua vez, a posição Spec, IP vazia na estrutura-D, ao contrário do que o autor assumia em 1988 ao adotar a análise de Chomsky (1981):

(40)a. ___ ha telefonato Gianni. (It)

“Telefonou o João.”

b. ___ ha telefonat en Joan. (Cat)

“Telefonou o João.”

Conforme discutido no capítulo 3, a hipótese de que os sujeitos são gerados em Spec, IP e depois deslocados à direita para uma posição de adjunção ao VP

para encontrar-se numa posição pós-verbal põe problemas ao princípio do ECP. Ademais, a noção de CADEIA assumida Burzio (1986) através da qual o Caso nominativo é transmitido do expletivo ao argumento pós-verbal é também problemática.

Embora não adote mais a hipótese de geração dos sujeitos em Spec, IP, Rizzi, em seu estudo realizado em 1997, continua a argumentar que em satisfação ao EPP tanto nas frases em (33) quanto nas frases em (34) do italiano e do catalão um *pro* expletivo ocupa essa posição argumental na estrutura-S, ao contrário do inglês e do francês, que exigem o preenchimento dessa posição pelo argumento quer seja interno, em se tratando das construções passivas e inacusativas, quer seja externo, no caso das construções (in)transitivas.

Apesar de ambas as frases (32) e (33) do italiano e do catalão possuírem um *pro* expletivo em Spec, IP, o autor argumenta que elas diferem no que concerne ao *Efeito de Definitude* (DE). Enquanto em (32) esse efeito é atuante pelo fato de o DP indefinido ser requerido ao invés do definido, em (33) esse efeito não é mais observado: DPs definidos e indefinidos podem ocorrer em posição pós-verbal quando são argumentos externos dos verbos. Contrariamente à essa predição de Rizzi (op. cit.), Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) apresentam evidências do grego, uma língua de sujeito nulo, em que é possível argumentos internos serem definidos e ocorrerem em posição pós-verbal em contextos inacusativos (cf. (41)), ao contrário do que ocorre em línguas como o inglês (cf. (42)) e o francês (cf. (43))⁴³:

(41) eftase ena pedi/ o Jorgos/ kathe filou mu.

“Chegou uma criança/ o George/ cada amigo meu.”

⁴³ Para maiores discussões sobre a proposta dessas autoras, sugiro ao leitor consultar os capítulos 5 e 6 desta pesquisa.

(42) There arrived a man/ *the man/ *every man.

“Chegou um homem/ * o homem/ *cada homem.”

(43) Il est arrivé un homme/ *l’homme.

“Chegou um homem/ *o homem.”

Retomando agora à propriedade (C) que diz respeito à possibilidade de extração WH- de um sujeito encaixado (em outras palavras, o *efeito that-t*), Rizzi argumenta que no italiano e no catalão essa extração pode ocorrer em virtude de ambas as línguas possuírem inversão livre do sujeito, o que não põe problemas ao ECP (cf. as frases (44) e (45) do italiano e do catalão, respectivamente), ao contrário do inglês e do francês, cujo complementador *that* e *que*, respectivamente, e o núcleo flexional são inertes à regência do vestígio (cf. as frases (46) e (47)):

(44) Chi credi [che [*pro* telefonerà t]]?

(45) Qui creus [que [*pro* telefonarà]]?

(46) *Qui crois-tu [que [*pro* téléphonerà]]?

(47) *Who do you think [that [*pro* will telephone]]?

(RIZZI, op. cit., p. 277)

Raposo (1992), ao analisar frases do inglês, quando existe agramaticalidade num contexto estrutural de extração WH- de um sujeito encaixado, não adota a análise de Chomsky (1986, p. 47) segundo a qual essa agramaticalidade decorre unicamente de uma violação ao princípio de minimalidade pelo fato de o complementador *that* não ser o regente mais próximo do constituinte movido que se encontra em Spec, CP. Observe-se a frase em (48), sendo *Who* o constituinte WH- referente ao sujeito da frase encaixada que foi movido de sua posição de base para Spec, CP:

(48) *_{[CP1 Who₃ do [IP1 you think [CP2 t₃ that [IP2 t₃ Infl [+Agr] saw the movie]]]]?}

“Quem você acha que viu esse filme?”

(RAPOSO, op. cit. p. 429)

A análise desenvolvida por Chomsky torna-se pouco plausível, segundo Raposo, pelo fato de poderem ser extraídos de sua posição de base constituintes WH- adjuntos ou objetos diretos, os quais passam a ocupar na estrutura-S a posição Spec, CP, conforme ilustram os exemplos a seguir, extraídos de Raposo (loc.cit.):

(49) _{[CP1 [What movie]₃ do [IP1 you think [CP2 t₃ that [IP2 John Infl [+ Agr] saw t₃]]]]?}

“Que filme você acha que o João viu?”

(50) [_{CP1} How₃ do [_{IP1} you think [_{CP2} t₃ that [_{IP2} he solved the problem t₃]]]]?

“Como você acha que ele resolveu o problema?”

Poder-se-ia pensar que, devido ao efeito de minimalidade, já que o complementador *that* não é o regente mais próximo do objeto direto *what movie* em (49) e do adjunto *How* em (50), a agramaticalidade seria esperada, hipótese esta que não é confirmada. Raposo também observa que, nessas mesmas frases e em (48) acima, se o complementador *that* for omitido, o resultado é gramatical em todas as frases, o que leva o autor a assumir que a distinção entre frases com extração WH- de um sujeito encaixado e frases com extração de um objeto direto ou de um adjunto deve-se à presença do complementizador *that* por razões que serão logo a seguir explicitadas. De mais a mais, vejam-se as frases gramaticais de (51) a (53) sem a presença do complementador *that*:

(51) [_{CP1} Who₃ do [_{IP1} you think [_{CP2} t'₃ [_{IP2} t₃ *Infl* [+Agr] saw the movie]]]]?

(52) [_{CP1} [What movie]₃ do [_{IP1} you think [_{CP2} t'₃ [_{IP2} John *Infl* [+Agr] saw t₃]]]]?

(53) [_{CP1} How₃ do [_{IP1} you think [_{CP2} t'₃ [_{IP2} he solved the problem t₃]]]]?

Face às frases acima apresentadas, Raposo (*Ibid.*, p. 431), objetivando não explicar a agramaticalidade das frases de (46) a (48) pelo princípio de minimalidade

como faz Chomsky (1986), propõe uma reformulação do princípio ECP nos seguintes termos:

(54) *ECP*:

Um vestígio tem de ser *propriamente regido*.

(55) Um vestígio é *propriamente regido* sse:

(i) é θ -regido ou A-regido; e

(ii) é Nc-regido⁴⁴

Em outras palavras, um vestígio para ser propriamente regido tem que ser obrigatoriamente Nc-regido. Para tanto, uma relação de c-comando que envolve precedência deve ser estabelecida entre a categoria regente e a categoria regida. Vale pontuar que, embora a Nc-regência seja obrigatória, o vestígio pode ou ser θ -regido quando está envolvida uma relação entre predicador e argumento, ou A-regido quando a relação de m-comando é observada no sentido de que a categoria que domina A domina igualmente B. Segundo Raposo, em frases como (48), há violação do ECP em virtude de o complementador visível *that* ser fraco no inglês, o que implica dizer que não há configuração estrutural Spec/Head entre esse complementador que está ocupando o núcleo de CP e o constituinte WH- que se

⁴⁴ A Nc-regência é formulada nos seguintes termos (Cf. RAPOSO, 1992, p. 431):

(1) *Nc-Regência*

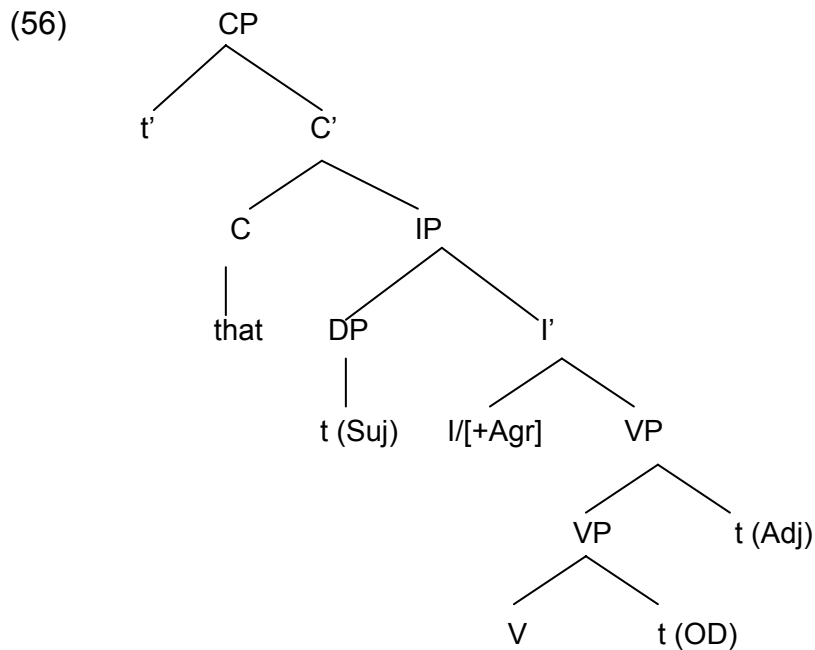
A Nc-rege B sse

(i) $A = \{N, V, A, P, \text{Infl}/[+Agr]\}$;

(ii) A c-comanda B;

(iii) Não existe nenhuma categoria t , t é uma barreira, tal que t exclui A e t domina B.

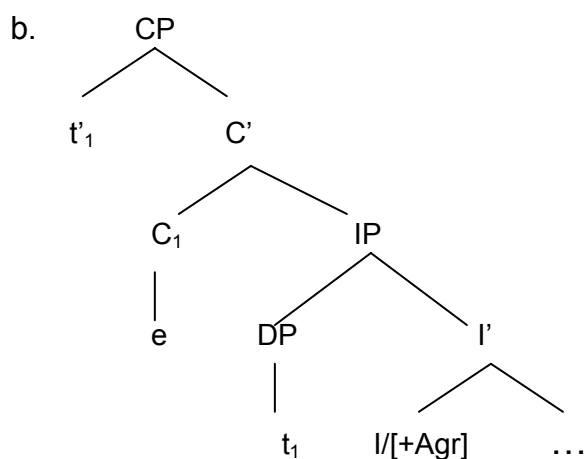
encontra no Spec dessa categoria funcional. Veja-se agora como as relações de Nc-regência, θ -regência e A-regência podem ser estabelecidas na seguinte representação sintática, seguindo a linha de pensamento de Raposo (t' corresponde ao constituinte WH- extraído):



Na representação acima, o vestígio t na posição de adjunto é A-regido por t' e Nc-regido por I/[+Agr]; o vestígio na posição de objeto direto é θ -regido e Nc-regido por V, ao passo que o vestígio do sujeito, embora A-regido por t', não é Nc-regido nem por I/[+Agr], nem pelo complementador visível *that* que é, por definição, “fraco” no inglês, não sendo, por conseguinte, um regente possível do vestígio. Para que o vestígio do sujeito encaixado seja Nc-regido pelo complementador, é necessário que este seja foneticamente nulo, o que implica dizer que, nesse caso, é “forte” em virtude de a configuração Spec/Head não ser bloqueada. Portanto, numa frase como

(52) repetida em (57a), Raposo (op. cit, p. 432) assume que “o complementador nulo C é forte, concordando com t'_1 na posição Spec”, conforme apresentado em (57b):

(57)a. [_{CP1} [What movie]₃ do [_{IP1} you think [_{CP2} t'_3 [_{IP2} John *Infl* [+ Agr] saw t_3]]]]?



Analisando as propriedades do Parâmetro do Sujeito Nulo à semelhança de Rizzi (1982), Raposo (op., cit, p. 492) também observa que nas línguas românicas, em particular no PE, há inversão livre do sujeito e ausência do “efeito that-t” pelo fato de a extração WH- de um sujeito encaixado com o complementador visível ser possível (ex.: Quem (é que) tu pensas [que [t viu esse filme]]?), ao contrário do que ocorre no inglês. Com base na distinção entre essas línguas, o autor formula a seguinte conclusão:

A ausência do ‘efeito that-t’ nas línguas Românicas deve-se pois basicamente à possibilidade de inversão livre (como foi notado pela primeira vez em Rizzi (1982)) e à natureza forte do complementador *que* nestas línguas. O primeiro factor deve-se à especificação positiva do parâmetro do sujeito nulo; quanto ao segundo factor, apenas podemos especular a sua possível ligação a este parâmetro, se fizermos a hipótese de que o parâmetro em acção nas línguas de sujeito nulo afecta uniformemente os núcleos funcionais ligados ao sistema frásico (ou seja, Infl e C), e não apenas Infl.

Na secção 4.3.2.1 apresentarei evidências que o PB, embora não produza inversão sujeito-verbo com verbos (in)transitivos em virtude de essa inversão estar restrita aos contextos inacusativos, ele ainda compartilha com o PE a propriedade relativa à ausência do “efeito *that-t*”, o que, de certo modo, corrobora a seguinte hipótese: o complementador *que* no PB foneticamente realizado é “forte” e, portanto, a configuração Spec/Head pode ser estabelecida entre esse núcleo funcional e o constituinte WH- na posição Spec, CP.

De mais a mais, no que concerne à propriedade (D) acima referida, a morfologia flexional é rica no italiano e no catalão se comparada à do inglês e do francês, o que implica dizer que nas duas primeiras línguas *pro* referencial não é só licenciado, mas também identificado pelo núcleo funcional do qual herda os traços- Φ de número e pessoa. Rizzi (1997), retomando o trabalho de Platzack (1987), observa que o islandês, uma língua *pro-drop*, permite sujeitos nulos expletivos, ao contrário do sueco, uma língua não-*pro-drop*, que exige a realização fonética obrigatória desse pronome. Para esse autor, essa distinção deve-se ao fato de o islandês apresentar um paradigma flexional rico no presente do indicativo, ao contrário do sueco, que possui uma única forma para todas as pessoas do paradigma verbal. Veja-se a conjugação do verbo “dizer” no islandês (cf. (58a)) e “acreditar” no sueco (cf. (58b)):

(58)a. seg-i, seg-ir, seg-ir seg-jum, seg-id, seg-já

b. tror

Contudo, vale dizer que a hipótese de Rizzi de que sujeitos nulos expletivos são licenciados em línguas pro-drop devido ao enriquecimento de AGR é refutada no estudo desenvolvido por Pratas (2004) para o caboverdiano⁴⁵, uma língua não-pro-drop. Nessa língua, embora o paradigma flexional seja pobre, tal como o paradigma do sueco, por haver uma única forma para todas as pessoas do paradigma verbal (cf. em (59) a conjugação do verbo *kanta* (“cantar”) no presente do indicativo), sujeitos nulos expletivos têm que ser obrigatoriamente nulos, conforme ilustram as frases em (60):

(59) N ta kanta (“eu canto”), Bu ta kanta (“tu cantas”), E kanta (“ele canta”),
Nu kanta (“nós cantamos”), Nhos kanta (“Vós cantais”), Es kanta (“eles cantam”)

(60)a. Ten kaxon ki e mas baratu.

“*pro* Há caixões que são mais baratos.”

(Ibid., p. 9)

b. Pedru fla-m sata txobi na Lisboa.

“Pedro disse que *pro* chove em Lisboa.”

(Ibid., p. 10)

⁴⁵ A variedade do caboverdiano estudada por essa autora é a de Santiago.

Face ao que foi apresentado até o momento, assumo com Rizzi (1997) que pronomes nulos referenciais só podem ser licenciados e identificados por uma flexão rica da qual eles herdam os traços- Φ de número e pessoa, fato esse que vem corroborar o princípio de identificação formulado em (38). Contudo, seguirei a análise de Pratas (2004), segundo a qual o licenciamento de sujeitos nulos expletivos numa língua particular, no caso específico do caboverdiano, não está associado ao fato de essa língua possuir um paradigma flexional morfologicamente rico, ao contrário do que é proposto em Rizzi (op. cit.).

Na seção que se segue, discutirei a hipótese da Uniformidade Morfológica proposta por Jaeggli e Safir (1989), apresentando evidências que a refutam se levado em conta o paradigma de flexão verbal de uma língua como o caboverdiano, por exemplo.

4.3.1.2 A proposta de Jaeggli e Safir (1989)

Num estudo desenvolvido sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo nas línguas particulares, Jaeggli e Safir (1989) assumem, ao contrário de Rizzi (1982, 1986), que a produção de sujeitos nulos não está relacionada diretamente ao fato de a língua ter um paradigma flexional morfologicamente rico caracterizado apenas pelas distinções entre os traços de pessoa e número da flexão verbal. As evidências apresentadas por esses autores são encontradas em línguas como o chinês e o japonês que, embora não tenham especificados os traços de número e pessoa da flexão verbal, sujeitos nulos referenciais são produzidos tal como ocorre no

espanhol. Vale dizer que essa última língua, ao contrário do chinês e do japonês, possui um paradigma de flexão verbal no qual cada pessoa é gramaticalmente especificada pelo morfema que fornece a informação de número e pessoa (Cf. JAEGLLI; SAFIR, op. cit., p. 27):

(61) habl-o	<i>Eu falo</i>
habl-as	<i>Tu falas</i>
habl-a	<i>Ele/ela fala</i>
habl-amos	<i>Nós falamos</i>
habl-áis	<i>Vós falais</i>
habl-an	<i>Eles/ elas falam</i>

Analisando, por um lado, o chinês e o japonês, e, por outro, línguas como o espanhol, Jaeggli e Safir (Ibid., p. 29-30) formulam a *Hipótese da Uniformidade Morfológica*, levando em conta o Parâmetro do Sujeito Nulo nos seguintes termos:

(62) *The Null Subject Parameter*

Null subjects are permitted in all and only languages with morphologically uniform inflectional paradigms.

Morphological Uniformity

An inflectional paradigm **P** in a language **L** is morphologically uniform iff **P** has either only underived inflectional forms or only derived inflectional forms.⁴⁶

Partindo do acima exposto, os autores chegam a argumentar que no chinês e no japonês, o paradigma flexional é morfologicamente uniforme em virtude de não haver formas flexionais derivadas, ao contrário do que acontece no espanhol, que só possui formas flexionais derivadas, haja vista possuir seis distinções de pessoa (cf. o paradigma apresentado em (61)). Nessa acepção, sendo os paradigmas morfologicamente uniformes nessas línguas, sujeitos nulos podem ser licenciados. Para eles, línguas como o inglês e o francês não possuem um paradigma verbal morfologicamente uniforme, tendo em vista que algumas formas são idênticas à raiz verbal. Vejam-se, portanto, os paradigmas de ambas as línguas:

(63)a. *Inglês:*

to talk (“falar”)	infinitivo
talk	presente (1sg., 2sg., 1pl., 2pl., 3pl.)
talk-s	presente (3sg.)

⁴⁶ *Parâmetro do Sujeito Nulo*

Sujeitos nulos são permitidos em todas e apenas em línguas com paradigmas flexionais morfologicamente uniformes.

Uniformidade Morfológica

Um paradigma flexional **P** numa língua **L** é morfologicamente uniforme se e somente se **P** tem ou somente formas flexionais não-derivadas, ou apenas formas flexionais derivadas. - Tradução minha

b. *Francês*:

[parl-e] (“falar”)	infinitivo
[parl]	presente (1sg., 2sg., 3sg., 3pl.)
[parl-õ]	presente (1pl.)
[parl-e]	presente (2pl.)

(JAEGGLI; SAFIR, 1989, p. 116)

A conclusão de Jaeggli e Safir face aos paradigmas acima de que sujeitos nulos referenciais e expletivos não são licenciados no inglês e no francês devido à não-existência de uniformidade morfológica não é corroborada quando observado o paradigma flexional de uma língua como o caboverdiano que, embora não seja morfológicamente uniforme pelo fato de não haver divisibilidade da raiz verbal com o afixo, sendo a forma verbal idêntica à forma infinitiva, obriga que sujeitos nulos expletivos sejam produzidos. Vejam-se os seguintes paradigmas do caboverdiano, em que é conjugado o verbo *kanta* (“cantar”) no presente e no pretérito perfeito, extraídos de Pratas (2004):

(64)

	PRETÉRITO PERFEITO	PRESENTE
1SG	N kanta	N ta kanta
2SG	Bu kanta	Bu ta kanta
3SG	E kanta	E kanta
1PL	Nu kanta	Nu kanta
2PL	Nhos kanta	Nhos kanta
3PL	Es kanta	Es kanta

Tabela 4.9: Conjugações do verbo *kanta* no caboverdiano nos tempos pretérito perfeito e presente extraídas de Pratas (2004, p. 8).

Pratas (op. cit.) argumenta que sujeitos nulos referenciais não são licenciados no caboverdiano em virtude da pobreza morfológica da flexão verbal observada pela impossibilidade de identificação do *pro* referencial pelos traços de número e pessoa do núcleo flexional, o que a enquadra entre as línguas não-pro-drop como o inglês e o francês (cf. (65a)). A única distinção entre o inglês e o francês, por um lado, e o caboverdiano, por outro, é que esta licencia obrigatoriamente sujeitos nulos expletivos (cf. (66)), ao contrário daquelas, o que leva Pratas (op. cit.) a defender que a disponibilidade de sujeitos nulos expletivos numa dada língua particular não está associada ao fato de essa língua ter morfologia flexional rica:

(65)a. N sta duenti.

“Eu estou doente.”

b. **pro* sta duenti.

“Estou doente.”

(Ibid., p. 4)

(66)a. (*EL/ *E) Ten txeu kusa ki N ka podi kumpra.

“Há/Tem muitas coisas que eu não posso comprar.”

b. (*EL/*E) Txobi txeu.

“Chove muito./ Está chovendo muito.”

(Ibid., p. 5)

Portanto, já que a autora assume com Rizzi (1986) que sujeitos nulos referenciais só podem ser licenciados e identificados por uma flexão verbal rica, o que dizer então dos sujeitos nulos no chinês, por exemplo? Seguindo a análise de Huang (1982), a autora assume que nessa língua *pro* referencial é produzido em virtude de não estar relacionado à natureza morfológica da flexão verbal, mas a propriedades de orientação para o discurso. Huang (1989, p. 187), analisando uma frase como *Zhangsan shuo [e hen xihuam Lisi]*. (“Zhangsan disse que (ele) gostou de Lizi”) verifica que o sujeito nulo da oração subordinada representado por *e* pode referir-se ou ao sujeito da oração matriz *Zhangsan*, isto é, pode ser controlado por este último sujeito que está numa posição mais alta na estrutura frásica, ou pode referir-se a alguma outra pessoa cuja referência já é dada no domínio do discurso que seria correspondente a um tópico do discurso⁴⁷ com o qual *pro* encontra-se ligado.

De mais a mais, retornando à análise do caboverdiano, observo, com base nos exemplos de Pratas, que essa língua compartilha com o inglês e o francês a propriedade de só possuir inversão sujeito-verbo em contextos inacusativos, sendo o DP pós-verbal necessariamente indefinido:

(67)a. (dja) Txiga tres algen.

“(Já) Chegaram três pessoas.”

a'. *(dja) Txiga Juau./ Juau (dja) txiga.

“(Já) Chegou o João/ O João (já) chegou.”

(PRATAS, 2004, p. 5)

⁴⁷ Para maiores detalhes da proposta feita por Huang (1989), sugiro ao leitor consultar o referido artigo.

O fato de línguas não-pro-drop como o inglês, por um lado, e o caboverdiano, por outro, licenciarem sujeitos expletivos preenchidos e nulos, respectivamente, põe em questão a hipótese de que a criança só adquire o inglês como uma língua não-pro-drop quando ela torna-se sensível à presença de sujeitos expletivos realizados foneticamente que, embora não possuam referência, estão presentes na posição pré-verbal do sujeito em satisfação a requerimentos impostos pela estrutura sintática. Os dados empíricos apontam que a propriedade substancial que caracteriza uma língua não-pro-drop é a impossibilidade de inversão livre do argumento externo do verbo, propriedade esta que se encontra intrinsecamente relacionada à possibilidade de licenciamento e identificação de sujeitos nulos referenciais pela flexão verbal. Isso implica dizer que, desde o estado inicial de aquisição dessas línguas, a restrição é de que os sujeitos ocorram sempre em posição pré-verbal, um fato que pode ser corroborado pelos dados discutidos por Rizzi (2004) para o inglês. Portanto, é pouco plausível a hipótese de que a fixação negativa do Parâmetro do Sujeito Nulo numa dada língua particular dá-se quando ela passa a produzir sujeitos expletivos foneticamente realizados⁴⁸.

⁴⁸ Estou cônica de que a testagem dessa hipótese carece de um estudo mais aprofundado em trabalhos futuros.

4.3.2 O Parâmetro do Sujeito Nulo na gramática do Português Brasileiro e do Português Europeu: evidências à não-binaridade desse parâmetro

4.3.2.1 Sobre as propriedades do Parâmetro do Sujeito Nulo na gramática do Português Brasileiro e do Português Europeu

Assumindo com Rizzi (1988, 1997) que sujeitos nulos referenciais são licenciados e identificados numa dada língua particular por uma morfologia de flexão rica, realizarei nesta seção uma análise comparativa das propriedades do sujeito nulo na gramática do PB e do PE listadas em 4.3.1.1, apresentando evidências de que há algumas assimetrias entre essas gramáticas.

Face à caracterização da riqueza de AGR no PB e no PE desenvolvida na seção 4.2, partindo da proposta de Roberts (1993) e Galves (2001), ficou evidenciado que o AGR da primeira língua caracteriza-se pelo enfraquecimento, ao contrário da segunda, o que implica dizer que sujeitos nulos referenciais são bastante produtivos nessa última língua, uma predição que é confirmada nos resultados quantitativos obtidos por Duarte (2000)⁴⁹. Em sua pesquisa, a autora verifica que no PB há uma frequência substancial do preenchimento da posição pré-verbal do sujeito com pronomes plenos, ao contrário do PE: primeira pessoa (74% (PB), 35% (PE)); segunda pessoa (90% (PB), 24% (PE)), e terceira pessoa (58% (PB) e 21% (PE)).

⁴⁹ Os resultados obtidos pela autora correspondem ao PB e ao PE contemporâneos.

Ademais, num estudo diacrônico⁵⁰, a autora observa, ao longo de sete períodos da história, que o PB está sofrendo um processo de mudança paramétrica no que concerne à fixação dos valores do parâmetro do sujeito nulo, deixando de ser uma língua pro-drop para ser uma língua não-pro-drop⁵¹, conforme evidenciam os resultados percentuais relativos à presença de sujeitos pronominais plenos: 1845 (20%), 1882 (23%), 1918 (25%), 1937 (46%), 1955 (50%), 1975 (67%) e 1992 (74%). Com base nesses resultados, é assumido por Duarte que, nos três primeiros períodos, os sujeitos realizados foneticamente eram pouco produzidos na gramática do PB em virtude de a morfologia de flexão verbal ser ainda rica, ao passo que, do quarto período em diante, começa a haver uma forte tendência ao preenchimento da posição sujeito em decorrência do enfraquecimento de AGR.

Partindo da breve discussão acima exposta, realizo agora uma análise sobre cada uma das propriedades do sujeito nulo na gramática do PB e do PE:

A. O PE permite uma alta produção de sujeitos nulos com interpretação referencial (cf. (68)), ao contrário do PB (cf. 69)). Contudo, ambas as línguas permitem sujeitos nulos com interpretação não-referencial (cf. (70))⁵²:

(68)a. *Comemos* o bolo.

⁵⁰ O corpus da pesquisa diacrônica de Duarte (2000) compõe-se de frases extraídas de peças teatrais populares produzidas ao longo dos sete períodos da história investigados.

⁵¹ “[...] the results attempting to trace the course of a parametric change in progress in Brazilian Portuguese (PB), which is evolving from a null to a non-null subject language.” (DUARTE, 2000, p. 17) ([...] os resultados tentam traçar o curso de uma mudança paramétrica em progresso no Português Brasileiro (PB), que está evoluindo de uma língua de sujeito nulo para uma língua de sujeito não-nulo. – Tradução minha)

⁵² Todos os grifos são dos autores das citações.

b. Eles pensam *termos* comido o bolo.

(RAPOSO, 1992, p. 482)

c. Clinicamente testado, *este creme eficaz* / proporciona alívio rápido através de sua tripla acção única: // Alivia e melhora rapidamente as *assa-/ duras*. // Forma uma barreira que protege da / umidade, mas permite à pele respirar. // Proporciona uma acção anti-bacteriana / evitando o aparecimento de *assaduras*. // E sendo hipoalérgico, é muito suave e / pode ser usado todos os dias... (Pais & Filhos, 1999)

(TORRES MORAES, p. 10)⁵³

(69)a. Eu estou com fome.

a'. *∅ estou com fome.

(KATO, 1999, p. 1)⁵⁴

(70)a. Chove.

a'. *Ele chove.

(RAPOSO, 1992, 482)

⁵³ Vale pontuar que só a página vem especificada, tendo em vista que o artigo dessa autora, extraído da Internet, não menciona o ano, a editora e o local da publicação. Contudo, ao fim de seu artigo, a autora menciona que o texto pode ser encontrado nesta publicação: TORRES MORAES, Maria Aparecida C. R. EPP generalizado, sujeito nulo e línguas de configuração discursiva. In: MIOTO et al. (Orgs.). *Letras de hoje*. Rio Grande do Sul : EDIPUCRS, 2003. p. 71-98. Além disso, quero informar que barras inclinadas correspondem às pausas.

⁵⁴ O julgamento de gramaticalidade de Kato (1999) para a frase (69a') é "categórico" para mim e para falantes nativos do PB por mim interrogados em virtude de a gramática do PB ainda licenciar e identificar sujeitos nulos referenciais embora que com pouca frequência como atestam os resultados de Duarte (2000). Nesta pesquisa, ao contrário de Kato (op. cit.), adoto os juízos de gramaticalidade dos falantes nativos do PB por mim abordados e de Figueiredo Silva (1996) para quem a frase em (i) é gramatical:

(i) Comprei um carro ontem.

(FIGUEIREDO SILVA, op. cit., p. 120)

Gonçalves (1994), ao analisar o Parâmetro do Sujeito Nulo na gramática do PE, argumenta que as estruturas frásicas com sujeitos nulos referenciais tal como as que são apresentadas em (68) correspondem ao caso não-marcado nessa língua. Em se tratando de sujeitos preenchidos, a autora argumenta que eles estão submetidos à seguinte restrição: quando licenciados, recebem uma certa ênfase⁵⁵ geralmente uma leitura contrastiva que o opõe a outros sujeitos pragmaticamente possíveis no domínio do discurso. Disso resulta a formulação da seguinte hipótese: “... a omissão do sujeito não é opcional em português (grifo da autora da citação). [...] De alguma forma, o sujeito pronominal com matriz fonética é enfatizado.” (Ibid., p. 161). Essa hipótese vai, por conseguinte, ao encontro do que é proposto em Rizzi (1988, p. 15)):

Roughly speaking, the use of pronounced material is legitimate only when necessary to convey the intended meaning, within the constraints of UG and of the particular grammar. This implies that given the existence of a zero pronominal option, in languages like Italian the overt form will be limited to the cases in which it is necessary, i. e. when the pronominal subject being focal or contrastive must bear stress (evidently, the zero element cannot bear stress). But of course the non referential subject of a weather verb never is focalized or contrasted, so that only the zero form is licit, under the functional principle. In languages like English there is no alternative, and the overt form can and must be used also with weather verbs.⁵⁶

Torres Moraes, assumindo a hipótese de Gonçalves (op. cit), constata, em frases extraídas de anúncios e entrevistas retirados de revistas portuguesas, que

⁵⁵ Cf. também Duarte (2000) e Galves (2001) para uma conclusão similar.

⁵⁶ Grosseiramente falando, o uso de material pronunciado é legitimado apenas quando necessário para convergir o significado pretendido, dentro das restrições da UG e da gramática particular. Isto implica que dada a existência de uma opção pronominal zero, em línguas como o italiano, a forma visível estará limitada aos casos em que é necessária, isto é, quando o sujeito pronominal sendo focalizado ou contrastivo deve receber ênfase (evidentemente, o elemento zero não pode receber ênfase). Mas, é claro que o sujeito não-referencial de um verbo meteorológico nunca é focalizado ou contrastado de modo que apenas a forma zero é lícita, sob o princípio funcional. Em línguas como o inglês não há alternativa, e a forma visível pode e deve ser usada também com verbos meteorológicos. - Tradução minha

sujeitos preenchidos no PE recebem interpretação contrastiva em relação a outros sujeitos pragmaticamente possíveis no domínio do discurso, conforme ilustra o trecho da seguinte entrevista no qual “os pronomes referenciais em função de sujeito são contrastivos, pondo em destaque elementos relevantes em uma situação comparativa” (TORRES MORAES, p. 10):

(71) DNA: A sua mulher apoiou-o no seu trabalho?

E.G. Não. *A minha mulher* no início não gostava nada da minha profissão. *Ela* fez de pai e mãe quando *os meus filhos* eram pequenos. *Eu* viajava muito e não a acompanhava quando *eles* estavam doentes, etc. *Ela* era professora e tinha de se desdobrar para atender a tudo. Acho que fui sempre um mau pai. Nunca dei a assistência que *eles* mereciam, porque isso é uma obsessão doentia. (DNA, 05.02.00)

Contrariamente ao PE, no PB os sujeitos preenchidos que ocupam a posição de sujeito não estão submetidos à restrição de receberem interpretação contrastiva:

(72)a. Se *a casa* não for reformada, *ela* vai cair aos pedaços.

(TORRES MORAES, p. 11)

- b. *Nova Trento_i* é do tamanho da rua São Clemente de Botafogo. *Ela_i* é desse tamanho. *Ela_i* não tem paralelas.
- c. *Você* quando *você* viaja, *você* passa a ser turista. Então *você* passa a fazer coisas que *você* nunca faria no Brasil.

(DUARTE, 2000, p. 22-23)

Galves (2001, p. 33), observando que em PE os pronomes realizados foneticamente recebem acento enfático, ao contrário do PB, argumenta que, por exemplo, os pronomes *eu* e *ele* na primeira língua correspondem aos pronomes *moi* e *lui* do francês, respectivamente, ao passo que no PB, esses pronomes comportam-se de forma semelhante ao *je* e ao *il* do francês que, por sua vez, são classificados como fracos na terminologia de Cardinaletti e Starke (1994)⁵⁷.

Com base nos contrastes acima observados entre o PE e o PB, sou levada a argumentar que, por razões relacionadas ao enfraquecimento da morfologia flexional no PB, a posição pré-verbal do sujeito tende a ser geralmente preenchida pela duplicação do sujeito por um pronome co-referente. Costa e Galves (2002) observam que no PE a frase (73a) é marginal e (73b) é agramatical quando há duplicação do sujeito:

(73)a. *A Clarinha_i*, *ela_i* cozinha que é uma maravilha. (??PE OKPB)

b. Eu acho que o povo *brasileiro_i*, *ele_i* tem uma grave doença. (*PE OKPB)

⁵⁷ Para uma análise sobre a distinção entre pronome forte no PE e pronome fraco no PB, conferir o capítulo 5 quando centro minha atenção no estudo da posição dos sujeitos em ambas as gramáticas.

Nas construções com duplicação do sujeito também analisadas por Duarte (2000), fica evidenciado que não há restrições de ordem prosódica, sintática e semântica no PB: a) entre os sujeitos e os pronomes que os duplicam pode haver ou não uma pausa; b) sujeitos duplicados podem ocorrer em frases matrizes e em encaixadas, e c) eles podem ser indefinidos, quantificados ou arbitrários, valendo pontuar, de antemão, que, ao contrário dessa autora, apresentarei evidências empíricas no próximo capítulo de que nem sempre a duplicação do sujeito é possível na gramática dessa língua e de que ela não é necessariamente uma construção em que os sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda no PB.

Analisando, agora, as frases em (70) repetidas em (74) a seguir, tanto o PB quanto o PE licenciam sujeitos nulos expletivos o que, por sua vez, corrobora a hipótese de Pratas (2004) de que esse licenciamento não tem a ver com a riqueza morfológica da flexão verbal, haja vista que o PB, embora possua o AGR mais fraco, licencia sujeitos nulos expletivos:

(74) a. Chove.

a'. *Ele chove.

B. O PE e o PB permitem que o objeto direto de uma construção passiva, que pode vir a ser um “sujeito derivado” na estrutura-S, permaneça em sua posição de base (cf. (75)). Contudo, só no PE é possível que o argumento externo de verbos transitivos e intransitivos permaneça em Spec, VP (cf. (76) e (77)), estando a inversão sujeito-verbo no PB restrita

aos contextos monoargumentais, em particular, aos contextos inacusativos (cf. (78))⁵⁸:

(75) Foi convidado um estudante para a festa.

(RAPOSO, 1992, p. 483)

(76)a. Comeu a sopa o Paulo

b. Comeu o Paulo a sopa.

c. A sopa, comeu o Paulo.

(COSTA, 2000, p. 2)

(77) Telefonou o Manuel/ um amigo.

(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 447)

(78)a. Chegou o trem.

b. ?Telefonou o cliente.

c. *Assinou uma carta o chefe do departamento.

d. **Enviou uma carta a todos o presidente da associação.

(KATO, 1999, p. 1)

No PE, de forma similar ao PB, argumentos internos de verbos inacusativos também podem permanecer em sua posição de base, conforme ilustra a frase (79):

⁵⁸ Cf. também Figueiredo Silva (1996), Berlinck (1988, 2000), Kato (1999, 2000), Coelho (2000), Spanó (2002), Viotti (2003), dentre outros.

(79) Entrou um aluno na reunião.

Vale lembrar que DPs pós-verbais subcategorizados por verbos inacusativos não correspondem a um verdadeiro “sujeito”. Nessa acepção, sendo a inversão sujeito-verbo restrita aos contextos inacusativos na gramática do PB, a ordem VS atestada nesses contextos corresponde, na realidade, a uma “pseudo-ordem VS”. Portanto, corrobora-se mais uma vez o fato de a gramática dessa língua só produzir um único *output*: SV, ao contrário da do PE com dois *outputs*: SV e VS, uma assimetria que tem a ver com a natureza distinta de AGR em ambas as gramáticas.

Não obstante, um fato curioso é verificado em relação ao PB. Enquanto essa língua assemelha-se ao caboverdiano, ao inglês e ao francês pelo fato de a inversão sujeito-verbo estar restrita aos contextos inacusativos, a única diferença entre elas reside no fato de que nas três últimas línguas o DP pós-verbal subcategorizado pelo verbo inacusativo tem que ser indefinido (cf. (80)), ao passo que no PB, de forma similar ao PE, o DP pós-verbal pode ser definido e indefinido (cf. (81b)), podendo ser modificado por quantificadores universais (cf. (81a)), o que contraria a proposta de Belletti (1988)⁵⁹:

(80) *Caboverdiano*:

a. (dja) Txiga tres algen.

“(Já) Chegaram três pessoas.”

⁵⁹ Para uma discussão a respeito da ausência do Efeito de Definitude na gramática do PB e do PE, cf. o capítulo 3 desta tese.

a'. *(dja) Txiga Juau.”

“(Já) Chegou o João.”

(PRATAS, 2004, p. 5)

Inglês:

b. There arrived a man/*the man/*every man.

“Chegou um homem/*o homem/*todo homem.”

Francês:

c. *Il est arrivé un homme/ *l’homme.

“Chegou um homem/*o homem.”

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998. p. 512)

(81)a. Nesse jantar apareceram *todos* os meus amigos.

(AMBAR, 1992, p. 127)

b. Chegou o João/ um garoto.

De mais a mais, adotando a observação de Barbosa (1996, p. 378-379), segundo a qual a “inversão livre do sujeito” nas línguas românicas pro-drop está associada a duas propriedades: “...inversion not restricted to underlying objects [and] lack of an indefiniteness effect on the inverted subject⁶⁰”, verifico que o PE compartilha as duas propriedades, ao passo que o PB apenas a segunda, uma

⁶⁰ [...] inversão não restrita a objetos subjacentes [e] falta de um efeito de definitude sobre o sujeito invertido. - Tradução minha

evidência que caracteriza essa língua como semi-pro-drop⁶¹.

C. O PE e o PB permitem extração WH- de sujeitos encaixados com complementador visível:

(82)a. Quem (é que) tu pensas que *t* viu esse filme?

(RAPOSO, 1992, p. 483)

b. Quem você acha que *t* comeu o bolo?

Levando em conta a hipótese de Raposo (1992) de que a ausência do “efeito that-t” está relacionado à natureza forte de dois núcleos funcionais: a) o núcleo Infl que permite o licenciamento e identificação de sujeitos nulos referenciais e, conseqüentemente, a inversão sujeito-verbo com todos os tipos de verbos e b) o núcleo C cujo complementador visível mantém configuração Spec/Head com constituinte WH- em Spec, CP, observo que a ausência desse efeito parece não estar diretamente relacionada ao fato de Infl ser forte, mas de o núcleo C com o complementador visível ser forte. Embora o PB não possua inversão livre do sujeito com todos os tipos de verbos em decorrência do enfraquecimento de sua morfologia flexional, essa língua permite extração WH- de um sujeito encaixado à semelhança

⁶¹ Rizzi, em comunicação pessoal no *II Lisbon Meeting on Language Acquisition*, que foi realizado em 2004 na Universidade de Lisboa, corrobora o fato de o PB ter um caráter semi-pro-drop em virtude de nem ser uma língua pro-drop prototípica como o italiano, nem tampouco ser uma língua não-pro-drop como o inglês, por exemplo. Um fato que, segundo o autor me referiu, está relacionado ao enfraquecimento da morfologia flexional nessa língua.

do PE. Portanto, em ambas as línguas o vestígio na posição de sujeito é A-regido pelo constituinte WH- extraído e é Nc-regido pelo complementador visível *que* em virtude de a configuração Spec/Head ser estabelecida, satisfazendo os requerimentos impostos pelo ECP.

D. O PE possui marcas de concordância sujeito-verbo ricas, ao contrário do PB em suas variedades, PB1 e PB2:

(83) PE: cant-o, cant-as, cant-a, cant-amos, cant-am

PB1: cant-o, cant-a, cant-amos, cant-am

PB2: cant-o, cant-a

Face ao enfraquecimento de AGR no PB: PB1 (4 distinções), PB2 (2 distinções), ao contrário do PE (5 distinções), ficou evidenciado que a natureza de AGR em ambas as línguas tem implicações para a posição dos sujeitos: no PE, por exemplo, a posição Spec, VP é uma posição legítima para hospedar argumentos externos de verbos (in)transitivos, uma opção não prevista na gramática do PB, o que implica no forte aumento de sujeitos referenciais realizados foneticamente ocupando a posição pré-verbal. No PE, ao contrário, sendo a flexão ainda rica morfológicamente, sujeitos nulos referenciais são ainda bastante produtivos em

satisfação ao Princípio *Evite Pronome*⁶².

Em suma, a conclusão a que chego a partir da análise comparativa realizada nesta seção é que o PB ainda compartilha algumas propriedades sintático-semânticas com o PE: a) possível legitimação de sujeitos nulos referenciais ainda que com pouca frequência⁶³; b) possibilidade de o argumento interno nas construções passivas e inacusativas permanecer em sua posição de base, c) possibilidade de ocorrência de DPs pós-verbais definidos e indefinidos em construções inacusativas, ao contrário do que ocorre no inglês, no francês e no caboverdiano e d) extração WH- de um sujeito encaixado com o complementador visível. Essas evidências levam-me a assumir, por conseguinte, que o PB é uma língua semi-pro-drop, o que põe em questão a binaridade do Parâmetro do Sujeito Nulo (Cf. RIZZI, 1988, 1997).

Na próxima seção, apresentarei algumas evidências de que há distinções no que concerne à leitura referencial e à presença de sujeitos nulos e preenchidos na gramática do PB e do PE. Para tanto, retomarei a análise de Gonçalves (1994) para o PE, com a qual estabelecerei comparação com o PB. Partindo da análise dessa autora, que traça uma rediscussão do Parâmetro do Sujeito Nulo, descreverei alguns dos contextos estruturais nas línguas pro-drop e não-pro-drop em que

⁶² A associação entre morfologia flexional rica e licenciamento e identificação do pronome referencial pode ser encontrada em alguns dialetos do português em que é possível o gerúndio ser flexionado, o que corrobora, mais uma vez, a presença do Princípio *Evite Pronome*. Vejam-se as seguintes frases extraídas de Lobo (2004) com o sujeito nulo relativo à segunda pessoa do singular especificada gramaticalmente pelo morfema -s (grifos meus):

- (i)a. Em comendosa sopa, dou-te o bolo. (MATIAS, 1974)
- b. Deixa que o teu pai logo te diz! Molhandesa aí a cabeça toda, moço dum raio! (GUERREIRO, 1968)
- c. Em querendosa ir, vamos. (VILHENA, 1965)
- d. Cantas a música estendendosa o chapéu (RIBEIRO, 2002)

⁶³ Ferreira (2000, p. 15) afirma: “[...] o PB tem passado por mudanças significativas que restringiram bastante a possibilidade de ocorrência de uma categoria vazia na posição de sujeito de uma oração finita e que acabaram por torná-lo uma língua com propriedades que o distinguem tanto daquelas consideradas verdadeiramente pro-drop, como o italiano e o espanhol, quanto daquelas categoricamente não-pro-drop, como o inglês e o francês.”

sujeitos referenciais têm de ser nulos ou preenchidos, o que implica dizer que a realização fonética ou não de pronomes sujeitos numa dada língua não é um fenômeno opcional, por estarem submetidos a contextos estruturais específicos.

4.3.2.2 Sobre a leitura referencial e a presença de sujeitos nulos e preenchidos na gramática do Português Brasileiro e do Português Europeu

Como já referido anteriormente, a realização de sujeitos nulos ou preenchidos não é opcional nas línguas pro-drop em frases finitas por estarem submetidos a dadas restrições. Em línguas não-pro-drop, como o inglês e o francês, que, à primeira vista, não licenciariam sujeitos nulos, esses sujeitos são obrigatórios em alguns contextos estruturais das línguas pro-drop, tais como em contextos de orações coordenadas, frases imperativas e orações gerundivas adverbiais, segundo observa Gonçalves (1994). Dito isso, realizo, a seguir, uma análise de alguns contextos estruturais a partir dos quais estabeleço comparação entre o PB, o PE, o inglês e o francês⁶⁴.

⁶⁴ Os contextos descritos nesta seção baseiam-se integralmente em Gonçalves (1994). Todas as frases do PE, do inglês e do francês são extraídas do trabalho dessa autora.

4.3.2.2.1 Contextos de orações coordenadas

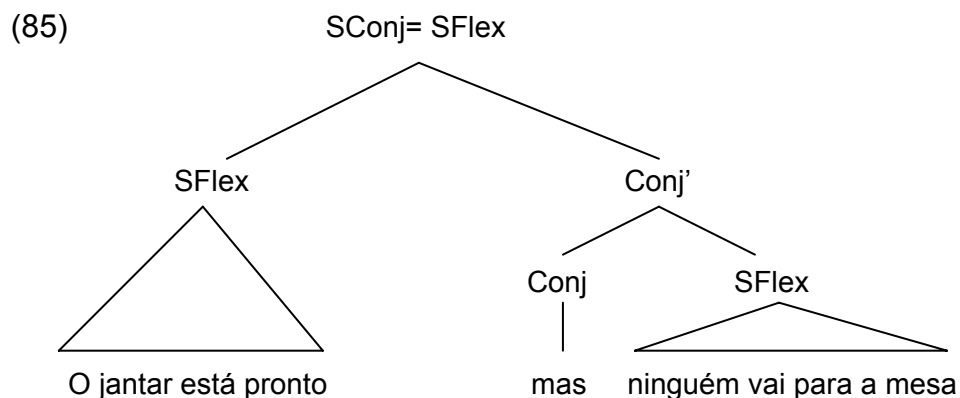
Antes de iniciar a análise dos contextos estruturais das estruturas coordenadas, em que é possível a ocorrência de pronomes realizados foneticamente ou não, vale dizer que adoto a análise de Gonçalves (1994) de que nessas estruturas não ocorre coordenação de VPs, mas de orações⁶⁵, tendo cada uma seu argumento que ocupa a posição de sujeito, o qual é selecionado semanticamente por seu respectivo predicador, não violando, dessa forma, o Critério- θ . Ao contrário, se os VPs estivessem coordenados, o sujeito da oração coordenada corresponderia ao sujeito da oração coordenante, podendo receber dois papéis- θ distintos simultaneamente, atribuídos composicionalmente pelo verbo e seus complementos, uma análise que infringe a condição imposta pelo Critério- θ . Contra-evidências a essa análise são encontradas em frases em que os predicadores atribuem funções- θ distintas aos argumentos por eles selecionados. Em (84), por exemplo, o predicador *correr* atribui função- θ Agente ao argumento *o João*, ao passo que o predicador *chegar* atribui obrigatoriamente função- θ Tema a esse argumento, podendo atribuir-lhe também função- θ Agente, o que caracterizaria uma função- θ complexa nos termos adotados por Raposo (1992):

(84) O João correu com toda a velocidade de que foi capaz e chegou à meta estafado.

(GONÇALVES, op. cit., p. 104)

⁶⁵ Cf. também Matos (2003).

Portanto, seguindo a linha de raciocínio de Gonçalves (op. cit), sou levada a dizer que em (84) há coordenação de orações, tendo cada uma sua própria posição de sujeito e sendo o papel temático atribuído pelo predicador de cada oração ao argumento que ocupa essa posição sintática, satisfazendo, dessa forma, o Critério- θ . Matos (2003, p. 561), defendendo a coordenação de orações em estruturas coordenadas, propõe a seguinte representação sintática para a frase: *O jantar está pronto mas ninguém vai para a mesa*:



De mais a mais, inicio agora uma análise comparativa das estruturas de coordenação no PE, no inglês, no francês e no PB, tomando por base o estudo de Gonçalves (1994). Essa autora verifica que no PE a não-realização fonética do sujeito é obrigatória na oração coordenada quando ele é co-referente com o sujeito de terceira pessoa da oração coordenante (cf. (86)). Contudo, sendo a referência disjunta, quando os sujeitos das duas orações são de terceira pessoa, a realização fonética do sujeito é obrigatória (cf. (87)):

(86)a. O mecânico_i arranhou o pneu e e_i/^{*}_j foi-se embora.

b. O João_i viu o Pedro_j no cinema, mas e_i/^{*}_j não lhe falou.

(87)a. O mecânico_i arranhou o pneu e ele ^{*}_i/_j foi-se embora.

b. O João_i viu o Pedro_j no cinema, mas ele ^{*}_i/_j não lhe falou.

Ao contrário do que ocorre nas estruturas coordenadas em (86a) e (86b), em que o sujeito não-realizado foneticamente recebe obrigatoriamente leitura co-referencial com o sujeito da oração coordenante, a autora observa um contraste dessas estruturas com as estruturas subordinadas finitas completivas ou adverbiais⁶⁶, nas quais as leituras co-referente e disjunta estão disponíveis no PE ao pronome realizado foneticamente ou não na oração subordinada:

(88)a. O João_i disse ao Pedro_j que e_i/_j estava enganado.

a'. O João_i disse ao Pedro_j que ele_i/_j estava enganado.

b. Quando e_i/_{??}_j entrou, a Luísa_i pareceu-me contente.

b'. Quando ela_{??}_i/_j chegou a casa, a Ana_i foi fazer o jantar.

Fazendo agora uma análise comparativa das estruturas de coordenação do PE com as do inglês, do francês e do PB, observo que não só o inglês e o francês, mas também o PB, uma língua não analisada por Gonçalves (1994), apresentam

⁶⁶ Para uma análise mais detalhada dessas estruturas, sugiro ao leitor conferir Gonçalves (1994).

algumas distinções em relação ao PE, embora mantenham algumas similaridades com esta última.

Em estruturas frásicas como as de (86), o inglês, o francês e o PB comportam-se de forma similar ao PE pelo fato de a realização nula do sujeito ser obrigatória quando ele é de terceira pessoa e é co-referente com o sujeito da oração coordenante. Contudo, nessas três últimas línguas o sujeito realizado foneticamente na oração coordenada pode ter leitura co-referente ou disjunta, ao contrário do PE, que só admite a segunda leitura:

(89) *Inglês:*

a. John_i saw Peter_j at the cinema but e_{i/*j} didn't talk to him.

“O João viu o Pedro no cinema, mas não falou com ele.”

a'. John_i saw Peter_j at the cinema but he_{i/j} didn't talk to him.

“O João viu o Pedro no cinema, mas ele não falou com ele.”

Francês:

a. Jean_i a vu Pierre_j au cinéma, mais e_{i/*j} ne lui a pas parlé.

“O João viu o Pedro no cinema, mas não falou com ele.”

a'. Jean_i a vu Pierre_j au cinéma, mais il_{i/j} ne lui a pas parlé.

“O João viu o Pedro no cinema, mas ele não falou com ele.”

a". Jean_i a vu Pierre_j au cinéma, mais celui-ci _{*i/j} ne lui a pas parlé.

“O João viu o Pedro no cinema, mas este não falou com ele.”

Português Brasileiro:

a. O João_i viu o Pedro_j no cinema, mas e_{i/*j} não falou com ele.

a'. O João_i viu o Pedro_j no cinema, mas ele_{i/j} não falou com ele.

Em se tratando das estruturas subordinadas completivas ou adverbiais, já se ergue uma distinção entre o PB, por um lado, e o inglês e o francês, por outro. Nessas últimas línguas, a realização pronominal do sujeito da oração subordinada, que pode ter leitura co-referente ou disjunta com o sujeito da oração principal, é obrigatória, ao contrário do PB, que pode ter ou o pronome não realizado foneticamente, sendo a leitura co-referente agramatical com o objeto indireto, ao contrário do PE, ou o pronome foneticamente realizado, sendo sua leitura disjunta ou co-referente com o sujeito da oração principal à semelhança do PE⁶⁷:

(90) *Inglês:*

a. *John_i told Peter_j that e_{i/j} was very ill.

“O João disse ao Pedro que estava muito doente.”

a'. John_i told Peter_j that he_{i/j} was very ill.

“O João disse ao Pedro que ele estava muito doente.”

b. *When e_{i/j} got home, Ann_i started to prepare the souper.

“Quando chegou a casa, Ana começou a preparar a sopa.”

b'. When she_{i/j} got home, Ann_i started to prepare the souper.

“Quando ela chegou a casa, Ana começou a preparar a sopa.”

⁶⁷ Cf. também Galves (2001) para uma conclusão similar.

Francês:

a. *Jean_i a dit à Pierre_j qu' e_{i/j} était très malade.

“O João disse ao Pedro que estava muito doente.”

a'. Jean_i a dit à Pierre_j que'il_{i/j} était très malade.

“O João disse ao Pedro que ele estava muito doente.”

b. *Quand e_{i/j} est arrivée à la maison, Anne_i est allée préparer le dîner.

“Quando chegou a casa, Ana começou a preparar o jantar.”

b'. Quand elle_{i/j} est arrivée à la maison, Anne_i est allée préparer le dîner.

“Quando ela chegou a casa, Ana começou a preparar o jantar.”

Português Brasileiro:

a. O João_i disse ao Pedro_j que e_{i/*j} estava muito doente.

a'. O João_i disse ao Pedro_j que ele_{i/j} estava muito doente.

b. Quando e_{i/??j} chegou em casa, a Ana_i começou a preparar o jantar.

b'. Quando ela_{i/j} chegou em casa, a Ana_i começou a preparar o jantar.

Conforme observado na frase (b) do PB acima, a leitura co-referente do sujeito nulo da oração adverbial finita com o sujeito da oração principal é preferida ao invés da leitura disjunta. À semelhança do PE, essa última leitura só está disponível ao sujeito não-realizado foneticamente caso haja um antecedente já introduzido no domínio do discurso com o qual a categoria vazia encontra-se

ligada⁶⁸. Veja-se, portanto, o exemplo, a seguir, extraído de Mateus et al. (1989, p. 328 apud GONÇALVES, op. cit., p. 146):

(91) Ouviu-se o João_i a abrir o portão. Quando $-i/?_j$ entrou, a Luísa_j pareceu-me contente.

Retomando a análise de Gonçalves (op. cit., p. 209) para as orações subordinadas completivas no PE, a autora argumenta que, sendo o sujeito de terceira pessoa não realizado foneticamente, a leitura disjunta com o sujeito da principal só será possível caso haja um tópico discursivo, através do qual o conteúdo da categoria vazia possa ser recuperado, uma situação similar à frase (91), caso contrário a leitura co-referente estará disponível (cf. (92b)). No PB a situação é semelhante nesses contextos:

(92)a. A – O que é que se passa com o Pedro_i?

B – O João_j disse que $e_i/*_j$ estava doente.

b. O João_i disse que $e_i/?*_j$ estava doente.

⁶⁸ Cf. também Huang (1989) para o chinês.

Fazendo um resumo dos dados acima apresentados, observo que não só no PE, no inglês e no francês a posição de sujeito é projetada nas estruturas coordenadas, mas também no PB. Um ponto de similaridade entre todas essas línguas é que, sendo o pronome foneticamente nulo, a leitura co-referente do sujeito da oração coordenada com o sujeito da oração coordenante é obrigatória, o que implica dizer que há co-referência obrigatória do sujeito da oração coordenada com o da oração coordenante (nomeadamente, *pro* referencial). Não obstante, o *locus* de contraste entre o PE, por um lado, e o inglês, o francês e o PB, por outro, dá-se quando o pronome sujeito da oração coordenada é foneticamente realizado:

- a) no PE, a realização fonética do sujeito é obrigatória quando a referência é disjunta, não havendo, portanto, co-referência obrigatória do sujeito da oração coordenante com o sujeito da oração coordenada;
- b) no inglês, no francês e no PB, o sujeito realizado foneticamente na oração coordenada pode ou ser co-referente com o sujeito da oração coordenante, ou receber leitura disjunta.

De antemão, posso depreender com base nas frases subordinadas analisadas que há diferenças significativas entre o PB, por um lado, e o PE, o inglês e o francês, por outro, valendo pontuar que essas duas últimas línguas também são distintas do PE:

- a) no PE, a realização fonética do sujeito não é obrigatória na oração subordinada completiva e adverbial: sujeito nulo ou preenchido pode ser co-referente com o sujeito da oração principal ou pode receber leitura disjunta.
- b) no inglês e no francês, a realização fonética do sujeito da oração subordinada completiva e adverbial é obrigatória, podendo receber leitura co-referencial ou disjunta;
- c) no PB, surgem as seguintes possibilidades de análise:
- c.1. a não-realização fonética do sujeito da oração subordinada completiva como em (92b) é preferível quando ele é controlado pelo sujeito da oração principal, podendo também ser co-referente com um tópico discursivo⁶⁹, sendo agramatical o controle do objeto indireto sobre a categoria vazia, ao contrário do que ocorre em PE (cf. (88a));
- c.2. a não-realização fonética do sujeito da oração subordinada adverbial é preferida quando este é controlado pelo sujeito da oração principal;
- c.3. a realização fonética do sujeito da oração subordinada completiva e adverbial pode implicar numa leitura co-referente ou disjunta deste com o sujeito da oração principal.

⁶⁹ Assumo nesta pesquisa com Figueiredo Silva (1996, p. 129) que a co-referência entre a categoria vazia e o sujeito da oração principal em contexto encaixado não é obrigatória, ao contrário de Ferreira (2000), haja vista a possibilidade de a categoria vazia poder ser co-referente com o sujeito da oração principal (cf. (i)), ou poder estar ligada a um tópico discursivo como em (ii):

(i) O João_i disse que *ec*_i comprou um carro.

(ii) A Maria_i, o João disse que *ec*_i comprou um carro.

4.3.2.2.2 Contextos de orações adverbiais gerundivas

Gonçalves (1994, p. 139) observa que, nas orações gerundivas em (93), (94) e (95) do PE, do inglês e do francês, respectivamente, há controle⁷⁰ obrigatório do sujeito da oração principal sobre o sujeito da oração subordinada quando este não é realizado foneticamente, o que implica dizer que o sujeito da oração subordinada tem de ser co-referente com o sujeito da principal, um fato que também é corroborado no PB (cf. (96)):

(93) $e_i/*_j$ tendo telefonado, o Pedro_i saiu.

(94) $e_i/*_j$ having phoned, Peter_i left.

“Tendo telefonado, o Pedro saiu.”

(95) $e_i/*_j$ ayant téléphoné, Pierre_i est parti.

“Tendo telefonado, o Pedro saiu.”

(96) $e_i/*_j$ tendo telefonado, o Pedro_i saiu.

⁷⁰ A noção de controle a que me refiro, adotando a proposta de Lobo (2004,) não está associada à noção de controle quando uma categoria vazia anafórica, nomeadamente PRO, é requerida em determinados contextos estruturais. Para maiores detalhes, conferir próxima nota de rodapé.

A autora ainda verifica que o objeto da oração principal não pode controlar o sujeito da oração adjunta, mas apenas o sujeito, uma situação similar ao que ocorre no PB (cf. (100)):

(97) *Português Europeu:*

a. $pro_i/*_j$ andando pelas ruas, o João_i encontrou a Maria_j.⁷¹

(98) *Inglês:*

a. [pro_i crossing the street] Jonh_i saw Mary_j.

a'. * $[pro_j$ crossing the street] Jonh_i saw Mary_j.

“Atravessando a rua, o João viu a Maria.”

(BORER, 1989, p. 79 apud GONÇALVES, op. cit., p. 140)

(99) *Francês:*

a. [pro_i marchant dans la rue] Jean_i a recontré Marie_j.

a'. * $[pro_j$ marchant dans la rue] Jean_i a recontré Marie_j.

“Caminhando pela rua, o João reencontrou a Maria.”

(100) *Português Brasileiro:*

a. [pro_i andando pela rua], o João_i viu a Maria_j.

a'. * $[pro_j$ andando pela rua], o João_i viu a Maria_j.

⁷¹ Dentre as propriedades elencadas por Lobo (2003, p. 315, 318) que favorecem a proposta de a categoria vazia que ocupa a posição de sujeito nas orações gerundivas periféricas corresponder a um *pro* e não a um PRO estar relacionada ao fato de o sujeito nulo nessas orações poder ser um expletivo (cf. (i)) e poder alternar-se com sujeitos lexicais (cf. (ii)):

(i) [-] Tendo chovido durante toda a tarde, o jardim estava todo molhado.

(ii) a. Tendo [-] chegado atrasado, o Pedro não conseguiu arranjar um bom lugar.

b. Tendo o João chegado atrasado, o Pedro não conseguiu arranjar um bom lugar.

Vale ressaltar que a obrigatoriedade da co-referência do sujeito da oração subordinada com o sujeito da oração principal não é observada quando aquele é foneticamente realizado em línguas como o inglês e o francês conforme ilustram os exemplos em (101) e (102), respectivamente:

(101) John_i being very ill, he_{i/j} couldn't sleep.

“O João estando muito doente, ele não conseguiria dormir.”

(102) Pierre_i ayant termine ses devoirs, il_{i/j} s'en alla.

“O Pedro terminando seus afazeres, ele foi-se.”

Face aos contrastes entre as frases (101) e (102) com as de (98) e (99) onde há efeitos de controle dos sujeitos nulos das orações gerundivas adjuntas, Gonçalves (op. cit., p. 141) salienta que “A estrutura de adjunção, de facto, não deveria permitir o controle, admitindo que controle local requer c-comando.”. Assumindo a cisão de IP em AGRP (=ConcS”) e TP nos moldes de Pollock (1989) e que a oração gerundiva está adjunta a ConcS”, sendo uma projeção de Comp”, a autora conclui que “ConcS” domina Espec da frase principal mas não domina Comp” adverbial” (Ibid., p. 142), o que implica considerar que o sujeito da oração principal não c-comanda, em outras palavras, não controla o sujeito da oração gerundiva. Para a questão que se ergue relativa ao controle que se estabelece nas frases (97) a (99) do sujeito nulo da oração gerundiva pelo sujeito da oração principal, a autora deixa em aberto: “Não é muito claro como explicar as relações de controle nas

orações adverbiais com sujeito nulo. Seria necessário repensar globalmente o problema do controle e a estrutura destas orações em particular.” (Ibid., p. 143).

4.3.2.2.3 Contextos de orações adverbiais participiais

De forma similar às orações gerundivas de (99) a (100), nas orações participiais há efeitos de controle do sujeito da oração principal sobre o sujeito da oração participial quando este não é foneticamente realizado, o que implica dizer que o sujeito nulo da participial é co-referente com o sujeito da oração principal:

(103) *Português Europeu*:

a. $e_i/*_j$ chegado a casa, o João_i foi-se deitar.

(104) *Inglês*:

a. Covered with confusion, she hurriedly left the room.

“Envolvida com a confusão, ela apressadamente saiu do quarto.”

(LEECH; SVARTVIK, 1975, p. 214 apud GONÇALVES, loc. cit.)

(105) *Francês*:

a. $e_i/*_j$ arrivé à la maison, Jean_i alla se coucher.

“Chegado a casa, o João foi-se deitar.”

(106) *Português Brasileiro*:

a. $e_i/*_j$ Incomodado com o barulho, o João_i saiu da sala.

Vale ressaltar que os efeitos de controle observados nas frases acima colocam o mesmo problema concernente à relação de c-comando das orações gerundivas adjuntas, uma questão que deixo em aberto neste trabalho por extrapolar o escopo do mesmo.

4.3.2.2.4 Contextos de orações adverbiais finitas

Ao contrário do que ocorre nas orações adverbiais gerundivas e participiais (cf. (107b) e (107c)), nas orações adverbiais finitas no PE não há necessariamente controle obrigatório do sujeito da oração principal sobre o sujeito da adverbial finita (cf. (107a)):

(107)a. Quando $e_i/?_j$ chega atrasado, o director_i fica mal humorado.

b. Chegando $e_i/*_j$ atrasado, o director_i fica mal humorado.

c. Chegado $e_i/*_j$ a casa, o director_i tirou a gravata.

No inglês e no francês, ao contrário do PE, é obrigatória a realização fonética do sujeito nos tipos de orações acima, um contraste que as opõe às adjuntas gerundivas e participiais. Nessas línguas, o sujeito da oração adverbial finita pode ter leitura co-referencial ou disjunta:

(108)a. *When $e_{i/j}$ arrives late, the director_i is angry.

a'. When he i/j arrives late, the director_i is angry.

“Quando ele chega tarde, o diretor fica zangado.”

b. *Quand $e_{i/j}$ arrive tard, le directeur_i est en colère.

b'. Quand il_{i/j} arrive tard, le directeur_i est en colère.

“Quando ele chega tarde, o diretor fica zangado.”

Comparando as estruturas frásicas das três línguas acima com as estruturas do PB abaixo, observo que essa língua possui as seguintes possibilidades de os sujeitos serem nulos ou preenchidos, o que permite, de alguma maneira, certa similaridade com o PE, o inglês e o francês:

a) a não-realização fonética do sujeito da oração adverbial é preferida quando ele é co-referente com o sujeito da oração principal, estando a leitura disjunta reservada aos casos em que é possível haver um antecedente no domínio do discurso com o qual a categoria vazia ligue-se:

(109) Quando $e_i/??_j$ entrou, o João teve um susto.

- b) a realização fonética do sujeito da oração adverbial permite que este possua leitura co-referente ou disjunta:

(110) Quando ele_i/j chega atrasado, o director_i fica mal humorado.

Partindo das estruturas subordinadas gerundivas, participiais e adverbiais finitas, a partir das quais realizei uma análise descritiva entre o PE, o inglês, o francês e o PB, elenco as seguintes conclusões:

- a) Em estruturas gerundivas e participiais nas quatro línguas referidas há controle obrigatório do sujeito não realizado foneticamente da oração subordinada pelo sujeito da oração principal;
- b) Em estruturas adverbiais finitas, tem-se uma análise não-unificada:
- b.1 No PE o sujeito nulo da oração subordinada pode receber leitura co-referente ou disjunta do sujeito da oração principal, sendo a primeira leitura preferencial consoante ao que acontece no PB;
- b.2 No inglês e no francês a realização fonética do sujeito da oração subordinada é obrigatória, podendo este receber leitura co-referente ou disjunta do sujeito da oração principal;

b.3 No PB, quando a realização fonética do sujeito da oração subordinada é possível, a leitura co-referente ou disjunta com o sujeito da oração principal está disponível tal como acontece no inglês e no francês.

4.3.2.2.5 Contextos de pergunta-resposta com focalização do sujeito⁷²

Um dos contextos obrigatórios para a realização fonética do sujeito nas línguas pro-drop e não-pro-drop correspondem àqueles quando o sujeito está sendo focalizado na pergunta, sendo este a informação nova que se quer veicular. A distinção substancial entre essas línguas nesses contextos diz respeito à posição dos sujeitos focalizados; nas primeiras, como é o caso do PE e do italiano, o sujeito aparece posposto ao verbo transitivo, uma posição suscetível a hospedar constituintes focalizados consoante o que está previsto pela estrutura informacional, ao passo que, nas segundas, como o inglês, sujeitos focalizados aparecem em posição pré-verbal à semelhança do PB, o que distingue ambas as línguas das línguas de sujeito nulo prototípicas. No caso do francês, Gonçalves (1994) argumenta que, não dispondo essa língua da elipse do VP, as únicas opções de o DP sujeito aparecer focalizado na resposta dá-se quando ele aparece sozinho (cf. (114f)) ou quando é usada a estratégia de focalização com o verbo *ser* (cf. (114g)).

⁷² No capítulo 6 desta tese, centrarei minha atenção nesses contextos na gramática do PB e do PE onde argumentarei, seguindo Costa (2004), que o comportamento diferenciado atestado entre essas gramáticas no que concerne à posição dos sujeitos focalizados decorre dos *outputs* sintáticos gerados por cada gramática aos quais a estrutura informacional encontra-se submetida.

Vejam-se, agora, os seguintes pares pergunta-resposta com focalização do sujeito no PE e no italiano por um lado (cf. (111) e (112)), e no inglês, no francês e no PB, por outro (cf. (113) a (115)):

(111) Falante A: -Quem comeu o bolo?

Falante B – a) *Comi.

b) Comi eu.

c) Comi-o eu.

d) ?*Eu comi (não sei quem comeu mais...)

e) Fui eu.

f) *Fui.

g) *Eu fui.

(112) A –Chi ha mangiato la cioccolata?

Quem tem comido o chocolate?/ “Quem comeu o chocolate?”

B – a. *L’ho mangiata.

O tenho comido./ “Comi-o.”

b. L’ho mangiata io.

O tenho comido eu./ “Comi-o eu.”

c. ?*Io l’ho mangiata.

Eu tenho comido./ “Eu comi-o.”

d. Sono stato io.

Sou estado eu./ “Fui eu.”

e. *Sono stato.

Sou estado./ “Fui.”

f. *lo sono stato.

Eu sou estado./ “Eu fui.”

(GONÇAVES, 1994, p. 150-151)⁷³

(113) A – Who ate the cake?

B – a. John did.

b. *Did John.

c. *John ate.

d. *Ate John.

e. It was John.

(114) A – Qui a mangé le gâteau?

B – a. Jean a.

b. *A Jean.

c. *Jean a mangé.

d. *A mangé Jean.

e. ?*Jean l’a mangé.

f. Jean.

g. C’est Jean (qui l’a mangé).

h. *L’a mangé Jean.

(Ibid., p. 172-173)

(115) A - Quem comeu o bolo?

B – a) *Comi.

⁷³ Os grifos são da autora da citação.

- b) *Comi eu.
- c) *Comi-o eu.
- d) Eu comi.⁷⁴
- e) Fui eu.
- f) *Fui.
- g) *Eu fui.

Partindo da descrição dos contextos estruturais acima apresentados, fica evidente que no PE e no italiano, sujeitos focalizados só aparecem em posição pré-verbal quando submetidos à restrição de receberem obrigatoriamente leitura contrastiva, não correspondendo, portanto, a “verdadeiros” focos informacionais (cf. (111d) do PE, por exemplo) em virtude de haver “outros candidatos possíveis como resposta à mesma pergunta” (GONÇALVES, 1994, p. 153). Contrariamente ao inglês, ao francês e ao PB essa restrição inexistente: sujeitos focalizados não estão em posição pós-verbal como nas línguas de sujeito nulo, haja vista a inversão estar restrita aos contextos inacusativos em que o “sujeito” que, na realidade, corresponde ao argumento interno do verbo, está em sua posição de base. Conforme elucidado na seção 4.3.2.1, a única diferença nesses contextos entre o PB, por um lado, o inglês e o francês, por outro, é que estas exigem a leitura indefinida do DP pós-verbal, ao passo que aquela permite essa leitura, o que a assemelha ao PE.

De mais a mais, resumo os seguintes resultados:

⁷⁴ Ao contrário do PE, o sujeito pré-verbal nessa construção não se encontra submetido à restrição de possuir necessariamente leitura contrastiva, valendo pontuar que a mesma *pode* estar presente dependendo do contexto pragmático como apresentado em (i) a seguir:

- (i) A – Quem comeu o bolo?
- B – Eu comi (não sei quem comeu mais...).

- a. A realização fonética do sujeito é obrigatória em resposta a uma pergunta com focalização do sujeito no PE, no francês, no inglês e no PB;
- b. Sujeitos focalizados no PE e no italiano sempre ocorrem em posição pós-verbal, exceto nos casos em que recebem leitura contrastiva;
- c. Sujeitos focalizados no inglês e no PB sempre ocorrem em posição pré-verbal, exceto nos casos em que é utilizada a estratégia de focalização com o verbo *ser*, uma opção também prevista no francês.

4.3.2.2.6 Contextos de orações imperativas

Em estruturas imperativas, a não-realização fonética do sujeito é obrigatória em línguas pro-drop, como o PE e o italiano (cf. (116a) e (116b)), e em línguas não-pro-drop, como o inglês e o francês (cf. (116c) e (116d)) conforme observa Gonçalves (1994), salvo os casos em que há um acento enfático sobre o sujeito. Na frase (116e) do PB a situação é similar⁷⁵:

(116)a. (*tu) está quieto!⁷⁶

b. (*Tu) stai buono!

“Fica quieto!»

⁷⁵ Para uma análise das sentenças imperativas no PB, cf. Faraco (1986).

⁷⁶ Gonçalves (1994, p. 201) ressalta que no português coloquial, caso o sujeito receba um acento enfático, sua realização fonética é necessária:

(i) Tu está quieto!

c. (*tu) sois tranquile!

“Fica tranqüilo!”

d. (*you) stay still!

“Fica quieto!”

e. Fica calmo!

Encontrando evidências no alemão em que é possível sujeitos de segunda pessoa preencherem a posição de sujeito em estruturas imperativas, sendo, em alguns casos, obrigatórios, a autora argumenta que a categoria vazia que ocupa a posição sujeito nessas estruturas é, na realidade, *pro* e não PRO, esta restrita a contextos não-regidos, sendo seu conteúdo identificado ou pela teoria do Controlo ou pela atribuição de uma interpretação arbitrária (Cf. RAPOSO, 1992). Outro fator relevante é que os traços- Φ da flexão são capazes de identificar e licenciar o sujeito nulo, permitindo-lhe uma interpretação referencial. A seguir, veja-se a frase (117) do alemão com realização fonética obrigatória do sujeito extraída de Gonçalves (1994, p. 203):

(117) Geben *(Sie) mir das Sals, bitte.

“Passa-me *(Tu) o sal, por favor.”

Resumindo, no PE, no inglês, no francês e no PB a não-realização fonética do sujeito é obrigatória nas estruturas imperativas, salvo os casos em que há leitura

contrastiva, incidindo sobre o sujeito. Ademais, a categoria vazia nessas estruturas corresponde a *pro* e não a PRO.

4.3.2.2.7 Contextos de respostas a interrogativas QU- que não incidem sobre o sujeito

Analisando as estruturas de interrogativas QU- parciais com focalização de um constituinte distinto do sujeito, Gonçalves (1994) observa que a não-realização fonética do sujeito é obrigatória no PE, conforme ilustra o seguinte exemplo:

(118) A: - Quem é que o João encontrou no cinema?

B: - a. O Pedro.

b. ?Foi o Pedro.

c. Encontrou o Pedro.

d. *Ele encontrou o Pedro.

A explicação formulada pela autora para explicar a agramaticalidade da frase em (118d) resulta no fato de que só sujeitos focalizados podem ser realizados foneticamente pelo fato de corresponderem à informação nova. Segundo a autora, nesses exemplos, os sujeitos não correspondem ao foco informacional, mas ao tópico discursivo, ou seja, a informação dada no sentido de que seu referente já foi

previamente mencionado no domínio do discurso que, nesse caso, corresponde ao DP o *João* já presente na pergunta.

Contrariamente ao PE, o inglês e o francês não permitem sujeitos não-realizados foneticamente, mas aceitam marginalmente a realização fonética destes:

(119) A - Who did John meet yesterday?

B – a. **(He) did Peter.*

b. **Met Peter.*

c. *?He met Peter.*

d. *Peter.*

e. *?It was Peter.*

(120) A – Qui est-ce que Jean a rencontré hier?

B – a. **(Il) a Pierre.*

b. **A rencontré Pierre.*

c. *??Il a rencontré Pierre.*

d. *Pierre.*

e. *C'est Pierre (qu'il a rencontré).*

Observando as frases, a seguir, do PB, verifico que há um comportamento distinto do PE, do inglês e do francês: os sujeitos podem ser realizados foneticamente ou não, sendo preferencial a sua realização (cf. (121d)):

(121) A: - Quem o João encontrou no cinema?

B: - a. O Pedro.

b. ?Foi o Pedro.

c. ?Encontrou o Pedro.

d. Ele encontrou o Pedro.

Face às interrogativas QU- com focalização de um constituinte distinto do sujeito analisadas nesta seção, faça o resumo das seguintes conclusões:

- a) a estratégia de focalização do constituinte pelo verbo *ser* está disponível em todas as línguas;
- b) a não-realização fonética do sujeito nas respostas é obrigatória em PE;
- c) a realização fonética do sujeito é marginalmente aceitável no inglês e no francês, línguas que obrigatoriamente não permitem a não-realização fonética do sujeito em respostas a essas interrogativas;
- d) a realização fonética do sujeito nas respostas é preferencial no PB e marginalmente aceitável quando trata-se de uma categoria vazia.

4.3.2.2.8 Contextos de respostas a interrogativas totais

Gonçalves também verifica que a não-realização fonética do sujeito é obrigatória no PE (cf. (122)) quando ele ocorre em respostas a interrogativas totais (ou interrogativas sim/não), ao contrário do inglês e do francês⁷⁷ (cf. (123) e (124)):

(122) A – O João viu o Pedro?

B – (*Ele) viu.

(123) A – Has John seen Peter?

B – Yes, *(he) has.

(124) A – Jean a-t-il vu Pierre?

B – Oui, *(il) l'a vu.

Novamente, um caso curioso ergue-se no PB: nos contextos interrogativos acima, o sujeito pode ser realizado foneticamente ou não. Ao contrário do que acontece nas interrogativas QU- parciais com focalização de um constituinte distinto do sujeito, é preferível a não-realização do sujeito. Nesse caso, semelhantemente ao PE e ao inglês, há elipse do VP⁷⁸ nas respostas conforme ilustra a frase (125a), uma

⁷⁷ Gonçalves (1994) observa, ao contrário do PE, que no francês, no inglês, no italiano e no espanhol, respostas afirmativas a interrogativas totais devem possuir as partículas afirmativas *oui*, *yes*, *sì* e *sí*, respectivamente. Já, em se tratando de respostas negativas, elas podem ser dadas ou com a partícula negativa, ou com advérbios negativos nas cinco línguas acima referidas. Para uma descrição dessas respostas, sugiro ao leitor conferir a pesquisa da autora supracitada.

⁷⁸ Cf. também Matos (2003) para um estudo sobre a elipse do VP no PE.

opção não prevista em línguas como o francês (cf. (126)) e o italiano (cf.(127)) segundo verificado por Gonçalves (1994, p. 190)⁷⁹:

(125) A – O João viu o Pedro?

B – a. Viu.

b. ?Ele viu.

(126) A – As-tu vu Jean?

B – Oui, je l'ai vu.

- Non, je ne l'ai pas vu.

- *Ai (vu).

- *Oui, j'ai (vu)

- ??/?*Je l'ai vu.

(127) A - Hai visto Giovanni?

B – Sì, l'ho visto.

- No, non l'ho visto.

- *Ho visto.

- Si, *(l') ho visto.

- ?*L'ho visto.

⁷⁹ Os grifos são da autora.

Partindo dos contextos descritos acima, são depreendidas, portanto, as seguintes conclusões:

- a. a não-realização fonética do sujeito no PE é obrigatória nas respostas quando o verbo está presente;
- b. a realização fonética do sujeito no inglês e no francês é obrigatória nas respostas quando o verbo está presente;
- c. a realização fonética do sujeito pode dar-se ou não no PB, sendo preferencial o uso da categoria vazia nas respostas quando o verbo está presente.
- d. O PE, o inglês e o PB têm elipse do VP nas respostas, ao contrário do que ocorre no francês e no italiano.

4.3.2.2.9 Contextos de interrogativas “tags”

Em contextos de interrogativas “tags” no PE é obrigatória a não-realização fonética do sujeito (cf. (128)), ao contrário do inglês que exige sujeitos lexicais nesse contexto (cf. (129)). Como esperado, tendo ambas as línguas elipse do VP, essas interrogativas são produzidas, ao contrário do francês e do italiano que não possuem essas interrogativas (cf. (130) e (131)) em virtude de exigirem a realização fonética de todo o VP, sendo, portanto, a omissão do objeto bloqueada⁸⁰:

⁸⁰ Segundo Gonçalves (1994) as estruturas interrogativas observadas em (130c) e (131a) do francês e do italiano, respectivamente, constituem expressões fixas nessas línguas.

(128) O João foi ao cinema, a. não foi?

b. *não foi ele?

c. *ele não foi?

(129) John went to the cinema, a. *didn't?

b. didn't he?

c. *he didn't?

d. *went not he?

e. *went he not?

(130) Jean ira au cinema, /

Jean va au cinéma, /

Jean est allé au cinéma, a. *n'ira pas? / *ne va pas? / *n'est pas (allé)?

b. *n'ira-t-il pas? / *ne va-t-il pas? *n'est-il pas
(allé)?

c. n'est-ce pas?

(131) Giovanni è andato al cinema, a. (non è) vero?

b. *non è?

c. *non è andato (lui)?

Estabelecendo comparação das frases extraídas de Gonçalves (1994) acima apresentadas com as do PB em (132), observo que, nas estruturas de

interrogativas “tags”, essa língua prefere a não-realização fonética do sujeito à realização do mesmo:

(132) O João veio de Maceió, a. não veio?

b. *não veio ele?

c. ?ele não veio?

Resumindo, as estruturas interrogativas “tags” revelam as seguintes distinções:

- a. No PE, a não-realização fonética do sujeito é obrigatória;
- b. No inglês, a realização fonética do sujeito é obrigatória;
- c. No PB pode haver ou não realização fonética do sujeito, sendo preferível a construção com a categoria vazia;
- d. No francês e no italiano, interrogativas “tags” são bloqueadas em virtude de essas línguas não possuírem elipse do VP.

4.4 CONCLUSÕES

Partindo do que foi exposto neste capítulo, defendi que a variação paramétrica atestada entre a gramática do PB e a do PE tem como *locus* de variação a natureza distinta de AGR. Seguindo a análise desenvolvida por Roberts (1993), Galves (2001) e Vikner (1997), foi possível argumentar que morfologia rica que licencia e identifica sujeito nulo conforme assumido por Rizzi (1982, 1988, 1997) não tem a ver com morfologia rica que motiva o movimento de V-para-I na sintaxe. Embora o AGR do PB seja mais pobre em relação ao do PE, se adotada a análise de Roberts (op. cit.) e Galves (op. cit.), ambas as línguas possuem movimento de V-para-I, uma análise que pode ser estendida ao francês que, embora tenha uma morfologia flexional pobre (Cf. ROBERTS, op. cit.), possui obrigatoriamente esse movimento (Cf. POLLOCK, 1989).

De mais a mais, ficou evidenciado que, devido ao enfraquecimento de AGR no PB, a sintaxe dessa língua só gera um único *output*: SV, sendo a ordem VS, restrita aos contextos inacusativos uma “pseudo-ordem VS”, ao contrário do PE cuja sintaxe gera dois *outputs*: SV e VS. Por um lado, a ordem SV no PB é um contexto não-marcado para a concordância morfológica visível entre o DP sujeito e a flexão verbal (PB1) e para a não-visibilidade dessa concordância (PB2), valendo pontuar, mais uma vez, que, em se tratando da ordem VS, ela corresponde a um contexto marcado nessa língua. No PE, por outro lado, as ordens SV e VS constituem-se em contextos não-marcados para a concordância *versus* não-concordância entre o DP sujeito e a flexão verbal, salientando que no PE coloquial a ordem VS é um contexto marcado em virtude de a não-visibilidade da concordância

morfológica entre o DP pós-verbal e a flexão verbal ocorrer em contextos inacusativos.

Centrando minha atenção no Parâmetro do Sujeito Nulo em ambas as gramáticas, a hipótese da binaridade desse parâmetro pôde ser refutada, tendo em vista o caráter semi-pro-drop do PB que se aproxima do PE, uma língua de sujeito nulo prototípica, ao mesmo tempo que se distancia da mesma por compartilhar algumas propriedades com línguas não-pro-drop, como o inglês, o francês e o caboverdiano.

Analisando as propriedades elencadas por Rizzi (1997) relativas às línguas de sujeito nulo, foi possível mostrar que o PB ainda compartilha as seguintes propriedades com o PE: a) possível legitimação de sujeitos nulos referenciais ainda que com pouca frequência; b) extração WH- de um sujeito encaixado, c) possibilidade de ocorrência de DPs pós-verbais definidos e indefinidos em construções inacusativas, ao contrário do que ocorre no inglês, no francês e no caboverdiano, d) possibilidade de o argumento interno nas construções passivas e inacusativas permanecer em sua posição de base, e e) licenciamento de pronomes expletivos nulos, valendo ressaltar que esse licenciamento, conforme defendido por Pratas (2004) e assumido neste trabalho, ao contrário de Rizzi (op. cit.), não está associado ao fato de a morfologia flexional ser rica, o que refuta a *Hipótese da Uniformidade Morfológica* proposta por Jaeggli e Safir (1989). Não obstante, uma das propriedades substanciais que o PB compartilha com o inglês, o francês e o caboverdiano é o fato de a ordem VS estar restrita aos contextos inacusativos.

Classificar o PB como uma língua semi-pro-drop também ganha suporte quando observados os contextos estruturais descritos na seção 4.3.2.2 deste capítulo. Em contextos de orações coordenadas, gerundivas e participiais, sendo o

pronome foneticamente nulo, a leitura co-referente do sujeito da oração coordenada ou subordinada com o sujeito da oração coordenante ou principal, respectivamente, é obrigatória no PB, no PE, no inglês e no francês. E ainda, em contextos de orações imperativas, é obrigatória a não-realização fonética do sujeito no PE, no italiano, no PB, no inglês e no francês. Contudo, as assimetrias entre essas línguas constataam-se nos seguintes casos:

- a) em orações coordenadas, a realização fonética do sujeito no PE é obrigatória quando a referência é disjunta, não havendo, portanto, co-referência obrigatória do sujeito da oração coordenante com o sujeito da oração coordenada, ao passo que no inglês, no francês e no PB, o sujeito realizado foneticamente na oração coordenada pode ou ser co-referente com o sujeito da oração coordenante, ou receber leitura disjunta;
- b) Em orações subordinadas completivas e adverbiais, a realização fonética do sujeito é obrigatória no inglês e no francês, estando disponíveis as leituras co-referente e disjunta do sujeito da subordinada com o da principal, ao contrário do PB e do PE;
- c) Em contextos de pergunta-resposta com focalização do sujeito, é obrigatória no PB, no inglês, no PE e no italiano a realização fonética do sujeito nas respostas, contudo uma assimetria se observa entre as duas primeiras línguas por um lado, e as duas últimas, por outro; enquanto nas primeiras, sujeitos focalizados sempre aparecem em posição pré-

verbal, nas segundas sempre aparecem em posição pós-verbal, salvo os casos de não corresponderem a focos informacionais;

- d) Em contextos de respostas a interrogativas QU- que não incidem sobre o sujeito é obrigatória a não-realização fonética do sujeito no PE, ao contrário do inglês e do francês que aceitam marginalmente a realização fonética. No PB, essa marginalidade observada nessas duas últimas línguas inexistente: a realização fonética do sujeito nas respostas é preferencial nessa língua e marginalmente aceitável quando trata-se de uma categoria vazia;
- e) Em contextos de respostas a interrogativas totais, é obrigatória a não-realização fonética do sujeito no PE, ao contrário do inglês e do francês. Já no PB, o sujeito pode ser realizado foneticamente ou não, sendo preferencial o uso de uma categoria vazia;
- f) Em contextos de interrogativas “tags”, é obrigatória a não-realização fonética do sujeito no PE, ao contrário do inglês. No PB, há maior preferência pelo uso da não-realização fonética do sujeito do que por sua realização.

Em suma, a análise comparativa realizada entre o PB, o PE, o inglês e o francês, concernente ao licenciamento de sujeitos nulos e preenchidos e da referência dos mesmos, atesta o caráter semi-pro-drop do PB que, por um lado, compartilha as mesmas propriedades com as três línguas referidas, e, por outro, em alguns contextos estruturais, se aproxima do PE, e em outros se aproxima do

inglês e do francês, tendo, em alguns casos, propriedades que lhe são peculiares, distanciando-se dessas três línguas.

5 POR UMA ANÁLISE DA POSIÇÃO DOS SUJEITOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo tenho como objetivo precípua discutir sobre a posição dos sujeitos pré e pós-verbais no PB e no PE. Para tanto, evidenciarei que a generalização feita para a primeira língua de que os sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda, sendo duplicados por uma categoria pronominal em Spec, TP (Cf. COSTA; GALVES, 2002, KATO, 2000, BARBOSA; DUARTE; KATO, 2001, dentre outros) não é de todo satisfatória.

Quanto ao PE, assumirei com Costa (1998, 2000, 2003a), Brito (2001) e Costa e Galves (op. cit.), ao contrário de Barbosa (1996) e Barbosa, Duarte e Kato (op. cit.), que os sujeitos pré-verbais estão ocupando uma posição-A, nomeadamente Spec, AgrSP, não sendo Spec, TP licenciado nos contextos declarativos em análise por razões relacionadas à morfologia flexional nessa língua, tal como acontece no inglês (Cf. BOBALJIK, 1995). Um fato que merece destaque é que, ao argumentar que sujeitos pré-verbais no PB estão numa posição-A, defenderei que eles também se encontram em Spec, AgrSP, não sendo, portanto, Spec, TP uma posição-A disponível para hospedá-los, ao contrário do que é assumido por Kato (1999, 2000), Viotti (2003), Britto (2000), dentre outros.

Além dos aspectos acima elucidados, uma das hipóteses de trabalho a ser testada neste capítulo é a seguinte: o pronome fraco no PB, que duplica o sujeito numa construção como: O João *ele* beija a Maria, ao contrário do pronome fraco em francês: Jean, *il* embrasse Marie., funciona como uma espécie de marca de pessoa cuja lexicalização é pós-sintática. Portanto, a estrutura sintática em que esse pronome aparece nesses contextos no PB não corresponde a uma construção de Deslocamento à Esquerda Clítica em que o elemento deslocado é um tópico, cujo pronome co-referente encontra-se interno ao comentário, como sobejamente assumido na literatura.

De mais a mais, tomando por base a pesquisa desenvolvida por Costa e Galves (op. cit.), apresentarei evidências de que tanto no PB quanto no PE há movimento curto de V-para-T nos contextos declarativos, ao contrário de línguas como o francês. Nessa acepção, estando os sujeitos pré-verbais em ambas as línguas na posição mais alta da frase e tendo o verbo se movido até T, há motivação para que a componente morfológica atue sobre as derivações sintáticas nessas línguas. Para tanto, o movimento de descida de Agr-para-T, nomeadamente *Lowering*, é requerido na componente morfológica, a fim de que os nós sintáticos terminais fornecidos pela sintaxe a essa componente se fundam, não infringindo o requerimento da adjacência (Cf. HALLE; MARANTZ, 1993, BOBALJIK, 1995, dentre outros).

Com base no exposto acima, elaboro duas predições: a) o parâmetro EPP formulado por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) não ganha suporte empírico quando se observa que sujeitos pré-verbais ocupam Spec, AgrSP no PE, uma língua pro-drop prototípica, o que me leva a assumir, ao contrário dessas autoras, que o traço EPP da categoria AGR é checado por *Move* ou *Merge* de um DP e não pelo

movimento do verbo e b) o caráter “defectivo” de Agr na gramática do PB parece estar relacionado à morfologia flexional, que tem se tornado inerte à identificação de sujeitos nulos referenciais, e não diretamente ao fato de essa categoria possuir o traço-D fraco como propõem Costa e Galves (2002), por exemplo, tendo em vista que *Move* ou *Merge* de um DP no Spec dessa categoria funcional é licenciado, tal como ocorre no inglês.

Ao centrar minha atenção nos sujeitos pós-verbais, assumirei que os argumentos externos de verbos (in)transitivos estão em Spec, VP no PE, seguindo o viés argumentativo de Costa (1998, 2000), e que os “sujeitos” de verbos inacusativos encontram-se em sua posição de base nessa língua. Ademais, para o PB, sendo a inversão sujeito-verbo restrita aos contextos inacusativos (Cf. FIGUEIREDO SILVA, 1996, KATO, 1999, BERLINCK, 1989, 2000, COELHO, 2000, dentre outros), argumentarei que os “sujeitos” pós-verbais se encontram internos ao VP, tendo em vista que verbos inacusativos não selecionam argumentos externos (Cf. BURZIO, 1986 e BELLETTI, 1988).

Em suma, na seção 5.2, apresentarei alguns argumentos que favorecem a existência do movimento do verbo na sintaxe em algumas línguas particulares e evidenciarei, tomando por base a análise de Costa e Galves (op. cit.), que o verbo se move até T na gramática do PB e do PE em contextos declarativos; na seção 5.3, analisarei a posição dos sujeitos pré-verbais em ambas as línguas, onde não só discorrerei sobre algumas análises que assumem o fato de esses sujeitos estarem deslocados à esquerda, mas também apresentarei contra-evidências às mesmas, baseando-me nos argumentos de Costa (1998) para o PE e na hipótese de que construções com deslocamento à esquerda no PB, ao contrário do francês, não são necessariamente, estruturas com redobro de tópico; na seção 5.3, deterei minha

atenção na posição dos sujeitos pós-verbais e, por fim, na seção 5.4, apresentarei as conclusões depreendidas ao longo da análise desenvolvida neste capítulo.

5.2 ALGUMAS NOTAS SOBRE O MOVIMENTO DO VERBO

Pollock (1989), ao observar o comportamento assimétrico entre o inglês e o francês no que se refere à posição de advérbios de VP como “freqüentemente” ((*souvent* (francês), *often* (inglês)) e de quantificadores flutuantes como “todos” ((*tous* (francês), *all* (inglês))), chega a concluir que a primeira língua não possui movimento de V-para-I na sintaxe, ao contrário da segunda. Uma das evidências encontradas pelo autor é que nas sentenças declarativas do inglês esses advérbios e quantificadores não podem romper a adjacência entre o verbo e o seu complemento, ao passo que no francês é obrigatória a não-adjacência entre esses constituintes, o que implica considerar que o verbo se move para fora do VP nessa última língua conforme já mencionado no capítulo 2. Vejam-se, novamente, as seguintes frases extraídas de Pollock (op. cit., p. 367):

(1)a. *John kisses often Mary.

“O João beija freqüentemente a Maria.”

b. Jean embrasse souvent Marie.

“O João beija freqüentemente a Maria.”

c. John often kisses Mary.

“O João freqüentemente beija a Maria.”

d. *Jean souvent embrasse Marie.

“O João freqüentemente beija a Maria.”

(2)a. *My friends love all Mary.

“Meus amigos amam todos a Maria.”

b. Mes amis aiment tous Marie.

“Meus amigos amam todos a Maria.”

c. My friends all love Mary.

“Meus amigos todos amam a Maria.”

d. *Mes amis tous aiment Marie.

“Meus amigos todos amam a Maria.”

Além de evidenciar que o verbo se move na sintaxe numa língua como o francês, o autor propõe a cisão da categoria máxima flexional IP em TP e AgrP, havendo a possibilidade de intervir entre elas a categoria máxima NegP. Segundo ele, quando entre a negação e o advérbio aparece o verbo (Neg-V-Adv), há movimento curto deste para o núcleo flexional mais baixo, ao passo que, quando o verbo ocorre antes da negação e do advérbio (V-Neg-Adv), há movimento longo do mesmo para o núcleo flexional mais alto.

No que se refere à negação, em particular, há evidência de que nas línguas germânicas, quando o verbo sofre movimento para além do VP, ele é seguido pela

negação, conforme verifica Vikner (1995, p. 154 apud FIÉIS, 2003, p. 76) numa língua como o alemão:

(3)a. Gesagt daß Peter Reich ist hat sie nicht.

Dito que o-Pedro rico é tinha ela não

“Dito que o Pedro é rico ela não tinha.”

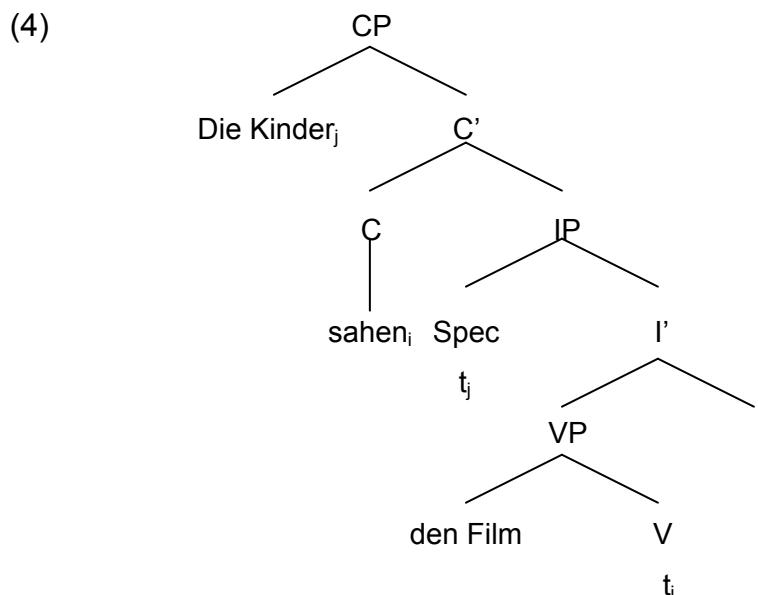
b. Gesprochen mit ihr hat er lange nicht mehr.

Falado com ela tinha ele muito não mais

“Falado com ela mais, ele não tinha há muito.”

Argumentos adicionais para a existência de movimento do verbo na sintaxe são apresentados em Fiéis (2003). Citando Vikner (op. cit.), essa autora também observa que em línguas V2, como o alemão, é obrigatório o movimento de V-para-C nas orações raízes, ou independentes, ficando o verbo na segunda posição, conforme ilustra a seguinte representação extraída de Vikner (Ibid., p. 42 apud FIÉIS, op. cit., p. 74) da frase *Die Kinder sahen den Film*. (“As crianças viram o filme”)¹:

¹ Agradeço a Cátia Carreira pela tradução desta frase do alemão para o português.



Com base na pesquisa de Holmberg (1986) e de Schwartz e Vikner (1996), a autora observa que o verbo no alemão não se move para C nas orações subordinadas quando o núcleo C está lexicalizado pelo complementador (cf. (5a)). Contudo, não sendo esse núcleo lexicalizado, o verbo aparece em segunda posição, o que implica dizer que ele se move até o núcleo funcional C (cf. (5b))²:

(5)a. Er sagt, daß die Kinder diesen Film gesehen haben.

Ele diz que as crianças este filme visto têm

“Ele diz que as crianças viram o filme.”

(HOLMBERG, op. cit, p. 43 apud FIÉIS, 2003, p. 74)

b. Sie glaubte Ø dieses Brot hatte das Kind gegessen.

Ele julgava Ø este pão tinha a criança comido

² Os grifos são da autora da citação.

“Ele julgava que a criança tinha comido o pão.”

(SCHWARTZ; VIKNER, op. cit., p. 22 apud *Ibid.*, p. 75)

Outra evidência para o movimento do verbo é encontrada em línguas como o inglês e o PE, consideradas V2 residuais pelo fato de nas interrogativas, a seguir, o verbo permanecer em segunda posição. Na primeira língua, verbos auxiliares podem mover-se para I, como é o caso do verbo *to be* (“ser, estar”) em (6a), ou para C, quando há extração de um elemento WH³. Nesse último caso, há movimento do auxiliar *do* (cf. (6b)). Vejam-se, também, as frases em (7a) e (7b) do PE⁴:

(6)a. Are you affraid?

“Você está com medo?”

b. Who did you see?

“Quem você viu?”

(*Ibid.*, p. 75)

(7)a. Quem encontrou o João no cinema?

b. A quem escreveu o Pedro?

(AMBAR, 1992, p. 58)

³ Cf. também Rizzi (1990).

⁴ Para uma descrição pormenorizada dos contextos de inversão sujeito-verbo no PE em que há movimento obrigatório de V-para-C nas interrogativas, cf. Ambar (1992).

Observando as frases em (7), o sujeito encontra-se em posição pós-verbal, tendo o verbo se alçado para uma posição mais alta. Contudo, ao contrário de Ambar (1992), que assume o movimento obrigatório de V-para-C nos contextos de inversão sujeito-verbo tanto em frases interrogativas quanto declarativas, Costa (1998, p. 123) argumenta que nessas últimas o verbo não pode mover-se até C, tendo em vista que em orações subordinadas o núcleo C já está lexicalizado, o que implica considerar que o verbo se move para um núcleo mais baixo na estrutura frásica, nomeadamente I:

(8) O Paulo disse que comeu a Maria a sopa.

Face às evidências acima apresentadas sobre a existência de movimento do verbo na sintaxe, ergue-se a questão: o que motiva, portanto, esse movimento em algumas línguas e não em outras? Explicações têm surgido sob duas perspectivas de análise: a) movimento do verbo é a causa de a morfologia ser rica (Cf. POLLOCK, 1989) e b) morfologia rica é a causa do movimento do verbo (Cf. VIKNER, 1997). Nesta pesquisa, tem sido assumida a segunda proposta.

Pollock (op. cit) argumenta que a causa do movimento do verbo em línguas como o francês tem a ver com a propriedade ligada à “transparência” do núcleo flexional Agr, que se caracteriza como morfologicamente rico por não bloquear a transmissão das funções- θ do predicador verbal aos seus argumentos, ao contrário do inglês. Em outras palavras, o autor assume que, sendo o Agr opaco no inglês, os verbos que atribuem funções- θ (nesse caso, os verbos lexicais) não podem ser

movidos a esse núcleo em virtude de ele bloquear a transmissão dessas funções. Somente verbos auxiliares podem ser movidos nessa língua, tendo em vista não serem capazes de atribuir funções- θ . Um dos aspectos problemáticos da proposta desse autor é que, não havendo movimento de V-para-I no inglês, é defendida a “descida” de I-para-V na sintaxe, uma operação que, como será discutida mais adiante, põe problemas ao ECP. Além disso, assumo com Bobaljik (1995) que no inglês o movimento de V-para-I na sintaxe não-visível, ou seja, em LF, segundo sugerido por Chomsky (1993), é, por sua vez, bloqueado, o que implica considerar que há motivação para existência de operações morfológicas atuando sobre as derivações sintáticas nessa língua.

Contrariamente à proposta de Pollock (op. cit.) que estabelece associação entre Agr transparente que permite a atribuição dos papéis temáticos e movimento do verbo, sendo este a causa da riqueza morfológica do núcleo flexional numa língua como o francês, Vikner (1997) argumenta que o movimento do verbo nas línguas particulares é conseqüência da riqueza morfológica da flexão verbal. Para tanto, ao discutir as diversas propostas de análises que se embasam no fato de a morfologia flexional rica ser o fator desencadeador do movimento do verbo (Cf. ROBERTS, 1985, 1993, KOSMEIJER, 1986, HOLMBERT; PLATZACK, 1988, 1990, PLATZACK, 1988, PLATZACK; HOLMBERG, 1989, ROHRBACHER, 1994) e, com base na análise de paradigmas flexionais em diversas línguas, o autor chega à formulação da seguinte generalização, conforme já discutida no capítulo precedente:

- (9) Movimento de V^0 -para- I^0 se e somente se todos os tempos são flexionados para pessoa.

Assumindo nesta pesquisa a generalização formulada em (9) de que a morfologia rica que motiva o movimento do verbo está relacionada à morfologia de pessoa presente em todos os tempos verbais, foi plausível assumir no capítulo precedente, tomando por base os paradigmas flexionais do PB e do PE conjugados no presente e no pretérito, que a morfologia flexional relacionada a esse movimento é rica em ambas as línguas. Nessa acepção, analisando as frases declarativas do PB e do PE, a seguir, extraídas de Costa e Galves (2002, p. 111), corrobora-se a proposta de Vikner (op. cit): advérbios de VP e quantificadores flutuantes podem ocorrer entre o verbo e o seu complemento, o que serve de evidência empírica, à semelhança do francês, de que o verbo se move para fora do VP:

(10)a. O João beija freqüentemente a Maria.

b. As crianças beijam todas a Maria.

(11)a. Jean embrasse souvent Marie.

“O João beija freqüentemente a Maria.”

b. Mes amis aiment tous Marie.

“Meus amigos amam todos a Maria.”

Não obstante a semelhança atestada entre o francês, o PB e o PE acima, as duas últimas línguas permitem que o advérbio *freqüentemente* e o quantificador flutuante *todas* rompam a adjacência entre o sujeito e o verbo, ao contrário do francês:

(12)a. O João freqüentemente beija a Maria.

b. As crianças todas beijam a Maria.

(13)a. *Jean souvent embrasse Marie.

“O João freqüentemente beija a Maria.”

b. *Mes amis tous aiment Marie.

“Meus amigos todos amam a Maria.”

Com base na assimetria acima, poder-se-ia pensar, à primeira vista, que a possibilidade de o advérbio e o quantificador flutuante ora ocuparem a posição pré-verbal (cf. (12)), ora a posição pós-verbal (cf. (10)) seria evidência de que o movimento de V-para-I na gramática do PB e do PE é opcional. No entanto, Costa e Galves (op. cit.) apresentam argumentos convincentes à não-opcionalidade:

a) posição de advérbios como *bem* e *atentamente* só são legitimados em posição pós-verbal⁵:

(14)a. *O Pedro bem/ atentamente leu o livro.

a'. O Pedro leu bem/ atentamente o livro.

⁵ Cf. também Figueiredo Silva (1996) e Galves (2001).

b) posição do verbo entre dois advérbios (cf. (15c)), ou entre um quantificador flutuante e um advérbio (cf. (15a) e (15b)):

(15)a. Os meninos todos beijam frequentemente a Maria. (OKPE ??PB)

b. Os meninos frequentemente beijam todos a Maria. (OKPE *PB)

c. Os meninos ontem leram bem o livro (OKPE OKPB)

c) posição distinta para advérbios que são ambíguos entre uma leitura de modo e uma leitura orientada para o sujeito:

(16)a. O Pedro atentamente leu o livro. (Orientado para o sujeito/ *Modo)

b. O Pedro leu atentamente o livro. (*Orientado para o sujeito/ Modo)

Portanto, face às evidências apresentadas de (14) a (16), sou levada a assumir com Costa e Galves (op. cit.) que o movimento do verbo é obrigatório na gramática do PB e do PE. Assumindo a cisão da categoria funcional IP em AgrP e TP, a questão que se ergue é saber para que núcleo flexional o verbo se move nessas línguas se para Agr, à semelhança do francês, ou para T. Conforme será discutido na seção 5.2.1, apresentarei evidências de que o verbo não se move para o núcleo funcional mais alto, mas pára em T, o que culmina no movimento curto do mesmo (Cf. GALVES, 2001, COSTA; GALVES, op. cit. e BRITO, 2001), ao contrário do que é defendido por Figueiredo Silva (1996) para o PB.

5.2.1 Evidências para movimento curto de V-para-T no Português Brasileiro e no Português Europeu

Conforme já evidenciado na seção anterior, há movimento do verbo na sintaxe do PB e do PE em frases declarativas, sendo a causa motriz desse movimento o fato de a morfologia de pessoa estar presente em todos os tempos verbais. A questão não explorada até o momento diz respeito ao lugar de pouso do verbo nessas línguas.

Costa e Galves (2002), ao argumentarem que o verbo não se move opcionalmente na sintaxe do PB e do PE, observam que advérbios como *inteligentemente*, quando possuem leitura orientada para o sujeito, necessariamente rompem a adjacência entre o sujeito e o verbo nessas línguas, ao passo que, possuindo esse mesmo advérbio leitura de modo, ele deve seguir o verbo, ao contrário do francês. Nessa última língua, esse tipo de advérbio, ao romper a adjacência entre o verbo e o objeto, possui os dois tipos de leitura indistintamente (cf. (18)):

- (17)a. O Pedro inteligentemente leu o livro. (leitura orientada para o sujeito/
*leitura de modo)
- b. O Pedro leu inteligentemente o livro. (*leitura orientada para o
sujeito/ leitura de modo)

(18) Pierre lit *intelligemment* le livre. (leitura orientada para o sujeito/ leitura de modo)⁶

(COSTA; GALVES, op. cit., p. 112-113)

Assumindo com Costa (1998) que advérbios com leitura orientada para o sujeito estão adjungidos à projeção TP e que advérbios de modo estão adjungidos ao VP, fica evidenciado que em (17) o verbo se move até o núcleo T⁷. Já no francês, tendo em vista a ambigüidade entre a leitura de orientação para o sujeito e a leitura de modo do advérbio que segue obrigatoriamente o verbo, este se encontra no núcleo mais alto da frase, nomeadamente, Agr. Com base nisso, vejam-se as seguintes configurações sintáticas em (19a) e (19b) propostas por Costa e Galves (op. cit., p. 113) para o português e o francês, respectivamente:

(19)a. *Portuguese*:

[AgrSP S [TP Adv_{SO} [TP V [VP Adv_{Manner}

b. *French*⁸:

[AgrSP S V [TP Adv_{SO} [TP t_v [VP Adv_{Manner}

⁶ Grifo dos autores da citação.

⁷ Cf. também Costa (1998) para uma análise similar para o PE em particular.

⁸ Citando Williams (1994), Costa e Galves (op. cit) verificam que as duas posições disponíveis para o advérbio *intelligemment* ora em adjunção a TP, ora em adjunção ao VP, ganha suporte empírico quando a negação está presente nas frases declarativas nessa língua. A presença desse constituinte na frase cessa a ambigüidade entre a leitura com orientação para o sujeito e a leitura de modo, como mostrado a seguir:

- (i)a. Pierre ne lit *intelligemment* pas le livre. (Subject-oriented/ *Manner)
 b. Pierre ne lit pas *intelligemment* le livre. (*Subject-oriented/ Manner)
 “O Pedro não lê inteligentemente o livro.”

Evidência adicional para o movimento curto do verbo no PB e no PE tem a ver com a assimetria constatada entre essas línguas e o italiano. Nessa última, Costa e Galves (op. cit.), citando Belletti (1990), observam que quantificadores indefinidos como *Nessuno* (“ninguém”) só podem ser legitimados na posição pré-verbal se recebem uma entoação especial, ou seja, se são marcados como focos⁹. Não obstante, no PB e no PE, esses quantificadores não estão submetidos a esse tipo de restrição. A falta de adjacência atestada em (20) em ambas as línguas difere da que é encontrada no italiano. Nessas línguas, advérbios como *provavelmente* e *possivelmente* rompem a adjacência entre o sujeito e o verbo (cf. (20)), ao contrário do italiano (cf. (21)):

(20)a. Ninguém provavelmente falhou.

(COSTA; GALVES, 2002, p. 111)

b. Ninguém provavelmente fica em casa o dia todo.

c. Alguém possivelmente terá achado a solução.

(GALVES, 2001, p. 109)

(21)a. **Nessuno probabilmente ha sbagliato.*

“Ninguém provavelmente falhou.”

(COSTA; GALVES, loc. cit.)

⁹ Para uma análise similar, cf. Barbosa (1996).

Portanto, se o verbo pára em T, fica explicada a falta de adjacência entre o sujeito e o verbo nas frases em (20), bem como fica evidenciado, por um lado, que o traço-V de T é forte em ambas as línguas. No francês, por outro lado, o traço-V de Agr é forte e, portanto, o verbo sobe até esse núcleo funcional para a verificação desse traço.

Retomando o viés argumentativo delineado no capítulo precedente de que morfologia que licencia e identifica sujeitos nulos referenciais não tem a ver com morfologia que motiva o movimento do verbo, ao contrário de Gonçalves (1994), é possível verificar que, embora o francês possua um paradigma flexional bastante enfraquecido formal e funcionalmente nos termos de Roberts (1993), o movimento do verbo é legítimo na gramática dessa língua, em virtude de a morfologia de pessoa estar presente em todos os tempos, corroborando a análise de Vikner (1997)¹⁰.

Costa e Figueiredo Silva (2003b) também observam que, embora o movimento do verbo seja possível no PB, no PE e no francês, essas línguas diferem no que concerne ao lugar de pouso do núcleo verbal. Segundo eles, o comportamento assimétrico entre movimento curto do verbo no PB e no PE e movimento longo desse núcleo no francês não está relacionado à morfologia de pessoa, mas à morfologia de número. Sendo o francês uma língua que possui menos morfologia flexional de número, se comparado ao PE, por exemplo, o verbo se move para o núcleo funcional mais alto. Essa proposta é, a meu ver, bastante pertinente e carece de um estudo mais amplo que contemple outras línguas que possuem movimento do verbo, a fim de testar se a morfologia de número tem, de fato, implicações para o lugar de pouso dos verbos.

¹⁰ Para uma análise mais pormenorizada sobre línguas que possuem movimento do verbo, sugiro ao leitor conferir Vikner (op. cit.).

5.3 SOBRE A POSIÇÃO DOS SUJEITOS PRÉ-VERBAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

5.3.1 Sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda (BARBOSA, 1996, ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998)

Analisando a posição dos sujeitos pré-verbais em línguas de sujeito nulo, em específico, nas línguas românicas, Barbosa (1996) assume que a real posição argumental para os sujeitos nessas línguas é Spec, VP, posição onde são gerados, sendo a posição pré-verbal uma posição não-A, tendo em vista os sujeitos ou estarem deslocados à esquerda, ou sofrerem movimento-A' para uma posição relacionada com Foco, ao contrário do que é assumido por Rizzi (1982) e Burzio (1986). As evidências encontradas pela autora baseiam-se em dois dialetos do norte da Itália: o trentino e o fiorentino, que possuem clíticos sujeitos, além dos sujeitos que se encontram deslocados à esquerda. Tal proposta implica considerar, portanto, que os sujeitos pré-verbais em línguas não-pro-drop, como o inglês e o francês, ocupam uma posição-A, nomeadamente Spec, IP, e que a ordem SVO atestada nas línguas pro-drop consiste ou de construções com Deslocamento à Esquerda Clítica (*Clitic Left Dislocation* (CLLD)) ou do movimento do DP sujeito para o Spec de uma categoria funcional relacionada com foco, nomeadamente Spec, CP.

Partindo do acima exposto, a autora assume que, nos casos de inversão sujeito-verbo numa língua como o italiano, Spec, IP é preenchido por um expletivo nulo (*pro*), à semelhança de Rizzi (1997), havendo o movimento do verbo até I e

permanecendo o sujeito em sua posição de base, Spec, VP (cf. (22a')). Nos casos da ordem SVO, duas situações podem ser depreendidas: a) o sujeito encontra-se deslocado à esquerda numa posição de adjunção à categoria máxima IP, sendo duplicado por um *pro* na posição Spec, IP, havendo movimento de V-para-I (cf. (23a')) e b) o sujeito ocupa Spec, CP nos contextos de focalização via movimento-A' e o verbo move-se até o núcleo dessa categoria funcional mais alta (cf. (24a'))¹¹:

(22)a. Telefona Gianni.

a'. [_{IP} *pro* (expletive) [_{I'} telefona [_{VP} Gianni t]]]

(23)a. Gianni telefona.

a'. [_{IP} Gianni_i [_{IP} *pro*_i telefona ...]]

(24)a. GIANNI telefona.

a'. [_{CP} GIANNI [_{C'} telefona t]]

(BARBOSA, 1996, p. 376)

A fim de fundamentar sua proposta de análise para a distinção entre línguas pro-drop e não-pro-drop no que se refere à posição estrutural dos sujeitos pré-verbais, a autora lança mão de estruturas frásicas do fiorentino (doravante F) e do

¹¹ O sujeito focalizado é identificado por letras capitais.

trentino (doravante T) em que clíticos sujeitos devem ser realizados foneticamente¹², ao contrário do que acontece no italiano *standard*, que não possui clíticos sujeitos:

(25)a. *Italiano standard*: Parli

“(você) fala.”

b. *Fiorentino*: *(Tu) parli

“*(você) fala.”

c. *Trentino*: *(Te) parli

“*(você) fala.”

(Ibid., p. 377)

Num estudo anterior ao de Barbosa, Brandi e Cordin (1989, p. 112), ao analisarem também os dois dialetos acima mencionados, defendem que os pronomes em (25b) e (25c) não podem ser analisados como pronomes tônicos, mas como clíticos em virtude de a adjacência entre esses pronomes e o verbo ser requerida obrigatoriamente:

(26)a. *La ieri ha cantato a Milano (F)

b. *La algeri ha cantá a Milan (T)

“Ela ontem cantou em Milão.”

¹² Para uma análise mais detalhada desses dois dialetos do italiano, sugiro ao leitor consultar Brandi e Cordin (1989).

Estabelecendo um paralelo com o francês, poder-se-ia inferir que o trentino e o fiorentino seriam línguas não-pro-drop em virtude de possuírem clíticos sujeitos. Não obstante, enquanto no francês todas as pessoas do paradigma de flexão verbal possuem esses constituintes que lhes correspondem, nos dois dialetos italianos nem todas as pessoas têm esses clíticos: no fiorentino, a primeira pessoa do singular pode opcionalmente possuir um clítico sujeito, ao contrário das demais que o exigem, ao passo que, no trentino, não só a primeira pessoa do singular, como também a primeira e a segunda pessoa do plural carecem de clíticos sujeitos¹³:

(27)

FRANCÊS	FIorentINO	TRENTINO	
Je parle	(E) parlo	Parlo	Eu falo
Tu parles	Tu parli	Te parli	Tu falas
Il parle	E parla	El parla	Ele fala
Elle parle	La parla	La parla	Ela fala
Nous parlons	Si parla	Parlem	Nós falamos
Vous parlez	Vu parlate	Parlé	Vocês falam
Ils parlent	E parlano	I parla	Eles (masc.) falam
Elles parlent	Le parlano	Le parla	Elas (fem.) falam

Tabela 5.1: Paradigmas flexionais de clíticos sujeitos no francês, no trentino e no fiorentino

Outra evidência apresentada por Brandi e Cordin (op. cit) que atesta a assimetria entre o francês, por um lado, e o trentino e o fiorentino, por outro, é que na primeira língua, clíticos sujeitos são opcionais (cf. (28)), não sendo permitida a co-ocorrência de sujeitos lexicais com clíticos sujeitos (cf. (29a)), exceto quando os primeiros estão deslocados à esquerda (cf. (29a')), sendo exigido, nesses casos, um

¹³ Os paradigmas do trentino e do fiorentino foram extraídos de Brandi e Cordin (1989, p. 113). Já o paradigma do francês foi-me fornecido por Jair Farias.

corte entoacional representado graficamente pela vírgula. Nas duas últimas línguas, é obrigatória essa co-ocorrência quer o sujeito lexical seja um pronome tônico (cf. (30)) ou um nome (cf. (31)):

(28)a. Il parle.

“Ele fala.”

a'. Jean parle.

“O João fala.”

(29)a. *Jean il parle.

“O João ele fala.”

a'. Jean, il parle.

“O João, ele fala.”

(30)a. Te tu parli (F)

b. Ti te parli (T)

“Você você fala.”

(31)a. Mario e parla (F)

b. El Mario el parla (T)

“(O) Mário ele fala.”

(BRANDI; CORDIN, 1989, p. 113-114)

De mais a mais, Brandi e Cordin (op. cit, p. 115) verificam que no trentino e no fiorentino há inversão sujeito-verbo com todos os tipos de verbos, uma das propriedades típicas das línguas pro-drop (Cf. RIZZI, 1988, 1997), valendo dizer ainda que efeitos de definitude não são atuantes sobre o DP pós-verbal em construções inacusativas, ao contrário do que ocorre em línguas não-pro-drop como o inglês e o francês¹⁴. Quando o sujeito está em posição pós-verbal, a concordância morfológica se estabelece com o clítico visível ou não-visível, exibindo concordância de 3ª pessoa do singular nos dois dialetos:

(32)a. Gl'è venuto delle ragazze (F)

b. E' vegnú qualche putela (T)

“Veio algumas garotas.”

(33)a. Gl'è venuto la Maria. (F)

b. E' vegnú la Maria. (T)

“Veio a Maria.”

(34)a. Gl'ha telefonato delle ragazze (F)

b. Ha telefoná qualche putela (T)

“Telefonou algumas garotas.”

¹⁴ Sugiro ao leitor consultar o capítulo 4 para maiores detalhes sobre as propriedades das línguas pro-drop e não-pro-drop.

Caso os sujeitos estejam em posição pré-verbal, conforme ilustram os exemplos abaixo do fiorentino extraídos de Barbosa (1996, p. 379), o sujeito lexical pode não ser realizado foneticamente, contudo o clítico sujeito deve ser flexionado para gênero, número e pessoa¹⁵:

(35)a. *le* hanno telefonato.

cl-3sg-FEM têm telefonado.

“Elas telefonaram.”

b. Delle ragazze *le* hanno telefonato.

Algumas garotas *cl-3sg-FEM* têm telefonado

“Algumas garotas elas telefonaram.”

Tomando por base as evidências empíricas apresentadas por Brandi e Cordin (op. cit), Barbosa (op. cit.) assume que os clíticos sujeitos são realizações morfológicas dos traços pronominais de I como resultado da co-indexação com os traços do sujeito lexical que requer o clítico plenamente flexionado.

Além de assumir que sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda, sendo duplicados por clíticos sujeitos, Barbosa (op. cit., p. 382) argumenta que, em virtude de QPs nus e QPs negativos não poderem ser deslocados à esquerda (cf. (36b))¹⁶, a única posição pré-verbal para esses sintagmas é Spec, CP (cf. (37)). Nesses casos, os QPs passam por movimento-A' e requerem morfologia de concordância neutra, ou seja, concordância de 3ª pessoa do singular:

¹⁵ Os grifos são da autora da citação.

¹⁶ A autora baseia essa análise nos trabalhos de Rizzi (1986) e Cinque (1991).

(36)a. Nisun vien.

“Ninguém vem.”

b. *Nisun el vien.

“Ninguém ele vem.”

(37) [_{CP} Nisun [vien t]]

Outro argumento adicional que, segundo Barbosa (1996), vem corroborar o fato de que a única posição-A para os sujeitos nas línguas de sujeito nulo é Spec, VP tem a ver com propriedades de ligação-A. Essa autora, ao analisar uma língua pro-drop como o PE, verifica que a ligação-A não pode ser estabelecida entre um sujeito lexical e um pronome quando este está na posição pré-verbal. Caso contrário, se estiver na posição pós-verbal, a ligação-A é atestada entre esses constituintes:

(38)a. *Nenhum aluno_i disse que ele_i falaria com ela.

b. Nenhum aluno_i disse que falaria ele_i com ela.

(Ibid., p. 390)

Seguindo o viés argumentativo de Barbosa (op. cit.), Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) assumem que nas línguas de sujeito nulo a única posição-A para os sujeitos é, de fato, Spec, VP. Essas autoras propõem que a checagem do

traço EPP, que é universalmente forte, dá-se de forma diferenciada em línguas *pro-drop*, como o grego, o italiano e o espanhol, e em línguas não-*pro-drop*, como o francês e o inglês. Nas primeiras, esse traço é checado por *Move* ou *Merge* de um X^0 , ao passo que nas últimas sob *Move* ou *Merge* de um XP, o que implica considerar que, nestas últimas, os DPs sujeitos têm propriedades-A. Ademais, é assumido que nestas o traço-D forte (ou melhor, o traço EPP) de AgrSP força a presença de um XP em seu Spec, a fim de esse traço ser checado. Do contrário, em línguas *pro-drop*, Spec, AgrSP não precisa ser projetado, tendo em vista os sujeitos pré-verbais terem propriedades-A'.

São apresentadas pelas autoras evidências de ordem distribucional, interpretacional e de ligação que corroboram o fato de no grego e no catalão, línguas *pro-drop*, os sujeitos pré-verbais estarem deslocados à esquerda, ao contrário do francês e do inglês, por não possuírem propriedades-A.

Quanto ao aspecto distribucional, as autoras observam que advérbios no grego podem intervir entre o sujeito e o verbo, rompendo a adjacência entre eles, ao contrário do francês. Em outras palavras, elas assumem que a ordem SVO no grego evidencia a ausência de Configuração Spec/Head entre o verbo movido para I e o sujeito. Nesses casos, eles não estão dentro da mesma projeção máxima à semelhança do que acontece com os objetos não-focalizados, que ocupam a posição inicial da frase nessa língua, sendo separados do verbo por advérbios (cf. (40)). Observem-se os contrastes entre (39a) e (39b) do grego e do francês, respectivamente:

(39)a. O Petros xtes meta apo polés prospathies sinandise ti Maria

O Pedro ontem depois de muitos esforços encontrou a Maria

“Depois de muitos esforços, o Pedro encontrou a Maria ontem.”

b. *Jean probablement/hier a recontré Maria.

“O João provavelmente/ontem encontrou a Maria.”

(40) ti Maria kthes meta apo polles prospathies ti sinandise o Petros.

A Maria ontem depois de muitos esforços cl-acc encontrou o Pedro

“A Maria, depois de muitos esforços, o Pedro encontrou-a ontem.”

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998, p. 502-503)

Outra evidência distribucional que atesta a ausência de Configuração Spec/Head entre o sujeito e o verbo tem a ver com a possibilidade de sujeitos precederem complementadores, ao contrário do inglês:

(41) Epidi o Petros na erthi i Maria tha figi.

Porque o Pedro se vem a Maria FUT sair

“Porque se a Maria vem, o Pedro sairá.”

(42) *because Eric if Maria comes will leave.

Porque o Eric se a Maria vem sairá

“Porque se a Maria vem, o Eric sairá.”

Quanto ao segundo tipo de evidência relacionado ao aspecto interpretativo, em específico, no que concerne à interpretação de escopo dos QPs e DPs indefinidos, as autoras, assumindo com Cinque (1982) e May (1985), que as propriedades de escopo desses constituintes são preservadas quando movidos para uma posição-A, verificam que o grego escapa a essa situação. Sujeitos pré-verbais quantificados e indefinidos não possuem escopo ambíguo, ao contrário do que ocorre quando estão em Spec, VP, a única posição-A nessa língua. Em (43), o DP indefinido *Kapios fititis* (“algum estudante”) tem necessariamente escopo largo sobre o QP *kathe arthro* (“toda cláusula”), ao passo que em (44), por estar em sua posição de base, possui escopo largo ou estreito:

(43) *Kapios fititis sthiothetise kathe arthro.*

Algum estudante arquivou toda a cláusula

“Algum estudante arquivou toda a cláusula.”

(44) *sthiothetise kapios fititis kathe arthro.*

“Arquivou algum estudante toda a cláusula.”

De mais a mais, DPs indefinidos pré-verbais têm, em geral, leitura partitiva no grego, ao passo que, estando em posição pós-verbal, a única leitura disponível é a existencial. No inglês, ao contrário, as duas leituras são possíveis aos sujeitos pré-verbais:

(45) Ena pedhi diavasi to 'Paramithi horis Onoma'.

Uma criança leu o 'Conto de fadas sem um Título'.

"Uma certa criança/ uma das crianças leu 'o Conto de fadas sem um Título.'"

(46) diavasi ena pedhi to 'Paramithi horis Onoma'.

Leu uma criança o 'Conto de fadas sem um Título'.

"Leu uma criança o 'Conto de fadas sem um Título.'"

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998, p. 506)

Quanto à última evidência a favor da generalização de que sujeitos pré-verbais em línguas pro-drop encontram-se numa posição-A', as autoras assumem com Sòla (1992) e Barbosa (1994) que a ligação-A só pode ser estabelecida se o sujeito estiver em Spec, VP, caso contrário a frase é agramatical numa língua de sujeito nulo como o catalão:

(47) *Tots els estudiants_i es pensen que ells_i aprovaran.

"Todos os estudantes pensam que eles passaram."

(48) tots els jugadors_i estan convencus que guanyaran ells_i.

"Todos os jogadores estão convencidos que vencerão eles."

(Ibid., p. 509-510)

Face às evidências acima apresentadas, Alexiadou e Anagnostopoulou propõem que nas línguas pro-drop, tendo em vista os sujeitos estarem deslocados à

esquerda, a única forma de checagem do traço EPP de AgrSP é através de *Merge* ou *Move* de um X^o, o que as leva a classificar essas línguas como EPP fracas, ao contrário do inglês e do francês, línguas EPP fortes, que permitem *Merge* ou *Move* de um XP no Spec, AgrSP. Nessas últimas línguas, esse XP pode corresponder a um expletivo que é inserido em Spec, IP (ex.: *There arrived three girls.*) ou a um DP movido de sua posição de base para essa posição-A (ex.: *Three girls arrived.*). A distinção entre esses dois grupos de línguas leva-as, portanto, à formulação do Parâmetro EPP que tem a ver com a maneira como o traço EPP é checado: a) *Move* ou *Merge* de um XP (*línguas EPP fortes*) e b) *Move* ou *Merge* de um X^o (*línguas EPP fracas*)¹⁷. Sob a existência desse parâmetro, essas autoras defendem que línguas pro-drop, como o grego, têm a possibilidade de checar o traço EPP através dos afixos de concordância que ocorrem no verbo, os quais têm o status categorial de um pronome¹⁸ em virtude de incluir “a nominal element ([+D, + interpretable phi-features, potentially +Case]” (Alexiadou e Anagnostopoulou (1998, p. 516)¹⁹, à semelhança dos pronomes no paradigma flexional do inglês²⁰:

(49)

INGLÊS	GREGO	
I love	agapo	Eu amo
You love	agapas	Tu amas
He loves	agapa	Ele ama
We love	agapame	Nós amamos
You love	agapate	Vós amais
They love	agapane	Eles/Elas amam

Tabela 5.2: Paradigmas flexionais do inglês e do grego no presente do indicativo extraídos de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998, p. 517)

¹⁷ Essa questão será retomada com mais detalhes no próximo capítulo.

¹⁸ Alexiadou e Anagnostopoulou (1998, p. 531) propõem: “the AGR affix actually replaces the subject DP in its EPP-licensing capacity.” (o afixo AGR realmente substitui o DP sujeito em sua capacidade de licenciar o EPP. – Tradução minha).

¹⁹ um elemento nominal ([+D, +traços-phi interpretáveis, +Caso potencialmente. – Tradução minha

²⁰ Os grifos no paradigma flexional do grego são das autoras da citação.

Tomando por base os dois dialetos italianos descritos no início desta seção, o trentino e o fiorentino, as autoras também argumentam que, sendo línguas de sujeito nulo, a checagem do traço EPP não pode dar-se via *Merge/Move* de um XP, mas através de um elemento X⁰ inserido no núcleo AgrS que corresponde, nesses casos, ao clítico sujeito.

Argumentando que não há expletivos nulos na ordem VSO em línguas pro-drop na posição Spec, IP (cf. capítulo 6), ao contrário do que é assumido por Rizzi (1982) e Burzio (1986), é proposto pelas autoras que a checagem do traço-EPP da categoria AgrSP dá-se, conforme já referido, via movimento do verbo para o núcleo dessa categoria funcional, tendo em vista os afixos de concordância possuírem uma natureza pronominal. Não obstante, ergue-se o seguinte questionamento: sendo o francês uma língua em que o traço-EPP é checado por *Merge* ou *Move* de um XP, que motivação haveria para o movimento do verbo para o núcleo flexional mais alto?

A explicação formulada para a questão acima baseia-se na seguinte predição: “A language that is pro-drop must be V-raising, but a language that is V-raising is not necessarily pro-drop.”²¹ (ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998, p. 527). O francês, embora seja uma língua não-pro-drop, tem movimento de V-para-Agr. Nesses casos, o traço-V forte de T é checado através do movimento do verbo que, após checado, sobe juntamente com o verbo para o núcleo Agr, a fim de que o traço-N forte de T relacionado com Caso e o traço EPP de AgrSP sejam checados simultaneamente. Portanto, Spec, TP não é preenchido por *Merge* ou *Move* de um XP, ao contrário de línguas como o islandês e o holandês (Cf. BOBALJIK, 1995).

Vale dizer, de antemão, que, a partir da análise da posição dos sujeitos pré-verbais no PB e no PE a ser realizada na seção 5.3.2, apresentarei contra-

²¹ Uma língua que é pro-drop deve ter movimento do verbo, mas uma língua que tem movimento do verbo não é necessariamente pro-drop. - Tradução minha

evidências à existência do Parâmetro EPP formulado por Alexiadou e Anagnostopoulou (op. cit) pelo fato de nessas línguas os sujeitos não estarem deslocados à esquerda, ao contrário do que defendem Barbosa (1996), Barbosa, Duarte e Kato (2001), Duarte (2000), Kato (2000), dentre outros. Para tanto, antes de desenvolver essa análise, centrarei minha atenção na seção que se segue em que discutirei análises já desenvolvidas sobre sujeitos pré-verbais no PB que vão na direção de a ordem SVO ser uma construção com Deslocamento à Esquerda Clítica.

5.3.1.1 O caso do Português Brasileiro

Tem sido sobejamente assumido que sujeitos pré-verbais no PB estão deslocados à esquerda, sendo duplicados por um pronome co-referencial nulo ou preenchido²² (Cf. FIGUEIREDO SILVA, 1996, BARBOSA, DUARTE; KATO, 2001, DUARTE, 2000, BRITTO, 2000, KATO, 2000, COSTA; GALVES, 2002, dentre outros.). As evidências para essa análise baseiam-se no fato de as construções com duplicação do sujeito serem bastante produtivas no PB e de essa língua ser orientada para o tópico (Cf. PONTES, 1986).

Muito produtivas na gramática do PB, as construções com duplicação do sujeito ocorrem quer em sentenças principais, quer em sentenças subordinadas, podendo haver ou não um corte entoacional, bem como outros constituintes que intervenham entre eles, conforme observa Duarte (2000). Ademais, o sujeito

²² Este pronome que está co-indexado ao sujeito é comumente chamado na literatura de “pronome lembrete” ou “resumptivo”.

duplicado pode ser definido, indefinido ou arbitrário (cf. (50), (51) e (52), respectivamente):

(50) Eu_i, a Maria, uma vez eu_i convidei só pra ver se ela vinha.

(FIGUEIREDO SILVA, 1996, p. 84)

(51) Eu acho que um trabalho sério_i ele_i teria que começar por aí.

(52) Você_i, no Canadá, você_i pode ser o que quiser.

(DUARTE, op. cit, p. 28-29)

Além dos contextos acima, Britto (op. cit, p. 200), citando Duarte (1995), também observa que sujeitos duplicados podem aparecer em sentenças relativas livres deslocadas (*dislocated free relatives*) ou com DPs quantificados:

(53) [Quem vem fazer compras no Serra e Mar]_i ele_i não faz compras, ele_i passa momentos de alegria.

(54) [Toda pessoa que assiste uma peça]_i ela_i tem uma opinião (...)

A autora ainda verifica que não pode haver duplicação do sujeito quando os juízos são téticos, independentemente da definitude do DP. Não obstante,

recebendo o DP leitura pressuposicional, ele pode ser duplicado, o que caracteriza um juízo categórico²³. Em se tratando de sentenças com leituras genéricas e universais que expressam esse último tipo de juízo pode haver duplicação do sujeito no PB (cf. (56)), uma situação que contraria o que é observado por De Cat (2003, p. 9) para o francês (cf. (55)):

(55) *Tout homme, il est mortel.

“Todo homem, ele é mortal.”

(56)a. [Toda criança]_i ela_i aprende rápido a gostar de Coca-Cola.

b. [Todo homem]_i ele_i odeia se sentir fraco.

(BRITTO, op. cit., p. 202)

Ao contrário do PB, construções com duplicação de sujeitos pré-verbais são marcadas no PE. Os sujeitos dessas construções necessitam de uma interpretação de foco, não podendo haver adjacência sintática entre eles e o pronome resumptivo e, ainda, a presença de um corte entoacional é obrigatória:

(57)a. O João... ele estupidamente entornou o café.

(COSTA, 2003a, p. 39)

²³ A distinção entre juízo tético e categórico será apresentada no fim dessa seção quando eu me reportar ao trabalho de Kato (1989).

b. A: Quem foi à praia?

B: O Pedro...ele foi, os outros não sei.

(COSTA; GALVES, 2002, p. 119)²⁴

Além do contexto marcado ao qual os sujeitos duplicados estão submetidos no PE, Galves (1998) observa que sentenças subordinadas com esses sujeitos não são produzidas pela gramática dessa língua (cf. (58)). Contudo, como atestam Costa e Galves (2002), a posição pós-verbal está disponível para o pronome lembrete nessa gramática (cf. (59)), ao contrário da do PB que não produz inversão sujeito-verbo com verbos (in)transitivos:

(58) Eu acho que o povo brasileiro ele tem uma grave doença. (PB *PE)

(59) O Pedro, leu ele o livro. (*PB PE)

(Ibid., p. 115, 118)

Segundo Duarte (2000, p. 27), a emergência de construções com duplicação do sujeito e a não-produção da ordem VS com verbos (in)transitivos no PB evidenciam que essa língua está caminhando para se tornar uma língua não-pro-

²⁴ Costa e Galves (op. cit, p. 119) observam que o sujeito deslocado na resposta em (57b) é similar ao que ocorre no par pergunta-resposta em (i) quando o constituinte com função de objeto é um tópico marcado na resposta recebendo leitura contrastiva:

(i)A: O que é que o Pedro comeu?

B: A sopa... ele comeu-a, o resto... não sei.

drop, como o francês, em virtude do enfraquecimento de sua morfologia de flexão verbal e, conseqüente, perda do *Princípio Evite Pronome*. Não obstante assumirei em parte a proposta dessa autora no sentido de que a duplicação do sujeito tem a ver com a perda morfológica de algumas pessoas do paradigma flexional no PB e não necessariamente com a perda do Princípio supracitado que tem a ver com a diferente fixação do Parâmetro do Sujeito Nulo. Conforme será evidenciado adiante, embora no francês, uma língua de sujeito não-nulo, construções de duplicação do sujeito sejam possíveis, elas diferem das que são encontradas em PB (Cf. COSTA; DUARTE; SILVA, 2004).

Duarte defende que o processo de perda de sujeitos nulos referenciais no PB assemelha-se ao que foi verificado por Vance (1989) para o francês medieval. Nessa língua, por a morfologia flexional começar a se tornar defectiva no período medieval, sujeitos nulos referenciais começam a ser pouco produtivos e começam a surgir construções com duplicação do sujeito, culminando, mais tarde, na formação de um sistema de clíticos sujeitos bastante produtivos conforme apresentado na tabela 5.1 da seção precedente. Partindo dos dados apresentados por Vance (op. cit.), a autora argumenta que há evidências no francês medieval de que duas gramáticas estavam em competição. Na frase a seguir, extraída de Vance (op. cit., p. 230), há uma ocorrência de duplicação do sujeito e duas realizações nulas de *pro* referencial: no primeiro caso, *pro* tem sua referência estabelecida a partir da co-indexação com o sujeito da oração coordenante, ao passo que no segundo caso é identificado pelo afixo de concordância:

(60) *Madame*_i, dist il froidement, *elle*_i se recommande tres humblement a
vostre bonne grace et *pro*_i dis que *pro*_j l'avrez_j brièvement.

“Senhora, disse ele friamente, ela se posicionou muito humildemente a
seu bom grado e disse que o teria brevemente.”

(DUARTE, op. cit., p. 30)²⁵

Ao centrar sua atenção nas construções de duplicação do sujeito no francês, De Cat (2003) argumenta que o DP sujeito duplicado pelo pronome co-referente é um tópico que se encontra necessariamente deslocado à esquerda da frase, sendo uma das evidências a possibilidade de haver constituintes que rompam a adjacência entre eles. Não obstante, apresentarei evidências na próxima seção de que os sujeitos no PB em determinados contextos estruturais, mesmo quando duplicados por um pronome resumptivo, não podem estar deslocados à esquerda, ao contrário do que é proposto por Britto (2000), que propõe estruturas sintáticas idênticas para ambas as línguas:

(61) [_{XP} DP [_{IP} ele [_{I'} V (...)]]] (PB)

[_{XP} DP [_{IP} il [_{I'} V (...)]]] (Francês)

(Ibid., p. 203)

²⁵ Os grifos são da autora da citação.

Segundo Britto, as construções com deslocamento à esquerda no PB e no francês são similares ao que ocorre na ordem SV no PE. À semelhança da análise de Barbosa (1996), é assumido que no PE os sujeitos pré-verbais estão adjungidos a IP, sendo duplicados por um *pro* co-referente em Spec, IP, onde é checado o traço [EPP]:

(62) [_{XP} DP [_{IP} *pro* [_{I'} V (...)]]] (PE)

Para clarificar a idéia defendida pela autora apresento, por um lado, as seguintes frases do espanhol e do PE, línguas prototipicamente de sujeito nulo, e as frases do PB, por outro:

(63)a. [Ella [_{IP} *pro* [ha comprado (...)]]]. (Espanhol)

b. [Ela [_{IP} *pro* [comprou (...)]]]. (PE)

c. [Ela [_{IP} ela [comprou (...)]]]. (PB)

(64)a. [María [_{IP} *pro* [ha comprado (...)]]]. (Espanhol)

b. [A Maria [_{IP} *pro* [comprou (...)]]]. (PE)

c. [A Maria [_{IP} ela [comprou (...)]]]. (PB)

(65)a. [María [Ella [_{IP} *pro* [ha comprado (...)]]]. (Espanhol)

b. [A Maria [Ela [_{IP} *pro* [comprou (...)]]]. (PE)

c. [A Maria [_{IP} *pro* [comprou (...)]]]. (PB)

Como pode ser observado nas frases acima, é proposta uma análise unificada para a posição dos sujeitos pré-verbais no espanhol, no PE e no PB. Em todos os casos, eles estão deslocados à esquerda, sendo duplicados por um pronome. As distinções entre as primeiras e a última têm a ver com o fato de o pronome resumptivo ser realizado foneticamente no PB, e de as sentenças em (65a) e (65b) serem contextos de tópicos marcados nos moldes de Creider (1979) e Duarte (1987).

Adotando a proposta de Cardinaletti e Starke (1994) para a distinção dos pronomes em fortes e deficientes (fracos e clíticos), Cyrino, Duarte e Kato (2000), Kato (2000) e Britto (op. cit) argumentam que o pronome, que duplica o sujeito no PB, é um pronome fraco por poder sofrer redução fonológica²⁶ (você cê). E ainda, ele possui obrigatoriamente um antecedente proeminente no discurso que, nesse caso, é o sujeito à sua esquerda do qual é co-referente²⁷, não pode ocupar posições

²⁶ Britto (2000, p. 211), citando Kato (1996c) e Nunes (1994), apresenta os seguintes pronomes fracos lexicalizados no PB que podem passar por redução fonológica:

- (i)a. segunda pessoa do singular: [vo'se]-----[se]
- b. terceira pessoa do singular (masculino): ['eli]-----[e]
- c. terceira pessoa do plural (masculino): ['elis]-----[ez]

Nos seguintes exemplos extraídos de Cyrino, Duarte e Kato (2000, p. 69) e Barbosa (2004, p. 1), respectivamente, a redução fonológica é atestada:

- (ii)a. Você cê não me pega!
- b. Você, cê é meu amigo.

²⁷ Para maiores detalhes sobre as propriedades que distinguem os pronomes fortes dos pronomes deficientes, cf. Cardinaletti e Starke (1994). Vale pontuar que pronomes fracos não têm antecedente proeminente no discurso. Eles ocorrem, por exemplo, em construções expletivas (cf. (i)) e impessoais (cf. (ii)):

- (i)a. Il/*Lui est arrivé un grand malheur.
"Aconteceu um grande desastre."
- b. Il/*Lui pleut.
"Chove."
- (ii) Ils/*Eux m'ont vendu un livre pas cher.
"Eles/*Eles me venderam um livro barato."

periféricas na frase²⁸, não pode ser coordenado e modificado, estando excluída a possibilidade de atribuição de um acento contrastivo sobre ele.

Vale dizer que, apesar de pronomes fracos e clíticos serem pronomes deficientes na proposta de Cardinaletti e Starke (op. cit) por possuírem as propriedades listadas no parágrafo anterior, a distinção entre eles reside no fato de os primeiros serem XP e os segundos X⁰, o que implica considerar que esses últimos não podem ocupar posições de categorias máximas. Clíticos, por exemplo, são encontrados em línguas como o trentino e o fiorentino.

De mais a mais, os autores argumentam que o pronome que duplica o sujeito em francês não é, de fato, um clítico, mas um pronome fraco, idéia que adoto nesta pesquisa. Segundo Cardinaletti (1997), a adjacência requerida entre o pronome deficiente e o verbo não implica que esse pronome seja um clítico, mas tem a ver com o movimento do verbo nessa língua. Já que o verbo se move para AgrS, ter-se-á como consequência a adjacência entre ele e o pronome que ocupa o Spec dessa categoria funcional. No PB, ao contrário, a adjacência entre o pronome que duplica o sujeito e o verbo pode ser bloqueada (cf. (67))²⁹, o que vem corroborar o fato de o movimento do verbo ser curto nessa língua. Veja-se, portanto, o contraste entre o francês, por um lado, e o PB, por outro:

(66)a. *Il *probablement* va arriver demain.

“Ele provavelmente chegará amanhã.”

(CARDINALETTI, 1997, p. 47)

²⁸ Cf. também Ambar e Pollock (2002).

²⁹ Os grifos são meus.

(67)a. O João ele *provavelmente* chegará amanhã.

Seguindo o mesmo raciocínio de Britto (2000) e Barbosa (1996), Kato (2000) também assume que sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda no PB. Tomando por base a análise de Galves (1996), essa autora argumenta que o PB não possui a categoria Agr independente em virtude do enfraquecimento de sua morfologia flexional, o que implica num sincretismo dessa categoria com T. Em línguas, como o espanhol, que possuem morfologia flexional rica, Agr é projetado, sendo o afixo de concordância uma espécie de pronome, tal como defendido por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) para o grego, por exemplo. Sob o ponto de vista de uma perspectiva minimalista, a autora sugere que Agr pronominal não vem preso ao verbo desde a numeração, sendo este flexionado apenas para tempo. Nessa análise, Agr pronominal já aparece desde a base no núcleo D em Spec, VP como argumento do verbo, o que leva a autora a eliminar *pro* referencial como uma categoria descritiva³⁰. Nesse sentido, Spec, TP não é projetado, tendo em vista que Agr pronominal *merge* com o verbo sob adjacência. Uma consequência dessa análise é a seguinte: em construções com deslocamento à esquerda em línguas de sujeito nulo, não há *pro* ocupando a posição Spec, TP, mas o afixo pronominal adjungido a T é responsável para manter co-referência com o DP deslocado tal como representado em (68) para o espanhol (Cf. KATO, op. cit., p. 230):

(68) $Yo_i, V+Agr_i$

³⁰ Para uma análise similar, cf. também Torres Moraes (2003).

Em línguas de sujeito não-nulo como o francês e o inglês, pronomes fracos que duplicam os DPs sujeitos estão presentes em Spec, TP, tendo em vista a impossibilidade de o afixo de concordância ter um *status* pronominal nessas línguas, conseqüência do enfraquecimento de sua morfologia flexional. Nesses casos, a checagem do traço EPP é feita via *Move* desses pronomes para essa posição-A:

(69)a. Me_i, I_i ...

b. Moi_i, je_i ...

A autora propõe que os pronomes fortes duplicados no espanhol, no francês e no inglês recebem Caso *default*³¹ pelo fato de não checarem Caso. A única diferença entre essas línguas tem a ver com o tipo de Caso *default* envolvido. No espanhol, à semelhança do PB, o pronome forte recebe Caso nominativo *default*. Já no francês e no inglês, a autora observa que o caso *default* desses pronomes é o dativo e o oblíquo (acusativo e dativo), respectivamente. A evidência que dá suporte a essa distinção é encontrada nos contextos em que o pronome é um predicativo. Nesses casos, “o nominal não checa caso” (Ibid., p. 14), tal como acontece quando estão deslocados à esquerda da frase:

(70)a. It is *me*.

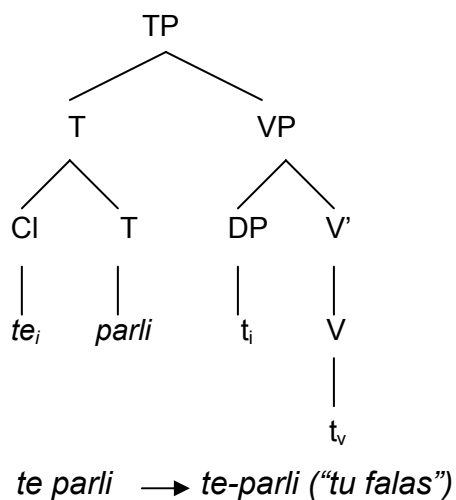
“Sou eu.”

b. C’est moi.

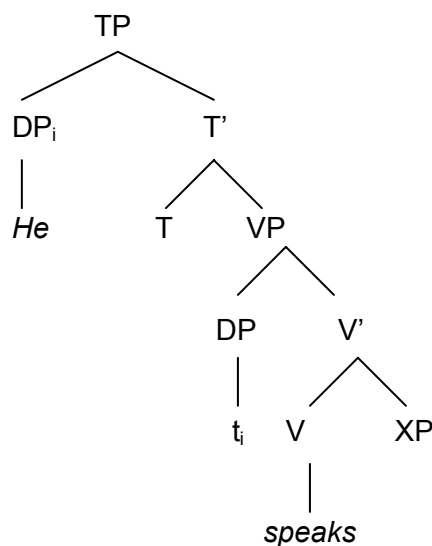
“Sou eu.”

³¹ Para a proposta do Caso *default*, cf. Schütze (2001).

b. *Trentino*:



c. *Inglês*:



De antemão, verificando que não só no inglês, mas também no PE (Cf. COSTA, 2003a) e no PB os morfemas Agr e T estão competindo para a inserção num mesmo nó terminal fornecido pela sintaxe à componente morfológica, argumentarei mais adiante que há motivação para serem projetadas as categorias

funcionais AgrSP e TP na sintaxe, em virtude de os sujeitos não estarem em Spec, TP, mas na posição mais alta da frase. Ademais, assumirei com Bobaljik (op. cit.) que, em línguas como o inglês, Spec, TP, não está disponível para hospedar os sujeitos pré-verbais, ao contrário do islandês, o que vai, por conseguinte, de encontro à derivação em (71c).

Bobaljik, ao comparar diversas línguas germânicas, observa a existência de um parâmetro relacionado com a disponibilidade de Spec, TP para hospedar os sujeitos que se encontra formulado em (72) a seguir:

(72) *The Spec, TP Parameter* (cf. Bures 1993, Bobaljik & Jonas 1994)

Some languages license Spec, TP as a potential landing site for the subject NP, other languages do not license this position.³⁴

(Ibid., p. 30)

Tal parâmetro ganha suporte explicativo quando verificada a morfologia de flexão verbal em cada língua, valendo dizer, de antemão, que línguas em que Spec, TP não é licenciado, como é o caso do inglês, a componente morfológica atua como uma espécie de filtro sobre as derivações sintáticas.

Comparando o paradigma flexional do islandês e do inglês conjugado no presente e no pretérito, Bobaljik observa que, na primeira língua, há razão para dizer que os morfemas T e Agr não estão em distribuição complementar em virtude de os morfemas de tempo *-ði* e *-ðu* co-ocorrerem com os morfemas de Agr *-r*, *-m* e *-ð* no

³⁴ O *Parâmetro Spec, TP* (cf. Bures 1993, Bobaljik & Jonas 1994)

Algumas línguas licenciam Spec, TP como um pouso potencial para o NP sujeito, outras línguas não licenciam esta posição. - Tradução minha

pretérito. No inglês, por sua vez, o morfema *-ed* que marca esse tempo e o morfema *-s* indicador da terceira pessoa do singular no presente estão em distribuição complementar. Em outras palavras, sob a perspectiva teórica da Morfologia Distribuída (Cf. HALLE; MARANTZ, 1993), esses morfemas estão competindo para a sua inserção no mesmo nó terminal fornecido pela sintaxe à componente morfológica no inglês. Face à distinção entre o islandês e o inglês, o autor conclui:

[...] it appears that the presence of a marker of the past tense [in English] blocks insertion of an agreement marker. The lack of such competition in Icelandic suggests that there are at least two distinct nodes which may serve as the locus of vocabulary insertion.”³⁵ (Bobaljik (op. cit., p. 25)).

Vejam-se, portanto, os seguintes paradigmas flexionais do islandês e do inglês:

(73)

ISLANDÊS		
	PRESENTE	PASSADO
1 ^a . p. sing	kasta	kasta-ð
2 ^a . p. sing.	kasta-r	kasta-ði-r
3 ^a . p. sing.	kasta-r	kasta-ði
1 ^a . p. pl.	köst-um	köstu-ðu-m
2 ^a . p. pl.	kast-ið	köstu-ðu-ð
3 ^a . p. pl.	kasta	köstu-ðu

Tabela 5.3: Conjugação do verbo *kasta* “lançar” no islandês extraída de Bobaljik (1995, p. 25)

³⁵ [...] parece que a presença de um morfema do tempo passado bloqueia a inserção de um morfema de concordância. A ausência de tal competição em islandês sugere que há pelo menos dois nós distintos que podem servir como o *locus* da inserção do vocabulário. – Tradução minha

	INGLÊS	
	PRESENTE	PASSADO
1 ^a . p. sing	tremble	tremble- d
2 ^a . p. sing.	tremble	tremble- d
3 ^a . p. sing.	tremble- s	tremble- d
1 ^a . p. pl.	tremble	tremble- d
2 ^a . p. pl.	tremble	tremble- d
3 ^a . p. pl.	tremble	tremble- d

Tabela 5.4: Conjugação do verbo *tremble* “tremar” no inglês extraída de Bobaljik (1995, p. 25)

Levando em conta a distribuição complementar *versus* a não distribuição complementar dos morfemas Agr e T no inglês e no islandês, respectivamente, o autor verifica que, ao contrário da primeira língua, o islandês possui construções expletivas transitivas (*Transitive Expletive Constructions (TECs)* que servem como diagnóstico de que Spec, TP é licenciado obrigatoriamente nessa língua. Nessas construções, o sujeito pode ocupar uma posição intermediária entre o verbo auxiliar e o verbo principal, precedendo advérbios como *completamente* que se encontram adjungidos ao VP, o que implica considerar que o sujeito está fora do VP e numa posição-A mais baixa do que Spec, AgrSP, nomeadamente Spec, TP:

(74) það hefur sennilega einhver_[VP] alveg

EXPL tem provavelmente alguém completamente

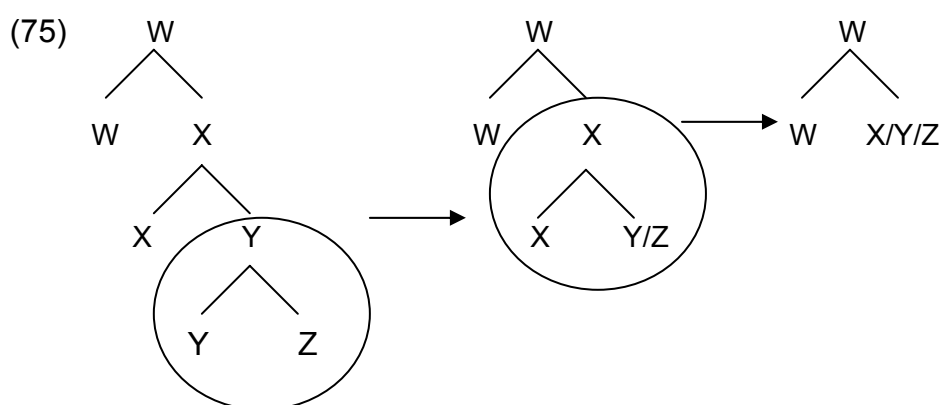
_[VP] lokið verkefninu].

terminado a incubência

“Provavelmente alguém terminou a incubência completamente.”

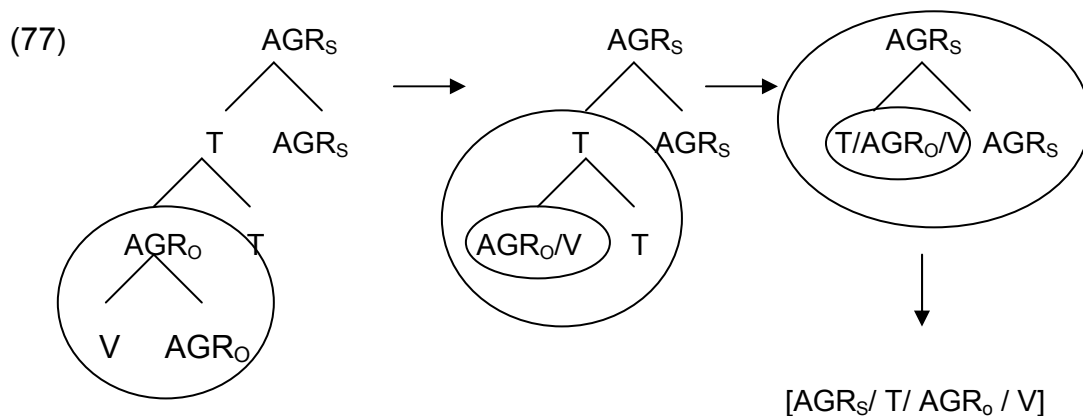
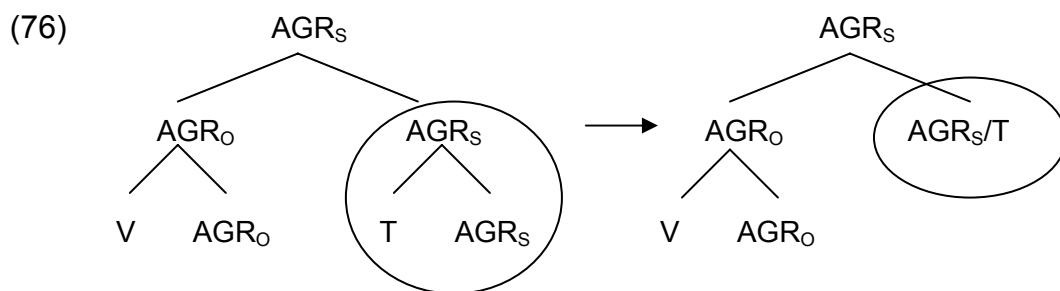
(JONAS; BOBALJIK, 1993 apud ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998, p. 497)

Com base, portanto, na distribuição complementar entre os morfemas T e Agr no inglês, há motivação para que ocorra fusão na componente morfológica ou, mais precisamente, *merger morfológico* entre os nós sintáticos terminais. Essa operação de fusão só pode ocorrer entre nós irmãos, o que implica num processo de rearranjo desses nós para satisfazer o requisito da adjacência. Adotando a análise de Halle e Marantz (1993), Bobaljik (op. cit., p. 35) assume que a fusão entre X e Y na árvore abaixo representada só é possível se, primeiro, houver fusão de Y e Z, já que ambos são nós irmãos:



Assumindo que AgrSP corresponde à categoria funcional mais alta na estrutura frásica que domina TP e Agr_oP, o autor argumenta que a operação de

fusão, conforme representada em (75), aplica-se no inglês entre os nós terminais T e Agr_s, tendo em vista estarem competindo para a inserção num único nó, não sendo, Spec, TP licenciado (cf. (76)), ao contrário do que ocorre no islandês (cf. (77)):



(BOBALJIK, 1995, p. 37-38)

A assimetria acima atestada entre o licenciamento de Spec, TP no islandês e sua ausência no inglês decorre do fato de na primeira língua a componente morfológica não atuar sobre as derivações sintáticas, ao contrário da segunda, cujas morfemas Agr e T são inseridos num único nó terminal na componente morfológica

somente após a aplicação de *merge morfológico* que rearranja os nós terminais fornecidos pela sintaxe em satisfação à condição de adjacência³⁶:

(78) *The Adjacency Condition*

In order for an affix and a stem to be combined, they must be *adjacent*.³⁷

(Ibid., p. 57))

Um outro aspecto que vem corroborar a atuação da componente morfológica na gramática do inglês como uma espécie de filtro sobre as derivações sintáticas tem a ver com o movimento de *Lowering* de I-para-V motivado nessa componente. Conforme já referido no início deste capítulo, ao contrário do francês, o inglês não possui movimento de verbos principais para o núcleo flexional na sintaxe, sendo uma das evidências a impossibilidade de ocorrer advérbios de VP entre o verbo e o argumento interno. Com base nisso, surge a pergunta: como os afixos flexionais estão presentes no núcleo verbal, já que este não se move para fora do VP?

Assumindo que a sintaxe manipula os traços da raiz verbal, bem como dos núcleos flexionais, Bobaljik propõe que, caso o movimento de núcleo a núcleo na sintaxe não seja permitido, os afixos flexionais são “fundidos” com a raiz verbal

³⁶ [...] the languages [...] not allowing Spec,TP all have fused T+Agr nodes, predictable from their morphology, and [...] those languages which do licence Spec, TP do not have fused morphology. (Bobaljik (op. cit., p. 40)) ([...] as línguas [...] que não permitem Spec, TP todas têm os nós Agr+T fundidos, e [...] aquelas línguas que licenciam Spec, TP não tem morfologia fundida. – Tradução minha

³⁷ *A Condição de Adjacência:*

Para um afixo e uma raiz serem combinados, eles devem ser adjacentes. - Tradução minha

através do processo *merger morfológico*. Portanto, se houver um constituinte que rompa essa adjacência, como é o caso da negação no inglês, essa operação é bloqueada, utilizando-se como estratégia de último recurso a inserção do auxiliar DO que serve de suporte aos afixos flexionais. Caso contrário, a frase é agramatical³⁸:

(79)a. *Sam *not* eats horseradish.

b. Sam does not eat horseradish.

“Sam não come prato a cavalo.”

Quanto às sentenças em que a negação não está presente, algumas propostas de análise têm sugerido que se não há movimento dos verbos principais no inglês para o núcleo I e estes encontram-se flexionados, então a razão reside na descida do núcleo I-para-V (*Lowering sintático*) (Cf. POLLOCK, 1989, CHOMSKY, 1991). Tal proposta, contudo, levanta problema ao ECP: o vestígio de I não é c-comandado por I em virtude de o movimento de descida não ser legítimo na sintaxe, ao contrário de *Raising*³⁹.

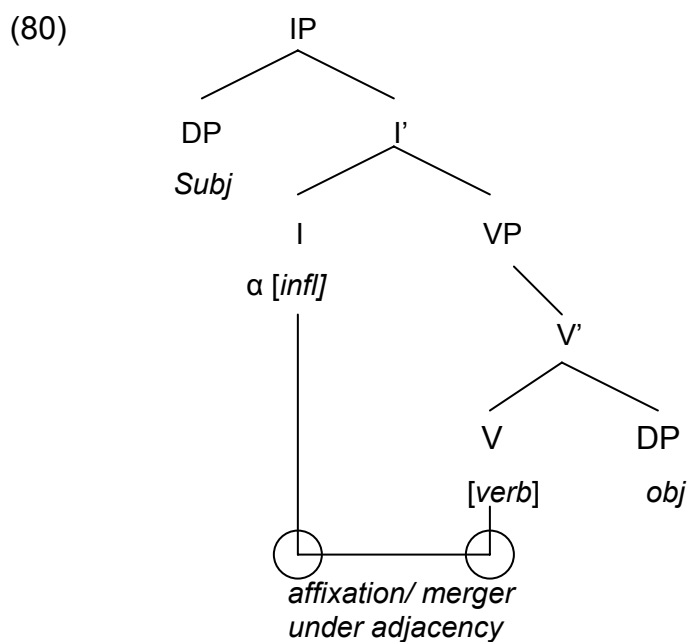
Uma outra proposta é formulada por Chomsky (1993). Adotando a versão da hipótese lexicalista forte, o autor argumenta que o verbo já vem flexionado no léxico e o seu movimento para I ocorre na sintaxe invisível em inglês, nomeadamente, em LF, a fim de que os traços- Φ de I sejam checados. Nessa perspectiva de análise, não há violação ao que é imposto pelo ECP, tendo em vista ser legítimo o movimento ascendente do núcleo verbal para o núcleo flexional.

³⁸ Os grifos são do autor.

³⁹ Para maiores detalhes, conferir a última seção do capítulo 2 da presente pesquisa.

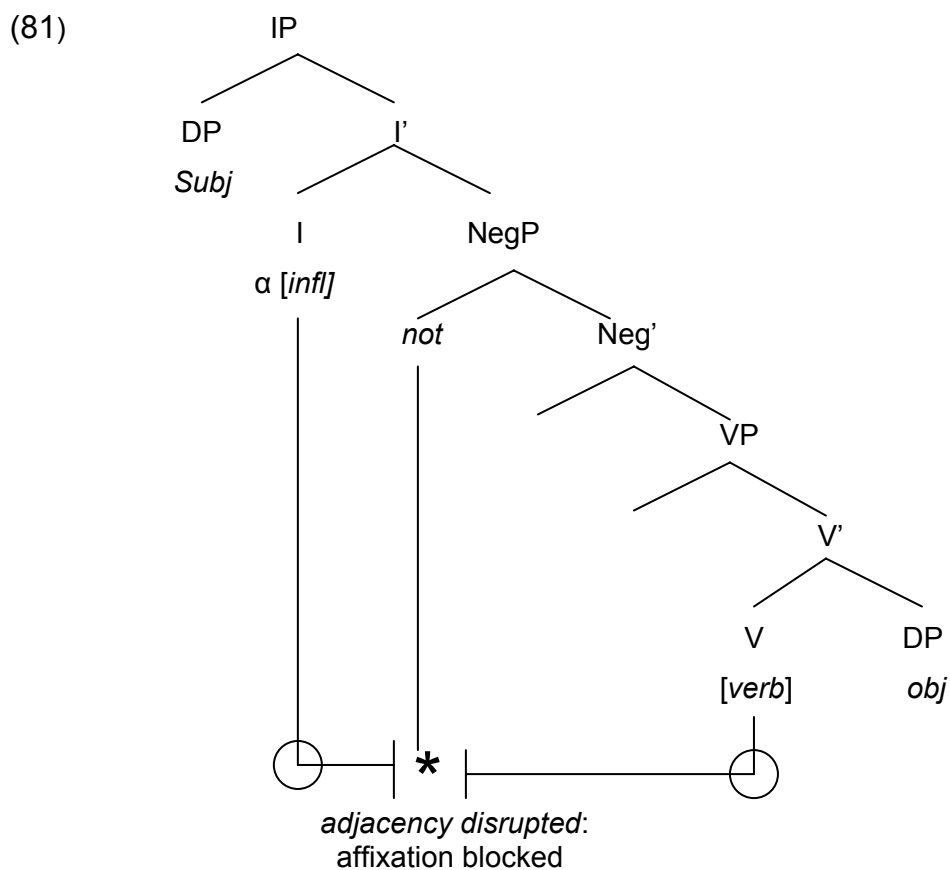
Contudo Bobaljik (op. cit.) salienta que, por alguma razão, o alçamento no inglês de V-para-I em LF é bloqueado quando NegP está presente. Para solucionar esse problema, o autor baseia sua análise no que é proposto por Halle e Marantz (1993).

Indo também de encontro à proposta de *lowering sintático* e do movimento de V-para-I em LF, Halle e Marantz (op. cit) argumentam que o nó afixal une-se à raiz verbal através de *merge morfológico* pelo fato de não haver elementos que rompam a adjacência entre esses nós. Nesse sentido, *Lowering* de I-para-V é motivado na componente morfológica:



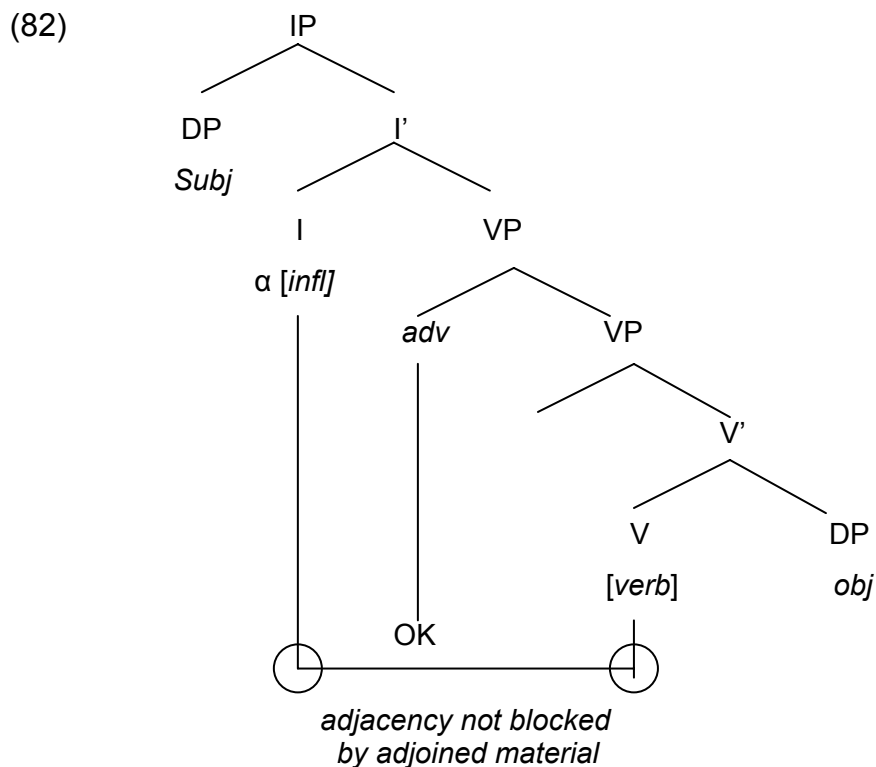
(BOBALJIK, op. cit. p. 62)

Não obstante, havendo uma categoria NegP entre IP e o VP, *merger morfológico* é bloqueado, sendo requerida a inserção do auxiliar DO em I:



(Ibid., p. 63)

Vale pontuar que, embora advérbios adjungidos ao VP estejam presentes entre o afixo flexional e a raiz verbal, eles nunca bloqueiam *merger morfológico* entre esses nós, uma proposta que será adotada aqui, seguindo Bobaljik (1995):



(Ibid., p. 73)

Adotando neste trabalho a análise de Bobaljik, sou levada a assumir, ao contrário de Kato (1999, 2000), que Spec, TP não é licenciado no inglês pelo fato de os morfemas Agr e T estarem competindo para a inserção num mesmo nó à semelhança do PE (Cf. Costa, 2003a) e do PB, como será evidenciado mais adiante. Argumentarei, portanto, que *Lowering* de Agr-para-T é motivado na componente morfológica dessas duas últimas línguas.

Retomando as análises desenvolvidas no PB de que sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda nessa língua, lanço mão, neste momento, das análises de Figueiredo Silva (1996) e Costa e Galves (2002).

Analisando construções de deslocamento à esquerda no PB, Figueiredo Silva (op. cit) elenca como propriedades substanciais a recursividade e a entoação, que exige um corte entoacional entre o constituinte deslocado e a frase, o qual, por

sua vez, não recebe interpretação contrastiva, como mostrado em (83)⁴⁰, ao contrário da construção em (84a), em que o DP à esquerda da frase recebe obrigatoriamente leitura contrastiva. Tal construção assemelha-se a uma construção clivada (cf. (84b)):

(83)a. O João, eu sempre vejo (*e/e*) no Pâquis.

b. A Maria, o carro *de/a*, o pneu furou.

(84)a. O JOÃO eu sempre vejo, não a Maria.

b. É o João que eu sempre vejo, a Maria não sei.

Assumindo com Rizzi (1993, 1994) a cisão da categoria funcional CP em várias projeções funcionais, por exemplo, TopP (*Topic Phrase*) e FocusP (*Focus Phrase*) e levando em conta a grande produtividade das construções com duplicação do sujeito, a autora assume que o DP deslocado no PB não se encontra adjungido à frase, mas ocupa a posição Spec, TopP, uma perspectiva de análise adotada por Britto (2000) não só para o PB, mas também para o PE. Conforme ilustram as seguintes configurações sintáticas, a única distinção entre essas línguas, consoante ao que já foi mencionado, é que o pronome que duplica o sujeito no PE é necessariamente a categoria vazia *pro*⁴¹, ao passo que no PB tem-se um pronome realizado foneticamente:

⁴⁰ Os grifos são meus.

⁴¹ Barbosa (2004, p. 1) observa, citando Ochs & Duranti (1979) para o italiano e Rivero (1980) para o espanhol, que construções com duplicação do sujeito são muito raras nas línguas *pro-drop*, nunca

(85)a. [_{TopP} A Maria [_{IP} *pro*_i [_{I'} telefonou_j [_{VP} t_i t_j]] (PE)

b. [_{TopP} A Maria [_{IP} *e/a*_i [_{I'} telefonou_j [_{VP} t_i t_j]] (PB)

(Ibid., p. 214)

Não obstante, assumindo com Costa e Figueiredo Silva (2003a) que não há motivação para se propor categorias funcionais relacionadas à estrutura informacional como TopP e FocusP na sintaxe, a partir das evidências a serem apresentadas no próximo capítulo, argumentarei que a sintaxe não se encontra submetida a requerimentos de ordem discursiva, ao contrário do que é sugerido por alguns trabalhos em Kiss (1995), quando é proposto o *Parâmetro de Configuracionalidade Discursiva*.

Embora assumam que sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda no PB, Costa e Galves (2002, p. 116) diferem de Figueiredo e Silva (1996) por proporem uma estrutura frásica em que os sujeitos deslocados no PB não ocupam Spec, TopP, mas estão adjungidos à categoria funcional AgrSP⁴², sendo duplicados obrigatoriamente por um pronome nulo ou preenchido em Spec, TP⁴³ conforme representado na configuração sintática em (86c), que se distingue da do trentino e do PE, esta última com o sujeito pré-verbal na posição-A Spec, AgrSP, uma análise que vai de encontro ao que é proposto por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) e Barbosa (1996):

sendo o pronome que duplica o sujeito foneticamente realizado, mas, ao contrário, trata-se de uma categoria vazia.

⁴² Cf. também Gonçalves (2002).

⁴³ “In BP, Spec,TP is obligatorily occupied by a subject-related pronominal category [...]” (COSTA; GALVES, 2002, p. 116) (Em PB, Spec, TP é obrigatoriamente ocupado por uma categoria pronominal relacionada com o sujeito[...] – Tradução minha).

(86)a. *Trentino*:

[_{IP} Subj [_{IP} (cl)_i]V [_{VP} pro_i t_v]]]

b. *European Portuguese*:

[_{AgrSP} Subj [_{TP} t_{Subj} V [_{VP} t_{Subj} t_v]]]

c. *Brazilian Portuguese*:

[_{AgrSP} Subj [_{AgrSP} [_{TP} pro/ele V [_{VP} t_{pro} t_v]]]]]

A proposta dos autores para a obrigatoriedade do preenchimento da posição Spec, TP é muito similar a de Kato (2000). Segundo eles, a categoria Agr é muito defectiva nessa língua pelo fato de o traço-V e o traço-D dessa categoria serem fracos, o que implica considerar que o verbo não se move até o núcleo dessa categoria funcional nem tampouco o Spec dessa categoria é ocupado pelo pronome que duplica o sujeito. Nessa acepção, surge a hipótese: em virtude do enfraquecimento do paradigma flexional nessa língua, o traço EPP não pode ser satisfeito em Spec, AgrSP, mas em Spec, TP, tal como no inglês (Cf. KATO, 2000).

De mais a mais, adotando neste trabalho a proposta de Bobaljik (1995) para a existência do Parâmetro Spec, TP, é indubitável que no inglês Spec, TP não é licenciado. Portanto, embora essa língua, como sobejamente conhecido, possua um paradigma flexional bastante pobre, há *Merge* ou *Move* de um DP na posição Spec, AgrSP para checar o traço EPP dessa categoria (Cf. ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998), um fato similar ao que acontece no PE, se seguida a análise de Costa e Galves (2002). Apesar de, em ambas as línguas, os sujeitos estarem na posição-A Spec, AgrSP, elas diferem no seguinte aspecto: enquanto no

PE, os morfemas flexionais são capazes de identificar sujeitos nulos referenciais, no inglês isso não ocorre (Cf. Rizzi, 1988, 1997).

Quanto ao PB, assumo com Costa e Galves (op. cit) que o traço-V da categoria Agr é fraco e, portanto, há movimento curto de V-para-T. Contudo me distancio em parte da proposta desses autores quando assumem a obrigatoriedade do preenchimento da posição Spec, TP. Conforme as evidências a serem apresentadas, na próxima seção, a generalização de que sujeitos pré-verbais no PB estão deslocados à esquerda parece não ser de todo satisfatória. Há contextos estruturais que evidenciam ora o DP sujeito ocupando Spec, AgrSP, à semelhança do PE, ora ocupando uma posição de adjunção a essa categoria funcional, como ocorre, por exemplo, nas construções com tópicos marcados à semelhança do PE (Cf. DUARTE, 1987) e nas construções com tópicos sujeitos analisadas por Galves (1998). Em (87), a seguir, apresento algumas frases extraídas de Galves em que o DP em posição pré-verbal é um tópico sujeito:

(87)a. A balança está concertando.

b. Esta casa bate sol.

c. O relógio quebrou o ponteiro.

(Ibid, p. 114)

Um dos trabalhos pioneiros que atesta a presença de construções como as de (87) no PB é o de Pontes (1985, 1986). Tais construções, segundo ela, caracterizam o PB como uma *língua orientada para o tópico*. Seguindo a análise de

Li e Thompson (1976) de que em toda frase existe um tópico e um comentário, a autora defende que na frase “Esse rádio estragou o ponteiro”, o predicado *estragou o ponteiro* corresponde ao comentário que se faz sobre o tópico *esse rádio*.

Um aspecto que merece destaque é que nas frases em (87) os tópicos não correspondem a um “sujeito típico”, seguindo a linha de raciocínio de Pontes (1986)⁴⁴. Em (87a), o verbo transitivo *concertar* vem acompanhado de seu argumento interno *A balança* em posição pré-verbal, “sem que nenhuma marca flexional indique modificação na projeção da estrutura argumental do verbo” (GALVES, 1998, p. 19)⁴⁵. Em (87b) e (87c), a autora ainda observa:

[...] [nessas] construções pseudo-transitivas [...] [o] verbo ergativo vem precedido de um NP que não é interpretado como agente ou causa do processo expresso pelo verbo mas como locativo ou o todo do qual o NP pós-verbal é uma parte [...]

(GALVES, loc. cit.)

Em todas essas frases, é argumentado convincentemente por Galves que os tópicos são o sujeito sintático, ao contrário do que se observa nas frases em (88), em que os constituintes à esquerda da frase são seguidos de um corte entoacional e podem ser retomados por um pronome lembrete (cf. (88b), o que os caracteriza como tópicos não sujeitos:

(88)a. Nesta casa, bate muito sol.

⁴⁴ Para uma descrição detalhada das propriedades que caracterizam um “sujeito típico” no PB, por exemplo, conferir Pontes (1986), que retoma o trabalho de Keenan (1976).

⁴⁵ Segundo Galves (2001, p. 244), “[I]nguas orientadas para o tópico caracterizam-se pela possibilidade de o sujeito da sentença não ser o argumento externo do verbo, sem que haja qualquer marcação morfológica no verbo. Em outras palavras, são línguas em que os tópicos são tratados como sujeitos, independentemente de seu status argumental.”

b. Esta casa, bate muito sol nela.

(GALVES, 1998, p. 21)

Tendo em vista o contraste entre as frases em (87) e (88), é estabelecida a distinção entre tópicos sujeitos e tópicos não sujeitos, respectivamente, tendo os primeiros as seguintes propriedades (cf. *Ibid.*, p. 21-22):

(i) Ausência de corte entoacional:

(89)a Esta casa, bate muito sol nela. (*tópico não sujeito*)

b. Esta casa bate muito sol. (*tópico sujeito*)

(ii) Distribuição complementar entre a presença do pronome e a concordância entre o DP anteposto e o verbo:

(90)a. Estas casas batem muito sol.

b. *Estas casas batem muito sol nelas.

(iii) Ausência de concordância entre o DP pós-verbal e a flexão verbal:

(91) a Este carro, cabem muitas pessoas nele. (*tópico não sujeito*)

b ??Este carro cabem muitas pessoas. (*tópico sujeito*)

(iv) Ausência de projeção do argumento externo do predador verbal:

(92)a. Essa estante, o João põe muita coisa nela. (*tópico não sujeito*)

b. ??Essa estante o João põe muita coisa. (*tópico sujeito*)

(v) Relação semântica parte/todo entre o DP anteposto e o DP posposto quando estão envolvidos numa relação genitiva:

(93)a. Quebrou o pé da mesa.

b. A mesa, quebrou o pé dela. (*tópico não sujeito*)

c. A mesa quebrou o pé. (*tópico sujeito*)

(94)a. O pote dessa mesa quebrou.

b. ?Essa mesa, quebrou o pote dela. (*tópico não sujeito*)

c. *Essa mesa quebrou o pote. (*tópico sujeito*)

Voltando à análise desenvolvida por Costa e Galves (2002), os autores propõem, com base nas três configurações representadas em (86), que a categoria AgrS é identificada de modo diferente no trentino, no PE e no PB: na primeira, através do movimento do verbo para este núcleo funcional⁴⁶; na segunda, por *Move* do DP para Spec, AgrSP, a partir do qual é possível o estabelecimento da

⁴⁶ Para uma análise similar, cf. Alexiadou e Anagnostopoulou (1998).

Configuração Spec/Head e, na terceira, a partir dos traços pronominais do pronome resumptivo que se movem invisivelmente para Spec, AgrSP⁴⁷.

Numa frase como: *A revista xerocou*, que corresponde a uma construção de tópico sujeito, Costa e Galves, observando que não está expresso o argumento com função semântica Agente (cf. (95a)), ao contrário da passiva em (95b), assumem que Spec, TP não está projetado nessas construções, em virtude de o sujeito da oração final em (95a) não poder ser controlado por um agente implícito⁴⁸:

(95)a. *A revista xerocou para ganhar tempo.

b. A revista foi xerocada para ganhar tempo.

Portanto, não sendo licenciado Spec, TP, os traços- Φ do verbo não podem entrar em Configuração Spec/Head com esse Spec, restando como alternativa o movimento dos traços- Φ do verbo para Agr, estando o DP numa posição deslocada

⁴⁷ A proposta de Galves (1998) para o PB é similar a de Costa e Galves (2002). O único ponto de distinção é que a autora em 98, assumindo com Chomsky (1995) a exclusão da categoria AgrP da estrutura frásica, propõe a existência de uma categoria entre CP e TP, nomeadamente PessoaP (PersP) para onde os traços pronominais do pronome resumptivo, que ocupa obrigatoriamente Spec, TP, movem-se invisivelmente, a fim de que seus traços- Φ sejam checados. Assim, tem-se a configuração (ii) para a frase (i)

(i) Essa competência, ela é de natureza mental:

(ii) [_{PersP} Essa competência [_{PersP} Φ_i [_{TP} ela_i é de natureza mental]]]

(GALVES, 1998, p. 28)

Vale dizer que nesta pesquisa continuo a assumir o rótulo AgrSP, ao invés de PersP, tomando por base os trabalhos de Bobaljik (1995), Costa (2003a) e Costa e Galves (2002). A meu ver, a proposta para a existência da categoria PersP no domínio flexional é bastante pertinente, valendo ressaltar que um estudo mais aprofundado sobre essa questão faz-se necessário, a fim de analisar o comportamento dessa categoria em outras línguas particulares. Por extrapolar o âmbito da presente pesquisa, deixo esse estudo para trabalhos futuros.

⁴⁸ Essa análise é estendida para todas as construções de tópicos sujeitos. Cf. também Galves (1998).

à esquerda⁴⁹. Tal proposta é adotada nesta pesquisa para esses contextos, em particular, tomando por base a seguinte configuração sintática:

(96) [_{AgrSP} DP_i [_{AgrSP} AgrS_i [_{TP} V-Φ_i [_{VP} t_v pro_i]]]]

Assumindo também com Pontes (1981) que o PB é uma língua orientada para o tópico, Kato (1989) realiza um estudo comparativo entre o PB e o japonês, levando-a a constatar algumas semelhanças entre essas línguas. Vejam-se, inicialmente, as construções no PB e no japonês em que o DP à esquerda da frase é um tópico marcado (cf. (97)), nos termos de Duarte (1987), (2003) e um tópico sujeito (cf. (98)), nos termos de Galves (1998):

(97)a. A Maria, o carro dela quebrou.

b. Mari-wa, kuruma-ga kosshoshita.

(98)a. Essa casa entra sol.

b. Kono ie-wa hi-ga ataru.

(KATO, op. cit., p. 109)

⁴⁹ Ao contrário de Costa e Galves (2002), Galves (1998, p. 29) assume que, ao invés de o DP estar adjungido a PersP, ele se encontra no Spec dessa categoria, uma posição-A, checando os traços-Φ que Pessoa “herda” de T através do movimento do verbo. Não obstante, contra-evidência à essa análise pode ser encontrada na impossibilidade de ligação-A entre o sujeito tópico e um pronome, o que corrobora o fato de que esse sujeito está deslocado à esquerda, como propõem Costa e Galves (op. cit.):

- (i)a. *O relógio_i quebrou o seu_i ponteiro.
b. *A revista_i xerocou suas_i páginas.

A autora, retomando os trabalhos de Li e Thompson (1976) e Kuno (1976), verifica que no japonês as funções de tópico e de sujeito são identificadas, respectivamente, pelas partículas *-wa* e *-ga*, que se afixam ao DP, conforme evidenciado, por exemplo, em (97)⁵⁰. O DP *A Maria*, por ser o constituinte topicalizado, é identificado no japonês pela partícula *-wa*, ao passo que o DP *o carro dela*, que é o sujeito sintático, recebe a partícula *-ga*.

De mais a mais, a partícula *-wa* é usada quando o DP sujeito, embora não sendo um tópico como em (97) e (98), tem leitura genérica (cf. (99a)) ou quando sua referência pode ser retomada no discurso anterior (cf. (100)), o que implica considerá-lo um DP [+definido] e [+específico] nos termos de Enç (1991):

(99)a. *Otoko-wa ganko dessu.*

a'. Os homens são teimosos.

(100)a. *John-wa nani-o shiteru?*

a'. O que o João está fazendo?

b. *John-wa shimum-o yonde-iru.*

b'. O João está lendo o jornal.

(KATO, op. cit., p. 111)

Ao contrário de *-wa*, a partícula *-ga* nunca é usada com um DP [+definido] e [+específico]. Kato (op. cit., p. 111), citando Kuno (op. cit), verifica que *-ga* é usada

⁵⁰ De forma similar ao japonês, as funções de tópico e sujeito também são identificadas no coreano. Nessa língua, são utilizadas as partículas *-(n)un* e *-ka* para marcarem os constituintes com função de tópico e de sujeito, respectivamente. Para um estudo detalhado dessa questão, cf. Han (1996).

em construções que descrevem cenários (cf. (101)), quando há introdução de uma figura no cenário (cf. (102)), ou mesmo quando o sujeito é individuado de um conjunto ligado à uma interpretação de listagem exaustiva (cf. (103)):

(101)a. Inu-ga neko-o oikaketeiru.

a'. Um cachorro está perseguindo um gato.

(102)a. Tegami-ga tsuita.

a'. Chegou (uma) carta.

(103)a. - Dare-ga tsuita-no? a'. - Quem chegou?

b. - John-ga tsuita. b'. – O *João* chegou. (PB)⁵¹

b'' – Chegou o *João*. (PE)

(KATO, loc. cit.)

Um aspecto relevante apontado por Kato diz respeito ao fato de que, com predicados estativos, o DP objeto é marcado pela partícula *-ga*, recebendo o constituinte com função sintática de sujeito a partícula *-wa* (cf. (104)). Em casos de focalização do sujeito em frases construídas com esses tipos de predicados, usa-se duas vezes a partícula *-ga*, que aparece no sujeito e no objeto (cf. (105)):

⁵¹ Os grifos são da autora.

(104)a. John-wa Mari-ga suki dessu.

a'. John gosta de Mari.

(105)a. John-ga Mari-ga suki.

a'. É o John que gosta de Mari.

(Ibid., p. 112))

Em resumo, pode-se depreender das frases em (104) e (105) que a partícula *-ga* no japonês é usada como estratégia de focalização, uma predição que se confirma no par pergunta-resposta em (103) onde tanto na pergunta com focalização do sujeito, quanto na resposta com o sujeito focalizado, o uso de *-ga* é obrigatório.

Comparando os dados do japonês com os do PB, a autora estabelece o seguinte correlato dos DPs-*wa* e DPs-*ga* no japonês com a posição dos sujeitos no PB: DPs-*wa* correspondem aos DPs pré-verbais no PB, ao passo que os DPs-*ga* tendem a ser os DPs pós-verbais que, nessa língua, estão restritos aos contextos inacusativos, sendo, na maioria das vezes, indefinidos. Contudo, conforme será apresentado no próximo capítulo, DPs definidos que não estão relacionados a uma interpretação de leitura exaustiva, nem tampouco de contraste, podem aparecer em posição pós-verbal nos contextos de focalização do sujeito no PB por questões relacionadas a efeitos de peso, o que implica assumir que a componente fonológica atua sobre os *outputs* sintáticos gerados nessa língua, uma situação não prevista na análise de Kato (1989).

Quanto aos sujeitos pré-verbais que correspondem aos DPs-*ga* no PB, a autora argumenta que tais sujeitos correspondem aos sujeitos “típicos” seguindo a análise de Pontes (1986) por possuir algumas das propriedades listadas no trabalho dessa autora, dentre elas, o fato de serem definidos e concordarem obrigatoriamente com a flexão verbal. Quanto a essa segunda propriedade, observo que não é de todo satisfatória, tendo em vista que é possível a não-concordância morfológica visível entre esses constituintes (Cf. COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003b).

Em se tratando dos contextos de focalização do sujeito no PB, em que DPs definidos e indefinidos aparecem na posição pré-verbal, Kato (op. cit) assume que a sintaxe dessa língua codifica o tópico e o foco apenas nessa posição, ao contrário do PE que possui a posição pós-verbal para hospedar os constituintes com função de foco e a posição pré-verbal para hospedar os tópicos. Para tanto, a autora verifica que, não sendo o foco codificado na posição pós-verbal na primeira língua, atribui-se um acento marcado sobre o DP sujeito que, por sua vez, está ocupando a posição Spec, CP em virtude de ser o constituinte focalizado. Veja-se, portanto, a representação da frase (106):

(106) [_{SC} O João]_i [_{C'} [_{SFLEX} chegou] t_i

(Ibid., p. 118)

Assumindo no próximo capítulo com Costa e Figueiredo Silva (2003a) que a sintaxe não codifica o discurso, sou levada a argumentar que o foco é pós-sintático,

o que implica considerar que numa frase como (106) o DP *O João* não precisa ser movido para uma posição acima de IP para receber leitura de foco. A atribuição do acento marcado ocorre pós-sintaticamente, na componente discursiva da gramática, em virtude de SV ser o único *output* gerado pela sintaxe do PB que é fornecido a essa componente.

De mais a mais, Kato ainda retoma o estudo desenvolvido por Kuroda (1976), que propõe a distinção entre dois tipos de juízos: a) juízos categóricos⁵² que se caracterizam pela relação de um sujeito com um predicado, sendo o primeiro a “entidade à qual podem ser atribuídas várias propriedades” e o segundo a “propriedade ou propriedades afirmadas ou negadas” sobre essa entidade e b) juízos téticos em que essa estrutura sujeito + predicado não é verificada por descreverem um evento ou um estado. Segundo Kato (op. cit., p. 120),

A conseqüência sintática [dessa distinção] seria a de [ter] dois tipos de sentença geráveis pela base: um com sujeito e outro sem sujeito. Para Kuroda, a sentença com *-wa* seria do primeiro tipo e a sentença com *-ga*, do segundo.

Como conseqüência, é defendido que no PB a sintaxe codifica juízos categóricos quando os DPs estão em posição pré-verbal, ao passo que, sendo os juízos téticos, os DPs estão em posição pós-verbal.

⁵² Para uma análise da codificação dos juízos téticos e categóricos na gramática do PB, sugiro ao leitor consultar Britto (2000). Segundo observa essa autora, sujeitos de juízos categóricos podem ter leitura pressuposicional ou leitura genérica no sentido absoluto do termo. Veja-se em (i) a seguinte frase extraída de Kato (1989, p. 110) que possui um sujeito de juízo categórico com leitura genérica:

(i) *Otoko-wa ganko dessu.*
“Os homens são teimosos.”

Britto (2000), ao argumentar que a sintaxe do PB codifica juízos categóricos e téticos, assume que construções com deslocamento à esquerda do sujeito nessa língua, de forma similar ao francês, codificam os primeiros tipos de juízos em virtude de a estrutura sujeito-predicado ser verificada e de o sujeito poder receber leitura pressuposicional ou leitura genérica (universal) no sentido absoluto do termo. Não obstante, conforme já mencionado, no trabalho de De Cat (2003) sujeitos com leitura universal não podem ser deslocados à esquerda no francês (**Tout homme, il est mortel.*).

Em suma, partindo do que foi exposto nesta seção sobre algumas propostas de análise que se embasam na generalização de que sujeitos pré-verbais em PB encontram-se deslocados à esquerda, argumentarei na seção 5.3.2.2 a favor de uma análise não unificada para a posição desses sujeitos.

5.3.2 Sujeitos pré-verbais estão numa posição-A

5.3.2.1 Sobre os sujeitos pré-verbais no PE

Nesta seção, ao discorrer sobre a posição dos sujeitos pré-verbais no PE, assumo com Ambar (1992), Costa (1998, 2000, 2003a), Brito (2001) e Fiéis (2003), que esses sujeitos não estão deslocados à esquerda, como propõem Barbosa (1996) e Barbosa, Duarte e Kato (2001), mas ocupam a posição-A Spec, IP. Nessa acepção, o sujeito não se encontra adjunto a IP, e, por conseguinte, não é duplicado

por uma categoria vazia, o que implica dizer que não se trata de construções com Deslocamento à Esquerda Clítica.

Contra-evidências à hipótese da adjunção do sujeito à categoria funcional IP podem ser encontradas nas pesquisas de Costa (1998, 2003a) e Costa e Galves (2002). Comparando o comportamento dos sujeitos pré-verbais do PE com os de línguas como o catalão, o italiano e o grego, é plausível assumir que nessas últimas os sujeitos se encontram deslocados à esquerda por não possuírem propriedades-A. No PE, ao contrário, os sujeitos possuem tais propriedades, consoante as evidências que se seguem⁵³:

A) Presença de ligação-A:

Costa (1998) observa que a ligação-A pode ser estabelecida entre o sujeito pré-verbal e um pronome co-referente na posição pré-verbal ou pós-verbal, conforme ilustrado em (107a) e (107b), respectivamente:

(107)a. Todos os estudantes pensam que eles passarão.

b. Todos os estudantes pensam que passarão eles.

(Ibid., p. 328)

⁵³ Todas as evidências que corroboram a hipótese de os sujeitos no PE estarem em posição-A baseiam-se integralmente em Costa (1998, 2003a), Brito (2001), Costa e Galves (2002) e Fiéis (2003).

Outro argumento apresentado por Costa diz respeito aos casos em que a ligação-A pode ser estabelecida entre o sujeito pré-verbal e uma anáfora contida num PP adjunto na posição pré-verbal. Nesses casos, a idéia defendida por Barbosa (op. cit.) de que o sujeito pré-verbal obrigatoriamente se liga a uma categoria pronominal vazia em Spec, VP, conforme ilustrado na configuração sintática em (108), não é atestada. Na frase em (109), a seguir, o sujeito *Todos os coelhos* liga-se à anáfora pronominal do PP adjunto e não a um *pro* em Spec, VP, o que corrobora o fato de ele estar ocupando a posição-A Spec, IP:

(108)) [Subject_i [_{IP} V [_{VP} pro_i t_v Object]]]

(109) Todos os coelhos_i, durante a sua_i refeição, comeram uma cenoura.

Evidência adicional é encontrada na pesquisa de Brito (2001). Segundo essa autora, a expressão quantificada *Cada menino* seguida do PP adjunto em (110a) não está deslocada à esquerda, tendo em vista que tal expressão não pode ser topicalizada no PE (cf. (110b)):

(110)a. Cada menino, nos seus jogos, sempre aprende alguma coisa.

b. *Cada menino, eu vi.

Face aos argumentos acima apresentados, a presença de ligação-A é um bom diagnóstico a favor da proposta de que os sujeitos estão numa posição-A no PE.

B) Ausência de efeitos de minimalidade A-barras:

No PE, ao contrário de línguas com sujeitos pré-verbais deslocados à esquerda, como é o caso do grego, é possível que o DP sujeito em posição pré-verbal seja antecedido por uma expressão WH-, não havendo agramaticalidade da frase (cf. (111a)). Contudo, existindo tópicos múltiplos precedendo esse sujeito a frase é agramatical em PE (cf. (112a)), mas gramatical no grego (cf. (112b)):

(111)a. Que livros é que o João leu?

(COSTA, 1998, p. 328)

b. Pjon (*o Petros) ide (o Petros)?

“Quem (*o Pedro) viu (o Pedro)?”

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1995 apud COSTA, op. cit., p. 327)

(112)a. *A quem, os brinquedos, deste ontem?”

(BRITO, 2001, p. 72)

b. Pote tin tenia tin provalan ja proti for a

Quando o filme-ACC CI-ACC mostraram-3PL pela primeira vez

“Quando (eles) mostraram o filme pela primeira vez?”

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, op. cit. apud COSTA, loc. cit.)

Costa e Galves (2002, p. 35) também verificam que em contextos encaixados, sujeitos pré-verbais podem seguir um constituinte WH- sem causar agramaticalidade da frase (cf. (113a)), ao contrário do que ocorre quando um argumento que não é o sujeito segue esse constituinte (cf. (113b)):

(113)a. Perguntei quem o Pedro tinha visto.

b. *Perguntei quem ao Pedro tinha dado o livro.

Em resumo, sujeitos em PE ocupam a posição-A, Spec, IP em virtude de o movimento de um constituinte WH- por cima de um tópico ser bloqueado nessa língua.

C) Contexto marcado de topicalização múltipla:

De forma similar a Brito (2001), Costa também observa que construções frasais com topicalização múltipla são muito marcadas no PE, conforme ilustram as frases abaixo:

(114)a. Sobre o tempo, falei com o Pedro.

b. ??? Sobre o tempo, com o Pedro, falei.

(COSTA, 1998, p. 112)

Não obstante, caso o DP *o Pedro*, o argumento interno fosse um argumento externo antecedido por um constituinte topicalizado, a marginalidade da frase em (114b) desapareceria:

(115) Com a Maria, o Pedro falou.

(COSTA, loc. cit.)

No caso de o DP *O Pedro* vir seguido do constituinte topicalizado *Com a Maria*, a frase torna-se muito marginal (cf. (116a)), contudo, se for retomado por um DP interno à frase, esta se torna aceitável. Nesse último caso, tem-se um caso de Deslocação à Esquerda do Tópico Pendente, na terminologia adotada por Duarte

(2003), em virtude de o tópico marcado, nesse caso, *O Paulo* em (116b), ser co-referente com o constituinte interno ao comentário que corresponde ao DP *esse sacana*:

(116)a. ?? O Paulo, com a Maria, falou rapidamente.

b. ? O Paulo, com a Maria, esse sacana falou rapidamente.

(COSTA, op. cit., p. 113)

Partindo do fato que topicalizações múltiplas no PE são contextos marcados, é forçoso argumentar a favor da hipótese de que sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda.

D) SVO em contexto não-marcado:

Conforme já mencionado no capítulo introdutório desta tese, a ordem SVO é a ordem não-marcada no PE, tendo em vista ser a ordem legítima numa pergunta com focalização de toda a frase como: *O que é que aconteceu?* Para essa pergunta, portanto, está bloqueada a ordem VSO:

(117) A: O que é que aconteceu?

B:a. O João partiu um copo.

a'. *Partiu o João um copo.

(COSTA; GALVES, 2002, p. 118)

Rediscutindo a análise de Barbosa (1995), Costa e Galves (op. cit.) argumentam que tal análise não é confirmada. Se, de fato, a única posição-A para o sujeito fosse Spec, VP, o sujeito apareceria posposto ao verbo na resposta à pergunta (A)⁵⁴. Costa (1998) observa que essa é a situação em línguas como o grego (Cf. ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1995) e o espanhol (Cf. ORDOÑEZ; TREVIÑO, 1995 e ZUBIZARRETA, 1995)⁵⁵:

(118) Pandreftike o Petros tin llektra.

Casou o Pedro-NOM a llektra-ACC

“Casou o Pedro com a llektra”

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, op. cit. apud COSTA, op. cit., p. 306)

(119) Comió Juan los guisantes.

“Comeu o João as ervilhas.”

(COSTA, 1998, p. 306)

⁵⁴ Ao fazer referência à pesquisa de Adragão (2001) sobre a aquisição dos sujeitos por uma criança de dois anos de idade, Costa (2003a, p. 37) observa, com base nos resultados estatísticos obtidos por essa autora, que a ordem SV é bastante produtiva, ao contrário da ordem VS: SV (93%), VS (7%).

⁵⁵ Vale pontuar que Costa (1998) rotula o espanhol analisado por Ordoñez e Treviño (1995) de “espanhol A” que se distingue do “espanhol B” pelo fato de neste a ordem não-marcada ser similar a do PE conforme analisado por Hernanz e Brucart (1987). Segundo o autor, VSO como ordem não-marcada no espanhol é bastante produtiva na Catalúnia seguindo a observação feita por Maria Luiza Zubizarreta e Carmen Picallo.

E) Ausência de acento focal sobre quantificadores indefinidos em posição pré-verbal:

Em sua análise sobre os sujeitos pré-verbais no italiano, Belletti (1990) argumenta que quantificadores indefinidos sofrem movimento-A' e ocupam Spec, CP em virtude de não poderem ser topicalizados, uma análise similar ao que é proposto por Barbosa (1996) para o PE⁵⁶. Costa e Galves (op. cit, p. 109), ao fazerem referência ao trabalho de Belletti (op. cit.), apresentam um contraste entre o italiano, por um lado, e o PE e o PB, por outro. Na primeira língua, “[...] N-words without focal stress cannot precede a sentence adverb.”⁵⁷, ao passo que nas duas últimas, como já referido anteriormente, advérbios de sentenças podem romper a adjacência entre o constituinte indefinido e o verbo sem que ao primeiro seja atribuído um acento focal obrigatoriamente:

(119) a. *Nessuno probabilmente ha sbagliato. (Italiano)

“Ninguém provavelmente falhou.”

b. Ninguém provavelmente falhou. (PE/PB)

(COSTA; GALVES, op. cit., p. 109)

⁵⁶ Ambar e Pollock (2002, p. 131) apresentam as seguintes frases do francês e do PE, respectivamente, que corroboram o fato de indefinidos como *alguém* não poderem ser topicalizados:

- (i) *Quelqu'un, il a téléphoné.
“Alguém, ele telefonou.”
- (ii) *Alguém, vi-o no cinema.

⁵⁷ [...] palavras negativas sem acento focal não podem preceder advérbios de sentença. - Tradução minha

F) Ausência de efeitos de definitude na posição pré-verbal:

Em PE, contrariamente ao grego, as leituras partitiva e existencial estão disponíveis aos DPs pré-verbais indefinidos na posição-A Spec, IP:

(120) Alguém cumprimentou a Maria. (leitura (+partitiva) ou (-partitiva))

Torna-se evidente, mais uma vez, que os sujeitos pré-verbais no grego possuem um comportamento distinto dos do PE, o que serve de contra-evidência à generalização feita por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) e Barbosa (1996) de que todos os sujeitos pré-verbais nas línguas de sujeito nulo estão numa posição-A'. E ainda, a existência do parâmetro EPP formulado pelas primeiras autoras não ganha nem suporte empírico, nem teórico. Assumindo que no grego sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda e que no PE eles estão em Spec, IP, concluo que a checagem do traço EPP dá-se de forma diferenciada: na primeira língua via movimento do verbo, ao passo que na segunda por *Move* ou *Merge* de um XP, uma situação não prevista na análise de Alexiadou e Anagnostopoulou.

G) Advérbios que marcam a periferia à esquerda da frase como *frequentemente* podem ocorrer à direita de tópicos marcados e não-marcados⁵⁸:

⁵⁸ Para maiores detalhes sobre o posicionamento e o tipo de advérbios na frase, cf. Costa (1998).

Assumindo com Costa (1998) que advérbios como *frequentemente* servem de diagnóstico para identificar a posição dos sujeitos, podendo estarem adjuntos ao VP ou a IP, Fiéis (2003, p. 88) verifica que tanto o DP *ela* na construção de tópico marcado em (121a) quanto os constituintes *a Maria* e *Ninguém* em (121b) e (121c), respectivamente, estão ocupando a posição-A Spec, IP em virtude de o advérbio ocorrer à direita desses constituintes:

(121)a. A Maria... frequentemente ela chega tarde à escola.

b A Maria frequentemente chega tarde à escola.

c Ninguém frequentemente chega tarde à escola.

(FIÉIS, 2003, p. 88)

Em (121a), mais especificamente, rompendo o advérbio a adjacência entre o tópico e o pronome que o duplica, implica considerar que este último encontra-se necessariamente interno à sentença numa posição-A, nomeadamente Spec, IP, estando o advérbio adjungido a essa projeção.

Em suma, as sete evidências apresentadas acima atestam que os sujeitos pré-verbais no PE ocupam a posição-A Spec, IP. A pergunta que se ergue neste momento é saber, adotando a hipótese do IP cindido, em que categoria funcional esses sujeitos se encontram nos contextos declarativos finitos. Para a análise a ser desenvolvida, aqui, adotarei a análise de Costa e Galves (2002) e Costa (2003a) de que esses argumentos encontram-se na posição mais alta da frase, nomeadamente, Spec, AgrSP.

Assumindo que advérbios com leitura orientada para o sujeito sempre estão adjungidos a TP⁵⁹, como é o caso de *estupidamente* em (122), Costa (2003a, p. 39) propõe que o DP sujeito encontra-se em Spec, AgrSP em virtude de a adjacência entre ele e o verbo ser rompida. Do contrário, tendo esse advérbio leitura de modo, como já referido na primeira seção deste capítulo, ele estará em posição pós-verbal necessariamente (cf. (123a) e (123b))⁶⁰:

(122) O João *estupidamente* entornou o café.

(123)a. O João entornou *estupidamente* o café.

b. O João entornou o café *estupidamente*.

O autor observa que em contextos de tópicos marcados, quando o sujeito está deslocado à esquerda e é retomado por uma categoria pronominal no domínio interno da frase e o advérbio orientado para o sujeito rompe a adjacência entre esses constituintes, a frase é agramatical, o que implica considerar que Spec, TP não é uma posição disponível para hospedar os sujeitos em contextos declarativos:

(124)a. O João... ele *estupidamente* entornou o café.

b. *O João... *estupidamente* ele entornou o café.

⁵⁹ Cf. também Costa (1998).

⁶⁰ Os grifos são meus.

Evidência adicional apresentada pelo autor também é encontrada em frases com o advérbio *sempre*, o qual pode adjungir-se a TP. Segundo Brito (2001), estando esse advérbio em posição pré-verbal, seu valor é confirmativo, possuindo uma leitura similar a *afinal*, ao passo que, estando em posição pós-verbal adjungido ao VP, ele possui leitura temporal/ aspectual⁶¹. Costa (2003a), detendo-se no primeiro caso, verifica que, ao contrário de advérbios orientados para o sujeito, esse advérbio não pode ocupar a posição mais à esquerda da frase, sendo sua posição legítima entre o sujeito e o verbo, o que vem corroborar a análise de o sujeito pré-verbal não se encontrar em Spec, TP, mas em Spec, AgrSP:

(125)a. O João sempre tinha feito o trabalho.

b. *Sempre o João tinha feito o trabalho.

(Ibid., p. 46)

Não sendo Spec, TP uma posição-A disponível para hospedar os sujeitos pré-verbais no PE e já que essa língua tem movimento curto de V-para-T, como é possível estabelecer adjacência entre os núcleos Agr e T? Fundamentado no arcabouço teórico da Morfologia Distribuída (Cf. HALLE; MARANTZ, 1993) e, assumindo a proposta de Bobaljik (1995) sobre a existência do Parâmetro Spec, TP na Gramática Universal, Costa (op. cit) observa que no PE, de forma similar ao inglês, os morfemas T e Agr competem para a inserção num único nó terminal fornecido pela sintaxe à componente morfológica, o que implica dizer que a

⁶¹ Para uma análise da posição do advérbio *sempre* na estrutura frásica do PE, cf. Brito (2001).

morfologia atua como um filtro sobre as derivações sintáticas. Veja-se o seguinte paradigma flexional em que o verbo “falar” encontra-se conjugado no pretérito perfeito:

(126) fale-i

fala-ste

falo-u

falá-mos

fala-stes

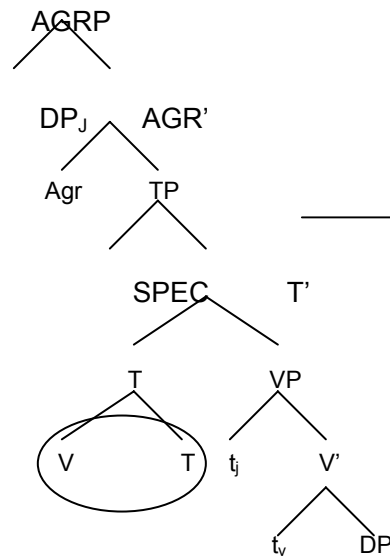
fala-ram

(COSTA, op. cit., p. 45)

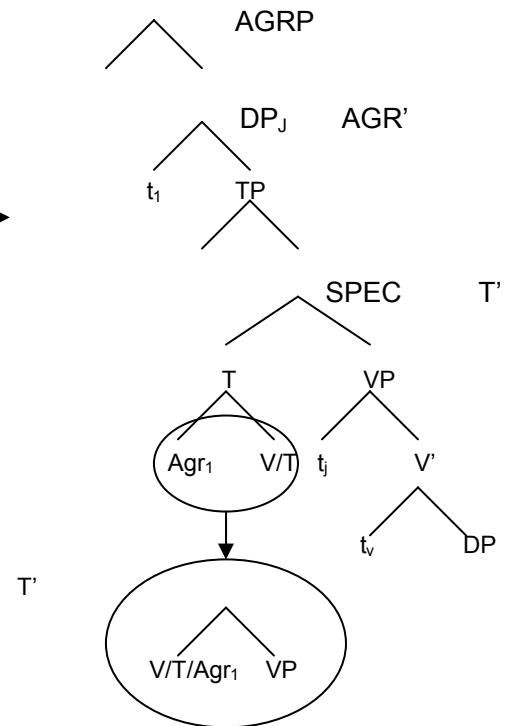
Já que os morfemas Agr e T no PE co-ocorrem amalgamados, tendo em vista a impossibilidade de segmentação que garanta a autonomia desses morfemas, e que há movimento curto de V-para-T, é motivado na componente morfológica *Lowering* de Agr-para-T, uma operação pós-sintática que permite fundir os dois nós terminais.

Partindo do acima exposto, observe-se o movimento de subida de V-para-I (*Raising*) na sintaxe propriamente dita e *Lowering* de Agr-para-T na componente morfológica do PE:

(127) **Sintaxe propriamente dita**
(Raising de V-para-T)



Componente morfológica
(Lowering de Agr-para-T)



É válido lembrar que a fusão de Agr e T através da *merger morfológico* só é possível em (127) em virtude de não haver constituinte interveniente entre Agr e T. Caso o sujeito estivesse em Spec, TP no PE, ele bloquearia essa adjacência, com exceção dos advérbios, que não bloqueiam a adjacência entre esses nós terminais.

Concluindo, sujeitos pré-verbais no PE ocupam a posição-A Spec, AgrSP, havendo movimentos motivados na componente sintática e morfológica, respectivamente: *Raising de V-para-T* e *Lowering de Agr-para-T*. Em virtude de o movimento ser curto nessa língua pro-drop e de o DP sujeito não estar deslocado à esquerda, não é plausível assumir a existência do Parâmetro EPP formulado por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), pois, nessa língua, o traço EPP de AgrSP, ao

contrário do que é proposto por essas autoras, é checado por *Move* de um XP e não por um X^o via movimento do verbo.

5.3.2.2 Sobre os sujeitos pré-verbais no PB

Nesta seção, ao deter minha atenção nos sujeitos pré-verbais na gramática do PB, argumentarei a favor de uma análise não unificada para explicar a posição estrutural dos mesmos, contrariamente à generalização assumida por Kato (2000), Barbosa, Duarte e Kato (2001) e Costa e Galves (2002) de que esses sujeitos encontram-se deslocados à esquerda, sendo duplicados por uma categoria nula ou preenchida em Spec, TP. No decorrer da análise a ser desenvolvida, apresentarei evidências de que sujeitos pré-verbais nessa língua podem ou ocupar a posição-A mais alta da frase (nomeadamente, Spec, AgrSP), ou estar deslocados à esquerda em se tratando das construções de tópicos marcados nos moldes de Duarte (1987, 2003) e das construções de tópicos sujeitos analisadas por Galves (1998). Em todo caso, o que é relevante ter em mente é que construções com duplicação do sujeito não têm a ver necessariamente com duplicação de um tópico que se encontra deslocado à esquerda da frase, diferentemente do que é proposto pelos autores supracitados.

Com base nos argumentos apresentados por Costa (1998) para o PE que favorecem a análise de os sujeitos pré-verbais estarem numa posição-A listo, a seguir, algumas das evidências que corroboram o fato de no PB os sujeitos pré-verbais também estarem ocupando essa posição:

A) Presença de ligação-A:

(128)a. As mulheres usaram todas os vestidos uma das outras.

b. Os meninos se machucaram todos.

c. Os meninos sempre têm respeito pelos pais deles.

d. Cada menino, pelo pai dele, sempre tem respeito.

(BRITO, 2001, p. 79)

(129)a. Minha amiga_i acha que ela_i encontrará um emprego.

b. *Minha amiga_i acha que encontrará ela_i um emprego.

Ao contrário do PE, a agramaticalidade atestada na frase em (129b) decorre de a inversão sujeito-verbo não ser mais produtiva no PB em contextos (in)transitivos por encontrar-se restrita aos contextos inacusativos, o que implica considerar que a posição-A Spec, VP não está disponível nessa língua para hospedar os sujeitos. Ademais, a topicalização de um quantificador também está bloqueada (cf. (130b)), o que favorece a idéia aqui defendida de que o constituinte *Cada criança* em (130a) ocupa uma posição-A:

(130)a. Cada criança_i, durante suas_i férias, gosta de viajar.

b. *Cada criança, eu vi.

B) Ausência de efeitos de minimalidade A-barras:

À semelhança de Costa e Galves (2002), verifico que no PB não há agramaticalidade da frase quando sujeitos pré-verbais seguem um constituinte WH- (cf. (131a)), ao contrário do que ocorre quando um argumento que não é o sujeito segue esse constituinte (cf. (131b)).

(131)a. Perguntei quem o Pedro tinha encontrado.

b. ??*Perguntei quem ao Pedro tinha oferecido o presente.

C) Contexto marcado de topicalização múltipla:

Frases com mais de um constituinte topicalizado são muito marginais no PB, o que me leva a inferir que a análise de os sujeitos estarem deslocados à esquerda da frase parece não ser de todo satisfatória:

(132)a. Sobre a viagem, falei com meu esposo.

b. ??? Sobre a viagem, com meu esposo, falei.

À semelhança do PE, construções com Deslocação à Esquerda do Tópico Pendente são preferíveis. Nesse caso, o DP sujeito topicalizado mantém co-referência com um constituinte interno ao comentário. Veja-se, portanto, o contraste entre (133a) e (133b):

(133)a.?? O Pedro, com minha mãe, falou rapidamente.

b. ? O Pedro, com minha mãe, esse traiçoeiro falou rapidamente.

D) SVO em contexto não-marcado:

Em contextos de focalização de toda a frase como: *O que é que aconteceu?*, a única ordem legítima na resposta é SVO:

(134) A: O que é que aconteceu?

B:a. O Pedro falou com minha mãe rapidamente.

a'. *Falou o Pedro com minha mãe rapidamente.

Embora o PB compartilhe com o PE o fato de a ordem não-marcada ser SVO, ao contrário do grego, ordens com o sujeito posposto (VSO e VOS) não são produzidas no PB em virtude do processo de mudança por que está passando seu paradigma de flexão verbal.

E) Ausência de acento focal sobre quantificadores indefinidos em posição pré-verbal:

Ao contrário do que observa Belletti (1990) para o italiano, uma língua que tem os sujeitos deslocados à esquerda, no PB, quantificadores indefinidos pré-verbais como *ninguém* não necessitam receber acento enfático para que a frase seja gramatical:

(135) a. Ninguém provavelmente falhou.

(COSTA; GALVES, op. cit., p. 109)

Levando em conta que no PB estruturas com duplicação do sujeito por um pronome resumptivo são bastante comuns (Cf. DUARTE, 2000, KATO, 2000, BRITTO, 2000, COSTA; GALVES, 2002, LOBATO, 2003, p. 7) verifica que quantificadores indefinidos como *ninguém* não podem ser duplicados nessa língua:

(136)a. *Ninguém, ele sabe que tem uma FL.

Portanto, tendo em vista o quantificador indefinido não estar submetido à atribuição de um acento enfático e não poder ser duplicado por uma categoria pronominal, é plausível assumir que ele ocupa uma posição-A.

F) Ausência de efeitos de definitude na posição pré-verbal:

Diferentemente do grego, DPs indefinidos pré-verbais no PB podem ter leitura partitiva ou não. Seguindo Enç (1991), essa leitura ambígua só pode ser bloqueada se levado em conta o contexto discursivo mais amplo. Na frase em (137), o quantificador *alguém* para receber leitura partitiva tem de necessariamente estar incluído num subconjunto de um dado referente já mencionado no domínio do discurso, ao passo que, para possuir leitura [-partitiva], ele deve ter sido mencionado pela primeira vez no discurso⁶², sendo o seu referente novo no sentido absoluto do termo:

(137) Alguém entrou na sala durante a reunião. (leitura (+partitiva) ou (-partitiva))

Ao se deter à análise dos sujeitos pré-verbais no PB e, verificando que a presença de ligação-A e a ausência de efeitos de minimalidade estão presentes nessa língua, Brito (2001) argumenta que esses sujeitos encontram-se numa posição-A ora em Spec, AgrSP, ora em Spec, TP. A possibilidade dessas duas posições estruturais para os sujeitos, segundo a autora, está relacionada com a

⁶² Para uma discussão detalhada da proposta de Enç (1991), cf. capítulo 3.

posição do advérbio *sempre*. Assumindo que o movimento do verbo na gramática do PB é curto e de que esse advérbio pode adjungir-se ao VP ou a TP, Brito verifica que o sujeito encontra-se em Spec, AgrSP quando o advérbio está adjungido a TP, caso contrário, estando adjungido ao VP, o sujeito está em Spec, TP, conforme ilustram as configurações sintáticas em (138a') e (138b'), respectivamente:

(138)a. O João sempre compra os pães.

a'. [_{AgrSP} O João_i [_{TP} sempre [_{TP} t_i [_{T'} compra_j [_{VP} t_i [_{V'} t_j os pães]]]]]]]]

b. O João compra sempre os pães.

b'. [_{AgrSP} [_{TP} O João_i [_{T'} compra_j [_{VP} sempre [_{VP} t_i [_{V'} t_j os pães]]]]]]]]

Embora argumente nesta pesquisa que sujeitos pré-verbais ocupem uma posição-A no PB, à semelhança de Brito (op. cit.), distancio-me em parte de sua análise por assumir que Spec, AgrSP é a única posição-A legítima para hospedar esses sujeitos, tomando por base as seguintes evidências.

A) Advérbios com leitura orientada para o sujeito que estão adjungidos a TP rompem a adjacência entre o sujeito pré-verbal e o verbo:

(139)a. O João *atenciosamente* fez sua tarefa. (leitura orientada para o sujeito/ *leitura de modo)

a'. O João fez *atenciosamente* sua tarefa. (*leitura orientada para o sujeito/ leitura de modo)

- B) Advérbio *sempre*, ao contrário de advérbios orientados para o sujeito, não pode ocupar a posição mais à esquerda da frase, possibilitando a adjacência entre o sujeito e o verbo. Pelo contrário, estando adjungido a TP, a adjacência entre esses constituintes não é atestada e a frase é gramatical (cf. (140b)):

(140)a. ?*Sempre o Paulo tinha tocado suas músicas para mim.

b. O Paulo sempre tinha tocado suas músicas para mim.

Evidência adicional de que Spec, TP não é uma posição disponível para hospedar os sujeitos pré-verbais no PB também pode ser encontrada em construções com duplicação do sujeito. Nesses casos, advérbios orientados para o sujeito como *intencionalmente* e o advérbio *sempre* adjungidos a TP não podem romper a adjacência entre o DP sujeito e o pronome que o duplica⁶³:

(141) a. ?*O João (intencionalmente/sempre) ele beijou a Maria.

b. O João ele (intencionalmente/sempre) beijou a Maria.

⁶³ Agradeço aos falantes do PB que me forneceram seus julgamentos de gramaticalidade das frases.

Embora tenha sido sobejamente assumido que a duplicação do sujeito no PB seja da mesma natureza que a do francês, por se tratar de duplicação de um constituinte tópico deslocado à esquerda da frase por um pronome fraco, argumento nesta pesquisa que se trata de estruturas distintas. Quanto às propriedades que caracterizam o pronome resumptivo como fraco⁶⁴ no PB, Britto (2000) estabelece distinção entre pronomes fracos e fortes, tomando por base a análise de Cardinaletti e Starke (1994). Um aspecto a ressaltar é que esses pronomes nessa língua são quase homófonos. Nas frases: (i) *Ela ela preparou o jantar ontem.*, e (ii) *Você cê toca piano muito bem.*, o primeiro pronome é forte e o segundo é fraco pelas seguintes razões listadas por Britto (op. cit., p. 208-211):

- a) Pronomes fortes podem receber acento enfático por ser o seu referente [+animado] (cf. (142b)), ao contrário dos fracos (cf. (143b)) que nunca recebem tal acento:

(142) a. O JOÃO bebe demais (e não a Maria).

b. ELE bebe demais (e não ela).

c. O João bebe demais.

d. Ele bebe demais.

(143)a. O CARRO bebe demais (e não a moto).

b. *ELE bebe demais (e não ela, a moto).

c. O carro bebe demais.

⁶⁴ Cf. Cardinaletti e Starke (1994) para uma distinção entre pronomes fracos e fortes.

d. Ele bebe demais.

- b) Pronomes fortes podem ser coordenados (cf. (144b)), ao contrário dos fracos (cf. (145b)):

(144)a. O João e a Maria estão bebendo demais.

b. Ele e ela estão bebendo demais.

(145)a. O carro e a moto estão bebendo demais.

b. *Ele e ela estão bebendo demais.

- c) Pronomes fortes podem ser modificados (cf. (146b)), ao contrário dos fracos (cf. (147b)):

(146)a. Aqui em casa, só meu irmão bebe demais (o resto da família quase não bebe).

b. Aqui em casa, só ele bebe demais (o resto quase não bebe).

(147)a. Aqui em casa, só o meu carro bebe muito (os outros não são bem econômicos).

b. *Aqui em casa, só ele bebe muito (os outros são bem econômicos).

- d) pronomes fortes podem ocupar posições periféricas à frase (cf. (148b)), ao contrário dos fracos (cf. (149b)):

(148)a. O João, o cabelo dele está horrível.

b. Ele, o cabelo dele está horrível.

(149)a. O carro, o motor dele está horrível.

b. *Ele, o motor dele está horrível.

- e) pronomes fracos não-referenciais aparecem não realizados foneticamente no PB, podendo equivaler a expletivos como em (150a). No francês, por outro lado, esse pronome fraco expletivo é realizado foneticamente (cf. (150b)):

(150)a. pro/ *ele choveu bastante hoje.

b. Il/*pro pleut.

“Chove.”

- f) pronomes fracos sofrem redução fonológica, ao contrário dos fortes:

(151) a. segunda pessoa do singular: [vo'se]-----[se]

b. terceira pessoa do singular (masculino): ['eli]-----[e']

c. terceira pessoa do plural (masculino): ['elis]-----[ez]

Embora no PB e no francês o pronome que duplica o sujeito seja fraco, seguindo a classificação proposta por Cardinaletti e Starke (op. cit.), a adjacência na primeira língua conforme observada em (152b) pode ser rompida entre o pronome fraco e o verbo, ao contrário do francês (cf. (152c)):

(152)a. *Il probablement va arriver demain.

“Ele provavelmente chegará amanhã.”

(CARDINALETTI, 1997, p. 47)

b. Você cê intencionalmente/ sempre lê livros românticos.

c. *Toi tu intentionnellement/ souvent lis des livres romantiques.⁶⁵

“Você cê intencionalmente/ sempre lê livros românticos.”

Consoante ao que já foi mencionado na seção 5.3.1, Brandi e Cordin (1989), ao estudarem os dois dialetos italianos, o trentino e o fiorentino, distinguem os clíticos sujeitos nessas línguas dos clíticos sujeitos no francês.

Embora no trentino, no fiorentino e no francês, deva haver adjacência estrita entre o clítico sujeito e o verbo, essas línguas diferem no seguinte aspecto: nas duas primeiras, o clítico sujeito sempre está presente, sendo seguido pelo verbo, ao passo

⁶⁵ Agradeço a Jair Farias por fornecer-me essa frase do francês.

que na última ele ocorre em construções com duplicação do sujeito. Um fato que corrobora essa observação tem a ver com o fato de que quantificadores indefinidos como *ninguém* e *tudo* não podem ser duplicados por um clítico sujeito em francês (Cf. AMBAR; POLLOCK, 2002), contudo, nos dialetos italianos, o clítico sujeito deve estar presente, mantendo co-referência com o quantificador à sua esquerda, o que lhe confere, portanto, o *status* de clítico e não de pronome fraco como no francês. Vejam-se, portanto, a assimetria atestada entre o francês⁶⁶, por um lado, e o trentino e o fiorentino, por outro (os clíticos sujeitos encontram-se em negrito):

(153)a. *Personne, **il** n'a rien dit.

“Ninguém, ele disse nada.”

b. * Tout, **il** est arrivé à la nuit.

“Tudo, ele aconteceu de noite.”

(154)a. Nessuno **gl'**ha detto nulla. (*Fiorentino*)

a'. Nisun l'ha dit niente. (*Trentino*)

“Ninguém ele disse nada.”

b. Tutto **gl'**è successo di notte. (*Fiorentino*)

Tut l'è capita de not. (*Trentino*)

“Tudo ele aconteceu de noite.”

(BRANDI; CORDIN, op. cit., p. 118)

⁶⁶ As frases do francês foram construídas por Jair Farias.

Portanto, não tendo o clítico sujeito que duplica o DP sujeito em francês as propriedades dos clíticos sujeitos do Trentino e do Fiorentino, resta como alternativa considerá-lo um pronome fraco (XP) que se encontra na posição-A Spec, AgrSP, tendo em vista os sujeitos nessa língua moverem-se para essa posição mais alta (Cf. ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998). O preenchimento dessa posição pelo pronome fraco faz-se necessário em virtude de o traço-D de Agr ser forte, o que implica dizer que a checagem desse traço faz-se por *Move* do XP, como previsto na análise dessas autoras.

Vale dizer que nesta pesquisa assumo com De Cat (2003) que o DP sujeito em construções de deslocamento à esquerda no francês é um tópico que deve ser identificado por uma categoria dentro do comentário: “The LDed element expresses the topic of the sentence [...]”⁶⁷ (Ibid., p. 4). Essa autora observa que, de forma similar, a frase em (155) em que o DP genitivo está topicalizado, sendo retomado por um categoria pronominal interna ao comentário, nos contextos com duplicação do sujeito, como ilustrado em (156), tem-se a mesma situação: o tópico é retomado por uma categoria pronominal, o que caracteriza uma estrutura de tópico marcado, seguindo a análise de Duarte (1987, 2003).

Portanto, duplicação do sujeito no francês implica em duplicação de um tópico marcado, estando o DP sujeito e o pronome resumptivo ocupando posições sintáticas distintas obrigatoriamente. Uma das evidências para essa análise diz respeito não só à possibilidade de XPs rompendo a adjacência entre esses constituintes (cf. (157)), mas também à presença obrigatória de um corte entoacional entre o tópico e o comentário (cf. (158)):

⁶⁷ O elemento deslocado à esquerda expressa o tópico da sentença [...] – Tradução minha

(155) Claas_i, j'ai pris une photo de ses_i chaussettes.

“Claas, eu tirei uma foto de suas meias.”

(156) Kester_i, il_i dit qu'il_i aime bien les poissons.

“Kester, ele diz que ele gosta muito de peixe.”

(DE CAT, op. cit, p. 11)

(157)a. Pierre, sa *femme*, il sait qu'elle rentrera ce soir.

“Pedro, sua mulher, ele sabe que ela regressará esta noite.”

b. Toi *intentionnellement/ souvent* tu lis des livres romantiques

“Você intencionalmente/ sempre cê lê os livros românticos.”

(COSTA; DUARTE; SILVA, 2004, p. 3)

(158) Pierre *(//) il vient de téléphoner.

“O Pedro ele acabou de telefonar.”

(COSTA; DUARTE; SILVA, loc. cit.)

Outra evidência que vem favorecer a análise de De Cat (op. cit) pode ser encontrada na pesquisa desenvolvida por Galves (2001). Segundo essa autora, “Os clíticos sujeitos do francês ocupam a posição de sujeito na sintaxe: se eles co-ocorrem com um NP lexical, este funciona como tópico, e NPs não topicalizáveis não podem ocorrer nesse contexto.”. Nessa acepção, sujeitos quantificados como *Personne* “ninguém” (cf. (159b)), *Chaque enfant* “cada criança” (cf. (160)) e *Toit homme* “todo homem” (cf. 161) , ao contrário de DPs definidos, por não poderem

ocorrer em estruturas de topicalização, não podem ser duplicados por pronomes fracos:

(159)a. Jean, il vient d'arriver.

“O João, ele acabou de chegar.”

b. *Personne, il vient d'arriver.

“Ninguém, ele acabou de chegar.”

(GALVES, 2001, p. 138)

(160)a. *Chaque enfant, il apporte son livre à l'école.

“Cada criança, ela leva seu livro à escola.”

b. *Chaque enfant, je l'ai vu à l'école.

“Cada criança, eu a vi na escola.”

(COSTA; DUARTE; SILVA, 2004, p. 3)

(161) *Tout homme, il est mortel.

“Todo homem, ele é mortal.”

(DE CAT, 2003, p. 9)

Assumindo que o clítico sujeito no fiorentino e no trentino é um X^0 e que no francês é um XP, infiro que no PB o pronome fraco é um X^0 que ocupa a posição-A Spec, AgrSP⁶⁸. Nessa acepção, construções de duplicação do sujeito no PB não

⁶⁸ Agradeço à professora Inês Duarte pelos momentos de discussões, a partir dos quais foi possível a formulação dessa hipótese sugerida por ela.

implica necessariamente em duplicação de tópicos, exceto em algumas construções, como será mostrado mais adiante, o que torna plausível argumentar que essa construção não está disponível apenas para sujeitos com estatuto de tópico. Além disso, Costa, Duarte e Silva (2004), retomando alguns estudos, verificam que construções com deslocamento à esquerda em francês só são possíveis com tópicos e estatisticamente relevantes nos dados da aquisição, ao passo que em PB a aquisição dessas construções dá-se tardiamente.

Face ao acima exposto, ao contrário das construções com duplicação do sujeito em francês, depreendo as seguintes propriedades dessas construções no PB:

- A) Possível ausência de um corte entoacional entre o DP sujeito e o pronome fraco não causa agramaticalidade:

(162)a. *A Clarinha_i ela_i cozinha que é uma maravilha.*

b. *Eu acho que o povo brasileiro_i ele_i tem uma grave doença.*

c. *Eu acho que um trabalho sério_i ele_i teria que começar por aí.*

(DUARTE, 2000, p. 28)

- B) Presença de XPs rompendo a adjacência entre o DP sujeito e o pronome fraco torna a frase muito ruim (cf. (163a) e (163b)):

(163)a. **??Você intencionalmente/ sempre cê lê livros românticos.*

(COSTA, DUARTE; SILVA, 2004, p. 4)

b. *??Você, sua mulher, cê deve tratar ela bem.

C) Possibilidade de duplicação de sujeitos quantificados por quantificadores como “todo(s)” e “cada” não torna a frase agramatical:

(164)a. Os homens, eles têm uma faculdade de linguagem

b. Todos os homens, eles têm uma FL.

c. Todo homem, ele tem uma FL.

d. Cada homem, ele tem uma FL.

(LOBATO, 2003., p. 7)

(165)a. Toda criança ela aprende rápido a gostar de Coca-Cola.

b. Todo homem ele odeia se sentir fraco.

(BRITTO, 2000, p. 202)

(166)a. Cada menino ele leva um livro para a escola.

b. Todos os meninos eles levam um livro pra escola.

(COSTA; DUARTE; SILVA, 2004, p. 1, 5)

Com base nas evidências apresentadas, é plausível assumir que Spec, TP não é uma posição licenciada nessa língua. Além disso, o requerimento da adjacência entre o DP sujeito (você) e o pronome resumptivo (cê) traz uma consequência para a análise aqui empreendida: construções de duplicação como as que são apresentadas de (162) a (166) não correspondem a construções de

duplicação de um tópico, como no francês. Nessas frases, o sujeito está na posição-A, conforme atestam os efeitos de ligação-A:

(167)a. *A Clarinha_i ela_i cozinha para todos da sua_i família.*

b. *Você_i cê_i sempre lê as cartas de sua_i namorada.*

c. *Toda mulher_i ela_i, durante sua_i gestação, tem de cuidar da saúde.*

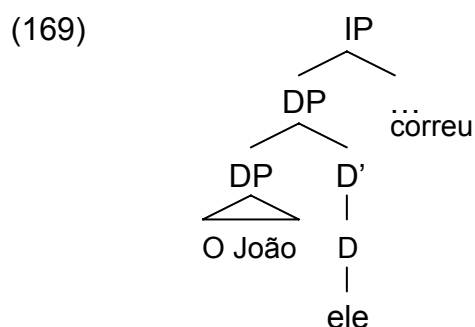
Retomando a frase (130b) repetida aqui em (168), torna-se, mais uma vez, evidente que, embora a duplicação do sujeito quantificado seja possível no PB, seu deslocamento à esquerda da frase está bloqueado, o que me leva a argumentar que somente a posição-A Spec, AgrSP está disponível para hospedá-lo:

(168) *Cada criança, eu vi.

Portanto, já que sujeitos pré-verbais no PB estão na posição-A mais alta da frase e que construções com duplicação dos mesmos não correspondem à duplicação de tópicos marcados, qual será então o lugar na estrutura frásica para hospedar o DP sujeito e o pronome que o duplica? Para essa questão, levanto como hipótese norteadora, seguindo Costa, Duarte e Silva (2004, p. 4), que, devido ao enfraquecimento da morfologia flexional no PB caracterizado pela perda da especificação gramatical de algumas pessoas do discurso no singular e no plural (cf.

os paradigmas de PB1 e PB2 apresentados no capítulo anterior), a gramática dessa língua tem compensado essa perda pela lexicalização dos traços de pessoa no DP sujeito. Nessa acepção, construções com duplicação do sujeito em PB não têm a ver com a perda do *Princípio Evite Pronome*, como sugerido em Duarte (2000), conforme observado pela assimetria entre essa língua e o francês, uma língua não-pro-drop. Essa hipótese vai, portanto, na direção do que é proposto por Costa e Figueiredo Silva (2003b) no quadro teórico da Morfologia Distribuída (Cf. HALLE; MARANTZ, 1993) para o morfema de pluralidade em PB que é *singleton*, ou seja, predizível do nó sintático, ao contrário do morfema do PE que se mantém dissociado conforme será discutido no capítulo que se segue.

A análise proposta aqui para as construções com duplicação do sujeito em PB baseia-se, por conseguinte, no seguinte fato: o núcleo D, por ser a categoria que ancora a referência do DP à sua interpretação, hospeda o traço de pessoa. Em outras palavras, o nó sintático do núcleo D enviado à componente morfológica da gramática manipula esse traço que, mais tarde, em *Spell-Out*, unir-se-á ao traço fonológico, à semelhança do que ocorre com o morfema de pluralidade nessa língua. Dessa forma, “o pronome fraco será uma lexicalização pós-sintática do valor desse traço, cuja especificação depende da operação sintática *Agree* que se estabeleceu entre D e o seu especificador, *merged* em Spec, DP.” (COSTA; DUARTE; SILVA, 2004, p. 4). Nessa acepção, é imprescindível que se estabeleça uma configuração Spec/Head entre D e seu Spec, conforme ilustra a seguinte representação:



Vale pontuar que essa análise parece um pouco similar ao que foi proposto por Brandi e Cordin (1989) para o trentino e o fiorentino. Enquanto nessas línguas o clítico é um X^0 que se amalgama ao verbo por ser a realização morfológica dos traços pronominais de I, no PB, ao contrário, o pronome fraco que nesse caso é um X^0 , marca o traço de pessoa no núcleo D^{69} . Essa assimetria entre o trentino e o fiorentino, por um lado, e o PB, por outro, parece ser decorrente da riqueza morfológica da flexão verbal. Sendo a morfologia flexional forte nas primeiras línguas, os clíticos sujeitos podem funcionar como argumentos na ausência de um DP sujeito à sua esquerda, ao passo que no PB, em virtude do processo de enfraquecimento por que tem passado sua morfologia de flexão verbal, esse enfraquecimento é compensado, como já referido, pelo traço de pessoa predizível do nó sintático terminal referente ao núcleo D.

Algumas das conseqüências teóricas da proposta acima delineada são: a) o pronome fraco em PB, ao contrário do que tem sido assumido até o momento (Cf. DUARTE, 2000, BRITTO, 2000, KATO, 2000, dentre outros), não é um XP, mas, de fato, um X^0 , cuja lexicalização do traço de pessoa dá-se pós-sintaticamente, uma situação não prevista na proposta de classificação dos pronomes por Cardinaletti e Starke (1994) e b) a estrutura com duplicação do sujeito em PB “é mais complexa do

⁶⁹ Para a proposta de que o pronome fraco pode ser um X^0 , cf. também Castro e Costa (2003).

que uma estrutura em que um DP simples ocupa a posição Spec, IP, predizendo-se que seja de aquisição tardia, conforme os factos [...]” (COSTA; DUARTE; SILVA, 2004, p. 5).

Não obstante, certos DPs indefinidos pré-verbais resistem à duplicação por um pronome fraco, conforme ilustram os contrastes nos pares pergunta-resposta⁷⁰ com DPs definidos e indefinidos:

(170)A: O que é que aconteceu?

B: a. O João (ele) chegou.

b. O João (ele) comeu o bolo.

c. O João (ele) tossiu.

C: a. Um menino (OK?*ele) chegou.

b. Um menino(OK?*ele) comeu o bolo.

c. Um menino (OK?*ele) tossiu.

(171)A: Quem chegou?

B: O João (ele) chegou.

C: Um menino (?*ele) chegou.

(172)A: Quem comeu o bolo?

B: O João (ele) comeu.

C: Um menino (?*ele) comeu.

⁷⁰ Agradeço aos falantes do PB por me fornecerem seus julgamentos de gramaticalidade das frases. Vale dizer que apenas alguns falantes consultados consideraram as frases em (170C) gramaticais quando o indefinido é duplicado por um pronome nos contextos de focalização de toda frase. Para os demais falantes, essas frases ou são marginais, ou agramaticais.

(173)A: Quem tossiu?

B: O João (ele) tossiu.

C: Um menino (?*ele) tossiu.

Tendo em vista a impossibilidade não só de duplicação dos DPs indefinidos segundo o que é verificado nas respostas acima, como também nas frases em (174) em que os DPs são nus, proponho que estes ocupem a posição-A Spec, AgrSP, conforme representado na configuração sintática em (175):

(174)a. *Gatos eles são felinos.

b. *Brasileiro ele vive grudado no samba.

(COSTA; DUARTE; SILVA, 2004, p. 3)

(175) [_{AgrSP} DP_i [_{TP} t_i [_{T'} V_j [_{VP} t_i [_{V'} t_j DP]]]]]]

Embora sujeitos pré-verbais no PB no domínio intrafrásico estejam ocupando a posição-A, Spec, AgrSP, configurações sintáticas distintas fazem-se necessárias. Além de os sujeitos pré-verbais poderem ocupar uma posição-A, há evidências de que, em determinados contextos estruturais, eles podem ser deslocados à esquerda, o que implica considerar, por conseguinte, que estão num domínio extrafrásico. Um desses contextos que não é produzido pela gramática do PE corresponde às construções de tópicos sujeitos analisadas por Galves (1998),

em que o argumento que ocupa a posição pré-verbal não corresponde a um sujeito “típico” nos termos de Pontes (1986):

- (176)a. O relógio quebrou o ponteiro.
 b. O pneu do carro furou.

Nas frases acima, assumo com Costa e Galves (2002) que os DPs sujeitos pré-verbais ocupam uma posição de adjunção a AgrSP, não havendo pronome resumptivo que os duplique numa posição-A. Nesses casos, em virtude de não estar expresso o argumento com função- θ Agente, Spec, AgrSP não pode ser ocupado. Veja-se a impossibilidade não só de um agente implícito como controlador do sujeito das orações finais, mas também de advérbios orientados para o sujeito:

- (177)a. *O relógio quebrou o ponteiro para atrasar a viagem do meu pai
 a': *O relógio *intencionalmente* quebrou o ponteiro.
 b. *O pneu do carro furou para aborrecer os passageiros.
 b'. *O pneu do carro *intencionalmente* furou.

Outra evidência de que Spec, AgrSP não pode ser uma posição preenchida no PB nos contextos de tópicos sujeitos tem a ver com a impossibilidade de ligação-A:
 A:

(178)a. *A revista_i xerocou suas_i páginas.

b. *O relógio_i quebrou os ponteiros dele_i.

Em suma, estando o tópico sujeito numa posição de adjunção a AgrSP e não sendo Spec, AgrSP preenchido por um pronome resumptivo, resta como solução o movimento dos traços- Φ do verbo em T para Agr:

(179) [_{AgrSP} DP_i [_{AgrSP} AgrS_i [_{TP} V- Φ _i [_{VP} t_v pro_i]]]]]

Ao contrário das construções de tópicos sujeitos analisadas por Galves (1998), construções com tópicos marcados, conforme analisadas por Duarte (1987, 2003) para o PE, são também encontradas no PB. Nesses casos, construções de duplicação do sujeito correspondem a construções de redobro de tópicos marcados (cf. (180b)). Assim, deve haver um corte entoacional entre o DP deslocado à esquerda e o pronome co-referente nulo ou preenchido que ocupa a posição-A Spec, AgrSP. Um fato curioso é que nessas construções o pronome resumptivo é resistente à redução fonológica:

(180)a. ?*Você, tenho certeza que cê vai ganhar o prêmio.

b. Você, tenho certeza que você vai ganhar o prêmio.

A configuração sintática para uma frase como (180b) terá o sujeito, ou seja, o tópico marcado, adjungido a AgrSP, estando a categoria pronominal interna ao comentário na posição de especificador dessa categoria funcional:

(181) [_{AgrSP} DP_i [_{AgrSP} pro_i/ele_i [_{TP} t_i [_{T'} V_j [_{VP} t_i [_{V'} t_j DP]]]]]]]]

Voltando novamente minha atenção no domínio intrafrásico, é plausível assumir que DPs sujeitos no PB estão na posição-A, Spec, AgrSP, ao contrário do que é proposto em Barbosa, Duarte e Kato (2001), Kato (2000), Duarte (2000) e Costa e Galves (2002). Sendo essa a única posição-A disponível para hospedar esses sujeitos, o traço EPP de AgrSP é checado por *Move* do DP, servindo de contra-evidência às análises que defendem que os sujeitos nessa língua estão deslocados à esquerda.

De mais a mais, adotando a análise de Bobaljik (1995), observo que o *locus* para a indisponibilidade de Spec, TP no PB é consequência de os morfemas Agr e T co-ocorrerem amalgamados, à semelhança do PE. Portanto, *Lowering de Agr-para-T* é necessário para que os nós terminais que se encontram dominados pelos núcleos Agr e T fornecidos pelo *output* sintático sejam fundidos, o que vai na direção da proposta de Bobaljik (op. cit.) para o inglês.

5.4 SUJEITOS PÓS-VERBAIS: ASSIMETRIA ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU

5.4.1 Sobre os sujeitos pós-verbais no Português Europeu

Conforme já amplamente mencionado no decorrer desta pesquisa, o PE, como outras línguas pro-drop prototípicas, possui inversão sujeito-verbo com todos os tipos de verbos (Cf. AMBAR, 1992, COSTA, 1998, 2000, COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003a, 2003b, FIÉIS, 2003, dentre outros), sendo a causa substancial para a existência desses sujeitos o fato de a morfologia flexional nessa língua ser rica, ao contrário do inglês e do francês, que devem ter a posição pré-verbal Spec, IP sempre preenchida em virtude do enfraquecimento morfológico da flexão verbal. A exceção nessas últimas línguas dá-se em contextos inacusativos em que o DP pode aparecer posposto ao verbo, sendo submetido ao *Efeito de Definitude* (Cf. BELLETTI, 1988 e ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998).

Neste momento, ao centrar minha atenção na pesquisa desenvolvida por Costa (1998) sobre a posição dos sujeitos pós-verbais nas ordens VSO e VOS no PE, assumirei com esse autor que esses sujeitos ocupam a posição Spec, VP, seguindo a análise proposta por Koopman e Sportiche (1991). Ademais, nos contextos de inversão sujeito-verbo, há movimento de V-para-I nos contextos declarativos, ao contrário do que defende Ambar (1992). Como consequência da

proposta aqui assumida, abandonarei a hipótese de Chomsky (1981), Rizzi (1988) e Burzio (1986) de que os sujeitos pós-verbais estão adjungidos à direita do VP⁷¹.

Ambar (op. cit), ao analisar os contextos de inversão sujeito-verbo no PE, propõe uma análise unificada segundo a qual o movimento de V-para-C é obrigatório tanto nos contextos interrogativos quanto nos declarativos. Por exemplo, na frase: *Onde pôs o João os livros?*, a autora argumenta que o verbo move-se para o núcleo C, estando o sujeito em Spec, Flex'' (Spec, IP), conforme apresentado na configuração sintática em (182a')

(182)a. Onde pôs o João os livros?

a'. [_{COMP''} Onde_i [_{COMP'} pôs_{jk} [_{FLEX''} o João [_{FLEX} V_{jk} [_{SV} V_j os livros v_i]]]]]

(AMBAR, 1992, p. 181)

Não obstante, Costa (1998) assume parte da proposta de Ambar (op. cit.). Segundo ele, nos contextos interrogativos como em (182) há movimento obrigatório de V-para-C, um fato similar ao que acontece nas sentenças interrogativas do inglês, quando há movimento obrigatório do auxiliar *DO* para o núcleo C:

(183)a. How do you think that he come t?

b. How did he come t?

(RIZZI, 1990, p. 46)

⁷¹ Contra-evidências à análise de adjunção ao VP do DP pós-verbal são apresentadas no capítulo 3.

Em se tratando dos contextos declarativos, o autor difere de Ambar (op. cit.), argumentando que o verbo se move até I, permanecendo o sujeito em sua posição de base a partir das seguintes evidências:

A) Inversão sujeito-verbo em contexto encaixado:

Observando a gramaticalidade da frase (184) em que o sujeito pós-verbal ocorre num contexto encaixado, não é plausível argumentar a favor da análise de que o verbo se move para C, tendo em vista o núcleo C já estar lexicalmente preenchido pelo complementador *que*:

(184) O Paulo disse que comeu a Maria a sopa.

(COSTA, 1998, p. 123)

B) Construções com o complexo verbal (auxiliar + particípio):

Em frases em que o sujeito segue o verbo auxiliar e o verbo principal na forma participial, como em (186), não há motivação empírica para ser adotada a análise de Ambar, pois, se assim fosse, esse sujeito teria que seguir o verbo auxiliar flexionado, tal como ocorre no inglês (cf. (185)), uma predição que não é confirmada no PE:

(185)a. Have you got time?

“Você tem tempo?”

(THOMSON; MARTINET, 1980, p. 109-110)

(186) a. Tinha comido o Paulo maçãs.

b. Tem estado a comer o Paulo maçãs.

C. Distribuição dos advérbios:

Ao assumir que advérbios com leitura orientada para o sujeito como *inteligentemente* estão adjungidos a TP, Costa (op. cit) verifica que seria permitido, seguindo a análise de Ambar (op. cit.), que tais advérbios pudessem ocorrer após os sujeitos em Spec, IP na ordem VSO, uma análise que não se sustenta se verificada a frase em (187). Portanto, o viés argumentativo de que sujeitos pós-verbais não estão em Spec, IP, mas ocupam Spec, VP, estando o verbo em I, ganha, por conseguinte, suporte explicativo na análise de Costa:

(187) *Comeu o Paulo inteligentemente maçãs.

(Ibid., p. 124)

Estando os sujeitos pós-verbais no PE em Spec, VP, implica dizer que eles possuem propriedades-A, o que se confirma na análise das ordens VSO e VOS.

Quanto à primeira ordem, o autor apresenta evidências adicionais de que os sujeitos estão nessa posição-A, tomando por base a possibilidade de efeitos de ligação-A e do posicionamento de advérbios que marcam a periferia à esquerda do VP.

No que concerne à ligação-A, o sujeito pós-verbal pode ligar-se a uma anáfora pronominal no domínio interno do VP, estando o verbo em I:

(188)a. Leu cada autor_i o seu_i livro.

b. Leu um autor_i o seu_i livro.

(Ibid., p. 129)

Quanto à segunda evidência, o autor observa que, sendo advérbios monossilábicos como *bem* marcadores da periferia à esquerda do VP, a única posição disponível para estes na ordem VSO é entre o verbo e o sujeito pós-verbal. Assim, chega-se à conclusão de que o verbo sofre movimento por cima desse advérbio, permanecendo o DP em sua posição de origem. Ademais, sendo o sujeito seguido por esse tipo de advérbio a frase é agramatical, o que implica considerar que a posição fora do VP para hospedar o sujeito nas frases (189b) e (189c) não está disponível⁷²:

(189)a. **Bem* comeu o Paulo maçãs.

b. *Comeu o Paulo *bem* maçãs.

⁷² Os grifos são do autor.

- c. *Comeu o Paulo maçãs *bem*.
- d. Comeu *bem* o Paulo maçãs.

Analisando, agora, os sujeitos pós-verbais na ordem VOS, duas conclusões são depreendidas por Costa (op. cit.): a) sujeitos pós-verbais estão deslocados à direita e b) sujeitos pós-verbais estão em Spec, VP. Visando estabelecer distinção entre essas duas posições para os sujeitos, o autor observa que há algumas propriedades que caracterizam as construções com deslocamento à direita do sujeito, dentre elas: a) presença de um corte entoacional antecedendo o sujeito (cf. (190a)); b) possibilidade de Spec, IP ser preenchido por uma categoria pronominal co-referente com o sujeito deslocado à direita (cf. (191a)), c) possibilidade de o sujeito seguir *question-tags* (cf. (192c) e (192d)) e d) impossibilidade de DPs pós-verbais serem indefinidos (cf. (193b)). Veja-se o comportamento assimétrico entre sujeitos pós-verbais em posição-A e na posição deslocada à direita da frase:

(190)a. Comeu a sopa # o Paulo.

b. Comeu a sopa o Paulo.

(191)a. Ele comeu a sopa # o Paulo.

b. *Ele comeu a sopa o Paulo.

(192)a. Comeu a sopa o Paulo, não comeu?

b. *Ele comeu a sopa o Paulo, não comeu?

- c. Comeu a sopa, não comeu?, o Paulo
- d. Ele comeu a sopa, não comeu?, o Paulo.

(193)a. Comeu a sopa, não comeu?, o Paulo.

- b. ???Comeu a sopa, não comeu?, um homem.

(COSTA, op. cit., p. 131)

De forma similar ao que ocorre na ordem VSO, na ordem VOS, a distribuição dos advérbios monossilábicos e efeitos de ligação-A servem como bons diagnósticos a favor da idéia de que sujeitos pós-verbais intra-sentenciais ocupam a posição-A Spec, VP.

Quanto ao primeiro diagnóstico, ordem VOS no PE só é gramatical se o sujeito pós-verbal segue o verbo, havendo obrigatoriamente movimento do objeto para fora do VP via *scrambling* para uma posição de adjunção ao VP (cf. (194c)):

(194)a. *Comeu bem a sopa o Paulo.

- b. *Comeu a sopa o Paulo bem.

- c. Comeu a sopa bem o Paulo (não comeu?)

(Ibid., p. 132)

Quanto aos efeitos de ligação, é possível o sujeito pós-verbal ligar-se ao objeto que sofreu *scrambling*:

(195)a. Viu [_{Obj} o Paulo_i], não viu?, [_{Subj} o seu_i irmão].

b. Viu [_{Obj} todos os filmes_i], não viu?, [_{Subj} o seu_i realizador].

(Ibid., p. 134)

Costa (op. cit.) conclui que, embora os sujeitos pós-verbais estejam em Spec, VP no PE e não em Spec, IP e o verbo não se mova para C, mas obrigatoriamente para I, as ordens VSO e VOS diferem no seguinte aspecto: enquanto na segunda o objeto é movido para uma posição de adjunção ao VP via *scrambling*, na primeira esse movimento está bloqueado.

Em suma, tendo assumido com Costa que sujeitos pós-verbais em contextos (in)transitivos ocupam Spec, VP, inicio, neste momento, uma análise dos DPs pós-verbais nessa língua em contextos inacusativos.

Retomando o que já foi discutido no capítulo 3, verbos inacusativos distinguem-se dos (in)transitivos por não selecionarem um argumento externo, estando o DP pós-verbal por eles subcategorizado numa posição interna ao VP, valendo lembrar que esse DP pode ser movido para a posição pré-verbal Spec, IP, o que o caracteriza como um sujeito derivado. Nesse caso, à semelhança dos argumentos externos de verbos (in)transitivos, o traço EPP de AgrSP, adotando a hipótese do IP cindido, é checado por *Move* do XP, o que contradiz a análise de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) quando defendem que línguas de sujeitos nulos classificam-se como línguas EPP-fracas porque esse traço só pode ser checado via *Move* ou *Merge* de um X⁰, que é o que acontece no grego e nos dois dialetos italianos, o trentino e o fiorentino, respectivamente.

De mais a mais, argumento que os DPs pós-verbais em construções inacusativas não podem estar numa posição periférica à direita do VP, tomando por base a evidência apresentada por Fiéis (2003) no que respeita ao posicionamento dos quantificadores flutuantes que, por sua vez, servem como diagnósticos para marcar a posição de origem dos DPs argumentais que ascendem à posição-A Spec, AgrSP. Analisando as seguintes frases do português, comparadas com as do francês e as do inglês, são agramaticais, em todas essas línguas, frases em que os quantificadores ocupam a posição mais à direita da frase (cf. (196)), o que implica assumir que os DPs pós-verbais estão numa posição-A interna ao VP, conforme ilustram as frases em (197) em que o verbo inacusativo *ir* encontra-se seguido do quantificador flutuante:

(196)a. *Os meninos foram à praia todos.

b. *The boys went to the beach all.

c. *Les garçons sont allés à la plage tous.

(197)a. Os meninos foram todos à praia.

b. *The boys went all to the beach.

c. Les garçons sont tous allés à la plage.

(Ibid., p. 94)

Recorde-se que não sendo o inglês uma língua que possui movimento do verbo na sintaxe, quantificadores flutuantes estão impedidos de seguirem o verbo,

pois, caso contrário, haveria suporte para argumentar que o verbo saiu do VP, uma predição que não é confirmada a partir da agramaticalidade da frase em (197b). Ao contrário dessa língua, tanto o PE quanto o francês possuem movimento do verbo, sendo uma das evidências a presença do quantificador que segue o verbo cuja função é identificar a posição de base do DP ao qual se encontra adjungido, como ilustram as frases em (197a) e (197c), respectivamente.

No próximo capítulo, ao descrever os contextos pergunta-resposta construídos com verbos inacusativos, apresentarei evidências de que em contextos de focalização de toda a frase sujeitos pós-verbais definidos estão adjungidos à direita da frase, sendo duplicados por um pronome em Spec, IP, levando em conta a impossibilidade de ocorrerem antes de um constituinte preposicional, ao passo que DPs indefinidos estão em sua posição de base interna ao VP. Contudo, sendo os DPs indefinidos pesados nesses contextos, eles se encontram deslocados à direita, sendo possível sua duplicação por um pronome co-referente na posição Spec, IP, uma análise não prevista na pesquisa de Fiéis (2003).

Já em se tratando dos contextos de focalização do sujeito, tanto os DPs pós-verbais definidos quanto os indefinidos, sejam leves ou pesados, encontram-se em sua posição de base. Conforme me informou uma falante nativa do PE, sujeitos pós-verbais só podem ser deslocados à direita nesses contextos se o pronome lexicalmente realizado na posição Spec, IP recebe um acento enfático, o que vai na direção do que é proposto por Ambar (1992) e Gonçalves (1994). Veja-se, portanto, o seguinte par pergunta-resposta:

(198) A: Quem entrou na escola?

- B: a. Entrou na escola o garoto que foi meu aluno.
b. ELE/ *Ele entrou na escola, o garoto que foi meu aluno.
c. Entrou na escola um menino que foi meu aluno.
d. ELE/ *Ele entrou na escola, um menino que foi meu aluno.

Observando o julgamento de gramaticalidade das respostas à pergunta em (198), sou levada a argumentar que efeitos de peso não são verificados nessas respostas no PE por razões relacionadas ao Parâmetro do Sujeito Nulo. Nessa língua, ao contrário do PB, a sintaxe gera dois *outputs*: SV e VS, ficando a serviço da componente informacional escolher aquele que melhor satisfaça seus requerimentos pós-sintaticamente. No PB, sujeitos pós-verbais são legitimados, em geral, nesse contexto se estiverem submetidos a efeitos de peso.

Além do acima exposto, tem sido verificado que em contextos inacusativos no PE, o DP pós-verbal pode não estabelecer concordância morfológica visível com a flexão verbal, ao contrário do que ocorre com os argumentos externos pospostos a verbos (in)transitivos cuja concordância é atestada (Cf. COSTA, 2000, 2001a e COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003b):

- (199)a Comeram os meninos o bolo.
b. *Comeu os meninos o bolo.
c. Comeram o bolo os meninos.
d. *Comeu o bolo os meninos.

(200)a. Cantaram os meninos.

b. *Cantou os meninos.

(201)a. Chegaram uns miúdos.

b. Chegou uns miúdos.

Levando em conta a ausência da concordância morfológicamente visível em (201b), assumo com Costa e Figueiredo Silva (op. cit.) que a concordância morfológica é estabelecida com um *pro* expletivo inserido na posição Spec, IP, cuja natureza é, a meu ver, distinta da dos expletivos em línguas como o inglês e o francês nas construções inacusativas. Essa análise corrobora mais uma vez a implausibilidade para a existência do Parâmetro EPP, tendo em vista ocorrer *Merge* de um XP, nesses casos, a inserção de um expletivo na posição-A Spec, IP, contrariamente ao que é proposto por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998): [_{IP} *pro* [_{I'} V [_{VP} t_v DP]]]. Essa questão será retomada no próximo capítulo.

Concluída a análise desenvolvida nesta seção sobre os sujeitos pós-verbais no PE, realizarei, na seção que se segue, uma discussão sobre os sujeitos pós-verbais no PB, valendo lembrar, de antemão, que a inversão sujeito-verbo nessa língua encontra-se restrita aos contextos inacusativos (Cf. BERLINCK, 1988, 2000, COELHO, 2000, KATO, 1999, dentre outros).

5.4.2 Sobre os sujeitos pós-verbais no Português Brasileiro

Diversas pesquisas têm evidenciado que a ordem de palavras no PB não é tão “livre” como no PE, tendo em vista que sujeitos não podem aparecer pospostos a verbos (in)transitivos, uma consequência da mudança por que tem passado a morfologia de flexão verbal na gramática dessa língua. Conforme discutido no capítulo 4, tomando por base a proposta de Roberts (1993) e Galves (1996), essa morfologia tem se tornado enfraquecida e, como consequência, tem ocasionado um aumento acentuado do preenchimento da posição pré-verbal (Cf. DUARTE, 2000), culminando no processo de perda do *Princípio Evite Pronome*.

Berlinck (2000), ao realizar uma pesquisa diacrônica sobre a ordem VS no PB, verifica a partir de resultados quantitativos que a perda dessa ordem em contextos (in)transitivos foi gradativa ao longo da história. Essa autora chega a concluir que a ordem VS é uma construção heterogênea na gramática do PB por ainda possuir resíduos de uma gramática anterior, estando restrita, em grande medida, aos contextos inacusativos. Tal heterogeneidade é atestada em quatro contextos estruturais: a) construções com deslocamento à direita ou “*falsa inversão*”; b) construções residuais com frontamento do verbo (*V-fronting*), c) construções de inversão livre (*inversão românica*) e d) construções inacusativas. Segundo a autora, os três primeiros contextos são marginais no PB.

Quanto à *falsa inversão*, o sujeito pós-verbal está fora do domínio frásico, sendo retomado por uma categoria vazia nula ou preenchida em Spec, IP. Em geral, à semelhança de Costa (1998) para o PE, Coelho (2000) observa que nesse tipo de construção os sujeitos devem ser [+definidos] e [+específicos] nos termos de Enç

(1991)⁷³, sendo obrigatório um corte entoacional antes do sujeito. Nas frases, a seguir, a agramaticalidade resulta, portanto, de os sujeitos pós-verbais serem indefinidos⁷⁴.

- (202)a. ?*(Ele)_i chegou, um menino_i.
 b. ?*(Ele)_i comeu o bolo, um menino_i.
 c. ?*(Ele)_i tossiu, um menino_i.

Ordens VOS já nos fins do século XIX passam a corresponder a casos de *falsa inversão*, não sendo possível argumentar que os sujeitos se encontram na posição-A Spec, VP, uma posição que ainda é legítima na gramática do PE contemporâneo. Em todo caso, o que é importante ter em mente é que a posição Spec, IP sempre é preenchida por um pronome nulo ou realizado foneticamente, o qual mantém co-referência com o DP pós-verbal:

(203)a. E tem um nariz eloqüente, este rapaz! (1896)

a'. [_{IP} (ele)_i [_{I'} tem_j [_{VP} t_i t_j um nariz eloqüente [este rapaz_i]]]]]]

(KATO; DUARTE, 2003b, p. 1)

b. Eles já comeram, os meninos.

(KATO, 1987, p. 244)

⁷³ Argumentarei no próximo capítulo que sujeitos indefinidos podem estar deslocados à direita, caso estejam submetidos a efeitos de peso.

⁷⁴ Os julgamentos dessas frases são frutos das intuições de falantes nativos do PB por mim consultados.

De mais a mais, Kato (1993) e Kato e Duarte (2003a, 2003b) verificam que, nos contextos interrogativos, o sujeito posposto ao verbo também se encontra numa posição periférica à direita da frase em virtude de a gramática do PB contemporâneo ter perdido o movimento de V-para-C nesses contextos. Nessa acepção, enquanto no século XVII o verbo se movia até C (cf. (204)) à semelhança do que acontece no PE contemporâneo (Cf. AMBAR, 1992), no século XX, o verbo no PB move-se até o núcleo funcional I e a posição Spec, IP passa a ser preenchida por uma categoria pronominal co-referente com o sujeito deslocado à direita (cf. (205)):

(204)a. Que tem Deus de ver comigo? (século XVII)

a'. [_{CP} que [_{C'} tem [_{IP} Deus [_{I'} t_v [_{VP} t_v t_{wh} de ver comigo]]]]]]

(KATO, 1993, p. 1)

(205)a. Onde andar^a a Neiva?

a'. [_{CP} Onde_k [_{C'} [_{IP} (ela)_i t_k [_{I'} andar^a_j [_{VP} t_i t_j t_k [a Neiva_i]]]]]]]]

(KATO; DUARTE, 2003a, p. 3)

Kato e Duarte, ainda detendo-se à análise da *falsa inversão* em interrogativas, verificam que há restrições no que concerne à produção dessa estrutura: sendo o constituinte WH- na pergunta um argumento interno do verbo, essa inversão é agramatical (cf. (206)), exigindo, por conseguinte, a presença do DP sujeito em posição pré-verbal, ao passo que, sendo o constituinte WH- um adjunto, essa inversão já é possível (cf. (207)):

(206) *O que viram os meninos? / O que os meninos viram?

(207) Quanto custou o seu carro?/ Quanto (ele) custou, o seu carro?

Quanto ao segundo tipo de construção denominada na literatura *V-fronting* (Cf. KATO, 1987), tem a ver com ocorrências residuais da *inversão germânica* (fenômeno V2) segundo Berlinck (2000). Nesses casos, o verbo ocupa a segunda posição, sendo antecedido por um constituinte X que se desloca para a posição inicial da sentença (XVS). No Português Arcaico (doravante PA), esse tipo de inversão pode ocorrer com o verbo ocupando a posição inicial da frase (Cf. RIBEIRO, 1996)⁷⁵. Ademais, Berlinck observa que no PE esse constituinte tem obrigatoriamente leitura tópica, ou seja, corresponde a uma informação já dada no domínio do discurso (cf. (208)), ao passo que no PB pode ter leitura focal (cf. (209)):

(208)a. Em Lisboa mora o Pedro.

b. A verdade disse o Paulo.

c. O bolo comeu a Maria

(BERLINCK, 2000, p. 178)

(209)a. Ali moravam os meninos.

a'. [_{IP} Ali_a [_{I'} moravam_i [_{VP} os meninos [_{V'} t_i t_a]]]]

(KATO, 1989 apud BERLINCK, op. cit., p. 177)

⁷⁵ Segundo Ribeiro, (op. cit., p. 55), “[...] a inversão germânica nos dados do PA não se limita a construções iniciadas por um constituinte X. Atesta-se também em estruturas iniciadas por um verbo, apresentando simplesmente a ordem VS [...]”.

Pesquisadores têm sugerido que construções com o deslocamento do PP para a posição inicial da sentença (cf. (208a) e (209a)) correspondem a contextos de inversão locativa, estando esse constituinte preposicional ocupando a posição-A Spec, IP.

Levando em conta que a inversão locativa caracteriza-se pela formação da ordem PP V DP, tendo o PP um valor locativo ou temporal (Cf. LEVIN; RAPPAPORT Hovav, 1995), levanto como problemática a seguinte questão: se adotada a análise de Pinto (1997), seguida por Costa e Figueiredo Silva (op.cit.) de que *pro* expletivo corresponde ao argumento com valor locativo ou temporal nas construções inacusativas com inversão sujeito-verbo, como explicar, então, as seguintes construções inacusativas quando o PP está em sua posição de base?

(210)a. *pro* surgiu muita mudança no Parlamento.

b. *pro* apareceu um estranho na festa.

Tendo em vista os PPs permanecerem em sua posição de base nas frases em (210) e, com base nas propriedades elencadas por Levin e Rappaport Hovav (op. cit) que caracterizam os contextos de inversão locativa, sou levada a argumentar que o *pro* expletivo que ocupa a posição Spec, IP não possui nenhum valor locativo ou temporal. No entanto, caso haja movimento dos PPs para a posição inicial da sentença, têm-se casos dessa inversão (Cf. DUARTE, 2003). Defendo também que, sendo o PP não-realizado foneticamente, ele corresponderia a um

objeto nulo em virtude de poder ser omitido, tendo em vista sua referência poder se retomada no discurso precedente como ocorre em (211):

(211) A: Quem apareceu na festa_i?

B: Apareceu um estranho *cv_i*.

Uma evidência que corrobora a predição acima tem a ver com a possibilidade de topicalização do PP no mesmo contexto pergunta-resposta, o que implica dizer que esse constituinte preposicional, quer na sentença em que é objeto nulo, quer no seguinte contexto de topicalização, corresponde à informação dada:

(212) A: Quem apareceu na festa?

B: Na festa, apareceu um estranho.

No par pergunta-resposta em (212), a posição Spec, IP e a posição que hospeda o PP (nomeadamente, uma posição de adjunção a IP, seguindo a linha de raciocínio de Duarte (1987), encontram-se em distribuição complementar, o que serve de contra-evidência à hipótese de que *pro* nas estruturas de inversão sujeito-verbo em construções inacusativas possui um valor locativo ou temporal. Face à construção de topicalização, sou levada a assumir, ao contrário de Levin e

Rappaport Hovav (op. cit), que o PP não ocupa Spec, IP, mas uma posição de adjunção à frase⁷⁶.

De mais a mais, Ribeiro (1996), ao centrar sua atenção na ordem dos constituintes no PA, tendo como *corpus* de pesquisa a *Carta de Caminha* (século XVI) e a *Crônica de Dom Pedro* (século XV), observa que a inversão germânica é bastante produtiva nesse período, o que vem corroborar a análise desenvolvida por Torres Moraes (1996). Vejam-se, portanto, as seguintes frases do PA em (213) e (214) extraídas da *Carta de Caminha*⁷⁷ e da *Crônica de Dom Pedro*⁷⁸, respectivamente, em que o verbo ora se encontra antecedido por um constituinte, ora aparece no início da sentença, na ausência deste último⁷⁹:

(213)a. ao sabado pola manhaã mandou *ocapitã* fazeer vella (F3 v.1)

b. Ante dise *ele* que... (F8. p. 29-30)

(RIBEIRO, op. cit., p. 54)

(214)a. e deu *el-rrei* a sua madre todollos bẽes de Lionor Nunes (16: 34-35)

b. levava *nicolao coelho* cascavees e manilhas (F.4. 7-8)

(Ibid., p. 55)

⁷⁶ Para uma análise similar e para maiores discussões sobre as construções de inversão locativa, cf. também Farias (em fase de elaboração)

⁷⁷ Após as frases extraídas da *Carta de Caminha*, está indicado entre parênteses o número do fólio (F) seguido dos números das linhas de ocorrência dessas frases.

⁷⁸ As frases extraídas da *Crônica de Dom Pedro* estão também seguidas do número do fólio e das linhas de ocorrência.

⁷⁹ Os grifos são da autora da citação.

Ao contrário do PA, Berlinck (2000) constata que construções com verbos *dicendi* que exigiam nesse período o verbo no início da frase, sendo seguido do sujeito, já não são obrigatórias no século XX. Analisando uma das obras de Graciliano Ramos datada de 1930, a autora verifica que um mesmo falante produz ora VS, ora SV com o verbo *dicendi* “dizer”, o que implica assumir que a inversão germânica que era obrigatória no PA perde-se no PB contemporâneo (cf. (215)). No PE, ao contrário, a inversão sujeito-verbo continua obrigatória nesses contextos (cf. (216)):

(215)a. Ah! Compreendo, disse-me ele.

b. Pouco, muito pouco, dona Lili me disse.

(G. Ramos, *Cartas*, 1930)

(BERLINCK, op. cit., p. 189)

(216)a. Vou-me embora – anunciou o *Gonçalo*.

a'. *Vou-me embora – o *Gonçalo* anunciou.

(AMBAR, 1992, p. 72)⁸⁰

Passando, brevemente, a análise da *inversão românica* ou *inversão livre do sujeito*, Berlinck (op. cit.) assume, à semelhança de Kato e Raposo (1994), que o DP sujeito posposto não se encontra dentro do VP nem fora de IP por estar adjungido à direita do VP. Não obstante, conforme já discutido no capítulo 3, a hipótese da

⁸⁰ Os grifos são da autora da citação.

adjunção ao VP é problemática, o que me leva a assumir que o DP encontra-se adjungido à direita de IP.

Um fato importante é que, nesse tipo de inversão, o sujeito posposto, em geral, está submetido a efeitos de peso, tal como ocorria no PA consoante os dados analisados por Ribeiro (1996). Essa autora observa que a propriedade característica dessa inversão é a obrigatoriedade de haver um constituinte X que rompa a adjacência entre o verbo e o DP pós-verbal (XVXS) e (VXS), recebendo o sujeito nessas ordens uma entoação especial, o que o caracteriza como pesado não só em termos de seu conteúdo fonológico, mas também em relação ao acento mais forte que recebe nessa posição. Comparem-se, portanto, as seguintes frases do PA em (217) e do PB contemporâneo em (218):

(217)a. *aly andavam antreles tres ou quatro moças bem moças e bem jentijs*

(F4. 24-6)

b. *e tanto que comemos vieram logo todolos capitaães aesta naao per man dado do capitã moor.* (F6. 5-6)

(Ibid., p. 52-53)

(218)a. Telefonou ontem um amigo meu que eu não vejo há 10 anos o
Prefeito

a'. [_{IP} *pro*_{expl} [_{I'} telefonou_i [_{VP} [_{VP} *t*_k [_{V'} *t*_i] ontem] um amigo meu que eu não vejo há 10 anos/o Prefeito_k]]].

(BERLINCK, 2000, p. 177)

Na configuração em (218a') um *pro_{expl}* ocupa a posição-A Spec, IP, tal como sugere Rizzi (1997) para os casos de inversão em línguas como o italiano e o catalão. Contudo, ao centrar minha atenção no próximo capítulo aos contextos de inversão sujeito-verbo em pares pergunta-resposta, argumentarei que o DP pesado à direita é duplicado por uma categoria pronominal co-referente em Spec, IP. Os únicos casos que parecem legitimar a presença de um *pro_{expl}* nessa posição-A têm a ver com as estruturas frasais inacusativas em que o DP permanece na posição de base quando a ausência de concordância morfológica visível é verificada entre a flexão verbal e o DP pós-verbal.

O exemplo acima construído com um verbo intransitivo como “telefonar” é bastante pertinente para a análise aqui desenvolvida. Kato (1999) verifica que, embora o PB tenha perdido a inversão sujeito-verbo com os verbos (in)transitivos, a possibilidade de inversão com certos tipos de verbos intransitivos, como é o caso de *telefonar*, corresponde a um contexto residual na gramática dessa língua. Figueiredo Silva (1996) propõe que a inversão ainda atestada com verbos desse tipo tem a ver com o fato de estes terem um comportamento muito similar aos inacusativos em virtude de o DP pós-verbal, em grande parte dos casos, ser indefinido.

Assumindo com Berlinck (2000) que os três tipos de construções acima descritos são pouco produtivos na gramática do PB, ao contrário das construções inacusativas⁸¹, focalizo, a partir de agora, minha atenção nessas construções, rediscutindo a proposta formulada por essa autora.

No PA, Ribeiro (op. cit.) verifica casos de posposição do sujeito com verbos inacusativos, uma construção bastante produtiva na gramática dessa época e que

⁸¹ Tomando por base os resultados quantitativos obtidos em sua pesquisa diacrônica, Berlinck (op. cit., p. 178) conclui: “While the *Unaccusative construction* is quite frequent in Modern BP, *V-fronting*, *Romance inversion* and *Right dislocation* may be considered marginal in this variety.” (Enquanto a *construção inacusativa* é bastante freqüente no PB Moderno, *V-fronting*, *inversão românica* e *deslocamento à direita* podem ser consideradas marginais nesta variedade. – Tradução minha)

ainda hoje é atestada tanto no PB quanto no PE. Um fato a ressaltar é que, na primeira língua, o enfraquecimento da morfologia flexional ao longo da história tem afetado os sujeitos de verbos (in)transitivos por não permitir sua presença em Spec, VP⁸². Em se tratando de verbos inacusativos, por serem os argumentos pospostos a esses verbos *pseudo-sujeitos*, eles tendem a ocupar sua posição de argumento interno, o que vem corroborar a análise de Pontes (1986).

Em sua pesquisa, Berlinck (op. cit.) propõe que o argumento interno de um verbo inacusativo, quando posposto, encontra-se na posição Spec, VP pelo fato de essa posição ser uma posição focal legítima para hospedar esse argumento. Não obstante, assumindo nesta tese com Burzio (1986) que esse tipo de verbo, sendo incapaz de atribuir Caso acusativo ao seu argumento interno e não selecionando, por conseguinte, um argumento externo (*Generalização de Burzio*), sou levada a argumentar que a posição Spec, VP não está projetada na base com esses verbos, ao contrário dos (in)transitivos, sendo a configuração sintática a seguinte: [IP [I' V [VP t_v DP]]]. Chomsky (1995), numa perspectiva minimalista, ao propor uma configuração sintática em que os argumentos externos são gerados na posição Spec, vP cujo núcleo funcional seleciona VP, assume que em construções inacusativas essa posição não é projetada⁸³ em virtude de o argumento subcategorizado por um verbo inacusativo não possuir intrinsecamente a propriedade CAUSE/Agente dos argumentos externos dos (in)transitivos, em outras palavras, a propriedade que lhes identifica como o causador de um dado evento. Nessa acepção, não é plausível assumir aqui a configuração sintática em (219a') formulada por Berlinck (op. cit., p. 177):

⁸² Cf. Berlinck (1988, 2000) e Torres Moraes (1996) para uma análise diacrônica sobre o decréscimo da ordem VS com esses tipos de verbos.

⁸³ “[...] only unaccusatives lacking agents would be simple VP structures.” (Chomsky (1995, p. 316) ([...] somente inacusativos a que faltam [argumentos] agentivos seriam estruturas de VP simples. – Tradução minha)

(219)a. Apareceu um aluno/ o Papa.

a' [_{IP} Ø [_{I'} apareceu_i [_{VP} um aluno/ o Papa_K [_{V'} t_i t_k]]]]

De mais a mais, à semelhança do PE, em contextos de focalização de toda a frase, DPs indefinidos no PB permanecem em sua posição de base (ex: Chegou um menino na escola.), exceto se forem pesados (ex.: (Ele_i) Chegou na escola, um menino que foi o meu aluno_i), ao passo que DPs definidos se encontram deslocados à direita sejam leves ou pesados (ex.: ((Ele_i) entrou na reunião, o João.))⁸⁴. Contudo, uma assimetria é observada entre essas línguas nos contextos de focalização do sujeito no PB: sujeitos focalizados, independentemente de sua definitude, tendem a ocupar a posição pré-verbal, exceto se forem pesados. No PE, ao contrário, todos os DPs sujeitos encontram-se internos ao VP por razões que serão apresentadas no próximo capítulo.

Outro aspecto a ressaltar é que a não-concordância morfológica visível nos contextos inacusativos entre o DP sujeito pós-verbal e a flexão verbal é, em geral, a forma produzida pela gramática do PB. Portanto, numa frase como “Entrou uns menino na minha casa.”, retomo a análise proposta para o PE e a amplio para o PB: um expletivo com traços de 3ª pessoa do singular é inserido na posição Spec, IP com o qual o núcleo flexional estabelece concordância morfológica, valendo ressaltar que esse expletivo, tal como no PE, tem uma natureza distinta da dos expletivos no inglês e no francês.

⁸⁴ O julgamento de gramaticalidade das respostas nos pares pergunta-resposta construídos com verbos inacusativos e descritos no próximo capítulo foi-me fornecido por falantes nativos do PB e do PE.

5.5 CONCLUSÕES

Ao discorrer inicialmente sobre o movimento do verbo na sintaxe de algumas línguas particulares neste capítulo, foi possível evidenciar que no PE e no PB há movimento curto de V-para-T, ao contrário do francês, em que o verbo se move para o núcleo funcional mais alto. Em todo caso, a proposta de Vikner (1997) é corroborada: morfologia de pessoa em todos os tempos verbais motiva o movimento do verbo na sintaxe dessas três línguas. Nessa acepção, ao contrário de Gonçalves (1994), morfologia que identifica sujeitos nulos referenciais não tem a ver com morfologia que motiva o movimento do verbo.

Centrando minha atenção também no posicionamento dos sujeitos pré e pós-verbais, em particular, no domínio intrafrásico em sentenças declarativas no PE e no PB, é plausível assumir com Costa (1998) que sujeitos pré-verbais na primeira língua ocupam a posição-A Spec, AgrSP, ao contrário de Barbosa (1996) e Barbosa, Duarte e Kato (2001), e que os sujeitos pós-verbais selecionados por verbos (in)transitivos estão em Spec, VP, não havendo, nesse último caso, motivação empírica para movimento obrigatório de V-para-C. Em contextos inacusativos, não sendo Spec, VP uma posição projetada na base, DPs pós-verbais não se encontram, por conseguinte, nessa posição.

No que concerne ao PB, apresentei contra-evidências às análises que defendem que os sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda nessa língua, tendo em vista que propriedades-A estão disponíveis a esses sujeitos que ocupam Spec, AgrSP, à semelhança do PE. Não obstante, essas línguas divergem face à presença de um pronome que duplica o sujeito: no PB, ao contrário do PE, em

virtude do enfraquecimento de sua morfologia flexional, têm sido bastante produtivas construções com duplicação do sujeito por um pronome fraco, valendo dizer que, ao invés de esse pronome ser um XP, ele é um X^o que marca o traço de pessoa no núcleo D cuja lexicalização dá-se pós-sintaticamente. Tal análise sugere, portanto, que, ao contrário do francês, a duplicação do sujeito no PB não está necessariamente relacionada a Construções com Deslocamento à Esquerda Clítica (CLLD). Ademais, nos casos em que a duplicação do sujeito não é permitida, como ocorre com alguns DPs indefinidos, estes também ocupam Spec, AgrSP.

Quanto à inversão sujeito-verbo atestada na gramática do PB, fica evidente que ela se encontra restrita no PB contemporâneo aos contextos inacusativos, estando o DP posposto na posição de argumento interno no domínio intrafrásico, salvo os casos que serão analisados no próximo capítulo, em que esses argumentos podem ocupar uma posição periférica à direita da frase.

De mais a mais, é plausível assumir que, tanto no PB quanto no PE, a morfologia atua como uma espécie de filtro sobre as derivações sintáticas, seguindo a linha de raciocínio de Bobaljik (1995). Em ambas as línguas, já que os morfemas Agr e T co-ocorrem amalgamados, *Lowering de Agr-para-T* é motivado na componente morfológica, a fim de que os nós terminais que estão em competição para a inserção num mesmo nó terminal sejam fundidos em satisfação à condição de adjacência.

Uma das conseqüências substanciais da análise aqui empreendida, em específico, no que se refere aos sujeitos pré-verbais no PB e no PE, é que a existência do Parâmetro EPP formulado por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) pode ser refutada em virtude de a posição Spec, AgrSP ser preenchida em ambas as línguas, seja por *Move* de um XP, seja por *Merge* de um XP, nesse último caso,

nos contextos de inversão sujeito-verbo em construções inacusativas quando um expletivo é inserido no Spec dessa categoria funcional para estabelecer concordância estrutural com o núcleo flexional. Em suma, o traço EPP que, segundo as autoras, seria checado via *Merge* ou *Move* de um X^0 , numa língua como o PE, não é possível, ao contrário do que ocorre no grego, no trentino e no fiorentino, línguas em que os sujeitos pré-verbais encontram-se deslocados à esquerda.

6 POR UMA ANÁLISE DOS CONTEXTOS PERGUNTA-RESPOSTA E DA CONFIGURAÇÃO SPEC/HEAD NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

6.1 INTRODUÇÃO

É fato que a ordem dos constituintes é um caso de variação entre as línguas (variação interlingüística), ou no interior de uma mesma língua (variação intralingüística), conforme já enunciado no capítulo introdutório desta tese (Cf. OUHALLA, 1991, AMBAR, 1992, GONÇALVES, 1994, COSTA, 1998, KATO, 1999, dentre outros), valendo ressaltar que a “opcionalidade” dessa variação é apenas aparente, conforme defenderei ao longo deste capítulo, seguindo a análise desenvolvida por Costa e Figueiredo Silva (2003a).

Um dos *locus* de variação entre o PE e o PB tem a ver, conforme já amplamente referido, com a posição dos sujeitos, em específico, dos argumentos externos. Enquanto na primeira língua eles podem aparecer ora em posição pós-verbal, nomeadamente, Spec, VP, ora em posição pré-verbal, nomeadamente Spec, IP, na segunda língua, eles aparecem ocupando essa última posição, exceto em alguns casos, quando se encontram adjungidos à projeção AgrSP (cf. capítulo precedente).

Costa (1998) defende que no PE as diversas ordens atestadas codificam a estrutura informacional em virtude de refletirem a configuracionalidade do discurso:

“[...] the distribution of subjects and objects is determined by discourse constraints”¹ (Ibid., p. 180). Tal assunção ganha suporte explicativo no Parâmetro de Configuracionalidade Discursiva proposto em Kiss (1995). Em outras palavras, a idéia básica dessa análise é que a sintaxe está a serviço dos requerimentos impostos pela estrutura informacional. Contudo, neste capítulo, adotando a análise de Costa e Figueiredo Silva (2003a) e Costa (2003b, 2004), apresentarei contra-evidências à existência desse parâmetro e defenderei, ao contrário do que é sugerido em Costa (1998), que é o discurso que está a serviço da sintaxe, sendo os requerimentos impostos pela estrutura informacional satisfeitos pós-sintaticamente², não havendo motivação para serem projetadas na sintaxe categorias funcionais relacionadas a essa estrutura. Para tanto, assumirei com Costa e Figueiredo Silva (2003a) que a explicação de o PE ter uma ordem de palavras mais flexível do que no PB ganha suporte explicativo no Parâmetro do Sujeito Nulo.

Conforme descrito no capítulo 4, o PE caracteriza-se como uma língua de sujeito nulo prototípica por possuir todas as propriedades das línguas pro-drop, como o italiano e o catalão (Cf. RIZZI, 1997), dentre elas a possibilidade de os argumentos externos permanecerem em sua posição de base, ao contrário do que ocorre no PB. Com base nisso, é possível argumentar que a sintaxe do PE gera dois *outputs*: SV e VS, ao passo que a sintaxe do PB gera apenas um: SV (Cf. COSTA; FIGUEIREDO SILVA (op. cit.) e COSTA, 2003b, 2004).

Portanto, já que a sintaxe permite dois *outputs*, os requerimentos impostos pela estrutura informacional são satisfeitos no PE pós-sintaticamente da seguinte

¹ [...] a distribuição de sujeitos e objetos é determinada por restrições discursivas. - Tradução minha
² Seguindo Costa (2004, p. 7), a análise a que me proponho “[...] provide evidence for a more autonomous syntactic, not making reference to interface conditions, and argue for an articulated view of the grammar, in which *the interfaces read the outputs of syntax, but do not interfere in syntactic derivations* [grifo meu].” ([...] fornece evidência para uma sintaxe mais autônoma, não fazendo referência às condições de interface, e argumenta por uma visão articulada da gramática, em que *as interfaces lêem os outputs da sintaxe, mas não interferem nas derivações sintáticas* [grifo meu] – Tradução minha).

maneira: a ordem SV é filtrada pela componente discursiva, sendo selecionada a ordem VS como o melhor *output* que satisfaz os seus fins: constituintes focalizados, que correspondem à informação nova, ocupam a posição mais à direita na frase e recebem nessa posição o Acento Nuclear de frase (Cf. CINQUE, 1993)³. No PB, ao contrário, não estando a posição à direita legitimada na sintaxe, à semelhança do que ocorre no inglês, os sujeitos focalizados recebem um acento marcado na posição pré-verbal como estratégia de último recurso. No entanto, há evidências nessa língua que DPs definidos e indefinidos podem ocupar uma posição não-A quando a componente fonológica da gramática atua como um filtro sobre os *outputs* sintáticos.

Para uma análise da interface sintaxe-discurso, em que serão abordados aspectos relativos ao contexto de focalização da pergunta e ao tipo do acento sobre o constituinte mais proeminente nas frases do PB e do PE, farei na seção 6.2 uma descrição de pares pergunta-resposta⁴, a fim de analisar a distribuição sintática do foco informacional que é identificado na resposta como o constituinte correspondente ao que foi interrogado na pergunta através do elemento WH-.

Conforme será verificado, sendo o sujeito, independentemente de sua definitude, o constituinte focalizado nas perguntas, a posição pré-verbal no PB é a preferida, ao passo que no PE é a posição pós-verbal, uma assimetria que está relacionada, como já referido, ao fato de os *outputs* sintáticos serem distintos nessas línguas, o que implica considerar que não existe opcionalidade na gramática.

³ Neste trabalho adoto a seguinte distinção de Costa (1998): a informação nova corresponde ao foco informacional, ao passo que a informação velha, ao tópico. Em outras palavras, o primeiro corresponde à informação não compartilhada entre os participantes do discurso, ao passo que o segundo tem a ver com a informação partilhada que, de certa forma, já está dada no domínio do discurso.

⁴ Para um estudo da correlação pergunta-resposta, cf. Amorin (2001).

Além de serem enfocados neste capítulo os seguintes aspectos: a) a ordem de palavras, b) a definitude do DP sujeito, c) os contextos de focalização da pergunta, e d) a entoação no que diz respeito ao tipo de acento atribuído ao constituinte mais proeminente da frase, centrarei minha atenção também no domínio da concordância morfológica entre o DP sujeito e a flexão verbal. Para tanto, serão apresentadas estruturas frasais em que essa concordância é morfológicamente visível (PE e PB1) ou não (PE coloquial⁵ e PB2).

Com a seção 6.3, discutirei a visibilidade da concordância morfológicamente visível entre o DP sujeito no PB e no PE e a flexão verbal, argumentando que essa concordância não é condição necessária para ser estabelecida a configuração estrutural Spec/Head. No PE, assumirei com Costa e Figueiredo Silva (2003b) que a concordância morfológicamente visível atestada entre o DP sujeito e a flexão verbal na posição pré-verbal, ao contrário do PB, deriva da natureza do morfema associado com pluralidade. Para tanto, um estudo baseado na interface sintaxe/ morfologia faz-se necessário, o qual estará fundamentado no modelo da Morfologia Distribuída. Com base no trabalho desenvolvido por Embick e Noyer (2001), apresentarei evidências que corroboram a predição dos autores acima no sentido de que no PE o morfema de pluralidade é dissociado, ao passo que no PB é singleton.

De mais a mais, assumirei com Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), ao contrário de Burzio (1986) e Rizzi (1988, 1997) que, em línguas pro-drop, a posição Spec, IP não deve estar necessariamente preenchida por um *pro* expletivo, ao contrário de línguas não-pro-drop que o exigem, como é o caso do inglês, do francês e do islandês. A hipótese a ser testada neste capítulo consiste no fato de o licenciamento desse *pro* só ser requerido no PE e no PB, uma língua pro-drop e

⁵ Ao falar em PE coloquial, refiro-me àquelas frases construídas com verbos inacusativos em que o DP pós-verbal não estabelece concordância morfológicamente visível com o núcleo flexional, como verificado por Costa (2000, 2001a), Costa e Figueiredo Silva (2003b) e Fiéis (2003).

semi-pro-drop, respectivamente, em contextos inacusativos. Cumpre destacar que a inserção dessa categoria pronominal em Spec, IP é motivada para que a atribuição de Caso nominativo sob configuração Spec/Head seja legitimada, possuindo a mesma uma natureza distinta da dos pronomes expletivos em línguas não-pro-drop.

6.2 SOBRE A INTERFACE SINTAXE/DISCURSO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A análise a ser desenvolvida encontra-se fundamentada numa perspectiva teórica que provê uma sintaxe mais autônoma no sentido de que as condições de interface (em nosso caso, mais especificamente, a estrutura informacional) atuam como uma espécie de filtro com capacidade de escolher pós-sintaticamente o *output* sintático que melhor satisfaça seus requerimentos conforme defendem Costa e Figueiredo Silva (2003a) e Costa (2003b, 2004) quando mais de um *output* é gerado na sintaxe. Em se tratando de a sintaxe gerar um único *output*, recorre-se a estratégias de último recurso, como, por exemplo, a mudança de acento. Nessa acepção, a sintaxe é “cega” às condições de interfaces, ou seja, essas últimas não determinam a primeira, ao contrário de Kiss (1995), quando propõe o Parâmetro de Configuracionalidade Discursiva, que consiste no seguinte fato: a ordem de palavras em algumas línguas codifica a estrutura informacional na sintaxe quando esse parâmetro é fixado positivamente, ao passo que em outras, essa situação não é atestada. Contudo, apresentarei contra-evidências à existência desse parâmetro com base numa análise comparativa entre o PB e o PE.

Antes de centrar minha atenção na interface sintaxe-discurso no PB e no PE, cumpre retomar os trabalhos desenvolvidos por Costa (op. cit.), em que são evidenciadas interfaces atuando como seletores do *output* sintático que melhor supre suas condições.

Analisando os contextos ditransitivos no inglês em que há focalização ou do objeto direto (OD) ou do objeto indireto (OI), Costa (2004), seguindo Brandt (1999), observa que há contextos em que esses constituintes ocupam a posição mais à direita da frase. Contudo, adotando a observação de Jackendoff (1990), o autor verifica que nem todos os contextos ditransitivos nessa língua possuem a ordem V-OI-OD quando há focalização do objeto direto, sendo, nesses casos, a única ordem legítima: V-OD-OI. Para os primeiros contextos, Costa argumenta que a causa reside no fato de a sintaxe gerar dois *outputs*: V-OD-OI e V-OI-OD. Já para os segundos que correspondem àqueles construídos com verbos como “*donate*” (“doar”)⁶, o único *output* gerado pela sintaxe é V-OD-OI. Nesse sentido, não gerando a sintaxe mais de um *output*, a estrutura informacional não tem como opção localizar o constituinte focalizado na posição mais à direita da frase e, portanto, como estratégia de último recurso, é atribuído um acento marcado sobre o objeto direto, um fato não previsto na gramática do PB e do PE, exceto em alguns casos, como será mostrado adiante. Vejam-se, portanto, os seguintes contrastes entre (1) e (2), por um lado, e (3) por outro:

(1) A: Who did you give the book to?

“A quem você deu o livro?”

⁶ Cf. também Salles (1997).

B: I gave the book to Mary.

“Eu dei o livro à Maria.”

(2) A: What did you give to Mary?

“O que você deu à Maria?”

B: I gave her a book.

“Eu dei-lhe um livro.”

(3) A: What did you donate to the library?

“O que você doou à biblioteca?”

B: a. I donated the BOOKS to the library.

“Eu doei os livros à biblioteca.”

b. *I donated the library the books.

“Eu doei à biblioteca os livros.”

(Ibid., p. 3)

Analisando, agora, a disponibilidade de Spec, TP no PE, evidências são apresentadas por Costa (2003a, 2003b, 2004), com base no posicionamento de advérbios orientados para o sujeito como *estupidamente* e *cautelosamente*. Como amplamente discutido, Spec, TP nessa língua não se encontra preenchido em contextos declarativos finitos em virtude de esses advérbios não poderem ocorrer antes do sujeito (cf. (4b)), mas só depois deste (4a), o que implica assumir que o sujeito está numa posição mais alta, tendo o verbo se movido até T. Em se tratando dos contextos interrogativos, pelo contrário, há movimento obrigatório de V-para-C e

o sujeito pode ocupar a posição Spec, TP, haja vista os advérbios poderem ocorrer antes deste, como mostrado em (5):

(4)a. O João...ele estupidamente entornou o café.

b. *O João...estupidamente ele entornou o café.

(5)a. O que tinha estupidamente o João entornado?

b. Quando tinha cautelosamente o João lido o livro?

(COSTA, op. cit., p. 4)

Face ao contexto declarativo em (4a), ergue-se a questão: como é possível haver adjacência entre os núcleos flexionais Agr e T nesse contexto, tendo em vista o sujeito estar em Spec, AgrSP e o verbo no núcleo T, ao qual se encontra adjungido? A explicação formulada por Costa (op. cit.) reside no seguinte fato: a sintaxe do PE gera dois *outputs* para os sujeitos pré-verbais: a) [_{AgrP} Suj [_{TP} [_{VP} e b) [_{AgrP} [_{TP} Suj [_{VP} , estando a serviço da componente morfológica a escolha do *output* que melhor satisfaça suas condições. Portanto, nos contextos declarativos, já que é requerida adjacência entre os núcleos flexionais, é necessário haver movimento pós-sintático de Agr para T na componente morfológica da gramática, nomeadamente *Lowering de Agr-para-T*, uma operação de movimento bloqueada na sintaxe por razões ligadas ao ECP. Nesse sentido, é filtrado na componente morfológica o *output* representado em (b).

Ao comparar o PE com o PB, defendo que, tendo o PB perdido o movimento de V-para-C⁷ e ser uma língua em que o movimento do verbo é curto e cujos sujeitos pré-verbais encontram-se em Spec, AgrSP, a sintaxe dessa língua gera apenas o *output* (a) acima referido, o que implica dizer que *Lowering de Agr-para-T* também é motivado na componente morfológica dessa língua, a fim de que a fusão dos nós flexionais seja estabelecida.

Com base nas evidências acima apresentadas de que a sintaxe é “cega” às condições de interface, passo agora a centrar minha atenção na análise comparativa entre o PB e o PE no que concerne à interface sintaxe-discurso.

Estudos desenvolvidos sobre a ordem de palavras no PE assentam-se no fato de que a estrutura informacional determina a disposição dos constituintes na frase (Cf. COSTA, 1998, AMBAR, 1992 e DUARTE, 2003), o que implica considerar, se adotado o Parâmetro de Configuracionalidade Discursiva proposto em Kiss (1995), que essa língua fixa-o positivamente em virtude de sua sintaxe codificar a estrutura informacional que impõe a seguinte condição: constituintes focalizados que veiculam informação nova sempre ocupam a posição mais à direita na frase, havendo, nesse caso, inversão sujeito-verbo, ao passo que constituintes que representam informação dada ocupam a posição pré-verbal⁸, salvo os casos dos contextos não-marcados, em que toda a frase é focalizada numa pergunta como *O que é que aconteceu?*, que exige na resposta o sujeito focalizado na posição pré-verbal, culminando na ordem SVO.

Ademais, conforme verifica Costa (op.cit, p. 137-138), sujeitos definidos ocupam a posição pré-verbal no PE quando são familiares⁹ aos participantes do

⁷ Cf. Duarte (1992) e Lopes Rossi (1996).

⁸ Para uma análise similar, cf. Hulk e Pollock (2001) e Belletti (2001) para o italiano.

⁹ A noção de familiaridade a que o autor se reporta tem a ver com a informação dada, em outros termos, à informação velha.

discurso e o objeto não (cf. (6)) ou quando ambos são familiares a esses participantes (cf. (7)), uma situação também similar ao que ocorre no PB com a ressalva de que em (7) a melhor resposta corresponde àquela quando há topicalização do objeto (OSV):

(6) A: O Paulo sabe que línguas?

B: O Paulo sabe francês. (SVO) (OKPE OK PB)

Sabe o Paulo francês. (VSO) (#PE *PB)¹⁰

Sabe francês o Paulo. (VOS) (#PE *PB)

Francês o Paulo sabe. (OSV) (#PE #PB)

Francês sabe o Paulo. (OVS) (#PE *PB)

(7) A: O Paulo sabe francês?

B: O Paulo sabe francês (SVO) (OKPE ?PB)

Sabe o Paulo francês (VSO) (#PE *PB)

Sabe francês o Paulo (VOS) (#PE *PB)

Francês o Paulo sabe (OSV) (OKPE OKPB)

Francês sabe o Paulo (OVS) (#PE *PB)

Em se tratando dos sujeitos indefinidos, verifico que, à semelhança do que ocorre no PE, no contexto apresentado em (8), a única ordem legítima no PB é

¹⁰ A utilização do símbolo # indica as respostas que não são legítimas no contexto discursivo submetido à análise. Ao passo que o asterisco (*) indica agramaticalidade. Vale ressaltar que em contextos de focalização do sujeito no PE, o uso do símbolo # ao lado das respostas com o sujeito pré-verbal que recebe um acento marcado tem a ver com o fato de esses sujeitos serem interpretados como focos contrastivos e não como focos informacionais (Cf. GONÇALVES, 1994).

também SVO. Contudo, ao contrário de Costa (op. cit), argumento que os sujeitos que veiculam informação dada aparecem em posição pré-verbal porque a sintaxe dessas línguas permite. Sendo legítimo o *output* SVO em ambas as línguas, não excluindo o fato de a sintaxe do PE gerar múltiplos *outputs* em que o sujeito pode ocupar a posição pós-verbal, os requerimentos impostos pela estrutura informacional só são satisfeitos pós-sintaticamente, se for selecionado SVO como o *output* legítimo nesses contextos: constituintes que veiculam informação dada aparecem ocupando a posição à esquerda da frase.

Em relação aos contextos, quando o sujeito é o foco informacional, é verificada uma assimetria entre o PE e o PB: na primeira, o sujeito ocupa a posição pós-verbal nas respostas, ao passo que no PB, a posição pré-verbal (cf. (9)), indo de encontro ao que é previsto pela estrutura informacional:

(8) A: Estão imensos animais neste parque: cães, gatos, galinhas.

B: a. Olha: um cão mordeu uma criança. (SVO) (OKPE OKPB)

b. Mordeu um cão uma criança. (VSO) (#PE *PB)

c. Mordeu uma criança um cão. (VOS) (#PE *PB)

d. Uma criança um cão mordeu. (OSV) (??#PE #PB)

e. Uma criança, mordeu um cão. (OVS) (#PE *PB)

(COSTA, op. cit., p. 139)

(9) A: O que é que mordeu o Paulo?

B: a. Uma cobra mordeu o Paulo. (#PE OKPB)

b. Mordeu o Paulo uma cobra. (OKPE *PB)¹¹

(COSTA, loc. cit.)

Sob a perspectiva de análise seguida por Costa (1998), comparando a ordem de palavras do PE com a do PB em (10), é possível formular, à primeira vista, a seguinte hipótese: o PB fixa negativamente o parâmetro de Configuracionalidade Discursiva, tendo em vista que, sendo o sujeito focalizado, ele não ocupa a posição pós-verbal, ou seja, a posição requerida pela estrutura informacional para hospedar constituintes focalizados, mas, ao contrário do PE, encontra-se na posição pré-verbal, semelhante ao que acontece no inglês (cf. (11))¹²:

(10) A: Quem comeu o bolo?

B: a. Comeu o João. (OKPE/ *PB)

b. O João comeu (*PE/ OKPB)

(11) A: Who ate the cake?

B: John did.

(COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003a, p. 2)

¹¹ Essa frase não se encontra no trabalho de Costa (op. cit.).

¹² Cumpre retomar aqui a análise desenvolvida por Gonçalves (1994) para o PE, na qual é evidenciado que a possibilidade de o sujeito ocupar a posição pré-verbal em contexto de focalização do sujeito tem a ver com o fato de nessa ordem ele receber necessariamente leitura contrastiva, possuindo, por sua vez, uma entoação especial, ao contrário do que acontece quando ele é o foco informacional.

No entanto, contra-evidências à existência do Parâmetro de Configuracionalidade podem ser encontradas na pesquisa de Costa e Figueiredo e Silva (2003a). Segundo esses autores, a explicação para a distinção entre o PB e o PE no que concerne à ordem dos constituintes não pode ser subsidiada na proposta de Kiss (1995) com base nos seguintes fatos¹³:

a) o PB e o PE têm objetos nulos identificados como tópicos:

(12) A: E esse carro?

B: O Pedro afinal decidiu não comprar.

Conforme ilustrado em (12), o objeto nulo na resposta corresponde à informação já dada na pergunta, ou seja, é um tópico e, portanto, sua realização nula é permitida. Em (13), a seguir, quando o objeto encontra-se numa posição de adjunção à frase por estar topicalizado, ocorre também uma categoria vazia na posição de base desse argumento interno à semelhança do que acontece em (12):

(13) O bolo, o Pedro comeu.

¹³ Todos os exemplos são extraídos de Costa e Figueiredo Silva (op. cit.).

Na frase acima, mais uma vez, é evidenciado que o elemento tópico é marcado tanto na sintaxe do PB quanto na do PE, segundo verificam Costa e Figueiredo Silva (2003a), o que os leva a assumirem a não-existência do Parâmetro proposto em Kiss (op. cit.): “If Brazilian Portuguese were a non-discourse configurational language [...] we would expect topics not to be marked syntactically.”¹⁴ (Ibid., p. 5).

- b) No PB e no PE, em contextos ditransitivos¹⁵, sendo o foco informacional ou o objeto direto, ou o objeto indireto, ele ocupa a posição mais à direita na frase¹⁶:

(14) *Português Brasileiro:*

A: O que o João deu pra Maria?

B: O João deu pra Maria *um CD*.

A: Pra quem o João deu o CD?

B: O João deu o CD *pra Maria*.

(15) *Português Europeu:*

A: O que é que o João deu à Maria?

B: O João deu à Maria *um CD*.

¹⁴ Se o Português Brasileiro fosse uma língua sem configuração discursiva, esperaríamos que tópicos não fossem marcados sintaticamente. - Tradução minha

¹⁵ Cf. também Salles (1997) e Costa (2002, 2003b, 2004).

¹⁶ Os grifos são meus.

A: A quem é que o João deu o CD?

B: O João deu o CD à *Maria*.

Adotando a proposta de Cinque (1993), que estabelece correlação entre o Parâmetro de Ordenação do Núcleo com o lugar do Acento Nuclear de frase sobre o constituinte mais encaixado, observo que, sendo o PB e o PE línguas em que o verbo ocorre no início do VP, os constituintes que recebem esse tipo de acento ocupam a posição mais à direita na frase por serem os mais encaixados.

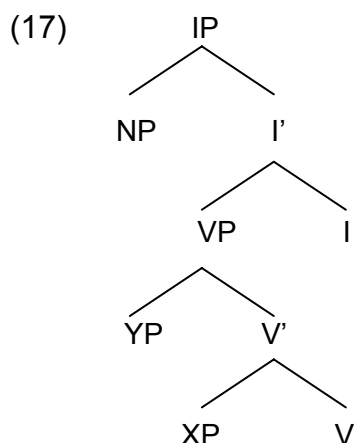
Ao contrário das línguas acima, no alemão, por exemplo, Cinque observa que, estando o verbo na posição final, a proeminência do Acento Nuclear de frase recai sobre o constituinte imediatamente à sua esquerda por ser este o mais encaixado. Na frase em (16), o objeto direto *sein Geld* “seu dinheiro” é movido via *scrambling* sobre o objeto indireto *den Kíndern* “às crianças”, deixando este último como o constituinte mais profundamente encaixado sobre o qual recai a proeminência do acento. Conforme representado em (17), os constituintes YP e XP correspondem, respectivamente, ao objeto direto e ao objeto indireto:

(16) ...daß Bruno sein Geld oft [den Kíndern gab].

...que Bruno seu dinheiro frequentemente às crianças deu

“...que Bruno deu frequentemente seu dinheiro às crianças.”

(Ibid., p. 251)



(CINQUE, loc. cit.)

Com base no acima exposto e retomando os pares pergunta-resposta em (14) e (15), é possível depreender que os constituintes mais encaixados que recebem o Acento Nuclear são ou o objeto direto, ou o objeto indireto, dependendo, é claro, do que está sendo focalizado na pergunta. Em todo caso, o que é relevante observar, seguindo a análise de Costa e Figueiredo Silva (2003a), é que o foco informacional tanto no PB quanto no PE ocupa nas respostas a posição mais à direita na frase em virtude de a sintaxe gerar dois *outputs*: V-OD-OI e V-OI-OD, indo ao encontro do que é previsto pela estrutura informacional: focos são mais proeminentes que tópicos e, portanto, a posição mais suscetível de hospedar os primeiros é à direita da frase (Cf. CINQUE, 1993). Contudo, apesar de a sintaxe de ambas as línguas gerar esses dois *outputs*, novamente é observada uma assimetria entre essas línguas no que concerne à posição dos sujeitos: no PB sujeitos focalizados ocupam a posição pré-verbal, ao passo que no PE, a posição pós-verbal.

No PB, de forma similar ao inglês, assumo com Costa e Figueiredo Silva (op. cit) que um acento marcado é atribuído ao sujeito pré-verbal como estratégia de último recurso em virtude de a sua sintaxe gerar um único *output*: SV, o que implica

considerar que a estrutura informacional não tem a opção de localizar esse sujeito na posição à direita da frase, uma posição requerida por essa estrutura para hospedar constituintes focalizados. Segundo esses autores, o acento que recai sobre esse sujeito é da mesma natureza daquele que é verificado nos constituintes focalizados de construções ditransitivas quando uma relação de c-comando é requerida entre a categoria regente e a categoria regida, a fim de a co-referência entre os constituintes ser possível. Nesses casos, torna-se evidente que o constituinte focalizado não ocupa a posição à direita da frase por satisfazer uma restrição de ordem sintática e não discursiva, o que confirma a tese de que a sintaxe é “cega” à estrutura informacional:

(18) A: A quem é que deste os livros?

B: a. Dei [_F a cada autor] o seu livro.

b. ?*Dei o seu livro a cada autor.

(19) A: O que é que deste aos autores?

B: a. Dei [_F cada livro] ao seu autor.

b. ?*Dei ao seu autor cada livro.

Tendo em vista a assimetria entre o PB e o PE quanto à posição dos sujeitos focalizados tão amplamente referida aqui, ao contrário do que ocorre com os argumentos internos focalizados de verbos ditransitivos que ocupam a posição mais à direita da frase, salvo os contextos em (18) e (19), ergue-se a predição de que a

sintaxe em ambas as línguas permite que os argumentos internos estejam à direita quando focalizados numa pergunta construída com verbos ditransitivos. Contudo, em se tratando dos sujeitos focalizados, a explicação para o comportamento assimétrico entre essas línguas reside no Parâmetro do Sujeito Nulo, conforme já elucidado no capítulo 4. No referido capítulo, ao discorrer sobre as implicações da natureza de AGR para o parâmetro em questão, apresentei evidências de que o PB caracteriza-se como uma língua semi-pro-drop por não possuir todas as propriedades das línguas pro-drop listadas por Rizzi (1997).

c) O PB e o PE possuem elipse do VP:

(20) O Pedro leu o livro e a Maria também.

Tomando por base a pesquisa de Matos (1992), Costa e Figueiredo Silva argumentam que no PB e no PE o material elidido no VP corresponde a um tópico, ou seja, a uma informação já dada no domínio do discurso. Como observado em (20), a elipse do VP na oração coordenada corresponde à informação contida no VP da oração coordenante: O Pedro leu o livro e a Maria [leu o livro] também. Em outras palavras, “[...] both languages resort to a syntactic strategy of ellipsis in order to delete topics.”¹⁷ (COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003a, p. 7).

¹⁷ [...] ambas as línguas recorrem à estratégia sintática de elipse a fim de apagar tópicos. – Tradução minha

- d) No PB e no PE, em contextos de frase focalizada construídos com verbos inacusativos, o sujeito pode ocupar ora a posição pré-verbal, ora a posição pós-verbal:

(21) A: O que é que aconteceu?

B: a. Chegou o João. (OKPE OK PB)

b. O João chegou. (OKPE OKPB)

De mais a mais, apresento uma evidência adicional não prevista na análise de Costa e Figueiredo Silva (op. cit.), contra o que é proposto em Kiss (1995). Em contextos de focalização do sujeito no PB e no PE construídos com verbos inacusativos, sujeitos definidos e indefinidos podem ocupar a posição pós-verbal, havendo a restrição no PB de que eles devem ser pesados. Vale lembrar que esses DPs, de fato, correspondem a um *pseudo-sujeito* em virtude de verbos inacusativos não selecionarem argumentos externos:

(22) A: Quem chegou?

B₁: Chegou um menino que foi meu aluno. (OKPE OKPB)¹⁸

B₂: Um menino que foi meu aluno chegou. (*PE #PB)

B₃: Chegou o João. (OK PE #PB)

B₄: O João chegou. (*PE OKPB)¹⁹

¹⁸ Conforme será observado nos pares pergunta-resposta construídos com verbos inacusativos, o DP pós-verbal em contextos de focalização do sujeito está associado com efeitos de peso no PB.

¹⁹ Cf. também Kato (1989, p. 111) e Costa e Figueiredo Silva (op. cit, p. 3).

Portanto, a partir das evidências apresentadas acima, cumpre não assumir a existência do Parâmetro de Configuracionalidade Discursiva, pois, embora haja distinção entre o PB e o PE no que concerne à posição dos sujeitos focalizados em algumas construções, essas línguas compartilham, por exemplo, algumas propriedades relacionadas à legitimação de tópicos e à possibilidade de constituintes focalizados ocorrerem na posição pós-verbal, caso a sintaxe permita. Nessa acepção, assumo que a causa do comportamento diferenciado entre essas línguas é estritamente sintática e não discursiva: o Parâmetro do Sujeito Nulo.

6.2.1 Por uma descrição dos pares pergunta-resposta no Português Brasileiro e no Português Europeu

Nesta seção desenvolverei um estudo descritivo de alguns pares pergunta-resposta no PB e no PE construídos com verbos (in)transitivos e inacusativos, a fim de explicitar em que contextos há semelhanças e divergências entre eles, sem perder de vista que os *outputs* sintáticos enviados à estrutura informacional já fornecem as posições que estão disponíveis para hospedar os constituintes em ambas as línguas.

Defendendo, portanto, a autonomia das componentes da gramática nesta pesquisa, verifico que a estrutura informacional possui condições que identificam os constituintes que são tópicos e os constituintes que são focos. Essas condições correspondem às seguintes tendências a que se refere Costa (1998, p. 149):

- (23) a. Subjects tend to be topics;
 b. Objects tend to be foci;
 c. Definites tend to be topics;
 d. Indefinites tend to be foci.²⁰

E ainda:

- (24) a. Focused constituents are rightmost in the sentence;
 b. Focused constituents bear high stress (neutral²¹ or marked)
 c. If there are multiple foci, they appear all the right of the non-foci elements;
 d. If there are multiple foci, the first in a left-to-right fashion bears heavy stress.²²

(Ibid., p. 204)

Insistindo no fato de a sintaxe ser “cega” às condições discursivas, adoto o seguinte ponto de vista de Costa e Figueiredo Silva (2003a, p. 4):

²⁰ Sujeitos tendem a ser tópicos;
 Objetos tendem a ser focos;
 Definidos tendem a ser tópicos;
 Indefinidos tendem a ser focos. – Tradução minha

²¹ Por acento neutro entenda-se o acento sentencial default ou o acento nuclear de frase.

²² Constituintes focalizados estão mais à direita da sentença;
 Constituintes focalizados têm acento principal (neutro ou marcado);
 Se há focos múltiplos, todos eles aparecem à direita dos elementos não-focais;
 Se há focos múltiplos, o primeiro numa ótica da esquerda para a direita tem acento marcado. -
 Tradução minha

[...] we can find tendencies for placing certain constituents with a given discourse function in certain position, but [...] if the syntax of the language does not allow it, it is predicated that the sentences are still felicitous, if the stress is used.²³

6.2.1.1 Pares pergunta-resposta construídos com verbos transitivos²⁴

Costa (1998), ao analisar os contextos de focalização de toda a frase no PE, observa que a única ordem legítima na resposta é SVO²⁵, tendo em vista todos os constituintes serem informação nova, permanecendo o objeto em sua posição de base, o qual recebe o Acento Nuclear de frase conforme previsto na análise de Cinque (1993). Nessa acepção, SVO corresponde à ordem não-marcada nessa língua à semelhança do PB. Observem-se, agora, os seguintes pares pergunta-resposta, sendo o sujeito ora definido, ora indefinido:

(25) A: O que é que aconteceu?

B₁: a. O João comeu o bolo. (SVO) (OKPE OKPB²⁶)

b. Comeu o João o bolo. (VSO) (#PE *PB)

²³ [...] nós podemos encontrar tendências para localizar certos constituintes com uma dada função discursiva em certa posição, mas [...] se a sintaxe da língua não a permite, é predito que as sentenças são ainda boas, se o acento é usado. – Tradução minha

²⁴ A descrição dos pares pergunta-resposta com verbos transitivos baseia-se integralmente nos trabalhos de Costa (1998, 2000) para o PE. À medida que vou apresentando esses pares, vou estabelecendo comparação entre essa língua e o PB.

²⁵ Para uma conclusão similar, cf. Zubizarreta (1998) para o inglês.

²⁶ Ao me referir apenas ao PB sem estabelecer distinção entre PB1 e PB2, estou me reportando àqueles casos em que não é possível verificarmos se há ou não concordância morfológicamente visível entre o DP sujeito cujo determinante recebe a marca de pluralidade e o núcleo flexional. Vale lembrar que minha atenção está voltada neste trabalho ao que acontece em PB1 e PB2, tendo em vista a finalidade de testar a hipótese de Costa e Figueiredo Silva (2003b) de que distinção entre o PB e o PE no domínio da concordância morfológica reside no tipo de morfema associado com pluralidade.

c. Comeu o bolo o João. (VOS) (#PE *PB)

d. O bolo, o João comeu. (OSV) (#PE #PB)

e. O bolo, comeu o João. (OVS) (#PE *PB)

B₂: Os meninos comeram o bolo. (SVO) (OKPE)

B₃: Os menino comeram o bolo. (SVO) (*PE OKPB1²⁷)

B₄: Os menino comeu o bolo. (SVO) (*PE OKPB2)

(26) A: O que é que aconteceu?

B₁: a. Um menino comeu o bolo. (SVO) (OKPE OKPB)

b. Comeu um menino o bolo. (VSO) (#PE *PB)

c. Comeu o bolo um menino. (VOS) (#PE *PB)

d. O bolo, um menino comeu. (OSV) (#PE #PB)

e. O bolo, comeu um menino. (OVS) (#PE *PB)

B₂: Uns meninos comeram o bolo. (SVO) (OKPE)

B₃: Uns menino comeram o bolo. (SVO) (*PE OKPB1)

B₄: Uns menino comeu o bolo. (SVO) (*PE OKPB2)

Costa (op. cit.) observa que a não legitimação das frases em (B1b) e (B1c) reside no fato de a primeira ser uma resposta legítima a uma pergunta quando o sujeito e o objeto são focalizados, sendo ambos informação nova. Já, na segunda, o sujeito ocupa a posição mais à direita na frase, por ser o único constituinte

²⁷ Seguindo a análise de Costa e Figueiredo Silva (2003b) com base nos resultados quantitativos obtidos por Scherre (1988, 1994), assumo que a ausência de concordância nominal é bastante freqüente do que a forma com concordância no PB: o primeiro determinante que compõe o DP recebe, necessariamente, o morfema de pluralidade, não recebendo o SN que o segue esse morfema, uma questão que será retomada na seção 6.3 deste capítulo. Nessa acepção, apoiando-me nos resultados quantitativos obtidos por Scherre (op. cit.), centrarei minha atenção apenas nos contextos do PB sem concordância no domínio interno do DP. No PE, ao contrário, a concordância nominal é atestada nesse domínio.

focalizado, sendo o objeto a informação já dada na pergunta. Quanto às duas últimas respostas, elas não satisfazem à pergunta, tendo em vista que o objeto direto está topicalizado, sendo, por conseguinte, a informação dada, o que vai de encontro ao contexto de focalização da pergunta.

Embora o objeto receba o Acento Nuclear de frase na ordem SVO, os sujeitos pré-verbais definidos e indefinidos podem receber acento marcado no PB e no PE, valendo dizer que, em se tratando dos indefinidos, Costa observa que, recebendo estes tal acento, seu comportamento assemelha-se claramente aos sujeitos definidos no sentido de estarem ocupando a posição-A Spec, IP com base nas seguintes evidências:

a. efeitos de ligação:

(27) {??Uma criança_i/ UMA CRIANÇA_i} gosta da sua_i mãe.

b. efeitos de minimalidade A-barras:

(28) Com quem é que {*umas crianças/ UMAS CRIANÇAS} falaram?

c. Distribuição complementar com outros elementos deslocados:

(29) A sopa {*um cão/ UM CÃO} comeu.

Face aos contextos de (a) a (c) acima apresentados, julgo que no PB, independentemente de o sujeito indefinido possuir um acento marcado, a presença quase obrigatória de um acento sobre o DP indefinido no PE não é observada naquela língua. Em todo caso, o que é relevante ter em mente é que sujeitos pré-verbais definidos e indefinidos em ambas as línguas ocupam a posição-A Spec, AgrSP conforme argumentado no capítulo 5.

Em se tratando dos contextos de focalização do sujeito, ao contrário do PB, a posição pré-verbal para um DP indefinido é bloqueada no PE, à semelhança dos DPs definidos:

(30) A: Quem comeu a sopa?

B: UM CÃO comeu a sopa. (#PE OKPB)

(Ibid., p. 147)

A legitimidade da resposta (B) em (30) com a ordem SVO em PB decorre do fato de sua sintaxe gerar um único *output*: SV, o qual é enviado à estrutura informacional, que passa a dispor unicamente desse *output* para satisfazer seus requerimentos. Portanto, já que a sintaxe do PB não permite que o sujeito ocupe a posição mais à direita na frase por razões relacionadas ao Parâmetro do Sujeito Nulo, é atribuído na estrutura informacional como estratégia de último recurso um acento marcado sobre o sujeito focalizado na posição pré-verbal.

Não obstante, à semelhança do que ocorre no inglês, no PB e no PE quando o constituinte focalizado é o objeto direto, independentemente de o sujeito

ser definido ou indefinido, aquele ocupa a posição mais à direita na frase, recebendo Acento Nuclear de frase, tal como ocorre nas respostas a perguntas com focalização de toda a frase, por ser o constituinte mais encaixado. Nesses contextos também a única ordem legítima é SVO. Veja-se o seguinte exemplo do inglês extraído de Zubizarreta (1998, p. 3):

(31) A: [What did John eat?]

“O que é que o João comeu?”

B: [John [ate [_F the pie]]].

“O João comeu a torta.”

Agora, vejam-se os pares pergunta-resposta com focalização do objeto no PB e no PE quer o sujeito seja definido (cf. (32) a (35)), quer seja indefinido (cf. (36) a (39)):

(32) A: O que é que o João comeu?

B: a. O João comeu o bolo. (SVO) (OKPE OKPB)

b. Comeu o João o bolo. (VSO) (#PE *PB)

c. Comeu o bolo o João. (VOS) (#PE *PB)

d. O bolo, o João comeu. (OSV) (#PE #PB)

e. O bolo, comeu o João. (OVS) (#PE *PB)

(33) A: O que é que os meninos comeram?

B: Os meninos comeram o bolo. (SVO) (OKPE)

(34) A: O que é que os menino comeram?

B: Os menino comeram o bolo. (SVO) (*PE OKPB1)

(35) A: O que é que os menino comeu?

B: Os menino comeu o bolo. (SVO) (*PE OKPB2)

(36) A: O que é que um menino comeu?

B: a. Um menino comeu o bolo. (SVO) (OKPE OKPB)

b. Comeu um menino o bolo. (VSO) (#PE *PB)

c. Comeu o bolo um menino. (VOS) (#PE *PB)

d. O bolo, um menino comeu. (OSV) (#PE #PB)

e. O bolo, comeu um menino. (OVS) (#PE *PB)

(37) A: O que é que uns meninos comeram?

B: Uns meninos comeram o bolo. (SVO) (OKPE)

(38) A: O que é que uns menino comeram?

B: Uns menino comeram o bolo. (SVO) (*PE OKPB2)

(39) A: O que é que uns menino comeu?

B: Uns menino comeu o bolo. (SVO) (*PE OKPB2)

É evidente que não há assimetria entre o PB e o PE no que concerne aos pares pergunta-resposta descritos acima. Assumindo com Costa (2003b, 2004) que o PE possui dois *outputs* sintáticos: SV e VS e o PB apenas um, correspondente à ordem SV, sou levada a argumentar que a estrutura informacional avalia o *output* SV nas duas línguas como o melhor que satisfaz seus requerimentos: o objeto, por ser o foco informacional e não o tópico, como é o sujeito, requer a posição mais à direita da frase para hospedá-lo e, portanto, o único *output* convergente é SV. Nas frases (32B(b) e 36B(b)), embora o objeto esteja na posição mais à direita, a resposta não é satisfatória, haja vista o sujeito que o antecede ser informação nova, o que não está previsto pelo contexto de focalização da pergunta, que já contém esse sujeito, o que implica considerar que, ao ser retomado na resposta, é informação velha e, portanto, a posição pré-verbal é a única disponível.

Centrando minha atenção agora nos contextos de focalização do VP, Cinque (1993) argumenta que a proeminência absoluta recai sobre o VP por ser o foco informacional, ao contrário do sujeito que corresponde à parte pressuposta da frase, em outros termos, à informação dada no discurso. Nessa acepção, o sujeito ocupa a posição pré-verbal, sendo acompanhado por todo o VP focalizado, conforme apresentado no par pergunta-resposta do inglês²⁸, sendo P a parte pressuposta e F a parte focalizada²⁹:

(40) A: What did Jonh do?

B: [John] [left].

P F

(Ibid., p. 257)

²⁸ Cf. também Costa (1998) e Zubizarreta (1998).

²⁹ A noção de pressuposição e foco adotada por Cinque (1993) tem suas raízes no trabalho de Chomsky (1970b).

Da mesma forma que ocorre com o inglês, no PB e no PE, o constituinte que representa a parte da pressuposição (em nosso caso, o sujeito) ocupa a posição pré-verbal, ao passo que o VP que representa o foco informacional encontra-se à direita do sujeito, independente da definitude deste. Novamente, já que a sintaxe em ambas as línguas gera a ordem SVO, essa é a preferida pela estrutura informacional nesses contextos, à semelhança do que ocorre nos dois contextos de focalização já acima descritos, recaindo o Acento Nuclear de frase sobre o objeto, o constituinte mais encaixado. Observem-se os seguintes pares pergunta-resposta no PB e no PE:

(41) A: O que é que o João fez?

B: a. O João comeu o bolo. (SVO) (OKPE OKPB)

b. Comeu o João o bolo. (VSO) (#PE *PB)

c. Comeu o bolo o João. (VOS) (#PE *PB)

d. O bolo, o João comeu. (OSV) (#PE #PB)

e. O bolo, comeu o João. (OVS) (#PE *PB)

(42) A: O que é que os meninos fizeram?

B: Os meninos comeram o bolo. (SVO) (OKPE)

(43) A: O que é que os menino fizeram?

B: Os menino comeram o bolo. (SVO) (*PE OKPB1)

(44) A: O que é que os menino fez?

B: Os menino comeu o bolo. (SVO) (*PE OKPB2)

(45) A: O que é que um menino fez?

B: a. Um menino comeu o bolo. (SVO) (OKPE OKPB)

b. Comeu um menino o bolo. (VSO) (#PE *PB)

c. Comeu o bolo um menino. (VOS) (#PE *PB)

d. O bolo, um menino comeu. (OSV) (#PE #PB)

e. O bolo, comeu um menino. (OVS) (#PE *PB)

(46) A: O que é que uns meninos fizeram?

B: Uns meninos comeram o bolo. (SVO) (OKPE)

(47) A: O que é que uns menino fizeram?

B: Uns menino comeram o bolo. (SVO) (*PE OKPB1)

(48) A: O que é que uns menino fez?

B: Uns menino comeu o bolo. (SVO) (*PE OKPB2)

O que se pode depreender, a partir dos pares pergunta-resposta de (41) a (48), é que no PB e no PE a componente informacional escolhe a ordem SVO como o *output* legítimo para suprir suas restrições nos contextos em que o VP está focalizado: por ser a informação dada, o sujeito encontra-se na posição pré-verbal, como previsto por essa componente, estando à sua direita a informação nova representada pelo VP.

Analisando também os contextos em que o sujeito e o objeto correspondem ao foco informacional, Costa (1998, p. 140) verifica que no PE a única ordem

legítima nesses casos é VSO, sendo SVO apenas possível se o sujeito for familiar aos participantes do discurso, não se constituindo, portanto, informação nova. Veja-se o seguinte contexto em que tanto o sujeito quanto o objeto representam a parte concernente à focalização:

(49) A: Ninguém sabe línguas neste grupo.

B: a. Sabe o Paulo francês.

b. #O Paulo sabe francês.

c. #Francês, o Paulo sabe.

d. #Sabe francês o Paulo.

e. #Francês sabe o Paulo.

Não obstante, no PB a única ordem possível no contexto acima é SVO representada na resposta (b), o que implica considerar que seja o sujeito informação nova ou velha, ele sempre ocupará a posição pré-verbal, recebendo um acento marcado como estratégia de último recurso em virtude de a sintaxe só gerar a ordem em que o sujeito antecede o verbo. Vejam-se, portanto, os pares pergunta-resposta a seguir em que tanto o sujeito é definido quando indefinido:

(50) A: Ninguém comeu nada?

B₁: a. O JOÃO comeu o bolo (SVO) (#PE OKPB)

b. Comeu o JOÃO o bolo. (VSO) (OKPE *PB)

c. Comeu o bolo o João. (VOS) (#PE *PB)

d. O bolo, o João comeu. (OSV) (#PE #PB)

e. O bolo, comeu o João. (OVS) (#PE *PB)

B₂: Comeram OS MENINOS o bolo. (VSO) (OKPE)

B₃: OS MENINO comeram o bolo. (SVO) (*PE OK PB1)

B₄: OS MENINO comeu o bolo. (SVO) (*PE OKPB2)

(51) A: Ninguém comeu nada?

B₁: a. UM MENINO comeu o bolo (SVO) (#PE OKPB)

b. Comeu UM MENINO o bolo. (VSO) (OKPE *PB)

c. Comeu o bolo um menino. (VOS) (#PE *PB)

d. O bolo, um menino comeu. (OSV) (#PE #PB)

e. O bolo, comeu um menino. (OVS) (#PE *PB)

B₂: Comeram UNS MENINOS o bolo. (VSO) (OKPE)

B₃: UNS MENINO comeram o bolo. (SVO) (*PE OKPB1)

B₄: UNS MENINO comeu o bolo. (SVO) (*PE OKPB2)

Costa (1998) argumenta que, sendo o sujeito e o objeto focalizados na pergunta, ambos ocupam na resposta a posição à direita na sentença, estando o objeto mais à direita do que o sujeito. Portanto, para identificar o constituinte focalizado mais proeminente, é necessário atribuir-lhe um acento marcado que, nesse caso, é o sujeito, o primeiro constituinte focalizado: “[...] a one-to-one correspondence between the first focused constituent of the sentence and its most

prominent stress.”³⁰ (Ibid., p. 198). De mais a mais, o autor fundamenta sua análise na seguinte formulação de Reinhart (1995) sobre o local dos constituintes focalizados: “The focus set of constituents of a sentence is the prosodically most prominent constituent plus everything it c-commands.”³¹ (Ibid., p. 205). Nessa acepção, é que a frase (52) acha-se excluída da gramática do PE quando resposta a uma pergunta com focalização do sujeito e do objeto:

(52) *Partiu o Paulo a JANELA.

Como verificado acima, o acento marcado recai sobre o objeto e não sobre o sujeito, o constituinte mais proeminente, o que implica considerar que apenas o objeto é o constituinte focalizado na frase, violando nesse caso a relação de c-comando: o objeto não é c-comandado pelo sujeito, que é o constituinte mais proeminente. Além da violação de c-comando, a agramaticalidade de (52) é explicada por Costa (Ibid., p. 209) nos seguintes termos:

1. O acento marcado nunca recai sobre o constituinte mais encaixado numa frase que, nesse caso, em específico, corresponde ao objeto direto, exceto os casos de foco contrastivo;

³⁰ [...] uma correspondência um-a-um entre o primeiro constituinte focalizado da sentença e seu acento mais proeminente. - Tradução minha

³¹ O ambiente de foco de constituintes de uma sentença é o constituinte mais proeminente prosodicamente mais tudo o que ele c-comanda. - Tradução minha

2. O sujeito pós-verbal não pode corresponder à informação dada como sugere (52), em virtude de ele não estar na posição pré-verbal;
3. O objeto não pode ser interpretado como o único constituinte focalizado como evidencia (52), tendo em vista o sujeito ser também um foco por estar em posição pós-verbal.

No entanto, a análise proposta por Reinhart (1995) para a existência de uma relação de c-comando entre o constituinte mais proeminente prosodicamente e o mais encaixado parece não ser de todo satisfatória quando estendida aos contextos ditransitivos. Como já referido na seção 6.2, caso uma relação de c-comando seja necessária em satisfação a requerimentos sintáticos, o constituinte focalizado não pode ocupar a posição mais à direita na frase, tem de receber um acento marcado e não pode c-comandar o constituinte mais à direita nos termos de Reinhart (1995), tendo em vista este não ser o foco da sentença, mas a informação já dada na pergunta:

(53)A: A quem é que deste os livros?

B: a. Dei [_F A CADA AUTOR] o seu livro.

b. ?*Dei o seu livro a cada autor.

(54) A: O que é que deste aos autores?

B: a. Dei [_F CADA LIVRO] ao seu autor.

b. ?*Dei ao seu autor cada livro.

Em resumo, cumpre pontuar que, embora no PB e no PE seja atribuído um acento marcado sobre o sujeito, seja este definido ou indefinido, ambas as línguas diferem no que diz respeito à posição deste: enquanto na primeira ele tem que ocupar a posição pré-verbal, na segunda, ele ocupa necessariamente a posição pós-verbal em virtude de os *outputs* sintáticos nas duas línguas serem distintos.

Relembrando os pontos de discussão delineados no capítulo 4, foi possível verificar que o PB tem perdido uma das propriedades das línguas de sujeito nulo, a inversão sujeito-verbo, por razões relacionadas ao enfraquecimento de sua morfologia flexional, que tem se tornado inerte à identificação da categoria vazia *pro*. Nesse sentido, conforme apontam os resultados quantitativos obtidos por Duarte (2000), há um aumento acentuado de sujeitos referenciais foneticamente realizados ocupando a posição pré-verbal, ao contrário do PE, evidenciando o processo de perda do *Princípio Evite Pronome*.

Sendo o PE e o italiano, línguas de sujeito nulo prototípicas, espera-se encontrar casos de inversão sujeito-verbo, uma predição que é confirmada nos seguintes pares pergunta-resposta extraídos de Gonçalves (1994, p. 150) e Belletti (2001, p. 70), respectivamente:

(55) A – Quem comeu o bolo?

B – a)*Comi.

b) Comi *eu*.

c) Comi-o *eu*.

d) ?**Eu* comi (não sei quem comeu mais...)

e) Fui eu

f) *Fui.

g) *Eu fui

(56) A: Chi spedirà la lettera?

“Quem enviou a carta?”

B: a. Spedirà la lettera Maria.

“Enviou a carta a Maria.”

b. La spedirà Maria.³²

“Enviou-la a Maria.”

Belletti, na mesma linha de raciocínio de Costa (1998), argumenta que a legitimidade da ordem VOS só é possível em virtude de o objeto ser necessariamente a informação dada, estando o sujeito numa posição mais encaixada na frase. Contrariamente à análise desses autores que se baseiam no fato de o discurso estar condicionando a sintaxe, retomo a idéia central deste capítulo: a sintaxe é “cega” às interfaces, nesse caso, em particular, à componente discursiva.

Vejam-se os seguintes pares pergunta-resposta construídos no PB e no PE em que o sujeito encontra-se focalizado:

(57) A: Quem comeu o bolo?

B₁: a. O JOÃO comeu (o bolo). (SV(O)) (#PE OKPB)

³² Segundo pontua Belletti (op. cit), essa é a ordem mais natural com o sujeito posposto quando o objeto é um clítico.

- b. Comeu o João (o bolo). (VS(O)) (#PE *PB)
 - c. Comeu (o bolo) o João. (V(O)S) (OKPE *PB)
 - d. O bolo, O JOÃO comeu. (OSV) (#PE OKPB)³³
 - e. O bolo, comeu o João. (OVS) (OKPE *PB)
- B₂: a. Comeram (o bolo) os meninos. (V(O)S) (OKPE)
- b. O bolo, comeram os meninos. (OVS) (OKPE)
- B₃: a. OS MENINO comeram (o bolo). (SV(O)) (*PE OKPB1)³⁴
- b. O bolo, OS MENINO comeram. (OSV) (*PE OKPB1)
- B₄: a. OS MENINO comeu (o bolo). (SV(O)) (*PE OKPB2)
- b. O bolo, OS MENINO comeu. (OSV) (*PE OK PB2)

(58) A: Quem comeu o bolo?

- B₁: a. UM MENINO comeu (o bolo). (SV(O)) (#PE OKPB)
- b. Comeu um menino (o bolo). (VS(O)) (#PE *PB)
 - c. Comeu (o bolo) um menino. (V(O)S) (OKPE *PB)
 - d. O bolo, um menino comeu. (OSV) (#PE OKPB)
 - e. O bolo, comeu um menino. (OVS) (OKPE *PB)
- B₂: a. Comeram (o bolo) uns meninos. (V(O)S) (OKPE)
- b. O bolo, comeram uns meninos. (OVS) (OKPE)
- B₃: a. UNS MENINO comeram (o bolo). (SV(O)) (*PE OKPB1)
- b. O bolo, UNS MENINO comeram. (OSV) (*PE OKPB1)
- B₄: a. UNS MENINO comeu (o bolo). (SV(O)) (*PE OKPB2)

³³ Cf. também Kato e Raposo (1993).

³⁴ A agramaticalidade dessa sentença não resulta do fato de o DP receber um acento marcado, haja vista que DPs podem ocupar a posição pré-verbal em contextos de focalização do sujeito no PE desde que sejam focos contrastivos como é o caso de (57B₁(a)), portanto, o uso do símbolo (#). A agramaticalidade resulta no fato de a concordância morfológica entre o núcleo flexional e o DP sujeito ser categórica no PE na posição pré-verbal. Uma questão que será abordada na seção 6.3 deste capítulo.

b. O bolo, UNS MENINO comeu. (OSV) (*PE OK PB2)

De forma similar ao que ocorre nos contextos de focalização do sujeito e do objeto, nos pares pergunta-resposta em (57) e (58), os sujeitos no PB recebem como estratégia de último recurso um acento marcado, tendo em vista sua sintaxe gerar um único *output*: SV. Ao contrário do PE, que possui dois *outputs*, a estrutura informacional seleciona VS como o melhor que satisfaz a restrição de que constituintes focalizados ocupem a posição mais à direita na frase (cf. CINQUE, 1993). Portanto, assumo com Costa (2003b, 2004) que a noção de opcionalidade na gramática no que concerne à escolha de uma ou outra ordem deve ser excluída.

Conforme verificado por Belletti para o italiano, o objeto direto nos pares pergunta-resposta acima corresponde à informação dada, sendo uma das evidências a possibilidade de ele vir topicalizado na resposta, retomando o que já havia sido dito na pergunta. É fato que a resposta mais comum a essas perguntas são aquelas em que o objeto é nulo, o que corrobora a tese de Costa e Figueiredo Silva (2003b) contra a existência do Parâmetro de Configuracionalidade Discursiva. Embora o PB não permita sujeitos focalizados em posição pós-verbal, essa língua assemelha-se ao PE em virtude de poder possuir constituintes topicalizados e categorias vazias que mantêm relação com o discurso precedente. Nos casos de o objeto ser realizado foneticamente nas respostas acima, do PE, Costa (1998) assume que ele tem sido movido sobre o sujeito via *scrambling*, uma operação não disponível na gramática do PB.

De mais a mais, Costa argumenta que o sujeito pós-verbal no PE nas respostas acima recebe Acento Nuclear de frase, pois é o constituinte mais

encaixado nos termos de Cinque (1993). A presença de um acento marcado sobre esse sujeito que está em Spec, VP torna a frase agramatical, segundo evidenciado na questão-*tag* em (59b). No entanto, o sujeito pode receber opcionalmente acento marcado se estiver deslocado à direita da frase (cf. (59c) e (59d)). No caso de se tratar de sujeitos indefinidos, eles têm de ocupar a posição Spec, VP, sendo agramaticais as frases em que estão deslocados à direita (cf. (60)):

(59) a. Comeu a sopa o Paulo, não comeu?

a'. *Ele comeu a sopa o Paulo, não comeu?

b. *Comeu a sopa O PAULO, não comeu?

b'. Ele comeu a sopa, não comeu?, o Paulo.

c. Comeu a sopa, não comeu?, o Paulo.

d. Comeu a sopa, não comeu?, O PAULO

(60)a. ??*Comeu a sopa, não comeu?, um menino.

b. ??*Comeu a sopa, não comeu?, UM MENINO.

Em (59) depreendem-se quatro propriedades que são peculiares às construções com deslocamento do sujeito à direita da frase: a) entoação especial sobre o DP; b) presença de um corte entoacional, c) obrigatoriedade de os sujeitos serem definidos e d) preenchimento da posição Spec, IP por um sujeito nulo ou preenchido co-referente com o sujeito deslocado à direita (cf. (59b') (59c) e (59d)).

Kato (1993) argumenta que os casos de ordem VOS atestados em PB correspondem a uma “falsa inversão” por se tratar de construções com

deslocamento do sujeito à direita da frase³⁵, satisfazendo todas as propriedades acima listadas, conforme já discutidas por Coelho (2000), análise esta que é estendida não só aos contextos declarativos, mas também aos interrogativos³⁶:

(61)a. Onde andar_ká a Neiva_i?

b. [_{CP} Onde_k [_{C'} [_{IP} (ela)_i t_k [_{I'} andar_já [_{VP} t_i t_j t_k [a Neiva_i]]]]]]]]

(KATO; DUARTE, 2003a, p. 3)

(62)a. E tem um nariz eloqüente, este rapaz!

b. [_{IP} (ele)_i [_{I'} tem_j [_{VP} t_i t_j um nariz eloqüente [este rapaz_i]]]]]]

(Id., 2003b, p. 1)

(63) Ele tomou posse, o ministro do trabalho.

(PILATI, 2003, p. 1)

(64) (ela)_i trabalhou [ali na] aqui na maternidade, a Regina_i.

(COELHO, 2000, p. 56)

Adotando, por conseguinte, nesta pesquisa a análise de que os sujeitos na ordem VOS estão deslocados à direita no PB, não correspondendo, por conseguinte, ao foco informacional, implica considerar, ao contrário do PE, que a operação de *scrambling* do objeto está bloqueada, o que torna evidente mais uma

³⁵ Cf. capítulo precedente.

³⁶ Em virtude de não centrar minha atenção nesta tese à análise da ordem dos constituintes em contextos interrogativos, sugiro ao leitor consultar Ambar (1992) para o PE, e Duarte (1992) para o PB. Um fato é que no PE, o sujeito encontra-se obrigatoriamente posposto ao verbo nesses contextos (salvo algumas exceções), havendo o movimento obrigatório de V-para-C, uma operação sintática já não disponível na gramática do PB (Cf. KATO; DUARTE, 2003a, LOPES ROSSI, 1996, dentre outros.)

vez que na segunda língua os sujeitos focalizados estão em Spec, VP, ao passo que na primeira estão deslocados à direita, sendo duplicados por um pronome co-referente em Spec, IP.

6.2.1.2 Pares pergunta-resposta construídos com verbos intransitivos

Inicialmente, observem-se os seguintes pares pergunta-resposta, em que toda a frase é focalizada, construídos com o DP sujeito ora definido (cf. (65)), ora indefinido (cf. (66)):

(65) A: O que é que aconteceu?

B₁: a. O João tossiu. (SV) (OKPE OKPB)

b. Tossiu o João. (VS) (#PE *PB)

B₂: Os meninos tossiram. (SV) (OKPE)

B₃: Os menino tossiram. (SV) (*PE OKPB1)

B₄: Os menino tossiu. (SV) (*PE OKPB2)

(66) A: O que é que aconteceu?

B₁: a. Um menino tossiu. (SV) (OKPE OKPB)

b. Tossiu um menino. (VS) (#PE *PB)

B₂: Uns meninos tossiram. (SV) (OKPE)

B₃: Uns menino tossiram. (SV) (*PE OKPB1)

B₄: Uns menino tossiu. (SV) (*PE OKPB2)

Conforme acima descrito, a posição legítima para hospedar o sujeito no PB e no PE é a posição pré-verbal, recaindo o Acento Nuclear da frase sobre o verbo que ocupa a posição mais à direita da frase. Em caso de haver um objeto cognato numa construção como: O João correu *a corrida de São Silvestre*, o acento Nuclear de frase recai não sobre o verbo, mas sobre o objeto em itálico que, agora, corresponde ao constituinte mais encaixado por ocupar a posição mais à direita da frase.

Um fato que é válido pontuar é que, nos contextos de focalização de toda a frase, há uma similaridade entre as perguntas construídas com verbos transitivos e intransitivos, por ambas exigirem uma resposta com o sujeito pré-verbal seguido imediatamente pelo VP, sendo a ordem SVO requerida pela estrutura informacional pós-sintaticamente em ambas as línguas. Tendo em mente essa similaridade, observe-se, a seguir, o que acontece nos contextos de focalização do sujeito:

(67) A: Quem tossiu?

B₁: a. Tossiu o João. (VS) (OKPE *PB)

b. O JOÃO tossiu. (SV) (#PE OKPB)

B₂: Tossiram os meninos. (VS) (OKPE *PB)

B₃: OS MENINO tossiram. (SV) (*PE OKPB1)

B₄: OS MENINO tossiu. (SV) (*PE OKPB2)

(68) A: Quem tossiu?

B₁:a. Tossiu um menino. (VS) (OKPE *PB)

b. UM MENINO tossiu. (SV) (#PE OKPB)

B₂: Tossiram uns meninos. (VS) (OKPE *PB)

B₃: UNS MENINO tossiram. (SV) (*PE OKPB1)

B₄: UNS MENINO tossiu. (SV) (*PE OKPB2)

Estando o sujeito definido ou indefinido no PB ocupando a posição pós-verbal, as respostas acima são agramaticais, ao contrário do PE, um fato que ganha suporte explicativo, conforme já mencionado nesta seção, no Parâmetro do Sujeito Nulo. Nessa acepção, o *output* sintático selecionado pela estrutura informacional no PE é, mais uma vez, VS, ficando o sujeito numa posição que é suscetível para hospedar constituintes focalizados, conforme previsto por essa estrutura. No PB, a única posição legítima é SV, logo, um acento marcado é atribuído ao sujeito na posição pré-verbal para identificá-lo como o foco informacional.

6.2.1.3 Pares pergunta-resposta construídos com verbos inacusativos

Levando em conta que os verbos inacusativos formam uma classe verbal não-homogênea no PB e no PE (cf. capítulo 3), farei uma análise descritiva dos pares pergunta-resposta segundo o tipo de verbo inacusativo, adotando a seguinte classificação de Duarte (2003)³⁷: a) verbos de movimento, b) verbos de aparição e c) verbos de mudança de estado que denotam eventos com causa interna. Conforme será visto, apresentarei evidências que corroboram o caráter não-homogêneo dessa

³⁷ Cumpre dizer que nesta seção não centro minha atenção nos verbos existenciais por merecerem um estudo mais aprofundado que extrapola o escopo deste trabalho. Portanto, deixo a investigação dos mesmos para trabalhos futuros.

classe verbal a partir dos pares pergunta-resposta submetidos à análise nesta seção.

No que concerne aos verbos inacusativos de movimento e de aparição que, ao contrário dos verbos de mudança de estado, selecionam obrigatoriamente um PP como complemento³⁸³⁹, apresentarei evidências de que a distribuição sintática do sintagma preposicional, quando realizado foneticamente nas respostas, ao que tudo indica, pode servir como diagnóstico para identificar a posição dos sujeitos definidos e indefinidos no domínio intrafrásico ou extrafrásico.

6.2.1.3.1 Verbos de movimento e de aparição

Vejam-se os seguintes pares pergunta-resposta em que toda a frase está sendo focalizada e o sujeito é ora definido (cf. (69)), ora indefinido (cf. (70)):

(69) A: O que é que aconteceu?

B₁: a. O João entrou/ apareceu (na reunião). (SV) (OKPE OKPB)

³⁸ Para uma análise do comportamento de verbos de movimento como *ir* e *chegar* no PB e no PE, que subcategorizam obrigatoriamente um sintagma preposicional, cf. Farias (em fase de elaboração).

³⁹ A distinção, portanto, entre verbos de movimento e de aparição, por um lado, e verbos de mudança de estado, por outro, que reside na subcategorização de um PP pelos primeiros tipos de verbos, serve de contra-evidência à hipótese formulada por Belletti (2001, p. 87): “[p]ossibly, *all* [grifo meu] unaccusatives do in fact select a prepositional argument, which can remain silent.” (possivelmente, *todos* [grifo meu] os inacusativos na verdade selecionam um argumento preposicional, que pode permanecer em silêncio. – Tradução minha)

b. Entrou/ Apareceu o João (na reunião). (VS) (#PE *PB)⁴⁰

c. Entrou/ Apareceu (na reunião) o João. (VS) (OKPE OKPB)

B₂: a. Os meninos entraram/ apareceram (na reunião). (SV) (OKPE)

b. Entraram/ Apareceram os meninos (na reunião). (VS) (#PE)

c. Entraram/ Apareceram (na reunião) os meninos. (VS) (OKPE)

B₃: a. Os menino entraram/apareceram (na reunião). (SV) (*PE OKPB1)

B₄: a. Os menino entrou/ apareceu (na reunião) (SV) (*PE OKPB2)

b. Entrou/ Apareceu os menino (na reunião). (VS) (*PE *PB2)

c. Entrou/ Apareceu (na reunião) os menino. (VS) (*PE OKPB2)

B₅: a. Entrou/ Apareceu os meninos na reunião. (VS) (#PE coloquial)

b. Entrou/ Apareceu (na reunião) os meninos. (VS) (OKPE coloquial)

(70) A: O que é que aconteceu?

B₁: a. Um menino entrou/ apareceu (na reunião). (SV) (OKPE OKPB)

b. Entrou/ Apareceu um menino (na reunião). (VS) (OKPE OKPB)

c. Entrou/ Apareceu (na reunião) um menino. (VS) (#PE #PB)

⁴⁰ Em perguntas com focalização do sujeito e do argumento locativo no PE, a resposta legítima é a ordem VSPP:

A: Quem entrou/apareceu onde?

B: Entrou/Apareceu o João na reunião.

- B₂: a. Uns meninos entraram/ apareceram (na reunião). (SV)
(OKPE)
- b. Entraram/ Apareceram uns meninos (na reunião). (VS)
(OKPE)
- c. Entraram/ Apareceram (na reunião) uns meninos. (VS)
(#PE)
- B₃: a. Uns menino entraram/ apareceram (na reunião). (SV) (*PE
OKPB1)
- b. Entraram/ Apareceram uns menino (na reunião). (VS) (*PE
OKPB1)
- c. Entraram/ Apareceram (na reunião) uns menino. (VS) (*PE
#PB)
- B₄: a. Uns menino entrou/ apareceu (na reunião). (SV) (*PE
OKPB1)
- b. Entrou/ Apareceu uns menino (na reunião). (VS) (*PE
OKPB2)
- c. Entrou/ Apareceu (na reunião) uns menino. (VS) (*PE #PB2)
- B₅: a. Entrou/Apareceu uns meninos (na reunião). (VS) (OKPE
coloquial)
- b. Entrou/ Apareceu (na reunião) uns meninos. (VS) (*PE
coloquial)

Com base no fato de que verbos de movimento e de aparição requerem um PP como complemento, observo que a realização fonética na frase desse

constituente preposicional parece servir de evidência para uma análise não unificada da posição dos DPs definidos e indefinidos nos contextos de frases focalizadas construídos com esses tipos de verbos.

Os pares pergunta-resposta evidenciam o seguinte: sendo o sujeito definido, duas posições lhe estão disponíveis: ele pode ocupar a posição inicial da frase quando o PP está na posição mais encaixada, ou pode ocupar a posição final quando esse sintagma preposicional está à sua esquerda. No primeiro caso, argumento que a ordem SVPP é não-marcada nos contextos de focalização de toda a frase, à semelhança do que acontece nos contextos (in)transitivos em que o sujeito ocupa a posição pré-verbal, o que implica considerar que o sujeito não recebe nenhum tipo de entoação especial e o PP, que se encontra na posição mais encaixada, recebe o Acento Nuclear de frase, como requerido pela estrutura informacional. Caso esse constituinte preposicional não esteja realizado foneticamente, o constituinte proeminente passa a ser o verbo. Contudo, no segundo caso, é uma ordem marcada no PB e no PE, em que o sujeito se encontra deslocado à direita da frase, podendo ser duplicado por um pronome co-referente nulo ou preenchido, tal como nos casos de “falsa inversão” analisados em Kato (1993). Nesses casos, diferentemente do que ocorre com os sujeitos definidos analisados por Costa (1998) na ordem VOS, que não recebem acento marcado, os DPs pós-verbais definidos nos contextos inacusativos analisados exigem a presença de uma entoação especial para que a frase seja gramatical, conforme evidenciado nas *question-tags* de (71b) a (71c):

(71) a. Entrou/apareceu na reunião o João, não entrou/apareceu? (*PE *PB)

- a'. Ele entrou/ apareceu na reunião o João, não entrou/apareceu? (*PE *PB)
- b. (Ele) Entrou/ apareceu na reunião O JOÃO não entrou/ apareceu? (OKPE OKPB)
- b'. (Ele) entrou/ apareceu na reunião, não entrou/ apareceu?, o João. (OKPE OKPB)
- c. (Ele) Entrou/ Apareceu na reunião, não entrou/ apareceu?, O JOÃO. (OKPE OKPB)

No que diz respeito aos sujeitos indefinidos, eles se encontram em sua posição de base, sendo uma das evidências a possibilidade de poderem ser seguidos pelo PP complemento quando este estiver realizado foneticamente (ex.: Entrou/ Apareceu um menino na reunião.). No caso de esse PP não estar realizado foneticamente, o constituinte proeminente passa a ser o DP pós-verbal. Ademais, outra evidência é que esses sujeitos resistem ao deslocamento à direita:

- (72)a. (Ele) Entrou/Apareceu (na reunião), não entrou/ apareceu?, um menino. (??*PE *PB⁴¹)
- b. (Ele) Entrou/ Apareceu (na reunião), não entrou/ apareceu?, UM MENINO. (??*PE *PB)

⁴¹ Os falantes do PB por mim consultados consideram agramaticais as frases com deslocamento à direita de DPs indefinidos em todos os contextos, independentemente do tipo de predicador verbal, exceto dois falantes que as consideram marginais.

Uma situação também a ser levada em conta diz respeito ao peso do DP. Tanto no PB quanto no PE, os DPs pesados comportam-se de forma similar aos DPs leves nas respostas a perguntas com focalização de toda a frase. Sendo definidos, eles podem ocupar a posição pré-verbal e serem deslocados à direita (cf. (73B(a)) e (73B(b)), respectivamente:

(73) A: O que é que aconteceu?

- B: a. O garoto que foi meu aluno entrou/apareceu na reunião. (OKPE
OKPB)
- b. (Ele) Entrou na reunião, o garoto que foi meu aluno. (OKPE
OKPB)

Conforme será visto mais adiante, nos contextos de focalização do sujeito são atuantes os efeitos de peso no PB à semelhança do que ocorre nas construções do inglês com o chamado *Heavy NP Shift*, em que o argumento interno do verbo move-se para uma posição à direita da frase, obrigatoriamente, sendo uma das evidências a possibilidade de ele seguir *question-tags*:

(74) They have found, haven't they?, the treasure buried on that island 100 years ago.

“Eles encontraram, não encontraram?, o tesouro escondido naquela ilha há 100 anos.”

(DEN DIKKEN, 1995 apud COSTA, 1998, p. 131)

De mais a mais, assumo com Raposo e Uriagereka (1990) que há um *pro* expletivo ocupando a posição de sujeito pré-verbal no PB e no PE quando o DP pós-verbal é indefinido nesses contextos. Contudo, sendo ele definido, há um pronome que lhe é co-referente, uma situação não prevista na análise dos autores supracitados.

Observe-se, agora, o que acontece quando há focalização do sujeito numa pergunta construída com os verbos em análise:

(74) A: Quem entrou/ apareceu na reunião?

B₁: a. (Na reunião), Entrou/ Apareceu (na reunião) o João. (VS)
(OKPE *PB)

b. (Na reunião), O JOÃO entrou/ apareceu. (SV) (#PE OKPB)

B₂: (Na reunião), Entraram/Apareceram (na reunião) os meninos.
(VS) (OKPE)

B₃: (Na reunião), OS MENINO entraram/apareceram. (SV) (*PE
OKPB1)

B₄: (Na reunião), OS MENINO entrou/ apareceu (SV) (*PE
OKPB2)

B₅: (Na reunião), Entrou/ Apareceu (na reunião) os meninos. (VS)
(OKPE coloquial)

(75) A: Quem entrou/ apareceu na reunião?

B₁: a. (Na reunião), Entrou/ Apareceu (na reunião) um menino.
(VS) (OKPE ?/??PB)

b. (Na reunião), UM MENINO entrou/ apareceu. (SV) (#PE
OKPB)

B₂: (Na reunião), Entraram/apareceram (na reunião) uns meninos.
(VS) (OKPE)

B₃: (Na reunião), UNS MENINO entraram/ apareceram. (SV) (*PE
OKPB1)

B₄: (Na reunião) UNS MENINO entrou/ apareceu. (SV) (*PE
OKPB2)

B₅: (Na reunião) Entrou/ Apareceu (na reunião) uns meninos. (VS)
(OKPE coloquial)

Nos contextos com focalização do sujeito, acima, é evidenciado que a posição preferencial para hospedar sujeitos definidos e indefinidos no PB é sempre a posição pré-verbal, recebendo estes um acento marcado como estratégia de último recurso em virtude de estarem na única posição permitida por sua sintaxe, a qual não está prevista pela estrutura informacional. No PE, diferentemente, DPs definidos e indefinidos devem ocupar a posição pós-verbal, sendo, portanto, os constituintes mais proeminentes, haja vista ser filtrada a ordem SV pela estrutura informacional, tal como acontece nos contextos de focalização do sujeito com verbos (in)transitivos. No entanto, sendo os DPs definidos e indefinidos pesados no PB, a posição legítima para hospedá-los é, em geral, a posição pós-verbal, sendo, portanto, agramatical ou marginal sua posição pré-verbal nas frases em (76), conforme me informou a maioria dos falantes do PB consultados.

(76) A: Quem entrou/apareceu na reunião?

B: a. (Na reunião), O garoto que foi o meu aluno entrou/ apareceu. (*PE
*?PB)

a'. (Na reunião), Entrou/Apareceu (na reunião) o garoto que foi o
meu aluno. (OKPE OKPB)

b. (Na reunião), Um garoto que foi o meu aluno entrou/apareceu.
(*PE *?PB)

b'. (Na reunião), Entrou/Apareceu (na reunião) um garoto que foi o
meu aluno. (OKPE OKPB)

Em (76) tem-se um caso similar ao que acontece nas frases em (77) do inglês nas construções com *Heavy NP Shift*. Conforme verificado em (77a), sendo o DP pós-verbal leve, a frase é agramatical, ao passo que, sendo, pesado, a agramaticalidade não mais existe (cf. (77b))⁴²:

(77)a. *I sent to Paris a letter.

“Eu enviei a Paris uma carta.”

b. I sent to Paris all the letters you asked me to.

“Eu enviei a Paris todas as cartas que você me pediu.”

(COSTA, 2004, p. 1)

⁴² Cf. também Inkelas e Zec (2001).

Costa (Ibid., p. 2), com base nos dados do inglês acima, elabora uma hipótese para explicar a assimetria nos seguintes termos: a sintaxe dessa língua gera dois *outputs*: um correspondente à ordem com *Light NP Shift* e outro à ordem com *Heavy NP Shift*. Como é fato que a componente fonológica requer que constituintes pesados fiquem ocupando uma posição deslocada à direita da frase no inglês, essa componente seleciona o segundo *output* como o que melhor satisfaz seus requerimentos, filtrando, portanto, o primeiro. Com base nessa hipótese, argumento que no PB a componente fonológica também atua como uma espécie de filtro sobre os dois *outputs* gerados pela sintaxe dessa língua nesses contextos: um correspondente a uma ordem com o DP leve e outro com o DP pesado (VS). Desses dois *outputs*, é filtrado pela componente fonológica o *output* que corresponde à ordem com o DP leve.

Um fato que não se pode perder de vista é que no PE, DPs leves podem ocupar a posição-A, Spec, VP, nos contextos de focalização do sujeito, uma possibilidade não prevista na gramática do PB conforme evidenciado a partir dos julgamentos de gramaticalidade dos falantes. Contudo, DPs pesados nessa última língua ocupam, em geral, a posição deslocada à direita, um requerimento imposto pela componente fonológica, conforme defendem Inkelas e Zec (2001).

Inkelas e Zec, ao trabalharem com a interface sintaxe-fonologia, assumem a existência de mais um nível de representação na gramática associado ao domínio prosódico denominado *Estrutura Prosódica (P-structure)*, onde se dá a interação entre sintaxe e fonologia: “P-structure mediates between the syntactic and the

phonological modules, and serves as the locus of their interaction.” (Ibid., p. 537))⁴³.

Nessa estrutura estão organizados hierarquicamente os seguintes constituintes⁴⁴:

- (78) phonological word (“palavra fonológica”)
- phonological phrase (“sintagma fonológico”)
- intonational phrase (“sintagma entoacional”)
- utterance (“enunciado”)

(Ibid. p. 538)

As autoras observam que entre a estrutura-S (domínio sintático) e a estrutura-P (domínio prosódico) não há isomorfismo. Os constituintes são hierarquizados em cada estrutura, obedecendo às condições que são impostas por cada uma em particular. Analisando os dois primeiros constituintes prosódicos acima, as autoras verificam que um sintagma fonológico deve ser preferencialmente formado de, pelo menos, duas palavras fonológicas: [[]_ω []_ω]_φ (sendo “ω” correspondente à palavra fonológica, e “φ”, ao sintagma fonológico).

Sob a mesma perspectiva teórica assumida por Costa (2003b, 2004) de que as condições de interface podem atuar como uma espécie de filtro sobre as derivações sintáticas, Inkelas e Zec (op. cit) assumem que, dependendo da ramificação do sintagma fonológico, *outputs* sintáticos podem ser filtrados na componente fonológica, como é o caso já mencionado das construções do inglês

⁴³ A estrutura-P serve de mediador entre os módulos sintáticos e fonológicos, e serve como o *locus* de sua interação. – Tradução minha

⁴⁴ Para maiores detalhes sobre o funcionamento dessa estrutura, sugiro ao leitor consultar os trabalhos de Inkelas e Zec (op. cit) e Mateus et al. (2003).

com o *Heavy NP Shift*. Segundo elas, esse NP deve conter, no mínimo, dois sintagmas fonológicos, caso contrário, a frase é agramatical (cf. (79b)):

(79)a. Mark showed to John [[some letters]_φ [from Paris]_φ]_{NP}

“Mark mostrou ao João algumas cartas de Paris.”

b. *Mark showed to John [[some letters]_φ]_{NP}

“Mark mostrou ao João algumas cartas.”

As autoras assumem, à semelhança de Costa, que a sintaxe do inglês gera dois *outputs*: um correspondente à ordem com NP Shift movido e outro, à ordem com NP Shift não-movido, ficando a critério da componente fonológica excluir aquele que não satisfaz prosodicamente os seus fins.

Quanto ao PE, não são observados efeitos de peso: DPs definidos e indefinidos, sejam eles leves ou pesados, sempre ocupam a posição pós-verbal quando o sujeito é o foco informacional. Nessa acepção, a componente fonológica não atua como um filtro sobre os *outputs* gerados na sintaxe dessa língua, mas apenas a componente relacionada à estrutura informacional, que escolhe VS como o melhor *output*, para hospedar os sujeitos focalizados, independentemente da definitude e do peso destes, os quais recebem o Acento Nuclear de frase por estarem na posição mais à direita na frase.

Em resumo, uma predição torna-se inevitável nos contextos em (76) do PB: o que é relevante para a posição pós-verbal dos DPs em perguntas com focalização do sujeito não é a sua definitude, mas o seu peso fonológico, sendo imprescindível a

atuação da componente fonológica na seleção do *output* sintático que melhor satisfaça seus fins. Sendo o DP leve, o PB se comporta de forma similar ao inglês no sentido de que a posição legítima para hospedar esse DP é a posição pré-verbal seja este definido ou indefinido:

(78) Who left? (“Quem saiu?”)

[John] [left]. (“O João saiu.”)

F P

(CINQUE, 1993, p. 257)

(79) Who comes? (“Quem vem?”)

a. A man comes. (“Um homem vem.”)

b. #There comes a man. (“Vem um homem.”)

(COSTA; FIGUEIREDO SILVA, op. cit., p. 15)

E ainda, assumindo que os DPs pré-verbais abaixo não estão deslocados à direita da frase, quando presentes em respostas a perguntas com focalização de toda a frase, não há motivação para assumir a existência de um pronome co-referente nulo ou preenchido na posição Spec, IP. Nesses casos em que a concordância morfológicamente visível entre esses DPs e a flexão verbal não é atestada, defendo que a categoria vazia que ocupa essa posição é um *pro* expletivo com o qual o núcleo flexional concorda:

- (81) a. (Na reunião), Entrou/ Apareceu uns menino que eu conheci. (*PE OKPB2)
- b. (Na reunião), Entrou/ Apareceu (na reunião) os meninos. (OKPE coloquial)
- c. (Na reunião) Entrou/ Apareceu (na reunião) uns meninos. (OKPE coloquial)

Na seção 6.3, argumentarei que nos contextos em (81), portanto, ao *pro* expletivo é atribuído Caso nominativo através do núcleo flexional sob Configuração Spec/Head.

6.2.1.3.2 Verbos de mudança de estado que denotam eventos com causa interna

Centrando minha atenção na classe de verbos inacusativos que expressam mudança de estado que denotam eventos com causa interna, verifiquem-se os pares pergunta-resposta com focalização de toda a frase:

(82) A: O que é que aconteceu?

B₁: a. O João morreu/desmaiou (SV) (OKPE OKPB)

b. Morreu/Desmaiou o João. (VS) (OKPE OKPB)

B₂: a. Os meninos morreram/desmaiaram. (SV) (OKPE)

b. Morreram/Desmaiaram os meninos. (VS) (OKPE)

B₃: Os menino morreram/desmaiaram. (SV) (OKPB1)

B₄: a. Os menino morreu/desmaiou. (SV) (OKPB2)

b. Morreu/desmaiou os menino. (VS) (OKPB2)

B₅: Morreu/Desmaiou os meninos. (VS) (OKPE)

(83) A: O que é que aconteceu?

B₁: a. Um menino morreu/desmaiou. (SV) (OKPE OKPB)

b. Morreu/Desmaiou um menino. (VS) (?PE ??PB)

B₂: a. Uns meninos morreram/desmaiaram. (SV) (OKPE)

b. Morreram/Desmaiaram uns meninos. (VS) (?PE)

c. Morreu/Desmaiou uns meninos. (VS) (?PE)

B₃: Uns menino morreram/ desmaiaram. (SV) (OKPB1)

B₄: a. Uns menino morreu/desmaiou. (SV) (OKPB2)

b. Morreu/Desmaiou uns menino. (VS) (??PB2)

De forma similar aos contextos de focalização de toda a frase com verbos de movimento e de aparição, há evidências empíricas que apontam que DPs definidos pós-verbais são legítimos nessa posição, caso estejam deslocados à direita. Nas *question-tags*, a seguir, é necessário um acento entoacional especial sobre o DP definido para que a frase seja gramatical⁴⁵. Veja-se o contraste entre (84a) e (84b):

⁴⁵ Os verbos de mudança de estado relacionados àqueles de alternância causativa comportam-se de forma similar.

- (84) a. Morreu/Desmaiou o João, não morreu/desmaiou? (*PE *PB)
 b. Morreu/Desmaiou O JOÃO, não morreu/desmaiou? (OKPE OKPB)
 c.. (Ele) Morreu/Desmaiou, não morreu/desmaiou?, o João. (OKPE OKPB)
 d. (Ele) Morreu/Desmaiou, não morreu/desmaiou?, O JOÃO (OKPE, OKPB)
- (85)a. (Ele) Morreu/Desmaiou, não morreu/desmaiou?, um menino. (??*PE ?/??/*PB)
 b. (Ele) Morreu/Desmaiou, não morreu/desmaiou?, UM MENINO. (??*PE ?/*PB)

No que diz respeito às *question-tags* em (85), DPs indefinidos preferem não estar deslocados à direita, o que implica dizer que, ao estarem na posição à direita da frase, eles permanecem em sua posição de base, sendo a posição Spec, IP ocupada por um *pro* expletivo com o qual é possível o núcleo flexional concordar (cf. (B_{2c}) e (B_{4b}) em (83)). Em todo caso, a resposta mais natural no contexto não-marcado em questão, independentemente da definitude do DP, é SV. A análise sobre o porquê de os sujeitos indefinidos poderem ocupar ora a posição pré-verbal, ora a posição pós-verbal (sendo esta menos natural) parece residir no fato de que, não tendo os verbos de mudança de estado a capacidade de selecionarem um PP como complemento, ao contrário dos verbos de movimento e de aparição, o sujeito tende a ocupar a posição pré-verbal, como previsto pela estrutura informacional para os casos não-marcados. Estando esses sujeitos mais à direita da frase, eles

correspondem aos constituintes mais encaixados, sobre os quais recai o Acento Nuclear de frase. Contudo, como é sabido, o *output* sintático que satisfaz a estrutura informacional no PB e no PE nesses casos é SV, estando o sujeito à esquerda da frase e sendo o verbo o constituinte mais proeminente.

Observe-se, agora, o que acontece nos contextos de focalização do sujeito seja definido (cf. (86)), seja indefinido (cf. (87)):

(86) A: Quem morreu/desmaiou?

B₁: a. Morreu/desmaiou o João. (VS) (OKPE #PB)

b. O JOÃO morreu/desmaiou. (SV) (*PE OKPB)

B₂: Morreram/Desmaiaram os meninos. (VS) (OKPE)

B₃: OS MENINO morreram/desmaiaram. (SV) (*PE OKPB1)

B₄: OS MENINO morreu/desmaiou. (SV) (*PE OKPB2)

B₅: Morreu/Desmaiou os meninos. (VS) (OKPE coloquial)

(87) A: Quem morreu/desmaiou?

B₁: a. Morreu/Desmaiou um menino. (VS) (OKPE ?/??PB)

b. UM MENINO morreu/desmaiou. (SV) (*PE OKPB)

B₂: Morreram/Desmaiaram uns meninos. (VS) (OKPE)

B₃: UNS MENINO morreram/desmaiaram. (SV) (*PE OKPB1)

B₄: a. Morreu/Desmaiou uns menino. (VS) (*PE ?/??PB2)

b. UNS MENINO morreu/desmaiou. (SV) (*PE OKPB2)

B₅: Morreu/Desmaiou uns meninos. (VS) (OKPE coloquial)

Analisando os pares pergunta-resposta acima, há um comportamento simétrico com os pares pergunta-resposta construídos com verbos de movimento e de aparição: DPs definidos e indefinidos no PE ocupam obrigatoriamente a posição pós-verbal, ao passo que no PB a posição mais natural para hospedá-los é a posição pré-verbal. Nessa acepção, os DPs pós-verbais no PE recebem Acento Nuclear de frase, ao passo que no PB recebem acento marcado. No entanto, efeitos de peso também são observados no PB nos contextos construídos com verbos de mudança de estado que denotam eventos com causa interna: DPs definidos e indefinidos, quando pesados, devem ocupar a posição pós-verbal nos contextos de focalização do sujeito:

(88) A: Quem morreu/desmaiou?

B: a. Morreu/desmaiou um garoto que foi meu aluno.

b. *Um garoto que foi meu aluno morreu/desmaiou.

Face ao contraste acima, argumento que no PB a componente fonológica atua como uma espécie de seletor sobre os *outputs* gerados na sintaxe dessa língua, não sendo, contudo, atuante no PE em virtude de nessa língua DPs definidos e indefinidos ocuparem obrigatoriamente a posição pós-verbal em respostas a perguntas com focalização do sujeito, independentemente de seu peso fonológico. A razão da obrigatoriedade desses DPs em posição pós-verbal no PE está relacionada ao Parâmetro do Sujeito Nulo: por ser uma língua prototipicamente pro-drop, há geração de dois *outputs* sintáticos: SV e VS, ficando a critério da estrutura

informativa escolher o último *output* como o melhor que satisfaz sua restrição: sujeitos focalizados ocupam a posição mais à direita da frase. Embora a sintaxe do PB gere dois *outputs*, SV e VS, nesses contextos, estes diferem dos do PE por questões relacionadas não ao Parâmetro do Sujeito Nulo, mas a efeitos de peso. Em outras palavras, o *output* SV, corresponderia à ordem com o DP leve, ao passo que VS, à ordem com o DP pesado. Portanto, num contexto em que o sujeito seja o foco informativo, sendo ele pesado, a componente fonológica filtra o *output* SV e escolhe VS.

Em suma, face ao que foi discutido nesta seção, uma conclusão crucial emerge: sendo a componente discursiva posterior à componente sintática e não havendo, dessa forma, condicionamento daquela sobre esta, não há motivação para se projetar na sintaxe uma categoria funcional associada a foco para onde os constituintes focalizados sejam movidos, quer visível ou invisivelmente. Conforme verificado nos contextos de focalização do sujeito, os sujeitos focalizados em PE ocupam a posição pós-verbal em decorrência de sua sintaxe gerar dois *outputs*: SV e VS, sendo o primeiro filtrado pós-sintaticamente pela estrutura informativa para satisfazer os seus fins; no PB, sendo gerado apenas SV na sintaxe, o sujeito focalizado recebe um acento marcado como estratégia de último recurso. Com base nessa evidência e em outras já elucidadas ao longo desta seção, assumo com Costa e Figueiredo Silva (2003a) que a existência de uma categoria funcional associada a foco para hospedar constituintes focalizados, conforme defendem Hovarth (1995), Kiss (1995), Figueiredo Silva (1996), Coelho (2000), Belletti (2001) e Miotto (2003) torna-se desnecessária: “[...] the choice of syntactic outputs for codifying different types of information structures is made post-syntactically, which implies that there are

no syntactic operations to serve discourse purposes.” (COSTA; FIGUEIREDO SILVA, op. cit, p. 17)⁴⁶.

Passando a sumarizar, agora, a análise dos pares pergunta-resposta descritos nesta seção para o PB e o PE, vejam-se as seguintes tabelas que fornecem informações a respeito das diversas ordens de palavras com predicadores verbais distintos, levando em conta aspectos referentes à definitude do sujeito (coluna 2), ao contexto de focalização da pergunta (coluna 3), à entoação (coluna 4) e à visibilidade da concordância morfológica entre o DP sujeito e o núcleo flexional (coluna 5)⁴⁷, sendo o constituinte em **negrito** na primeira coluna de cada tabela o constituinte mais proeminente da frase:

VERBOS TRANSITIVOS				
ORDEM DE PALAVRA	DEFINITUDE DO SUJEITO	CONTEXTO DE FOCALIZAÇÃO DA PERGUNTA	ENTOAÇÃO	VISIBILIDADE DA CONCORDÂNCIA MORFOLÓGICA
SVO (OKPE OKPB)	[+def.] e [-def.]	Frase focalizada	Acento Nuclear I	PE (+) PB1 (+) PB2 (-)
SVO (OKPE OKPB)	[+def.] e [-def.]	Objeto focalizado	Acento Nuclear	PE (+) PB1 (+) PB2 (-)
SVO (OKPE OKPB)	[+def.] e [-def.]	VP focalizado	Acento Nuclear	PE (+) PB1 (+) PB2 (-)
VSO (OKPE *PB)	[+def.] e [-def.]	Sujeito e objeto focalizados	Acento marcado	PE (+)
SVO (#PE OKPB)	[+def.] e [-def.]	Sujeito e objeto focalizados	Acento marcado	PB1 (+) PB2 (-)
V(O)S e OVS (OKPE *PB)	[+def.] e [-def.]	Sujeito focalizado	Acento Nuclear	PE (+)
SV(O) e OSV (#PE OKPB)	[+def.] e [-def.]	Sujeito focalizado	Acento marcado	PB1 (+) PB2 (-)

Tabela 6.1: Quadro-resumo dos contextos pergunta-resposta analisados com verbos transitivos

⁴⁶ [...] a escolha de outputs sintáticos para codificar diferentes tipos de estruturas informacionais é feita pós-sintaticamente, o que implica que não há operações sintáticas para servirem propósitos discursivos. – Tradução minha

⁴⁷ As ordens com o DP deslocado à direita da frase não estão incluídas nas tabelas.

VERBOS INTRANSITIVOS				
ORDEM DE PALAVRA	DEFINITUDE DO SUJEITO	CONTEXTO DE FOCALIZAÇÃO DA PERGUNTA	ENTOAÇÃO	VISIBILIDADE DA CONCORDÂNCIA MORFOLÓGICA
SV (OKPE OKPB)	[+def.] e [-def.]	Frase focalizada	Acento Nuclear	PE (+) PB1 (+) PB2 (-)
VS (OKPE *PB)	[+def.] e [-def.]	Sujeito focalizado	Acento Nuclear	PE (+)
SV (#PE OKPB)	[+def.] e [-def.]	Sujeito focalizado	Acento marcado	PB1 (+) PB2 (-)

Tabela 6.2: Quadro-resumo dos contextos pergunta-resposta analisados com verbos intransitivos

VERBOS DE MOVIMENTO E DE APARIÇÃO				
ORDEM DE PALAVRA	DEFINITUDE DO SUJEITO	CONTEXTO DE FOCALIZAÇÃO DA PERGUNTA	ENTOAÇÃO	VISIBILIDADE DA CONCORDÂNCIA MORFOLÓGICA
SV(PP) (OKPE OKPB)	[+def.] e [-def.]	Frase focalizada	Acento Nuclear	PE (+) PB1 (+) PB2 (-)
VS(PP) (OKPE OKPB)	[-def.]	Frase focalizada	Acento Nuclear	PE (+/-) *PB1 PB2 (-)
VS (OKPE)	[+def.] e [-def.]	Sujeito focalizado	Acento Nuclear	PE (+/-) *PB1 PB2 (-)
SV⁴⁸ (#PE OKPB)	[+def.] e [-def.]	Sujeito focalizado	Acento marcado	PE (+/-) *PB1 PB2 (-)
VS⁴⁹ (OKPB)	[+def.] e [-def.]	Sujeito focalizado	Acento Nuclear	*PB1 PB2 (-)

Tabela 6.3: Quadro-resumo dos contextos pergunta-resposta analisados com verbos de movimento e de aparição

⁴⁸ Essa ordem corresponde aos casos em que o DP é leve.

⁴⁹ Essa ordem difere da ordem VS do PE por estar restrita aos DPs pesados.

VERBOS DE MUDANÇA DE ESTADO QUE DENOTAM EVENTO COM CAUSA INTERNA				
ORDEM DE PALAVRA ⁵⁰	DEFINITUDE DO SUJEITO	CONTEXTO DE FOCALIZAÇÃO DA PERGUNTA	ENTOAÇÃO	VISIBILIDADE DA CONCORDÂNCIA MORFOLÓGICA
SV (OKPE OKPB)	[+def.] e [-def.]	Frase focalizada	Acento Nuclear	PE (+) PB1 (+) PB2 (-)
VS (OKPE)	[+def.] e [-def.]	Sujeito focalizado	Acento Nuclear	PE (+/-) *PB1 PB2 (-)
SV (#PE OKPB)	[+def.] e [-def.]	Sujeito focalizado	Acento marcado	PE (+/-) *PB1 PB2 (-)
VS ⁵¹ (OKPB)	[+def.] e [-def.]	Sujeito focalizado	Acento Nuclear	*PB1 PB2 (-)

Tabela 6.4: Quadro-resumo dos contextos pergunta-resposta analisados com verbos de mudança de estado que denotam eventos com causa interna

6.3 POR UMA ANÁLISE DA CONCORDÂNCIA MORFOLÓGICA E DA ATRIBUIÇÃO DE CASO NOMINATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

Nesta seção, a partir da descrição dos pares pergunta-resposta no que concerne ao aspecto relacionado à visibilidade da concordância morfológica em PB1, PB2 e PE entre DPs pré e pós-verbais com o núcleo flexional, tecerei algumas considerações sobre esse tipo de concordância no domínio interno do DP e no domínio da concordância entre esse DP e a flexão verbal, tomando por base a pesquisa desenvolvida por Costa e Figueiredo Silva (2003b).

⁵⁰ As ordens SV e VS no contexto de focalização do sujeito no PB correspondem, respectivamente, aos casos com DPs leves e aos casos com DPs pesados à semelhança do que ocorre nos contextos construídos com verbos de movimento e de aparição.

⁵¹ Idem à nota anterior.

Assumirei com os autores supracitados que o *locus* da distinção entre o PB e o PE atestada nos dois domínios acima reside no tipo de morfema associado com pluralidade. Na segunda língua, a concordância é categórica nos dois domínios⁵², ao passo que, na primeira, duas situações podem ser encontradas: a) no domínio interno do DP, em geral, a concordância morfológica visível entre D(eterminante) e N(ome) (PB1 e PB2) não é atestada, e b) no domínio da concordância entre o DP sujeito e a flexão verbal, essa concordância pode ser visível (PB1) ou não (PB2). Para uma análise dessas assimetrias, tomarei como fundamento a perspectiva teórica da Morfologia Distribuída nos moldes de Embick e Noyer (2001) e Noyer (2003), que propõem uma distinção entre morfema sintático (*singleton*, nos termos de Costa e Figueiredo Silva (op. cit.)) e morfema dissociado. Argumentarei ainda que o primeiro corresponde ao tipo de morfema de pluralidade em PB1 e PB2, ao passo que o segundo, ao do PE. Essa distinção será de fundamental importância quando abordarei a visibilidade da Configuração Spec, Head entre o DP sujeito e o núcleo flexional nessas línguas.

Além do acima exposto, assumirei em parte não só a análise de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), mas também discutirei a proposta dessas autoras no que concerne ao Parâmetro EPP. Ainda, apresentarei evidências de que é possível haver expletivos ocupando a posição Spec, IP em línguas como o PE e o PB para satisfazer requerimentos de ordem sintática, em particular, a atribuição de Caso nominativo sob Configuração Spec/Head em determinados contextos inacusativos, o que me leva à predição de que a natureza desse expletivo é distinta da natureza dos expletivos do tipo *there* e *il* do inglês e do francês, respectivamente, que, segundo as

⁵² É válido ter em mente que em contextos inacusativos do PE coloquial, não é estabelecida concordância morfológica visível entre o DP pós-verbal e a flexão verbal.

autoras, só ocupam a posição Spec, IP para marcarem sintaticamente o *Efeito de Definitude*⁵³.

6.3.1 A natureza do morfema de pluralidade e a visibilidade da concordância morfológica: um dos *locus* de distinção entre o Português Brasileiro e o Português Europeu

Numa língua como o PE, a visibilidade da concordância morfológica entre o DP sujeito e o núcleo flexional é atestada (cf. (89)), ao passo que no PB ela pode ser morfológicamente visível ou não, conforme evidenciado em PB1 (cf. (90)) e PB2 (cf. (91)), respectivamente:

(89)a. Os meninos comeram o bolo.

b. *Os meninos comeu o bolo.

c. Os meninos cantaram.

d. *Os meninos cantou.

e. Muitas fábricas fecharam.

f. *Muitas fábricas fechou.

(COSTA, 2001a, p. 7-9)

(90)a. Os menino comeram o doce.

⁵³ Para uma discussão desse efeito sobre os DPs pós-verbais em construções inacusativas proposto por Belletti (1988), cf. capítulo 3.

- b. Os menino tossiram.
- c. Muitas floresta queimaram.

(COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003, p. 13)

- (91)a. Os menino comeu o doce.
- b. Os menino tossiu.
 - c. Muitas floresta queimou.

(Ibid., p. 15-16)

Conforme já apresentado no capítulo 4, os paradigmas de PB1 e PB2 distinguem-se pelo fato de, no primeiro, o traço relevante ser número, ao passo de, no segundo, ser pessoa. Levando em conta a proposta de Galves (2001) fica evidente que a pessoa é sintática e não semântica em ambos os paradigmas, tendo em vista ser somente possível a combinação de traços binários de número e pessoa. Veja-se, mais uma vez, a combinação desses traços em ambos os paradigmas construídos com o verbo *cantar*:

- (92) PB1: [+pessoa, -número] -o
 [+pessoa, +número] -mos
 [-pessoa, -número] -a
 [-pessoa, + número] -m

PB2: [+pessoa, -número] -o

[-pessoa, -número] todas as demais pessoas

Em *PB1*, portanto, o traço relacionado com número distingue as pessoas no singular e no plural, ao passo que em *PB2*, a distinção dá-se apenas entre a primeira pessoa do singular e todas as demais.

Vale pontuar que a falta de concordância morfológicamente visível entre o núcleo flexional e o DP sujeito não pode servir como argumento de que a Configuração Spec/Head não foi estabelecida. Numa língua como o inglês, embora a marca de pluralidade apareça apenas no domínio do DP e não na flexão verbal, esse tipo de configuração sintática não está bloqueado, como pode ser verificado pela gramaticalidade das seguintes frases:

(93)a. The boys study the lesson.

“Os garotos estudam a lição.”

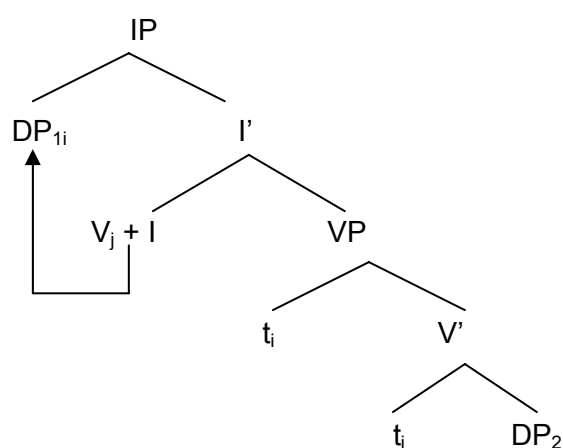
b. The girls love their boyfriends.

“As garotas amam seus namorados.”

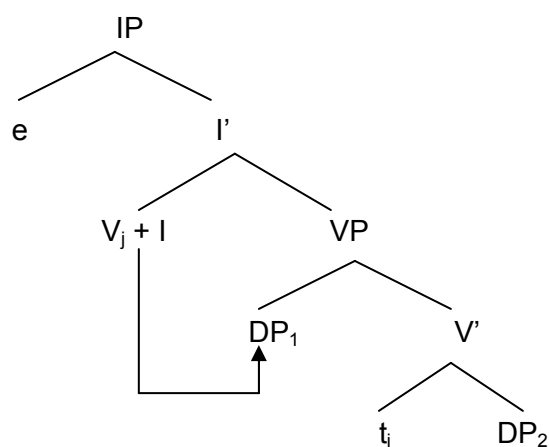
Assumindo com Rizzi (1988, 1997) que o inglês é uma língua não-pro-drop por ter perdido, dentre outras propriedades, sujeitos nulos referenciais e a inversão sujeito-verbo, a única posição legítima para hospedar os sujeitos é a posição-A Spec, IP, uma posição pré-verbal na qual é atribuído Caso Nominativo a esses sujeitos sob Configuração Spec/Head. Assumindo nesta tese com Sportiche (1988) e

Koopman e Sportiche (1991) que os argumentos externos são gerados em Spec, VP, é imprescindível que no inglês haja movimento destes para Spec, IP. Portanto, a representação legítima para a configuração de Caso nominativo numa língua como o inglês é (94) e não (95), estando essa última reservada àqueles casos em que os argumentos externos permanecem na posição de base, como ocorre no árabe, que dispõe dos dois tipos de atribuição de Caso nominativo abaixo representados:

(94) Caso nominativo sob concordância:



(95) Caso nominativo sob regência:



Koopman e Sportiche, ao proporem a atribuição de Caso nominativo sob concordância através de uma Configuração Spec/Head ou sob regência⁵⁴, observam que, no árabe standard, o DP sujeito pode aparecer na estrutura-S quer na posição Spec, IP (cf. (94)), quer na posição Spec, VP (cf. (95)). Na primeira posição, a concordância de número é sempre estabelecida entre o núcleo flexional e o DP sujeito, ao passo que, na segunda, não se observa essa concordância. A observação feita por Coelho (2000, p. 31) de que a falta de Configuração Spec/Head na ordem VSO nessa língua implica necessariamente na falta de concordância morfológica entre o núcleo flexional e o DP pós-verbal é problemática no sentido de que existem línguas que podem servir de contra-exemplos como é o caso do PE⁵⁵. Nessa língua, a concordância de número é sempre estabelecida nos contextos de inversão sujeito-verbo com os verbos transitivos (cf. (96)) e intransitivos (cf. (97)), com exceção dos inacusativos (cf. (98))⁵⁶

(96)a Comeram os meninos o bolo.

b. *Comeu os meninos o bolo.

c. Comeram o bolo os meninos.

d. *Comeu o bolo os meninos.

⁵⁴ O Caso inerente, por exemplo, só pode ser atribuído sob regência de um núcleo ao seu complemento. Conforme assumem Koopman e Sportiche (1991, p. 228), "Its assignment depends both on the lexical choice of the Case assigner and on the thematic relation between the Case assigner and the category receiving Case." (Sua atribuição depende não só da escolha lexical do atribuidor de Caso, mas também da relação temática entre o atribuidor de Caso e a categoria que recebe Caso – Tradução minha).

⁵⁵ A observação feita por Koopman e Sportiche (1991, p. 230), na nota de rodapé número 15, confirma a não-correlação entre visibilidade de concordância morfológica e o tipo de atribuição de Caso nominativo: "[...] we do not mean that lack of agreement between a head H and NP getting Case from it is always an indication that governed case rather than Case by agreement is involved [...] Presence of agreement does not indicate that Case by agreement has been assigned." ([...] nós não queremos dizer que a falta de concordância entre o núcleo H e o NP que dele recebe Caso é sempre uma evidência de que está envolvido mais o Caso sob regência do que o Caso por concordância [...]) A presença de concordância não é evidência de que o Caso por concordância tenha sido atribuído. – Tradução minha)

⁵⁶ Todos os exemplos foram extraídos de Costa (2001a).

(97)a. Cantaram os meninos.

b. *Cantou os meninos.

(98)a. Chegaram as cadeiras.

b. Chegou as cadeiras

A partir das evidências apresentadas no capítulo 4 de que a gramática do PE, ao contrário do PB, produz construções com DPs pós-verbais que ocupam Spec, VP, defendo que a atribuição de Caso nominativo a esses DPs está disponível no PE. Nas frases de (96a), (96c) e (97a), I rege o VP e o especificador deste, satisfazendo os requerimentos impostos pela relação de regência nos moldes de Chomsky (1986). Vale dizer que, embora a proposta de Koopman e Sportiche (op. cit) possa ser adequada a essas frases em construções inacusativas como as de (98a), como explicar a atribuição de Caso nominativo no PB já que, em geral, há não-concordância morfologicamente visível entre a flexão verbal e o DP pós-verbal?

Tendo em vista o PB ter perdido a inversão sujeito-verbo com verbos (in)transitivos, ao contrário do PE e, com base no fato de que em construções inacusativas a posição Spec, IP sempre está preenchida (cf. seção anterior), sou levada a assumir que, nessa língua, o Caso nominativo só pode ser atribuído sob Configuração Spec/Head, ao contrário do PE, o que vem corroborar a análise de Torres Moraes (1996) e Coelho (2000)⁵⁷ para o PB.

Retomando, agora, as frases de (89) a (91) fica evidenciado o comportamento assimétrico entre o PE, por um lado, e PB1 e PB2, por outro. É

⁵⁷ Vale lembrar que essas autoras não estabelecem distinção entre PB1 e PB2 em sua análise.

verificada no PE a visibilidade da concordância morfológica não só no domínio interno do DP, como também entre este e o núcleo flexional. Já, em PB1 e PB2, o D(eterminante) e o N(ome) não estabelecem concordância. Com base nessas evidências, antes de realizar uma análise sobre o que acontece no domínio da concordância morfológica entre o DP sujeito e a flexão verbal, teço alguns comentários sobre o domínio interno do DP em relação à concordância que se estabelece entre D e N em PB1, PB2 e PE.

Segundo verificam Costa e Figueiredo Silva (2003b), a concordância morfológica estabelecida dentro do DP em PB1 e PB2 difere da que é encontrada em PE. Nessa última língua, a concordância de número entre D e N é, de fato, categórica (cf. (99)), ao passo que em PB1 e PB2, o constituinte que carrega o morfema de pluralidade é, em geral, apenas o determinante (cf. (100))⁵⁸:

(99)a. Os/ estes/ alguns/ uns livros muito bonitos

b. Os primeiros livros da biblioteca

c. Os meus livros

(100)a. Os/ estes/ alguns/ uns livro muito bonito

b. Os primeiros livro da biblioteca

c. Os primeiro livro da biblioteca

d. *O primeiros livro da biblioteca

e. Os meus livro

f. *Os meu livro

⁵⁸ Sugiro ao leitor consultar o estudo desenvolvido por Scherre (1988) sobre a concordância nominal no PB, em que são apresentados resultados quantitativos que evidenciam a alta frequência da marca de plural no primeiro constituinte que modifica o núcleo nominal.

g. O meus livro

(Ibid., p. 6-9)

Em (100) observa-se uma assimetria entre as frases (c) e (d) por um lado, e (f) e (g), por outro. Nas primeiras, os adjetivos que estão no domínio pré-nominal podem ou não receber o morfema de pluralidade, embora, o determinante (D) obrigatoriamente o exija, sendo este núcleo responsável pela interpretação do DP em LF. Já, nas segundas, os possessivos pré-nominais exigem a presença desse morfema, mesmo que D não o possua. Uma explicação reside no fato de que os determinantes pré-nominais seguidos de possessivos no PB correspondem a um expletivo em algumas variedades dessa língua antes de nomes próprios e de possessivos, ao contrário do PE⁵⁹ (cf. CASTRO, 2001):

(101) PE: a. *(O) João.

b. *(O) meu livro é azul.

PB: a. (O) João.

b. (O) meu livro é azul.

(Ibid., p. 25-26)

⁵⁹ Cf. também Castro (2001).

Portanto, assumindo que o determinante seja um expletivo, quando diante de um possessivo pré-nominal em PB1 e PB2, não há motivação para esse determinante carregar o morfema de pluralidade, ao contrário do que ocorre com os determinantes seguidos de adjetivos pré-nominais, que não apresentam propriedades de expletivos (cf. (102d)) e, portanto, precisam carregar esse morfema (cf. (100b) e (100c)). De mais a mais, Castro (2001) também observa que a definitude do DP é relevante no PE no que concerne ao posicionamento dos possessivos. Caso D seja definido, o possessivo deve ocupar a posição pré-nominal, do contrário, sendo indefinido, somente a posição pós-verbal está disponível a esse constituinte (cf. (102)). Face a essa observação, Costa e Figueiredo Silva (op. cit.) argumentam que, por ser no PB o determinante seguido do possessivo um expletivo, implica considerar que a definitude não é marcada no determinante, mas no possessivo, que tem que receber o morfema de pluralidade para codificar “the information that is relevant for the interface with the interpretational component...”⁶⁰

- (102)a. O meu livro.
 b. *O livro meu.
 c. Um livro meu
 d. *Um meu livro

Partindo do acima exposto, assumo com Costa e Figueiredo Silva (2003b) que a assimetria constatada entre o PE, por um lado, e PB1 e PB2, por outro no que

⁶⁰ [...] a informação que é relevante para a interface com a componente interpretativa. – Tradução minha

diz respeito à concordância morfológica dentro do DP, ganha suporte explicativo no tipo de morfema associado com pluralidade.

Adotando a análise de Embick e Noyer (2001) e Noyer (2003) dentro do quadro teórico da Morfologia Distribuída que propõem uma distinção entre dois tipos de morfemas: a) morfema sintático e b) morfema dissociado, assumo que o primeiro é predizível a partir do nó sintático, ao passo que o segundo só é inserido pós-sintaticamente na componente morfológica da gramática. Nesse último caso, a afixação do morfema dissociado dá-se independentemente de ter havido movimento sintático. Mais adiante, argumentarei que o morfema de pluralidade no PB é sintático (isto é, *singleton*⁶¹) na terminologia adotada por Costa e Figueiredo Silva (op. cit.), ao passo que no PE é dissociado.

Uma das evidências para a existência de morfemas dissociados encontra-se numa língua como o sueco. Embick e Noyer (op. cit., p. 580-581) observam que nessa língua ao N de um DP definido (doravante $D_{[def]}$) sempre está afixada a marca morfológica de definitude (doravante DEF) quando não há outro material dentro do DP ((cf. (103)) ou mesmo quando há outros determinantes definidos visíveis (cf. (104)):

(103) mus-en

casa- DEF

“O rato”

⁶¹ Costa e Figueiredo Silva (2003b, p. 23) defendem que o morfema de plural no PB é *singleton* nos seguintes termos: “Since [plural] is singleton morpheme in Brazilian Portuguese, it will only surface in a single head.” (Já que [plural] é morfema singleton no Português Brasileiro, ele apenas estará presente em um núcleo. – Tradução minha)

(104) den gamla mus-en

o velho rato-DEF

“O velho rato”

Além de (104), em que o adjetivo modifica o N à esquerda, os autores observam que, independentemente da posição dos modificadores de N, este sempre carrega a marca de definitude. Em (105), a seguir, N possui modificadores à sua direita, recebendo, como é esperado, essa marca que vem representada por *-en*:

(105) gris-en med lång svans grymtade.

porco-DEF com comprido rabo grunhiu.

“O porco com o rabo comprido grunhiu.”

Partindo, portanto, da co-ocorrência de $D_{[def]}$ visível com a marca de definitude em N, Embick e Noyer (op. cit, p. 581) assumem que essa marca corresponde a um morfema dissociado que é inserido pós-sintaticamente. Numa tentativa de explicar a presença obrigatória da marca de definitude em N no contexto de $D_{[def]}$, os autores formulam as seguintes condições com base no que é imposto na PF:

(106) *Requirements (imposed at PF)*⁶²:

- a. The head N must be marked with definiteness when D is [def].
- b. D_[def] must have a host.

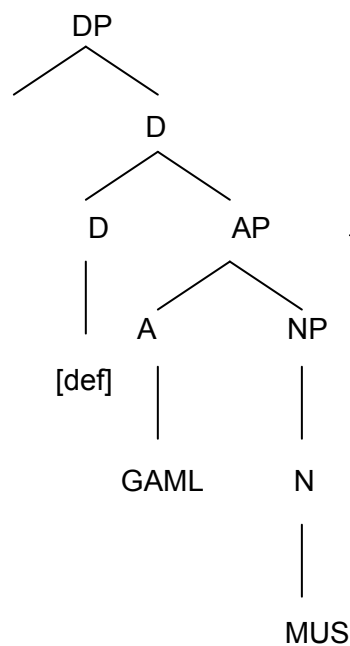
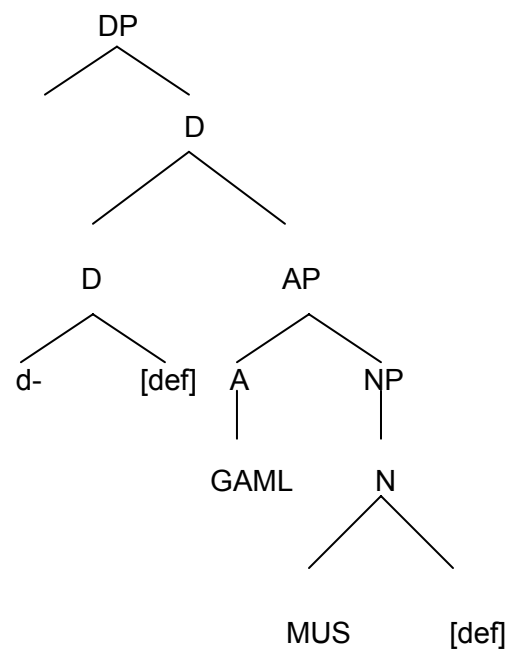
É assumido que no caso de DPs que não tenham o D_[def] visível, como em (103), ambos os requerimentos são satisfeitos: N carrega a marca de definitude e D_[def] que sempre é projetado na sintaxe tem o “hospede” N que a ele se incorpora através de *raising* de N-para-D.

Não obstante, para os casos de DPs como em (104), em que o N não só carrega a marca de definitude *-en*, como também possui um determinante definido visível que possui essa marca *d-en*, são requeridos processos pós-sintáticos na PF que permitam a atribuição dessa marca nos elementos que a exigem. Nessa acepção, veja-se como ocorre a atribuição dessa marca nos nós terminais pós-sintaticamente, seguindo a análise de Embick e Noyer (op. cit, p. 582-583), sendo A e N, respectivamente, as raízes do adjetivo e do nome⁶³:

⁶² Requerimentos (impostos na PF):

- a. O núcleo N deve ser marcado com definitude quando D é [def].
- b. D_[def] deve ter um hóspede. – Tradução minha

⁶³ Os autores pontuam em seu trabalho que a inserção das raízes com seus respectivos traços morfofonológicos são inseridos na representação da sintaxe propriamente dita só a título de clareza. Como se sabe, os traços fonológicos, na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída, só são inseridos aos nós sintáticos terminais durante *Spell-Out* na componente morfológica.

(107). *Output Sintático**Processos na PF*

Embick e Noyer observam que a atribuição do morfema dissociado [def] a N pode ser considerado um processo que envolve um certo tipo de concordância entre N e [def]: “[...] Swedish has a requirement to the effect that N in [def] environments reflect the [def] feature via concord.”⁶⁴. Esse processo só se aplica quando necessário em caso de haver motivação dessa atribuição na PF, conforme formulado a seguir:

(108) Assign [def] to the head N in a DP with the [def] property.⁶⁵

⁶⁴ [...] o sueco tem um requerimento para o efeito que N em ambientes [def] que refletem o traço [def] via concordância – Tradução minha

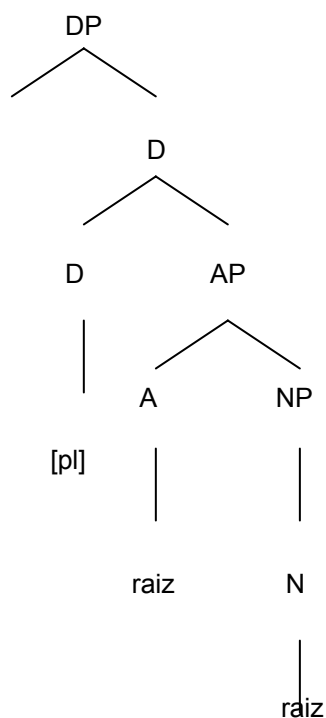
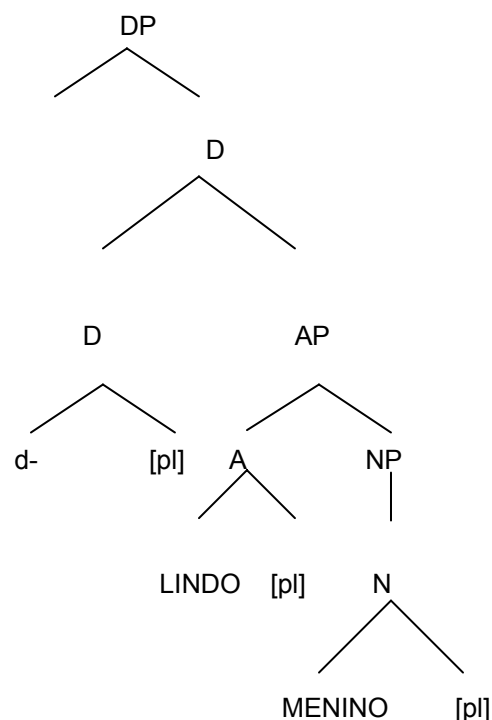
⁶⁵ Atribui-se [def] ao núcleo N num DP com propriedade [def]. - Tradução minha

Face ao acima exposto, argumento que o morfema de pluralidade no PE é um morfema dissociado que é atribuído na PF aos nós terminais que carecem da marca de pluralidade no domínio interno do DP. Retomando os DPs em (99), repetidos em (109), observo, à semelhança de Costa e Figueiredo Silva (2003b), que a marca de pluralidade ocorre em todos os constituintes que compõem o DP, o que me leva a dizer que processos fonológicos são motivados na PF, tal como acontece no sueco nos casos em que o morfema [def] não é só atribuído a N, mas também a D:

- (109)a. Os/ estes/ alguns/ uns livros muito bonitos
 b. Os primeiros livros da biblioteca
 c. Os meus livros

Numa perspectiva de análise muito similar a de Embick e Noyer (2001), argumento que o morfema [pl] é projetado na sintaxe do PE em D, havendo motivação para processos na PF que permitam a atribuição desse morfema às raízes que devem carregá-lo. Portanto, observe-se como os processos que ocorrem na PF atuam sobre o *output* sintático gerado pela gramática dessa língua. Para tanto, exemplifico com o DP⁶⁶ *os lindos meninos*:

⁶⁶ A estrutura do DP aqui apresentada segue a análise de Abney (1987).

(110) *Output Sintático**Processos na PF*

Na representação da PF, observa-se uma distinção entre o sueco, por um lado e o PE, por outro; enquanto na primeira língua o morfema dissociado [def] era atribuído ao nome e não ao adjetivo pré-verbal que o modificava (cf. (107)), na segunda o morfema de pluralidade é atribuído não só a N, mas também ao seu modificador adjetival, o que implica considerar que o processo de concordância é mais abrangente por não se restringir exclusivamente a N. Nesse sentido, formulo a seguinte condição para explicar a relação de concordância que se estabelece entre o morfema dissociado [pl] e os nós terminais que o carregam:

(111) [pl] é atribuído ao núcleo D e a todos os núcleos por ele comandados no domínio do DP com a propriedade [pl].

Em resumo, posso depreender que no sueco e no PE os morfemas dissociados são atribuídos pós-sintaticamente aos núcleos, independentemente de ter havido uma configuração ou operação sintática específica, ficando, portanto, a serviço da componente morfológica e da PF inseri-los em *Spell-Out* e atribuí-los aos seus nós terminais, respectivamente.

Conforme já referido no início dessa seção, no PB, ao contrário do PE, a concordância morfológica não é categórica no domínio interno do DP, estando, em geral, o morfema de pluralidade marcado apenas em D, servindo de evidência de que não se trata de um morfema dissociado por não satisfazer a condição em (111), mas de um morfema sintático nos termos de Embick e Noyer (2001) e Noyer (2003). Observe-se, agora, a frase do PB extraída de Raposo (1998, p. 74)⁶⁷:

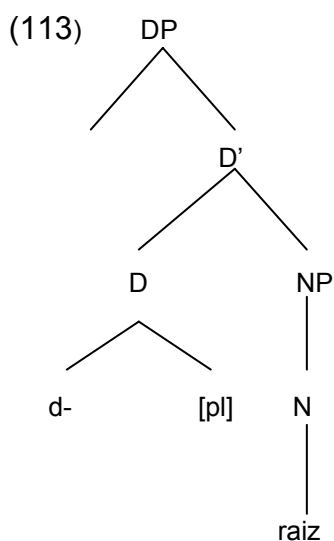
(112) os menino cantou.

Na mesma linha de raciocínio de Costa e Figueiredo Silva (op. cit), Raposo (op. cit., p. 74) conclui: “[...] within DP, the number feature of an argument is [...] required on D, but not on the Noun; in other words, if it occurs only once within DP, it must be manifested on D [...]”⁶⁸. Portanto, não sendo atestada a concordância morfológica no domínio interno do DP em PB, o morfema de pluralidade corresponde a um morfema sintático já predizível, portanto, na sintaxe. Para tanto, uma explicação plausível para a presença da marca de pluralidade apenas em D na frase

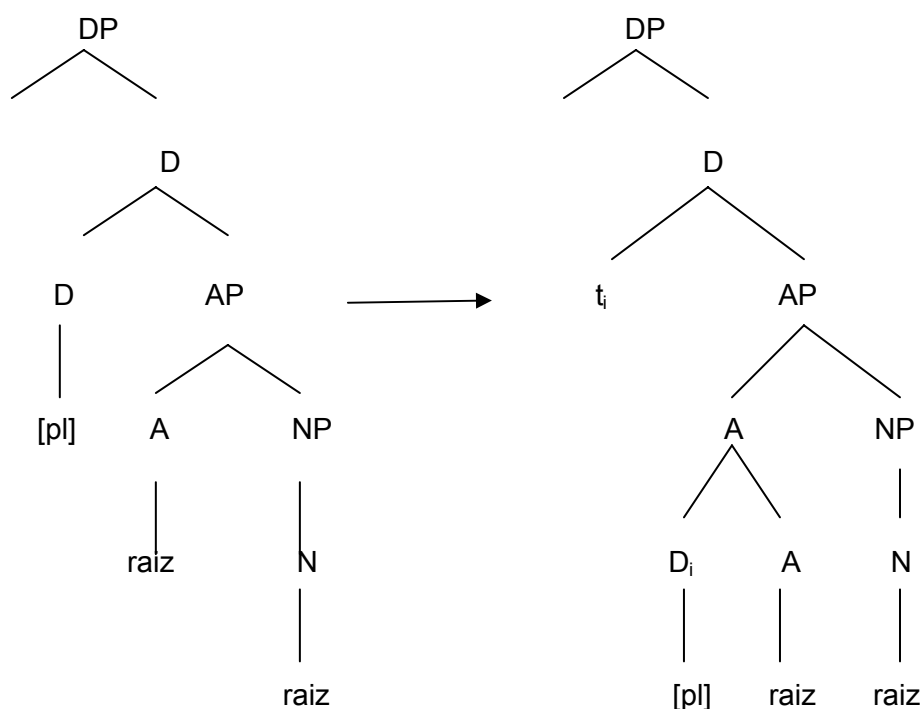
⁶⁷ O grifo é do autor da citação.

⁶⁸ “[...] dentro do DP, o traço de número de um argumento é [...] requerido em D, mas não no Nome; em outras palavras, se ele ocorre apenas uma vez dentro do DP, ele deve ser manifestado em D [...]” - Tradução minha

em (112) tem a ver com o fato de a sintaxe gerar o *output* em que esse morfema já está predizível com o contexto de inserção (cf. (113)), não sendo necessário recorrer-se a processos requeridos pela PF em línguas como o PE e o sueco, por exemplo:



Nos casos em que o núcleo D esteja vazio e um modificador de N receba o morfema de pluralidade no PB, há motivação para a ocorrência de movimento pós-sintático, nomeadamente *Lowering* do núcleo D que carrega o morfema sintático para o núcleo dessa categoria modificadora de N, tal como proposto por Castro e Pratas (2003) para o caboverdiano. Nesse sentido, a morfologia atua como uma espécie de filtro sobre a derivação sintática na gramática do PB. Vejam-se, portanto, a representação para o DP “lindos menino” no *output* sintático fornecido à componente morfológica e a representação nessa componente, onde a operação *Lowering de D-para-A* é motivada:

(114) *Output Sintático**Lowering de D-para-A*

Face ao que foi discutido até o momento, há suportes para assumir que no PB e no PE operações pós-sintáticas são motivadas quando os *outputs* sintáticos são enviados à componente morfológica. O ponto de distinção entre elas reside em que lugar no domínio pós-sintático essas operações ocorrem: no PB, *Lowering* só é requerido antes de *Spell-Out* quando D não está visível, o que motiva a “descida” do morfema [pl] ao núcleo de uma categoria que seleciona N como complemento⁶⁹, ao passo que no PE, após a inserção do morfema [pl] em *Spell-Out*, sua atribuição aos nós terminais só ocorre na PF obrigatoriamente em satisfação aos requerimentos impostos por essa componente. Não obstante, algumas questões são deixadas em

⁶⁹ Abney (1987, p. 327-328) argumenta que adjetivos pré-nominais selecionam um NP como complemento. Nesse sentido é que, nas representações já apresentadas nesta seção, quando um adjetivo está incluído no DP, ele necessariamente está subcategorizando um NP. Para maiores detalhes sobre o *status* da categoria AP no domínio interno do DP, sugiro ao leitor conferir o referido autor.

aberto: a) como explicar os casos no PB quando não só o núcleo D, mas também outro núcleo no domínio do DP recebe a marca de plural [pl], como no exemplo: os primeiros livro? Recorrer à aplicação de movimento de A-para-D na sintaxe parece não ser uma boa solução, haja vista que D já carrega o morfema de pluralidade. Por um lado, não se pode argumentar a favor de *Lowering* de D-para-A na componente morfológica, tendo em vista que D é visível. Por outro lado, fica posta de lado a análise de que o morfema de pluralidade nesses casos é dissociado, o que violaria a condição em (111): N não recebe o morfema associado com pluralidade, e b) comparando os dados do PB com os do inglês em (93), é observada uma distinção entre essas línguas: enquanto na primeira o morfema [pl] afixa-se a D, na segunda ele se afixa obrigatoriamente a N, embora em ambos os casos seja um morfema sintático. A questão que se ergue, portanto, tem a ver com a natureza do núcleo ao qual o morfema de pluralidade se encontra afixado: que motivação haveria na gramática do inglês para a afixação dar-se em N e não em D, ao contrário do PB?

Com base na discussão acima delineada sobre a concordância morfológica no domínio interno do DP em PE e PB (PB1 e PB2), passo, agora, a centrar minha atenção no domínio da concordância morfológica entre o DP sujeito e a flexão verbal, argumentando, à semelhança de Costa e Figueiredo Silva (2003b), que no PE a concordância categórica nesse último domínio ganha suporte explicativo, mais uma vez, no tipo de morfema associado com pluralidade.

Tendo em vista que os morfemas dissociados são atribuídos aos nós terminais na PF, implica considerar que a configuração sintática que se estabelece no PE entre o DP sujeito e o núcleo flexional na sintaxe propriamente dita (nomeadamente, Configuração Spec/Head) independe da concordância morfológica visível entre eles. A marca de pluralidade observada tanto no

domínio interno do DP quanto no domínio da concordância entre esse DP e a flexão decorre, portanto, de um processo pós-sintático, tendo em vista o morfema de plural ser dissociado. Em outras palavras, a concordância morfológicamente visível atestada entre o DP sujeito e a flexão verbal independe da Configuração Spec/Head estabelecida entre eles, sendo esta reflexo de processos pós-sintáticos.

Já em PB1 e PB2, é verificada uma assimetria no que concerne à visibilidade da concordância morfológica entre o DP sujeito e a flexão verbal. Conforme já mencionado, em PB1 essa concordância é visível (cf. (115)), ao contrário de PB2 (cf. (116)):

(115)a. Os menino comeram o doce.

b. Os menino tossiram.

c. Muitas floresta queimaram.

(COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003b, p. 13)

(116)a. Os menino comeu o doce.

b. Os menino tossiu.

c. Muitas floresta queimou.

(Ibid., p. 15-16)

Diferentemente do PE, a visibilidade da Configuração Spec/Head reflete a concordância morfológicamente visível que se estabelece entre o DP sujeito e a

flexão verbal em PB1. Seguindo esse raciocínio, a ausência de concordância morfológica visível entre os constituintes em PB2 é reflexo da não-visibilidade da Configuração Spec/Head. Nessa acepção, embora a sintaxe exija esse tipo de Configuração, esta pode não ter reflexos visíveis, o que vai na direção do que é proposto em Costa e Figueiredo Silva (op. cit., p. 22): “[...] overt reflexes of Spec-head configurations are possible, although not obligatory.”⁷⁰. As frases do inglês em (93) evidenciam que essa língua tem um comportamento muito similar ao de PB2; embora não haja concordância morfológica visível entre o DP sujeito e o núcleo flexional, uma concordância de ordem estrutural é atestada entre esses constituintes, o que garante a gramaticalidade das estruturas fráscas.

De mais a mais, um argumento que vem corroborar a idéia aqui defendida de que a concordância morfológica visível independe do estabelecimento da Configuração Spec/Head no PE diz respeito aos casos de inversão sujeito-verbo em construções inacusativas. Nessa língua o DP pós-verbal, que é um argumento interno, recebe a marca de pluralidade e concorda com o núcleo flexional como consequência de o morfema ser dissociado (ex: Chegaram muitas pessoas na reunião.)⁷¹. Não obstante, no PE coloquial e em PB2, a concordância morfológica visível entre o DP pós-verbal e o núcleo flexional não é atestada nessas construções. Na próxima seção, argumentarei que a concordância nesses casos é estabelecida entre o núcleo flexional e o expletivo em Spec, IP, o qual recebe Caso nominativo sob Configuração Spec/Head (ex. *pro* Chegou muitas pessoas na reunião.), não podendo essas construções serem consideradas casos de inversão locativa.

⁷⁰ [...] reflexos visíveis de configurações Spec-head são possíveis, embora não obrigatoriamente. - Tradução minha

⁷¹ Sugiro ao leitor consultar os pares pergunta-resposta construídos com verbos inacusativos descritos na seção anterior.

6.3.2 Sobre o parâmetro EPP e o Caso nominativo na gramática do Português Brasileiro e do Português Europeu: por uma rediscussão da análise de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998)

Analisando o comportamento dos sujeitos em línguas germânicas (inglês e islandês), românicas (espanhol) e no grego, Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), tomando por base a proposta de Chomsky (1995), observam que o EPP pode ser checado sob duas maneiras: a) *Move/Merge* de um XP e b) *Move/Merge* de um X⁰, o que implica considerar a existência de uma parametrização entre as línguas acima, dependendo da maneira como o EPP é checado, valendo dizer que essa checagem está relacionada ao traço D forte da categoria funcional I.

Antes de rediscutir a proposta das autoras referidas, cumpre apresentar algumas das assimetrias constatadas em línguas como o inglês e o islandês, por um lado, e línguas como o espanhol e o grego, por outro. Nas duas primeiras, duas ordens são possíveis: SV(O) e *EXPL* VS(O), ao passo que nas segundas, embora SVO seja também encontrada, a ordem VSO não possui um expletivo visível:

(117) a. There arrived a man. (*Inglês*)

“EXPL chegou um homem.”

a'. A man arrived.

“Um homem chegou.”

b. það lasu einhverjir stúdentar bókina. (*Islandês*)

EXPL leu alguns estudantes o livro

“Alguns estudantes leram o livro.”

b'. Einhverjir stúdentar lasu bókina.

“Alguns estudantes leram o livro”.

(118)a. Juan leyo el libro. (*Espanhol*)

“O João leu o livro.”

a'. leyo Juan el libro.

“Leu o João o livro.”

b. O Petros pandreftike tin llektra. (*Grego*)

“O Pedro casou com llektra.”

b'. pandreftike o Petros tin llektra.

Casou com o Pedro llektra.

“Casou o Pedro com llektra.”

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998, p. 92)

Partindo das frases acima, as autoras assumem que, embora os sujeitos pós-verbais ocupem uma posição-A em todas as línguas acima, os sujeitos pré-verbais ocupam posições distintas na ordem SVO. No inglês e no islandês, eles ocupam a posição-A, Spec, IP, diferentemente do espanhol e do grego, em que eles ocupam uma posição-A'. Mais especificamente sobre grego, as autoras elencam as seguintes propriedades:

A. SVO e VSO ocorrem em frases raízes e em encaixadas:

(119) i idisi oti (o Petros) episekftike (o Petros) tin llektra.

a notícia que (o Pedro) visitou (o Pedro) a llektra.

“A notícia que (o Pedro) visitou (o Pedro) a llektra.”

(Ibid., p. 495)

Em (119) verifico que há um comportamento similar no que concerne aos sujeitos pós-verbais no PE. Costa (2000, p. 5) defende que a inversão sujeito-verbo não é um fenômeno raiz nessa língua⁷² (ex.: O Pedro disse que leu o Paulo o livro). Portanto, ampliando a discussão de Costa (op. cit) para o grego, argumento que os sujeitos nesses contextos encaixados servem de contra-evidência adicional à análise proposta por Ambar (1992) para o movimento obrigatório de V-para-C em todos os contextos de inversão sujeito-verbo. Por questões de ordem sintática, esse movimento está bloqueado: o núcleo C se encontra lexicalizado pelo complementador, impedindo, dessa forma, o alçamento do verbo.

B. Sujeitos pós-verbais ocorrem com todos os tipos de verbos:

(120)a. efige o Petros. *(inacusativo)*

“Saiu o Pedro.”

⁷² Cf. também Costa (1998, p. 123).

b. epekse o Petros. (intransitivo)

“Brincou o Pedro.”

c. ektise i Maria to spiti. (transitivo)

construiu a Maria a casa

“A Maria construiu a casa.”

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, loc. cit.)

Ao contrário do PB e do inglês, em que a inversão sujeito-verbo encontra-se restrita aos contextos inacusativos (cf. capítulo 4), o grego assemelha-se, mais uma vez, ao PE que possui inversão sujeito-verbo, independentemente do tipo de predicador verbal, conforme atestado nos pares pergunta-resposta da seção anterior quando o sujeito é o foco informacional.

C. DPs pós-verbais na ordem VS não estão submetidos ao *Efeito de Definitude*:

(121) irthe to kathe pedi.

Chegou a cada criança.

“Chegou cada uma das crianças.”

Conforme já discutido em capítulos anteriores, o PB e o PE permitem que DPs universalmente quantificados apareçam em posição pós-verbal em construções inacusativas (Cf. AMBAR, 1992, COELHO, 2000, SILVA, 2004), o que implica considerar que o *Efeito de Definitude* (DE) proposto por Belletti (1988) não é atuante nessas línguas, ao contrário de línguas como o inglês e o francês. Dito isso, sou levada a assumir com Alexiadou e Anagnostopoulou (op. cit) a não-universalidade do DE.

D. Na ordem VSO, o sujeito está interno ao VP, sendo uma das evidências a possibilidade de ele estar precedido por advérbios como “bem”, que marcam a periferia à esquerda do VP⁷³, bem como por formas participiais que antecedem esses advérbios e que ocupam uma posição externa ao VP (cf. (122a), sendo agramaticais as frases quando o sujeito encontra-se fora do VP (122b):

(122)a. an ehi idhi diavasi_j [_{VP} kala [_{VP} o Petros t_j to mathima]].

se tem já lido bem o Pedro a lição

“Se já leu bem o Pedro a lição.”

b. *an ehi idhi o Petros_i diavasi_j [_{VP} kala [_{VP} t_i t_j to mathima]].

⁷³ Cf. também Costa (1998) para o PE.

Ao contrário do grego, no islandês, como já referido no capítulo precedente, é possível que o sujeito ocupe uma posição intermediária entre o verbo auxiliar e o verbo principal e preceda os advérbios nas chamadas construções expletivas transitivas (Transitive Expletive Constructions (TECs)) semelhantes à de (117b). Nesses casos, o sujeito encontra-se fora do VP e ocupa a posição-A, Spec, TP, uma posição não disponível na gramática do inglês (Cf. BOBALIJK, 1995):

(123) það hefur sennilega einhver [VP alveg

EXPL tem provavelmente alguém completamente

[VP lokið verkefninu]].

terminado a incubência

“Provavelmente alguém terminou a incubência completamente.”

(JONAS; BOBALIJK, 1993 apud ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, op. cit., p. 497)

Partindo das evidências acima apresentadas, Alexiadou e Anagnostopoulou, ao proporem o Parâmetro EPP, assumem que o inglês e o islandês classificam-se como línguas EPP-fortes, tendo em vista o EPP ser checado através de *Merge/Move* de um XP. Nas frases em (117a) e (117b) há *Merge* dos expletivos *there* e *það*, respectivamente, ao passo que em (117a') e (117b') ocorre *Move* do DP *a man* e *Einhverjir stúdentar* na posição-A Spec, IP. Já para o espanhol e o grego, as autoras propõem, ao contrário de Rizzi (1982) e Chomsky (1995), que não há expletivo ocupando a posição Spec, IP e, portanto o EPP não é checado via *Merge/Move* de

um XP. Nessa acepção, essas línguas são EPP-fracas, sendo *Merge/Move* de um X^o a única alternativa que resta à checagem do traço-D de I.

Sendo o espanhol e o grego línguas *pro-drop*, as autoras assumem que, por estar a posição Spec, IP vazia na ordem VSO e o sujeito apresentar propriedades A', a posição Spec, AgrSP não pode hospedar esse sujeito que se encontra deslocado à esquerda. Portanto, o EPP não pode ser checado via movimento de *Merge/Move* de um XP nessa posição. Segundo elas, tendo a morfologia de concordância o *status* de um elemento pronominal nessas línguas, não há motivação para o XP ocupar essa posição-A, sendo, por conseguinte, o EPP checado via movimento de V-para-Agr ou por *Merge* de um clítico na posição de especificador dessa categoria, como ocorre no trentino e no fiorentino. Em (124), a seguir, *tu* e *te* correspondem aos clíticos sujeitos, estando os pronomes *Te* e *Ti* deslocados à esquerda:

(124)a. *Te tu parli.* (Fiorentino)

b. *Ti te parli.* (Trentino)

“Você você fala.”

(BRANDI; CORDIN, 1989, p. 113)

Apesar de a análise das autoras ser plausível para línguas como o grego, defendendo que a generalização de os sujeitos pré-verbais estarem ocupando uma posição-A' em línguas de sujeito nulo⁷⁴ não é de todo consistente, o que me leva a não assumir a existência do Parâmetro EPP. Línguas como o PB e o PE servem de

⁷⁴ Para uma análise similar, cf. Barbosa (1996, 2001).

contra-evidência a essa generalização. Conforme discutido no capítulo anterior, apresentei evidências de que os sujeitos pré-verbais em ambas as línguas ocupam a posição-A mais alta da frase, nomeadamente Spec, AgrSP, em virtude de não possuírem propriedades-A' dos sujeitos de línguas com deslocamento à esquerda como é o caso do grego, do trentino e do fiorentino. E ainda, nesse mesmo capítulo, foi possível evidenciar que há movimento curto obrigatório de V-para-T, uma situação que não está prevista na análise das autoras supracitadas. Nesse sentido, não se pode recorrer à checagem do EPP via *Move/Merge* de um X^o em ambas as línguas.

Observo que o PE, embora difira do grego no que diz respeito à posição ocupada pelos sujeitos pré-verbais, compartilha com esta algumas propriedades das línguas de sujeito nulo: a) a inversão sujeito-verbo com todos os tipos de predicadores verbais e b) ausência do DE sobre o DP pós-verbal em construções inacusativas. No PB, por outro lado, esse tipo de inversão está restrito aos contextos inacusativos, à semelhança do inglês e do francês, embora o DE também não seja atuante sobre o DP pós-verbal, o que serve de evidência adicional de essa língua ter, indubitavelmente, uma natureza semi-pro-drop⁷⁵. Uma consequência crucial da análise aqui proposta é que o Parâmetro EPP, que divide línguas EPP-fracas (línguas pro-drop) de línguas EPP-fortes (línguas pro-drop) não ganha suporte empírico. Nessa bipartição de línguas, não há enquadramento para o PB e o PE, o que me leva a defender que não há motivação para propor a existência desse parâmetro na Gramática Universal.

De mais a mais, embora não assumindo a existência do Parâmetro EPP, adoto em parte a análise de Alexiadou e Anagnostopoulou (op. cit.) no que concerne

⁷⁵ Para maiores detalhes dessa proposta, cf. capítulo 4.

à inexistência de um *pro* expletivo na posição Spec, IP na ordem VS(O) em línguas de sujeito nulo. Vale pontuar que a razão não reside no fato de os sujeitos estarem numa posição-A' como defendem as autoras, mas de o expletivo não marcar sintaticamente o DE.

Com base em Chomsky (1995) que afirma que todo elemento na computação sintática tem efeitos no *output* da PF e da LF, as autoras observam que em sentenças declarativas do inglês, do francês e do islandês, o pronome expletivo inserido na posição Spec, IP não tem efeito no *output* da PF, como é esperado, contudo tem efeito em LF, ao passo que numa língua como o grego não há motivação empírica para a existência desse pronome. Inicialmente, observem-se as seguintes frases:

(125)a. There arrived a man/ *the man/ *every man. *Inglês*

“Chegou um homem/ *o homem/ *todo homem.”

b. Il est arrivé un homme/ *l'homme. *Francês*

“Chegou um homem/ *o homem.”

c. það lasu einhverjir stúdentar bókina *Islandês*

“Leram alguns estudantes o livro.”

(126)a. eftase ena pedi/ o Jorgos/ kathe filis um. *Grego*

“Chegou uma criança/ o George/ cada um dos meus amigos”

b. diavase ena pedi/ kathe pedi to vivlio

“Leu uma criança/ cada criança o livro.”

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998, p. 512)

Nas frases (125a) a (125c), há um pronome expletivo ocupando a posição Spec, IP. Ao contrário do inglês e do francês, o islandês (cf. (125c)) possui um tipo característico de construção frasal com verbos transitivos em que é possível a legitimação de um pronome expletivo foneticamente realizado na posição Spec, IP, o que caracteriza a *Construção Expletiva Transitiva* (TEC)⁷⁶, como já referido anteriormente.

Conforme verificado por Alexiadou e Anagnostopoulou, os DPs pós-verbais que alçam-se para a posição Spec, IP têm que ser indefinidos, quer seja nas construções inacusativas do inglês⁷⁷ e do francês (*a man* e *un homme*, respectivamente), quer seja na TEC do islandês (*einhverjir stúdentar*), ao contrário do que ocorre nas construções frasais do grego em (126a) e (126b) cujo DP posposto pode ser definido ou indefinido.

Com base nas assimetrias acima, as autoras argumentam que os DPs pós-verbais no inglês, no francês e no islandês estão submetidos ao DE, sendo a evidência empírica para a formulação desse argumento o preenchimento de Spec, IP pelo pronome expletivo. Segundo elas, esse pronome tem efeito no *output* da LF por marcar sintaticamente esse efeito. Poder-se-ia pensar que o DE só é atuante

⁷⁶ Esse tipo de construção também pode ser encontrado em línguas como o holandês e o alemão (Cf. BOBALJIK, 1995).

⁷⁷ Vale ressaltar que DPs pós-verbais indefinidos em inglês não podem ocorrer com todos os tipos de verbos inacusativos. Em construções frasais com verbos inacusativos como *to die* (“morrer”), *to vanish* (“desaparecer”), *to leave* (“partir”), é bloqueada a posição pós-verbal para esses DPs (Cf. BREVIK, 1981, e LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995):

- (1)a. Some people died in that fire.
 “Algumas pessoas morreram naquele incêndio.”
 b. *There died some people in that fire.
- (2)a. A book vanished from this desk yesterday.
 “Um livro desapareceu desta escrivaninha ontem.”
 b. *There vanished a book from this desk yesterday.
- (3)a. Several people left.
 “Várias pessoas partiram.”
 b. *There left several people.

nessas línguas porque o pronome expletivo está realizado foneticamente. Contudo, as autoras formulam a seguinte hipótese: “[...] the null hypothesis is that there should be no difference between overt and covert expletives and, if there was, this should be a PF-related difference.”⁷⁸. Tal hipótese é corroborada numa língua *não-pro-drop* como o caboverdiano que, embora não licencie obrigatoriamente expletivos foneticamente realizados, o DE atua sobre o DP pós-verbal nas construções inacusativas:

(127)a. “(dja) Txiga três algen.

“(Já) Chegou três pessoas.”

b. *(dja) Txiga Juau.

“(Já) chegou o João.

(PRATAS, 2004, p. 5)

Ao contrário do inglês, do francês e do caboverdiano, não há motivação para que um pronome expletivo ocupe a posição Spec, IP nas frases (126) do grego, tendo em vista o DE não ser atuante sobre o DP pós-verbal, o que garante, portanto, a não-universalidade desse efeito, ao contrário da predição de Belletti (1988).

As autoras observam que o DE é atuante em todas as línguas no contexto das sentenças existenciais⁷⁹. Nesse sentido, em construções existenciais do grego, esse efeito está presente, o que implica dizer que há um *pro* expletivo nulo

⁷⁸ [...] a hipótese nula é que não pode haver diferença entre expletivos visíveis e não-visíveis e, se houvesse, a diferença estaria relacionada à PF. – Tradução minha

⁷⁹ “[...] existential sentences with DR effects exist in all languages, but they are restricted to existential contexts, i.e., *be* and *have* contexts (Cf. KEENAN 1987, pp. 228, 306).” (ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998, p. 512) ([...] sentenças existenciais com efeitos de Restrição de Definitude existem em todas as línguas, mas são restritas a contextos existenciais, isto é, contextos *be* and *have* – Tradução minha). Vale dizer que as autoras usam o termo Restrição de Definitude como sinônimo de Efeito de Definitude.

ocupando a posição Spec, IP tal como acontece nas construções inacusativas do caboverdiano em (127b). Um fato curioso é que nesses contextos, ao contrário do inglês, a concordância de número é estabelecida necessariamente entre o expletivo nulo que carrega os traços de 3ª pessoa do singular e o núcleo flexional. Observe-se o contraste entre (128a) e (128b):

(128) a. ehi anthropus/ *kathe anthropo edo.

“Existe pessoas/ *cada pessoa aqui.”

b. irth kathe anthropos edo.

“Veio cada uma das pessoas aqui.”

(ALEXIADOU; AGNOSTOPOPOULOU, 1998, p. 513)

O *pro* expletivo nulo que ocupa a posição Spec, IP em (128a) tem a mesma natureza que os expletivos *there* e *it* nas frases (125a) e (125b), respectivamente, tendo em vista que sua presença em Spec, IP só é legitimada nesses casos se o DP pós-verbal for indefinido.

A proposta de correlacionar o DE às sentenças existenciais em todas as línguas merece algumas considerações, tendo em vista que há contextos frasais em algumas línguas que servem como exceções a essa proposta. No PB e no PE é possível que DPs definidos ocupem a posição pós-verbal nessas sentenças:

(129)a. Há o Pedro que é o secretário do Centro de Ciências Biológicas.

- b. Existe a Torre Eiffel que é um dos pontos turísticos mais visitados na França.

A questão que se ergue, com base nas frases acima, é saber o que motiva a presença pós-verbal do DP definido nesses contextos. Uma alternativa de explicação será argumentar a favor da atuação da componente fonológica sobre os *outputs* sintáticos gerados em ambas as línguas, a qual escolhe pós-sintaticamente o *output* em que DPs pesados encontram-se à direita da frase, satisfazendo dessa forma um de seus requerimentos: DPs pesados devem ocupar a posição mais à direita da frase tal como acontece nos casos da ordem com o *Heavy NP Shift* no inglês.

Brevik (1981) verifica que DPs têm que ocupar a posição mais à direita da frase em sentenças existenciais no inglês quando estão submetidos a efeitos de peso (cf. (130b)), um fato similar ao que acontece nas frases existenciais em (129)⁸⁰:

(130)a. Unicorns exist.

“Unicórnios existem.”

b. There exist unicorns that are white in the winter, green in the spring, grey in the summer, and black in the autumn.

“Existem unicórnios que são brancos no inverno, verdes na primavera, cinzas no verão, e pretos no outono.”

(Ibid., p. 17)

⁸⁰ Estou cônica de que as construções existenciais merecem um estudo mais aprofundado, que extrapola o âmbito deste trabalho. Deixo, portanto, a investigação para trabalhos futuros.

Nas frases acima, sendo o DP “Unicorns” sujeito de um predicado de nível individual (*individual-level predicate*) seria esperado, seguindo a análise de Diesing (1992), que ele só ocupasse a posição Spec, IP, uma predição que não é confirmada em (130b) em virtude de a componente fonológica atuar como uma espécie de filtro sobre as derivações sintáticas no inglês. Sendo possível a geração de dois *outputs* na sintaxe dessa língua: um, com a ordem SV tendo o DP leve e outro, com a ordem VS contendo o DP pesado, a componente fonológica escolhe este último como o melhor que satisfaz seus requerimentos⁸¹.

Passando, agora, a analisar, mais detidamente, algumas frases do PE e do PB, tomando por base a proposta de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), observo que em frases inacusativas o DP pós-verbal pode ser definido ou indefinido nas duas línguas, à semelhança do grego. No entanto, apesar de a gramática do PB comportar-se semelhantemente à gramática do PE nesse aspecto (cf. (131)), aquela difere desta última por bloquear a posição pós-verbal do sujeito com verbos (in)transitivos (Cf. TORRES MORAES, 1996, KATO, 1999, BERLINCK, 2000), assemelhando-se à gramática do inglês (cf. (132)):

(131)a. Entrou um menino na escola.

b. Chegou o João.

c. Chegou cada um dos candidatos na entrevista.

(132)a. *Comeu o João o bolo.

a'. *Ate Jonh the cake.

⁸¹ Cf. também Inkelas e Zec (2001).

b. *Tossiu o João.

b' *Sneezed Jonh.

Seguindo a análise de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), é possível dizer que na frase em (131), a posição Spec,IP não é ocupada por um expletivo nulo, sendo produzida a ordem VS, e não *pro*VS da mesma forma que acontece no grego, tendo em vista o DE não ser atuante. Não obstante, o PB e PE diferem dessa última língua por legitimarem um *pro* expletivo em contextos inacusativos:

(133)a. *pro* chegou alguns menino. (PB2)

b. *pro* chegou os meninos. (PE)

Tal como ocorre nas construções existenciais do grego, nas frases em (133) o núcleo flexional estabelece concordância morfológica visível não com o DP pós-verbal, mas com o expletivo que possui os traços de terceira pessoa do singular, independentemente da definitude do DP pós-verbal.

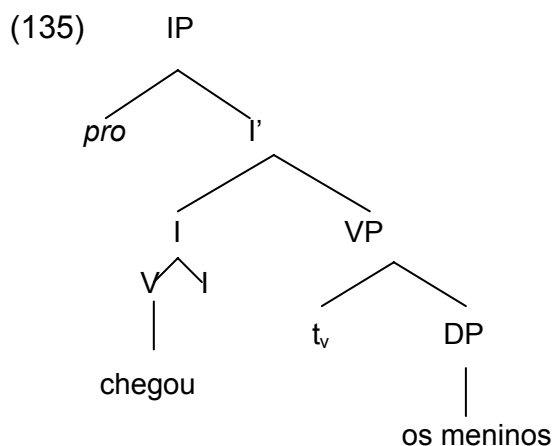
Nas sentenças existenciais do grego, por exemplo, é obrigatório que o DP pós-verbal seja indefinido e, conforme argumentam Alexiadou e Anagnostopoulou, o expletivo que ocupa a posição Spec, IP nesses contextos tem a mesma natureza dos expletivos *there* e *il* nas sentenças inacusativas do inglês e do francês, respectivamente, por marcar sintaticamente o DE. Contudo, essa argumentação não é válida para a análise das sentenças em (133), tendo em vista que o expletivo

preenche a posição Spec, IP independentemente da definitude do DP (*pro*VS). Esse fato leva-me a argumentar que o *pro* expletivo nesses casos não tem a mesma natureza dos expletivos *there* e *il* do inglês e do francês, respectivamente, e do expletivo nulo nas sentenças existenciais do grego. Observem-se, novamente, as frases do inglês, do francês e do grego, respectivamente:

- (134)a. There arrived a man/ *the man/ *every man
 b. Il est arrive un home/ *l`homme.
 c. ehi anthropus/ *kathe anthropo edo.

Argumento, portanto, que nas frases em (133) do PB e do PE, o *pro* expletivo inserido em Spec, IP tem as mesmas propriedades do expletivo *it* do inglês no sentido de ter os traços de 3ª pessoa do singular, um típico valor *default*, ao qual é atribuído Caso nominativo sob configuração Spec/Head, sendo interpretado na componente LF como “nulo”⁸², ao contrário de *there*, que marca sintaticamente o DE. Como consequência da inserção desse expletivo, a ordem correspondente nessas frases é *pro*VS, sendo S o argumento interno, nos termos defendidos por Burzio (1986). Veja-se a representação sintática de (133b):

⁸² Cf. Groat (1995) para uma análise dos expletivos em inglês.



Em (135), a configuração Spec/Head é estabelecida entre *pro* em Spec, IP e o núcleo flexional, o que possibilita a atribuição de Caso a esse elemento nessa posição-A, à semelhança do que ocorre no francês, segundo observa Kato (1999) (ex.: *Il est arrivé trois fille.*). A diferença, contudo, entre o PB e o PE, por um lado, e o francês, por outro, tem a ver com o seguinte fato: nas primeiras, a presença do expletivo é obrigatória para satisfazer um requerimento de ordem sintática: a atribuição de Caso estrutural, ao passo que na segunda, para marcar sintaticamente o DE. No inglês, ao contrário do francês, em construções inacusativas com o expletivo *there*, embora este marque sintaticamente o DE, a concordância morfológica é estabelecida com o DP pós-verbal (ex.: *There arrives a man.* “Chega um homem.”).

Levando em conta que ao expletivo nulo inserido em Spec, IP em construções inacusativas como *Chegou uns menino(s) na minha casa*, é atribuído o Caso nominativo sob Configuração Spec/Head, à semelhança do que ocorre em (135), como explicar, então, a atribuição desse Caso ao DP pós-verbal quando há concordância morfológica visível entre o núcleo flexional e esse DP nestas construções no PE já que, como é sobejamente assumido, verbos inacusativos não

selecionam um argumento externo? Vejam-se as seguintes frases extraídas de Costa (2001a):

(136)a. Chegaram as cadeiras

b. Chegaram eles.

Uma das evidências que Costa (op. cit) encontra para defender que o Caso nominativo é atribuído ao DP pós-verbal nas frases acima tem a ver com a frase em (136b), em específico. Estando o pronome *eles* na posição pós-verbal, a concordância morfológica é categórica, tendo em vista que “Pronouns are the only forms of the language that are morphologically specified for Case.”⁸³. Nessa acepção, uma frase como *Chegou eles* é agramatical mesmo no PE coloquial.

Uma explicação plausível à questão acima pode ser fundamentada na proposta de Chomsky (1999, p. 4) para a existência da operação *Agree* na gramática, que é ativada quando uma relação entre um probe (“sonda”) e um goal (“alvo”) precisa ser estabelecida. Em nosso caso, *probe* corresponde ao núcleo flexional e *goal*, ao DP pós-verbal que ocupa a posição interna ao VP nas construções inacusativas. Através da aplicação da operação *Agree*, o DP pós-verbal (o “probe”) pode receber Caso nominativo do núcleo flexional (o “goal”).

Visando clarificar a idéia defendida aqui, argumento que numa frase como: *Chegaram muitos meninos*, por ser o predicador verbal *chegar* um verbo inacusativo, implica dizer, nos termos de Chomsky (op. cit.), que se trata de um verbo leve.

⁸³ Pronomes são as únicas formas da língua que são morfológicamente especificadas para Caso. - Tradução minha

Nesses casos, é legítima a operação *Agree* entre o núcleo flexional e o DP pós-verbal, o qual recebe o Caso nominativo, satisfazendo a condição de localidade imposta por esse tipo de operação.

De mais a mais, quanto aos sujeitos pré-verbais tanto em contextos (in)transitivos quanto inacusativos, continuo a assumir que o Caso é atribuído sob Configuração Spec/Head no PB e no PE, estando Spec, IP preenchido por um expletivo ou por um DP movido para essa posição.

Em síntese, verificando a análise de Koopman e Sportiche (1991) observo que a atribuição de Caso sob regência só pode ser possível nos contextos (in)transitivos, ficando excluídos os argumentos internos dos verbos inacusativos que permanecem dentro do VP e que não podem receber esse Caso em virtude de o VP ser uma barreira à regência do núcleo flexional sobre esse DP. Não obstante, como acima exposto, esse problema pode ser resolvido através da aplicação da operação *Agree* que, de certa forma, amplia a noção de regência de Koopman e Sportiche (op. cit.).

6.4 CONCLUSÕES

Com base na discussão apresentada neste capítulo, ficou evidenciado a autonomia de algumas das componentes da gramática no que concerne à interface sintaxe/discurso, sintaxe/fonologia e sintaxe/morfologia.

Argumentando a favor da idéia de que a distinção entre a posição dos sujeitos no PB e no PE em contextos de focalização dos mesmos não decorre do *Parâmetro de Configuracionalidade Discursiva*, como proposto em Kiss (1995), mas dos *outputs* sintáticos que são distintos nas duas línguas. Observei que enquanto no PE a sintaxe gera SV e VS, no PB a sintaxe só gera SV, uma conseqüência do Parâmetro do Sujeito Nulo. Portanto, ao serem enviados esses *outputs* à componente informacional, duas situações são observadas: no PE, essa componente seleciona VS como o melhor *output*, ao passo que no PB, é atribuído um acento marcado sobre o sujeito pré-verbal como estratégia de último recurso em virtude de o *output* sintático não satisfazer a condição imposta pela componente informacional: constituintes focalizados devem ocupar a posição mais à direita na frase. Disso resulta que a focalização é um fenômeno pós-sintático, não havendo motivação para ser projetada uma categoria relacionada com foco na sintaxe propriamente dita.

Vale dizer ainda que, em se tratando dos contextos pergunta-resposta descritos, foi possível depreender os seguintes resultados:

1. Em contextos de focalização de toda a frase construídos com verbos (in)transitivos, os sujeitos ocupam a posição pré-verbal no PB e no PE;
2. Em contextos (in)transitivos e inacusativos, os sujeitos definidos e indefinidos focalizados ocupam a posição pré-verbal no PB, ao contrário do PE;
3. Em contextos de focalização de toda a frase construídos com verbos inacusativos, três situações ocorrem no PB e no PE:

3.1 Sujeitos definidos e indefinidos podem ocupar a posição pré-verbal;

3.2 Sujeitos indefinidos pós-verbais ocupam a posição interna ao VP;

3.3 Sujeitos definidos pós-verbais estão deslocados à direita.

Quanto aos sujeitos definidos e indefinidos em perguntas com focalização do sujeito construídos com verbos inacusativos, eles ocupam uma posição deslocada à direita no PB quando estão submetidos a efeitos de peso à semelhança do que ocorre nas construções com *Heavy NP Shift* do inglês. Nesses contextos, portanto, a componente fonológica atua como uma espécie de filtro sobre as derivações sintáticas nessa língua.

De mais a mais, na seção 6.3.1, foi possível evidenciar, seguindo Costa e Figueiredo Silva (2003b), que a concordância morfológica sempre atestada no domínio interno do DP e no domínio da concordância entre o DP sujeito e a flexão verbal no PE decorre de o morfema de pluralidade ser dissociado nessa língua, o que implica considerar que processos pós-sintáticos são requeridos, ao contrário do PB, cujo morfema já é predizível na sintaxe propriamente dita por se tratar de um morfema sintático (*singleton*). Não obstante, não se pode perder de vista o fato de que, no PE, esses processos sempre são requeridos e aplicados no nível da PF. No PB, o movimento pós-sintático denominado *Lowering*, que ocorre antes de *Spell-Out* na componente morfológica, só é motivado quando D não está lexicalmente preenchido e N está modificado pelo núcleo de uma outra categoria que carrega o morfema de pluralidade.

A distinção acima atestada entre morfema dissociado e morfema *singleton* foi relevante para explicar a visibilidade da Configuração Spec/Head entre o núcleo

flexional e o DP sujeito. No PE, a concordância morfológicamente visível entre esse DP e o núcleo flexional não decorre do fato de a Configuração Spec/Head ter sido estabelecida na sintaxe propriamente dita, haja vista o morfema de pluralidade ter sido inserido pós-sintaticamente. Nesse sentido, a visibilidade da Configuração Spec/Head tem sua origem em processos pós-sintáticos nessa língua. No PB, ao contrário, a visibilidade da concordância morfológica entre o DP sujeito e o núcleo flexional é reflexo de a Configuração Spec/Head ter sido visível ou não.

Rediscutindo a proposta de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), argumentei contra a existência do Parâmetro EPP, tendo em vista línguas como o PB e o PE servirem de contra-evidências a essa proposta. Ademais, a assunção das autoras de que o expletivo em Spec, IP (*pro*VS(O)) em línguas não-pro-drop, como o inglês e o francês, marca o *Efeito de Definitude* não é atestado no PB e no PE. Nessas línguas, a presença de um expletivo só é requerida para satisfazer requerimentos de ordem sintática: a atribuição de Caso Nominativo sob Configuração Spec/Head, o que implica assumir que a natureza deste é distinta da dos expletivos no inglês e no francês.

No que se refere à atribuição de Caso nominativo, em específico, o PB possui Caso nominativo atribuído sob Configuração Spec/Head, o que vai na direção da análise de Coelho (2000) e de Torres Moraes (1996), tendo em vista a posição Spec, IP estar sempre preenchida nessa língua, seja pela inserção de um expletivo, seja pelo movimento de um DP. No PE, além de esse Caso estrutural poder ser atribuído sob Configuração Spec,Head, ele pode também ser atribuído ao DP quer na posição Spec, VP, quer quando está na posição de argumento interno nas construções inacusativas, sob a aplicação de *Agree*.

7 CONCLUSÃO

Tendo como objetivo precípua nesta tese desenvolver um estudo comparativo entre o PB e o PE no que se refere à ordem dos constituintes, mais especificamente do sujeito em relação ao verbo, pretendi, ao fim desse empreendimento árduo, porém, prazeroso, contribuir para os estudos na área da sintaxe gerativa sobre a posição desses constituintes, partindo não só da descrição das estruturas frásicas, como também da rediscussão de algumas propostas teóricas que me motivaram a formular caminhos alternativos para a análise aqui desenvolvida.

Na primeira parte, tracei o percurso norteador de toda a tese no que concerne aos fundamentos teórico-metodológicos. No capítulo 1, delimito o objeto de estudo e formulei as questões e as hipóteses; no capítulo 2, discorro sobre o contributo teórico do modelo de Princípios e Parâmetros e da Morfologia Distribuída sobre os quais se fundamentou toda a análise e no capítulo 3 retomei alguns estudos sobre o fenômeno da inacusatividade, levando em conta a natureza sintático-semântica do verbo e a natureza do DP por ele selecionado semanticamente. Nesse capítulo, foi possível depreender que não só a classe dos verbos intransitivos é não-homogênea, consoante a *Hipótese Inacusativa* (Cf. PERLMUTTER, 1976, 1978, BURZIO, 1986), como também a classe dos verbos inacusativos (Cf. DUARTE, 2003 para o PE e COELHO, 2000 para o PB). Ademais, apresentei evidências, tomando por base a análise de Enç (1991), que nessas línguas, em construções inacusativas, não atua sobre o DP pós-verbal o *Efeito de Definitude* proposto por Belletti (1988), o que me levou não só a refutar a

universalidade desse efeito, defendido por essa autora, como também a problematizar a noção de Caso partitivo adotada por ela. Em todo caso, é presumível assumir, seguindo a análise ençiana, que DPs definidos ocupem, em larga escala, a posição pré-verbal no PB e no PE em contextos inacusativos, ao invés de DPs indefinidos.

Conforme apresentado no capítulo introdutório desta pesquisa, estudos quantitativos sobre a ordem VS em algumas cidades do Brasil têm atestado a predição acima (cf. BERLINCK, 1988, 2000, COELHO, 2000, SPANÓ, 2002), não obstante uma pesquisa desse porte, a meu ver, faz-se necessária na cidade de Maceió, a fim de possibilitar não só uma comparação dos resultados a serem obtidos com os resultados dos estudos supracitados, mas também de oferecer uma visão mais ampla do fenômeno.

Na segunda parte desta tese, dei início à análise dos aspectos centrais do estudo aqui pretendido, dentre eles: a riqueza de AGR e sua correlação com o Parâmetro do Sujeito Nulo na gramática do PB e do PE, a posição dos sujeitos pré e pós-verbais nas duas gramáticas e, por fim, o tipo de mecanismo envolvido na atribuição de Caso nominativo disponível em ambas as línguas, levando em conta os *outputs* produzidos pela sintaxe em cada uma.

Mais especificamente no capítulo 4, argumentei a favor da hipótese de que AGR “rico” que licencia e identifica sujeitos nulos referenciais, nos termos de Rizzi (1988, 1997), não tem a ver com AGR “rico” que motiva o movimento do verbo na sintaxe, seguindo a proposta de Roberts (1993), Galves (2001) e Vikner (1997). Com base nas duas primeiras propostas, foi possível evidenciar que o AGR do PB é mais pobre em relação ao AGR do PE. Contudo, se adotada a proposta de Vikner, o AGR é rico em ambas as línguas pelo fato de o movimento de V-para-I ser atestado.

Ademais, a variação entre o PB e o PE no que concerne à posição dos sujeitos não pode ser tratada como um caso de variação lingüística no sentido laboviano. As ordens SV e VS produzidas em contextos (in)transitivos no PE decorrem de a sintaxe dessa língua gerar dois outputs: SV e VS, em virtude de sua morfologia flexional ser ainda rica, ao contrário do PB, cuja sintaxe gera um único *output*, SV. A ordem VS verificada nessa última língua em contextos inacusativos é uma *pseudo-ordem VS*, pelo fato de o DP encontrar-se na posição de argumento interno e de, em geral, a concordância ser estabelecida com um expletivo em Spec, IP com traços- Φ de terceira pessoa do singular.

A partir da comparação das estruturas frásicas do PB com o PE, o inglês e o francês, apresentei não só contra-evidências à hipótese da binaridade do Parâmetro do Sujeito Nulo (Cf. RIZZI, 1988, 1997), pelo fato de o PB caracterizar-se como uma língua *semi-pro-drop* em que ora aproxima-se do PE, uma língua *pro-drop*, ora do inglês e do francês, línguas *não-pro-drop*, como também refutei à hipótese da Uniformidade Morfológica proposta por Jaeggli e Safir (1989)), tomando por base a análise de Pratas (2004), segundo a qual o licenciamento de expletivos nulos não está associado ao fato de a morfologia ser rica.

No capítulo 5, evidências empíricas foram apresentadas com base no trabalho de Costa e Galves (2002). Tendo em vista a morfologia de pessoa estar presente em todos os tempos verbais no PB e no PE, há movimento do verbo na sintaxe dessas línguas, o que corrobora a proposta de Vikner (1997). O que difere essas línguas do francês, por exemplo, é que nesta o verbo move-se para o núcleo funcional mais alto da estrutura frásica, ao passo que naquelas, o verbo move-se até T. Após discorrer sobre esse movimento nessas línguas, deixei a seguinte questão em aberto: o lugar de pouso do núcleo verbal está correlacionado, de fato, à

morfologia de número conforme propõem Costa e Figueiredo Silva (2003b)? A meu ver, um estudo que contemple não só o PB, o PE e o francês, mas também outras línguas torna-se imprescindível para a testagem dessa proposta.

De mais a mais, centrando minha atenção na posição dos sujeitos pré-verbais no PB e no PE, defendi que eles ocupam a posição-A mais alta da frase, nomeadamente Spec, AgrSP, e que construções com duplicação do sujeito em PB não correspondem necessariamente a construções de deslocamento à esquerda como no francês. Nesse sentido, o DP sujeito e o pronome que o duplica não ocupam posições sintáticas distintas, tendo em vista a configuração Spec/Head ser requerida entre eles no domínio do DP, sendo o pronome que duplica o sujeito um X^0 , em virtude de D possuir esse pronome que marca o traço de pessoa que só é lexicalizado pós-sintaticamente. Uma consequência crucial dessa análise é que construções com duplicação do sujeito em PB não deriva da perda do *Princípio Evite Pronome* e que o pronome que duplica o sujeito, embora seja um X^0 , possui propriedades de pronomes fracos.

Levando em conta, portanto, que no PB e no PE há movimento curto do V-para-T e que os sujeitos encontram-se em Spec, AgrSP, foi possível refutar a análise de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) para a existência do Parâmetro EPP. Além disso, uma análise morfossintática fez-se necessária, tendo em vista a motivação para *Lowering* de Agr-para-T na componente morfológica de ambas as línguas por razões relacionadas à sua morfologia flexional, indo ao encontro da análise de Bobaljik (1995).

No que concerne aos sujeitos pós-verbais no PE, assumi com Costa (1998) que eles ocupam a posição-A Spec, VP, ao passo que em PB essa posição já não

está disponível, ficando restrita a inversão sujeito-verbo aos contextos inacusativos que, conforme já referido acima, é uma *pseudo-ordem VS*.

Por fim, no capítulo 6, argumentei a favor da autonomia das componentes da gramática, tomando por base os trabalhos de Costa e Figueiredo Silva (2003b) e Costa (2003b, 2004). Nesse sentido, a assimetria atestada entre o PB e o PE no que se refere à posição dos sujeitos não decorre da existência de um Parâmetro de Configuracionalidade Discursiva no sentido de a sintaxe estar a serviço do discurso, mas de aquela gerar *outputs* distintos nessas línguas, uma consequência do Parâmetro do Sujeito Nulo. Disso decorre que não há motivação para serem projetadas na sintaxe categorias relacionadas com o discurso.

Foi possível também depreender que a configuração Spec/Head estabelecida entre o DP sujeito e flexão verbal independe da concordância morfológica visível entre esses constituintes. No PE, o reflexo da visibilidade da configuração Spec, Head é resultado de uma operação pós-sintática (Cf. COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003b), tendo em vista o morfema de pluralidade ser dissociado, ao contrário do PB que é *singleton*, ou seja, sintático. Ao comparar DPs no PB e DPs no inglês, observei um fato curioso: enquanto na primeira, o morfema *singleton* de pluralidade é marcado em D (ex: os menino), na segunda é marcado no NP (the boys). As causas dessa assimetria deixo em aberto.

Ao problematizar a proposta de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), foi possível evidenciar que, embora o PE seja uma língua de sujeito nulo, um *pro* expletivo pode ocupar a posição Spec, IP, assim como em PB, nos contextos inacusativos, podendo o DP pós-verbal ser definido ou indefinido. Isso me levou, portanto, a argumentar que a natureza desse expletivo difere da dos expletivos em

línguas como o francês e o inglês por não marcar sintaticamente o *Efeito de Definitude*.

De mais a mais, foi mostrado que o mecanismo na atribuição de Caso nominativo difere no PB e no PE. Enquanto na primeira, esse caso é atribuído sob configuração Spec/Head, na segunda ele pode ser atribuído ou sob essa configuração sintática, ou a partir da aplicação da operação *Agree*.

Em síntese, estou cônica de que o caminho percorrido ao longo de toda a análise aqui empreendida e as lacunas nela existentes são resultantes de um “processo inconcluso”, se assim posso me reportar, que abre espaço a novos redirecionamentos e futuras investigações.

REFERÊNCIAS

- ABNEY, S. P. The English noun phrase in its sentential aspect. *MIT Working Papers in Linguistics*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987.
- ADRAGÃO, M. M. *Aquisição da inversão numa criança entre os dois e os três anos*. Ms. Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. SVO and EPP in null subject languages and Germanic. *FAS Papers in Linguistics*. University of Potsdam, Potsdam, Germany. 1995.
- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. Parametrizing AGR: word order, V-movement and EPP-checking. *Natural Language and Linguistic Theory*, n. 16, p. 491-539, 1998.
- AMBAR, M. M. *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. 1992. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- AMBAR, M. M.; POLLOCK, J. Topic vs. comment in some subject inversion sentences in French and Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 1, n. 1, 2002.
- AMORIN, L. G. D. O sistema da pontuação: o princípio da correlação pergunta-resposta. In: AMORIN, L. G. D. *Reflexões para uma filosofia da pontuação*. 2001. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- BAKER, M. C. The mirror principle and morphosyntactic explanation. *Linguistic Inquiry*, n. 16, p. 373-417, 1985.
- BARBOSA, P. A new look at the null subject parameter. *Paper presented at CONSOLE III*. Venice. 1994.
- BARBOSA, P. A new look at the null subject parameter. In: COSTA, J. et al. (Eds.). *Proceedings of ConSOLE IV*. Leiden, nov. 1996. p. 375-395.

BARBOSA, P. On inversion in WH- questions in Romance. In: HULK, A. ; POLLOCK, J. (Eds.). *Subject Inversion in Romance and the Theory of Universal Grammar*. Oxford : Oxford University Press, 2001. p. 20 - 59.

BARBOSA, P. Two kinds of subject *pro*. In: 14th COLLOQUIUM ON GENERATIVE LINGUISTICS. 2004, Porto. *Handout...*, University of Porto, April 5.

BARBOSA, P.; DUARTE, E. L.; KATO, M. A. A distribuição do sujeito nulo no português europeu e no português brasileiro. In: CORREIA, C. N.; GONÇALVES, A. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa : Colibri Artes Gráficas, 2001. p. 539-550.

BELLETTI, A. The case of unaccusatives, *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 1, p. 1-34, 1988.

BELLETTI, A. *Generalized verb movement*. Turin : Rosenberg e Sellier, 1990.

BELLETTI, A. *Inversion as focalization*. Università di Siena (Revised version). Junho, 1999. (mimeo.)

BELLETTI, A. 'Inversion' as focalization. In: HULK, A.; POLLOCK, J. (eds.). *Subject inversion in romance and the theory of universal grammar*. Oxford : Oxford University Press, 2001. p. 60-90.

BELLETTI, A.; RIZZI, L. Psych-verbs and θ -theory. *Natural Language and Linguistics Theory*. v. 1, n. 2, p. 117-154, 1988.

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris : Gallimard, TEL, 1966.

BERLINCK, R. A. *A ordem VSN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERLINCK, R. A. A construção VSN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. *Fotografias sociolingüísticas*. São Paulo : Pontes : Ed. da UNICAMP, 1989. p. 95-112.

BERLINCK, R. A. *La position du sujet en portugais: etude diachronique des variétés brésilienne et européenne*. 1995. Tese (Doutorado), Paris.

BERLINCK, R. A. Brazilian Portuguese VS order: a diachronic analysis. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid : Iberoamericana, 2000.

BOBALJIK, J. D. Morphosyntax: the syntax of verbal inflection. *MIT Working Papers in Linguistics*, Cambridge; Mass.: MIT Press, 1995.

BOBALJIK, J. D. Floating quantifiers : handle with care. *Glott International*, v. 3, n. 6, August. 1998, p. 3-10.

BOBALJIK, J. D.; JONAS, D. *Subject positions and the roles of TP*. Ms. MIT and Harvard. To appear in *Linguistic Inquiry*. 1994.

BORER, H. I-subjects. *Linguistic Inquiry*, v. 17, n. 3, p. 375-416, 1986.

BORER, H. Anaphoric AGR. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. J. *The null subject parameter*. Dordrecht, London : Kluwer Academic Publishers, 1989. p. 69-109,

BRANDI, L.; CORDIN, P. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. J. *The null subject parameter*. Dordrecht, London: Kluwer Academic Publishers. 1989. p. 111-142,

BRANDT, P. Scope, topichood, and double objects. In: AMALIA, T. (Ed.). *ESSLI student session 1999*. Utrecht, 1999.

BREIVIK, L. E. On the interpretation of existential *there*. *Language*, v. 57, n. 1, 1981. p. 1-25.

BRITO, A. M.. Clause structure, subject positions and verb movement about the positions of *sempre* in European Portuguese and Brazilian Portuguese. In: D'HULST, Y. et al. (Eds.). *Current Issues in Linguistic Theory*. Amsterdam, Philadelphia : John Benjamins Publishing Company, 2001. p. 63-85.

BRITO, A. M. Categorias sintáticas. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa : Caminho, 2003, p. 275-321.

BRITO, A. M.; DUARTE, I.; MATOS, G.. Estrutura da frase simples e tipos de frases. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. ver. aum. Lisboa : Caminho, 2003, p. 433-506.

BRITTO, H. Syntactic codification of categorial and thetic juggments in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary Aizawa; NEGRÃO, Esmeralda Vailati (Eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid : Iberoamericana, 2000. p. 195-222.

BURES, A. There is an argument for a cycle at LF, here. *Proceedings of CLS 28*. 1993.

BURZIO, L. *Italian syntax. A government-binding approach*. Dordrecht, Reidel : Kluwer Academic, Publishing Company, 1986.

CARDINALETTI, A.. Subjects and clause structure. In: HAEGEMAN, Liliane (Ed.). *The new comparative syntax*. New York : Longman, 1997. p. 33-63.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M.. *The typology of structural deficiency. On the Three Grammatical Classes*. January, 1993, May 1994. p. 1-52.

CASTRO, A. Os possessivos em português europeu e português brasileiro: unidade e diversidade. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Associação Portuguesa de Lingüística, Colibri, Portugal. 2001. p. 599-613.

CASTRO, A.; COSTA, J. *Possessivos e advérbios: formas fracas com X^o*. Ms. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2003. p. 1-6.

CASTRO, A.; PRATAS, F. *Capeverdean DP-internal number agreement: additional arguments for a Distributed Morphology approach*. Ms. Universidade Nova de Lisboa. 2003. p. 1-13.

CHAVES, A. S. A ordem VS no português da fronteira. In: TARALLO, Fernando. *Fotografias sociolingüísticas*. São Paulo : Pontes : Ed. da UNICAMP, 1989. p. 65-79.

CHOMSKY, N. *The logical structure of linguistic theory*. Chicago : University of Chicago Press, Illinois, 1955/1975.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of Syntax*. Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. Deep structure, surface structure and semantic interpretation. In: JAKOBSON, Roman; KAWAMOTO, Shigeo (Eds.). *Studies in general and Oriental linguistics*. Tokio : TEC, 1970b. p. 52-91.

CHOMSKY, N. Aspectos da teoria da sintaxe. Tradução de Armando Mora D'Oliveira. In: SAUSSURE, F. de et al. Tradução de Carlos Vogt. 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1978. p. 230-283. (Coleção *Os Pensadores*)

CHOMSKY, N. On binding, *Linguistic Inquiry*, v.11, n. 11, p. 1-46. 1980.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht : Foris Publications, 1981.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language : its nature, origin and use*. London : Praeger Publishers, 1986.

CHOMSKY, N. Some notes on economy of derivation and representation. In: FREIDEN, Robert (Ed.). *Principle and parameters in comparative grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press. 1991. p. 417-454.

CHOMSKY, N. A minimalist program for linguistic theory. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). *The view from building 20 : essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. *Current studies in linguistics*, 24, Cambridge, Mass. : The MIT Press. 1993.

CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: the framework. *MIT Working Papers in Linguistics* Cambridge, n. 15, Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1998.

CHOMSKY, N. Derivation by phase. *MIT Working Papers in Linguistics*, n. 18, Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1999.

CHOMSKY, N.; LASNIK, H. A teoria dos princípios e parâmetros. In: CHOMSKY, N.; LASNIK, H. *O programa minimalista*. Tradução, apresentação e notas à tradução: Eduardo Paiva Raposo. Lisboa : Caminho, 1999, p. 51-195.

CINQUE, G. On the theory of relatives clauses and markedness. *Linguistic review*, v. 1, p. 247-294. 1982.

CINQUE, G. *Types of A'-dependencies*. Cambridge : The MIT Press, 1991.

CINQUE, G. A null theory of phase and compond stress. *Linguistic Inquiry*, v. 24, n. 2, p. 239-297. 1993.

COELHO, I. L. *A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. 2000. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COELHO, I. L. et. al. Ordem VS e sujeito nulo em PE e PB. In: 2º COLÓQUIO DO PROJETO PE/PB. *Paper...*, Universidade do Ceará, Fortaleza, 2001.

CONTRERAS, H. On the position of subjects. In: ROSTHSTEIN, S. (Ed.). *Perspective on phrase structure : heads and licensing*. San Diego : Academic Press. 1991. p. 61-79.

COSTA, J. *Word Order Variation: A constraint-based approach*. Holanda : Holland Academic Graphics, 1998.

COSTA, J. *O comportamento de sujeitos e complementos em português europeu*. Maceió : UFAL, set. 2000.

COSTA, J. Postverbal subjects and agreement in unaccusative contexts in European Portuguese. *The Linguistic Review*, v. 18, p. 1-17, 2001a.

COSTA, J. Marked versus unmarked inversion and optimality theory. In: HULK, A.; POLLOCK, J. (Eds.). *Subject inversion in romance and the theory of universal grammar*. Oxford : Oxford University Press, 2001b. p. 91 - 106.

COSTA, J. Null vs overt Spec, TP in European Portuguese. In: QUER J. et al. (Eds.). *Romance languages and linguistic theory 2001: Selected papers from 'Going Romance'*. Amsterdam : John Benjamins, 2003a. p. 33-49.

COSTA, J. Outputs sintácticos e interfaces. In: *Paper apresentado na Jornada de Lingüística Comparada*, Lisboa. Dez. 2003b. p. 1-2.

COSTA, J. *Agree e localidade na legitimação de sujeitos em Spec, vP*. In: *Paper apresentado no XIX Encontro Nacional da APL*, Lisboa. Ms. Set. 2003c. p. 1-4.

COSTA, J. *Syntactic outputs and interfaces*. *Paper presented in the 14th Colloquium on Generative Grammar*. Porto, April- 2004. p. 1-8.

COSTA, J.; DUARTE, I; SILVA, C. *Construções de redobro em PB: sujeitos tópicos vs. soletração do traço de pessoa*. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA (CILP). *Handout...*, Florianópolis, nov. 2004. p. 1-7.

COSTA, J.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. *On the (in)dependence relations between syntax and pragmatics*. *Paper presented at GLOW Workshop on Information Structure in Generative Theory vs. Pragmatics*, University of Lund. 2003a. p. 1-18.

COSTA, J.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. *Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for Distributed Morphology*. Lisboa, 2003b, p. 1-35.

COSTA, J.; GALVES, C. *External subjects in two varieties of portuguese evidence for a non-unified analysis*. In: BEYSSADE, C. et al. *Romance languages and linguistic theory 2000*, Utrecht, 30 November-2 December. v. 232. Amsterdam; Philadelphia : John Benjamins Publishing Company, 2002. p. 109-125.

CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E.; KATO, M. A. *Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese*. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madrid : Iberoamericana, 2000, p. 55-73.

DE CAT, C.. *French dislocation without movement*. A minimalist account. Ms., 2003.

DEN DIKEN, M. *Extraposition as intraposition, and the syntax of the English tag question*. Ms. HIL/ Vrije Universiteit Amsterdam. 1995.

DIESING, M. *Indefinites*. Cambridge, Massachussets : MIT Press, 1992.

DUARTE, I. *A construção de topicalização na gramática do Português: regência e ligação e condições sobre movimento*. 1987. Dissertação (Doutoramento em Lingüística) – Universidade de Lisboa, Lisboa.

DUARTE, I. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa : Caminho, 2003, p. 275-321.

DUARTE, I. A família das construções inacusativas. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. ver. aum. Lisboa : Caminho, 2003, p. 507-548.

DUARTE, I.; BRITO, A. M. Predicação e classes de predicadores verbais. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. ver. aum. Lisboa : Caminho, 2003, p. 180-203.

DUARTE, I. et al. Geometria de traços e distribuição de pronomes sujeitos em PE e em PB. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2003, Rio de Janeiro. *Handout...*, Rio de Janeiro, 2003, p. 1-8.

DUARTE, M. E. L. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas-qu no português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 8, n. Especial, p. 37-52, 1992.

DUARTE, M. E. L. A perda do princípio 'Evite Pronome' no português brasileiro. 1995. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DUARTE, M. E. L. Sociolingüística e teoria de princípios e parâmetros. In: VIII CONGRESSO AS ASELL, 1999, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro : [s.n], 1999. p. 803-810.

DUARTE, M. E. L. The loss of the 'avoid pronoun' principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madrid : Iberoamericana, 2000, p. 17-36.

ELISEU, A. M. G. S.. *Verbos ergativos do português: descrição e análise*. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1984. (Trabalho de síntese – Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica)

EMBICK, D.; NOYER, R. Movement operations after syntax. *Linguistic Inquiry*, v. 32, n. 4, p. 555-595, 2001.

ENÇ, M. *On the absence of the present tense morpheme in English*. University of Wisconsin, Madison, January, 1991.

FAGAM, S. M. B. *The syntax and semantics of middle constructions: a study with special reference to German*. Cambridge : Cambridge University Press, 1992.

FARIAS, J. G. *O estatuto de preposições no português brasileiro*. 2003. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

FARIAS, J. G. *Aspectos da sintaxe de preposições do português*. 2004. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió. (em fase de elaboração)

FERREIRA, M. B. *Argumentos nulos em português brasileiro*. 2000. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FIÉIS, M. A.. *Ordem de palavras, transitividade e inacusatividade: reflexão teórica e análise do português dos séculos XIII a XVI*. 2003. Dissertação (Doutoramento em Lingüística) –Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas : Ed. da UNICAMP, 1996.

FOULET, L. *Petit syntax de l'ancien français*. Paris : Librairie Ancienne Honoré Champion, 1919. (Les Classiques Français du Moyeb Age)

FREIRE, G. C. *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FREEZE, R. Existentials and other locatives. *Language*, n. 3, v. 68, p. 553-595, 1992.

FUKUI, N.; SPEAS, M. *Specifiers and projection*. Manuscrito, MIT, 1986.

GALVES, C. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. São Paulo : Ed. da UNICAMP, 1996. p. 387-408.

GALVES, C. C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 47, p. 19-31, Jan./ Jun. 1998.

GALVES, C. C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 2001.

GONÇALVES, A. P. L. M. *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado do português europeu*. 1999. Dissertação (Doutoramento em Lingüística Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

GONÇALVES, F.. Comparing acquisition process in European Portuguese and Brazilian Portuguese – additional evidence for morphology after syntax. In: COSTA, J.; FREITAS, M. J.. *Proceedings of the GALA' 2001 Conference on Language Acquisition*. Lisboa : Associação Portuguesa de Lingüística, 2002. p. 312-319.

GONÇALVES, M. F. H. S. L. *Para uma redefinição do parâmetro do sujeito nulo*. 1994. Dissertação (Mestrado em Lingüística Portuguesa Descritiva) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

GRACIOSA, D. M. D. *Concordância verbal na fala culta carioca*. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GRAY, D. (Ed.). *The Oxford book of late medieval verse and prose*. Oxford : Oxford University, 1985.

GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, J. (ed.). *Universals of language*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1963.

GROAT, E. M. English Expletives : A minimalist Approach. *Linguistic Inquiry*, v. 26, n. 2, p. 354-365, 1995.

GRUBER, J. *Studies in lexical relations*. Dissertation of doctoral. Cambridge, Massachusetts. 1965.

GUERREIRO, A. M. *Colos (Alentejo) – Elementos Monográficos*. Dissertação (licenciatura) - Lisboa, 1968.

HAEGEMAN, L. *Introduction to government and binding theory*. 2. ed. Oxford; Cambridge : Blackwell, 1994.

HAEGEMAN, L. Introduction : on the interaction of theory and description in syntax. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *The New Comparative Syntax*. London, New York : Longman, 1997. p. 1-32.

HALLE, M. Distributed morphology: impoverishment and fission. In: *MIT Working Papers in Linguistics* 30. p. 425-449, 1997.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). *The view from building 20 : essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. *Current studies in linguistics*, 24, Cambridge, Massachusetts : The MIT Press, 1993. p. 111-176.

HAN, C. Asymmetric quantification: the case of the Korean topic marker *-(n)un*. In: In: COSTA, J. et al (Eds.). *Proceedings of ConSOLE IV*, Leiden, Nov. 1996. p. 97-111.

HARLEY, H.; NOYER, R. Mixed nominalizations, short verb movement, and object shift in English. In: TAMANJI, P. N.; KUSUMOTO, K (Eds.). *Proceedings of NELS28*. Amherst, p. 143-157. 1998.

HEIM, I. R. *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. University of Massachusetts, Amherst. 1982.

HERNANZ, M. L.; BRUCART, J. M. *La sintaxis*. Editora Crítica, 1987.

HIGGINBOTHAM, J. Indefiniteness and predication. In: REULAND, E. J.; MEULEN, A. G. B. ter (Eds.). *The representation of (in)definiteness*. Cambridge, Massachusetts : The MIT Press, 1989. p. 43 – 70.

HOLMBERG, A. *Word order and syntactic features in the Scandinavian languages and English*. 1986. Dissertação (doutoramento) - Universidade de Stockholm.

HOLMBERG, A.; PLATZACK, C. On the role of inflection in Scandinavian syntax, *Working Papers in Scandinavian Syntax*, v. 42, p. 25-42, 1988.

HOLMBERG, A.; PLATZACK, C. On the role of inflection in Scandinavian syntax. In: ABRAHAM, W; KOSMEIJER, W.; REULAND, E. (Eds.). *Issues in Germanic Syntax*. Mouton de Gruyter, Berlin. 1990. p. 93-118.

HORVATH, J. Structural focus, structural Case, and the notion of feature-assignment. In: KISS, K. (Org.). *Discourse configurational languages*. New York, Oxford : Oxford University Press, 1995. p. 28-64.

HUANG, J. C. T. *Logical relations in Chinese and the theory o grammar*. MIT, Ph. D. Dissertação, 1982.

HUANG, J. C. T. Pro-drop in Chinese: a generalized control theory. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. J. *The null subject parameter*. Dordrecht, London : Kluwer Academic Publishers. p. 185-214, 1989.

HULK, A.; POLLOCK, J. Subject position in romance and the theory of Universal Grammar. In: HULK, A.; POLLOCK, J. (Eds.). *Subject inversion in romance and the theory of universal grammar*. Oxford : Oxford University Press, 2001. p. 3-19.

INKELAS, S.; ZEC, D. Syntax-phonology Interface. In: GOLDSMITH, J. A. (ed.). *The handbook of phonological theory*. Cambridge, Massachusetts : Blackwell Publishers Ltd., 2001. p. 535-549.

JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1972.

JACKENDOFF, R. Toward an explanatory semantic representation. *Linguistic Inquiry*, v. 7, n. 1, p. 89-150, 1976.

JACKENDOFF, R. The status of thematic relations. *Linguistic Inquiry*, v. 18, n. 3, p. 369-411, 1987.

JACKENDOFF, R. *Semantic structures*. Cambridge, Mass.: MIT Press. 1990.

JAEGGLI, O.; SAFIR, K. J. The null subject parameter and parametric theory. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. J. *The null subject parameter*. Dordrecht, London : Kluwer Academic Publishers. 1989. p. 1-44,

JONAS, D.; BOBALJIK, J. Specs for subjects. *MIT Working Papers*, v. 18, p. 59-98. 1993.

KATO, M. A. Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 17, p. 107-136, jul/dez. 1989.

KATO, M. A. Word order change: the case of Brazilian Portuguese wh-questions. In: XI INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORICAL LINGUISTICS, 1993, Los Angeles, *Handout...*, Los Angeles, 1993.

KATO, M. A. *Phonological, and semantics feature correlation in language change and grammar selection*. Ms. Campinas, SP : UNICAMP. 1996.

KATO, M. A. Teoria sintática: de uma perspectiva de “-ismos” para uma perspectiva de “programas”. *D.E.L.T.A*, v. 13, n. 2, p. 275-89, 1997.

KATO, M. A. A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. *Fórum Lingüístico*. Florianópolis, Pós-graduação em Lingüística, UFSC, 1999. p. 1-21. (no prelo)

KATO, M. A.. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V (Eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid : Vervuert, Iberoamericana, 2000. p. 223-258.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. A gramática do português brasileiro : aspectos diacrônicos e sincrônicos. In: XVI INSTITUTO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA, 2003, Rio de Janeiro, *Handout...*, Rio de Janeiro, 2003a. p. 1-4.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. Mudanças atestadas no PB. In: XVI INSTITUTO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA, 2003, Rio de Janeiro, *Handout...*, Rio de Janeiro, 2003b. p. 1-6.

KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V (Eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid : Vervuert, Iberoamericana, 2000.

KATO, M. A.; RAPOSO, E. European and Brazilian Portuguese word questions, focus and topic constructions. In: XI INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORICAL LINGUISTICS, 1993, Los Angeles, *Handout...*, Los Angeles, 1993. Ms.

KATO, M. A.; RAPOSO, E. European and Brazilian word order questions, focus and topic constructions. In: PARODI, C.; QUICOLI, A.C; ZUBIZARRETA, M. L. (Eds.). *Romance Linguistics in Los Angeles*. Washington, D. C : Georgetown University Press, 1994.

KATO, M. A.; TARALLO, F. Restrictive VS syntax in Brazilian Portuguese : its correlation with invisible clitics and visible subjects. *Proceedings of the 34th*

Georgetown University Roundtable in Linguistics. Washington, D. C. : Georgetown University Press. (no prelo)

KAYNE, R. S. Binding, quantifiers, clitics and control. In: HENRY, F. (Ed.). *Binding and Filtering*. Cambridge : MIT Press, p. 191-211, 1981.

KAYNE, R. S.; POLLOCK, J. Stylistic inversion, successive cyclicity and move NP in French. *Linguistic Inquiry*, v. 9. p. 595-621, 1978.

KAYNE, R. S.; POLLOCK, J. New thoughts on stylistic inversion. In: HULK, A.; POLLOCK, J. (Eds.). *Subject inversion in romance and the theory of universal grammar*. Oxford : Oxford University Press, 2001. p. 107 - 162.

KEENAN, E. L. Towards a universal definition of subject. In: LI, C (Org.). *Subject and topic*. New York : Academic Press, 1976.

KEENAN, E. L. The syntax of subject-final languages. In: LEHMANN, W. P. (Ed.), 1978.

KEENAN, E. A semantic definition of indefinite NP. In: REULAND, E.; MEULEN A. ter. (Eds.). *The representation of (in)definiteness*. Massachusetts : MIT Press, 1987. p. 286-317.

KISS, K. (Org.). *Discourse configurational languages*. New York, Oxford : Oxford University Press, 1995.

KOOPMAN, H.; SPORTICHE, D. The position of subjects. *Lingua*, v. 85, n. 2, p. 211-258, 1991.

KOSMEIJER, W. The status of the finite inflection in Icelandic and Swedish. *Working Papers in Scandinavian Syntax*, v. 26, p. 1-41, 1986.

KROCH, A. S. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, v. 1, n. 3, p. 199-244, 1989.

KUNO, S. *The structure of the Japanese language*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1973.

KUNO, S. Japanese : a characteristic OV language. In: LEHMANN, W. P. (Ed.), 1978

KURODA, S-Y. The concept of subject in grammar. In: SHIBATANI, M. (Ed.). *Syntax and semantics* : Japanese generative grammar. New York : Academic Press, 1976.

LARSON, R. K. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 3, 1988. p. 335-391.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A communicative grammar of English*. Longman. 1975.

LEHMANN, W. P. (Ed.). *Syntactic typology: studies in the phenomenology of language*. Austin e Londres : University of Texas Press, 1978.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge, Massachussets : The MIT Press, 1995.

LI, C.: THOMPSON, S. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C. (ed.). New York : Academic Press, 1976.

LIRA, S. Subject postposition in Portuguese. *D.E.L.T.A*, v. 2, n. 1, 1986.

LIRA, S. *The subject in Brazilian Portuguese*. Nova York, Peter lang, 1996.

LOBATO, L. M. P. Sobre o papel do núcleo C na estrutura oracional. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, Rio de Janeiro, UFRJ, 2003. p. 1-8.

LOBO, M. Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais do português. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Nova de Lisboa, 2003.

LOBO, M. O gerúndio flexionado e as categorias funcionais. *Paper*. Universidade Nova de Lisboa, 6. mai. 2004, p. 1-22.

LOPES ROSSI, M. A. Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil. In: ROBERTS, I. e KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. São Paulo : Ed. da UNICAMP, 1996. p. 307-342.

MATIAS, M. F. R. F. *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso espanhola (Conselhos do Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. Dissertação (Licenciatura), Coimbra. Publicada (1984) Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, XVIII e XIX. 1974.

MARANTZ, A. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge, Massachusetts : MIT Press, 1984.

MARQUES, M. H. D. Predicações, predicadores e papéis argumentais. In: MARQUES, M. H. D. *Iniciação à Semântica*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1990. p. 118-130.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa : Caminho, 1989.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa : Caminho, 2003.

MATOS, G. Estruturas de coordenação. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa : Caminho, 2003, p. 549-592.

MATOS, G. Construções elípticas. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa : Caminho, 2003, p. 871-913.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico. Morfologia e sintaxe*. São Paulo : Contexto, 1994.

MAY, R. *Logical form*. Cambridge, Massachusetts : MIT Press. 1985.

MENUZZI, S. A ordem verbo-sujeito no português do Brasil : algumas abordagens e questões em aberto. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2003, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003, p. 1-6.

MILZARK, G. *Existential sentences in English*. Doctoral dissertation. MIT, Cambridge, Massachusetts, 1974.

MIOTO, C. Foco e estrutura oracional. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2003, Rio de Janeiro. Handout..., Rio de Janeiro, 2003, p. 1-4.

NOYER, R. *Distributed morphology: frequently asked questions list*. 12 dez. 2003. Disponível em <http://www.ling.upenn.edu/~rnoyer/dm/> Acesso em: 12.dez. 2003. p. 1-16.

NUNES, J. Nominative pronoun reduction in Brazilian Portuguese. Ms. University of Maryland, 1994.

OLIVEIRA, F. Tempo e aspecto. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. ver. aum. Lisboa : Caminho, 2003, p. 127-178.

OLIVEIRA, M. de. The pronominal subject in Italian and Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid : Iberoamericana, 2000, p. 37-53.

ORDOÑEZ, F.; TREVIÑO, E. Los sujetos y objetos preverbiales en español. In: *Paper presented at the 5th Colloquium on Generative Grammar*. Coruña, Spain. 1995.

OUHALLA, J. *Functional categories and parametric variation*. London : Koutledge, 1991.

PALMIERE, D. T. L. *Algumas considerações sobre a aquisição de verbos inacusativos por crianças brasileiras*. Campinas : Unicamp/ IEL, p. 1-10.

PEREIRA, S. M. B. *Gramática comparada de “a gente” : variação no português europeu*. 2003. Dissertação (Mestrado em Gramática Comparada) – Universidade de Lisboa, Lisboa.

PERLMUTTER, D. Evidence for subject downgrading in Portuguese. In: SCHMIDT-RADEFELT, J. *Readings in portuguese linguistics*. Amsterdam, New York, Oxford : North-Holland Publishing Company, 1976. p. 83-138.

PERLMUTTER, D. Impersonal passive and the unaccusative hypothesis. In: JAEGER, J. et al (Eds.). *Proceedings from the IV Annual Meeting of the BLS*. Berkley, Califórnia, 1978.

PESETSKY, D.; TORREGO, E. Tense, case, and nature of syntactic categories. In: GUÉRON, J.; LECARME, J. (Eds.). *The Syntax of time*. Cambridge, Mass. : MIT Press, 2002, p. 1-51.

PILATI, E. A ordem VOS no português do Brasil. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2003, Rio de Janeiro. *Handout...*, Rio de Janeiro, 2003.

PLATZACK, C. The Scandinavian languages and The null-subject parameter. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 5, p. 377-401, 1987.

PLATZACK, C. The emergence of a word order difference in Scandinavian subordinate clauses. In: FEKETE, D.; LAUBITZ, Z. *McGill Working Papers in Linguistic, Special Issue on Comparative Germanic Syntax*. McGill University, Montréal, p. 215-138, 1988.

PLATZACK, C.; HOLMBERG, A. The role of AGR and finiteness. *Working Papers in Scandinavian Syntax*, 43, p. 51-76, 1989.

POLLOCK, J. Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, v. 20, n. :3, p. 365-424, 1989.

PONTES, E. Ordem VS em português, tentativa de explanação. *Cadernos de Lingüística e de Teoria da Literatura*, Belo Horizonte, n. 9, p. 49-70, 1983.

PONTES, E. Sujeito e tópico no discurso. *D.E.L.T.A.* v. 1. n. 1 e 2. 1985. p. 51-78.

PONTES, E. *Sujeito* : da sintaxe ao discurso. São Paulo : Ática; Brasília, INL, 1986.

PRATAS, F. Expletive *pro* and overt verbal agreement morphology: (Conter-) evidence from Capeverdean. In: 14TH COLLOQUIUM ON GENERATIVE GRAMMAR, 2004, Porto. *Handout...*, Porto, 2004, p. 1-14.

RADFORD, A. *Syntactic theory and the structure of English. A minimalist approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RAPOSO, E. P. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa : Caminho, 1992.

RAPOSO, E. P. Some observations on the pronominal system of Portuguese. *CatWPL* 6, 1998, p. 59-93.

RAPOSO, E. P.; URIAGEREKA, J. Long-distance case assignment. *Linguistic Inquiry*, v. 21, n. 4, p. 505-538, 1990.

REINHART, T. *Interface strategies*. Ms. OTS\ Utrecht University, 1995.

REINHART, T. The theta system: syntactic realization of verbal concepts. *OTS Working Papers in Linguistics*, 2000.

RENRY, A. *Belfast English and standard English: variation and parameter setting*. Oxford : Oxford University Press, 1995.

REULAND, E. J.; MEULEN, A. G. B. ter (Eds.). *The representation of (in)definiteness*. Cambridge, Massachussets : The MIT Press, 1989.

RIBEIRO, I. A ordem dos constituintes. In: MATTOS e SILVA, R. V. (Org.). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador : Ed da UFBA, 1996. p. 26-62.

RIBEIRO, M. R. *As ocorrências da forma de gerúndio na variedade padrão e numa variedade dialectal do português europeu*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Soaciais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002

RIZZI, L. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht : Foris, 1982.

RIZZI, L. Null subjects in Italian and the theory of pro. *Linguistic Inquiry*, v. 17, n. 3, p. 501-558, 1986.

RIZZI, L. The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar. In: 10th ADVANCED COURSE "LANGUAGE AND COGNITION". Foundation Archives Jean Piaget, Geneva, p. 1-20, October 10, 1988.

RIZZI, L. Préface - Une théorie de la syntaxe comparative. In: ROBERGE, Y.; VINET, M.. *La variation dialectale en grammaire universelle*. Tradução em português de Maria Denilda Moura. Canada : Les presses de l'université de Montréal/ Les Éditions de Sherbrooke, 1989. p. 8-10.

RIZZI, L. *Relativized minimality*. 16. Cambridge, Massachussets : MIT Press, 1990.

RIZZI, L. A parametric approach to comparative syntax: properties of the pronominal system. *English Linguistics 10*, English Linguistic Society of Japan, 1993, p. 1-27.

RIZZI, L. *Some notes on linguistic theory and language development: the case of root infinitives*. Trieste, Université de Genève/ SISSA, 1994, manuscrito.

RIZZI, L. A parametric approach to comparative syntax : properties on the pronominal system. HAEGEMAN, L. (Ed.). *The New Comparative Syntax*. London, New York : Longman, 1997. p. 268-285.

RIZZI, L. Performance-driven parametric discontinuity. In: II MEETING ON LANGUAGE ACQUISITION, 2004, Lisboa. *Handout...*, Lisboa, 2004. p.1-4.

ROBERTS, I. Agreement parameters and the development of the English modal auxiliaries. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 3, n. 1, p. 21-58, 1985.

ROBERTS, I. *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht : Kluwer, 1993.

ROBERTS, I. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: ROBERTS, I. e KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. São Paulo : Ed. da UNICAMP, 1996. p. 409-425.

ROEPER, T; WEISSENBORN, J. How to make parameters work: comments on Valian. In: FRAZIER, L.; VILLIERS, J. de (Eds.). *Language Processing and Language Acquisition*. Dordrecht : Kluwer, 1990.

ROHRBACHER, B. *The Germanic languages and the full paradigm: a theory of V to I raising*. Ph.D., University of Massachusetts, Amherst, MA. 1994.

SAFIR, K. J. What explains the definiteness effect?. In: REULAND, E. J.; MEULEN, A. G. B. ter (Eds.). *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge, Massachusetts : The MIT Press, 1989. p. 71-97.

SALLES, H. M. M. *Prepositions and the syntax of complementation*. 1997. Doctoral dissertation, University of Wales, Bangor.

SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1 e 2. v. 1988. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa – Norma e Variação do Português*, v. 12, p. 37-49. 1994.

SCHÜTZE, C. T. On the nature of default Case. *Syntax*, v.4, n. 3, p. 205-238, dez. 2001.

SCHWARTZ, B; VIKNER, S. The verb always leaves IP in V2 clauses. In: BELLETTI, A; RIZZI, L (eds.). *Parameters and functional heads*. New York/Oxford : Oxford University Press, 1996. p. 11-62.

SILVA, C. R T. *O uso da concordância verbal na língua falada de profissionais liberais*. 2000. Monografia de Iniciação Científica (CNPq) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

SILVA, C. R T. A posição dos sujeitos pré-verbais no Português Brasileiro e no Português Europeu: implicações da natureza de AGR. Ms. Universidade Federal de Alagoas. Maceió. 2004. p. 1 - 20. (no prelo)

SIMPSON, J. A.; WEINER, E. S. C. (eds.). *The Oxford English dictionary*. 2. ed. v. 7. Oxford : Oxford University Press, 1989.

SÒLA, J. *Agreement and subjects*, unpublished Ph.D dissertation, Universitat Autònoma de Barcelona. 1992.

SPANÓ, M. *A ordem VSN em construções monoargumentais na fala culta do português brasileiro e europeu*. 2002. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SPORTICHE, D. A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structural. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 3, p. 425-449, 1988.

STOWELL, T. *Origins of phrase structure*. 1981. Dissertação de PhD – MIT.

TARALDSEN, K. T. *On the NIC, vacuos application and the that-trace filter*. Indiana University Linguistics Club, Bloomington. 1978.

TARALDSEN, K. T. Subject extraction, the distribution of expletives. In: HULK, A.; POLLOCK, J. (Eds.). *Subject inversion in Romance and the theory of universal grammar*. Oxford : Oxford University Press, 2001. p. 163-182.

THOMSON, A. J; MARTINET, A. V. *A practical English grammar*. 3. ed. London : Oxford University Press. 1980.

TORREGO, E. On inversion in Spanish and some of its effects. *Linguistic Inquiry*, n. 15, v. 1, Cambridge, Mass., p. 103-129. 1984.

TORRES MORAES, M. A. C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e o caso nominativo no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. São Paulo : Ed. da UNICAMP, 1996. p. 263-306.

TORRES MORAES, M. A. C. R.. Review. *D.E.L.T.A*, v. 17, n. 1, p. 155-168, 2001.

TORRES MORAES, M. A. C. R. EPP generalizado, sujeito nulo e línguas de configuração discursiva. In: MIOTO et al. (Orgs.). *Letras de hoje*. Rio Grande do Sul : EDIPUCRS, 2003. p. 71-98.

VANCE, B. S. *Null subjects and syntactic change in Medieval French*. 1989. Tese de Doutorado - University of Cornell.

VIKNER, S. *Verb movement and the licensing of NP-positions in the Germanic languages*. Dissertação de Doutorado, Universidade de Genève. 1995

VIKNER, S. V^o-to-I^o movement and inflection for person in all tenses. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *The New Comparative Syntax*. London, New York : Longman, 1997. p. 189-213.

VILHENA, M. C. *Falares de Herrera e Cedillo*. Dissertação de Licenciatura, Lisboa, 1965.

VIOTTI, E. C. O EPP e a ordem VS: questionando a existência de expletivos nulos em português do Brasil. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2003, Rio de Janeiro. *Handout...*, Rio de Janeiro, 2003, p. 1-4.

VOTRE, S. J.; NARO, A. Inversão do sujeito na fala carioca. *Boletim da ABRALIN*, n. 6, p. 189-196, 1984.

ZILLES, A. M. S. A posposição do sujeito ao verbo no português falado no Rio Grande do Sul. In: *II Congresso Nacional da ABRALIN*. 25-27 fev. 1999.

ZUBIZARRETA, M. L. *Word order, prosody, and focus*. Ms. University of Southern California, Los Angeles. 1995.

ZUBIZARRETA, Maria Luisa. *Prosody, focus and word order*. Cambridge, Massachusetts, London : The MIT Press, 1998.

ZWART, Jan-Wouter. The Germanic SOV languages and the universal base hypothesis. HAEGEMAN, Liliane (Ed.). *The New Comparative Syntax*. London, New York : Longman, 1997. p. 246-267.

WILLIAMS, E. Argument structure and morphology. *The Linguistic Review*, v. 1, n. 1, p. 81-114, 1981.

WILLIAMS, E. A reinterpretation of the evidence for verb movement in French. LIGHTFOOT, D; HORNSTEIN, N. *Verb movement*. Cambridge : University Press. 1994.

OBRAS CONSULTADAS

ABBOTT, B. Some remarks on specificity. *Linguistic Inquiry*, v. 26, n. 2, p. 341-347, 1995.

ALMEIDA, N. M. de. Processos sintáticos. In: ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 33. ed. São Paulo : Saraiva, 1985. p. 440-455.

ANDRÉ, H. A. de. Concordância. In: ANDRÉ, H. A. de. *Gramática ilustrada*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo : Moderna, 1978. p. 346-356.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – *NBR 6023*: Informações e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

AUGUSTO, M.; GUIMARÃES, M.. O sujeito. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador : Editora da Universidade Federal da Bahia. 1996. p. 26-62.

BARRETO, T. M. M.. Predicados e argumentos. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. 1996. p. 117-131.

BEARZOTI FILHO, P. *Sintaxe de colocação*. 2. ed. São Paulo : Atual, 1990.

BONERS, J. Transitivity. *Linguistic Inquiry*, v. 33, n. 2, p. 183-224, 2002.

BOŠKOVIĆ, Ž. A-Movement and the EPP. *Syntax*, v. 5, n. 3, December. 2002, p. 167-218.

CAMPOS, M. H. C; XAVIER, M. F. A teoria da regência. In: CAMPOS, M. H. C; XAVIER, M. F. *Sintaxe e semântica do português*. Lisboa : Universidade Aberta, 1991. p. 72-79.

CARDINALETTI, A. Agreement and control in expletive constructions. *Linguistic Inquiry*, v. 28, n. 3, p. 521-533, 1997.

CASTRO, A. Do NP ao DP. *Handout* apresentado no Seminário “Léxico e Sintaxe”. Universidade Nova de Lisboa. 22.abr. 2004.

CAVALCANTE, M. A. S. O referencial teórico e metodológico. In: CAVALCANTE, M. A. S. *O sujeito pronominal em Alagoas e no Rio de Janeiro: um estudo comparativo*. 2001. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió. p. 21-57.

CEDERGREN, H.; SANKOFF, D. Variable rules: performance as a statistical reflexion of competence. *Language*, n. 50, p. 233-55, 1974.

CIENTISTAS IDENTIFICAM O PRIMEIRO GENE DA FALA. *O Globo*, 4 out. 2001. Disponível em < <http://www.globo.com.br> > Acesso em: 4 out.2001.

CORREIA, C. N. *Estudos de determinação : a operação de quantificação-qualificação em sintagmas nominais*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

COSTA, J. Que dados para o sintacticista? Reflexão sobre domínios empíricos e exemplo com dados de ordem de palavras em contextos ditransitivos. *Paper apresentado no IV Encontro Nacional de Língua Falada e Escrita*, Maceió. Nov. 2002. p. 1-14.

COSTA, J. A teoria de ligação na sintaxe e no discurso – mais um dado. *Paper apresentado no XIX Encontro Nacional da APL*. Lisboa. Set. 2003d. p. 1-4.

COSTA, J.; PEREIRA, S. Variation in agreement phenomena. ESF Explanatory workshop – European Dialect Syntax, Padova, Setembro, 2003. *Handout...*, p. 1-5.

COSTA, M. A. Motivações discursivas e estruturais relativas às ordenações SV e VS. In: MOURA, D. (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió : EDUFAL, 1999. p. 169-171.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Concordância verbal. In: CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985. p. 485-504.

DIKKEN, M. den. Binding, expletives, and levels. *Linguistic Inquiry*, 26:2, p. 347-354, 1995.

DUARTE, I. *A topicalização em português europeu : uma análise comparativa*. In: DUARTE, I.; LEILA, I. (Org.). *Congresso Internacional sobre o português*. V. 1. Lisboa : Caminho, 1996. p. 326-360.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. São Paulo : Ed. da UNICAMP, 1996. p. 107-128.

EIDE, K. A noção de tópico e a ordem de palavras no português do século XVI. In: *Romansk Forum*. v. 2, n. 16. Oslo. 2002. p. 1015-1022.

FRANCHI, C. M. W. *As construções ergativas: um estudo semântico e sintático*. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

GALVES, C. C. Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 7, p. 107-136, 1984.

GALVES, C. C. Princípios, parâmetros e aquisição da linguagem. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 29, p. 137-152, 1995.

HAEBERLI, E. C-subject (non)adjacency in the Germanic languages. In: COSTA, João et al (Eds.). *Proceedings of ConSOLE IV*, Leiden, Nov. 1996. p. 81-96.

HAEBERLI, E. Features, categories and the syntax of A-positions. *Studies in Natural Language & Linguistic Theory*. v. 54. Dordrecht : Boston : London : Kluwer Academic Publishers, 2002.

HALLE, K.; KEYSER, S. J. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). *The view from building 20 : essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. *Current studies in linguistics*, 24, Cambridge, Massachusetts : The MIT Press, 1993. p. 53-110.

IATRIDOU, S.. About Agr(P). *linguistic Inquiry*, v. 21, n. 4, p. 551-577, 1990.

KATO, M. A. Inversão da ordem SV em interrogativas no português: uma questão sintática ou estilística? *D.E.L.T.A*, v. 3, n. 2, p. 243-252, 1987.

KATO, M. A. Variação sintática e estilo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 22. jan./ jun., 1992.

KATO, M. A. Tendências atuais da lingüística gerativa. *ABRALIN - Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, Boletim 18, p. 101-104, ago. 1996a.

KATO, M. A. “Como, o que e por que escavar?” In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. São Paulo : Ed. da UNICAMP, 1996b. p. 13-30.

KATO, M. A. ; NASCIMENTO, M. do. Adjuntos sintáticos e preenchedores discursivos: uma avaliação comparativa. In: KATO, M. A. (Org.). *Gramática do português falado*. V. 4 – Convergências. São Paulo : Ed. da UNICAMP/ FAPESP, 1996.

KATO, M. A. et al. Preenchedores sintáticos nas fronteiras de constituintes. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado*. v. 3 – As Abordagens. São Paulo : Ed. da UNICAMP/ FAPESP, 1999, p. 235-271.

KATO, M. A. Resenha/ Review. *DELTA*. v. 16, n. 1, 2000. São Paulo

KATO, M. A. Tópico como alçamento de predicados secundários. Ms. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas. p. 1-12

LABOV, William. *Modelos sociolingüísticos*. Madrid : Cátedra, 1983.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Métodos científicos. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 3.ed. rev .ampl. São Paulo : Atlas, 1991. p. 83-113.

LASNIK, H. Case and expletives revisited : on greed and other human failings. *Linguistic Inquiry*, v. 26, n. 4, p. 615-633, 1995.

LASNIK, H. A note of the EPP. *Linguistic Inquiry*, v. 32, n. 2, 2001. p. 356-362.

LASNIK, H.; SAITO, M. On the nature of proper government. *Linguistic Inquiry*, v. 15, n. 2, p. 235-290, 1984.

LOBATO, L. M. P. Sobre a regra de anteposição do verbo no português do Brasil. *D.E.L.T.A*, v. 4, n. 1, p. 121-147, 1988.

LOBATO, L. M. P. O princípio das categorias vazias : evoluções e tendências. *D.E.L.T.A*, v. 4, n. 2, p. 225-263, 1988.

LOZANO, C.. *El conocimiento totalmente nativo vs. Casi nativo del orden de palabras en español: ¿ aparente contradicción?* University of Essex.

LYONS, J. A Lingüística: estudo científico da língua. In: LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Hélio Pimentel; revisão e supervisão Isaac Nicolau Salum. São Paulo : Ed. Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 1-54.

MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

MATEUS, M. H. M. et al. Elementos para uma gramática de comunicação do português. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra : Livraria Almedina, 1983. p. 39-66; 104-118; 207-216.

MATEUS, M. H. M. et al. Descrição e estrutura gramatical do português. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra : Livraria Almedina, 1983. p. 221-253; 278-301; 309-500.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa : Caminho, 1989.

MATEUS, M. H. M. et al. O português : caminhos da investigação. In: DUARTE, I.; LEIRIA, I. (Org.). *Congresso Internacional sobre o português*. v. 1. Lisboa : Colibri, 1996. p. 7-22.

MATEUS, M. H. M.; FROTA, S.; VIGÁRIO, M.. Prosódia. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa : Caminho, 2003. p. 1035-1076.

MATTOSO CÂMARA Jr. *Estrutura da língua portuguesa*. 33. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

MODESTO, M.. Null, subjects without 'rich' agreement. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid : Iberoamericana, 2000, p. 147-174.

MOURA, M. D.. O clítico SE em português. In: 33ª REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 1981, Salvador, *Anais...* Salvador, dez. 1981. p. 11-17.

MOURA, M. D. O caráter variável da regra de concordância no português do Brasil. *Revista de Letras*, Fortaleza, v.1/2, n. 12, p.78-84, jan./dez.1999.

NEVES, M. H. M. A questão da ordem na gramática tradicional. In: CASTILLO, A. T. de (Org.). *Gramática do português falado*. v. I. 2. ed. São Paulo : Editora da UNICAMP/FAPESP, 1991. p. 185-316.

OLIVEIRA, D. P. de. O preenchimento, a supressão e a ordem do sujeito e do objeto em sentenças do português do Brasil: um estudo quantitativo. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. São Paulo: Pontes : Ed. da UNICAMP, 1989. p. 51-63.

OLIVEIRA, F et al. Derivações sintáticas e interpretação semântica. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA (CILP), *Handout...*, Florianópolis, nov. 2004, p. 1-16.

PERES, J. A.; MÓIA, T. Concordâncias. In: PERES, J. A.; MÓIA, T. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa : Caminho, 1995. p. 443-517.

POLLOCK, J. Retrospective et perspectives de recherche. In: POLLOCK, J. *Langage et cognition*. Prefácio de Noam Chomsky. Paris : PUF, 1997. p. 210-213.

RADFORD, A.. *Syntax : a minimalist introduction*. Great Britain, Cambridge : University Press, 1997.

RAMOS, J. Mudança sintática e teoria gramatical. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (20), p. 23-32, jan/jun. 1991.

RAPOSO, E. P. Categorias funcionais na gramática gerativa. *D.E.L.T.A*, v. 9, n. 2, p. 237-274, 1993.

RAPOSO, E. P. *Case theory and participle agreement in Romance*. Ms. UCSB, p. 1-9.

SALLES, H. M. M.; ROUSSOU, A. Categorias funcionais na estrutura oracional. In: 53ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Salvador, 2001. p. 1-5.

SANKOFF, D. Variables rules. In: AMMON, U.; DTTMAR, N.; MATTER, K. (Ed.). *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society*. Tradução em português de Maria Marta Pereira Scherre. New York : Walter de Gruyter, 1988. p. 984-998.

SANTOS, M. B. dos. *A variação da concordância verbo/sujeito na língua falada por alunos da 1ª série à 5ª série do 1º grau na cidade de Maceió*. 1999. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. *D.E.L.T.A*, v. 9, n. 1, p. 1-14, 1993.

SILVA, C. R. T. O uso da concordância verbal na fala de profissionais liberais. In: XVII JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE, 1999a, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza : UFCE, 1999a. p. 278-281.

SILVA, C. R. T. *A concordância verbal na fala de profissionais liberais da cidade de Maceió* – AL. 1999b. Monografia de Iniciação Científica (CNPq) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

SZENDRŐI, K. A prosodic approach to focus movement . In: *CONFERÊNCIA, FÓRUM LINGÜÍSTICO DA NOVA, Handout...*, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2. dez. 2003.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. São Paulo : Ed. da UNICAMP, 1996. p. 69-105.

TORRES MORAES, M. A. C. R. Sintaxe Diacrônica dos Verbos Finitos e a Perspectiva Minimalista. *ABRALIN* - Boletim da Associação Brasileira de Lingüística, Boletim 18, p. 115-130, ago. 1996.